

FIXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

ESPAÇO
REUTILIZÁVEL

ESPAÇO
REUTILIZÁVEL

okupas

n.28, v.8
verão de 2024



OKUPAS

**ESPAÇO
REUTILIZÁVEL**

**ESPAÇO
REUTILIZÁVEL**



**PLANTE NOVAS
ÁRVORES NA SUA RUA**



**PLANTE NOVAS
ÁRVORES NA SUA RUA**

**REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE**

okupas

n.28, v.8
verão de 2024





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

apresentação

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editores Associados

OTAVIO LEONIDIO
PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS

Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI
JAMES MIYAMOTO

JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica

PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
JORDANA BERCHON

Suporte Técnico

EDUARDO SILVA DA SILVA

Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação

EDUARDO ROCHA

Arte das capas

GRUPO PORO

A 28ª Edição da Revista Pixo é fruto da chamada temática “OKUPAS”, que pretendeu responder alguns questionamentos: Em que medida e como, exatamente, os inúmeros atos de ocupação colocados em prática hoje (nos espaços da moradia, da cidade, da arte) são políticos? Como eles expandem os conceitos convencionais do que costumamos chamar, muitas vezes de modo limitador, de “ação política”? Que tipos alternativos de ocupação e de okupas são hoje performados, dentro e fora do Brasil? Seria possível afirmar que, em última instância, as okupas são também uma ocupação discursiva daquilo que, nos termos da ordem do discurso, é sempre considerado impróprio, ilegal, criminoso?

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e a cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A edição temática “OKUPAS” é dirigida pelo arquiteto e urbanista Otávio Leonidio.

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Carolina Mesquita Clasen, Celma Paese, Christiano Piccioni Toralles, Gabriel da Silva Fernandes, Gabriele Vargas da Silva, Gianluca Mascali Perseu, Gustavo Nunes de Oliveira, Isabella Khauam Maricatto, Fernanda Tomiello, Lorena Maia Resende, Luana Pavan Detoni, Natália Toralles dos Santos Braga, Paula Pedreira Del Fiol, Priscila Pavan Detoni, Shirley Terra Lara dos Santos, Sílvia Helena dos Santos Cardoso, Tais Beltrame dos Santos, Valentina Machado e Vanessa Forneck.

Eduardo Rocha e Otávio Leonidio
Verão de 2024

editorial

OKUPAS	
Ocupar e deixar-se ocupar.....	10-13
<i>Otávio Leonídio</i>	

autor@s convidad@s

UM OUTRO ETHOS DO MORAR	
Muros nebulosos.....	16-67
<i>Igor Guatelli, Antonio Fabiano Junior, Eugenio F. Queiroga, Fernando Freitas Fuão, José Carlos Freitas Lemos, Isabela Sollero Lemos, Fernando de Mello Franco, Guilherme T. Wisnik e Luciano Pessoa</i>	

artigos e ensaios

“SE ME MATAM, LEVANTAREI OS BRAÇOS DO TÚMULO E SEREI MAIS FORTE”	
A Ocupação Mirabal	70-93
<i>Raiê Roca, Jorge May Junior, Monique Aguiar Lemos, Nanashara D'Avila Sanches e Fernando Freitas Fuão</i>	
<i>Em memória da colega arquiteta Sarah Domingues</i>	
A MÍDIA E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE	
O caso da Comunidade do Tororó, Salvador/BA.....	94-113
<i>Adriana Teixeira Bahia e Vera Santana Luz</i>	
A CIDADE E O DIREITO DE OCUPAR	
O caso da estrada do engenho.....	114-127
<i>Cristine Jaques Ribeiro, Aline de Mesquita Duarte, Bruna Ribeiro Wruch e Marlon Antônio Macedo Meireles</i>	
PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES COMO PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO.....	128-141
<i>Tiago Balem e Paulo Reyes</i>	
TRADIÇÕES POLÍTICAS NÃO REFLETIDAS NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	
Ocupações urbanas suas assistências e assessorias técnicas e ideários políticos.....	142-161
<i>Tiago Castelo Branco Lourenço</i>	

OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS COMO TENSIONAMENTOS NA MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA	
Luta pelo direito de morar na zona norte de Porto Alegre/RS.....	162-181
<i>Nicole Leal de Almeida, Sabrina Trejes Marengo e Heleniza Ávila Campos</i>	

MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS	
Reflexão acerca de territórios e corpos invisibilizados a partir de um exercício no Centro Histórico de Porto Alegre/RS.....	182-199
<i>Nathália Pedrozo Gomes, Flávia Sutelo, Luiza Weber e Mateus Hillebrand</i>	

PRAÇAS	
(des)Encontros cartografados e seus modos de ocupar.....	200-221
<i>Gerlan da Silva Menegusse, André Araújo, Renato Kinker e Isabella Santos</i>	

A POTÊNCIA POLÍTICA DO CAMINHAR	
A ocupação do território Guarani Mbya pelo movimento circular.....	222-233
<i>Celma Paese e Gianluca Mascali Perseu</i>	

OS RISCOS DE GENTRIFICAÇÃO MEDIANTE AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO URBANA NO LOTEAMENTO NAVEGANTES – PELOTAS/RS.....	234-249
<i>Jennifer Kerolin Silva de Moraes e Victor Barbosa da Silva</i>	

SOFÁ NA RUA EM PELOTAS	
Caminhografias.....	250-273
<i>Carolina Frasson Sebalhos e Eduardo Rocha</i>	

O ESPAÇO URBANO DO SETOR SUL	
Apropriação e grafitação no bairro-jardim de Goiânia/GO.....	274-285
<i>Priscila Pires Corrêa Neves e Luiz Carlos de Laurentiz</i>	

OCUPAR AS RUAS	
A festa como política descolonizante do direito à cidade.....	286-305
<i>Gabriel Vargas Bernardo e Luis Artur Costa</i>	

ALDEIA URBANA ÁGUA BONITA EM CAMPO GRANDE/MS	
Modos de habitar e existir de indígenas no meio urbano.....	306-331
<i>Flávia Palhares Machado, Josemar de Campos Maciel e Isadora Dalperio Cuissi</i>	

O NÃO-LUGAR AO LUGAR ANTROPOLÓGICO	
Práticas insurgentes no território das pessoas trans em situação de rua.....	332-341
<i>Redson Pagnan</i>	

**OCUPAR, POR SI SÓ, É RESISTIR.
OCUPAR SENDO MULHER É RESISTIR DUPLAMENTE**
A Casa de Referência Mulheres Mirabal
e o corpo-território como levante.....342-363
Bárbara Rodrigues Marinho e Daniele Caron

NA RUA NOSSAS LUTAS SE ENCONTRAM
Feminismos nos lambes.....364-381
Rossana Pires

“A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA”
Projeto Ocupar: Mulheres, terra e luta.....382-391
*Silvana Ribeiro, Carolina dos Reis,
Márcia Aparecida Malaquias da Silva e Edivânia Rodrigues da Silva*

MULHERES E CRIANÇAS REFUGIADAS
Um problema crescente e dramático.....392-409
James Miyamoto e José Ripper Kós

MASCULINIDADES DISSIDENTES NA MÚSICA POP MAINSTREAM.....410-423
Vinícios Nalin

OCUPAÇÃO URBANA
Uma experiência de resistência coletiva movida pelo *afecto*.....424-447
Bárbara de Bárbara Hypólito

DO ÓCIO À O.C.A.
Um relato sobre a Ocupação Coletiva de Arteiros.....448-467
Ana Luisa Panarelli Costa e Caroline Leal Bonilha

RODAS DE RIMA E A BATALHA PELO DIREITO À CIDADE
A Batalha da Estação.....468-483
Maurício Rossini dos Santos

processos & projetos

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS
A sede da CUFA-RS em Pelotas.....486-495
Bruna da Silva Rodrigues

parede branca

OS CARTAZES DO GRUPO PORO.....498-501
Brígida Campbell, Marcelo Terça-Nada e Eduardo Rocha

SUJEITOS QUE OCUPAM.....502-505
Alexia de Araujo Rodrigues

CORPO-CATADOR.....506-507
Lucas Pamio e Nilson Ghirardello

EM BREVE.....508-509
Otávio Gigante Viana

SARAH DOMINGUES (in memoriam)
Depoimento em homenagem à arquiteta e urbanista.....510-515
Luana Pavan Detoni

editorial

COMPARTILHE O ESPAÇO PÚBLICO

eu-para-mim-mesmo
o-outro-para-mim
eu-para-o-outro

OKUPAS

Ocupar e deixar-se ocupar

Otávio Leonidio¹

E quem seremos se correremos o risco de um outro performativo?
Paul B. Preciado²

Desde a invasão portuguesa, o Brasil é um lugar onde as ocupações são vistas ou como atos de apropriação alegadamente legítimos e justificáveis (a começar pela expropriação dos territórios ancestralmente ocupados pelos nossos povos originários), ou então como invasões criminosas de bens privados – mesmo estando estes desocupados e ociosos, descumprindo portanto o preceito constitucional da função social da propriedade³.

Tal lógica se perpetua de modos diversos e inusitados; entre tantas outras ocorrências, ela é evidente num dos mais importantes documentos da história cultural brasileira, o memorial justificativo do Plano Piloto de Brasília. Nele, Lucio Costa se sente muito à vontade para afirmar, já de saída, que seu projeto para a nova capital do Brasil “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”⁴. A cruz que outrora serviu à Igreja e à Coroa Portuguesa era agora posta a serviço da modernidade e do “Brasil Moderno”. Eloquentemente, esse gesto inaugural de assinalar um lugar e dele tomar posse também implicava a expulsão e confinamento daqueles que, na prática, haviam construído com as próprias mãos a Novacap. Nunca é demais lembrar que o nome dado a uma das “Cidades Satélites” surgidas desse movimento de expulsão, CEI-Lândia, tem origem no acrônimo de “Campanha de Erradicação de Invasões”.

Entre a Primeira Missa, realizada em 26 de abril de 1500, e o gesto inaugural de Lucio Costa, muita coisa mudou no Brasil. Dentre as coisas que não mudaram, entretanto, uma se destaca: no Brasil, quem tem poder, se apodera, quem não tem, é tratado como invasor.

Não é incidental, nesse contexto, que dentre as ações políticas de resistência e confrontação colocadas em prática no Brasil dos últimos anos, destaquem-se as chamadas “ocupações”.

Longe de ser um fenômeno homogêneo, essas ocupações vêm ocorrendo em circunstâncias e de modos diversos; seu perfil e propósito declarado podem ser muito diversos também. O movimento “Ocupa Minc”, por exemplo, foi uma das ocupações que mais destaque obtiveram durante o golpe parlamentar que resultou

no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff⁵. Neste caso, o objetivo não era prover moradia para aqueles que ali se alojaram. Tratava-se antes de ocupar um dos espaços mais icônicos do Brasil Moderno – o edifício sede do Ministério da Cultura, projetado nos anos 1930 por Lucio Costa e sua equipe de jovens arquitetos modernistas. *Ocupa Minc* foi também um modo insurgente e festivo de reencenar uma velha partilha: de um lado, os usurpadores de turno, do outro, os ocupantes, com seus corpos e práticas desviantes.

Outra modalidade de ocupação que ganhou protagonismo ao longo dos últimos anos são as chamadas “okupas”. Em geral, são ocupações de edifícios vazios, não raro estrategicamente abandonados por seus proprietários legais. Embora tenham como propósito primordial o provimento de moradia para os ocupantes, as okupas não se restringem contudo a esse primeiro aspecto. São também espaços onde uma vida comunitária e colaborativa divergente é ensaiada. É nesse sentido também que as okupas são políticas: ali se reivindicam dinâmicas comunitárias e espaciais alternativas, alheias aos modos convencionais de morar, cujo modelo segue sendo a família nuclear pequeno burguesa e patriarcal, com seus hábitos, hierarquias, divisões e violências espaciais pré-estabelecidas (das quais o “quarto de empregada” é apenas a manifestação mais evidente). A política das okupas é também uma política do corpo e dos corpos no espaço – de “corpos em aliança” que tanto ocupam quanto são ocupados por espaços inusitados e desconcertantes (no melhor sentido dessas palavras)⁶.

Os textos reunidos nesta edição de *Pixo*, dedicada exclusivamente às okupas, documentam isso com clareza. Por eles, é possível divisar a riqueza, a pluralidade e sobretudo a potência política dessas ocupações. Mas o que temos aqui é também um fenômeno adicional. Porque o que muitos desses textos revelam é também uma atitude, acadêmica e politicamente, alinhada com as okupas. De fato, em lugar do atávico foco acadêmico em “objetos de estudo”, e o compromisso “objetivo”, “rigoroso” e “isento” com a “produção de conhecimento”, muitos dos textos aqui reunidos parecem comprometidos com um deixar-se ocupar. Um deixar-se ocupar por experiências, afetos, desejos, escritas corporais, derivas, ficções. Numa palavra, muitos desses textos ensaiam o que poderíamos chamar de uma outra performatividade acadêmica⁷. Uma performatividade que nos faz acreditar que, como quer Isabelle Stengers, uma outra ciência é possível⁸. Parafraseando Donna Haraway, o que esses textos ensaiam e arriscam são *saberes okupados*⁹.

É muito significativo, nesse sentido, que uma das marcas desse conjunto de textos de resto heterogêneo seja a conjugação de um ferramental conceitual e teórico mais ou menos consagrado no âmbito da pesquisa e da produção acadêmica em arquitetura e urbanismo (com destaque para o pós-estruturalismo, a teoria crítica e a sociologia urbana de matriz marxista) com o aparato teórico-político dos pensamentos feminista e decolonial. De fato, ao lado de referências “clássicas” como Walter Benjamin,

5 Ver SAFATLE, Vladimir. Não houve eleição em 2018, *Pública – Central do Servidor* (Jun. 14, 2021). <https://publica.org.br/2021/06/14/entrevista-com-vladimir-safatle-nao-houve-eleicao-em-2018/>

6 Cf. BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

7 Propus a ideia de “performatividade acadêmica” no *Segundo Colóquio de Pós-Graduação da PUC-Rio. Humanidades em Tempo de Cólera*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Decanato do Centro de Teologia e Ciências Humanas, 30 de setembro de 2019. Ver a propósito LEONIDIO, Otávio. Com e contra a arquitetura, *Arquitextos*, Vitruvius, ano 24, n. 293.00 (dezembro de 2023). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.282/8950>

8 STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível. Manifesto por uma desaceleração das ciências*. São Paulo: Boitempo, 2023.

9 HARAWAY, Donna. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, n. 5 (1995), pp. 07-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

1 Otávio Leonidio é arquiteto e doutor em História. Professor Associado do Departamento de Arquitetura & Urbanismo e dos programas de pós-graduação em Arquitetura e História Social da Cultura da PUC-Rio, é autor, entre outros, de *Carradas de razões: Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira* (PUC-Rio/Loyola, 2007) e *Espaço de risco* (RomanoGuerra/Nhamerica, 2017).

2 PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano. Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 131.

3 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, artigo 5, inciso XXIII.

4 COSTA, Lucio. “Memória Justificativa do Plano Piloto” in COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, pp. 283-297.

Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari, Giorgio Agamben, David Harvey, Henri Lefebvre e Milton Santos, dentre outros, temos aqui a infiltração disruptiva de pensadoras como Judith Butler, Silvia Federici, Verónica Gago, Lélia Gonzalez, bell hooks e Audre Lorde; de Achille Mbembe, Aimé Césaire, Walter Dignolo, Ailton Krenak, Deivison Miranda e Aníbal Quijano.

E é nesse sentido também que, de par com as desconcertantes capas criadas pelo grupo Poro, de Belo Horizonte, o neologismo empregado no título desse número de *Pixo* ganha relevância. Porque entre as “ocupações”, num sentido mais convencional do termo, e as “okupas”, há um intervalo a ser okupado: o intervalo entre, de um lado, um “objeto” construído por um aparato teórico/crítico a esta altura institucionalizado e, de outro, um fenômeno impuro e impróprio, vacilante e fugidio, do qual apenas novas epistemologias poderão – precária e provisoriamente – dar conta¹⁰. É (im)precisamente nesse intervalo que muitos dos textos aqui reunidos operam. Mais do que um campo de estudo e pesquisa, as okupas surgem nesta edição como um espaço de risco onde uma outra atividade acadêmica é tentativamente performada.

Como e em que sentido, exatamente, as okupas são políticas? Como expandem os conceitos convencionais do que costumamos chamar, muitas vezes de modo limitador, de “ação política”? Que tipos emergentes de ocupação e de okupas são hoje performados no Brasil, na América Latina e no Sul Global? Em que medida abrem espaço para o que Judith Butler chamou de “contrarrealidades”?¹¹

Eis algumas das perguntas que seguem em aberto, e que esta edição de *Pixo* pode nos ajudar a responder.

*Otávio Leonidio,
Fevereiro de 2024.*

¹⁰ Sobre a revolução epistêmica em curso, ver, entre outros, PRECIADO, Paul B., *op. cit.*

¹¹ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.



OUTRA CASA FOI DEMOLIDA:

- Não tem problema, era uma casa velha
- Vai ser um lindo prédio novo
- Preservar a memória é coisa do passado
- Ponto para a especulação imobiliária
- BH, cidade em demolição



OUTRA CASA FOI DEMOLIDA:

- Não tem problema, era uma casa velha
- Vai ser um lindo prédio novo
- Preservar a memória é coisa do passado
- Ponto para a especulação imobiliária
- BH, cidade em demolição

**COZINHAR
É UM ATO
REVOLUCIONÁRIO**



**COZINHAR
É UM ATO
REVOLUCIONÁRIO**



3209-0505

HOW

UM OUTRO ETHOS DO MORAR

Muros nebulosos¹

ANOTHER ETHOS OF LIVING
Foggy walls

Igor Guatelli², Antonio Fabiano Junior³,
Eugenio F. Queiroga⁴, Fernando Freitas Fuão⁵,
José Carlos Freitas Lemos⁶, Isabela Sollero Lemos⁷,
Fernando de Mello Franco⁸, Guilherme T. Wisnik⁹
e Luciano Pessoa¹⁰

Resumo

Em tempos de alargamento do exercício da soberania, da intensificação da vigilância e do aprimoramento das técnicas de geo-localização populacionais, esse artigo multifacetado, aqui apresentado em uma forma polifônica de pequenos ensaios críticos quase independentes, originou-se de uma pesquisa sobre os processos do morar advindos de imprevisíveis deslocamentos e deslocalizações locais de indivíduos e grupos. Um morar resultado de ações intrusivas em lugares interditados, mas não só. Ocupações assumem aqui traços constituintes de um morar que se constrói a partir de uma hospitalidade quase incondicional, uma morada que se oferece como lugar privado de moradores, mas também como construção coletiva de seminiais sociabilidades em seus pequenos espaços gestacionais intramuros. Pequenas cosmopolíticas interiores. Palavras-chave: ocupações, deslocalização, hospitalidade, fronteira, abertura, espaços livres.

Abstract

In times of broadening the exercise of sovereignty, the intensification of surveillance and the improvement of population geo-location techniques, this multifaceted article, presented here in a polyphonic form of small, almost independent critical essays, originated from a research on the processes of housing arising from the local relocations of individuals and groups. A dwelling resulting from intrusive actions in prohibited places, but not only. Here, occupations assume constituent traits of a dwelling that is built from an almost unconditional hospitality, a dwelling that is offered as a private place for residents but also as collective construction of seminal sociability in their small intra-wall gestational spaces. Small interior cosmopolitics.

Keywords: occupations, relocation, hospitality, border, openness, free spaces.

¹ Artigo vinculado ao projeto de pesquisa “Habiter en devenir: autres demeures”, coordenado pelo Prof Igor Guatelli e financiado pela Maison des Sciences de L’Homme - MSH Paris Nord no biênio 2021-22.

² Professor FAU-Mackenzie, Pesquisador Associado Gerphau- ENSA Paris La Villette.

³ Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

⁴ Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

⁵ Professor Titular da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶ Professor da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷ Pesquisadora no LabQUAPÁ/FAUUSP e doutoranda FAUUSP.

⁸ Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

⁹ Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

¹⁰ Arquiteto e doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAUUSP. E-mail: pessoluc@gmail.com.

Apresentação

Imprevisíveis deslocamentos territoriais: um incômodo habitar e o abalo de hierarquias

Igor Guatelli

La dette devient dette d’existence, des sujets eux-mêmes [...]. Nul autant que Kafka n’a su montrer que la loi n’avait rien à voir avec une totalité naturelle harmonieuse, immanente, mais agissait comme unité formelle éminente et régnait à ce titre sur des fragments et des morceaux[...] (DELEUZE, GUATTARI L’Anti- Œdipe, p. 235).

Em um de seus últimos cursos ministrados no *Collège de France*, intitulado *Sécurité, Territoire, Population*, Foucault sugere, de certo modo que a modernidade é a arte de distribuição e controle da população no território. Produção de assimetrias e desigualdades sociais fazem parte da lógica de produção do espaço urbano, existem sempre as populações de dentro e as populações de fora. Zoneamentos urbanos fazem parte do conjunto de dispositivos que garantem essa distribuição e territorialização profundamente desigual das populações, mesmo sob o manto da garantia de supostos direito à cidade a todos justamente através da criação de zonas. Zoneamentos criam zonas de toda espécie, zonas de dentro, de fora, internas, externas, centrais, periféricas. Conforme Lazzarato, “As leis [...] devem evitar impor uma escolha, como poderia fazer um Estado intervencionista ou planejador, e devem definir apenas as regras do jogo, de modo que o Estado jamais esteja em posição decisória” (2017, p.104). De maneira camuflada, ou sem qualquer pudor, atos de zonear, com suas sofisticadas conjurações, envolvem questões éticas e políticas induzidas por uma vontade de estados de *apartheid*, mesmo em versões edulcoradas.

Talvez seja possível supor que discursos identitários, de fortalecimento de identidades, da construção de pertencimento, façam parte da ilusão de uma liberdade de escolha consoante à almejada normalização e estabilização das diferenças através da distribuição e “confinamento” [não é preciso aprisionar para confinar] em distantes territórios de indesejadas populações. Estamos diante de técnicas de uma “governamentalidade” negativa, exercida não pelo Estado, mas enunciada pela própria população. Recorrendo a Foucault, diz Lazzarato: “a governamentalidade deve agir sobre uma sociedade ‘na qual o campo seria deixado livre aos processos oscilatórios e na qual haveria uma tolerância aos indivíduos e às práticas minoritárias’”(2017, p.195). Acomodações forjadas ou aparentemente espontâneas em territórios não escolhidos a priori podem significar abdicação da liberdade de querer ser-outro, uma modalidade de dessubjetivação e servidão.

Assimetrias territoriais produzidas por uma legislação que, supostamente, deveria garantir o direito a todos de uma existência digna à cidade produzem existências em dívida consigo mesmas, sujeitos em dívida com suas próximas existências, vidas aquém de um direito à vida plena e digna. Existências aquém daquilo que deveria ser garantido por lei e por um Estado mais justo passam a lutar pela própria existência e de seus próximos. Dívidas de existência, vidas em dívida, produzidas pelo Estado e pelo Capital. Distribuição, indexação e territorialização de populações no espaço urbano tornam-se condenação a uma vida insuficiente, aquém daquilo que poderia ser entendido como vida qualificada, uma certa vida bios, segundo Agamben (2010).

Ancoradas em parcelas desqualificadas do território urbano, de longe, passivas, presenciam políticas e discursos de valorização desses territórios a partir da idéia de pertencimento e movimentos identitários. Pertencimentos, em muitos casos, poderiam

ser lidos como formas de aprisionamentos passivos dentro de macro lógicas político-urbanas. Seria possível ainda pensar a emancipação? De que forma podemos pensar a emancipação com radicalidade? Pensando com Bruno Latour (2020), talvez não se trate de pensar onde aterrar, mas como aterrar em territórios resultado de lógicas segregacionistas, cada vez mais inóspitos e avessos à hospitalidade e acolhimento do outro que não seja semelhante a ele mesmo, aquele que recebe, o hospedeiro.

Em uma epistemologia do pertencimento, possível dizer que tal afeto ou movimento também pode ser sinônimo de acomodação, apaziguamento, e mesmo um enfraquecimento da chance de amotinamentos, revoltas, lutas, insatisfações ativas. Uma análise de como o exercício de poder se manifesta mostra que as relações de dominação produzem, sempre, como um espelho, relações de resistência. Nenhuma forma de dominação – seja via Estado, Mercado - é capaz de se manter apenas pela virtude de seus próprios meios e forças, a maneira como ela se dispõe na sociedade é a garantia ou não de sua sobrevivência e perpetuação. A proliferação de discursos em defesa de movimentos locais identitários e diferentes formas de pertencimento é uma das maneiras desse mesmo poder se antecipar às formas de resistência mais violentas e imprevisíveis como estratégia para enfraquecê-las.

Há uma relativa previsibilidade e vontade de estabilização nas idéias de pertencimento e identidade em comparação aos amotinamentos e imprevisíveis deslocamentos de populações em relação ao lugar a elas destinadas por esses poderes. Como Thomas Hobbes compreendeu e bem expôs em sua obra *Leviatã*, a mobilização e legitimação da força do Estado e das forças dominantes pressupõem sua transmutação e introjeção em um sistema simbólico e legalizador de dominação que visa sua própria sustentação, reforço e naturalização no interior de uma ordem hierárquica onde repousa, com relativa estabilidade, a lógica de submissão dos dominados. Discursos de valorização de noções como pertencimento e identificações com o território onde certas populações habitam – mesmo que em periferias de periferias – e as ações sociais delas decorrentes, de certa forma são estimulados, quando não engendrados, pelo Estado ou pelas forças dominantes. Inseridos dentro de lógicas previamente estimuladas, prefiguradas e coordenadas, essas reações em torno de movimentos identitários e de pertencimentos são encaradas como previsíveis reações – parte do *script* do neo-liberalismo - dos chamados vulneráveis, excluídos, segregados. Contudo, uma vez deslocalizados de seus lugares “de origem”, tornam-se espectros a assombrar lugares e territórios onde não deveriam estar.

Quando essas mesmas parcelas da população se unem e começam a agir visando ultrapassar certas fronteiras que não deveriam ser transpostas, transformam-se, aos olhos desses poderes, em uma ameaça à estabilidade do equilíbrio e das assimetrias por eles construídos e mantidos dentro do sistema que institui os povos de dentro e os povos de fora. Revoltosos e indignados com a situação e território onde foram “acomodados”, sujeitos e grupos no interior dessas populações de fora iniciam deslocamentos em direção à superação de fronteiras e zonas que não deveriam ser transpostas. Cientes da domesticação e controle de seus desejos de transformação, dizem não aos lugares pela história para eles preparados para morar e se colocam como intrusos em territórios a eles interditados e inadmissíveis de serem por eles ocupados. Paradoxo, para lutar pelos direitos legais de existir dignamente na cidade e em territórios a eles não concedidos precisam se tornar foras-da-lei, ilegais lutando por leis mais justas.

Tornar a realidade inaceitável

Seguindo Walter Benjamin (2019), há uma “violência fundadora” no Estado de Direito que, pelas leis, sustenta sua reprodução. O Estado de Direito garante desigualdades que

provocam violências que, por sua vez, são vetores de multiplicação das desigualdades, de segregações e de existências supostamente em dívida com formas civilizadas de existência. Mas talvez não seja possível cogitar avanços civilizatórios sem alguma forma de violência, conflito ou de dissensos. Contra a domesticação, coletivizações insurgentes fundacionais de outras formas de morar [n]o espaço público urbano, um morar heteróclito, um direito à vida pública urbana não baseada no comando, obediência, com destinos traçados. Movimentos e existências ritualizados dão lugar a imprevisíveis fenômenos ligados ao ato de ocupar acompanhado do florescimento de outras formas de intimidade e vida pública.

Os movimentos de luta por moradia e suas formas de expressão, as chamadas Ocupações Urbanas, são uma dessas vias de resistência às ordens normativas dominantes e por onde parece ser possível a produção de dissensos indispensáveis a um devir urbano menos desigual. Existem lugares capazes de assegurar cegueiras e dormências sociais, mas também existem lugares capazes de provocar convulsões ou, ao menos, perturbações. As nomeadas “Ocupações urbanas” parecem abrigar esse potencial desestruturante das lógicas normativas dominantes e hegemônicas justamente por se tornarem territórios de abrigo de pessoas que, em princípio, não deveriam “estar” ou “existir” nesses lugares, que não poderiam ter ultrapassado certas fronteiras territoriais e sociais. São pessoas, grupos que disseram não ao território a elas destinado ou que a ele pareciam pertencer e, a partir dessa consciência de que [não] estão em dívida com a própria existência, lançam-se a um estar no mundo dissidente, intercomuns.

Tornam-se populações nômades, emancipadas do próprio território e, talvez por isso, em busca de outras formas de habitá-lo e estar no mundo. Por terem se lançado para além do interior dos territórios aos quais pertenciam, por terem cruzado e ultrapassado fronteiras e ocupado lugares a elas interditados, instituem novos limiares urbanos, quicá inauguradores de novas formas de intimidade e compartilhamento não consensuais. As Ocupações urbanas são os “novos” territórios inaugurados por essas populações que ousaram extrapolar fronteiras e aterrar de forma inaugural e singular, em territórios alhures e alheios às suas próprias existências.

Esses territórios e lugares inaugurados pela invasão, pela intrusão de indivíduos que, em certo sentido, resolveram dizer não às lógicas de sua distribuição no território, e de produção de assujeitamentos por meio de uma naturalização das existências assimétricas [merecedores e não merecedores de habitar determinados lugares] expõem como os ditos “Direito à cidade”, “Direito dos Homens” e o próprio papel do Estado estão em dívida com elas próprias, e não o inverso. De certa forma, podemos arriscar a dizer que desses territórios e zonas proletarizadas nas metrópoles afloram movimentos e partem pessoas que poderão se constituir como embriões de um contra-poder que transgredirá e perturbará lógicas organizacionais e distributivas dessas mesmas populações no território. Desse contra-poder podem emergir questionamentos às ordens e leis a que foram submetidas e delas são subtraídas. Esses movimentos de certas populações no território visam uma re-espacialização ética e política do espaço urbano a partir da abolição e superação de fronteiras e limites impostos por ordens e poderes dominantes e amparadas por uma legislação que as legitima.

São essas micro coletividades amotinadas, insatisfeitas com o lugar a elas destinado na sociedade e no território que nos dão a forma social de um devir, um devir sob a forma de pequenos coletivos e sociabilidades abertos a ajuntamentos, reuniões, cooperações e assembleias polifônicas, que vão emergir em territórios estranhos a elas próprias. São esses novos lugares, originados de ações e manifestações que transgredem fronteiras, que dizem não às fronteiras urbanas impostas por lógicas hegemônicas, que passarão a abrigar e anunciar processos vitais inauguradores de

outras relações sociais e urbanas a partir da chegada e instalação desses coletivos que supostamente não deveriam ali estar. Porém, uma vez instalados, tornam-se vetores, no início, de pequenas e locais revoluções urbanas, jurídico-legais.

As Ocupações urbanas são um evento social singular, um evento capaz de fazer com que os indivíduos que as criam sejam confrontados com as condições históricas de suas próprias submissões e “endereçamentos” sociais e territoriais e com as questões responsáveis por suas próprias humanizações. Por existirem fora-de-lugar, por existirem e persistirem onde não deveriam acontecer como evento, por desnaturalizarem processos de distribuição da população no território, as Ocupações urbanas expõem os processos de [des]humanização do mundo.

Se o Estado, para muitos, pode ser entendido senão como uma forma de “governamentalidade”, como mencionado, uma técnica de distribuição e assujeitamentos de corpos no espaço, que mascara e priva boa parte dos indivíduos do livre e legítimo combate político, talvez possamos dizer, com alguma cautela, sem desconsiderar resistências, que os discursos sobre pertencimento e defesa genérica das identidades territoriais acabam por contribuir com a consolidação dessas lógicas. Contudo, ocupações, resultado de manifestações e programas ativistas, apresentam-se como bússola que nos legam alternativas de agenciamentos sociais e territoriais sem as quais indivíduos periféricos e precarizados provavelmente permaneceriam territorializados e despossuídos da faculdade de experimentar e realizar sua própria humanidade medida pelo direito pleno de cidade.

Interiores com relações de exterioridade

A modernidade capitalista urbana se resume a processos de cercamentos, fechamentos, privatizações; intra-muros, as ocupações de edificações são penetrações, infiltrações, invasões desses lugares interditados criando brechas à outras hospitalidades, sociabilidades, coletividades que vão além dos modos de existência que parecem próprios e propriedade do mundo privado. Sem destruí-lo, as ocupações nublam as fronteiras desses mundos privados ao torná-los territórios de compartilhamento e de sociabilidades polifônicas, heterogêneas. A bússola das ocupações nos apresenta territórios até certo ponto inédito na estruturação e produção dos espaços público e privado urbanos.

Se tanto um como outro se tornam esferas da realização plena do panóptico, da implementação dos sistemas de controle populacionais, do exercício da soberania geolocalizante, as ocupações - lugares intra-muros, mas também lugares de resistência, de luta, de festa, de assembléias, heteróclitos - se tornam territórios de devires espaciais, sociais que não se encerram em categorias conhecidas - público e privado - mas, nem um nem outro, algo entre um e outro, inominável. Um certo pathos anarquista motivador das ocupações impossibilita que esses territórios sejam enquadrados em categorias conhecidas. E é importante que não o sejam. Se a anarquia, a *an-arkhé*, na etimologia do termo é algo sem fundamento, sem origem, o território das ocupações deve permanecer sem *nomos*, sem regras ou nomes pré-definidos; sem princípios, sem origem, sem regras categorizadas, são meios para a construção de um outro lugar dessas existências colocadas em dívida com a própria existência, o direito a existências qualificadas.

Nosso tempo não é mais um tempo aberto apenas a indignações, mas um tempo em que se torna necessário pensar transformações estruturais, de envergadura mundial. O momento é de abrir outras vias. As ocupações nos mostram que democracias só podem ser construídas e garantidas pela práxis, uma “demopraxia”, conceito criado por Paolo Naldini, publicado em *L'Arte della Demopraxia*, no jornal de *Arte e*

Transformazione Sociale Responsabile (Cittadellarte Edizione, 2012), citado por Michelangelo Pistoletto em uma conversa com Edgar Morin na publicação *Impliquons Nous* (2015) As ocupações e suas diferentes expressões, sejam em territórios restritos, fechados, intra-muros ou no espaço público podem ser entendidas como alavancas sócio-culturais que perturbam hierarquias, fronteiras e distribuições populacionais no território.

Pensar a emancipação por [des]imaginações

Esses territórios têm o potencial de se transformarem no devir-político, o devir-territorial, o devir-espaço livre, o devir forma morada de nossas metrópoles. Seguindo Jacques Rancière na obra *Penser l'émancipation* [trata-se de um diálogo com o filósofo Aliocha Wald Lasowsky], ele diz:

Ce qui fonde la soumission n'est pas l'ignorance mais la défiance: le sentiment qu'il n'y a pas d'autre monde possible, que l'on n'est pas capable d'en construire un autre ou que les autres n'en sont pas capables. L'émancipation, c'est la rupture de cette logique de la défiance. C'est l'affirmation d'une capacité de chaque individu, qu'il ne possède justement que comme capacité de n'importe qui, capacité qu'il faut également présupposer chez les autres pour pouvoir l'exercer soi-même. Et cette capacité se prouve par son exercice (RANCIÈRE, 2022, p. 124) [o que fundamenta a submissão não é a ignorância mas a desconfiança: o sentimento de que não há outro mundo possível, que não somos capazes de construir um outro mundo ou que os outros não sejam capazes. A emancipação é a ruptura dessa lógica da desconfiança. É a afirmação de uma capacidade de cada indivíduo, que ele possui justamente como capacidade de qualquer um, capacidade que é preciso igualmente pressupor nos outros para poder exercê-la ele mesmo. E essa capacidade se prova pelo seu exercício].

Rancière associa a emancipação a uma capacidade e poder de agir, criar novas possibilidades de pensar e de fazer, além de novas maneiras de ser e estar junto. Talvez seja nesse sentido que possamos situar as ocupações e a demopraxia que são capazes de instituir. Não imersas em ideologias e categorias espaciais prontas-para-uso, esses territórios anunciam e enunciam o outro de nós mesmos. As ocupações tornam a realidade inaceitável. As ocupações instituem uma outra economia da porta, um outro oikos-nomos, uma outra regra da “casa”. Acompanhando Agamben em suas reflexões sobre a porta, o foris , o fora, na etimologia da palavra, em muitas ocupações – como a ocupação 9 de julho em São Paulo e a hoje ex-ocupação 59 Rivoli, em Paris – a porta passa a ser “não apenas um acesso, que conduz a um outro lugar[...] Pelo contrário, ela é um evento de um fora[...] uma pura exterioridade” (2022,p.37). Ocupações nos mostram como é possível tornar a porta uma íntima foridade, uma abertura que conduz a uma interioridade que não pertence mais apenas a esfera doméstica, da morada familiar, mas abertura a qualquer outro , ao *autrui*.

Imersos durante dois anos em uma pesquisa sobre o tema, por mim coordenada, intitulada *Habiter en devenir: autres demeures* [Habitar em devir: outras moradas], financiada pela instituição francesa MSH Paris Nord – *Maison des Sciences de L'Homme Paris Nord*, nos envolvemos em discussões, debates, registrados em colóquios, sobre alguns casos de ocupações no Brasil, particularmente em São Paulo [Ocupação 9 de julho e Ouvidor] e Porto Alegre [Ksa Rosa], e na França, exclusivamente em Paris [59 Rivoli, Le Centquatre]. Os textos aqui apresentados trazem reflexões particulares dos pesquisadores de várias instituições nacionais que fizeram parte da pesquisa.

Os textos escritos apresentam, por vezes, diferentes abordagens e questionamentos sobre um mesmo território investigado, são vários os vieses e *leitmotifs* construídos a partir da seleção particular de imagens significativas e representativas para cada um dos autores. Durante esses dois anos, foram vários os momentos em que o trabalho em torno das imagens significou a possibilidade de questionamentos inesperados, a possibilidade de uma experiência estética, crítica e reflexiva que excedia a história e as representações mais imediatas dessas imagens e dos territórios investigados, além de perturbar os discursos e interpretações esperados e auto-evidentes sobre as próprias imagens e o que aparentam mostrar.

Talvez seja possível dizer que houve a intenção deliberada de um trabalho de “desimaginação” das representações unívocas, vulgares e automáticas das imagens, de conceitos e do que poderiam sugerir num primeiro momento para, a partir daí, mergulhar em uma zona cinzenta entre o visível, o sensível e o inteligível. Pensar a prática de uma outra democracia possível que vem com as ocupações e através delas começou pelo reconhecimento das nebulosas fronteiras estético-espaciais e teórico-conceituais. “*Le gris, il faut le trouver*” [o cinza, é preciso encontrá-lo], diz Cézanne, citado por Sloterdijk (2023, p. 256) em sua obra *Gris*, que completa dizendo que não é possível ser filósofo se não pensarmos o cinza. Acrescentaria dizendo que não é possível pensarmos outras sociabilidades e espacialidades se não entendermos o potencial do cinzento, do cinzento - nem branco, nem preto – do nebuloso, do enevado, com suas complexas nuances, variações e adiaforia.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *Quando a casa queima*. Belo Horizonte: yimé, 2022.
- BENJAMIN, Walter. *Pour une critique de la violence*. Paris: Allia, 2019.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. *L'Anti-Œdipe: Capitalisme et Schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: ícone Editora, 2014.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MORIN, Edgar, PISTOLETTO. *Michelangelo. Impliquons-Nous*. Paris: Actes Sud, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *Penser l'émancipation. Dialogue avec Aliocha Wald Lasowski*. L'Union européenne: L'Aube, 2022.
- SLOTERDIJK, Peter. *Gris*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2023.

Festejar é ocupar: entre a violência urbana e a festa como forma de produzir espaços de vida

Antonio Fabiano Júnior

É pela busca de desejada emancipação imanente, no vislumbre da luta pela desalienação, estruturada em quatro bases: (i) pelo entendimento da violência urbana como categoria política; (ii) pela necessidade de se pensar outras bases para a produção da emancipação social via constituição de rede e laços sociais; (iii) pelas prerrogativas de poder e (iv) pelo lugar vazio da autoridade como estratégia de distribuição de poder inscritos na vida em conflito e disputa, que este texto tece possíveis costuras, entre breves palavras e algumas imagens.

A violência urbana se apresenta em categoria política estruturalmente central atualmente, por indicar “sistemas de expectativas não realizadas no interior da vida social” (SAFATLE, 2020, p. 160), uma vez que a cidade não é somente palco de acontecimentos da vida – como uma base neutra que recebe a produção, a circulação e os seus modos de apropriação – mas algo que está posto nos modos como estes espaços são produzidos, onde o próprio território da produção do mercado (e de sua expansão), as suas formas de controle e poder, os campos dos agenciamentos sociourbanos, as práticas sociais, as ações de resistência e os conflitos inscritos nas formas de produção e gestão, produzem o espaço.

Se a violência urbana aparece nas cicatrizes da vida real, ela nos permite pensar, em outras bases, sobre o processo de emancipação social em um tempo de descredenciamento e descrença no poder da política. Descrédito, mas também aposta no reconhecimento, via aprendizado de tal produção espacial, na medida em que os conflitos articulam diferentes estratégias de produção de mercado e de resistência, realizada a partir de sua intensificação, enunciado na contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da vida.

Viver é um estado forma(ta)do entre espoliações e expulsões urbanas de constante violência: somente na cidade de São Paulo, entre março de 2020 e dezembro de 2021, pelo menos 2.719 famílias foram removidas e 197.368 famílias foram ameaçadas de remoção (UNGARETTI *et al*, 2022, s/p.).

É nesta tensão, vivida em instâncias emaranhadas, acopladas e atreladas, que as formas de controle e seus dispositivos de poder ganham potência, quando devidamente alinhadas à produção do espaço e a expansão dos mercados em processos do capital que, cada vez mais, se realizam como formas de circulação que tangem variadas escadas de atuação, da pequena à grande, renovando a situação de conflito, como campo de agenciamento sociourbano e de práticas sociais na produção das territorialidades urbanas, espalhada por todos os espaços. A destruição, como vemos a galope pós golpe, é uma enorme construção política.

Neste sentido, é importante reconhecer a potência e o problema da ideia e das prerrogativas de poder: a concentração de qualquer coisa só pode existir em determinado ambiente e este ambiente é o lugar da representação de poucos, escancarando a lógica estruturada pela propriedade privada que subjuga modos de vida, atrelada à política de domínio e controle do Estado (instância, por essência, de poder, capaz de criar e suspender regras que permitem direcionar, redirecionar e moldar um ideal modo de vida burguês via a instauração e regulação de ordem e lei).

Esta estrutura poderosa de dominação por meio das formas de controle – que aumentam as desigualdades, as segregações e as expulsões de uma vida possível – acabam

por constituir, como comenta Sassen, “condições conceitualmente subterrâneas que precisamos trazer para a superfície. São, em potencial, os novos espaços para a criação” (2016, p. 263). Espaços que revelam que as tratativas de poder também produzem a vida, mobiliza afetos e constrói laços sociais na constituição de sujeitos políticos, derivada da construção permanente, contínua e, por isso, incompleta, de sua formação, composta por transversalidades que atravessam múltiplas territorialidades urbanas em suas formas rotineiras e conflituosas.

A Ocupação 9 de julho, no centro de São Paulo, em conjunto com o MSTC (Movimento Sem Teto do Centro), é caso exemplar para nos dar bases especulativas sobre as complexidades e contradições vividas justapostas no meio urbano. Localizada em edifício que foi do INSS, entre idas e vindas – por mais de 20 anos o edifício permaneceu vazio até ser ocupado em 1997 e que, após processos de reintegração de posse e desocupações, foi novamente ocupado em 2016 pelo MSTC – hoje abriga mais de 120 famílias distribuídas em 14 andares. Entre crianças, adultos e idosos que compõe as cerca de 500 pessoas que vivem no local, o espaço conta com brechó, marcenaria, cozinha coletiva, refeitório, sala de convivência, biblioteca, brinquedoteca, galeria de arte, quadra, ateliê e espaço de venda de roupas, horta comunitária, estacionamento, área de eventos, espaços de discussões e debates, seções de cinema, lançamentos de livros e revistas, shows e festas. Tais programações não cessam nesta lista: continuamente ganham novas nuances, apropriações e construções que tangenciam formas outras de viver e compreender a cidade. São estas disposições políticas atuantes que carregam, com si e em si, formas múltiplas de possível prática de experiência democrática, capazes de transbordar as energias em um entendimento de que estar em fluxo contínuo e inacabado é condição e (con)formação da própria existência. É a partir desta intensa vida coletiva, aberta também aos não moradores do edifício – muitos de classe média apoiadora de grupos e movimentos coletivos, que encampam campanhas importantes contra o racismo, homofobia, misoginia e meio ambiente –, que o entendimento da permissão da circulação dos conflitos pode levar, como descreve Safatle “ao reconhecimento da necessidade de um certo lugar vazio da autoridade como condição para a criação social contínua” (2020, p. 45). Ou seja, reconhece-se que nem toda relação de poder é uma relação de dominação, porém para isso, no processo de concentração real e de representação, o lugar do poder precisa ser entendido, simbólica e de forma partilhada, como o espaço do vazio e é esta sustentação que mantém o seu caráter de permanência, onde este esvaziamento constrói formas sucessivas de renovação e superação, como algo que não tem preenchimento definido, consolidando um sistema de relações igualitárias que dissolve a ideia de grupo e conseqüentemente a de excluídos, sendo esta a que fica. O esvaziamento, constituído por uma forma de não preenchimento, se apresenta como ação capaz de abrir espaço de renovadas relações de cooperação, como um movimento de transitoriedade que marca esta possível formação de vida coletiva.

É no campo do vazio que se exige, para sua completude, condições mínimas de possibilidade e estrutura coletiva pois “há certa forma de fazer do vazio a forma de presença de algo que empurra a vida social para a emergência do que ainda não tem figura, emergência do que queima nossas formas de representação” (SAFATLE, 2020, p. 55).

Na discussão de/sobre poder, trava-se campos de força e batalha entre concentrar e distribuir. Para que coexistam, entre estes dois polos entra a não submissão do jogo da eliminação, ação tão presente quanto estruturante na oposição das experiências de emancipação e de liberdade, estas sim bases que caminham em direção à possibilidade de constituição de laços sociais. Isto nos faz pensar que a distribuição necessita dissolver/destituir a concentração, instituição criada pelo próprio poder. Assim, o que sustenta e permite o exercício das relações de poder é algo que pode dissolver estas



Figura 1 – Ocupação 9 de Julho e seu espaço coletivo de horta e esplanada para eventos entre dois empreendimentos recentes de habitação, com espaços de lazer privados. Foto: Antonio Fabiano Jr., 2022.

próprias relações. A emancipação é a chave e o núcleo deste exercício, pois seu processo tem como horizonte as lutas políticas, capaz de produzir singularidades a partir da brecha como um lugar de desejo de ruptura. Tal ruptura abre o campo das estruturas da detenção do poder e também do saber.

Esta construção de constante movimento e incompletude corrobora para redefinir estratégias e movimentos implicados com a transformação de comportamentos e valores, e suas representações e visões de mundo mobilizadas, em ações práticas de formação do sujeito político, pois apostam na construção da paisagem da vida da produção social, atrelada diretamente ao fazer e saber coletivos. Tais formações contínuas revelam, não somente as novas forças produtivas sociais, como as organizam, não apenas como uma renovação da produção, mas também na produção, pelos modos inovadores de imaginá-las e estudá-las.

É neste campo que a Ocupação 9 de Julho nos coloca em deslocamento pois abre espaço à experiência do inexistente, mas que continuamente se transiciona em constante transformação que, como em um ciclo, repõe novas formas como resposta da (re)formulação do outro. Se uma grande parcela da população não tem presença, enquanto direito na sociedade civil, as ações promovidas de forma contínua pela Ocupação se contrapõem a uma normatividade instituída de participação, construídas em outros valores. É nesta chave que a autonomia, como algo que está além do vigente, pressupõe o coletivo.

Há que reconhecer que binarismos (público/privado, bem/mal, inclusão/exclusão, centro/periferia, dentro/fora, ação/reação, construção/destruição, ocupação/retirada, apropriação/expropriação) não dão conta da realidade que não tem só mil faces, como continuamente constroem tantas outras margens – sociais e territoriais, legais e políticas. Se o campo articulado do capital ganha formas que se redefinem em uma velocidade cada vez mais rápida, a ponto da reação não conseguir se articular justamente porque, desde seu início, é cooptada para uma nova redefinição, aqui a chave é de um outro tempo, que não o da completa oposição, mas o da constituição, apresentação e reconhecimento de hábitos plurais, abertos e que convivem no contraditório, estes sim capazes de criar outras regras que não as hegemônicas.



As ações – as propostas e as incorporadas pela própria dinâmica cotidiana – são todas conhecidas: comer, conversar, aprender, se divertir. Todos estes momentos de criação, que vem a partir de algo muitas vezes cristalizado, mas proveniente de plurais formas de constituição social em relação às diferenciações espaciais, evocam a criação de uma mudança de imaginário. Imaginário que transcende suas próprias fronteiras de atuação em direção a elos de relações feitos em suas construções. Elas, mais do que manifestações que acontecem no urbano, são a realização do urbano – concebido, vivido e percebido (LEFEBVRE, 1974) – como processos que retomam o espaço de direito e reforçam a ideia de diversidade e vitalidade, em direção a relações de cooperação, solidariedade, compromisso cívico e justiça social, em uma aposta de uma retomada de um projeto utópico, como sinalização do desejo por um outro mundo. Estas ações nunca se dão isoladamente, ao contrário, apresentam-se em pares: a cozinha da 9 de Julho, condutora das ações do espaço, promove almoços abertos para a comunidade todos os domingos, sempre com convidados externos que pilotam a cozinha que, para cada refeição vendida, uma outra é doada. Junto a ela shows, conversas, exposições, vendas de produtos feitos por moradores, parcerias com outras organizações populares, acontecem. Há aqui um certo trânsito não definido de ações que corrobora para ampliar a condição do que é viver naquele espaço que promove outros sentidos comunitários.

Tal pluralidade de encontros, base da estrutura de ações coletivas da Ocupação 9 de Julho, instiga a possibilidade de acesso a um novo modo de pensar e, sobretudo, de se organizar, através do entendimento de seu papel como lugar de um mundo ancorado em outras formas de redes sociais coletivas, capazes de nos levar a possíveis formulações de uma reterritorialização da práxis política (NEGRI; GUATTARI, 2017), não como um retorno a universalização, mas como reconhecimento das condições dos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que pensam, fazem e constroem o urbano e a vida urbana.



Referências

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. *As verdades nômades: por novos espaços de liberdade*. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autentica, 2020.

SASSEN, Saskia. *Expulsões*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016

UNGARETTI, Débora; PECORA, Guilherme; SÁ, Júlia; SANTOS, Renato Abramowicz, GONSALVES, Talita Anzei; MARINO, Aluizio. *Balanco das remoções em dois anos de pandemia na Região Metropolitana de São Paulo*. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/balanco-das-remocoes-em-dois-anos-de-pandemia-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>. Acesso em: 01 nov 2022.

Figuras 2 e 3 – Exposição “O que não é floresta é prisão política”. Show da cantora Tulipa Ruiz. Fotos: Antonio Fabiano Jr., 2019..

Ocupação 9 de Julho – espaço livre

Eugenio Fernandes Queiroga

Este breve artigo se dedica a uma reflexão sobre o espaço livre, ou de maneira mais rigorosa, sobre o sistema de espaços livres (SEL) da Ocupação 9 de Julho, situada no Bairro da Bela Vista, centro de São Paulo. A Ocupação, segundo o site da “Cozinha Ocupação 9 de Julho”, “[...] é um prédio ocupado pelo MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro, em São Paulo. O Movimento tem como objetivo de garantir o direito constitucional à moradia e uma reforma política e social que democratize o direito à cidade como um bem comum [...]”¹¹.

O MSTC ocupa desde 2016 um prédio na Avenida 9 de Julho que já foi sede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e que estava abandonado há décadas. Nos 14 andares do edifício habitam 124 famílias, cerca de 500 pessoas. Trata-se da mais importante ocupação do centro da capital paulista. Tal importância se deve a múltiplos fatores, entre os quais o papel do SEL da Ocupação 9 de Julho, sua relação com a visibilidade do movimento para o público externo que frequenta o local, para seus seguidores nas mídias sociais, para a interação direta ou indireta, com outros movimentos e grupos sociais.

Evidentemente o edifício abriga as mais importantes funções habitacionais ligadas à esfera de vida privada, mas é no SEL da Ocupação 9 de Julho que se dão as ações mais representativas da esfera de vida pública realizadas no local. Várias dessas ações implicam em interdependência com espaços do edifício para a sua existência, porém a visibilidade maior da esfera de vida pública se dá em espaços livres da Ocupação.

Antes de discorrer sobre o SEL da Ocupação, vale entrelaçar algumas notas conceituais que não apenas se prestam como categorias analíticas para o entendimento do estudo de caso, como são postas em questionamento pela própria complexidade do fenômeno investigado. O que importa são as pessoas e suas práticas espaciais e não o engessamento de uma robusta teoria encastelada. Teoria e empiria se relacionam dialeticamente, permitindo, quiçá, uma abertura do olhar.

Entrelaçando conceitos

Entende-se sistema como um objeto complexo (MORIN, 2008), onde as relações estruturais entre os atributos dos elementos que compõem o sistema são o que o caracteriza, ainda que temporariamente, pois sendo os sistemas abertos, novas variáveis o transformam, sejam internas ou externas. Um sistema é sempre um sistema de sistemas, composto por subsistemas e relacionados a sistemas maiores.

Compreende-se o espaço como um híbrido, como um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações, entre fixos e fluxos, entre materialidade e sociedade (SANTOS, 1988). As ações (presente) dos diferentes sujeitos sociais se dão sobre base material pré-estabelecida (passado) segundo intenções (futuro) distintas, por vezes contraditórias e conflitivas. O espaço possui, portanto, um componente inercial e preexistente (sistema de objetos) e um componente dinâmico (sistema de ações). O espaço tem valor ativo no movimento dialético da sociedade, tem-se não simplesmente a dialética no espaço, mas do espaço (SANTOS, 1996).

Espaço livre é “simplesmente” o espaço não ocupado por um volume edificado (MAGNOLI, 1982), são os espaços descobertos, abertos, não apenas os jardins e praças, mas as ruas, os quintais, as florestas, os rios, o pátio descoberto de um presídio, o campinho de futebol na periferia etc. Em inglês se diz “open spaces”, por que então não traduzi-los para “espaços abertos”? Não cabe aqui aprofundar essa polêmica discussão, mas a ideia de liberdade, no sentido proposto por Arendt (1958), ou Sartre (1998), talvez estivesse como potência na noção pretendida por Miranda Magnoli (1982) quando escreveu que “O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz [...])”. Então mais do que espaço aberto, espaço livre, mais do que abertura, liberdade!

Por uma questão operacional e normativa, no campo da prática profissional do planejamento urbano, reduz-se o espaço público aos espaços de propriedade pública. Assim, nem todos os espaços públicos se prestam para a esfera de vida pública, entendida como a esfera das ações políticas (esfera pública política) ou, de maneira mais ampla, como toda a vida que se dá em público, às vistas do público em geral (esfera pública geral)¹². Uma reserva biológica, por exemplo, é espaço de propriedade pública, porém, enquanto unidade de conservação ambiental de proteção integral seu acesso se dá, ao menos em tese, apenas para a pesquisa científica, evitando-se ao máximo o impacto da presença humana sobre os processos ecossistêmicos que se quer preservar¹³. Por outro lado, ações da esfera pública, geral ou política, podem se estabelecer em determinadas propriedades privadas sob determinadas circunstâncias.

Espaço livre e espaço público tão pouco são sinônimos, pode-se ter espaços livres em propriedades privadas, assim como são espaços públicos os edifícios ocupados pelos museus, quartéis ou escolas públicas, entre outros.

A fluidez do sistema de ações sobre o sistema de objetos permitiu conceber a noção de pracialidade (QUEIROGA, 2002), um estado de praça, as ações próprias da vida pública que caracterizam as praças e que se dão, em determinadas situações, em outros espaços livres e até mesmo edificados. Pracialidades ocorrem de forma variável no tempo, dos campinhos de futebol na periferia, às grandes manifestações políticas que fecham ruas e avenidas em áreas centrais metropolitanas, dos botecos que se expandem para as calçadas às festas juninas etc.

Assim, podemos interpretar os espaços livres da Ocupação 9 de Julho, como um SEL aberto, não isolado, capaz de conter práticas cotidianas da esfera de vida privada e eventos frequentes da esfera de vida política, pracialidades.

O SEL em movimento

O SEL da Ocupação 9 de Julho apresenta uma série de espaços livres que podem ser nomeados com certa facilidade: a calçada da entrada principal da Ocupação que se dá pela Rua Álvaro de Carvalho e não pela Avenida 9 de Julho, a rampa em declive que dá acesso aos principais espaços coletivos da Ocupação, a horta, o pomar em área plana e no talude, o espaço de antiga construção térrea hoje descoberto restando apenas as paredes, com destaque para o espaço livre maior aqui denominado de quadra-salão, o talude estabilizado com estrutura de concreto entre a área da entrada e o edifício, o talude vegetado entre a área da quadra-salão e o estacionamento, o estacionamento situado no nível da Av. 9 de Julho e, por fim, a calçada da Av. 9 de Julho.

¹² Sobre os conceitos de esfera pública política e esfera pública geral, cf. Queiroga (2012).

¹³ Cf. a Lei nº 9.985/2020 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no país. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

¹¹ Disponível em: <<https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.



Cada espaço cumpre certas funções no cotidiano habitacional da ocupação, mas quase todos eles se ressignificam nos eventos mais abertos ao público. O SEL pulsa de maneira muito diferente entre os dias de semana, em que predominam as ações da esfera de vida privada e os fins-de-semana, sobretudo aos domingos, onde alguns espaços se constituem em fortes pracialidades.

A Ocupação 9 de Julho é muito bem estruturada e organizada. Estabelece-se uma ordem de natureza orgânica, com direitos e deveres definidos e redefinidos através de amplo debate comunicativo. Estabelece-se não apenas uma razão comunicativa entre os ocupantes (HABERMAS, 1989), mas em boa medida uma razão pública, entre os moradores da Ocupação 9 de Julho e os habitantes e frequentadores do entorno, do centro e da metrópole, ao menos em relação àqueles interessados nas práticas socioespaciais promovidas pela Ocupação.

O SEL acolhe a maior parte das pracialidades da Ocupação. O evento público mais frequente é o almoço de domingo, momento importante para a geração de renda para os ocupantes, mas talvez ainda mais relevante para a divulgação da Ocupação 9 de Julho para um público variado que vai além dos já simpatizantes das causas do MSTC. Não à toa, entre os vários grupos organizados da Ocupação, a “Cozinha Ocupação 9 de Julho” é o mais conhecido pelo público externo. A cozinha fica dentro do edifício, no piso de acesso público, onde os frequentadores acabam passando pela lojinha da Ocupação, pelo corredor com informações do MSTC, instalações artísticas, exposições das oficinas etc. Uma vez com o prato servido, as pessoas almoçam na quadra-salão e imediações.

Todas as paredes da quadra-salão são grafitadas, com temas referentes às lutas populares, impossível almoçar sem observá-las. Árvores estendem suas copas para dentro da quadra-salão, criando um ambiente de sombra, ao mesmo tempo acolhedor e instigante, com as paredes definindo um espaço confinado, com o céu visível entre as copas das árvores, espaço livre.

É na quadra-salão que se realizam shows, lançamentos de livros, saraus, festas juninas e outras manifestações culturais, bem como eventos estritamente políticos. Tais eventos transbordam para os demais espaços descobertos da antiga construção, chegando até as rampas de acesso ao edifício e, sobretudo, até a rampa de acesso à rua.

Nos dias de semana, a quadra-salão é utilizada com maior frequência como uma “simples” quadra de futebol. Os grafites, no entanto, não permitem que o lazer esportivo se dê em espaço despolitizado. Como um “rastros” (DERRIDA, 1991) a esfera pública política invade a esfera privada. Aliás, na Ocupação 9 de Julho nada da porta para fora de cada apartamento é simplesmente do domínio da esfera privada. A dimensão política é a razão de existência da Ocupação.

A larga rampa que interliga a entrada principal ao edifício e aos principais espaços livres da Ocupação é bastante utilizada aos domingos, além de seu evidente papel de circulação, se constitui em espaço de estar e convívio públicos, pode-se simplesmente tomar sol em esteiras e cadeiras de praia pela manhã, espaço de ver e ser visto, espacialidade da vida pública, pracialidade.

A horta e o pomar não são apenas espaços de subsistência, mas informam o visitante sobre a utilidade da agricultura urbana, sobre a qualidade da produção orgânica ali realizada, uma clara demonstração de que o morar e o produzir de forma popular e coletiva são possíveis no centro da grande metrópole.

As calçadas são espaços de propriedade pública, integram as vias públicas, mas pode-se falar das calçadas da Ocupação 9 de Julho como os espaços de fronteira do SEL da Ocupação. Na calçada da Rua Álvaro de Carvalho, a pequena e principal entrada para a Ocupação 9 de Julho passa quase despercebida, o que chama a atenção são os grafites que cobrem o muro em toda a testada, destaque para a frase “Quem não luta tá morto”. A calçada em si vem recebendo um plantio popular de herbáceas, arbustos e algumas árvores, uma imagem de informalidade prosaica que contrasta com o grafite político do muro e com a aridez e rigidez que caracteriza a maioria das calçadas do centro paulistano.

A calçada junto à Av. 9 de Julho dá acesso ao estacionamento da Ocupação, a outrora entrada principal do edifício está fechada. Também ali chama a atenção os grafites e algumas pichações. Nos grafites frases como “Se morar é um direito, ocupar é um dever” e “Juntos moramos” alertam o transeunte para a dimensão política do lugar.

Por um paisagismo popular

O SEL da Ocupação 9 de julho acolhe as mais ordinárias e extraordinárias ações e manifestações. Plantar ou construir um piso, pintar um grafite ou produzir uma instalação artística, são ações que enriquecem cada espaço livre e o SEL como um todo. Pouco ali parece ser aleatório, tudo ali possui razão de existência, a informalidade, a organicidade a maneira simples de (re)construir o espaço que acolhe os eventos (im)previstos com fluidez, articulação e competência são constitutivas de uma prática paisagística coletiva e popular, capaz de receber e propor o novo, ressignificar pré-existências. No SEL da Ocupação 9 de Julho a paisagem se transforma e transforma quem dela usufrui.

O MSTC faz da Ocupação 9 de Julho e de seus espaços livres uma prática pedagógica e política. Tem-se, em pleno centro de São Paulo, uma mostra de paisagem popular. Que a academia saiba aprender a participar de processos como este, contribuindo para a formulação de um paisagismo popular, incluído de saberes e linguagens plurais, em movimento, onde espaços livres sejam espaços de liberdade.



Referências

BRASIL. *Presidência da República. Lei nº 9.985/2000*. Regulamenta o art. 225 [...] da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza [...]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 01 de jul. 2023.

COZINHA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO. *Sobre a cozinha da Ocupação 9 de Julho – MSTC*. Disponível em: <<https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

DERRIDA, Jacques. A diferença. In: *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action* [1981]. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason.

MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1981. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MORIN, Edgar. *O método 1: a natureza da natureza* [1977]. 2. ed. Tradução de Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUEIROGA, Eugenio. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa*. 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

QUEIROGA, Eugenio. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. 284 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/publico//QUEIROGA.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução: Paulo Perdigão. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.



A Morada Charneira: Ocupação Ksa Rosa

Fernando Freitas Fuão e José Carlos Freitas Lemos

O sistema criou essa forma de organização que a gente vive, de sociedade, para nos engessar assim (...) eu me afastei (...) rompia com esse entendimento de que é dentro de uma disputa partidária que tu vais conseguir mudar uma realidade das pessoas (...) achei que era mais (...) me sentia mais útil atuando no despertar da consciência crítica e no empoderamento (...) eu já tinha essa certeza, essa fé de que a cultura e a arte liberta (...) eu vi, eu presenciei as pessoas se transformarem (...) acredito que vim já em 2007, completamente convicta do que eu queria fazer aqui na Voluntários.

Maristoni Moura.

Coordenadora da Ocupação Ksa Rosa.

A ideia inicial, era simplesmente abrir um círculo na parede. Por algum motivo decidiu-se fazer outro círculo e assim surgiu um olho. Achei o fato interessante e me inspirei nisso, na questão dos olhares. São muitos os olhos que por lá passam, ficam, vão embora, voltam; a Ksa Rosa tem vida intensa. Uma troca de olhares é uma forma de se comunicar, é uma conexão.

Tomás Cavedon; aluno de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS; 2017/ 2º semestre.

Este ensaio refere – em termos arquitetônicos, topológicos, espaciais – cortes, furos, fendas, buracos. Não apenas como figuras, mas também expedientes filosóficos fundamentais que sirvam para contrapor pensamentos coletivamente acolhidos, contestar noções socialmente vulgarizadas, impugnar conceitos corriqueiramente difundidos e resistir a ideias tradicionais de ordem. Com este propósito, advém tanto das experiências conhecidas como *buildings cuts* do artista norte-americano de



ascendência chilena Gordon Matta-Clark (1943-1978), particularmente a obra chamada *Conical Intersect* (1975)¹⁴, quanto da reflexão desconstrutora e de crítica à colonialidade do filósofo franco-magrebino Jacques Derrida (1930-2004). O objetivo é acrescentar subsídios para a análise arquitetônica e urbanística¹⁵ dos ambientes de moradas nos grandes centros urbanos de nossa atualidade global, enfatizando o caráter dominante, devastador e inumano de suas segregações sociais. Discriminações e apartamentos compreendidos como fortemente associados à condição de colonialidade. Será ressaltado a Ocupação Ksa Rosa e sua inserção na cidade de Porto Alegre.

Paris, setembro de 1975, Distrito *Les Halles-Plateau Beaubourg*, localidade em tensão. Colisão de posturas, de um lado a perspectiva da “destruição da história como motivo progressista”, de outro, “a necessidade de preservar a memória e o patrimônio urbano”. Uma nuvem de poeira sinaliza uma despedida, um adeus. Matta-Clark inicia recortes circulares em casas do século XVII, os números 27 a 29 da *Rue Beaubourg*, últimas remanescentes da metamorfose local que resultaria na construção do *Centre National d’art et de Culture Georges-Pompidou* (1977). Ao contrário do que poderiam imaginar, Matta-Clark, não era adepto das destruições, desejava uma crítica, um olhar diferente. Visava construir um “antimonumento” que seria proposto mediante cortes radicais em dois edifícios históricos adjacentes e condenados à demolição para criticar a gentrificação que se abatia sobre a localidade urbana. Queria alcançar a visualidade de uma agitação crítica, um atordoamento que desconstruísse noções usualmente estáveis como interior e exterior, cheio e vazio, público e privado, ressignificando metaforicamente o espaço¹⁶. Os círculos maiores e menores em planos de paredes diferentemente distanciadas sugeriam a continuidade abstrata de um tronco de cone perfurante, daí o título “interseção cônica”. Construção de um centro cultural, destruição

14 A contribuição de Matta-Clark para a Bienal de Paris de 1975.

15 É importante não confundir a ideia de desconstrução aqui comentada com o movimento de desconstrutivismo arquitetônico contemporâneo promovido por Peter Eisenman, Frank Gehry e outros arquitetos.

16 BORTULUCCE, 2011, p. 113.



de um bairro. Obra-aniquilamento, arte-arquitetura mediante extermínio, desolação, destroço, ruína. Concomitância de novos significados e de perdas irreversíveis. Morte anunciada, trabalho do luto diante de visões improváveis. Os furos de Matta-Clark alertam.

Porto Alegre, janeiro de 2018, Bairro Floresta, número 1039 da Rua Voluntários da Pátria, segundo semestre em que a Ocupação Ksa Rosa é a temática da Disciplina Projeto Arquitetônico II do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Um projeto de Ação de Extensão Universitária também passa a se relacionar com a atividade de graduação. Aqui, como ocorreu na Rua Beaubourg quase cinco décadas antes, também uma bruma de cisco circunda os trabalhos. A ação é o exercício acadêmico da disciplina Projeto Arquitetônico II, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que no projeto coletivo previa a retirada do forro da sala da biblioteca da ocupação. Estudantes e professores são envolvidos por odores ignorados e cobertos por sedimentos de tempo, resíduos acumulados por décadas de insetos, morcegos e outros animais. Inusitadamente, no grupo, nasce a ideia de se aproveitar o andaime alugado para abrir uma passagem, uma abertura/porta entre a presente sala e outra vizinha. Foi se desenhando e surgindo a proposta da abertura de um furo circular, o que foi prontamente aceito pela coordenadora da ocupação Maristoni Moura. Uma vez aberto o primeiro círculo, e experimentadas as transformações de ventilação, iluminação e espacialidade, outra parede passaria a ser alvo para um segundo furo menor em alinhamento horizontalmente inclinado. Assim, como resultado de uma discussão coletiva, avançou o processo compositivo de supressões, e, numa maneira alusiva à dinâmica Conical Intersect de Matta-Clark, igualmente foi possível imaginar um tronco de cone entre os furos.

Abandono físico e cultural, subversão de regras e orientações, sujeitos e ambientes desafiante, desagregação social e espacial, apartamento de lugares e pessoas, foi muito instigante e em grande dose inusitada a aproximação desconstrutora dos campos temáticos abordados tanto por Matta Clark quanto por Derrida. Desconstrução é um termo que parece, à primeira vista, negativo, parece ser o contrário de construção



e sinônimo de destruição e demolição, indicando uma decadência ou uma falta de projeto. Porém, a partir de Derrida, a desconstrução pode ser uma visão mais refinada da desmontagem estruturalista, muito presente no processo de Matta-Clark. Ao longo das atividades acadêmicas de aulas de graduação, redações de textos, artigos e relatórios de pesquisa e projetos de extensão relacionados o espaço da Ocupação Ksa Rosa ambos, artista e filósofo, promoveram incessante influência. Aconteceu uma paulatina, mas muito agitada convergência das propostas de suas obras até uma provisória visibilidade presente, que aqui se pretende comentar por intermédio da extraordinariamente rica noção de furo, buraco, fissura e brisura. Avizinhamento que apenas agora nos surge como coerência e lógica, mas que talvez logo se modifique noutras coisas, noutras compleições, de acordo com a natureza impermanente da estratificação da vida nos meios urbanos.

A postura crítica diante dos processos de colonização aconteceu em Derrida de maneira concomitante a seu gesto mais famoso da desconstrução¹⁷. Muitos consideraram (e Derrida concordou) o próprio empreendimento da desconstrução como uma prática de desconfiança dirigida a qualquer eurocentrismo¹⁸. Assim, do princípio ao fim de sua vida acadêmica, tal crítica à colonialidade se configurou como uma característica muito relevante. Talvez três das suas obras possam ser destacadas no sentido desta crítica, *De la grammatologie* (1967), *La mythologie blanche: (la métaphore dans le texte philosophique)*, texto presente em *Marges – de la philosophie* (1972) e *Le monolingüismo de l'autre* (1996)¹⁹. De saída, em *Gramatologia*, Derrida cria o termo “logocentrismo” para referir o mais autêntico e preponderante dos etnocentrismos, imposto a todos os continentes do globo. O título *Mitologia Branca* é uma referência à própria metafísica, suporte da longa tradição filosófica do Ocidente. Ou seja, o mithós, o logos, a razão do homem branco. E, em *Monolingüismo do Outro* comenta que os

17 HADDOCK-LOBO, 2019, pp. 22-36.

18 DERRIDA, 2005, p. 42 apud HADDOCK-LOBO, 2019, p. 24.

19 Id., ibid., pp. 24-30.



processos de apropriação e desapropriação de línguas e culturas são acompanhados de gradações de violência e crueldade.

Derrida, produziu importante análise sobre o hífen que ao mesmo tempo une e separa os dois termos da expressão “franco-magrebino”. Identificou neste hífen o signo de um afastamento tão imenso quanto um mar, o Mediterrâneo, grande hiato separador da cultura colonizada argelina e cultura colonizadora francesa²⁰. Se quiséssemos comparar com ocorrências latino-americanas, hifens em palavras como luso-brasileiro ou hispano-colombiano poderiam remeter similarmente ao afastamento representado pelo Oceano Atlântico. A palavra que Derrida usou para referir este hífen que ao mesmo tempo junta e separa colonizadores e colonizados foi *brisure*²¹. A palavra traduzida no português, “brisura”, seria tanto “parte fragmentada, quebrada, brecha, fratura, fenda, corte, furo”, como também “articulação, charneira, dobradiça, gonzo”. Derrida introduzia este termo, esta ideia para pensar a relação estranha entre o “fora” e o “dentro”. Aquilo que é simultaneamente fora e dentro. Como no exemplo do colonizado que é colonizador, que se transmuta em colonizador por ter pele mais clara que outros colonizados, desta maneira reproduzindo o etno e o eurocentrismo em sua própria sociedade colonizada, em que ele próprio é colonizado. Ou seja, o colonizador que é colonizado por seu próprio sistema. Brisura colonizador/colonizado, a brisura, o furo como marca, hiato-chaga da segregação, lacuna-ferida da colonialidade.

Não só no presente texto, como também no cotidiano de atividades práticas e teóricas da disciplina de Projeto na Ocupação Ksa Rosa a ideia da brisura foi tomada como princípio de estranhamento e desconstrução. Furos/brisuras na estrutura arquitetônica têm forte conotação metafórica. E, tanto no pensamento desconstrutor de Derrida, quanto nas práticas desconstrutoras de Matta-Clark, metáforas rompem os limites dos conceitos, alargam ideias fazendo-as explodir. A metáfora brisura/furo/charneira,

20 DERRIDA, 1991, p. 75, apud HADDOCK-LOBO, 2019, p. 31.

21 Id., *ibid.*, p. 31.



amplia, solapa, desmonta elementos do discurso arquitetônico usual. As rupturas metafóricas de Matta-Clark eram premissas da abertura, máximas do acolhimento, axiomas da perfuração que definiam passagens entre público e privado. Puderam ser portais do pensamento como também as portas do artista francês Marcel Duchamp (1887-1968).

Na Ksa Rosa, o furo ocorreu no interior. Do interior para o interior. Entre peças inclusas, oclusas. Não há o movimento espiralado em diagonal de interior para exterior ocorrente na *Conical Intersect* de Matta-Clark. No entanto, podemos dizer que os dois furos ou brisuras, agindo como seções circulares, definiram também um tronco de cone, uma interseção cônica de outro tipo, diferente daquela de maior complexidade de Matta-Clark. Talvez pudéssemos compreender a intervenção de Matta-Clark, em outro sentido, porque não havia preocupação arquitetônica com usos posteriores aos cortes ou com a ação futura das intempéries, pois aqueles prédios de 300 anos seriam demolidos. O próprio aparente descaso em oferecer uma ferida aberta, desprotegendo o interior, fazia parte do nítido estratagema geral de Matta-Clark em alertar para o aniquilamento do patrimônio. A ideia de charneira funcionava fazendo que, ao mesmo tempo, observadores fossem atraídos pela forma inusitada, mas também se sentissem chocados pela exposição agressiva da estrutura interior ao sol e à chuva.

O uso do espaço por pessoas sempre foi a meta principal pelo coletivo da ocupação, e pelos alunos da disciplina de projeto II ou por seus professores. Quando foram pensadas e executadas, as brisuras circulares sempre fizeram parte dos ambientes de maneira a influenciar usos e acrescentar qualificações cognitivas ao discernimento de morada. Ou seja, a motivação dos furos foi arquitetônica. Todos pensavam na invasão de luz, na melhora de ventilação (agora cruzada), no aumento de miradas, na agregação visual de todos os ambientes. O resultado impactou, de salas “mornas”, enclausuradas e com feição estática, comprometidas com funções utilitárias como a acumulação de objetos, a revolução dos furos circulares as fizeram eclodir em ambientes extrovertidos, em maior contato com o exterior (porque agora as peças se conectavam a todas as

janelas), dinâmicas, cuja centralidade da atenção passava a ser justamente os furos, as diferentes perspectivas de enquadramentos de um ou de ambos.

A brisura/furo/charneira desfamiliarizava, deflagrava um sentido alternativo de assimilação e compreensão arquitetônica. Aludia outros significados, interpretações diversas que escapam à opinião dominante da arquitetura, evitam a *doxa*, driblam o senso comum. A metáfora do corte faz ingressar num jogo de movimentos propiciado pelo gesto da cesura, da destruição que reconstrói, instala a passagem por muito tempo impossível. A força da incisão, o ímpeto do corte, o *furor do furo*, todo o seu desconcerto parte do pressuposto de que quem adentra o interior da arquitetura carrega em si um conceito prévio de espaço e de reconhecimento de lugares usualmente simplificados e estritamente utilitários, digamos domesticados, habituados.

A brisura atribui complexidade arquitetônica. Da lacuna, do oco no furo irrompe a nudez momentânea de um novo²². A seguir sobrevém reconhecimento invertido do significado mediante tal desmontagem. O buraco, o hiato, o vazio como parte da estrutura. O negativo da arquitetura, a subtração, como conceito operatório compositivo. Entalhes, chanfraduras, biselamentos enquanto demonstrativos de que a construção também passa pela destruição²³, a reversão de negativo em positivo ou a inversão de acréscimos em faltas. A clausura busca a luz, muros se abrem em entradas ou saídas. Acontecimentos, usos e funções se unificam através de cortes, permitindo uma completa modificação do tempo na obra. A união, o encontro dos diferentes eventos sobrepõem seus tempos. O buraco gera relações que não existiam antes dele, cria surpresas, interações novas, tensiona espaços. O tempo do corte adquire sentido próprio²⁴, experiência de atravessamento, passagem.

Mas o furo ele mesmo, o hiato que lhe representa, o próprio vazio não tem tempo, não pertence ao tempo, a nenhum tempo, é um não-tempo. Seu estranhamento inclui, além de uma heterotopia, uma heterocronia. Uma borda entre dois ou mais estados diferentes. Talvez tanto um tempo sem tempo quanto um tempo de muitos tempos. Na Ksa Rosa, além de cortes foram promovidas intervenções de cobrimentos, veladuras, *decollages*, descascamentos, enxertias, e mosaicos. Compreendidas tanto como recursos técnicos diretamente aplicados, quanto maneiras de pensar e projetar os processos de construção/destruição da arquitetura²⁵. É a partir dessa reflexão da abertura, do furo enquanto estranhamento, reflexão teórica e filosófica que partiremos para explicar a ocupação Ksa Rosa e o processo de acolhimento.

Esse estranhamento trata-se de uma provocação para desencadear o processo de assimilação de um outro sentido da arquitetura, um sentido que escapasse a opinião dominante da arquitetura, a *doxa*, o senso comum. Partia-se, então, da metáfora, do jogo e do movimento propiciados pelo gesto do corte, do destruir para reconstruir, da busca pela passagem até então impossível pelo abandono, pela escuridão.

O furor do furo, o furo e seu furor, o desconcerto, partiu do pressuposto de quem adentra ao interior da Ksa Rosa carrega em si um conceito prévio de espaço e de reconhecimento desse espaço, de habitação, de lugar, de interior e exterior, não importando se é catador ou alguém que vive dentro de uma arquitetura habitada, domesticada. Na Ocupação Ksa Rosa, os muitos furos existentes agem como metáforas, metonímias, analogias, antíteses e paradoxos da concepção de casa com a qual fomos

22 CIDADE, 2010, p. 22.

23 Cidade, 2010, p. 13.

24 Id., *ibid.*, p. 17.

25 O “processo de construção/destruição da arquitetura” é a síntese temática e metodológica tratada na disciplina de graduação referida.

domesticados. Aí ocorrem inversões, sobreposições, alterações de sentido. Uma porta, por vezes, transforma-se em janela, uma parede torna-se passagem, entradas, muitas vezes são bloqueadas. O furo é um etéreo elemento de transição. Estes buracos, passagens, acessos, portas e janelas fazem parte da constituição essencial da arquitetura, participam daquilo que é o fundamento do habitável, mas não habitual, dos rudimentos arquetípicos da arquitetura. Espécie de reminiscência ancestral que viabiliza a circulação da vida. Furos expõem a nudez da arquitetura. Furos são sempre entradas para mundos, portas, passagens, efeitos de expansão, exposição, expressão diante de universos. Por eles nascemos, despertamos, desabrochamos para novas configurações, cenários e contextos.

Ao perfurarmos, (re)produzimos o mundo, dobramos o espaço e abrimos o que era fechado ao mundo numa curvatura de acolhimento, uma invaginação. As aberturas encerram a polaridade platônica da luz e da escuridão. A entrada através delas é sempre envolvida de mistério, o escuro da terra, a gruta, a caverna, o terrorífico, o grotesco. Portas também são saídas, traz à luz, o vento no rosto, a revelação, a beleza, o alívio, a esperança, o encorajamento, o mundo, a vida. Nós vivemos e somos trespassados, pela *perfuracidade*. São furos pequenos, médios, grandes. Existem buracos em todas as coisas, fendas por toda a parte. Aberturas e orifícios nos referem à porosidade da vida e das relações, mesmo as paredes, as barreiras, os bloqueios parecem ter brechas invisíveis que nossos olhos sempre estão prontos a atravessar, tocar. Num sentido filosófico, tais rupturas de Matta Clark eram premissas da abertura, máximas do acolhimento, axiomas da perfuração que buscavam passagens entre público e privado. Eram portas do pensamento como as portas do artista francês Marcel Duchamp.

Os buracos são atratores, chamam a atenção, sugam a tudo e a todos, traga luz. Esta relação de sumidouro da luz é peculiar ao diafragma da máquina fotográfica com a objetiva, a mesma existente entre a pupila e o olho, rasgo e espaço que Matta-Clark investigava.

E o buraco parecia um olho. O olho, ao contrário do que se pode pensar, é também um sentido tátil, apalpador. Tal como a mão ele toca e é tocado. Na visão e na vida, tanto o olho quanto o furo trazem simultaneamente mistérios e revelações. O próprio olho possui uma espécie de buraco, a pupila, por onde penetra a luz, que se projeta sobre a superfície parabólica de células fotorreceptoras da retina. A luz penetrante na caverna do olho é instantaneamente transformada em impulso pelo nervo ótico e em campo visual pelo cérebro. Entra luz e sai visão. Todo o processo da visão nos incorpora e penetra através de um furo.

Havia ali um campo de forças em estreito contato que mantinha a forma e definia espaços. O buraco parecia gerar um campo de força de atração enquanto ferimento na parede. Ela denuncia, realça o abandono, mas simultaneamente reenvia a um ato de criação por antonomásia. Esburacar naquele momento foi um ato libertador para todos nós e para Ksa, um atrevimento, um ato de sobrevivência.

Diferentemente das propostas de Matta-Clark, os dois buracos feitos na Ksa foram decisão e obra coletiva entre moradores da Ksa Rosa, alunos e professores. Igualmente aos de Matta-Clark, eles tensionaram as fronteiras entre arte e arquitetura, embora arte e arquitetura sejam apenas duas das palavras que acionam os processos na Ksa Rosa. Vivência e experimentação coletivas são termos que passam mais vezes pela língua de quem ali trabalha. Nos processos compartilhados cada um tenta descobrir, criar uma participação que tenha significado a partir de decisões e gestos negociados. Há também uma ética coletiva; a ação de um afeta o outro.

Os buracos na Ksa representam também aquilo em que as pessoas podem cair fundo e se perder. Agora a fissura e não a brisura, mas sim o vício, o ralo do *crack*, que engole, absorve. Os dois buracos apontam para cotidianos nos quais o corpo pode mergulhar, terminar. As paredes em que se encontram, foram bombardeadas por décadas. Muros nervo-expostos que dão um depoimento agudo da história da Ksa. Os buracos são círculo perfeitos sobre todo um resto de paredes irregulares como feridas. São os furos do abandono, oferecem aos visitantes o sentido de incompletude do humano, como referido por Paulo Freire. Estas feridas que ficaram nas paredes gritam contra todas as convenções do que uma casa possa comportar, desacomodam o olhar.

Diante da realidade xenofóbica e racista da cultura ocidental moderna, Derrida e Matta-Clark certamente não obtiveram a sorte de serem devidamente reconhecidos como autênticos exemplos de cidadãos de suas pátrias-mãe. Derrida, nascido na Argélia colonizada pela França e vindo de família judia, e Matta-Clark, norte-americano, mas filho de pai chileno. Voltando os olhos para o Brasil percebemos que é grifado com abrasadores signos de uma colonização secular ainda em curso.

Para que se tenha uma ideia, em pleno ano de 2023, a parte de sua história influenciada pela presença de escravos ainda é quase três vezes maior do que o segmento de tempo sem o absurdo cativo de pessoas negras. Assim, é esperado e muito reconhecido o fato de que a desigualdade global se reproduza em seu território de maneira dramática. Em 2021 o contingente populacional com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais (96 dólares) foi aproximadamente 30% da população brasileira (de um total de 214,3 milhões de pessoas)²⁶. A distribuição de renda por etnia configura que dos 10% mais pobres 80% são negros²⁷. Mesmo que Derrida e Matta-Clark tenham pertencido a grupos étnicos colonizados em seus países de origem, nem de longe se aproximaram da hiperbólica crueldade colonial testemunhada em carne viva por estas muitas gerações de coletividades miseráveis. Historicamente, o modelo hegemônico de urbanização no Brasil e no mundo tem afastado as camadas mais pobres em direção à periferia dos territórios. As zonas de pobres, com grande concentração de negros, são territórios que ninguém quer ver, brisuras no desenvolvimento etnocêntrico. Brisuras arquitetônicas e urbanísticas são produzidas tanto pela gerência do desenvolvimento dos territórios quanto pelas resistências populacionais. Ao retirar a visualidade, esconder uma população, esquecer suas demandas, a administração pública das cidades instala o vórtice da brisura, porque faz nascer o desespero do ativismo pela vida. Seres humanos expulsos, desassistidos, segregados, continuamente retornam para o local onde as condições viabilizam seu trabalho e sua subsistência. São atores desafiantes das ideias, dos discursos e dos valores hegemônicos das sociedades de nossas grandes cidades²⁸. Moradores de rua, favelados e ocupadores de imóveis urbanos e rurais são todos desafiadores do sistema político, das elites e das autoridades. Ao lutarem por suas vidas geram desconforto, medo, ódio e discórdia com estas outras instâncias sociais. Estas pessoas geram também brisuras, o desafio ou o desafiante em si se apresentam como brisuras. Suas cenas são metáforas de furos no sistema, não deixam esquecer o quanto sua desassistência impede o pleno desenvolvimento geral. Um pedinte na calçada, uma fileira de casebres montados com restos de materiais inadequados, uma antiga casa abandonada ocupada são signos de um novo tipo de morada da cidade moderna, a morada charneira. Trata-se de um lugar de desafio, uma brisura, uma dobradiça, um furo.

26 NERI, 2022, p. 3.

27 MADEIRO, 2019. UOL, <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>

28 TRINDADE, 2017, p. 159.

O não tratamento, a desatenção em relação às localidades brisuras é o principal motivo do fracasso do planejamento urbano das grandes cidades. Políticas públicas e resistências sociais geraram estes furos/gonzos que necessitam ser enfrentados. As ocupações de prédios abandonados nos centros urbanos fazem parte deste processo. São metáforas, brisuras, charneiras. A Ksa Rosa é uma delas, ela mesma uma brisura por ser desafiadora do sistema. Alunos e professores, ao se darem conta das ocorrências sociais, se engajarem e procurarem aprender com coletivos ocupadores, igualmente tornam-se desafiadores do sistema político, das elites, das autoridades, de colegas de corporações profissionais e de colegas de academias. A morada brisura/charneira é local de constante tensão, entra-se, mas, não se sabe o momento em que autoridades, comandados pelas elites entrarão porta a dentro para expulsar a todos. Trata-se de um adentrar/fora. As ruas das cidades são as principais referências dos moradores de casas charneiras, são casas-ruas. Na Ksa Rosa e outras ocupações ocupa-se um furo, vive-se no furo, se usa a ruína, apropria-se o abandono. A obra de Matta-Clark e os furos na Ksa Rosa se aproximam de Derrida na crítica à estrutura, promovendo uma arqueologia da construção e elaborando uma crítica à sociedade pós-humanista. Aprender a nova arquitetura do projetar os grãos de vida em tempo real torna-se o desafio. A morada charneira talvez seja o objeto de estudo arquitetônico e urbanístico mais importante de nosso tempo presente.

Sobre a hospitalidade /acolhimento, lembramos que ela traz o tema no espaço fora do espaço. A hospitalidade transfere a noção de lugar para o indivíduo. Ele próprio é o portador da hospitalidade, ele é o próprio espaço, como se o sentido não estivesse no espaço ou na arquitetura, mas sim nas pessoas. O espaço de um edifício prestes a ser demolido, a partir da possibilidade da experiência, transfere para o outro – artista, observador – a imagem fraturada e que fere.

Se presume que o sobrado de dois andares, sede da Ksa Rosa, tenha sido construído próximo à virada dos séculos XIX e XX. A Ksa Rosa situa-se na Rua Voluntários da Pátria, lugar esse que sofreu um longo processo de degradação, correspondente à sua própria história na cidade de Porto Alegre. Atualmente é uma das zonas de maior concentração de comerciantes da reciclagem de resíduos sólidos e também de concentração do crack, a “Cracolândia” de Porto Alegre.

O dia era nublado. E o silêncio da constatação daquela mudança e abandono acrescentava uma tristeza de impotência. Desânimo de um mundo esperando ajuda, sem parceiros interessados em acudir. Aproximando-se da Farrapos brotavam prostitutas das janelas, moradores de rua encorajavam-se a pular grades e viver em meio a entulhos de detritos e sucata dentro de pátios de sobrados abandonados e semidestruídos. O trecho da Farrapos até a Voluntários e na sequência da Voluntários até a Ksa Rosa era e continua hoje a ser particularmente crítico. Hotéis inacreditavelmente pobres e arruinados dão lugar a mais prostitutas, que se misturam ao submundo do crack e outras drogas pesadas. Os locais de prensagem de resíduos de papeis e plástico sempre ativos são misturados com a rede de tráfico de drogas numa aparente feição indistinta. Na Voluntários crianças, cachorros e vendedores de refeições diversas (não raro fazem churrascos de carne de frango e de costela de gado em toneis nas calçadas) se somam a esta multidão frenética (José Carlos Freitas Lemos).

Passar a trabalhar em um lugar considerado à margem e no qual alunos de uma universidade (pública!) dificilmente pisariam, se tornou então, além de um desafio, um ato transgressor. Como se formar arquiteto desconhecendo e ignorando uma parcela

da cidade em que se habita? Foi com este horizonte de compreensão da formação e da prática profissional do arquiteto que, no primeiro semestre de 2017, a disciplina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Projeto Arquitetônico II, iniciou a colaborar com a ocupação na relação ensino-aprendizagem²⁹ e no primeiro semestre de 2018, criou-se um projeto de extensão para melhorar seu apoio³⁰.

Nesse trabalho coletivo, 'conjunto', há a recusa a trabalhar com qualquer noção de hierarquia, buscando romper a natureza disciplinar do universo acadêmico da arquitetura e das artes. Redescoberta do mundo num sentido de muitas mãos, em que moradores e alunos organizam espaços com uma visão crítica interativa. Soluções e surpresas inusitadas. Vivências diretas de interpretação de mundo, o fim não interessa o fim é o caminho percorrido, a criação em diferentes formas. As experiências na Ksa ocorrem em relação direta com o mundo, em um mergulho na coletividade e complexidade, contraponto à lógica neoliberal que propõe formação acadêmica distanciada de um implicar-se na realidade do campo social de um modo amplo. Contraponto a formações que se limitam a salas de aula, laboratórios e ateliers muitas vezes desconectados do fluxo da vida. A Ksa é oportunidade para praticarmos algo que não é um tempo nem um modo pré-determinado, fixo. Ela é uma espécie de gerúndio que está sempre inventando práticas coletivas que vão descascando, pintando, repintando, escrevendo, descartando, desenhando, pensando, acolhendo, recolhendo, fotografando, desmanchando, colando, rasgando, esburacando...

"Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. (FREIRE, 1996, p.50). Se a conclusão é o fechamento preterimos o inacabado e o inconcluso, sempre a abertura, sempre o buraco.

Referências

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. O espaço na obra Interseção Cônica, de Gordon Matta-Clark – *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.16, p. 113-129, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%207.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

CIDADE, Daniela Mendes. *Os cortes de Gordon Matta-Clark: um ritual de destruição e reconstrução da arquitetura*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27864>. Acesso em 24/05/2020. 2010.

FUÃO, Fernando F. As formas do acolhimento em arquitetura. Em: SOLIS, Dirce; FUÃO, F. *Derrida e arquitetura* (orgs.). Rio de Janeiro: Eduerj. 2014.

FUÃO, Fernando F. *A porta*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2016/09/a-porta-fernando-fuao-figura.html>. Acesso em 24/05/2020. 2016a.

FUÃO, Fernando F. *As portas de Duchamp*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2016/11/as-portas-de-duchamp.html>. Acesso em 24/05/2020. 2016b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Derrida e a experiência colonial: Para o outro lado do Mediterrâneo e além... *Ensaio Filosóficos, Volume XIX* – Julho/2019. Disponível em: http://www.ensaiofilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/03_HADDOCK-LOBO_Ensaio_Filosoficos_Volume_XIX.pdf. Acesso em 23/01/2022.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Uma brisura: Derrida às margens de Nietzsche. Morpheus, *Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Conhecimento e Sociedade* - Vol 04-número 06 – 2005. Publicação on-line semestral - ISSN 1676-2924. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4742/4233>. Acesso em 29/01/2023.

LEMOS, José Carlos Freitas. *Para uma história da desigualdade*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23754>. Acesso em 24/05/2020.

LEMOS, José Carlos Freitas; FUÃO, Fernando Freitas; Zanatta, Cláudia Vicari. Artefurar: Ocupação Ksa Rosa. *Contemporânea*, v.3 n.5, e8, 2020, p.01-09. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/45288/46127>. Acesso em 29/01/2023.

MADERO, Carlos. *Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos...* UOL, Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 29/01/2023.

MORAES, Angélica de. *O furo que mudou a história da arte*. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/MostrasExpos/Arte/noticia/2014/03/o-furo-que-mudou-historia-da-arte.html>. Acesso em 24/05/2020. 2014.

NERI, Marcelo. *Mapa da nova pobreza*. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV, Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em 29/01/2023.

VIECELLI, Ana Paula; FUÃO, Fernando. A porta, a ponte, o buraco, um orelhão. *Querências de Derrida, moradas da arquitetura e filosofia*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

²⁹ Esta temática da disciplina de projeto arquitetônico II é ministrada pelos professores Fernando Fuão e José Carlos Lemos.

³⁰ O projeto de extensão universitária "Reabilitação Arquitetônica da Ksa Rosa. Projeto e Execução" (Faculdade de Arquitetura/UFRGS) é coordenado pelos professores Fernando Fuão (Arquitetura/UFRGS), José Carlos Lemos (Arquitetura/UFRGS), Ana Paula Kirchheim (Engenharia Civil/UFRGS) e Cláudia Zanata (Artes Visuais/UFRGS).



A Cidade que entra e o Lar que sai

Isabela Sollero Lemos

Na busca pela compreensão dos arranjos práticos ricos de toda a complexidade da ordem multidimensional da sociedade, nem sempre os limites são claros. O elemento físico que representa o limite entre o espaço público e o espaço privado - seja ele um muro, uma porta, uma cerca - pode ser visto para além da função de separação entre um domínio e outro. Quando esse elemento é poroso e os limites são difusos ou transitórios, mais possibilidade existe de interação entre pessoas e usos que acontecem de um lado e de outro. A diluição de limites e a interação contém uma dimensão ética possibilitada pela necessidade de coexistência cotidiana com a diferença. Mesmo que as relações sejam anônimas, frágeis e momentâneas, existe um respeito, uma consideração em relação à presença do outro, que pode ser um caminho para a humanização. É claro que junto ao convívio, também existem tensionamentos e disputas. No entanto, o conflito é inerente à relação social, é também uma forma de socialização e de interação.

A seguir discutiremos brevemente alguns aspectos que perpassam os limites entre espaço público e espaço privado em duas situações espaciais muito representativas do habitar cotidiano na América Latina: a Ocupação 9 de Julho, no Centro da cidade de São Paulo (imagens 1 e 2), e um território periférico denominado Santa Fé, na Cidade do México (imagem 3). Trata-se de espaços de vida como formas populares de construir a cidade, que estão em constante transformação. São territórios dos homens pobres e lentos (SANTOS, 2006), que não se deixaram seduzir pela aceleração contemporânea e pela voracidade do tempo presente, e com isso se aproximam mais dos problemas da existência cotidiana. Ali, as inter relações são fluidas, transbordam, e a apropriação pública é construtora de identidade. Evoca laços de pertencimento e estabelecimento de fronteiras porosas. São pactos que constroem as práticas e os grupos sociais que as alteram.

Dentro que é Fora

A entrada original do edifício onde atualmente habitam os moradores da Ocupação 9 de Julho acontecia pela fachada frontal, simétrica, sem recuo frontal do monumental do prédio *art deco*, direcionada para a Av. 9 de Julho, via importante na área central da cidade de São Paulo. Os moradores da Ocupação inverteram a entrada, que agora acontece pela rua de trás, ou seja, pelo antigo fundo do lote. Esta inversão mudou completamente o ponto de vista e a percepção do lugar. Hoje, quem passa pela Av. 9 de Julho não relaciona aquela entrada com a Ocupação e vice-versa.



O muro, que demarca a nova frente, é um grande aparato que dialoga com a cidade (imagem 2). É um suporte para divulgação das inúmeras atividades culturais que acontecem na Ocupação e para manifestações de conotação política representadas através do grafite³¹. A arte vem então significar esse limite ocupação/rua, e revigorar o espaço e o momento da entrada. O coletivo é trazido para dentro, a partir da abertura e da interação com outros agentes da cidade, principalmente do âmbito cultural e do âmbito acadêmico. O MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) empreendeu esforços para a melhoria do prédio, acondicionando os espaços às necessidades dos moradores, ao cumprimento da normativa vigente e também para cursos de formação em ofícios, promovendo autonomia via economia criativa, empreendedorismo e geração de renda. Assim, Ocupação, aos poucos, foi se vinculando a iniciativas artísticas (teatro, fotografia, documentários/ audiovisual, etc.) e com atividades promovidas por universidades e ganhando visibilidade. Os diversos eventos rotineiros na Ocupação, principalmente o tradicional almoço de domingo da “Cozinha da Ocupação 9 de Julho”, atraem pessoas de várias partes da cidade.

Uma vez atravessada a porta e o muro, depara-se com um pátio aberto que dá acesso aos apartamentos e outros espaços livres comuns internos, onde tem-se uma visual ampla, uma espécie de mirante para aquele espaço, para o conjunto de atividades diversas e para a mistura de pessoas que ali se encontram (imagem 1), que se consolida como “um espaço com fala, um espaço expressivo de filosofias, de ideologias, de programas, de emoções” (FERRARA, 1993). A cidade entra, ultrapassando os limites, físicos e também simbólicos. A Ocupação se abre para a cidade, e a cidade entra. A cidade como vida pública entra. A cidade viva, diversa.

Além disso, existe uma interação forte dos moradores com o entorno. Estar no Centro e interagir com Centro é uma intenção primordial, não apenas da Ocupação 9 de Julho, como do MSTC como um todo. Tem-se como premissa ampliar e construir uma tessitura social a partir de frentes diversas, como por exemplo da educação, com as crianças frequentando escolas adjacentes; do lazer, ao utilizar cotidianamente os parques da região; dos comércios, ao comprarem nos mercados e lojas locais; do trabalho, já que é uma área com muitas ofertas e alta empregabilidade.

³¹ No muro da Ocupação 9 de Julho há uma pintura de uma mulher negra gritando “Quem não luta está morto”.



“Nós não defendemos só o Direito à Moradia. Nós defendemos o Direito à Cidade!”³²
Moradora da
Ocupação 9 de Julho

Dessa forma, é intrigante constatar que a Ocupação 9 de Julho amplia as dimensões do que é entendido como morada *a priori* (que é a razão primordial daquele Movimento), justamente através da abertura da casa. É a construção de um mundo a ser compartilhado a partir do doméstico, a partir dessa dimensão de uma certa interioridade. O limite da moradia se dilui através da arte e de outros vínculos urbanos para a construção e a convivência de diferentes mundos/realidades.

Da cozinha e horta comunitária à galeria de arte, brechó e biblioteca montada a partir de doações, a vida coletiva, estruturada e consolidada no edifício, ativa o entorno, ativa o Centro. As formas de apropriação pública daquele espaço definem vínculos sociais de identidade, solidariedade e ação comunicativa (HABERMAS, 1987), e por isso, seus condicionantes e repercussões são singulares e se manifestam espacialmente nas formas materiais e simbólicas. Hoje, os moradores da Ocupação 9 de Julho são capazes de abrir um novo horizonte, uma nova perspectiva dessa existência comum, se aventurando por territórios que não estão dados, que não estão garantidos.

Fora que é Dentro

A imagem 3 representa o contexto de um bairro popular de Santa Fé, na Cidade do México. Apesar das inúmeras singularidades, em uma escala mais ampla, o bairro apresenta situações de vulnerabilidade socioespacial semelhantes a diversos outros bairros periféricos latino-americanos. No entanto, restringir-se a materialidade comprometida limita a interpretação daquela realidade urbana e a compreensão dos sentidos que ela carrega. A forte convivência entre os moradores gera conflitos, mas também gera sociabilidade e vitalidade urbana. As interações sociais, as “dinâmicas de vizinhança”, a cooperação se desenvolve, mesmo que por necessidade, e revelam atitudes criativas nas espacialidades do cotidiano. O espaço livre da rua comumente é apropriado por muitas famílias para a realização de atividades domésticas, dissolvendo os limites físicos entre o espaço privado e o espaço público.

A cena da imagem 3 mostra o espaço ocupado da calçada que contém importantes expressões da vida doméstica sobre a infraestrutura urbana sistêmica, funcionalmente projetada para os fluxos motorizados e não motorizados, estacionamento, drenagem e arborização urbana. A mulher varrendo a rua, o homem sentado com o telefone na mão junto ao cachorro, os móveis colocados do lado de fora, a lâmpada pendurada, a porta entreaberta são alguns dos elementos demonstrativos de que parte significativa da vida íntima acontece do lado de fora. Esse espaço construído e reconstruído pelas pessoas que nele inscrevem e gravam signos de mundos de valores aos quais eles se aderem (seja esta operação explícita ou não, consciente ou não) se socializa pela prática cotidiana (LÉVY, 2003).

O cuidado com o público, demonstrado nos vasos de plantas decorativos, contrasta com a grade da janela, um claro indício de insegurança que se opõe à aparente tranquilidade da cena. A prática da violência tem suas regras próprias nesse território, o que permite aos seus protagonistas saberem como e quando usar o espaço público, como e quando deixar a porta aberta ou fechada.

O que não se vê na imagem são as diferentes temporalidades que fazem com que os usos sejam transitórios. De dia, a porta se abre, e parte do cotidiano doméstico acontece do lado de fora da casa onde a calçada e parte do leito carroçável adjacente acomodam o conjunto de apropriações familiares, numa dimensão comunitária de bairro. À noite há o usual toque de recolher do tráfego e o espaço é então ocupado pelo medo. Retiram-se os fios da tomada para que se possa fechar a porta, reaberta na manhã do próximo dia.

No limite do comum

As formas de morar discutidas são predominantes no contexto latino-americano: trata-se de situações que constroem simultaneamente o cotidiano e uma dimensão pública popular. São lugares onde os hábitos, as negociações, as disputas e os conflitos mudam rapidamente. Muitas vezes as estruturas físicas desses espaços podem mostrar realidades que parecem ser permanentes, mas através do prisma da apropriação pública, percebe-se que as fronteiras são difusas e os limites estão em constante transformação.

A cena da periferia mexicana (imagem 3) é a expressão do íntimo, do doméstico, do privado. Entretanto essa expressão é manifestada na apropriação, ainda que temporária, que tem no espaço público da rua a extensão da própria casa. A familiaridade que aquelas pessoas demonstram ter com o espaço da rua não necessita nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, o que se pode ou não fazer (MAGNANI, 2002). Uma cena cotidiana que se mistura com o cotidiano da própria cidade, de um lugar por onde ninguém vai passar, além dos moradores do bairro.

O cotidiano da Ocupação 9 de Julho passa por outros aspectos, talvez mais densos. A intensa rede de atividades transformou o lugar num ponto cultural da cidade, um lugar de destino. A Ocupação internaliza essa fruição pública dentro dos seus limites espaciais, e introjeta isso em um espaço de habitação, ainda que comunitária. O modo de vivenciar e organizar aquele espaço envolve construções coletivas com diferentes setores da sociedade que se articulam para ações transformadoras. Trata-se de pensar no que é comum como uma ação coletiva de produção, apropriação e reapropriação do que se tem, e do que é feito; do que existe, e do que é criado.

³² A moradora remete-se a: LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2004.

Os dois modos de vida sucintamente discutidos, de certa maneira, rompem com o modelo hegemônico individualista, que exalta o “estar fechado em si mesmo” como distinção social. Esse rompimento é representado principalmente pelas apropriações, que transcendem o sentido dos limites público/ privado, dentro/ fora - tanto físicos quanto simbólicos. São espaços em transformação e de transformação, lugares de apropriação no seu sentido mais pleno, na construção de uma outra cidadania.

Referências

FERRARA, L. D. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Atica, 1993.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason*. Boston, Beacon Press. 1987.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. *Espace*. In: *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Berlin, 2003.

MAGNANI, J. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, 2002.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Cupinzeiro que se alastra: o político a partir do doméstico

Fernando de Mello Franco

O direito à moradia é a principal bandeira da luta travada pelos movimentos sociais. Com o tempo, o seu conceito se transforma e os seus significados se expandem. Nas recentes ocupações em São Paulo, ela adquire outros atributos. Para além do resultado da luta, a conquista de um espaço para morar o transforma, em si, no próprio campo onde se praticam outras lutas. Em processo contínuo, a pauta se amplifica. O movimento se alastra.

A Ocupação 9 de Julho se apresenta enquanto um objeto empírico oportuno para essa reflexão. Para realizá-la, partimos da metáfora do cupinzeiro, tal como enunciada por Bruno Latour.

O cupim está confinado: trata-se, sem dúvida, de um modelo de confinamento, não há como negar, ele nunca sai! Exceto pelo fato de que é ele que constrói o cupinzeiro, mascando torrão por torrão. Dessa maneira, *ele* pode ir a *qualquer lugar*, mas sob a condição de estender o seu cupinzeiro um pouco mais longe. O cupim se envelopa em seu cupinzeiro, enrola-se nele, que é, ao mesmo tempo, seu meio exterior e sua maneira própria de ter um exterior; ele é seu corpo prolongado, por assim dizer (LATOURE, 2022, p.14).

A ideia da luta pela moradia como *cupinzeiro que se alastra* aponta para uma estratégia em fluxo contínuo, em constante progressão: lutar, ocupar, abrigar, resistir, prover, cuidar, convidar, acolher, enredar, fortalecer, alastrar, habitar.

No caso em questão, a estratégia traçada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) se alavanca pela dimensão política dos afetos, pela abertura da ocupação a uma alteridade que é impactada e passa a fortalecê-la. Um procedimento [talvez metódico, previsível, ou fortuito, contingencial, imprevisível] de constituição de uma interioridade cuja existência é o acolhimento daquilo que não faz parte dela, o acolhimento daquilo que chega, entra, invade, se coloca com, junto de, um ser-com-os-outros, sem se deixar assimilar completamente (GUATELLI, 2020).

Essa política dos afetos estrutura-se através de diversas manifestações relacionadas à economia doméstica e feminista. Elas se desenvolvem a partir das latências encontradas em lugares deliberadamente postos em condição de resíduo pela sociedade. Articuladas entre si, essas manifestações promovem uma tessitura de redes socioeconômicas. Inicialmente, constroem as condições de aterramento e, posteriormente, prolongam as ações em forma de alastre penetrante e rizomático.

Todo resíduo é insumo para uma luta

A Constituição Brasileira de 1988 garante o direito de propriedade e estabelece o princípio de que a mesma deverá cumprir a sua função social. Estima-se que existam algumas centenas de milhares de imóveis que não estão cumprindo-a no município de São Paulo³³. Tal magnitude motivou o poder municipal a criar uma diretoria dedicada ao controle da função social da propriedade³⁴. Entre outubro de 2014 e dezembro de

33 O Censo 2022 contabiliza a existência de 519 mil imóveis desocupados em São Paulo. Este número deve ser acrescido pelos imóveis classificados como subutilizados, ou utilizados por usos que não cumprem a função social da propriedade. Fonte: IBGE, 2023.

34 A Gestão Haddad (2013-2016) criou em 2014 o Departamento de Controle da Função Social da



2016 foram notificados 1.260 imóveis, totalizando 2,5 milhões de m², entre imóveis subutilizados, não edificadas e não utilizados³⁵.

Se por um lado o marco regulatório da política urbana oferece instrumentos de controle da função social da propriedade, de outro a gestão da política urbana pode torná-los inertes. E isso é exatamente o que vem ocorrendo em São Paulo desde 2016. Também os instrumentos podem ser transformados em resíduos.

Os movimentos de moradia tem plena consciência desse processo. O que os leva a prospectar imóveis que não cumprem a sua função social como estratégia de acesso à moradia. Esta condição do imóvel é o que diferencia o ato de invadir do ato de ocupar. O atual estágio de emergência climática exige expandir o conceito de função social. Isso implica também reconhecer o impacto ambiental decorrente do volume de recursos naturais extraídos, da energia e do trabalho gastos na produção de imóveis relegados à condição de resíduos urbanos. Logo, a reutilização dos imóveis subutilizados é também uma atitude ética em relação à agenda climática. A função da propriedade a ser cumprida deve ser a socioambiental.

Enredamento

A Ocupação enquanto estratégia de luta por moradia não pode ser dissociada da Ocupação enquanto estratégia de provisão da “economia doméstica”. Esse termo composto pode soar um pleonasma quando contemplado ao conceito original de economia, cunhado pelo filósofo Xenofonte na Grécia Antiga. Combinando *oikos*, que significa “casa de família”, “agregado familiar”, com *nomos*, que significa regras ou normas, ele inventou a arte de gerir um lar, e isso não poderia ser mais relevante nos dias de hoje (RAYWORTH, 2019, p.12). A Ocupação resgata o significado original da palavra e transforma a economia doméstica em manifestação de uma política

Propriedade – DCFSP/SMDU responsável pela gestão dos instrumentos específicos.

35 Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Relatorio_CMPU_DCFSP.pdf. Acesso em 15/11/2022.



feminista. “Lute como quem cuida”, diz o Movimento. Privilegie a economia da provisão dos cuidados com o outro³⁶.

Diversas atividades lá estabelecidas desempenham um papel seminal na construção dos vínculos internos e externos entre a comunidade e a cidade. Uma vez franqueadas à população em geral, permitem constituir redes de afeto que auxiliam na sustentação da vida material dos ocupantes. Constroem estratégias eficientes de resistência com os intrusos, os de fora que já estão dentro (GUATELLI, 2020). Os intrusos são aqueles convidados a participar, agregar, contribuir, comunicar, disseminar, multiplicar, após terem sido afetados pelo contato com a Ocupação. Fortalecem a sua estratégia de resistência e operam como alavancas de expansão do Movimento para outros espaços. Uma das forças motrizes é a Cozinha Ocupação 9 de Julho. Foi montada em 2017 no terceiro andar do prédio original, junto com a marcenaria, a sala multiuso, o refeitório, o brechó, a sala de comunicação e o escritório. Essa cozinha coletiva cumpre diversos objetivos: prover infraestrutura de apoio para suprir a demanda própria por alimentação, e gerar renda vendendo produtos e serviços a terceiros, refeições no local e marmitas para entrega.

Sua localização junto à passarela permite acesso direto do edifício ao terreno. Ampara o uso dos espaços externos em recintos de acolhimento coletivo e confraternização dos *intrusos*. Shows, oficinas e atividades de capacitação vem sendo agregadas aos almoços. O intuito principal é promover a visibilidade pública do MSTC. Todas essas atividades funcionam como uma proteção contra o despejo e a criminalização dos movimentos de moradia através do apoio de uma parcela mais ampla da sociedade³⁷.

A Horta da Ocupação 9 de Julho é um outro programa multifinalitário que vem sendo incrementalmente implementado. Trata-se de uma horta orgânica de gestão comunitária que faz parte de um programa de sustentabilidade que também provê as

36 A respeito da economia feminista, ver RAYWORTH, 2019, p.90.

37 Fonte: <https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/pagina/sobre-a-cozinha-da-ocupacao-9-de-julho-mstc.html>. Acesso em 15/11/2022.

demais ocupações lideradas pelo MSTC. Vislumbrando maior abrangência no futuro, objetiva unir dois grandes movimentos – o movimento urbano e o movimento pelo direito à terra – gerando, nas ocupações, demanda de produtos frescos e orgânicos, que poderão ser supridos pela agricultura familiar organizada³⁸.

No contexto da Ocupação 9 de Julho, a Horta resulta da decisão em equilibrar os usos do solo entre a provisão habitacional e a provisão de serviços ambientais. Além da produção de alimentos, investimentos vêm sendo realizados na construção de sistemas de reservação de água de chuva para irrigação e no recolhimento de resíduos orgânicos da Ocupação para produção de compostagem que fertilize a própria horta. A construção de vínculos não se limita aos movimentos sociais. A Horta também se articula com as políticas públicas do município através do Sampa+Rural³⁹. Este programa reúne iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável com o objetivo de dar visibilidade aos produtores agrícolas, fortalecer as redes e valorizar a produção local. Foca na capacitação dos produtores através de assistência técnica, no fortalecimento da cadeia de valor da agricultura familiar e dos vínculos entre os territórios urbano, periurbano e rural necessários para o equilíbrio dos serviços ecossistêmicos e ambientais necessários à vida na cidade.

Alastramento

Alastra é uma empresa de confecção de vestuário que nasceu de um projeto concebido por Julia Linda e Hayge Mercurio em 2018, com o propósito de “Alastrar as idéias a partir de roupas descartadas, tanto no lixo, quanto em bazares beneficentes e brechós (...) resignificando as peças por técnicas variadas”⁴⁰. A produção é organizada a partir de coleções que focam personagens políticas. As peças estampam imagens de “mulheres irreverentes, ousadas e corajosas que ensinam e inspiram”⁴¹, ainda que não limitadas em personagens femininas. A marca Alastra é, em si, um pixo, um código identitário e de contestação, transgressivamente inscrito no espaço urbano que lhe dá suporte. Nas palavras de Linda, a pixação é praticada “como grito dos oprimidos e silenciados, os excluídos e marginalizados dando a peça e ao corpo que a veste, um lugar de pertencimento no caos da cidade, um grito escrito que fala com todos com os quais cruzam ou perpassam seu caminho”⁴².

A confecção instala-se no oitavo andar da Ocupação, que possui varanda própria, fruto do escalonamento da volumetria do edifício. Os dois apartamentos com essa condição são preteridos pelos moradores devido aos altos custos de manutenção da impermeabilização do piso. Diante de um novo resíduo que resulta das dificuldades financeiras da Ocupação, surgiu a estratégia de convidar a Alastra a se instalar no espaço. A parceria firmada gerou o desenvolvimento de uma coleção exclusiva com a temática da Ocupação e suas principais lideranças, Carmem Silva e Preta Ferreira. Ainda que a principal estratégia de comercialização dos produtos seja pela internet, a oficina de confecção é aberta ao público. Os insumos para a fabricação, os produtos resultantes e os compradores presenciais, só a acessam após um longo percurso. É necessário passar pelo portão controlado junto à rua, percorrer sessenta metros até a porta da edificação e, finalmente, subir os cinco andares de escada que atravessam as áreas privativas das moradias de um prédio onde os elevadores estão desativados há anos. Adentra-se o apartamento onde se instala a oficina/confecção e, após atravessá-

38 Fonte: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/horta-da-ocupacao-9-de-julho-mstc> Acesso em 15/11/2022.

39 A respeito ver <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 15/11/2022.

40 Fonte: <https://www.julialinda.com/alastra>. Acesso em 15/11/2022.

41 Idem.

42 Idem.

lo, encontra-se com a varanda, um aparente beco sem saída. Após um giro de 360o, reencontra-se a porta atravessada, transformada em seu avesso, em vitrine de peças recém confeccionadas.

Neste espaço, ambivalentemente interno e externo, são produzidas as imagens que se alastram pela internet. Elas convocam corpos a ocupá-las e a percorrerem as ruas. Uma vez em movimento, brandem suas vozes gráficas gerando perturbações no espaço urbano em conflito pelo qual transitam. Assim, as roupas da marca se constituem em espaço político⁴³ tanto quanto em armadura para a luta⁴⁴.

Luta comigo

Os movimentos sociais atualizam permanentemente os sentidos das suas pautas. A agenda climática está agora incorporada à agenda do direito à cidade. O MTSC a traz ao campo tangível a partir da esfera da vida cotidiana. Nessa direção, os agenciamentos programáticos que interrelacionam o espaço da morada, da economia e da prestação de serviços ambientais, a partir do espaço doméstico, vêm sendo reconfigurados.

Na Ocupação 9 de Julho ressurgem os atributos do quintal, espaço de suporte à multiplicidade de formas de uso, de provisão de serviços de manutenção da vida doméstica e de reunião com aqueles que não pertencem ao agregado familiar. Nessa Ocupação, o quintal⁴⁵ acolhe distintas expressões da economia feminista, operadas como estratégia de uma política de afetos potente na tecitura das redes de atração, mobilização e divulgação da luta. Coletivamente, distintas atividades franqueadas ao público constroem um escudo simbólico de salvaguarda ao movimento e, conseqüentemente, de resistência.

A Ocupação 9 de Julho não é um evento isolado e esporádico. São várias as ocupações do no centro organizadas pelo MTSC que, por sua vez, se associa em rede com diversos outros movimentos que atuam em São Paulo e no Brasil. A busca por solo urbano, insumo fundamental, não é aleatória. Foca em espaços que não cumprem a função social da propriedade, reconhecidos e regulamentados pelo sistema de planejamento nacional. Seu envelopamento em ocupação-cupinzeiro é apenas uma ação para impulsionar o seu alastramento em direção ao conjunto sistêmico de espaços tornados residuais por uma lógica de produção da cidade que não convém.

No momento em que a ausência de um mundo comum a compartilhar está nos enlouquecendo (LATOURET, 2020, p.10), a Ocupação 9 de Julho se apresenta como alento. Sua potência reside em enredar ocupantes e intrusos no enfrentamento de uma luta em conjunto.

43 Fonte: <https://www.centralperiferica.org/post/a-moda-para-mim-%C3%A9-o-grito-marca-alastra-insere-nas-pe%C3%A7as-de-roupa-um-significado-pol%C3%ADtico-e-socia>. Acesso em 15/11/2022.

44 Instagram Alastra. Disponível em <<https://www.instagram.com/reel/CfrTBIfaTR>>. Acesso em 15/11/2022..

45 A palavra quintal deriva do diminutivo de quinta, propriedade com moradia. A tradução recorrente para o francês é cour, cuja origem epistemológica provém do latim cohors (co+hortus).

Referências

CAFFÉ, Carla. *Estúdio 9 de Julho + MSTC e O grupo inteiro* (Org.). MSTC: Moradia como prática de cidadania. Disponível em <https://escoladacidade.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/MSTC-Moradia-Como-Pratica-de-Cidadania-2019.pdf>. Acesso em 15/11/2022.

GUATELLI, I. Morar na abertura de interioridades. *VIRUS*, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=5&item=111&lang=pt>. Acesso em: 15/11/2022.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?: Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. *Onde estou?: Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RAYWORTH, Kate. *Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2019.

SÃO PAULO [Cidade]. *A função social da propriedade*. Utilização Compulsórios em São Paulo. São Paulo: SMUL, 2019. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/20150901-peuc-baixa_1441305327.pdf. Acesso em 15/11/2022.

Sítios eletrônicos

Instagram Cozinha da Ocupação 9 de Julho. <https://www.instagram.com/cozinhaocupacao9dejulho/>. Acesso em 15/11/2022

Instagram Horta da Ocupação 9 de Julho. <https://www.instagram.com/hortaocupa9dejulho/>. Acesso em 15/11/2022

Instagram Alastra. <https://www.instagram.com/aalastraa/> Acesso em 15/11/2022.



Ocupações informais e o novo espaço público

Guilherme Wisnik

Na cidade de Lagos (imagem 1), Nigéria, pessoas utilizam a calçada como lugar de trabalho, enrolando conjuntos de fiações em pilhas de bobinas. Diante da falta de espaço dentro dos cômodos, numa cidade muito adensada – nos edifícios, em segundo plano, vemos roupas penduradas nas sacadas –, e com imóveis precários e exíguos, o espaço público se torna uma extensão da vida privada. Extensão expansiva, que vai pouco a pouco ocupando os espaços, invadindo as ruas, e dificultando a passagem de automóveis. A dominância da informalidade, aqui, se manifesta na ocupação de áreas ao ar livre, processo claramente visível para quem circula pela cidade.

Já em Dubai, no deserto dos Emirados Árabes Unidos (imagem 2), a cidade é um tecido rarefeito que se espalha linearmente ao longo da costa do Golfo Pérsico, deixando muitas áreas vazias pelo caminho, como neutras superfícies de areia sem nenhum sinal de presença humana, e com grandes viadutos e torres envidraçadas ao fundo. Construída para a circulação motorizada, em um clima tórrido e pouco convidativo ao pedestre, a cidade interioriza as atividades diárias no interior dos edifícios, devidamente climatizados, como símbolos de um luxo baseado na economia (insustentável) do petróleo. Sob o regime da pujança econômica, da desertificação urbana, e do controle governamental por mãos de ferro, a informalidade quase não existe. Se a foto que vemos de Lagos exprime uma condição urbana voltada ainda para o mundo do trabalho, em Dubai a imagem da cidade espelha a abstração do capital financeiro.

Antagônicas em muitos sentidos, Lagos e Dubai são cidades-símbolo do capitalismo contemporâneo. Globalmente falando, se Dubai pode ser considerada como um arquipélago de enclaves modernizados – aquilo que Sharon Zukin denominou de “paisagens de poder”⁴⁶ –, Lagos, por sua vez, tomando a expressão de Mike Davis, representa o “planeta favela” que rodeia esses enclaves: ocupações transitórias e clandestinas. Para muitos, o caos da megalópole nigeriana representa a barbárie total,

⁴⁶ Ver Sharon Zukin, *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.



o estágio final da pobreza terceiro-mundista, a metástase do processo de crescimento urbano contemporâneo. Juízo preconceituoso que o arquiteto holandês Rem Koolhaas critica, afirmando, ao contrário, que o andamento econômico e urbano do capitalismo atual faz com que o mundo tenda a se parecer cada vez mais com Lagos, e não o inverso. E, portanto, se as cidades norte-americanas e europeias tendem a Lagos, é preciso aprender com a cidade africana, entender quais são as táticas de sobrevivência e criação de dinâmicas vitais de sua população em meio a desafios tão grandes⁴⁷.

À propósito, como lembra Nelson Brissac Peixoto, a lógica destrutiva da globalização oferece também, paradoxalmente, possibilidades insuspeitadas de integração às cidades que ficaram à margem dos grandes investimentos, como no caso exemplar de Lagos, em que os baixos de um grande viaduto colapsado foram ocupados por uma enorme feira informal (e pirata) de produtos eletrônicos, que passou a dominar o mercado da África Ocidental e do Oriente Médio, sendo responsável por parte expressiva do movimento econômico da cidade e do próprio país⁴⁸. Isto é, certas deficiências congênitas de formação urbana são capazes, às vezes, de gerar sistemas alternativos engenhosos, já que, nas palavras de Brissac, “a globalização provê uma vasta gama de novas oportunidades para operar fora dos sistemas regulatórios”⁴⁹.

Como fica claro, em tal contexto explosivo e de intensa mudança de paradigmas, a vitalidade das cidades contemporâneas não se expressa exatamente em sua forma física nem em sua porção formal, e sim no transitório campo de forças que as atravessam, e que aparece sobretudo em suas áreas intersticiais, marginais, secretadas pelo processo de modernização e planejamento. Exemplo disso é a apropriação de obras de infraestrutura viária por populações de sem-teto ou camelôs, em muitas metrópoles do mundo, que parecem indicar novas compreensões do que venha a ser o espaço público hoje. “Vastos espaços residuais que”, ainda segundo Brissac, são “ativados

47 Rem Koolhaas, no filme *Lagos wide and close: an interactive journey into an exploding city* (2005), vídeo-documentário feito pela artista holandesa Bregtje van der Haak.

48 Ver Rem Koolhaas et al., “Lagos”, in *Mutations*, Bordeaux: Actar/Arc en rêve, 2000, pp. 650-719.

49 Nelson Brissac Peixoto, “Informe: urbanismo e arte nas megacidades”, in *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 2003, p. 433.

por inovação programática”⁵⁰. Trata-se, assim, de aprendermos com essa importante dimensão informal das cidades – espaços amorfos ocupados mais por acontecimentos do que por formas.

Tal reflexão nos traz à terceira imagem. Em El Alto, na Bolívia, em meio ao altiplano que circunda o vale de La Paz, vemos uma área suburbana de ocupação muito densa, misturando veículos de todo tipo a improvisadas barracas de comércio informal, com edifícios baixos de tijolo e sem revestimento ao fundo. Trata-se de um dos nós viários de entrada e saída da cidade, de onde partem (e por onde chegam) vans e micro-ônibus que fazem o transporte de pessoas, que ali desembarcam para novas conexões motorizadas ou a pé. Lugar estratégico, portanto, para a montagem de um hub comercial, ainda que efêmero e não formalizado. Um precário mercado de rua.

Grandes aglomerações como essa fazem parte da experiência cotidiana de se circular por El Alto, entre gritos que anunciam tanto os preços de produtos à venda quanto os destinos das “lotações” que estão partindo. Uma sufocante experiência de proximidade promíscua, criada pela hipertrofia da informalidade, e que se mistura aos costumes festivos das populações indígenas locais, de etnias aimará e quéchua.

Do ponto de vista do imaginário visual, a paisagem urbana de El Alto lembra algo do oeste norte-americano: rarefeita, desolada, carente de espaços públicos. Com a diferença importante de que é mais pobre e, a todo momento, revela a proximidade do universo rural, nas comidas, nas roupas das pessoas, na presença de animais.

Hoje, como mostra a excelente exposição *Post-it city*, em muitas das grandes cidades do chamado “Sul Global” as ocupações temporárias do espaço público podem ser vistas como estratégias de resposta tanto à disciplina positivista da cidade planejada, quanto aos apelos consumistas e publicitários que dominaram os espaços públicos tradicionais, quase sempre excludentes. Ações ora de sobrevivência, ora de explícita divergência, com forte potencial de denúncia política. As ocupações das ruas e calçadas de El Alto, nesse sentido, podem ser vistas como uma coleção de práticas desobedientes. Pois, como observa Martí Peran, conceituando a *post-it city*, “se o espaço público tradicional invocava uma espécie de pacto entre o interesse privado e o bem comum, a esfera pública contemporânea está infectada por tal multiplicidade de exclusões que a desobediência já não pode ser considerada alheia ao juízo do justo”⁵¹. Com pouco apoio do Estado, os moradores de El Alto mantiveram, em contexto urbano, sua organização comunal indígena, com “juntas de vizinhança”, e uma forma de fazer política distante das relações tradicionais entre os domínios público e privado. Trata-se de um verdadeiro ensaio contemporâneo daquilo que alguns autores chamam de “esfera do comum” (*commons*), tal como apontado por David Harvey⁵², baseando-se nas pioneiras pesquisas de campo feitas por Sian Lazar em El Alto⁵³. Vanguarda das novas insurgências políticas do século XXI, nos tempos explosivos de movimentos de ocupies e primaveras urbanas.

El Alto é uma cidade nova, que nasceu como um subúrbio da capital, na área plana e alta onde foi instalado o seu aeroporto, em 1965. Precário desde a origem, o assentamento urbano cresceu de forma desordenada e totalmente autoconstruída pelas pessoas pobres que foram lá se instalando e vivendo do comércio informal que liga o altiplano (e, com ele, o Chile, o Oceano Pacífico e o Oriente) às áreas mais

50 Idem, p. 420.

51 Martí Peran. *Post-it city: cidades ocasionais*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008, p.45.

52 David Harvey, *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2013.

53 Sian Lazar, *El Alto: ciudad rebelde*. La Paz: Plural Editores, 2013.

baixas e ricas da Bolívia, que chegam a Santa Cruz de la Sierra e ao Mato Grosso, no Brasil. Muitos desses habitantes da cidade são ex-camponeses indígenas e ex-mineiros que perderam o trabalho com a onda de privatizações e o fechamento das minas (de prata, estanho e carvão) nos anos 1980. E, por isso, trouxeram com eles uma forte consciência política para a cidade, baseada numa profunda tradição sindical. Assim, com uma mistura explosiva entre forte organização camponesa, tradição sindical mineira, identidade indígena e grande entrada de capital internacional, El Alto se tornou um importante centro de resistência às políticas urbanas neoliberais, liderando as revoltas da chamada “guerra do gás” em 2003, que levaram à queda do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, e à ascensão de Evo Morales, eleito dois anos depois. Por sua posição geográfica estratégica, a cidade controla todos os pontos de entrada e saída de La Paz, podendo facilmente sitiar a capital, como fez algumas vezes.

Dessa forma, enquanto a capital boliviana está encravada entre escarpas num vale quase fechado, El Alto se expande infinitamente no altiplano. Com praticamente um milhão de habitantes, a cidade (que se tornou município apenas em 1985) já ultrapassa a população de La Paz, numa taxa de crescimento que tende a aumentar cada vez mais. Não há barreiras à vista. Sem um centro geométrico definido, nem uma arquitetura pública e histórica que o caracterize, El Alto é, na verdade, desde o início, um imenso subúrbio a se espalhar. Escrevendo sobre Moscou em 1927, Walter Benjamin nota que a combinação entre os amplos espaços e a presença ainda marcante, na cidade, da cultura camponesa, fazia dela uma urbe completamente diferente das que existiam já àquela altura no Ocidente. E anota: “Em parte alguma Moscou se parece consigo própria, mas com sua periferia”⁵⁴. Hoje, passado quase um século, não encontro melhor definição para descrever El Alto.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única – Obras escolhidas* vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRISSAC, Nelson. “Informe: urbanismo e arte nas megacidades”, in *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 2003.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2013.

KOOLHAAS, Rem et al. “Lagos”, in *Mutations*. Bordeaux: Actar/Arc en rêve, 2000.

KOOLHAAS, Rem et al. *Al Manakh: Dubai guide*. Roterdã: AMO/OMA + Archis + C-Lab + Moutamarat, 2007.

LAZAR, Sian. *El Alto: ciudad rebelde*. La Paz: Plural Editores, 2013.

McGUIRK, Justin. *Radical cities: across Latin America in search of a new architecture*. Londres: Verso, 2014.

PACKER, George. “A megacidade”, in *Revista Piauí* n. 5. Rio de Janeiro: fevereiro de 2007.

PERAN, Martí. *Post-it city: cidades ocasionais*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008.

WISNIK, Guilherme. *Bolívia*, 2016. Porto: Circo de ideias, 2018.

WISNIK, Guilherme. “Lagos é aqui?”, in *Estado crítico: à deriva nas cidades*. São Paulo: Publifolha, 2009.

ZUKIN, Sharon. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

⁵⁴ Walter Benjamin, *Rua de mão única – Obras escolhidas* vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.182.

Mora (ainda) na filosofia : Ouvidor 63, ocupar e imaginar a terra⁵⁵

Luciano Pessoa

Introdução

Uma casca mínima, uma proteção circunstancial ao frio, ao vento, à chuva, ao calor do sol. Morar e se demorar dentro dessa casca pode representar uma proteção a esse ente físico chamado corpo, mas é sobretudo uma proteção à pessoa integral, viva, que nasce, respira, come, dorme, que sente e que fala, que anda, imagina, pergunta, e que um dia se mistura novamente à matéria muda do mundo, em meio aos mesmos mistérios que a trouxeram à existência. Tal proteção, então, não protegeria apenas o corpo físico, mas seria também uma proteção simbólica, porque somos seres de corpo e alma, de terra e de céu, de clareza e escuridão, de ciência e de sonho.

Pode parecer estranho falar em proteção simbólica diante de edifícios ocupados por populações necessitadas, muitas vezes em condições precárias, sem ventilação ou iluminação adequadas para moradia, sem água encanada, eletricidade ou sem o aval dos proprietários. Mas o habitar humano dificilmente se limita à dimensão física. O termo habitar remete ao hábito, e, portanto, a uma dimensão temporal, o que de saída já nos informa sobre os sentidos de ciclo e de transformação, de totalidade e de história, ou seja, nos informa sobre certo entendimento do habitar em relação necessária com um mundo, do habitar como habitar um mundo, como imersão, pertencimento, como complexidade, e também como concepção desse mundo.

E se estamos imersos nesse mundo, como parte dele, e se somos seres de imaginação, de concepção e de pergunta, podemos nos perguntar: que mundo é esse? Que mundo me engendra enquanto engendo o mundo? Que mundo se imagina em mim, em cada um, no contido e no aberto do mundo?

O habitar, a cidade e o mundo refletem tanto um sentido de proteção, como o sentido de abertura e das trocas que observamos entre nosso corpo e o mundo. Absorvemos do mundo elementos como ar, luz, calor, alimento, água, e devolvemos ao mundo elementos reelaborados em nossos processos vivos, em troca com os processos do mundo e da vida mais ampla, que nos produz e nos absorve. Mesmo em organismos de uma única célula podemos observar membranas que são tanto um limite entre interior e exterior, como também o resultado e a expressão das relações e da interdependência entre esse organismo e o ambiente que ele integra.

O habitar humano pressupõe, então, não apenas trocas físicas com o mundo, mas também trocas menos palpáveis, que transitam pelo mundo da mente, das emoções, da memória, da imaginação, em conexão necessária com o corpo, um mundo que pode estar aquém ou além da nossa consciência ordinária, um mundo de tonalidades, de nuances, de territórios nunca completamente explorados, e que eventualmente se mostram muito maiores e mais intensos do que se poderia supor. Particularmente, esse é um mundo em permanente migração, em constante movimento, expansão, aprofundamento, e que não conhece estabilidade.

⁵⁵ Referência ao samba Mora na filosofia, de Monsueto e Arnaldo Passos (1955) e ao trabalho “Mora na filosofia: Sobre (des)ocupações, desabit(u)ações e peles conceituais”, que apresentamos no seminário Limites Limiares Transbordamentos <<https://bit.ly/3E5wCBm>>, PPGAU FAU Mackenzie, 2021.



Um mundo de imagens, não apenas visuais, mas imagens enquanto concentrações de forma ou sentido, potencialidades ou totalidades que assim nos aparecem e que tomam nossa consciência, entendidas como realidades. Essa morada imaginal que nunca abandonamos, esse é o mundo psíquico, manifestado e vivido pelas pessoas vivas, em que corpo e mente são expressões de uma mesma unidade.

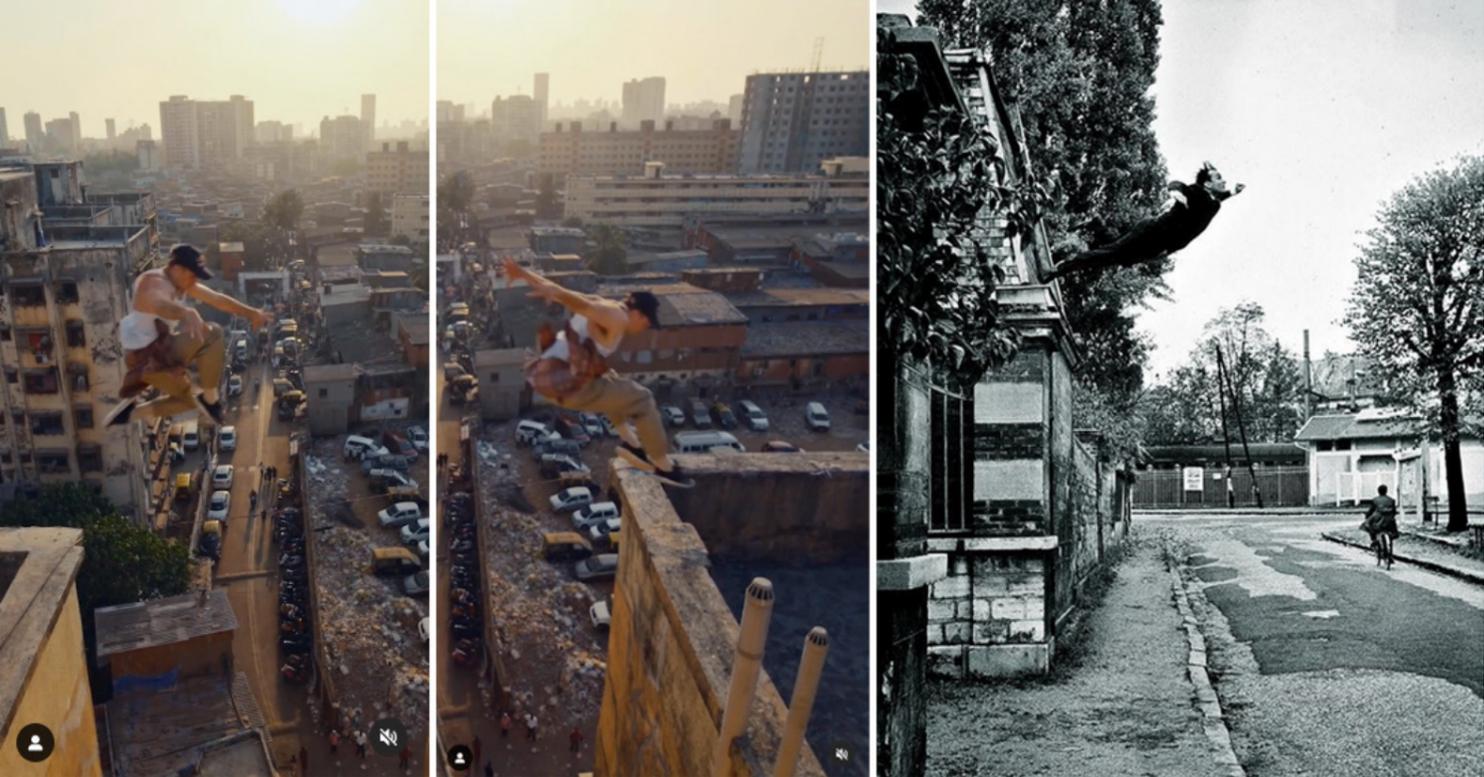
Ocupar imagem movimento

Partindo então de algumas imagens-fábrica, imagens-continente, imagens grávidas, aqui escolhidas entre as tantas imagens disponibilizadas na internet pela ocupação da rua do Ouvidor 63 ou em relação com essa ocupação, traçaremos algumas linhas de observação e de potência que, também em diálogo com o processo de discussão desenvolvido pelo grupo, eventualmente propiciarão novos cruzamentos, novos tecidos de sentidos, novas imagens, permeáveis, habitáveis.

A primeira imagem é uma fotografia noturna do edifício número 63 da rua do Ouvidor, no centro de São Paulo, publicada em julho de 2022 nas páginas das redes sociais do Centro Cultural Ouvidor 63⁵⁶. A foto, atribuída a Rose Steinmetz⁵⁷, uma das artistas da ocupação, mostra a fachada do edifício com suas janelas iluminadas por dentro, um pouco dos ambientes, uma multiplicidade de cores e formas, e um pouco das paredes externas, numa espécie de colagem viva, nitidamente diferente da impessoalidade e da monotonia dos condomínios regulares. Junto da foto, no Facebook, algumas palavras que já combinam arte, política, religião, economia: “Cada um de nós, aqui e agora – somos a resistência. A nossa arte tem função social. A nossa autogestão é horizontal. A nossa luz não pode ser apagada”.

⁵⁶ <https://www.instagram.com/ouvidor63/>

⁵⁷ <https://bit.ly/3xzZCPf>



No âmbito arquitetônico, a construção remete a um discurso marcadamente moderno, de concreto armado e de vidro —o mesmo que sugeriria a Walter Benjamin um curioso habitar desprovido de rastros—, da mesma modernidade que propiciou o inchaço das cidades e o progressivo abandono do campo e da terra, a mesma terra que em outros tempos e espaços facilitaria o acesso à habitação e ao sustento. Ainda como discurso arquitetônico, as vidraças coloridas poderiam evocar uma vaga inspiração gótica (como na Sé, a poucas quadras da ocupação), mas a luz elétrica, aqui, catedral invertida, é acesa por muitos, de dentro para fora do edifício, e remete menos ao espetáculo medieval que à experiência diária de sobreviver em comunidade. Cores talvez de uma sempre nova Fênix, símbolo egípcio de resiliência e renascimento, ou de um estranho Mondrian, profanado pela selvageria dos deuses extramuros, Dioniso e Ártemis, sinalizando os limites da normalidade excessiva e do descuido com o que é de fato sagrado. Cores, como nos Penetráveis de Oiticica, infiltradas por aparições de uma suposta marginalidade que parece tão própria da cidade quanto os altos muros de palacetes e prisões.

Habitada por artistas desde maio de 2014, a ocupação da Ouvidor mantém uma parceria com a Red Bull Station, espaço da marca Red Bull⁵⁸, numa colaboração que se evidencia em ações como na II Bienal de Artes do Ouvidor, realizada em 2018. Do lado oposto do Corredor Norte-Sul, a Red Bull Station resta quase diretamente conectada ao edifício da Ouvidor pela Passarela do Piques⁵⁹. Em contexto bastante diverso daquele da ocupação —em que vemos frequentemente imagens de ações da comunidade, pessoas reunidas, cursos, circo, teatro etc—, e acompanhando o conhecido slogan da bebida energética (“Red Bull te dá asas”), as páginas ligadas à marca Red Bull propagam imagens de pessoas voando ou descoladas do chão, em cenas de esportes radicais, sugerindo energia com imagens de movimento, liberdade, a excitação do momento, adrenalina, vitória ou de um “sair de si”, um “ir além”, de caráter individual. Nossa segunda imagem, então, traz apenas um exemplo disso, em cenas de um vídeo do atleta de parkour Jason Paul⁶⁰ saltando sobre o topo de edifícios

58 <https://www.redbull.com/br-pt/>

59 Nome que remete ao Largo do Piques ou Largo da Memória, a 200m da ocupação, que no séc. XIX marcaria um limite da cidade, local também conhecido por ter abrigado um mercado de escravos.

60 <https://www.instagram.com/p/ChZ2AAmAhsm/>

em Mumbai (Índia), justapostas a uma imagem do artista francês Yves Klein em sua performance “Le Saut dans le vide” (1960)⁶¹, registrada em montagem fotográfica, em que parece se lançar ao vazio sem nenhuma proteção.

Enquanto os artistas da Ouvidor 63 valorizam o sentido de comunidade na conquista de um endereço, um teto, uma terra firme, ainda que instável a longo prazo, os protagonistas da ascensão e da decolagem Red Bull parecem não ter problemas com moradia. Ao contrário, sugerem uma aparente necessidade de sair da terra, de desafiar a gravidade, mesmo que por um instante, em troca de uma medalha, talvez uma boa foto ou algo do gênero. O salto “no vazio” ou “para o vazio” de Yves Klein, de que também nos aproximamos pelo registro fotográfico, teria como pano de fundo o interesse do artista pela espiritualidade de “teorias cosmogônicas e filosóficas do movimento rosa-cruz”, por um vazio que, segundo filosofias orientais, “é sagrado, faz nascer todas as coisas, é origem e fim” (ARGAN, 1992, p. 669).

Versões modernas de Ícaro, as imagens de Jason Paul e de Yves Klein, ainda que em chaves diferentes, podem evocar um sentido de transcendência, mas também de desmedida (gr. *hybris*), do limite não respeitado. Escapando de um labirinto com as asas de cera fabricadas pelo pai, o jovem Ícaro não dá ouvidos à advertência de não voar muito próximo do Sol, pois este derreteria a cera, derrubando-o no mar. Conforme Brandão, Ícaro “traduz a temeridade, a volúpia das alturas, em síntese, a personificação da megalomania” (2000, p. 590). Mas se Paul salta sobre um vazio físico, esperando pousar no edifício ao lado, Klein salta para um vazio simbólico, imagético, potência de todos os vazios, e mais, potência do lançar-se humano na existência, como O Louco, talvez, da carta sem número do Tarot, ou como um simples cidadão que por um descuido perdesse o teto, o chão, perdesse tudo, exceto o risco.

Habitar é preciso: imaginar a terra

Fechando provisoriamente esta breve meditação a partir das imagens expostas e de certa delimitação teórica, resta colocada uma discussão do habitar como função intrínseca do humano, função de humanidade, ainda que esta se ponha cotidianamente em movimento. Como presentes divinos, tal como informado pelos mitos gregos, como realidades de que não podemos simplesmente nos abster ou nos esquivar, habitar o corpo no mundo (na terra, na vida, na imaginação) é dimensão humana, mais inescapável do que esta ou aquela insuficiência social, política, espacial, urbana. Tal como habitar o corpo, habitar a terra é fundamento do humano. A arquitetura e a cidade, como espaço humano no mundo, são desdobramentos desse corpo imaginante. Mas que mundo é esse, imaginado, em que não há lugar para uns ou para outros? Que imaginação os torna uns e outros? Que limite, que limiar assim os define e interconecta? Acaso esse limiar é guardado por um cão, um dragão, um fosso, uma serpente? Que imaginação dispõe um “velho” mundo como detentor, legislador e suposto salvador dos “novos” mundos que amaldiçoa, aprisiona e condena?

Como espelho de um passado não muito distante, cabe lembrar a ocupação em larga escala com que os povos europeus se instalaram e continuam se instalando em tantos terceiros mundos mundo afora, e que até hoje se perpetua, direta ou indiretamente, no saque, na exploração e na destruição dos territórios e dos povos originários. Que imaginação dá a uns o direito exclusivo de ocupar, escravizar, assassinar, usurpar e de esquecer, enquanto a outros cuida de expulsar da terra viva para lançar em uma urbanidade cega, alienígena, que não os recebe nem os reconhece?

61 <https://bit.ly/3EfnzOz>

Em grandes metrópoles como São Paulo, símbolo de uma modernidade desvairada e autofágica, em que alcançamos a graça de nos tornarmos, cada um, um ninguém, podemos ainda e sempre nos perguntar pela origem, pela origem das coisas como são e estão. De onde vêm esses edifícios abandonados e ocupados? E as pessoas que os ocupam, de onde vêm? Os proprietários desses edifícios e dessas cidades, de onde vêm? Que caminhos percorreram esses personagens? Que imaginação habitam? Que imaginação habitamos?

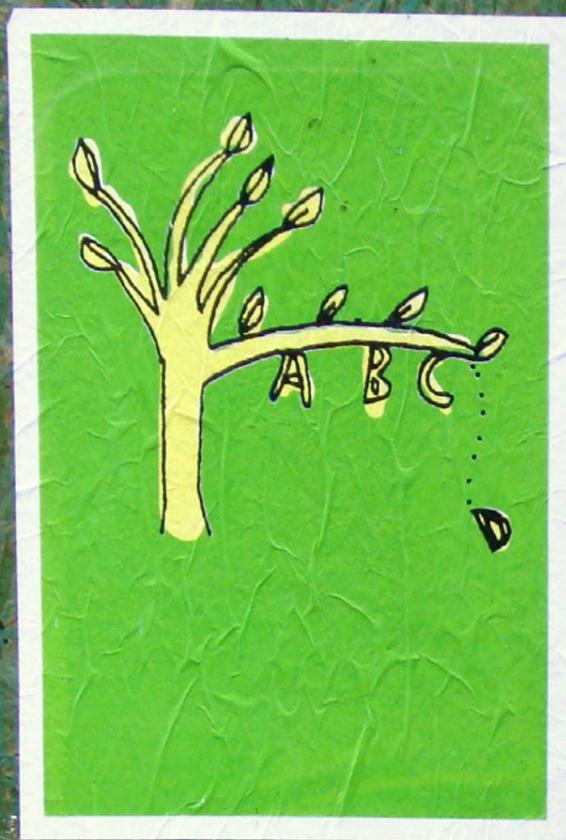
Referências

ARGAN, Giulio C. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRANDÃO, Junito S. *Dicionário mítico-etimológico*. Petrópolis: Vozes, 2000.

artigos e ensaios



“SE ME MATAM, LEVANTAREI OS BRAÇOS DO TÚMULO E SEREI MAIS FORTE” A Ocupação Mirabal

“IF THEY KILL ME, I WILL RAISE MY ARMS FROM THE GRAVE AND I WILL BE STRONGER”
The Mirabal Occupation

Raiê Roca¹, Jorge May Junior², Monique Aguiar Lemos³,
Nanashara D’Avila Sanches⁴ e Fernando Fuão⁵

Em memória da colega arquiteta Sarah Domingues⁶

Resumo

O ensaio trata-se de estudo de caso proveniente da pesquisa OCUPAÇÕES: a necessidade de morar, as ocupações no centro de Porto Alegre entre os anos 2000 e 2023, realizada pelos autores; onde se abordam várias ocupações. A pesquisa metodologicamente se mescla também com o carácter de extensão. O objeto de estudo aqui é a Ocupação Mirabal. Ao longo do artigo se apresenta dados referentes a questão histórica da formação do Movimento de Mulheres Olga Benário, e da ocupação que teve dois momentos devido ao pedido de reintegração de posse por parte dos proprietários do primeiro edifício ocupado. Evitou-se a priori qualquer análise arquitetônica nos moldes habituais da doxa acadêmica, evitando assim qualquer juízo de valor que possa assentar-se sobre a ocupação. Entretanto, nem por isso deixaremos de apresentar uma série de informações mediante relato, diários de nossa participação durante os anos de 2022 e 2023.

Palavras-chaves: Ocupação Mirabal, Movimento de Mulheres Olga Benário, mulheres vítimas de violência, ocupações em Porto Alegre.

1 Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4 Formada em Geografia pela UFRGS e Doutora em Análise Territorial pelo Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5 Professor Titular da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

6 Sarah Domingues foi assassinada a tiros na terça-feira (23) de fevereiro de 2023; na ilha das Flores em Porto Alegre quando estava conversando com o dono de um armazém sobre os danos causados pelo temporal na semana anterior. Ela estava coletando informações finais para seu trabalho de conclusão de Curso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, poucas semanas antes de finalizar. Sarah foi vítima dos traficantes enquanto conversava, sem saber, com o alvo: o proprietário do armazém. Sarah era uma das principais lideranças estudantis de Porto Alegre: “Sarah foi um vento rápido, que durou pouco, mas que teve um vigor inimaginável, abalou positivamente as esperanças de tod@s que a conheceram. Porque ela realmente, sempre sorrindo, acreditava na força que nos conduziria a uma sociedade melhor, uma sociedade que não fosse absurdamente violenta como a de agora que lhe roubou a vida”, como expressou o professor e colega José Carlos Freitas Lemos, diretor do ANDES/UFRGS que foi também professor da jovem. Militante e dirigente da União da Juventude Rebelião (UJR), Sarah também foi coordenadora do Movimento Correnteza, diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, do Diretório Acadêmico da Arquitetura e membro do Conselho Universitário da UFRGS. Sarah participou ativamente da ocupação Mirabal, desde o início até o fim, era uma das lideranças. Sarah eternamente presente em nossas lutas.

Abstract

The essay is a case study from the research OCCUPATIONS: the need to live, occupations in the center of Porto Alegre between the years 2000 and 2023, carried out by the authors; where various occupations are addressed. Research methodologically also combines with the nature of extension. The object of study here is the Mirabal Occupation, throughout the article data is presented relating to the historical issue of the formation of the Olga Benario Woman’s Movement, and the occupation, which had two moments due to the request for repossession by the owners of the first building busy. Any architectural analysis along the usual lines of academic doxa was avoided a priori, thus avoiding any value judgment that could be based on the occupation. However, this does not mean that we will stop presenting a series of information through reports, diaries of our participation during the years 2022 and 2023.

Keywords: Mirabal Occupation, Olga Benario Woman’s Movement, women victims of violence, occupations in Porto Alegre.

Preâmbulo

É importante destacar que o papel dos arquitetos e ou dos professores que trabalham e se envolvem diretamente com as ocupações acabam por apreender um outro sentido de sua profissão resignificando sua atividade. O arquiteto, o professor e os alunos que lhe acompanham vão apreendendo muito mais a solucionar problemas imediatos decorrentes das patologias do próprio estado de abandono da edificação, que questões projetuais num primeiro momento. Entretanto, de toda sua formação voltada para o projeto ele não abdica e não deve abdicar, porém passa para outro patamar, dando premência às soluções de problemas imediatos e existenciais, para que as ocupantes possam realmente viver nesses espaços. Ali se apresentam infiltrações de toda espécie, goteiras, problemas elétricos e de abastecimento de água, de esgotos, ralos, caixas de esgotos, aberturas, janelas e vidros, problemas nos pisos e assoalhos, pinturas, forros. Tudo é emergencial. Nesse caso sempre se trata do ‘emergencial do emergencial’. Estancar e fazer fluir sempre sem dinheiro algum para compra de material. Todo o âmbito estético se esgota aqui. Na medida do convívio, vamos percebendo as hierarquias das necessidades técnicas e das necessidades de seus ocupantes, e numa dialogia todos vão conformando seus sonhos de melhorias para o espaço. A essas alturas sabemos que já não há um projeto idealizado, mas aquilo que foi possível realizar, ‘o inédito viável’ como se referia Paulo Freire, nunca um produto acabado como uma mercadoria ou objeto, mas algo muito real, vivo e humano que vai se construindo, pensando e morando na medida em que o arquiteto, os professores e alun@s atuam como partícipes. E, é por isso que as ocupas não saem em revistas de arquitetura; porque o resultado é antes de tudo ético e poético, aritmético e contábil; antes de ser estético. Portanto, o leitor não deve buscar imagens bonitas aos olhos, tampouco na maioria das vezes encontrará, o que ele deve levar como aprendizagem é justamente o relato da ocupação, sua história e transformação, e quiçá algumas vezes a experiência nem tão exitosa. Assim, compreenderá que não se trata de um problema de forma e ou conteúdo, mas sim de uma terrível luta que as ocupações travam com o estado e seus soberanos, onde a arquitetura, o morar é o objeto da disputa. Por isso é importante ler atentamente, refletir, o processo dessa ‘comstrução’, não só dessa luta entre Ocupas x Estado, mas também de uma luta mais profunda que se trava dentro do arquiteto e de seu envolvimento ético, uma luta também terrível contra os pressupostos dados do mercado da profissão, incluso da academia e de sua própria profissão.

Mirabal

O nome Mirabal, assim como a frase do título desse artigo advêm da ativista Minerva Mirabal, da República Dominicana, ao responder aos que lhe advertiram de que o regime do presidente Rafael Leónidas Trujillo (1930-1961) iria matá-la, no início da década de 1960; ao que ela respondeu: “se me matam, levantarei os braços do túmulo e serei mais forte”. O alerta infelizmente se concretizou pouco depois. Em 25 de novembro de 1960, seu corpo foi encontrado no fundo de um barranco, no interior de um jipe, junto com os corpos de suas irmãs, Patria e Maria Teresa, e também do motorista Rufino de la Cruz. Qualquer relação com o feminicídio político no caso Mariele Franco não é mera coincidência.

Naquele fatídico 25 de novembro, funcionários da polícia secreta, em palavras mais atuais: as milícias, interceptaram o veículo que transportava as irmãs em uma estrada da província de Salcedo, no norte do país. Patricia e Maria Teresa foram brutalmente enforcadas e depois espancadas para que quando o veículo fosse jogado no precipício a morte parecesse resultado de um acidente de carro. *Las Mariposas*, assim ficaram conhecidas *Las Hermanas Mirabal*, desde que participaram da criação e organização do *Movimiento Revolucionario 14 de Junio*. Isso porque esse era o nome com o qual Minerva se identificava nas relações políticas, um codinome⁷. A promessa de Minerva parece ter sido cumprida: a morte das irmãs nas mãos da polícia secreta dominicana é ainda hoje considerada por muitos um dos principais fatores que levaram ao fim do regime trujillista.

E, a cada 25 de novembro, a força de Minerva, de Patria e Maria Teresa revivem, brotam, saem por aí batendo asas para levar as mensagens revolucionárias. Embora muitos desconheçam, essa data foi escolhida oficialmente e explicitamente pelas Nações Unidas para representar o ‘Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher’, em homenagem às três irmãs Mirabal. Desde 1981, a data de suas mortes se converteu na América Latina, em um dia para marcar a luta das mulheres contra a violência. Nesse dia, em 1981, foi realizado o Primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, em Bogotá (Colômbia). Ali as mulheres denunciaram os abusos de gênero que sofriam no ambiente doméstico, assim como a violação e o assédio sexual por parte do Estado, como a tortura e a prisão por motivos políticos.

Trinta anos depois, em 08 de março de 2011, na semana em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, cerca de 3.000 mulheres de 40 países participaram da Primeira Conferência Mundial de Mulheres de Base, em Caracas, Venezuela. Centenas de mulheres que estavam nessa Conferência marcharam pelas ruas de Caracas. O Brasil esteve representado por 23 delegadas, de oito estados. Foi nesse evento que se deu o nascimento e motivação para a criação do que hoje se conhecerá como o *Movimento de Mulheres Olga Benário* em maio de 2014. Um reconhecimento à comunista Olga Benário, membra da Internacional Comunista, onde teve sua formação militar, para posteriormente ser indicada para o Brasil, para organizar o levante popular contra o ditador Getúlio Vargas.

Nos dias 05, 06 e 07 de novembro se organizaram doze grupos temáticos para discussão na Universidade Bolivariana da Venezuela. As delegadas brasileiras se dividiram em cinco destes temas: a dupla opressão da mulher, as mulheres trabalhadoras, as mulheres jovens, as conquistas das mulheres nas experiências socialistas no século

20, e, mulher e participação política. Em todos os grupos as delegadas tiveram a possibilidade de compartilhar experiências, conhecer diferentes realidades e discutir os problemas que sofriam, e principalmente desenvolver propostas para o fim da opressão da mulher trabalhadora. Foi unânime o entendimento de que o grande responsável pela exploração e opressão da mulher em todo o mundo é o sistema capitalista, fortalecido por uma cultura patriarcal falocêntrica. Ficou clara, nessas discussões, a necessidade de desconstruir os conceitos machistas que estimulam a violência contra a mulher, bem como as desigualdades no mercado de trabalho, exemplos que foram fartamente citados nos relatos.

O Movimento de Mulheres Olga Benário é um movimento marxista, feminista, socialista, revolucionário com o firme propósito de organizar as mulheres trabalhadoras, indígenas, negras, jovens, na luta pelos seus direitos, contra a opressão do capitalismo. A formação do Movimento de Mulheres Olga Benário se encontra amplamente descrito na *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário*, do qual retiramos boa parte do conteúdo. Insistimos nesse preâmbulo histórico, antes de adentrarmos na questão da ocupação Mirabal, para evidenciar a questão dos nomes das irmãs Mirabal e da lendária Olga Benário, e também explicar para quem desconhece essas figuras históricas a importância dessas mulheres e tantas outras; demonstrando que essa luta não é uma luta qualquer da classe trabalhadora, e que a ocupação Mirabal não é tão somente uma luta pelo direito à moradia, existindo um motivo muito maior por detrás dessas lutas das mulheres.

Três anos depois, nos dias 3 e 4 de maio de 2014 em pleno preparativos para a Copa do Mundo, em Recife o Movimento realizaria seu Primeiro Encontro Nacional com a presença de 300 mulheres de várias partes do Brasil. 13 estados se fizeram presentes: Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A repercussão das remoções urbanas em decorrência da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil fez com que muitas organizações e movimentos sociais se deparassem com uma máquina de remover vilas e favelas.

É importante ainda contextualizar temporalmente que, grande parte dos movimentos de ocupação nos centros das grandes cidades se deu a partir da virada do século XX. Ou seja, ocorreram principalmente a partir dos anos 2000, apresentando pautas de atuação alargadas e táticas de ação radicalizadas. Soma-se a isso a conquista da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade (EC) que teve por objetivo estabelecer normas de ordem pública e interesse social com a finalidade de regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Esse fato veio a fortalecer os Movimentos Sociais em busca de moradia digna. Coincidentemente foi a partir dos últimos anos da década de 1990 que os centros das cidades foram de certa forma abandonados despertando a atenção dos movimentos sociais por luta por moradia. O centro garantia-lhes uma visibilidade muito maior que as ocupações na periferia. Acrescente-se ainda, que nesse período acontece também a construção do Projeto de Lei de iniciativa popular pela criação do *Sistema, Fundo e Conselho Gestor de Habitação e Interesse Social no Brasil* (Lei 11.124/2005), que se consolidou no primeiro movimento de luta pela moradia de dimensão nacional: a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). No ano seguinte seria criado o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM).

⁷ Uma descrição sobre as Hermanas Mirabal pode ser encontrada em: <https://averdade.org.br/2015/09/minerva-mirabal-representa-a-rebeldia-da-mulher-dominicana/>
<https://averdade.org.br/2016/11/nasce-em-porto-alegre-ocupacao-mulheres-mirabal/>

Okupas

O termo ‘ocupações urbanas’, na verdade trata-se de um amplo espectro de situações distintas e de diversos tipos de ocupações. Quando se começa a estudar, observa-se que implica também em diferentes escalas, formas, estruturas, e estratégias de resistência; muitas vezes correlacionados a grupos sociais identitários e de gêneros distintos. Utilizamos a expressão ‘espectro’ porque se remete tanto a esse leque de possibilidades como também manifestações que ainda assustam e aterrorizam as pessoas. A ação de ocupar significa, infelizmente por desconhecimento, para muitos um ato de agressividade, isto porque carrega o estigma da ameaça à propriedade privada por apropriações supostamente ilegais ou indevidas. Ocorre que as ocupações só acontecem em situações de abandono ou subutilizadas que ficam aguardando para a especulação imobiliária.

Ocupação é diferente de invasão, termo frequentemente usado pela mídia. É preciso estudar essas ocupações por moradia, retirar esses mitos e fantasmas entranhados na população, definir esses vultos e aprofundar esses estudos em todos níveis e áreas de conhecimento. Já não se pode mais tratá-las como casos iguais ou defini-las sobre um único rótulo; cada uma delas tem suas diferenças que as singularizam, e que quiçá talvez inviabilize estabelecer uma regra ou conceito geral. Estudar as okupas é descobrir as semelhanças nas dessemelhanças e vice-versa, sem prejuízo a nenhuma delas, principalmente no caso da Mirabal. Ocupar constitui-se como a única alternativa para àqueles que não têm onde morar e não conseguem nem se candidatar aos planos de moradia da Caixa Econômica Federal, tipo *Minha casa, minha vida*, dado o grau de miserabilidade da população brasileira; como disse o professor Bruno Euphrasio de Mello, “ocupa que não tem, mas quer ter; quem não está, mas quer estar; quem não é, mas quer ser”⁸.

Foi dentro desse escopo de luta pela moradia, porém com um diferencial que a distingue, que o Movimento de Mulheres Olga Benario chegou a Porto Alegre expondo um discurso mais amplo: a necessidade de proteção da mulher vítima de violência doméstica; obrigada a abandonar seu lar, na maioria das vezes carregando seus filhos pequenos, jogada ao mundo da rua, se vê forçada a abandonar também seu trabalho por não ter condições mais de trabalhar. Ela é a vítima da violência machista falocêntrica e do Estado; ainda que amparada pela Lei Maria da Penha há toda uma fragilidade que é sustentada e mantida pela sociedade falocêntrica para manter as mulheres sempre nesse estado de dependência e fragilidade. As mulheres trabalhadoras sabem muito bem o que significa necessitar de uma vaga em creche, lutar para garantir creches e escolas de educação infantil nos bairros populares e locais de trabalho. Some-se também a questão da saúde das mulheres, a legalização do aborto, o direito à vida das mulheres, o combate à violência e aos abusos seculares contra a mulher.

Segundo a *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario*, “Pesquisas apontam que 70% das mulheres sofrem violência ao longo da vida. Violência física imposta por um parceiro íntimo, como o espancamento, é a forma mais comum de violência sofrida pelas mulheres do mundo. O machismo está dentro das casas, do trabalho, nas organizações políticas, nas entidades sindicais, nos meios de comunicação e nas relações sociais”⁹. Portanto, a necessidade de um lugar de acolhimento para essas mulheres situa-se no âmbito existencial, vital. É de se considerar que embora os

8 Mello, Bruno Cesar E. *Narrar por projetos e pelas ocupações: ou onde as ocupações (des)encontram o projeto*. Veja-se também: Bruno Cesar Euphrasio de Mello. *Dias de destruir, de construir*. Libretos. Porto Alegre. 2022.

9 Claudiane Lopes, Eloá Santos, Gabriela Gonçalves, Guita Kozmhinky, Indira Xavier, Raphaella Mendes, Vivian Mendes. *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario*. Brasil. 2017. p. 18.

avanços como o caso da Lei Maria da Penha, não houve efetivamente uma diminuição da violência contra a mulher, principalmente porque esbarram no âmbito das políticas públicas; e a necessidade das Prefeituras municipais terem casas de acolhimento para essas mulheres. Na maioria das vezes as prefeituras não cumprem essas leis. Esta é uma das principais reivindicações e lutas que o Movimento de Mulheres Olga Benario desenvolve ao lado do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) e do Movimento Luta de Classes (MLC). A necessidade de ocupar edifícios abandonados é um desses retos? do Movimento para acolher as mulheres vítimas da violência, visto que o Estado abandonando-as jogando a sorte da vida, não cumpre o que deveria ser feito.

A primeira ocupação realizada pelo Movimento Olga Benário foi a *Casa Tina Martins* em Belo Horizonte, no dia 8 de março de 2016. Juntamente com o MLB, ocuparam um prédio público abandonado há mais de 10 anos exigindo a efetiva aplicação das políticas públicas.

As principais reivindicações foram: por um intenso combate à violência machista e do Estado; abertura imediata de creches em tempo integral; regularização das creches comunitárias, mantendo sua autonomia; casas-abrigos para atendimento às mulheres vítimas de violência, delegacias 24 horas para atendimento especializado. (...) A ocupação foi uma grande vitória, obrigando o Governo do Estado de Minas Gerais a ceder um imóvel que estava ocioso para que fosse criada a primeira *Casa de Referência da Mulher Tina Martins*, que se transformou num espaço para formação das mulheres e formulação de ideias e políticas, com debates, palestras, oficinas, cursos, rodas de conversas, feiras e encontros, além de realizar acolhimento temporário às mulheres que têm esse atendimento negado pelo Estado. Depois dessa primeira experiência, ocorreram mais duas ocupações organizadas pelo Movimento de Mulheres Olga Benario: Ocupação Mulheres Mirabal (RS) e a Ocupação Helenira Preta (SP) e Laudelina Campos Melo (SP)¹⁰.

A Ocupação Casa de Mulheres Mirabal

No dia 25 de novembro de 2016, em Porto Alegre foi ocupado, por quase cem mulheres organizadas e de diversas idades e profissões, um prédio abandonado de três pavimentos em pleno centro de Porto Alegre, na Rua Duque de Caxias. Foi a partir dessa ocupação do imóvel que o Movimento de Mulheres Olga Benário passou a divulgar o trabalho nas redes sociais e nas ruas. O imóvel estava ocioso, abandonado, apodrecendo há mais de quatro anos, não cumpria qualquer função social. Essa ocupação foi também uma forma de protestar e chamar a atenção da falta de providências governamentais para proteção das mulheres, diante do total descaso do governo de Ivo Sartori, no Estado do Rio Grande do Sul, ao extinguir a Secretaria de Políticas para Mulheres. O imóvel ocupado pertence a uma congregação da Igreja Católica, dos Irmãos Salesianos, ali antigamente funcionava o Lar Dom Bosco, dedicado a atender meninos em situação de vulnerabilidade social.

10 Op. cit.; p. 18. “A Ocupação Helenira Preta, ocorreu no dia 25 de julho de 2017, no dia internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, quando dezenas de mulheres organizadas pelo Movimento Olga Benário ocuparam uma casa abandonada no centro de Mauá, região do ABC paulista. O objetivo da ocupação foi exigir do Governo de São Paulo e da Prefeitura a reforma do imóvel, de propriedade da gestão municipal, e sua transformação em uma casa de referência para acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Em 2018 na cidade de São Paulo aconteceria a ocupação Laudelina Campos Melo, também na cidade de São Paulo.” Op. cit.; p. 18.

Antes de dar sequência, antecipadamente para melhor descrever a saga da ocupação Mirabal, convém explicar que em sua trajetória ela ocupou dois prédios. Inicialmente esse primeiro na Rua Duque de Caxias, um prédio de três pavimentos do início do século passado, numa zona outrora considerada de alta classe. Depois da ocupação a congregação religiosa solicitou a reintegração imediata de posse do imóvel. E, depois de dois anos de muita luta política, infelizmente as mulheres, - depois de já terem consolidado suas vidas no bairro e com empregos -, tiveram que deixar o prédio, e foram ocupar outro prédio longe do centro, uma escola pública fechada, entre outras escolas fechadas pelo governo Sartori; localizado na Zona Norte da cidade: a Escola Estadual Ensino Fundamental Benjamin Constant, que apresentaremos mais adiante detalhadamente. O fato mais revoltante dessa reintegração de posse é que o prédio desde 2018 continua fechado, atestando que o imóvel não cumpria e segue não cumprindo nenhuma função social, e os irmãos salesianos justificavam que iriam dar-lhe um novo uso que não aconteceu, era só uma desculpa para reaver o patrimônio. O prédio só passou a ter uso em 2022. Esse acontecimento, demonstra que as leis seguem privilegiando os mais poderosos, incluso essas ordens religiosas seculares.

Normalmente olhamos e acompanhamos as ocupações, mas esquecemos de olhar para trás e observar que a grande maioria desses prédios que foram dados à reintegração de posse a seus proprietários, ou mesmo prédios pertencentes ao município e ou Estado continuam em estado de abandono. Um exemplo disso é o prédio da ocupação *Lanceiros Negros* em Porto Alegre, pertencente ao Governo do Estado. Todas as alegações de uso depois da reintegração de posse são esquecidas pelo judiciário, o Estado não cobra de seus proprietários, principalmente porque o Estado muitas vezes é partícipe desse processo. Como bem apontou com extrema sagacidade Marco Aurélio Weissheimer, com relação à Mirabal, “em plena campanha pelo fim da violência contra as mulheres, a Entidade Salesianos solicita a ‘legalização’ da violência por parte do Estado. Apesar da existência de um GT para negociações que verificam as possibilidades de continuidade do trabalho de acolhimento para mulheres violentadas, garantindo a negociação de outros imóveis para transferência das Mulheres Mirabal, a intransigência dos Salesianos foi muito maior, pois os mesmos, sempre indispostos a estarem presentes no GT, no qual lhes foi oferecida até a permutação de outros imóveis para conciliação, acabam de peticionar a Reintegração de posse da Ocupação Mulheres Mirabal, reafirmando sua falta de interesse na busca de uma negociação”¹¹.

É de se questionar a fraternidade dos religiosos salesianos. O mais razoável teria sido na época aproveitar essa oportunidade e serem parceiros doando o uso, ou cedendo o uso do prédio para o Movimento, do que simplesmente ‘devolver as mulheres a seus agressores’. Foi exatamente isso que em outras palavras eles fizeram sem remordimento.

O ‘acordo’ judicial com o governo estadual e o municipal e com o Movimento feito na época designou como espaço para as famílias de mulheres e seus filhos, como já dissemos, uma antiga escola estadual desativada, e vazia havia dois anos. As representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, que coordenam a Ocupação Mulheres Mirabal, aceitaram a proposta sem muita alternativa feita em conjunto pelo Governo do Estado e pela Prefeitura, e a ocupação transferiu-se para a Escola Benjamin Constant. Como bem retratou o jornalista Luís Gomes em seu artigo *Ocupação Mirabal aceita acordo e deve se mudar para prédio estadual* para o jornal *Sul 21* no qual registrava a grande disposição e abertura para a negociação por parte do Movimento: “Em nota, o Movimento Olga Benário garante que ‘a fim de evitar uma

11 Movimento de Mulheres Olga Benário. Nota da Ocupação Mulheres Mirabal. 23/06/2018. rsurgente.wordpress.com/2018/06/23/nota-da-ocupacao-mulheres-mirabal/

possível reintegração violenta e traumatizante para tantas mulheres e crianças que já se encontram em situação de vulnerabilidade, requer-se sejam operacionalizados esforços para que a cessão e respectiva mudança para o novo imóvel ocorra o mais breve possível”¹².

Ainda sobre as negociações, o acordo e o descumprimento por parte do governo, Nanashara Sanches descreve, em sua tese de doutorado, com mais detalhes o processo:

As reuniões eram semanais e ocorreram ao longo de sete meses. Todas as reuniões foram documentadas em atas assinadas pelos participantes. Nessas reuniões, Movimento e entes públicos apresentaram locais nos quais o serviço da Mirabal poderia seguir. O único local que se adequava era o prédio da equipe diretiva da antiga Escola Estadual Benjamin Constant, Zona Norte de Porto Alegre. Ao lado, no mesmo terreno, está o prédio das salas de aula que possui diversas rachaduras, tendo sua estrutura comprometida provavelmente em função da construção da Terceira Perimetral que passa em frente à Escola. O terreno onde se encontrava a escola era de propriedade da Prefeitura e cedido ao Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela construção das benfeitorias. No GT, Prefeitura, Estado e Movimento concordam que o serviço poderia seguir neste novo endereço. Concordam também que o Estado não pediria mais a cedência do terreno para a Prefeitura, sem exigir nenhuma contrapartida financeira pelos prédios construídos. Contudo, ao não exigir a contrapartida financeira, o Estado impõe que o prédio da equipe diretiva seja destinado para a realização de políticas para combate à violência às mulheres.

Um acordo é redigido nestes termos. Os entes participantes do GT assinaram. O Movimento, ao vislumbrar, finalmente, a possibilidade de não passar pela violência de não saber se no outro dia seria despejado ou não, sinaliza no processo referente ao prédio da Rua Duque de Caxias que irá para outro local, fruto do acordo com entes públicos. Contudo, a Prefeitura se nega em entregar a chave dos prédios para o Movimento. Sem ter para onde ir e temendo uma reintegração de posse, o Movimento decide ocupar o prédio da Escola Benjamin Constant, repassado para a Mirabal via acordo. A nova ocupação ocorreu em 7 de setembro de 2018. No novo local, a Ocupação assumiu o nome de Casa de Referência Mulheres Mirabal, seguindo atendimento e realizando atividades abertas à população¹³.”

Durante o período de dois anos que estiveram na rua Duque de Caxias, foram frequentes as campanhas de doação e solidariedade da vizinhança, e de movimentos sociais para garantir a sobrevivência e bem estar das residentes. Em poucos dias, o trabalho desenvolvido voluntariamente por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e profissionais da área da saúde passou a ser reconhecido por entidades sociais e pelo próprio governo municipal, tanto que nas delegacias encaminhavam as mulheres para a residência Mirabal.

12 Luís Gomes. *Ocupação Mirabal aceita acordo e deve se mudar para prédio estadual*. Jornal Sul 21. 02/2018/06/. <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/06/ocupacao-mirabal-aceita-acordo-e-deve-se-mudar-para-predio-estadual/>

13 SANCHES, Nanashara D. *As Ocupações no Centro histórico de Porto Alegre e a Formação de Territórios de Resistência* (Tese de Doutorado) UFRGS, Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geociências (Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares). Porto Alegre. 2021.



Figura 1 - A ocupação na Rua Duque de Caxias. Foto: Guilherme Santos/Sul21. Fonte: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/06/ocupacao-mirabal-aceita-acordo-e-deve-se-mudar-para-predio-estadual/>

A ocupação foi revestida de extrema segurança por parte do Movimento, com a finalidade de garantir a integridade física e mental das residentes e de seus filhos e filhas; visto que com frequência os homens dessas mulheres quando descobrem seu paradeiro vão atrás delas, correndo o risco de vida. O portão de entrada lateral era o primeiro filtro. Assim, as portas nunca estavam abertas a qualquer um. Nunca tivemos oportunidade de entrar dentro da casa na Rua Duque de Caxias, o máximo que conseguimos foi conversar com as coordenadoras no corredor lateral e olhar a cozinha. Há poucos documentos, em termos de registro arquitetônico da ocupação desse prédio constituído de três pavimentos com alguns elementos de *art nouveau*. A ocupação tem regras básicas de convivência estabelecidas, como horários de entrada e saída do prédio. Convém ressaltar que as mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero que vieram em busca de acolhimento na casa, a grande maioria era de negras com mais de 25 anos. Há mulheres que ficam por vários dias, por um dia, ou por horas. Quem procura acolhimento na Mirabal preenche uma ficha de entrada, e se necessário é encaminhada a atendimento médico e psicológico.

A Ocupação Mirabal foi objeto de estudo também na pesquisa *Experiências urbanas e produção do comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância*¹⁴(Faculdade de Psicologia e Faculdade de Arquitetura da UFRGS 2017-2020). Dentre os vários artigos produzidos por essa pesquisa, destacamos o basilar artigo *Experiências urbanas e produção do comum: uma visão a partir das mulheres em situação de violência moradoras de ocupação urbana* de Helena Ew, Daniela Cidade; e Simone Paulon, integrantes e coordenadora da pesquisa respectivamente; no qual descrevem os acontecimentos que permearam a ocupação Mirabal, e aqui não nos poupamos de transcrever várias passagens¹⁵.

14 EXPERIÊNCIAS URBANAS E PRODUÇÃO DO COMUM: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância. Simone Mainiere Paulon. (Coordenadora. 2017 – 2020).

15 EW, H. A. ; CIDADE, D. M. ; PAULON, S. M. *Experiências urbanas e produção do comum : uma visão*

As mulheres que são acolhidas na Mirabal refletem os dados desta história. De maioria negra, vindas da periferia da capital e da região metropolitana, as mulheres pobres enfrentam a árdua tarefa de manutenção econômica e social da família. Através dos depoimentos colhidos durante a pesquisa, podemos analisar como se mistura culpa e responsabilidade em suas trajetórias, sendo que o papel feminino nos seus olhares tem por centralidade a maternidade. As acolhidas apresentam o papel da maternidade como o que supre as carências afetivas, de proteção e de sustento material. As mães, mesmo quando no papel de avós ou sogras, são as que possuíam as casas, que cuidavam de seus filhos e filhas já adultos - atendendo materialmente suas necessidades. Elas aparecem como figuras fortes com grande personalidade, até mesmo agressivas. As mães oferecem colo e punição, trabalham para conseguir comida e também cozinham; sendo cobradas por total compreensão e proteção dos filhos. Por outro lado, também elas são culpabilizadas por não conseguirem enxergar e corrigir os problemas familiares. Assim, as mulheres da periferia brasileira não são vistas, ideologicamente, pela fragilidade, dependência dos homens e limitação biológica. Pelo contrário, as mulheres são cobradas a serem as mais fortes, a serem sempre, em qualquer circunstância as defensoras de sua família, sendo convocadas como responsáveis por todas as funcionalidades, tanto no privado, quanto no meio público da comunidade¹⁶.

Atualmente as mulheres acolhidas na Mirabal, também apresentam a experiência de desapropriação do corpo feminino. Diante da violência sofrida, muitas mulheres identificam a maternidade como fator para a tomada de decisão. Com raras exceções, as mulheres afirmam que o motivo da sua fuga foi devido à proteção física das(os) filhas(os) e da sua própria integridade como cuidadoras. Como se fizessem um pacto de vida com seus filhos, elas fogem e salvam ambos, deixando para trás suas casas, todos seus pertences, a família, as relações sociais na comunidade e, não raro, também o trabalho. Nesse contexto, se revela a importância do acesso à moradia para o rompimento do ciclo de violência. O maior medo dessas mulheres se configurava na possibilidade de não encontrar um lugar para ficar, devido a isso postergavam a saída de casa. A decisão ocorre quando se veem em uma situação limite diante da violência doméstica. Assim, o temor de ficar na rua é o primeiro a ser enfrentado. Esse, só não é maior do que o temor vivenciado na reclusão da esfera doméstica, há tanto destinada às mulheres: o medo da morte dos filhos e de si mesmas. É neste fio da navalha, entre o medo da rua e da morte que as mulheres chegam à Mirabal¹⁷.

Na tentativa de recompor o quadro da saga ou calvário da Mirabal, uma das reportagens de jornal mais completa que encontramos sobre a Mirabal, principalmente sobre os aspectos de solicitação de reintegração de posse e seu deslocamento para a Escola Benjamin Constante, foi a do Jornal SEXTANTE, *Existir é Resistir: Dois anos de Ocupação Mirabal*, de autoria de Luana Cruz, que além da larga descrição também

a partir de mulheres em situação de violência moradoras de ocupação urbana. In: 16 SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DOI URBANISMO, 2021, SALVADOR. Anais [do] XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador: UFBA, 2021. p. 2727.

16 Op. cit.; p. 2728.

17 Op. cit.; p. 2729.

contêm algumas fotos do interior da casa.

A terceira tentativa de reintegração de posse na Mirabal aconteceu em 2017, após a ocorrência na Ocupação Lanceiros Negros. Houve resistência da Brigada Militar em tratar a Mirabal da mesma forma, devido ao reconhecimento que a casa oferecia um serviço que faltava por parte do Estado. Isso estimulou a criação de um Grupo de Trabalho para discutir possíveis destinos para a ocupação, formado por representantes da Mirabal, órgãos do Município e do Estado, além de congregação da Igreja Católica. Após algumas tentativas, não foi encontrado um lugar. Os poucos oferecidos não atendiam à estrutura necessária. Foram em torno de sete meses de negociação. O prazo já havia esgotado quando o Estado ofertou ao Município a Escola Benjamin Constant, na Zona Norte de Porto Alegre, para que fosse cedida à Mirabal. Porém, retomada a posse do imóvel, o Município negou o repasse ao Movimento. Ameaçado por mais uma reintegração de posse, o Movimento de Mulheres Olga Benario ocupou o prédio da Escola destinado à Mirabal, na madrugada do dia 7 de setembro deste ano (2018). Mantiveram por 20 dias as duas ocupações, a fim de fazerem adaptações na nova sede e a mudança das acolhidas. No dia 27 de setembro, foi realizada a entrega das chaves do prédio da Rua Duque de Caxias ao oficial de justiça e representantes dos proprietários, acompanhados pela Brigada Militar¹⁸.

A segunda ocupação: a escola

A escola se localiza na Rua Souza Reis próxima à esquina com a Avenida Assis Brasil. A fachada leste, a que mira a rua fica boa parte encoberta pelo viaduto José Eduardo Utzig que corta a rua em seu início. O terreno tem aproximadamente 1750m², e quatro edificações construídas em diferentes estados de conservação ocupam o amplo terreno da escola. O tecido urbano onde está localizado está em constante mudança, porém majoritariamente é composto por comércios diurnos, e das mudanças mais recentes podemos observar o fechamento de alguns comércios assim como a demolição de construções existentes para novos empreendimentos.

A escola embora afastada do centro da cidade possui algumas facilidades de acesso. A proximidade com a Avenida Assis Brasil e Avenida Sertório, por onde passam boa parte dos ônibus nessa área, faz com que a casa Mirabal seja facilmente acessada por qualquer pessoa da cidade ou até de fora dela. A Mirabal passado esse tempo, possui uma boa relação com o bairro e já realizou atividades em parceria com os moradores da vila São João que fica a oeste do lote, no fundo da área aberta da escola; atividades e reuniões com diversos movimentos sociais e entidades; e também atividades abertas para o público em geral.

As quatro edificações que compõem a Escola Benjamin Constante são: a escola propriamente dita, um grande bloco retangular de térreo e três pavimentos cada um com 340m² (atualmente desocupado), a antiga parte administrativa da escola de dois pavimentos - cada pavimento com 110 m², onde está agora a parte residencial e administrativa da ocupação; a antiga casa dos caseiros da escola de 60m², que também

18 Jornal SEXTANTE, "Existir é Resistir: Dois anos de Ocupação Mirabal", de autoria de Luana Cruz. ufrgs.br/humanista/2018/12/13/sextante-existir-e-resistir-dois-anos-de-ocupacao-mirabal/

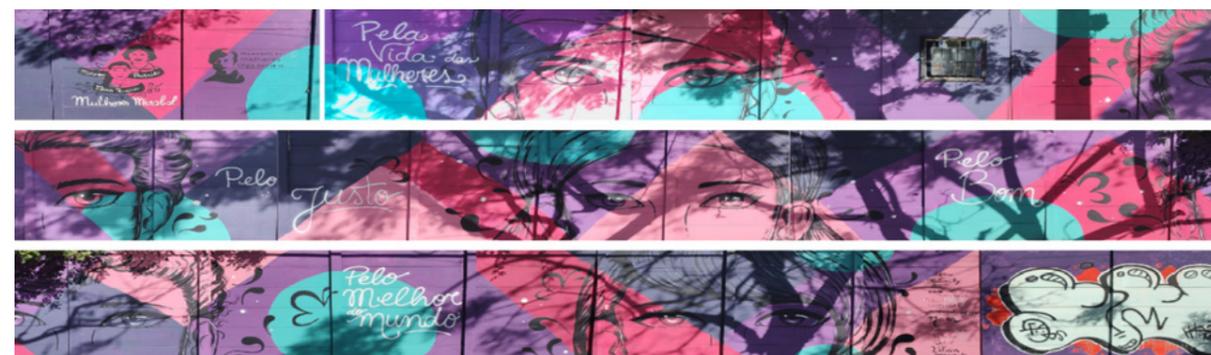
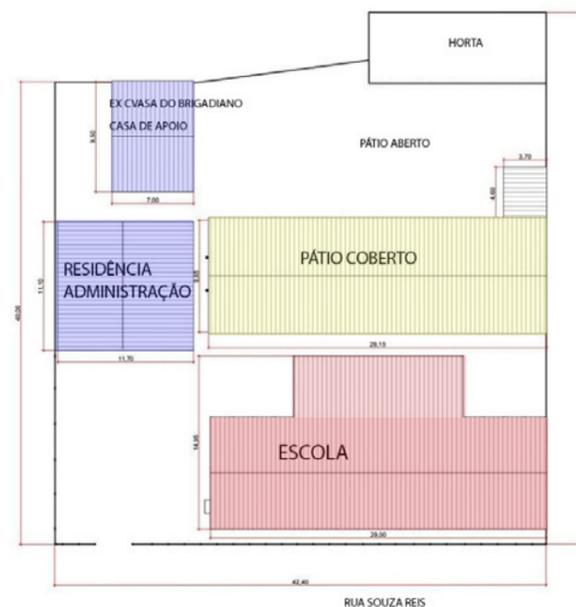


Figura 2 - Planta baixa geral do terreno. Dos autores. Figura 3 - Modelagem da Escola (primeiro plano com o muro). Espaço aberto de entrada e ao fundo a parte residencial da Mirabal. Autor Raíê Roca. Figura 4 - Detalhe da pintura mural no muro de concreto da fachada da Escola. Dos autores.

foi residência de um brigadiano e sua esposa; com o qual as mulheres da ocupação tiveram que conviver quando lá chegaram. Atualmente a casa está vazia desde 2020, e quando na ocasião da pandemia o PM deixou de morar lá. Na totalidade ainda se apresenta um pequeno anexo ao fundo da escola onde era o bar e churrasqueira, e um grande telheiro, que aqui designamos como a quarta edificação, que constitui o pátio coberto, e mais ainda toda área aberta.

O Movimento usa o primeiro andar da atual residência (antiga parte administrativa da Escola) também para receber pessoas, vender roupas do brechó solidário, cozinhar, e realizar atividades conjuntas pequenas. O segundo andar fica reservado para as abrigadas da casa, onde tem os quartos e banheiro. Também é utilizado o pátio na frente da casa e a área da quadra coberta para atividades que reúnem mais gente, assim como algumas salas de aula do primeiro andar do colégio que são usadas esporadicamente como depósito.

A Mirabal acolhe vários movimentos sociais para reuniões e atividades entre eles o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas; da União da Juventude Rebelião e da Unidade Popular pelo Socialismo. Durante a pandemia, uma união de vários movimentos sociais usaram a Mirabal como centro de recolhimento e distribuição de doações; numa campanha de solidariedade entregou mais de 1000 cestas básicas para diaristas da periferia que perderam seus empregos devido a pandemia. Quando há a presença de outros movimentos sociais, e se há homens envolvidos não é permitido o ingresso no espaço físico da casa das mulheres residentes. A ocupação retira uma parte de seu sustento de produtos feitos pelas ocupantes como os quitutes Mirabal e os *Mirabrownies*, além de doações feitas por apoiadores.

Helena EW, Simone Paulon e Daniela Cidade, descreveram o retrato do primeiro momento da ocupação da Escola, e a questão da ressignificação de uso:

Exercendo a função de uma casa de referência, a disputa e o processo de ressignificação do espaço ocorre na dimensão prática do uso e do discurso. No primeiro momento de ocupação do prédio se estendeu uma faixa anunciando o novo nome do lugar. As paredes do imóvel recebem novas pinturas, cartazes e grafites que reforçam a prática política da ocupação. As frases feministas lembram a coletividade, o cuidado e a memória daquelas que lutaram contra as desigualdades como Marielle Franco, Olga Benario, Frida Kahlo e Dandara. As notícias e entrevistas dadas pelo MOOB reforçam a apropriação civil do imóvel público, afirmando a legitimidade da população organizada decidir o destino do local, já que a propriedade é coletiva. O poder municipal, por sua vez, deslegitima o movimento sob a lógica da propriedade privada do Estado, em que o município possui o direito de deixar ocioso o imóvel ou escolher outra função para o mesmo, sem consultar a opinião do movimento social. Assim, o dissenso é sobre como se caracteriza a propriedade pública, podendo ser propriedade coletiva ou propriedade privada do Estado. Conflito esse sobre a configuração do significado daquilo que é próprio da sociedade e do seu uso. (...) O imóvel sofre transformações através da ruptura do programa arquitetônico. A pequena sala, que deveria ser o hall de entrada na antiga escola, é utilizada como sala de estar principal. O desnível entre o pátio e a sala é utilizado como varanda, sendo que a porta é mantida aberta para que a brisa circule em um local protegido pela laje superior. As salas que eram destinadas para a direção da escola e secretaria têm como função: sala de reuniões da coordenação da casa; sala de acolhimento e uma sala para brechó,



Figura 5 - Fachada da Casa Mirabal. Collage. Dos autores. Figura 6 - Fachada Lateral. Collage. Dos autores.

forma de manutenção financeira da instituição. O segundo andar é atualmente a área privativa, com quatro quartos coletivos, banheiro, uma biblioteca e a sala da televisão¹⁹.

**O levantamento como dispositivo para conhecer a ocupação.
O diário como relato de experiência, por Monique Aguiar Lemos**

Esperamos que aqui tenha ficado claro o papel da arquitetura, dos edifícios quando estão em disputa, já não se tratando de análises de caráter arquitetônico, retóricas; sim da questão primordial da arquitetura de fornecer abrigo e acolhimento para quem realmente precisa. Daí, a importância da análise histórica e exposição dos fatos que deve anteceder qualquer tentativa de isolar (analisar) o edifício do acontecimento. Ou seja, buscamos resgatar a dimensão arquetípica que fundamenta a arquitetura: a hospitalidade. Para que os leitores possam ter uma ideia de como desenvolvemos o trabalho de pesquisa na Mirabal, apresentamos os diários de campo, aqui selecionado de Monique Lemos, e fragmentos do diário de May Jr., para dar uma dimensão mais subjetiva do espaço e do caminho percorrido.

11/10/22

Realizamos uma reunião na UFRGS para alinharmos bem a programação das seguintes visitas à ocupação. Organizamos algumas atividades prioritárias e buscamos algumas informações históricas sobre a escola. Houve o questionamento maior sobre a péssima qualidade estrutural da escola e o que poderia ter ocasionado tais condições. Focamos em buscar dados sobre a escola e sobre o viaduto construído posterior à construção da escola. No entanto, não conseguimos levantar muitas informações sobre essa relação escola x viaduto e o impacto na estrutura. O que percebemos é que a principal razão do desligamento da escola foi pela baixa adesão de estudantes. O baixo número de discentes há alguns anos propiciou o fechamento da escola.

25/10/22

A primeira visita do grupo aconteceu no dia 25 de outubro de 2022. Inicialmente, eu tinha em mente que a entrada seria discreta, difícil de supor que haveria algum tipo de ocupação no espaço, em mente que seria pelo sigilo das mulheres e seus filhos. No entanto, não foi o cenário que encontramos. Ao chegarmos, nos deparamos com um belo muro pintado com cores vivas e com o nome da ocupação em destaque.

Ao chegarmos no portão de acesso da casa, observei que a rua parecia de pouca circulação de pedestres e que atribuía grande prioridade ao fluxo de veículos, inclusive com o viaduto José Eduardo Utzig quase que escondendo o local de quem por ali passa. Apesar disso, uma forte intervenção artística por meio de pinturas nos muros transmite a quem está de fora uma energia vibrante. Em certo momento houve um questionamento se essas intervenções artísticas não deveriam extrapolar os muros e tomar conta também do viaduto. (JR)

Ao entrar na ocupação, novamente houve a quebra de expectativa. De forma positiva, assim como o muro, o espaço interno transmite conforto, tranquilidade e alegria. Inicialmente, deparamo-nos com diversos brinquedos espalhados e com um cachorro pequeno, o Rex. Dentro do prédio administrativo, onde as mulheres ocupam, as mesmas qualidades do exterior permanecem. Fomos recebidos por uma das coordenadoras,

¹⁹ EW, H. A. ; CIDADE, D. M. ; PAULON, S. M. *Experiências urbanas e produção do comum : uma visão a partir de mulheres em situação de violência moradoras de ocupação urbana*. In: 16 SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2021, SALVADOR. Anais [do] XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador: UFBA, 2021. p. 2728.



Figura 7 - Modelagem da Escola. Pátio interno aberto e Pátio coberto; ao fundo a escola e a direita a ex-casa do brigadiano, e a parte residencial da Mirabal com dois pavimentos. Autor Ratê Roca. Figura 8 - Fachada da ex-casa do brigadiano. Foto dos autores. Figura 9 - Pátio coberto. Fotografia dos autores.

que segundo ela, as mulheres já haviam tomado café. Algumas foram trabalhar e outras estavam na área reservada no segundo andar. Já as crianças estavam ou na escolinha ou com outros familiares.

O prédio administrativo é muito organizado. Os espaços são bem separados: área de costura, lavabo, cozinha, área de brechó, de convivência e administrativo. Apenas a área da cozinha, que segundo a coordenadora, conflita com o espaço da produção dos quitutes. Como um projeto da Casa de Referência Mulheres Mirabal, o 'Quitutes' busca auxiliar tanto as moradoras da Casa quanto as mulheres da comunidade e conta com a colaboração da Enactus UFRGS. A venda dos quitutes, um dos meios de gerar renda, tem como objetivo o fortalecimento da autonomia financeira e pessoal da ocupação.

Rex estava sempre perto, como cão de guarda, apesar de ser muito brincalhão. Acho que a presença de um amigo de quatro patas para as mulheres e para as crianças torna o ambiente mais leve. Como ele não consegue subir a escada em espiral, as gurias levam ele no colo até o segundo andar só pra dormir com elas.

Uma problemática conversada é a falta de luz. Ela vem de um gato da vizinhança. Utilizam para os serviços gerais e serviços de produção (quitutes e futuras costuras).

Um aspecto positivo é a boa qualidade arquitetônica do prédio. Mesmo que as janelas da cozinha fossem orientadas para o oeste, e que o sol estava a leste por ser de manhã, a iluminação natural propiciou uma qualidade de iluminação muito boa. Isso já ameniza o uso excessivo de luz elétrica e garante uma boa habitabilidade (luz, sem mofo, ventilação...). Isso em todos ambientes que visitamos.

Visitamos a horta localizada ao lado da quadra esportiva aberta. A coordenadora comentou que a dificuldade de mantê-la sempre organizada é a grande demanda de cuidados que ela exige, não sendo a atual prioridade da ocupação. Comentou-se sobre a alta incidência solar e a necessidade de uma cobertura.

A ex-casa do brigadiano também está em ótimas condições, porém inativa até então. Surgiu o questionamento de seu possível uso. Ali pode ser um espaço para mulheres usarem, ou também para os serviços visto que a lavanderia já funciona na área de serviço. Abordamos sobre ser um espaço de acolhimento inicial, porém ponderamos sobre ser inconveniente uma família permanecer ali enquanto várias pessoas transitam utilizando a máquina de lavar roupa. Foi sugerido também o uso da cozinha para a produção dos quitutes, resolvendo o conflito da cozinha da casa.

31/10/22

Para a segunda visita levamos material para iniciarmos o levantamento da ocupação. Fomos muito bem recebidos novamente. O terreno foi dividido conforme um croqui inicial. O espaço mais utilizado é o prédio administrativo. É onde as acolhidas, abrigadas e toda a equipe se concentram. A grande maioria das tarefas diárias são realizadas ali, com exceção do uso da máquina de lavar roupa. A administração, o brechó, o atelier de costura, a cozinha, um banheiro e uma área de serviço estão situados no térreo. Há uma escada central que dá acesso ao primeiro pavimento onde as acolhidas ficam. Por enquanto ainda não visitamos essa área da casa.

O segundo espaço mais utilizado, aparentemente, é a escola. As salas do pavimento térreo estão ocupadas por vários materiais que posteriormente são direcionados ao brechó. Há também uma sala de brinquedoteca. Os outros pavimentos (primeiro e segundo) acabam sendo pouco utilizados, e estão em completo estado de abandono. Já o último espaço mais utilizado é a Casa do Policial Militar. Por mais que seja o espaço menos usufruído, é o mais bem conservado no geral. Além do uso da máquina

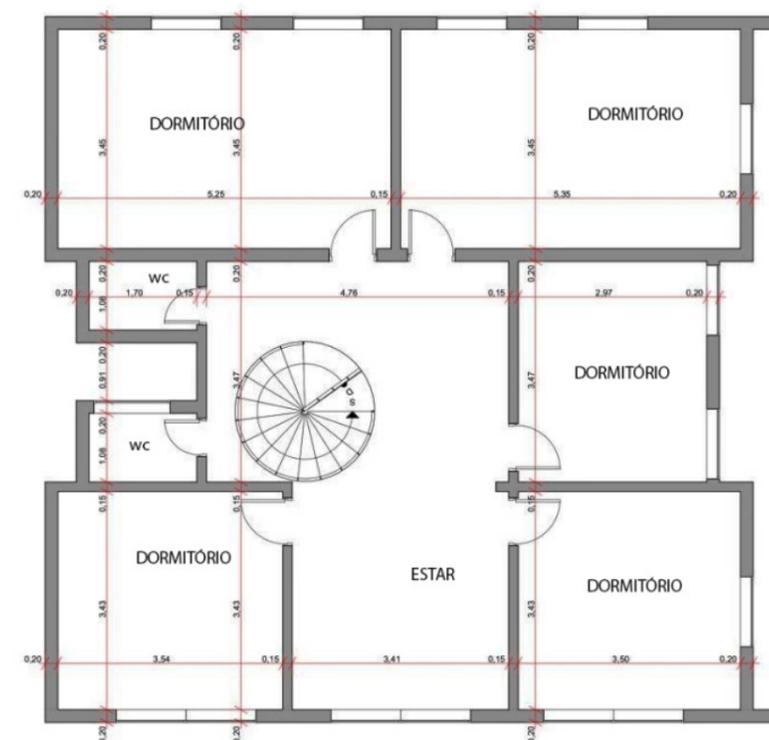
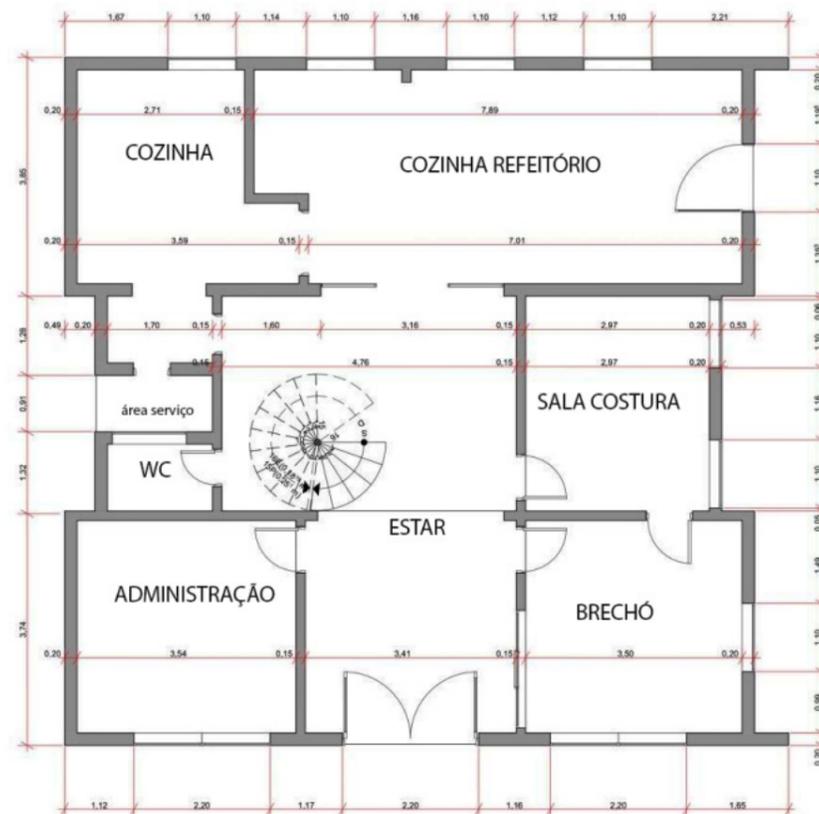


Figura 10 - Planta baixa. Casa e Administração. Dos autores. Figura 11 - Pavimento superior. Casa e Administração. Dos autores.

de lavar roupa, foi comentado em talvez tornar a cozinha o espaço para a confecção dos quitutes. Como visto na primeira reunião, às vezes os utensílios e o espaço da cozinha principal, por mais que seja um espaço grande, acabam conflitando com a confecção dos quitutes, produto importante para arrecadar fundos para o sustento da ocupação. Já sobre o espaço externo que engloba as quadras de futebol (coberta e descoberta), além dos espaços abertos e da horta, o ambiente mais utilizado é a quadra coberta. Há algumas cadeiras espalhadas, assim como alguns brinquedos. Às vezes há alguma ocupante sentada ali, nas cadeiras ou na mesa de cantina. É um espaço calmo e aberto, com boa circulação de vento além de proteger do sol nos dias muito quentes. Sobre o levantamento, realizei junto com o Raiê as medidas da cozinha do prédio da frente inicialmente. Por mais que fosse outro dia, a sensação que se tem na cozinha é muito similar à da primeira visita: ótima ventilação cruzada e ótima incidência solar, sem haver a necessidade de ligar luz. O espaço é bem organizado, compartimentado por uma cozinha mais reservada onde a pia se encontra. Esse espaço é dividido com o próximo ambiente por uma parede com uma janela em vão. A mesa principal é retangular e extensa. À direita da mesa, há outra mesa, porém arredondada, próxima aos equipamentos para realizar a produção dos quitutes. Tudo muito organizado, bem iluminado com as grandes janelas seguindo a modulação entre os pilares, e a grande porta de acesso. Conversando com o pessoal do movimento presente nesse dia, notamos o medo da falta de segurança. Por mais que o acesso ao terreno seja difícil, sempre há cadeado nos portões, especialmente no portão de acesso principal e no portão que separa o prédio da escola com o espaço aberto de entrada. Comentaram a falta de cadeados e a necessidade de comprar com maior resistência. Outra necessidade que nos comprometemos a ajudar é a manutenção de alguns vidros quebrados das esquadrias. Tivemos também a presença ilustre do Rex, o *Miradog*.

07/11/22

Finalizamos o levantamento do térreo do prédio administrativo. Levantamos as medidas em planta e elevações. Junto às anotações, tiramos fotos para nos guiarmos melhor posteriormente. Seguimos o levantamento para a casa do PM. O espaço continua inativo pela ocupação. Sendo a máquina de lavar o único uso. Comentamos novamente sobre promover um bom aproveitamento dessa casa e nutrir algumas demandas que a casa administrativa não comporta de forma mais eficiente. Visitamos a edificação da escola também. A grande preocupação é em relação à estrutura. A armadura de vários pilares estão em algumas partes expostas. As salas de aula do térreo são utilizadas para guardar peças de brechó e uma delas é uma brinquedoteca. Assim como a casa do PM, o prédio disponibiliza diversos espaços que a ocupação poderia aproveitar. Infelizmente o edifício não está em sua melhor condição.

01/12/22

Iniciamos nossa visita com o foco no levantamento das áreas externas. O pátio da frente faz parte do acesso principal de pedestres e automóveis tanto para a casa administrativa quanto para o terreno inteiro. É fortemente caracterizado pelos brinquedos das crianças e seu *playground*. Para acessar a quadra coberta é preciso passar pelo interior da casa administrativa já que o portão que separa esses dois ambientes está sempre fechado. Como de sempre, a casa está calma e somos bem recebidos. Ao entrarmos na quadra coberta, deparamo-nos com um espaço de estar. Nesse espaço normalmente as gurias tomam café ou apenas aproveitam essa área aberta. Há cadeiras e mesas de cantina. Esse espaço não passa da linha do meio da quadra. Do outro lado da quadra, há um palco de madeira elevado onde ocorriam as apresentações do colégio. Conversamos sobre o valor desse espaço para realização de eventos organizados pela ocupação. Além de proteger da chuva, ameniza o calor em dias de sol. A quadra descoberta serve como varal de roupas e conta com uma piscina inflável para as crianças. Levantamos as dimensões da horta também. A visita

foi tranquila e de grande avanço para iniciarmos o levantamento no *software*.

15/12/22

Após levantarmos as medidas das janelas que estavam quebradas, passamos para o vidraceiro. O intuito era a troca dos vidros quebrados por vidros novos. Iniciamos com o vidro inferior da porta. Fomos muito bem recebidos, com certo ânimo pelo novo vidro. A manutenção foi tranquila, recebendo sempre o apoio e a colaboração do pessoal. Chega a ser inusitada tamanha calma que a ocupação transmite. Mesmo quebrando vidro, fazendo sujeira e tudo mais, foi possível sentirmos confortável para realizarmos a troca. Contamos com a ajuda de uma das crianças. Colaborou com apoio moral e amassando a massinha de vidraceiro. Outro contribuinte especial foi o Rex, novamente com sua fofura. Fomos revezando conforme o trabalho estava em andamento. Demoramos bastante até para finalizarmos, porém como foi nossa primeira instalação, consideramos um sucesso total. Contamos também com a habilidade do Junior em manusear a massinha de vidraceiro, fazendo o acabamento final bem alinhado e homogêneo. Também fizemos um compilado de imagens do espaço externo, além de anotarmos algumas medidas.

22/12/22

Nesse dia não estive presente. Raiê e o professor Fuão realizaram a troca do segundo vidro.

09/02/23

Continuando a atividade prática, visitamos a ocupação para a troca do terceiro e último vidro. Realizamos todo processo inicial: tirar o vidro antigo com cuidado, retirar a massa velha, limpar o local, manter as crianças afastadas. No entanto, nos deparamos com o vidro maior que o devido. Raiê e o Fuão foram procurar um vidraceiro para acertar as medidas, enquanto eu e Jr. continuávamos com a limpeza e a preparação da colocação do novo vidro. O grupo que ficou na ocupação teve a ajuda especial de uma das crianças. Empolgada, ajudou a limpar o chão do pátio. Animou-se tanto que começou a limpar até os frutos da árvore em frente à casa ocupada pelas gurias. Essa interação com a criança foi o marco principal dessa visita. Colaborou desde o início até o fim da colocação, e não somente desse vidro, assim como do primeiro. Seu coleguismo e parceria serviram de exemplo pra gente. Sempre ao nosso lado e sempre ajudando. Até nos mostrou o presente que ganhou de sua mãe: bolinha de sabão. Nos ensinou a como usar e emprestou seu brinquedo para brincarmos com ele. Mesmo sendo uma criança, nos ensinou muito nesse dia. Mostrou que mesmo estando vivendo em um ambiente pesado, ainda há esperança de se recompor. O momento recreativo terminou quando o resto do grupo chegou com o vidro cortado. Finalizamos a colocação.

23/02/23

Recebemos a triste notícia de que a colocação do último vidro desprende da esquadria, impossibilitando o fechamento da janela. Analisamos a situação do vidro e resolvemos fortalecer a aderência da massa com o vidro, pois vimos que em alguns lugares estava fina demais. Fizemos a manutenção rápida, liberando tempo para iniciarmos o levantamento do edifício da escola (...) O último prédio que visitamos foi o da escola, um edifício que dispõe de salas e corredores bastante generosos. Percebemos que a edificação é bem modulada, seguindo um padrão de estrutura e de *layout*, principalmente nas salas de aula. Os pilares do prédio estão deformados na altura do térreo e segundo pavimento e comprometem algumas esquadrias que ficaram emperradas. Apesar de algumas hipóteses levantadas sobre a origem e gravidade do problema estrutural, foi constatada a necessidade da visita de um engenheiro para averiguar a situação. Para auxiliar nesse processo iniciamos também uma pesquisa sobre a data de construção do viaduto e data de fechamento da escola. Os ambientes

de banheiro e outros ambientes mais enclausurados eram os ambientes mais hostis e com mais danos. Foi apontada a necessidade de conseguirmos as plantas baixas do prédio junto à prefeitura para iniciarmos um levantamento do prédio. A maior variante ocorre nos espaços que inicialmente eram os laboratórios e que atualmente são banheiros e despensas.

Março/23

Tivemos dois focos principais no mês de março. O primeiro foi analisar novamente a causa do descolamento do último vidro colocado. Acreditamos que a esquadria deve estar deformada, causando forças que impedem o fechamento total da janela e o descolamento do vidro. O segundo foco foi finalizar o levantamento da escola. Levantamos as medidas externas e internas. A situação da escola permanece a mesma desde nossa primeira visita à ocupação. Não há luz e não há água. O térreo continua com o uso de armazenar peças para o brechó e uma sala reservada para uma brinquedoteca. Juntamente às medidas anotadas, recolhemos imagens e vídeos para ajudar no acervo digital e no desenvolvimento do projeto.

Abril/23

O mês de abril foi organizado via reunião *online*. Decidimos fazer de forma remota para formular a apresentação que temos em mente em fazer para o pessoal. Juntamos todos arquivos que realizamos durante as visitas para darmos início ao andamento do projeto. Utilizando o *software* Archicad, organizamos os arquivos de cada levantamento para gerar um só. A ideia principal é apresentar para o pessoal da ocupação o trabalho até então feito e ouvirmos as demandas da casa. A compatibilidade do nosso levantamento com o projeto de 1988 gerou algumas dúvidas. Ao levar a planta baixa do térreo do projeto de 1988 para o *software* Archicad, tive dificuldade em coincidir as cotas com o desenho. A cota informa uma distância que não bate com o desenho. Portanto, decidi seguir a medida das cotas. Ademais, esse documento apenas disponibilizou a planta do térreo. Sendo assim foi necessário as reuniões com o grupo para compatibilizarmos o mais fiel possível a edificação da escola, sendo esse nosso maior desafio dentro dessa etapa.” Monique Lemos. Jorge Valdecir May Junior

Mirando hacia atrás

O abandonado, assim como a ocupação, por sua vez é aquele liberto das leis tradicionais, das arquiteturas acadêmicas, das normativas, é uma espécie de Território Autônomo (TAZ). Livrementemente cria as suas próprias formas de viver espaciais e temporais, seus espaços, seus cantos, suas aberturas. Bem no fundo, a questão do território e dos abandonos e da arquitetura enquanto lugar de disputa das ocupações, envolve o amor, ou seja: as relações de adoções dos abandonados, dos rejeitados pelo Estado. Enfim, o abandono não pode ser explicado por si, em termos de objetos ou arquitetura, é insuficiente, e incipiente qualquer explicação, então é aí que entra o discurso da alteridade, o ‘outro’. Quem abandona, quem rejeita é o capitalismo, é o consumo que descarta tudo; mas, é justamente esse ‘outro’, o descartado, que acolhe ocupando, abrindo o prédio para receber e dar (hospitalidade). Nesse sentido há muitas formas de abandono, de rejeição, como um simples fechar os olhos ou virar a cara ao outro, até nas coisas e atitudes mais repugnantes, como demonstrou Eduardo Rocha, em sua tese: *Arquiteturas do abandono*.

Mas é exatamente o abandonado, a abandonada; e aqui trazemos o discurso para a pessoalidade; as mulheres vítimas de violência doméstica que são forçadas a abandonar seu lar; simultaneamente também abandonadas pelo Estado; que quando ‘ocupam’ o abandono como última forma de existir dão visibilidade ao abandonado e a si próprio. É a ‘outra’ que denuncia o abandonado ao ocupar, é essa outra quem

reconhece a impostura da rejeição. Um juiz quando assina um termo de reintegração de posse de um lugar abandonado que só corrói o tecido social urbano, um espaço parasita que alimenta a especulação imobiliária, ele está abandonando mais uma vez à sorte essas mulheres que lutam por um abrigo ainda que temporário e emergencial. Ele está defendendo a reintegração de posse em nome da propriedade privada dos soberanos alicerçado na lei.

Toda ocupação é um ato supremo de acolhimento. O ocupante abandonado acolhe o abandono, o edifício abandonado, ambos se encontram para produzir o comum estabelecendo outra política na cidade, a política dos corpos que querem se reterritorializar; produzir em termos de Antonio Negri uma economia amorosa, pois essa conjuga o sem sentido e o sentido. É o gesto e a resistência ao ocupar, o cuidado que acaba com a estagnação, o apodrecimento nos centros urbanos. O que ocupa cuida do edifício como se fosse sua casa, sua vida. Qualifica e revitaliza esse espaço, deixa fluir pelas torneiras enferrujadas de novo a água, deixa a luz do sol entrar, ventila, ‘rehabita’, re-existe.

É um ato de libertação daqueles que abandonam a condição de hospedeiros de valores que não lhes pertencem. Ocupar é uma necessidade, um imperativo quando o processo capitalista da moradia transforma o direito sagrado de habitar em mercadoria. Torna-se uma necessidade quando o Estado e os soberanos se atravessam no direito natural de cada um construir sua casa, quando aniquila até sua força de mão de obra, abandonando-o como um *homo sacer* a mercê do capitalismo e do processo ‘civilizatório’. Raquel Alquatti apresenta um outro sentido, muito interessante sobre ocupação, diz ela: “O que a Ocupação ocupa é exatamente a função do poder público no espaço deixado por ele vazio. Algo que podemos formular provisoriamente como nós só estamos fazendo o que o Estado deveria fazer, mas não o faz. Entramos então no campo da ausência. Podemos pensar que uma ocupação é isso que retorna justamente ali onde a dominação falhou, e que afirma retornar quantas vezes for necessário”²⁰, para que nenhuma mulher tenha que dormir com seus filhos e filhas na rua. Como disse, ainda, Raquel Alquatti, “Ocupar um prédio público é infiltrar-se no cerne do aparelho de Estado do poder executivo”²¹.

Para finalizar, sugerimos não só olharmos para frente, para o futuro, mas para trás para o que passou, como forma de conhecimento, e é lamentável constatar que muitas vezes quando a Justiça dá a reintegração de posse aos proprietários, esses edifícios posteriormente seguiram abandonados pelos proprietários, anos a fio como é o caso das ocupações: Mirabal, e Lanceiros Negros em Porto Alegre. Isso decididamente não é justiça, apenas defesa da propriedade abandonada, servidão aos senhores da justiça. A academia, principalmente a da arquitetura e urbanismo, quando à serviço da classe burguesa e dos soberanos nada contribui com seus desenhos e suas análises arquitetônicas gramaticais vazias de vida. Para expressar essa violência da lei sobre aqueles que mais precisam de justiça é preciso sim que o âmbito político ocupe o atual discurso da arquitetura para recuperar o ar vital que caracteriza a ‘arquitetura’.

20 Alquatti, Raquel. *Sobre dizer a verdade do lugar onde não se deveria estar, uma leitura discursiva de uma prática política*. (Dissertação) UFRGS. Instituto de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras. Porto Alegre. 2017. (orientadora: Ferreira, Maria Cristina Leandro). p. 68.

21 Alquatti, Raquel. Op. cit.; p. 55.

Referências

ALQUATTI, Raquel. *Sobre dizer a verdade do lugar onde não se deveria estar, uma leitura discursiva de uma prática política*. (Dissertação). Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras/Programa de Pós-graduação em Letras, 2017. (orientadora: Ferreira, Maria Cristina Leandro).

CRUZ, Luana. Existir é Resistir: Dois anos de Ocupação Mirabal. *Jornal Sextante*. Disponível em: ufrgs.br/humanista/2018/12/13/sextante-existir-e-resistir-dois-anos-de-ocupacao-mirabal/

DAMASCENO, Marcelo Damasceno. *Entre ruínas e resistências: (R)emoções em Porto Alegre de 2013 a 2015*. (Dissertação). Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura/PROPAR, 2018. (Orientador: Fernando Fuão).

EW, H. A. ; CIDADE, D. M. ; PAULON, S. M. Experiências urbanas e produção do comum: uma visão a partir de mulheres em situação de violência moradoras de ocupação urbana. In: 16 Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2021, Salvador. *Anais [do] XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador: UFBA, 2021.

GAWLINSKI, Thainá. Nasce em Porto Alegre a Ocupação Mulheres Mirabal. *Jornal A Verdade*. Disponível em: averdade.org.br/2016/11/nasce-em-porto-alegre-ocupacao-mulheres-mirabal/

GOMES, Luís. Ocupação Mirabal aceita acordo e deve se mudar para prédio estadual. *Jornal Sul 21*. 02/2018/06/. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2018/06/ocupacao-mirabal-aceita-acordo-e-deve-se-mudar-para-predio-estadual/>

LOPES, Claudiane; SANTOS, Eloá; GONÇALVES, Gabriela; KOZMHINKY, Guita; XAVIER, Indira; MENDES, Raphaela; MENDES, Vivian. *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário*. Brasil. 2017.

MARINHO, Bárbara Rodrigues. *EXISTO PORQUE RESISTO: A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano* (Dissertação). Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional/PROPUR, 2023. (Orientadora: Daniele Caron).

MELLO, Bruno Cesar E. *Dias de destruir, de construir*. Porto Alegre: Libretos, 2022.

ROCHA, Eduardo. *Arquiteturas do abandono: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte* (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2010. (Orientador: Fernando Fuão). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/24722>

SANCHES, Nanashara D. *As Ocupações no Centro histórico de Porto Alegre e a Formação de Territórios de Resistência*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós Graduação em Geografia/Instituto de Geociências, 2021. (Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares).

A MÍDIA E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE

O caso da Comunidade do Tororó, Salvador/BA

THE MIDIA AND THE FIGHT FOR THE RIGHT OF THE CITY
The case of the Community Tororó, Salvador/BA

Adriana Teixeira Bahia¹ e Vera Santana Luz²

Resumo

A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, Bahia, vive um processo de reintegração de posse, movido pela Prefeitura Municipal de Salvador, com objetivo de dar espaço a um novo *shopping center*. Tendo como premissa o direito à cidade e à moradia, discutimos a divulgação do caso na mídia, considerando seu papel na formação da opinião pública, compreendendo que a linguagem, a partir da forma como uma história é contada, tem papel central para influenciar posicionamentos. Para atingir tais objetivos, realizamos a sistematização de artigos de mídias via dois descritores pré-selecionados, organizada em tabelas sínteses, mediante análise de termos recorrentes e baseada no posicionamento dos artigos, categorizados dentre: a favor da Comunidade, neutros, ou a favor da reintegração. A justaposição das informações permitiu extrair resultados que iluminaram alguns temas a respeito do caso e a percepção geral da mídia, bem como de outros agentes e instituições.

Palavras-chave: Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Tororó/Salvador/Bahia, mídias, segregação urbana, gentrificação, lutas sociais.

Abstract

The Community of Monsenhor Rubens Mesquita Street, Salvador, Bahia, is undergoing a process of repossession, moved by the Municipality of Salvador, with the aim of giving space for a new shopping center. Based on the premise of the right to the city and housing, we discuss the diffusion of the case in the media, considering its role in shaping public opinion, understanding that language, based on the way a story is told, plays a central role in influencing positions. To achieve these objectives, we systematized media articles via two pre-selected descriptors, organized in summary tables, through the analysis of recurrent terms and based on the positioning of these articles, categorized among: in favor of the Community, neutral, or in favor of reintegration. The juxtaposition of information allowed extracting results that illuminated some themes regarding the case and the general perception of the media, as well as other agents and institutions.

Keywords: Community of Monsenhor Rubens Mesquita Street, Tororó, Salvador, Bahia; media, urban segregation, gentrification, social struggles.

Introdução

O presente artigo elabora a discussão a respeito do olhar da mídia sobre o caso da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, também conhecida como a Comunidade do Tororó, localizada no Centro Expandido da cidade de Salvador, Bahia, no entorno da Estação da Lapa. A Comunidade ocupa esse espaço desde aproximadamente o ano 2000 (O QUE TÁ ACONTECENDO NO TORORÓ, S. I.). A história se assemelha a tantas outras ocupações urbanas. Desprovida da possibilidade de acesso à moradia pelas vias formais e legais, a Comunidade, liderada pelo Sr. Evandro Almeida, ocupou esse anterior vazio urbano, construiu suas moradias e o dotou de algumas infraestruturas. De acordo com Seu Evandro, hoje vice-presidente da Associação de Moradores, antes mesmo da construção da Estação da Lapa esse terreno era parte de uma fazenda, mas, à época da ocupação, uma parcela da área pertencia à Prefeitura Municipal de Salvador e outra estava abandonada e não havia sido reivindicada.

Esse grupo de pessoas, dentre as quais muitas viviam antes em cortiços e não mais podiam arcar com seus aluguéis, ocuparam essa área. No primeiro ano da ocupação, a Prefeitura demoliu algumas moradias; porém, a Comunidade foi resistindo e permanecendo, até atualmente, quando muitos detêm a posse e pagam IPTU, ao menos até o ano de 2018, a partir de um Processo de Reintegração de Posse movido pela Prefeitura Municipal de Salvador, inicialmente contra 41 famílias moradoras da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

Tais informações foram obtidas em pesquisa de campo realizada no ano de 2019, como parte da pesquisa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida por Bahia (2021), uma das autoras deste artigo, onde foi elaborada a discussão entre cidade e saúde mental, a partir da ótica do planejamento urbano e suas ações na cidade, tendo como estudo de caso a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e seu processo vivido. Esse tema vem também sendo aprofundado na pesquisa de Doutorado em desenvolvimento, da qual integra a investigação que abordaremos nesse artigo.

No presente artigo, nos propusemos a entender como o processo de Reintegração de Posse vivido pela Comunidade do Tororó tem sido retratado pela mídia e alguns veículos institucionais, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BA, 2021) e o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia (IAB, 2021). A partir de dois descritores — Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia e Tororó — fizemos a sistematização de notícias, no espectro de tempo entre 31 de agosto de 2019 a 17 de março de 2022, em um conjunto decorrente de mídias. A pesquisa resultou em uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa dos dados obtidos. O objetivo foi tentar construir um panorama das narrativas desses agentes formadores da opinião pública, que são as mídias. Como desdobramento, pretendeu-se vislumbrar se a relação que estamos investigando no desenvolvimento da pesquisa de Doutorado, isto é, entre o processo vivido e a saúde mental dos envolvidos, é de alguma forma abordada. Será que tais temas estão em pauta nos noticiários, nesses casos? Ou são questões secundárias ou mesmo negligenciadas, quando tratamos do direito a cidade?

A pesquisa acompanha um espaço em transformação, nesse caso uma modificação de uso e classe social destrutiva, resultante da negligência aos direitos à cidade, à habitação e à função social da propriedade, que, aliada a um planejamento urbano e uma gestão privatista, não só permite como atua em prol da construção de um *shopping center*, onde hoje se localiza uma comunidade ali estabelecida há 18 anos.

Perante uma tendência ao denominado planejamento estratégico, de inserção internacional, no qual predomina, nas cidades, a esfera global em detrimento

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

² Doutora, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

da local, diversos autores, como Santos ([1996] 2006), Harvey (2020), Arantes (2001); Vainer (2001) e Fix (2009), têm discutido criticamente esse modelo, que tem acometido especialmente determinadas capitais e cidades turísticas ou com acervo patrimonial importante, na busca competitiva por projeção e solvência, com ideários e procedimentos em proximidade aos empresariais. Conforme aponta Harvey (2020):

A gentrificação, a inovação cultural, a renovação física do ambiente urbano (incluindo a guinada a estilos pós-modernistas de arquitetura e projeto urbano) e as atrações de consumo (arenas esportivas, centros de convenções, shopping centers, marinas, locais exóticos de gastronomia) e de entretenimento (espetáculos urbanos organizados numa base temporária ou permanente) tornaram-se facetas proeminentes das estratégias de regeneração urbana. A cidade precisa se apresentar, sobretudo, como um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou para se visitar, para se divertir e para consumir. (HARVEY, 2020, p. 163)

Não obstante, no Brasil, conforme apresentam Salata e Ribeiro (2022), do Observatório das Metrôpoles, a Região Metropolitana de Salvador apresenta o quarto maior índice de Gini (0,582), que mede a desigualdade de renda, com segundo pior índice de população em extrema pobreza, correspondendo a 12,2%, 34,4% em situação de pobreza e média de rendimento dos 40% mais pobres da população, com R\$ 272,00 de renda domiciliar per capita. Confirmam a acentuada desigualdade, dados sobre a razão de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, que equivalem a 21,3%, entre as quatro metrôpoles com maiores valores, em dados de 2021.

Neste cenário paradoxal, entendemos que as mídias funcionam como importante agente e cumpre, neste artigo, realizar uma leitura mediante amostragem, da forma como estas tem se posicionado, baseando-se no posicionamento dos artigos, categorizados em três possibilidades: a favor da Comunidade, neutros, ou a favor da reintegração do terreno pela Prefeitura.

A Comunidade do Tororó e a sua luta

A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita e a sua história representam tantos outros grupos de pessoas que fazem valer seu direito por moradia, ao corporalmente ocupar um espaço e dotá-lo de função social. Nesse processo, dão continuidade à malha urbana, a habitam e lhe dão vida. No caso da Comunidade, como em tantas outras, também a conferem de infraestrutura.

Como apresentamos no mapa a seguir (Figura 1), a Rua Monsenhor Rubens Mesquita está localizada no Centro Expandido³ da cidade de Salvador, e próxima de importantes marcos da cidade, como a Estação da Lapa e a Itaipava Arena Fonte Nova, que além de elementos significativos da paisagem urbana de Salvador, têm também grande importância econômica para esse grupo de pessoas, já que muitos se utilizam desse espaço como fonte de renda, como ambulantes. É salientável, ademais, a proximidade com o Dique do Tororó, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e à Avenida Joana Angélica, locais com extensa oferta de equipamentos e serviços, além da facilidade de acesso, tanto ao metrô quanto a algumas das principais avenidas que cruzam a cidade.

³ O Centro Expandido de Salvador se refere às imediações do Centro Histórico de Salvador e faz parte das primeiras expansões da cidade para além de seu núcleo inicial.



Figura 1 - Localização da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, Bahia. Fonte: Bahia, 2021, p. 25, com base em imagens do Portal SIG – CONDER, c2020.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU) (SALVADOR, 2016a), o tecido urbano da Comunidade do Tororó está inserido na Macrozona de Ocupação Urbana, na Macroárea de Urbanização Consolidada, bem como na Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), do Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental (SAVAM). Salienta-se que é classificado como ZEIS 1 (Zona Especial de Interesse Social 1: assentamentos precários — favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares) (SALVADOR, 2016a, art. 68), o que rege legalmente sua salvaguarda, garantia de posse, regularização fundiária e processos de requalificação edilícia e urbanística.

Realizamos uma análise da inserção urbana da Rua Monsenhor Rubens de Mesquita, a partir do método desenvolvido pelo LabCidade (Laboratório Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e pelo ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento), durante a pesquisa “Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV”, coordenada por Raquel Rolnik (ROLNIK, 2014). A metodologia considera os tempos percorridos para classificar as proximidades dos três tipos de usos considerados: os cotidianos, os eventuais e os esporádicos. Através de mapeamento, identificamos a Rua Monsenhor Rubens de Mesquita como uma área bem servida de equipamentos e serviços, compreendendo ao menos um tipo de cada de serviço, quando não uma ampla variedade, dentro do raio elencado para cada tipo de uso.

A inserção urbana privilegiada desse espaço nos serve para salientar as disputas às quais está sujeito, e como a sua relevância deve suscitar interesse dentro do contexto imobiliário, como teoriza Villaça (2001), como fator de localização. Como decorrência evidente, temos o Processo de Reintegração de Posse, que presenciamos na Comunidade.

O Processo 0575098-23.2017.8.05.0001, situado na 8ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, foi iniciado no ano de 2017 (LOGRADO, 2023), porém, apenas em 2018, 41 famílias residentes há treze anos, foram notificadas que deveriam deixar suas moradias. Desde o início, todo os desdobramentos têm sido nebulosos, tanto para a Comunidade — como foi relatado pelos moradores, durante a pesquisa de campo⁴ — quanto para

⁴ A pesquisa de Doutorado, à qual se filia o presente artigo, foi devidamente submetida e aprovada pelo



quem não é diretamente implicado, sejam pesquisadores, apoiadores ou até mesmo a mídia. Infere-se que isto se dê, posto que a municipalidade nunca divulgou os planos urbanos para a área, que justificassem a reintegração de posse. A Prefeitura alega que a retirada dessas pessoas teria o intuito de abrir espaço para a instalação de sistema de *Bus Rapid Traffic* (BRT), que está, atualmente, em construção na cidade, e assim, seria de interesse público, porém, sabe-se que o projeto do *Shopping Nova Lapa* pretende ocupar aquela área (CAU/BA, 2021).

Corroborando com estes fatos, que a primeira instância do referido Processo ocorreu à revelia da Comunidade, que não foi notificada a tempo de tomar quaisquer providências. Ainda assim, a Prefeitura perdeu a causa nesta primeira instância, porém ganhou na segunda (LOGRADO, 2021). Temos mantido contato com a Comunidade através da interlocução com o Presidente da Associação de Moradores e as atualizações que seguem partem do seu relato, o que foi, também, corroborado por diversas matérias investigadas para esse artigo.

Durante o curso do Processo, a Prefeitura tem se utilizado de métodos de coerção para convencer as famílias a venderem suas casas, em geral pela oferta de valores baixíssimos pelas moradias, que não condizem com sua localização. Por temor de perder a causa, inúmeras famílias venderam suas moradias por preços injustos, conforme aferido na última visita realizada ao local, em dezembro de 2022, quando restavam apenas três famílias ainda resistindo contra a ação movida pela municipalidade.

Nesse meio tempo a Prefeitura deu prosseguimento a ações, como a demolição das moradias adquiridas, o que entendemos como mais um ato de intimidação. Estas demolições provocaram inúmeros transtornos à população que permanece no local; alguns relatam rachaduras em suas casas, mas também foi causa de alagamentos no período de chuvas, já que a Prefeitura apresentou morosidade na retirada de entulhos.

Em maio de 2023, em conversa com o Presidente da Associação de Moradores — um dos últimos que vinha resistindo ao Processo —, ele nos compartilhou a notícia de que também estaria saindo da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Ao que tudo indica este

está se tornando mais um caso em que o planejamento urbano privatista vence em prol dos interesses privados.

Permanecem ainda, no local, as famílias que habitam a porção mais alta da Rua, não incluídas no Processo de Reintegração de Posse; no entanto, nos parece que seu futuro também permanece incerto, pois encaram a possibilidade de uma remoção no futuro ou que terão seus arredores completamente alterados, perante o impacto de um empreendimento da escala de um *shopping center*.

A referida demarcação da Comunidade do Tororó como ZEIS 1, pelo PDDU (SALVADOR 2016a), que é referendada pela Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (SALVADOR, 2016b), revela, portanto, uma incoerência entre o estatuto legal e as condições reais, assim como a falta da garantia de direitos concedidos a esse grupo de cidadãos. Dentre os objetivos do PDDU, se elenca “[...] promover a regularização e a urbanização de assentamentos precários” e “resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento e as relações sociais e comunitárias” (SALVADOR, 2016a, art. 11, itens X e XVIII) em cujas diretrizes, está a “[...] promoção da melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, compreendidos como necessidades habitacionais relacionadas com os espaços públicos, a infraestrutura, os equipamentos e serviços urbanos” (SALVADOR, 2016a, art. 12, item III). No mesmo sentido, é previsto que: “Os programas de assistência técnica serão voltados à elaboração e implantação de projetos de ampliação, reforma, melhoria da qualidade e das condições de salubridade da habitação, com a participação do interessado.” (SALVADOR, 2016 a, art. 75), concorrendo para tanto a flexibilização das condições e prazos de empréstimos em subsídios, em função da realidade socioeconômica das populações envolvidas.

Nessa perspectiva, o enfoque desse artigo se concentra em entender a percepção da mídia a respeito desse contexto; se há e qual seria a sua participação nesse confronto e seu posicionamento; e, como essa história é contada também nos parece importante para vislumbre de seu desfecho.

O uso da mídia social tem sido e foi essencial na história da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, principalmente através da rede social *Instagram* em seu perfil *@torororesiste*. Desde 2019, a Comunidade vem relatando a sua história na página, compartilhando novidades e divulgando seus eventos. Não poderíamos deixar de citar tal ferramenta como tendo sido tão importante ao longo do processo. Neste artigo, contudo, não serão abordadas as mídias sociais, mas sim a mídia jornalística, que revela leituras sobre o caso. Abordaremos, por conseguinte, as diferentes matérias que noticiaram a respeito e o relataram sob diversas óticas, a partir de uma metodologia explicitada a seguir.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, estabelecemos uma metodologia que partir do estabelecimento de dois descritores para investigação nas mídias com veiculação eletrônica. Dessa forma, a primeira etapa foi a organização preliminar das matérias, a partir de dois descritores: (1) Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia; (2) Tororó. A partir da compilação, selecionamos matérias que discutiam o Processo de Reintegração de Posse vivido pela Comunidade do Tororó, sob quaisquer óticas, não sendo consideradas as matérias que abordavam a Rua sob outros aspectos.

Definimos três posicionamentos das matérias, a saber: (1) a favor da Comunidade; (2) neutro; (3) a favor da reintegração. Em alguns casos foi necessária certa interpretação

e uma busca no histórico dos veículos selecionados, porém, na maioria das leituras fica bastante claro e explícito o posicionamento com relação às ações da Prefeitura de Salvador perante a Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

Dado que consideramos apenas as matérias que se referem ao Processo de Reintegração de Posse vivido pela Comunidade, o recorte temporal se construiu a partir desse entendimento, tendo em conta a cronologia apresentada na Tabela 1, a seguir. Logo, desde 2017 até o presente, as matérias foram elencadas, porém, as notícias mais antigas encontradas datam de 2019.

Ano	Marco
2005	Início da ocupação
2017	Início do Processo de Reintegração de Posse
2018	Primeiros efeitos do Processo de Reintegração de Posse
2021	Primeiras demolições

As tabelas de cada matéria foram organizadas em ordem cronológica. Esta etapa foi essencial para a compreensão do universo pesquisado e para as conclusões e compreensões das matérias. No total, foram levantadas um universo de vinte e três matérias elencadas na Tabela 2, abaixo.

VEÍCULO	DATA	TÍTULO
1. MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	31/08/2019	BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador
2. BAHIA NOTÍCIAS	11/11/2020	Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis
3. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA	25/12/2020	Tororó Resiste
4. PRETAS POR SALVADOR	21/05/2021	Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó
5. ADUNEB	25/06/2021	Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó
6. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE – SALVADOR	30/07/2021	Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!
7. TV ESTADÃO	02/08/2021	Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé

8. O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO	21/08/2021	Disputa nas ZEIS do Tororó: uma história de violação do direito à cidade e à moradia
9. JORNAL A TARDE	26/10/2021	Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó
10. JORNAL A TARDE	27/10/2021	Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são "justíssimas"
11. JORNALISTAS LIVRES	27/10/2021	Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas
12. BAHIA.BA	27/10/2021	Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó
13. CAU/BA	29/10/2021	CAU repudia demolições de residências no Tororó
14. ANADEP	04/11/2021	BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação
15. SAERGS	16/11/2021	Tororó é resistência ao avanço da Capital e pleno direito à moradia
16. IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA	01/12/2021	O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia
17. IAB-BA	2021	IAB-BA participa de audiência sobre remoção de Comunidade do Tororó
18. JORNAL A TARDE	17/03/2022	Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações
19. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA	17/03/2022	Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia
20. PPGAU	10/06/2022	Caminhada nos territórios negros do centro antigo de Salvador: o direito à cidade em disputa
21. BAHIA AO VIVO	14/06/2022	Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella
22. BAHIA ECONÔMICA	2/11/2022	Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT
23. METRO 1	16/05/2023	Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas

Os resultados obtidos, que se relacionavam ao tema, foram inventariados e, para cada matéria publicada, organizamos as seguintes informações: nome do veículo; título da matéria; data; uma imagem da matéria; *link* de acesso; resumo da notícia por nós realizado; e posicionamento e, a partir disto, construímos tabelas sínteses de cada matéria, a exemplo da Tabela 3, abaixo.

DATA	VEÍCULO	IMAGEM	TÍTULO	RESUMO	POSICIONAMENTO
30 de julho de 2021	OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE - SALVADOR		Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!	Aborda o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita apontando para a falta de transparência da Prefeitura no decorrer do processo. Remoções demandam que seja declarado o interesse público em para tal, porém, nesse caso a Prefeitura não apresentou o projeto para a área. A matéria defende o diálogo da Prefeitura com a Comunidade, advoga pela transparência quanto aos planos para área e conclui afirmando que tais remoções não podem ser feitas em nome da mobilidade urbana.	A FAVOR DA COMUNIDADE

A partir da organização e sistematização elaboradas, partimos para a análise de resultados, com objetivo de desvendar a percepção da mídia no que diz respeito à situação vivida pela Comunidade, já que partimos do pressuposto de que a mídia possui papel relevante na formação da opinião pública e pode até mesmo influenciar nas decisões do poder público.

Resultados

Mediante a investigação e leituras realizadas, algumas percepções se deram de imediato, dentre elas a questão temporal. Ficou evidente que a quantidade de notícias se intensificou quando das primeiras demolições. Das vinte e três notícias selecionadas, quatorze são do ano de 2021, quando as demolições se iniciam. Temos como hipótese de que em um primeiro momento, a destruição da materialidade é mais chocante que a destruição da imaterialidade, o que Santos ([1996] 2006) define como tecnosfera e psicofera, respectivamente:

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesma bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas — tecnosfera e psicofera — são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (SANTOS, [1996] 2006, p. 172).

No que diz respeito à análise do posicionamento das matérias, a maioria, ou seja, quinze delas, se posicionaram a favor da comunidade, como apresenta a Tabela 4, abaixo. Porém, é perceptível que a maioria destas matérias não são da grande mídia, mas, sim, de veículos independentes, ou ligados a instituições como Universidade Federal da Bahia, o CAU/BA, o IAB, dentre outros — grupos, que apesar de terem importante papel nas discussões públicas, em especial do planejamento urbano, ou mesmos dos movimentos sociais, não apresentam tanto alcance, no que diz respeito a veiculação de notícias para a população em geral. As matérias que se posicionam a favor da reintegração de posse, contudo, foram, em sua maioria, veículos da mídia corporativa e de maior alcance.

VEÍCULO	DATA	TÍTULO	POSICIONAMENTO
1. MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	31/08/2019	BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador	A FAVOR DA COMUNIDADE
2. BAHIA NOTÍCIAS	11/11/2020	Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis	NEUTRO
3. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA	25/12/2020	Tororó Resiste	A FAVOR DA COMUNIDADE
4. PRETAS POR SALVADOR	21/05/2021	Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
5. ADUNEB	25/06/2021	Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE

Tabela 4 - Matérias selecionadas para a pesquisa, categorizadas de acordo com seu posicionamento em relação ao Processo de Reintegração de Posse, movido pela Prefeitura, contra a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Fonte: elaboração própria.

6. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE – SALVADOR	30/07/2021	Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!	A FAVOR DA COMUNIDADE
7. TV ESTADÃO	02/08/2021	Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé	A FAVOR DA COMUNIDADE
8. O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO	21/08/2021	Disputa nas ZEIS do Tororó: uma história de violação do direito à Cidade e à moradia	A FAVOR DA COMUNIDADE
9. JORNAL A TARDE	26/10/2021	Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO
10. JORNAL A TARDE	27/10/2021	Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são "justíssimas"	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO
11. JORNALISTAS LIVRES	27/10/2021	Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas	A FAVOR DA COMUNIDADE
12. BAHIA.BA	27/10/2021	Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO
13. CAU/BA	29/10/2021	CAU repudia demolições de residências no Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
14. ANADEP	04/11/2021	BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação	NEUTRO
15. SAERGS	16/11/2021	Tororó é resistência ao avanço da Capital e pleno direito à moradia	A FAVOR DA COMUNIDADE
16. IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA	01/12/2021	O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia	A FAVOR DA COMUNIDADE
17. IAB-BA	2021	IAB-BA participa de audiência sobre remoção de Comunidade do Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
18. JORNAL A TARDE	17/03/2022	Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações	NEUTRO
19. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA	17/03/2022	Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia	A FAVOR DA COMUNIDADE
20. PPGAU	10/06/2022	Caminhada nos territórios negros do centro antigo de Salvador: o direito à cidade em disputa	A FAVOR DA COMUNIDADE
21. BAHIA AO VIVO	14/06/2022	Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella	A FAVOR DA COMUNIDADE

22. BAHIA ECONÔMICA	02/11/2022	Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT	A FAVOR DA COMUNIDADE
23. METRO 1	16/05/2023	Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO

Dentre os veículos que se posicionaram a favor da Comunidade, os principais argumentos se referem ao fato de a Comunidade estar localizada em uma ZEIS, assim como discutem a questão do direito à moradia e da função social da propriedade. Outro argumento muito utilizado dentre esses artigos, é o decreto de Despejo Zero, implementado ao longo da crise sanitária da Pandemia de COVID-19. O mercado imobiliário também é muito citado como um agente que, cada vez mais, se apropria de espaços da cidade para acumulação e especulação.

Já no caso dos veículos que se posicionaram a favor da reintegração de posse, os argumentos se concentraram na necessidade da reintegração em prol da ampliação da linha de BRT; nenhum dos artigos que se posicionam dessa forma retrataram a construção do *Shopping Center* como motivação para o Processo; a única matéria que menciona sobre isto traz uma declaração do prefeito Bruno Reis, de que o empreendimento se trataria, apenas de uma possibilidade futura. A declaração do prefeito de que as indenizações são justíssimas também estão presentes na maioria desses artigos.

Exceto por um, todos os artigos a favor da reintegração, se dão sob a ótica da preocupação da população que permanece na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, e que não está inclusa nominalmente no Processo, com respeito, especialmente, aos danos que as demolições em curso podem causar a suas moradias. Tais relatos são sempre rebatidos com a declaração da SEMOB — Secretária Municipal de Mobilidade, de que as demolições foram avaliadas por uma equipe de engenheiros e consideradas seguras.

Os artigos classificados como neutros, no geral, relatam o caso ou as demolições, porém não fazem nenhum tipo de consideração a respeito do Processo em andamento, as suas motivações ou ainda as questões legais que o envolvem.

É notável uma diferença no uso da linguagem para se referir a situações semelhantes de formas diferentes, que indicam o posicionamento das matérias; os veículos que classificamos como a favor da reintegração de posse, por exemplo, se referem à situação vivida pela Comunidade como um impasse, uma polêmica, dentre outros termos que atenuam o fato de se tratar de um Processo, em curso, para desapropriação. Enfocando este aspecto, realizamos um levantamento de termos significativos em cada um dos artigos e fizemos uma análise dos termos mais recorrentes nas mídias selecionadas, como segue, à Tabela 5.

VEÍCULO	POSICIONAMENTO	TERMOS
1. MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	A FAVOR DA COMUNIDADE	exclusão social despejo e (re)expropriação tabuleiro de negócios informalidade desespero insegurança
2. BAHIA NOTÍCIAS	NEUTRO	despejo
3. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA	A FAVOR DA COMUNIDADE	remover direito constitucional à moradia
4. PRETAS POR SALVADOR	A FAVOR DA COMUNIDADE	coagidas direito à cidade
5. ADUNEB	A FAVOR DA COMUNIDADE	direito à moradia ato desumano tirania sede por lucro violência psicológica
6. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE – SALVADOR	A FAVOR DA COMUNIDADE	remoções, direito à cidade, regularização fundiária
7. TV ESTADÃO	A FAVOR DA COMUNIDADE	demolir
8. O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO	A FAVOR DA COMUNIDADE	regularização fundiária
9. JORNAL A TARDE	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	Desapropriação Indenização pacífica
10. JORNAL A TARDE	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	Incomodou polêmica
11. JORNALISTAS LIVRES	A FAVOR DA COMUNIDADE	pressão psicológica violência institucional expulsa despejadas
12. BAHIA.BA	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	Liberação desocupação
13. CAU/BA	A FAVOR DA COMUNIDADE	Demolições Aflige conflito fundiário função social
14. ANADEP	NEUTRO	demolições insegurança
15. SAERGS	A FAVOR DA COMUNIDADE	defender a moradia, resistência, instabilidade, constante ameaça, direito à moradia
16. IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA	A FAVOR DA COMUNIDADE	abalar psicologicamente, ação ilegal, alvo, expulsão, segregação racial e social, especulação imobiliária, violação ao direito à moradia e à cidade
17. IAB-BA	A FAVOR DA COMUNIDADE	remoção forçada direito humano à moradia
18. JORNAL A TARDE	NEUTRO	direitos à cidade e à moradia despejos remoções
19. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA	A FAVOR DA COMUNIDADE	movimentos sociais despejos pandemia

20. PPGAU	A FAVOR DA COMUNIDADE	direito à cidade disputa
21. BAHIA AO VIVO	A FAVOR DA COMUNIDADE	pressão psicológica remoção moradia digna segurança na posse
22. BAHIA ECONÔMICA	A FAVOR DA COMUNIDADE	remoção angústia desespero
23. METRO 1	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	impasse pacífica

A partir da relação do posicionamento com os termos elencados notamos que há uma certa diferenciação na forma como é tratado o caso e até mesmo como este é apresentado ao leitor que acompanha o veículo. As mídias a favor da reintegração pela Prefeitura utilizam termos que atenuam a situação vivida e enfatizam a ampliação do BRT como fator decisivo para que se considerem justas a reintegração e as demolições. No caso dos veículos a favor da Comunidade, são sempre levantadas pautas que se relacionam com o direito à cidade, à moradia, à função social da propriedade, temas essenciais a serem discutidos quando se considera o contexto da moradia no Brasil. Abaixo, elencamos esses termos em ordem decrescente, de acordo com a sua ocorrência no universo de matérias selecionadas (Tabela 6).

AGRUPAMENTOS DE TERMOS	OCORRÊNCIA
direito constitucional à moradia direito à cidade regularização fundiária função social conflito fundiário moradia digna segurança na posse	90
despejo (re)expropriação remover remoção forçada expulsa despejada demolições	112
tabuleiro de negócios negócios sede por lucro disputa	12
coagidas ato desumano tirania pressão psicológica violência institucional constante ameaça	35
desespero insegurança aflige abalar psicologicamente angústia	11
indenização indenizadas	19
pacífica pacificamente	4
polêmica impasse	2
resistência movimentos sociais popular de ocupação	38

Realizamos uma imagem de nuvem de palavras, interpolando os termos recorrentes, apresentada à Figura 3, como ilustração onde se visualiza, de modo gráfico sua proporção.



Cabe também mencionar que, para além das matérias e artigos de jornal, sejam eles de grandes veículos corporativos ou mídias independentes, vimos também importantes entidades emitirem notas técnicas e posicionamentos contrários ao Processo de reintegração de posse vivido pela comunidade, dentre elas o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA, 2021), o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) (IBDU, 2020) e a Nota Técnica elaborada em conjunto dentre o IAB Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB), o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia (SINARQ), e o Grupo de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (LUGAR COMUM) (SINARQ; IAB-BA; LUGAR COMUM, 2020).

Considerações Finais

Neste artigo, objetivamos construir um panorama, ainda que preliminar, de como os processos urbanos são representados na mídia, tendo como estudo de caso o Processo de Reintegração de Posse movido pela Prefeitura do Município de Salvador e moradores da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita, construindo um painel crítico do universo levantado. Encaramos como necessário esse levantamento, de modo a compreender como se posicionam os diferentes agentes midiáticos perante este conflito por direitos urbanos. A pesquisa de Doutorado em curso, da qual o ensaio aqui apresentado faz parte, se debruça sobre as percepções sobre a cidade, de modo a elaborar um inventário a respeito da relação cidade e sujeito, e a mídia é um importante

influenciador das percepções e mesmo formadora de opiniões.

Assim, após os levantamentos e as consecutivas análises aqui elaboradas, vimos retratado um caso que podemos considerar não ser exclusivo do Tororó, mas que se repete e é uma constante nas cidades brasileiras. A compreensão de como esse caso vem sendo retratado demonstra como a mídia hegemônica pode ser grande aliada dos interesses privados, e como a mídia independente e as instituições e movimentos sociais tem papel importante na conscientização da luta pelo direito a cidade e à moradia.

Este artigo é um elemento preparatório para futuro trabalho de campo junto à Comunidade do Tororó, na busca de compreender qual é o espaço que essa Comunidade tem, para dar voz as suas lutas e angústias, bem como da força de suas mídias sociais próprias. A esse respeito, aqui procuramos demonstrar que o caso em estudo tem sido mais intensamente noticiado pela mídia independente, com relativa escassez de representatividade na mídia hegemônica de largo alcance.

Identificamos que não houve qualquer menção, em nenhuma das mídias aqui elencadas, à saúde ou à saúde mental, que é tema precípua do Doutorado em construção. Embora tenhamos identificado uma significativa presença de termos que se relacionam com sentimentos de angústia, os efeitos em saúde mental que um processo como tal possa ocasionar nos moradores dessa Comunidade não parece ser algo considerado ou ao menos digno de ser noticiado.

Referências

ANADEP. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORIA PÚBLICA. BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação. ANADEP, Brasília, DF, 04 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=50282>>. Acesso em: 16 maio 2023.

ANDRADE, Gabriel. Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas. *Jornalistas Livres*, 27 out. 2021. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/em-salvador-estacionamento-de-shopping-expulsa-moradores-de-casas/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

ANDRADE, Maria Clara. Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas. *METRO 1*, 16 maio 2023. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/114199,sem-acordo-com-a-prefeitura-moradores-do-tororo-acusam-demolicoes-vizinhas-de-provocarem-danos-as-suas-casas>>. Acesso em: 16 maio 2023.

ANF. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS. Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia. ANF, Salvador, BH, 17 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/movimentos-de-moradia-realizam-ato-contradespejos-na-bahia/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Cap. 1, p. 11-74.

BAHIA, Adriana Teixeira. *Comunidade da rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, BA: um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos*

espaços saudáveis?. 2021. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16124>>. Acesso em: 10 set. 2022.

BAHIA AO VIVO. Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella. *Política ao vivo*, 14 jun. 2022. Disponível em: <<https://politicaovivo.com/prefeitura-de-salvador-pode-responder-processo-administrativo-criminal-por-demolicoes-no-tororo-apos-denuncia-de-maria-marighella/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

BAHIA ECONÔMICA. Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT. *Bahia Econômica*, 2 nov. 2022. Disponível em: <<https://bahiaeconomica.com.br/wp/2020/11/02/comunidades-protestam-contraremocao-por-causa-do-brt/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

CAU/BA. CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA. CAU repudia demolições de residências no Tororó. *CAU Bahia*, Salvador, BH, 29 out. 2021. Disponível em: <<https://cauba.gov.br/2021/10/cau-repudia-demolicoes-de-residencias-no-tororo/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

COORDENAÇÃO ADUNEB. SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó. *ADUNEB*, Salvador, BH, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=7536>. Acesso em: 16 maio 2023.

ESTADÃO. Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé. *TV Estadão*, 02 ago. 2021. Disponível em: <<https://tv.estadao.com.br/cidades,em-salvador-moradores-do-tororo-lutam-para-manter-casas-de-pe,1187075>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 31-64, jan.-abr. 2009.

FRANÇA, Lucas. Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó. *Pretas por Salvador*, 21 maio 2021. Disponível em: <<https://pretasporsalvador.com.br/958/pretas-por-salvador-participam-de-encontro-com-comunidades-e-movimentos-do-centro-antigo-em-luta-pelo-direito-a-cidade-a-moradia-e-pelo-despejo-zero-ja-e-apoiam-comunidade-do-tororo>>. Acesso em: 16 maio 2023.

GENONADIO, Daniel; GOMES, Mariana. Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são “justíssimas”. *A Tarde*, 27 out. 2021. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/bruno-reis-diz-que-indenizacoes-a-moradores-no-tororo-sao-justissimas-1176886>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

GRUPO A TARDE. Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó. *Portal A Tarde*, Salvador, BH, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/demolicao-de-imoveis-causa-transtorno-a-moradores-do-tororo-1176742>>. Acesso em: 16 maio 2023.

GRUPO A TARDE. Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações. *Portal A Tarde*, Salvador, BH, 17 mar. 2022. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-protestam-no-tj-ba-contradespejo-em-ocupacoes>>. Acesso em: 16 maio 2023.

com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-protestam-no-tj-ba-contradespejo-em-ocupacoes-1190074>. Acesso em: 06 jun. 2023.

HARVEY, David. Do gerencialismo ao empreendedorismo: a transformação na gestão urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. *Os sentidos do mundo: textos essenciais*. São Paulo: Boitempo, 2020. Cap. 6, p. 151-180.

IAB. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. DEPARTAMENTO DA BAHIA. IAB-BA participa de audiência sobre remoção de Comunidade do Tororó. *IAB-BA*, 25 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.iab-ba.org.br/iab-ba-participa-de-audiencia-sobre-remocao-de-comunidade-do-tororo/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

IBDU. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. Nota técnica sobre o regime jurídico das Zonas Especiais de Interesse Social em Salvador. *IBDU*, Salvador, 16 nov. 2020. Disponível em: <<https://ibdu.org.br/notas-e-manifestos/nota-tecnica-sobre-o-regime-juridico-das-zeis-em-salvador/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

IRUATA, Felipe. Tororó é resistência ao avanço da capital e pelo direito à moradia. *SAERGS*, 16 nov. 2021. Disponível em: <<https://saergs.org.br/tororo-e-resistencia-ao-avanco-da-capital-e-pelo-direito-a-moradia/>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

LOGRADO, Manuella. Disputa nas Zeis do Tororó: uma história de violação do direito à cidade e à moradia. *O Momento Diário do Povo*, 21 ago. 2021. Disponível em: <<https://omomento.org/disputa-nas-zeis-do-tororo-uma-historia-de-violacao-do-direito-a-cidade-e-a-moradia/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

LUIZ, Bruno; CALDAS, Matheus. Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis. *Bahia Notícias*, 11 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/254261-moradores-do-tororo-protestam-contrapossivel-desapropriacao-de-imoveis.html>>. Acesso em: 16 maio 2023.

NEEPES. NÚCLEO ECOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE. ENSP. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador. *Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, 31 ago. 2019. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-poder-publico-e-especulacao-imobiliaria-sao-ameacas-a-luta-da-comunidade-do-tororo-pelo-direito-a-moradia-no-centro-de-salvador/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE SALVADOR. Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!. *OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE SALVADOR*, Salvador, 25 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.obmo.org.br/post/remocoes-na-comunidade-do-tororo-em-nome-da-mobilidade-urbana>>. Acesso em: 16 maio 2023.

O QUE TÁ ACONTECENDO NO TORORÓ. *O Tororó é um bairro do Centro Antigo de Salvador que está sendo violentamente desmembrado, suas casas estão sendo demolidas por ordens do poder público sem nem mesmo apresentar o motivo à população!* Salvador, S. I. Disponível em: <<https://zeistororo.wixsite.com/torororesiste>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PORTALSIG-CONDER.COMPAHIADEDESENVOLVIMENTOOURBANODOESTADODABAHIA.GOVERNODOESTADODABAHIA.SECRETARIADEDESENVOLVIMENTO URBANO. INFORMS. *Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da*

Bahia. Salvador, c2020. Disponível em: <<https://maps.conder.ba.gov.br/portal/home/webmap/viewer.html?useExisting=1&layers=ade449951de74e73941c09dde5b4f2db>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PPGAU. PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Caminhada nos territórios negros do centro antigo de Salvador: o direito à cidade em disputa. PPGAU, UFBA, Salvador, BH, 10 jun. 2022. Disponível em: <<https://ppgau.ufba.br/caminhada-nos-territorios-negros-do-centro-antigo-de-salvador-o-direito-cidade-em-disputa>>. Acesso em: 16 maio 2023.

RESIDÊNCIA AU+E/UFBA. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Tororó Resiste. *Residência AU+E/UFBA*, Salvador, BH, 25 dez. 2020. Disponível em: <<https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/tororo-resiste-0>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

RIOS, Álene; LOBO, Júlia; OLIVEIRA, Thainara. O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia. *Impressão Digital*, 01 dez. 2021. Disponível em: <<https://id126ufba.com.br/o-caso-da-comunidade-do-tororo-em-salvador-e-a-violacao-do-direito-a-moradia/>>. Acesso em: 16 maio 2023.

ROLNIK, Raquel (Coord.). *Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV*. Laboratório Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - LabCidade, e Brasil Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento – ITDP Brasil, 2014.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA. GABINETE DO PREFEITO. *Lei nº 9.069/2016*. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador, BH, 30 jun. 2016a. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA. GABINETE DO PREFEITO. *Lei 9.148/2016*. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, BH, 2016b. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/09/normalouossancionada.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996] 2006.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles: Edição Especial: dados anuais (2012-2021). *Observatório das Metrôpoles*, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, RS, n. 9, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SINARQ. SINDICATO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO ESTADO DA BAHIA; IAB-BA. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DO DEPARTAMENTO DA BAHIA. LUGAR COMUM. Nota Técnica. Salvador, 17 nov. 2020. Disponível em: <<http://sinarqba.org/?p=841>>. Acesso em: 16 maio 2023.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2001. Cap. 2, p. 75-103.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

VILLELA, Adriano; MENDES, David. Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó. *Bahia.BA*, 27 out. 2021. Disponível em: <<https://bahia.ba/salvador/tororo-familias-estao-sendo-idenizadas-afirma-bruno-reis/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

A CIDADE E O DIREITO DE OCUPAR

O caso da estrada do engenho

THE CITY AND THE RIGHT TO OCCUPY
The case of the mill road

**Cristine Jaques Ribeiro¹, Aline de Mesquita Duarte²,
Bruna Ribeiro Wruc³ e Marlon Antônio Macedo Meireles⁴**

Resumo

Este artigo é o recorte da pesquisa vinculada ao GEP questão agrária, urbana e ambiental pertencente ao PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel. Objetivo é de apresentar a luta pela permanência de famílias ocupantes da Estrada do Engenho no município de Pelotas em seu território de existência. Luta que iniciou em 2016 e permanece até os dias atuais. Para tanto, se faz antes uma breve problematização da relação conflitual entre os conceitos de ocupação e invasão. Através da análise da influência da racionalidade colonial sobre o direito de existir das famílias se conduz para apresentar a narrativa que contextualiza a luta da comunidade frente a mercantilização do espaço urbano. Para tanto, se utiliza análise cartográfica, enquanto método, que sugere a imersão no campo da pesquisa qualitativa. A articulação com o campo empírico, com a pesquisa documental e bibliográfica potencializou a construção textual.

Palavras-chave: ocupação, estrada do engenho, cidade.

Abstract

This article is an excerpt from the research linked to the GEP on agrarian, urban and environmental issues belonging to the PPG in Social Policy and Human Rights at UCPel. The objective is to present the fight for the permanence of families occupying Estrada do Engenho in the municipality of Pelotas in their territory of existence. A fight that began in 2016 and continues to this day. To this end, a brief problematization of the conflictual relationship between the concepts of occupation and invasion is made. Through the analysis of the influence of colonial rationality on the right to exist of families, we are led to present the narrative that contextualizes the community's struggle against the commodification of urban space. On this end, cartographic analysis used as a method, which suggests immersion in the field of qualitative research. The articulation with the empirical field, with documentary and bibliographic research enhanced the textual construction.

Keywords: occupation, mill road, city.

1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1997). cristinejrib@gmail.com

2 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2023). alinemesqd@hotmail.com

3 Graduanda de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas. Bolsista de Iniciação Científica BIC/UCPel (2023). brunaribeirowruch15@outlook.com

4 Graduando em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas. Bolsista de iniciação científica BIC/CNPQ(2023) marlonmmm12@gmail.com

Introdução

Contar e problematizar é o que se propõe as margens desenhadas nesse texto. Mais que o debate que se institui nas relações sobre ocupação e invasão é trazer aqui o registro de uma história negada por parte da gestão pública, mas que depois dos anos de luta, por parte de um grupo de famílias ocupantes, seu território se reverbera coletivamente. Portanto, é no acompanhamento de pesquisas vinculadas ao GEP questão agrária, urbana e ambiental/observatório dos conflitos da cidade, do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, desde 2017, que se registra o processo de luta pela garantia do direito de existir e pelos sentidos produzidos pelas famílias da Estrada do Engenho, no município de Pelotas.

No entanto, não é a funcionalidade do território que se quer registrar, mas a expressividade, como bem lembram Deleuze e Guattari, “Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo” (1997, p. 127). Então, aqui será registrado, em primeiro momento, a contrariedade de tornar sinônimo as ocupações como invasões. Portanto, os sentidos legítimos é a defesa desse trabalho. Existem famílias sem-terra e sem-moradia e, por si só, já enunciam que as intervenções institucionais, devem ser problematizadas. Reconhecer a racionalidade colonial imposta sobre os corpos ocupantes é o desafio textual. O segundo momento, é o registro, a partir da narrativa que conta o processo de luta, escancarando como o ordenamento do planejamento urbanístico trata os agentes/cidadinos ocupantes.

Sendo assim, as questões que atravessam e transversalizam, nesse texto, é como a cidade instituída trata os instituintes marginais. Ou seja, como a partir de uma luta coletiva foi se constituindo as ferramentas governamentais para, antes tentar impedir a continuidade da ocupação e, depois, a tentativa de capturar os sentidos que a luta coletiva construiu, no processo histórico de denúncia. Portanto, o habitar o território é a luta constante, ou seja, mais que um habitat é reconhecer como as famílias expressam sua relação local com seu existir. “Como sonhos, as cidades são construídas por desejos e medos” (Calvino, 1990, p. 256). O emaranhado que desenha a cidade impõe questionar o direito de ocupar a própria cidade e, por consequência, ocupar territórios negados. Pois, na relação dual entre medo e sonhos processos acontecem a partir de dispositivos de apropriações espaciais que ultrapassam as fronteiras hegemônicas.

Ocupação e invasão: o discurso da colonialidade

Quando nos referimos ao termo ocupação, estamos assentados no direito das populações em lutar por terra e moradia quando essas não exercem sua função social. No caso brasileiro, em 1850, com a lei de terras, foi instituído o direito à propriedade privada impossibilitando os povos indígenas e negros de permanecerem livremente e de terem acesso à terra, assim, foi normatizado a constituição dos latifúndios. Esse foi o marco colonial institucionalizado que tornou a questão agrária como questão central, sobre o direito de existir e demarcou a defesa da propriedade privada a partir do racismo estrutural e do patriarcado enquanto sistema. Então, é muito comum, nas diversas configurações históricas e, com a criação do espaço urbano⁵, persistir o discurso que “quem não comprou não tem direito”. Porém, não é informado que mesmo com a lei, da propriedade privada da terra, também existe na constituição federal brasileira de 1988,

5 “O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso...” (Santos, 2009, p. 33).

o alerta sobre o uso da terra que não pode contrariar a função social⁶. Então, aí já está delimitado a legitimidade de inúmeras famílias de sem-terra que exigem atenção para além da legalidade de um termo de propriedade.

Como afirma, Ribeiro:

A invasão traz consigo a ideia de tomar para si o que é do outro, o que, conseqüentemente, causa reações violentas. [...] A ocupação, por sua vez, apresenta-se como forma de pressionar os poderes governamentais, através de uma ação política organizada, para a resolução de um problema social - no caso - latifúndio improdutivo e suas conseqüências (fome, miséria e desigualdade social) (2001, p.56).

Portanto, podemos afirmar que o imenso contingente de famílias sem moradia e sem-terra manifestam a necessidade de que as ocupações em imóveis improdutivos e terras improdutivas, largados à própria sorte, possam ser encaminhados para ocupações que irão gerar a função social reconhecendo o direito de ocupar como direito público e não privado. As ocupações são a garantia de instaurar a análise por parte dos governos e de seus órgãos responsáveis para fazer valer um outro direito que é o direito social à moradia⁷.

Considerando as relações de saber e poder que impõe a distinção entre ocupar e invadir é possível afirmar que, essas relações, são frutos do processo colonial⁸ que se arrasta até os dias atuais. Pensar a cidade, nos marcos da defesa da propriedade privada é reconhecer que os heterogêneos modos de existência, não se encaixam no modelo de cidade imposto. Mas, qual cidade é essa? A cidade da especulação imobiliária, a cidade mercadoria, a cidade do “ordenamento” do planejamento urbanístico, a cidade que deseja controlar os corpos intempestivos, a cidade da moral cristã. Vale também a referência que,

Isso implica compreender também que não se pode falar sobre cidade com base apenas em questões técnicas de maneira a se desconsiderar o aprofundamento das questões sociais e políticas que incidem na sua formação e na sua história. (Berth, 2023, p.18).

Assim, quando existem ocupações de terra e de moradia, esse movimento manifesta o abandono do Estado e de suas instituições aliadas, frente a o cumprimento da Constituição Federal Brasileira de 1988, que é de garantir o combate do avanço das desigualdades que se expressam na luta dos territórios. Luta identificada a partir dos movimentos sociais organizados, como é o caso do MST e do MTST, como tantas outras articulações coletivas populares, que reivindicam o direito de ocupar. E o que a torna também recorrente na luta pelo direito de ocupar é que ela escancara as dimensões de raça, gênero e classe que estão postas sobre os corpos teimosos. Portanto, existe uma trama que produz os sentidos sobre as ocupações, sentidos capturados pelo

6 A função social é a utilização da propriedade urbana ou rural em consonância com os interesses sociais de determinada coletividade. Ela impõe limites ao direito de propriedade para garantir que ele não prejudique o interesse coletivo. Isso significa que uma propriedade rural ou urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também aos da sociedade. (Constituição Federal Brasileira, artigo 5, XXIII - a propriedade atenderá a sua função social. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

7 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

8 “É minha vez de apresentar uma equação: colonização=coisificação” (Césaire, 2020, p. 24).

discurso da colonialidade⁹, que defende a narrativa: “só é seu se pagou, se herdou, se comprou”. Agamben, afirma que, “A vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens” (2014, p. 15). Ou seja, a vida nua é “a vida matável” (idem, p.16), vida que tem cor e que está em algum lugar negado.

No entanto, a cidade pode ser um espaço reinventado, ainda que sofra constantes processos necropolíticos¹⁰. Como reinventar a cidade? Um modo coletivo de reinvenção são as ocupações, pois essas registram o espaço de disputa política e de sentidos produzidos coletivamente sobre o que vem a ser a cidade. “Como obra pode ser pensada no sentido de uma obra de arte coletiva, visto ser o espaço não apenas organizado e instituído, mas também esculpido, apropriado por este ou aquele grupo” (Fonseca, 2003, p. 256). Então, na cidade da especulação existem brechas criativas para a manutenção da existência. “Os corpos não estão na cidade, eles a habitam e são sustentados por ela...” (Ibidem, p.256). Pensar a cidade por esse viés é resistir a racionalidade epistêmica colonial.

Ocupar é exercitar experiências capazes de viabilizar processos participativos, autogestionários e autoanalíticos por parte de quem luta para continuar existindo, contrariando a política de morte imposta contra, especialmente, o povo preto e pobre. Ocupar é exercitar a errância de um sonho coletivo capaz de enfrentar os discursos e os equipamentos de normalização e de obediência. Ocupar possibilita conceituar a partir de quem vive o que é o morar, o produzir, o se relacionar etc. Ocupar impõe movimentos heterogêneos de enunciação que ultrapassam o sentido hegemônico de ter terra e casa, mas o habitar no mundo. Ocupar é um desenho que contraria a imposição de fronteiras institucionalizadas.

Entretanto, aproveitamos as contribuições de Bispo quando problematiza o conceito cidade:

O que é cidade? O contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram. (2023, p.18).

A citação acima, contribui para relacionarmos com a ideia de invasão reproduzida na sociedade. Ou seja, a cidade nessa perspectiva não é para quem luta e ocupa e, portanto, o imaginário social veicula que, “quem ocupa, invade”! Invade algo que é privado, que é de alguém. Essa racionalidade também determina quem é humano e quem não é. Se, só os seres brancos, homens e héteros são reconhecidos como humanos, também são reconhecidos como proprietários, seres de direito. Portanto, essa é a disputa política do sentido sobre ocupações. Existe uma cosmofofia, um medo da existência que reproduz o extermínio da diferença. Para combater esse extermínio além de reconhecermos a importância das brechas na cidade, também como afirma Bispo, precisamos contracolonizar. “Vamos pegar as palavras que estão enfraquecidas

9 “[...] para Quijano constitui a colonialidade do poder através do qual o planeta inteiro, incluindo sua divisão continental (África, América, Europa) se articula para a produção de conhecimento classificatório. O eurocentrismo torna-se, portanto, uma metáfora para descrever a colonialidade do poder, na perspectiva da subalternidade” (Mignolo, 2020, p. 41).

10 “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2018, p. 10).

e vamos potencializá-las” (2023, p. 13). Vamos pegar a palavra ocupação e vamos torná-la forte, frente ao eurocentrismo enraizado nos porões da cidade. Esse exercício serve também para derrubarmos a palavra “humanos” quando se refere aos “homens, homem, todo homem, todos os homens, todos os cidadãos, todo cidadão, sociedade, toda sociedade” (Hunt, 2009, p.14). Então, ou destruimos com o conceito de cidade e de humanos, para que os modos de existência possam ocupar, ou utilizamos essas palavras/conceito e mudamos coletivamente o sentido que se arrasta até aqui.

Para tanto, o item seguinte pretende apresentar a experiência das famílias que ocupam um território na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Tais itens nos convidarão, a partir de sua narrativa, analisar como a paisagem dessa história de luta vem se constituindo, entre resistência e existência, frente aos mecanismos institucionais contrários à sua permanência. Será que o poder público trata as famílias ocupantes, como seres humanos da cidade? Quais forças políticas se voltam em defesa dessas vidas? Que intensidades estão registradas? Sassen, nos instiga a pensar que, “não há apenas mercantilização da terra e da água, mas também a financeirização das mercadorias resultantes” (2016, p.179). Tal financeirização, marca os corpos que ocupam historicamente o território, que será apresentado a seguir.

Direito à cidade e a mercantilização do espaço urbano: o caso da Ocupação Estrada do Engenho em Pelotas

A lógica capitalista afeta a produção do espaço urbano e as relações que se dão nas cidades, portanto, é importante pensar que as ações do Estado e a gestão das políticas públicas estão inseridas neste contexto, sendo afetadas do mesmo modo, por interesses do mercado. Essas relações são produtoras de desigualdades, mas também de resistências e de luta pela transformação do modelo atual de cidade. Neste sentido, o caso da Estrada do Engenho em Pelotas – RS apresenta vários elementos que contribuem para a reflexão acerca do direito à moradia em um sentido mais amplo – o direito à cidade – reivindicado pelas ocupações urbanas. Em vista disso, é importante destacar que “a construção de um projeto para a cidade – para a sociedade! – não pode nascer das pranchetas, mas passa e tem de passar, isso sim, pela intervenção dos interessados, e não pela simples consulta [...]” (Carlos, Souza, Sposito, 2020, p.14). O direito à cidade é um direito difuso que se refere à qualidade de vida urbana, conceito criado por Henri Lefebvre¹¹ na década de 1960, e que ganhou destaque nas obras de outros autores como David Harvey, defendendo que este direito exige a luta contra o capital para que seja possível uma transformação radical das cidades. Harvey (2014) vai definir o direito à cidade como:

[...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (Harvey, 2014, p.28).

A área ocupada hoje pelas famílias da Estrada do Engenho pertence ao território do Passo dos Negros, localizado na Região Administrativa São Gonçalo, na cidade de Pelotas, as margens do Arroio São Gonçalo. Pelotas conta com uma população de 325.689 pessoas, de acordo com o IBGE, no último censo de 2022¹², muitas vivendo em áreas consideradas irregulares e/ou de risco, como é o caso da comunidade residente na Estrada do Engenho, que fica sobre o dique de contenção de água do Canal São Gonçalo. De acordo com dados obtidos em trabalho desenvolvido por acadêmicos das universidades de Pelotas, vinculados aos projetos de pesquisa e extensão da Universidade Católica de Pelotas e Universidade Federal de Pelotas, que teve início no ano de 2016, na época 56 famílias residiam na Estrada do Engenho e na Vila de Pescadores que faz parte da ocupação (Kruger; Krüger; Ribeiro, 2020), já de acordo com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Pelotas (SHRF) em 2017, 46 famílias residiam no local, e em 2021, esse número teria aumentado para 48 famílias, atualmente 40 famílias estariam cadastradas na secretaria cumprindo as condicionantes para a realocação, estes números foram obtidos através de cadastro social e visitas em campo realizadas por profissionais da SHRF, porém a secretaria não contabiliza as famílias que residem na Vila de Pescadores na localidade da Estrada do Engenho (informação verbal)¹³.

Para compreendermos os conflitos que se desenvolvem no território ocupado pela comunidade da Estrada do Engenho, é fundamental pensarmos a importância econômica da região e a crescente valorização no mercado imobiliário, que faz com que os interesses do capital moldem as relações e a ação pública em relação aos seus habitantes, que passam de uma condição de invisibilidade, em relação às condições de vida dessas famílias, para serem percebidos pelo poder público (Mathias; Silveira; Alfonso, 2018), tornando-se centro da disputa de interesses de uma política que historicamente trabalha favorecendo o capital e transforma a terra em mercadoria. Corroborando a afirmativa de “que a luta de classes e a mentalidade capitalista têm ditado regras excludentes de urbanização, definindo quem, quando e como os espaços podem ou devem ser ocupados” (Berth, 2023, p.36). Neste sentido, Arantes (2000) destaca que:

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja [...] uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital [...] há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram, elas mesmas, a ser geridas e consumidas como mercadorias (Arantes, 2000, p.26).

Com as mudanças no sistema de produção, de agrário para industrial, a cidade de Pelotas encontra dificuldade em se adaptar ao novo modelo econômico, então, com uma estagnação econômica da indústria local, a região ocupada hoje pela comunidade da Estrada do Engenho passa a ser desvalorizada. Passaram a residir no local as famílias dos trabalhadores dos engenhos da região, posteriormente surge a Vila de pescadores (Silva; Lihtnov; Vieira, 2018). Mais recentemente, os trabalhadores urbanos

12 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. IBGE Cidades e Estados - Panorama Pelotas (RS). Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 12 ago. 2023.

13 Informação fornecida por profissionais da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Pelotas, através de idas à campo dos estudantes de Serviço Social da UCPel, em 2023, integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório de Conflitos da Cidade - UCPel, que acompanha os moradores da Estrada do Engenho desde 2016.

11 Livro *Le droit à la ville* (O direito à cidade) publicado por Henri Lefebvre em 1968.

que recolhem material para reciclagem, entre outros trabalhadores informais que se encontram fora do mercado de trabalho ou com baixas remunerações, expulsos da cidade formal se juntaram à comunidade já residente na localidade.

É possível visualizar a existência de cada um dos grupos que formam a comunidade ribeirinha da Estrada do Engenho, pois essa diversidade se manifesta na paisagem local. Ao longo da rua as condições socioespaciais revelam o abandono por parte do Poder Público. O local não conta com serviços essenciais, como infraestrutura, iluminação, saneamento e lazer, situação que está mudando atualmente com a valorização da região no mercado imobiliário, porém estes recursos urbanos chegaram à região, mas não até os moradores em questão. O asfalto que chegou à rua da Ocupação Estrada do Engenho foi interrompido ao chegar nas casas da atual ocupação, e segundo a prefeitura¹⁴ será concluído após a realocação das famílias, pois afirmam que asfaltar esse trecho com a presença dos moradores ofereceria risco às estruturas das casas. A comunidade é composta historicamente por famílias de trabalhadores com baixa remuneração ou excluídos do mercado formal de trabalho, as casas são autoconstruídas em condições que apresentam riscos estruturais, com materiais diversos provenientes de reciclagem e doações muitas vezes.

As transformações econômicas e sociais que ocorreram ao longo do tempo na construção da cidade de Pelotas determinaram a produção e reprodução do espaço urbano, bem como, as experiências de seus moradores e suas relações, gerando conflitos territoriais, intermediados pelo Poder Público – de um lado o capital e do outro a população que reside em áreas consideradas periféricas¹⁵ e que passam a despertar interesse do mercado imobiliário. A Área Administrativa São Gonçalo era formada por grandes vazios urbanos, que estimulavam a especulação imobiliária, mais recentemente o setor jurídico do município foi transferido do centro para a região, próximo foi construído também o Shopping Center Pelotas, além de ser caminho para a Praia do Laranjal, contando com grande fluxo de pessoas. Situação que acabou por atrair investimentos para a infraestrutura da região, além de novos empreendimentos, bairros planejados, de moradia, trabalho e lazer. Este processo de urbanização dos espaços vazios da região, acabou por tornar a comunidade local, que até então havia sido esquecida pelo poder público, visível, o que fez com que conflitos surgissem, entre os moradores originais e o mercado, poder público e até mesmo os novos moradores, pois os empreendimentos já construídos e os em fase de construção, são planejados para atender uma classe alta, com uma lógica diferente sobre habitar o espaço e desenvolver relações entre as pessoas e o meio (Silva; Lihtnov; Vieira, 2018). Essas dinâmicas demonstram como a cidade adquiriu um caráter mercantil. Para Arantes (2000):

A cidade-negócio está ancorada numa pseudomercadoria, o solo, um outro nome para a natureza, que aliás não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado. [...] nada mais é, portanto, do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel (Arantes,

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ver “Contribuições para a definição dos Conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos”. O texto problematiza o conceito “periferia”, buscando ampliar o significado do termo, para além da estigmatização de *pobreza e violência*, demonstrando como passa também a caracterizar *cultura e potência*, utilizado pela periferia como um conceito crítico de denúncia social, (D’Andrea, 2020).

2000, p.26).

Silva, Lihtnov e Vieira (2018), vão acrescentar à discussão sobre os espaços sem infraestrutura e desvalorizados que se tornam território de disputa pelos interesses do mercado, o fato de novos empreendimentos, que surgem com a valorização destes espaços, acabarem por não se conectar com as formas de habitar já existentes no local, resultado da política de planejamento urbano ineficaz, que gera uma urbanização heterogênea, excluindo uma parcela da população da cidade formal, que vê seus territórios, até então esquecidos, como símbolo de desenvolvimento e qualidade de vida, ideia vendida pelos novos empreendimentos de alto padrão, que cercam seu entorno, seja com muros, ou com intervenções na paisagem que passam a mensagem de para quem é feito este espaço. Expulsando seus moradores originais, que devido a sua condição considerada irregular quanto a propriedade legal dos terrenos, acaba deslocando-se para áreas cada vez mais distantes e sem recursos e serviços urbanos, processo denominado por alguns autores de “gentrificação”. Antônio Bispo dos Santos (2023) vai dizer que o termo desenvolvimento é uma espécie de cosmofobia, um sistema de exploração que desconecta, e propõe que ao invés de “desenvolver” o caminho para a sua superação seria o de “envolver” e criar¹⁶ um novo projeto de sociedade, em harmonia com a natureza - a biointeração. Neste sentido:

Lutar por cidades mais justas e equilibradas, que componham a vida de maneira saudável, é uma ação política que necessita do trabalho coletivo para chegar a soluções e ações de maneira democráticas. Não é mais possível administrar o caos social sem observar o seu papel ativo na construção do caos urbano, sem entender que essas duas partes são indissociáveis (Berth, 2023, p.14-15).

Com as transformações que ocorreram na paisagem da região do São Gonçalo surgem conflitos gerados pelas distintas formas de habitar o território que agora é alvo de interesses diversos. Estes conflitos e interesses são mediados pelo Estado, que vem demonstrado historicamente que suas ações não são direcionadas à justa regulamentação dos processos sociais de produção e reprodução da cidade, tendo como resultado a promoção da injustiça social (Silva, Lihtnov, Vieira, 2018) trazendo a reflexão sobre para quem a cidade é feita, especialmente estes espaços que trazem o discurso de um novo modelo de planejamento voltado à promover um melhor relacionamento entre as pessoas e destas com a cidade. Mas este discurso talvez não acolha todas as classes sociais e as diferentes formas de habitar o espaço urbano. Os desdobramentos do processo envolvendo a Comunidade da Estrada do Engenho corrobora esta afirmação.

No ano de 2016 é ajuizada Ação Civil Pública (ACP) n.º 022/1.14.0007280-6 (Rio Grande do Sul, 2016), como resultado de denúncia feita ao Ministério Público (MP) contra a Prefeitura Municipal de Pelotas no ano de 2008, que diz respeito à área ocupada pela comunidade da Estrada do Engenho, que é considerada Área de Preservação Permanente (APP), não podendo ser ocupada para fins de moradia. A Promotoria Pública moveu processo contra a Prefeitura Municipal de Pelotas, sob o argumento de que danos estariam sendo causados ao meio ambiente pelos moradores locais e que se tratava de área de risco para moradia, exigindo a reintegração de posse da área, gerando, então, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que exigia a retirada da população residente no corredor da Estrada do Engenho até novembro de 2017. Porém

¹⁶ Talvez aqui o termo “reproduzir” seja mais adequado, pois no livro *A terra dá, a terra quer*, Antônio Bispo dos Santos (2023) apresenta o contra-colonizar a partir da biointeração, como alternativa civilizatória e oposição ao modelo atual de cidade, através de sistemas vividos por povos da mata, ribeirinhos, originários.

está ACP não trazia uma solução para estas famílias que seriam despejadas, tampouco mencionava outras construções que estariam inseridas nesta região, como os grandes empreendimentos, condomínios de alto padrão, casarões e Veleiros Saldanha da Gama, sendo direcionado somente para as famílias da Ocupação Estrada do Engenho nas margens do Canal São Gonçalo (Kruger; Krüger; Ribeiro, 2020), demonstrando que a preocupação era atender aos interesses do mercado imobiliário, pelo fato da região passar por uma crescente valorização derivada de seu recente processo de urbanização, como já mencionado.

O processo nº 022/1.14.0007280-6 gerou ações por parte do Poder Público Municipal e estratégias de resistência da comunidade. O TAC assinado pelo prefeito em exercício na época tinha como contrapartida da Prefeitura Municipal a oferta de cerca de 20 lotes no Bairro Getúlio Vargas, o que desconsiderava a realidade das famílias que vivem no Corredor da Estrada do Engenho, que seriam retiradas da comunidade da qual fazem parte, além dos pescadores, que dependem do Canal São Gonçalo para desenvolver seu trabalho. Situação que gerou mobilização de pesquisadores e alunos da UFPel e UCPel. Os acadêmicos identificaram que a comunidade desconhecia os detalhes deste processo, estando cientes apenas de que poderiam permanecer no local até o final de 2017, fazendo inclusive com que algumas famílias deixassem o local, devido a insegurança quanto ao futuro. Esta situação deu início a um longo processo de luta pela garantia dos direitos dos moradores da localidade, através de estudo social, orientação jurídica e trabalho técnico realizado em conjunto com as famílias (Kruger; Krüger; Ribeiro, 2020).

Com a participação ativa da comunidade, que se mobilizou para denunciar a violação dos seus direitos através de manifestações que ocupavam os espaços públicos da cidade, foi possível a construção de uma nova proposta, o “Plano Popular da Estrada do Engenho” com Termo de Convênio assinado em março de 2020, entre Ministério Público e Prefeitura Municipal, com projeto elaborado por estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. O MPRS destinou o valor de 1,1 milhão para a construção de 22 moradias, com recursos do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Rio Grande do Sul em contrapartida o Poder Público Municipal destinou uma área próxima à região para que fosse possível a realocação das famílias para uma área pertencente ao mesmo território, em um terreno que fica localizado em frente ao Veleiros Saldanha da Gama, além de obras de infraestrutura na região, prevendo também no projeto atividades de promoção e geração de emprego e renda e melhoria das condições de trabalho dos pescadores e dos trabalhadores que se ocupam com a atividade de coleta de resíduos sólidos para reciclagem (Silva; Lihtnov; Vieira, 2018; Kruger; Krüger; Ribeiro, 2020). No que diz respeito a Vila de Pescadores a área é considerada Área Especial de Interesse Social (AEIS), de acordo com o III Plano Diretor do Município (Pelotas, 2008), o que prevê a permanência de alguns pescadores no local, pois as AEIS possuem regras de uso e ocupação do solo próprias para garantia do acesso à moradia pela população de baixa renda, porém, a ilha onde hoje fica a Vila dos Pescadores também é considerada área de risco, exigindo que o projeto seja repensado para se adequar a esta realidade.

O convênio firmado entre a prefeitura e o MP estipulava o prazo até o final de 2021 para a entrega do Loteamento Estrada do Engenho, porém com a pandemia de Covid-19¹⁷, o mercado da construção civil sofreu uma série de efeitos, influenciando o custo

17 “A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (BRASIL, 2021). “Em 30 de janeiro de 2020, a OMS decretou a COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. No dia 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou que a COVID-19 estava caracterizada como uma pandemia”. Em 05 de maio de 2023 a OMS declarou o fim da

das obras, fazendo com que a empresa vencedora do processo licitatório desistisse da proposta, havendo troca da construtora responsável. O que atrasou muito a obra e causou conflitos e desmobilização da comunidade, diante do quadro de incerteza pela demora na entrega da obra para as famílias. A desmobilização pode ser considerada uma estratégia do poder público, pois a luta coletiva tem mais poder de pressão na garantia dos direitos, e o que foi possível constatar é que a comunidade voltou a situação de falta de informação sobre o andamento do processo, principalmente em relação aos prazos e seleção das famílias que serão realocadas para o novo loteamento, criando um ambiente conflituoso. Neste contexto, é possível perceber a importância da mobilização e a necessária pressão popular na conquista dos direitos da classe trabalhadora, para a construção e efetivação da cidadania, porém este processo é constante, conforme destaca Coutinho (1999):

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez pra sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração. (Coutinho, 1999, p.42).

Durante o longo período de espera das famílias, o Governo do Estado, através do Programa Avançar em Obras e Habitação, projeto a ‘Casa é Sua’, destinou recursos para a construção de mais 35 unidades habitacionais no Loteamento Estrada do Engenho, totalizando 57 unidades construídas no loteamento. Entre o total de casas construídas, 40 serão destinadas para as famílias realocadas do dique de contenção de água às margens do Canal São Gonçalo e as demais para encaminhamentos da Rede Socioassistencial da Prefeitura de Pelotas. O governo estadual também firmou convênio com a prefeitura da cidade para liberação de recursos do Programa Avançar no Turismo, que prevê a criação de um parque de lazer no local de onde serão retiradas as famílias, o que de acordo com o Poder Público faz parte do compromisso firmado com o MP de recuperação de área degradada. As primeiras 22 unidades construídas a partir do plano popular têm padrão construtivo diferente das últimas 35 unidades, que seguem o padrão do Programa Avançar, mas ambas contam com dois quartos, um banheiro, sala e cozinha conjugadas em área construída de 42,84 metros quadrados (Macedo, 2023). A maior mudança diz respeito às áreas compartilhadas do loteamento, que originalmente contaria com praça e a Vila dos Pescadores. Segundo a SHRF estão sendo desenvolvidos novos projetos de praça para a área verde que faz parte do novo loteamento, bem como uma alternativa para a Vila dos Pescadores – no plano popular existia previsão de galpões para as embarcações e local para comercialização da pesca – mas no momento não existiria recurso disponível para estas intervenções (informação verbal)¹⁸.

As famílias ainda vivem com muitas dúvidas em relação ao novo loteamento, principalmente em relação aos pescadores e recicladores que precisam manter suas fontes de renda e não sabem ainda se será possível permanecer em suas atividades laborais, pois não houve previsão de espaços destinados a armazenamento desses materiais no novo projeto desenvolvido pela prefeitura. Diante do exposto, o que fica evidente é a falta de diálogo entre o Poder Público e quem usa a cidade, e conforme afirma Joice Berth “não há diálogo aberto entre quem produz e quem vai usufruir desses espaços, perdemos todos parte importante dessa construção coletiva” (2023, p.22). Pois, no caso mencionado nesse texto, houve a construção de uma estratégia coletiva de resistência e luta pelo direito à cidade por parte dos moradores da

Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19 (OPAS, 2023).
18 Ver nota de rodapé nº 9.

Ocupação Estrada do Engenho, e que parece ser desconsiderada pela gestão. O atual modelo de desenvolvimento urbano favorece os interesses privados e a especulação imobiliária, transformando o território em mercadoria e fazendo com que o direito à cidade, garantido nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, fique à margem dessas relações. A mercantilização do espaço urbano produz desigualdades e viola direitos dos cidadãos, portanto, é necessária a construção coletiva, com participação popular de um novo modelo de cidade e de sociedade.

Considerações Finais

A terra como alvo de especulação imobiliária cujo registro é a desigualdade territorial, publicizou a ocupação da Estrada do Engenho construída por famílias que tem visto negado o direito à moradia, o direito à cidade, conseqüentemente, o direito de existir. Para as famílias não é apenas um espaço urbano, mas um lugar reinventado coletivamente. Um lugar que contém o registro das memórias e histórias constituintes pelas e pelos ocupantes. Ocupantes que reverberam o sentido da ocupação enfrentando o aparato institucionalizado pelos gestores públicos. Ainda, como já relatado, a área ocupada hoje pelas famílias da Estrada do Engenho pertence ao território do Passo dos Negros, ou seja, carrega as conseqüências da invasão colonial onde famílias sofrem com as marcas e com as frequentes imposições do racismo estrutural.

Sendo assim, aqui fica o registro de uma história contada no contexto de uma pesquisa científica que pretende ecoar as lutas que permeiam e atravessam o território da comunidade. São experimentações coletivas, resistência pulsantes, essa é a dinâmica que vibra cotidianamente na vida das famílias ocupantes da Estrada do Engenho. Sempre uma dúvida, um receio, uma negação constitucional. Assim, o objeto legal complexifica o direito de existir e, os códigos e regimes de verdade vão impondo relações de saber e de poder que disputam a narrativa das conquistas e das denúncias.

Portanto, esse desenho textual, desejou registrar que as ocupações manifestam a topografia existencial que nas diferentes configurações históricas registraram a invisibilidade e a indizibilidade e, ao mesmo tempo, por interesse mercantil e especulativo, os processos modificaram e tornaram o lugar, que antes era negado, com visibilidade cujo objetivo é o controle da soberania governamental. Sendo assim, as ocupações não se definem por um único modo, mas nos heterogêneos modos se torna imprescindível registrar suas legitimidades.

Os modos de ocupar a cidade, o espaço rural e o urbano, ou seja, os modos de ocupar o espaço público, apresentam tentativas livres através de práticas reflexivas, que propõe escancarar a racionalidade que criou a defesa da propriedade privada. Neste caso, esse trabalho tentou apresentar problematizações éticas acerca da relação conflitual entre invasão e ocupação, bem como, contar a luta da comunidade urbana que tem construído narrativas contrárias frente as medidas de intervenção da sociedade e do Estado.

Por fim, fica o questionamento, em que medida loteamentos construídos com projetos e programas governamentais garantem o direito de ocupar, sem ferir as ações coletivas resultantes das lutas por terra e por moradia? Se entende que o desafio está em recolocar o sentido político da luta coletiva nas dimensões éticas em defesa da vida, em defesa dos diferentes modos de ocupar e de habitar à cidade.

Referências

AGAMBEN, GIORGIO. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades* – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* - 1ª ed., 8ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2020, p. 119.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

CÉSARIE, Aimé. *Discurso sobre colonialidade*. São Paulo: Veneta, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 41-59, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>. Acesso em: 05 mai. 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A cerca do ritornelo*. In: Mil platôs, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FONSECA, Tania Mara Galli. *A Cidade Subjetiva*. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUNK, Lyn. *A Invenção dos Direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia de Letras, 2009.

KRUGER, N. R. M., KRUGER, C., & RIBEIRO, C. J. (2020). Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste. *Cadernos Metrópole*, 23(50), 281–306. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2021-5011>. Acesso em: 08 mar. 2022.

MACEDO, João Pedro. *Prefeita Paula se reúne com moradores da Estrada do Engenho*. Site oficial da Prefeitura Municipal de Pelotas, 2023. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-paula-se-reune-com-moradores-da-estrada-do-engenho>. Acesso em: 15, set de 2023.

MATHIAS, S. F.; SILVEIRA, M. M. da; ALFONSO, L. P.. “Eles nos descobriram”: às margens do Passo dos Negros (Pelotas/RS). In: XX Encontro de Pós-Graduação e 4ª SIIPE. Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão, 2018, Pelotas. Anais do XX Encontro de Pós-Graduação – ciências humanas. Pelotas: UFPEL, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2018/CH_02611.pdf. Acesso em: 02 mai. 2022.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. RJ: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

PELOTAS. *Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o III Plano Diretor de Pelotas*. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/III%20Plano%20Diretor%20de%20Pelotas%20compilado%20Lei%205502_2008+Lei%206636_2018.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

RIBEIRO, Cristine Jaques. *Facetas do Cotidiano: O dia-a-dia dos assentamentos do MST*. Pelotas; EDUCAT, 2001.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer / Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand*. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023. 112 pp.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2009.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global*. Rj/ São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SILVA, A. C.; LIHTNOV, D. D.; VIEIRA, S. G.. Territorialidades, identidades e permanências: o bairro São Gonçalo na cidade de Pelotas, RS. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, p. 387-402, 2018.

PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES COMO PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO

INSURGENT URBAN PRACTICES
AS POPULAR PARTICIPATION

Tiago Balem¹ e Paulo Reyes²

Resumo

Este artigo é fruto de um pensamento que investiga formas de atuação política e estética na cidade contemporânea. Debates sobre como práticas urbanas insurgentes, que reconhecemos nas okupas, utilizam-se do espaço para produzir enunciados contra-hegemônicos. Propomos relacionar uma série de ocupações, como um modo próprio de participação popular, em que grupos exoneram a coerção do Estado ou da propriedade privada, e investem em um poder de gestão coletiva paralelo por meio da ação direta. A noção de política nessas ocupações atinge, assim, duas coordenadas: uma que produz movimentos sobre o mundo físico — intervenção espacial e contaminação afetiva nos participantes — e outra que produz narrativas a partir do espaço — as quais devem ultrapassar seus limites e furar os bloqueios de um ordenamento social. Ambas coordenadas partem de um devir acionado por conflitos, em que tais práticas visam a desterritorialização de narrativas hegemônicas para, assim, produzirem seus próprios territórios dissidentes.

Palavras-chave: práticas urbanas insurgentes, política, participação popular, planejamento urbano, ocupações.

Abstract

This paper is the result of a thought that investigates forms of political and aesthetic action in the contemporary city. We debate how insurgent urban practices, which we recognize as okupas, use space to produce counter-hegemonic statements. We propose to relate a series of squatting, as a specific form of popular participation, in which groups exempt themselves from coercion by the State or private property, and invest in a parallel collective management power through direct action. The notion of politics in these squatting thus reaches two coordinates: one that produces movements in the physical world — spatial intervention and affective contamination in participants — and another that produces narratives from space — which must exceed its limits and break through the blockages of a social order. Both coordinates depart from a becoming triggered by conflicts, in which such practices aim to deterritorialize hegemonic narratives to, thus, produce their own dissident territories.

Keywords: insurgent urban practices, politics, popular participation, urban planning, occupations.

1 Doutorado em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/ UFRGS). Mestrado em Design Estratégico pela Unisinos. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UniRitter. Professor de arquitetura e urbanismo na Universidade Feevale. E-mail: tiagobalem@gmail.com

2 Pós-Doutorado em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa). Doutorado em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB). Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura UFRGS e Pesquisador no PROPUR/UFRGS. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br

Introdução

Este artigo, oriundo de uma tese³ de doutorado em planejamento urbano e regional, põe em relevo acontecimentos ocorridos na década de 2010 no espaço público, como forma de expressão política, pautando justiça social. Tais acontecimentos compreendidos aqui como ocupações produzem, a nosso ver, uma outra forma de pensar e atuar nas cidades de forma contrária aos modelos hegemônicos de controle do Estado e do mercado. Nesse sentido, a chamada da Revista Pixo, nomeada OKUPAS, nos convida a pensar esses acontecimentos sociais como ações de empoderamento político e uma forma de participação popular nas deliberações sobre os processos de urbanização.

Os acontecimentos descritos a seguir, tomados como okupas, nos servem como pauta para refletir sobre outras formas de atuação política e estética na cidade contemporânea. Neste artigo, propõe-se entender essas ocupações como uma forma de participação na cidade, denominadas por nós de práticas urbanas insurgentes. Práticas urbanas insurgentes são práticas sociais de resistência e luta para conter o avanço de processos de precarização da vida, associados aos processos urbanos à privatização de espaços e serviços, manejados pelo advento da dominação do capital sobre o Estado ou a ele combinado. A noção proposta de práticas urbanas insurgentes se refere, portanto, às táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contrapoder a uma dada situação de dominação, combatidas por meio de ação direta.

As práticas urbanas insurgentes inserem-se em um conjunto de movimentos insurgentes que irromperam no século XXI, e atingem a cidade em si, em todo o mundo. As rebeliões e ativismos que ocupam espaços urbanos, preenchendo-os com formas de contestação e configurando assembleias como prática de disputa, são diferentes daqueles do passado, que ocupavam fábricas e sedes do Estado. Os atos que marcam esse início de século têm experimentado um novo tipo de movimento social urbano, em que espaços urbanos tornam-se elementos protagonistas de lutas contestatórias, transformando-se em territórios de produção de enunciados contra-hegemônicos, inclusive contra aqueles que restringem a participação popular no planejamento urbano.

Em relação a esses atos de resistência as questões deste artigo giram em torno de compreender o que eles revelam sobre as limitações e possibilidades do domínio público nas cidades no âmbito da participação popular? Como essas instâncias de insurgências desafiam o entendimento e a criação convencionais de espaços públicos? Como esses espaços e atividades estão redefinindo e expandindo papéis, funções e significados da esfera pública na produção do espaço? Podem esses processos tornarem os cidadãos mais ativos após a organização dos engajamentos? À luz de uma crescente cultura da participação, estar-se-ia ultrapassando os discursos teóricos para uma abordagem prática cidadã?

Ocupações

Em 2011, o mundo inteiro soube das manifestações que aconteciam diariamente na Praça Tahir, no Cairo, Egito, como parte do movimento insurgente iniciado na Líbia, com repercussão também na Síria e na Tunísia, ficando conhecido como Primavera Árabe. Um dos aspectos em comum é a ocupação do espaço público com acampamentos, o que levou multidões de países⁴ do norte da África e parte do Oriente Médio a deporem governos e ditaduras que duravam décadas geralmente de forma pacífica. Outros

3 Balem (2021).

4 Tunísia, Argélia, Jordânia, Egito, Iêmen, Omã, Sudão, Iraque, Kuwait, Líbia.

movimentos de protestos populares de grande repercussão ocorreram em todo o globo em 2011, tomando proporções epidêmicas em uma sincronia cosmopolita viral. Na margem sul do Mediterrâneo, surgiu uma sequência de ocupações espontâneas no espaço público: na Espanha, com Los Indignados na Praça *Puerta Del Sol*; em Portugal, a Geração Rasca; na Grécia, a tomada da Praça Syntagma; e na Turquia o *Occupy Parc Gezi*. Em Nova Iorque, ocorreu o *Occupy Wall Street*, no qual se formou uma legião acampada no epicentro financeiro do planeta, em uma praça privatizada, tornando-se uma forma de protesto que se espalhou em outras mil cidades nos Estados Unidos, popularizando o termo *occupy*. O protesto nessa cidade durou dias e, a partir do lema “somos 99%” (das pessoas do planeta) manifestava a luta contra as desigualdades socioeconômicas potencializadas pela crise econômica global de 2008, enquanto 1% da população concentra a maior parte da riqueza do mundo. À semelhança desses acontecimentos, surgiram, em seguida, centenas de ocupações em espaços públicos em mais de 90 países, formando um corpo político de indignados contra as misérias da vida (CASTELLS, 2013).

No Brasil, em 2013, assistiu-se às denominadas “Jornadas de Junho”, movimento de protestos em diversas capitais do país originados em contraposição ao aumento da passagem de ônibus, que se disseminou em manifestações polissêmicas, por centenas de cidades brasileiras, em desagravo à participação política, ao descaso com as cidades e contra os gastos excessivos para a preparação da Copa do Mundo de Futebol em 2014 (Maricato et al., 2013). Ainda em dezembro de 2013, irromperam das periferias em direção aos shopping-centers de públicos elitizados de São Paulo, os chamados “rolêzinhos”. Tratava-se de encontros marcados via internet, por jovens de periferia, com o objetivo de divertirem-se em espaços demarcados por controle de outra classe social como forma de protesto contra medidas restritivas aos bailes funk nas periferias. A reação imediata dos administradores de shoppings foi a tentativa, muitas vezes bem sucedida, de impedir o acesso desses jovens, estigmatizando-os. A contrarreação foi a multiplicação de atos desse tipo por todo o país (BALEM, 2021).

Ainda no Brasil em 2015, explode o movimento denominado “Primavera Secundarista”, organizado por estudantes que ocuparam cerca de 100 unidades de ensino do Estado de São Paulo durante 60 dias em resposta ao plano do governo de reorganização e fechamento de escolas. Em 2016, as manifestações estudantis voltaram a ocorrer, dessa vez em âmbito nacional e atingindo por volta de 1000 escolas, em diversas cidades do país, onde jovens ocuparam os espaços escolares a fim de se posicionarem contrários à reforma pedagógica do ensino médio e à limitação dos investimentos públicos em educação (BALEM, 2021).

A esses acontecimentos somam-se às manifestações de insatisfação popular no Brasil que, desde de 2013, têm relação com a falta de identificação com o sistema representativo, mas bastante focado em reivindicações expressa nas cidades. Na última década, uma série de contestações espalham-se por diversas capitais. Algumas organizam-se em uma espécie de protesto em formato de festa, e outras, inspiradas nos movimentos de ocupação, montam acampamentos em defesa de lugares e contra práticas de privatização de espaços e edifícios públicos, como, por exemplo, o Desocupa (2012) em Salvador, Ocupe Cocó (2013) em Fortaleza, Ocupe Estelita em Recife (2014), Cais Mauá de Todos (2014) em Porto Alegre, Ocupe Golfe (2014) e Ocupa MinC (2016) ambos no Rio de Janeiro, Ocupe Parque Augusta (2015) em São Paulo e Praia da Estação em Belo Horizonte (2012) casos detalhados, em Balem, 2021.

Essa série de ativismos emergiu no cenário mundial nesses últimos anos reacendendo o debate entre diferentes áreas do conhecimento que investigam transformações na sociedade, estando, dentre elas, o planejamento urbano, campo em que esta pesquisa

se insere. Destaca-se os estudos de Castells (2013) e Harvey (2014) como os mais notórios nessa questão. Em relação a alguns desses eventos recentes, Harvey (2014, p. 209) questiona-se se a cidade tem como impulso uma nova batalha para transformações efetivas no capitalismo ou se eles se referem somente a um desdobramento daquilo que seria a luta essencial, a dos trabalhadores. Para ele, “essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução do que de produção ou sobre direitos, soberania e cidadania e, portanto, não sobre classe” (ibidem, p. 217). Nesse sentido, Harvey (2014) relembra Lefebvre e os Situacionistas, teóricos que defendem a promoção de situações revolucionárias conectadas ao cotidiano, mais do que uma luta organizada via partidos, sindicatos e instituições. O autor aponta para a “união de corpos no espaço público” como um fato importante a ser valorizado neste período (HARVEY, 2012, p. 10). É incontestável reconhecer que o espaço público aparece como um locus para o agenciamento de novas formas de participação democrática, impondo outro olhar para as nossas cidades e para novas formas de deliberação popular no planejamento urbano.

A crise de representação

No contexto global a temática das “Cidades Rebeldes” e “Redes de Indignação e Esperança que ganha relevo em estudos de Harvey (2014) e Castells (2013), respectivamente, é retomada como um problema de pesquisa em planejamento urbano nos estudos de Randolph (2007; 2008; 2014); Mirafteb (2009; 2016); Souza (2010), Friedmann (2011); (Holston, 2013; 2016); Vainer (2016); Jacques et al. (2019). Nesses trabalhos, conjectura-se que onde a democracia está sob pressão e reina a desigualdade de acesso a deliberação, modelos participativos comumente chamados de “alternativos” são desenvolvidos.

As passagens anarquistas ou autogovernadas sobre a cidade que aparecem neste artigo surgem quando a legitimidade de um sistema ou das suas leis é colocada em questão (BALEM, 2021). Em vez de lamentar a erosão do domínio público e da crise de representação do planejamento urbano, este artigo busca indagar sobre outras possibilidades para o fortalecimento da esfera pública imediatamente ligada ao urbano, em apoio a uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e heterogênea. Enquanto ainda não há nenhum outro modelo democrático para substituir o atual, as práticas urbanas insurgentes se apresentam como um ensaio e um devir de participação popular no planejamento urbano e que consideramos um eixo tangencial às demais categorias na teorização desse campo de conhecimento.

A participação cidadã na elaboração de políticas públicas e nas deliberações em relação à cidade era restrita durante a hegemonia racionalista no planejamento urbano, em que o Estado deteve o poder de decisão (SOUZA, 2010). Entretanto, nos últimos anos, vem ocorrendo uma ampliação gradual dos meios de participação e um aumento da consciência do papel da sociedade como agente do processo de promoção de planejamento urbano mais equilibrado (VILLAÇA, 1995). Esse processo de ampliação democrática está previsto no Estatuto da Cidade, que explicita a diretriz geral do planejamento participativo de forma ampla, no seu artigo 2, II, determinando “a participação da população e de associações representativas da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos urbanísticos” (ESTATUTO DA CIDADE, 2008).

As possibilidades da população participar no planejamento urbano podem se constituir por meio de instrumentos, como por exemplo, o plano diretor participativo, orçamento participativo, assembleias, conselhos de deliberações e coleta digital ou manual de dados e opiniões sobre projetos e planejamento urbano (SOUZA, 2010; BUGS, 2019).

Contudo, segundo Villaça (1995), o debate sobre a cidade é restrito a uma parcela pequena da população, que não é suficientemente representativa, pois não é diversa, tampouco o desenho das ferramentas de participação é sempre acessível.

Corroborando com essas afirmações, para Mirafteb (2009) a institucionalização da participação no planejamento urbano, ao se inserir no contexto hegemônico do neoliberalismo, não tem necessariamente significado uma produção do espaço mais democrático. Ao contrário, a participação em “espaços convidados”, criados pelo Estado capitalista, tem servido como um instrumento de “pacificação” dos conflitos e de cooptação instrumental de movimentos e ativismos urbanos. A autora distingue os espaços de participação em dois: os “espaços convidados” — formas escolhidas de ação dos cidadãos e de suas organizações, validadas pelos grupos dominantes; e os “espaços inventados” — espaços que a sociedade civil forja a participação, mas que o Estado, as corporações e a mídia dominante tendem a criminalizar. Tanto os “espaços convidados” como os “inventados” encontram-se em uma relação dialética, de interação mútua e não-binária, de tal forma que as práticas dos ativistas têm de se mover entre espaços convidados, de acordo com as necessidades específicas de cada luta. A autora observa que, considerando os riscos que a participação institucional representa em termos de cooptação de movimentos e ativismos urbanos, deve-se observar a não aceitação e fixação de modelos binários, pois o que hoje representa uma alternativa, amanhã pode ter sua força despolitizada pela repressão e pela capacidade de amortização dos meios dominantes.

A popularização de métodos de ações coletivas, capitaneadas por coletivos urbanos e movimentos autogestionados, impulsionam a discussão que segue. A participação como tema tornou-se dimensão intransponível para a história do pensamento urbanístico. Segundo Jacques et al. (2019), a participação, de perspectiva marginal, alternativa ou experimental, passou à dimensão institucionalizada, instrumentalizada e normatizada, a ponto de tornar-se mesmo um dispositivo recorrente nas práticas políticas e urbanísticas na passagem deste século. Recentemente, as práticas acima mencionadas reenergizam e dão novo fôlego ao debate sobre a temática.

Essas formas de ação no urbano denominadas aqui de práticas urbanas insurgentes são modos que tem encorajado o público à renunciarem ao habitual papel de passividade frente aos meios de participação da gestão, planejamento e projetos urbanos de bens comuns. Pelo fato de as práticas urbanas insurgentes ainda serem controversas para uma historiografia no âmbito do urbanismo, a reflexão situa-se em buscar proximidades e adensamentos dentro da temática da participação popular no planejamento urbano, a fim de entrar no debate também por outras perspectivas.

Ocupação: espaço e praxis por meio de processos contestatórios

As ocupações de espaços públicos mencionados anteriormente são práticas urbanas insurgentes promovidas por pessoas que tentam outras formas de participação cidadã em busca de materializar seus direitos e reivindicações pelas causas que defendem. No avanço da discussão teórica que esses acontecimentos suscitam, pensamos a partir de Rancière (2018), Arendt (1981), Butler (2019), Lefebvre (2001), Foucault (2013) para argumentar sobre a inter-relação entre o espaço material e a práxis por meio de processos contestatórios, contra-hegemônicos, em que o espaço serve como veículo social e político para romper como os limites da temática da participação popular tradicional promovida pelo Estado. Neste artigo, defende-se a tese que as práticas urbanas insurgentes articulam novas identidades de cidadania e novos espaços de participação cívica no desenvolvimento da cidade, por meio da construção de lugares provisórios de experimentação democrática, ação que eclode quando quase todos

os outros espaços de participação demonstram-se esgotados e/ou ineficientes e as políticas públicas não dão conta das demandas sociais. Portanto, é possível pensar esses acontecimentos como política, expressão da esfera pública, apropriação espacial e uma heterotopia.

A partir de Jacques Rancière (2009; 2018), pensa-se as práticas urbanas insurgentes como um ato de “política”, ou seja, um gesto que desestabiliza o sistema que “partilha” a comunidade em partes. Segundo o autor, a partilha significa duas coisas, a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação dele, ou seja, uma parte é composta por quem têm o direito de participar e outra que não têm, pois foi separada em um ordenamento pela “ordem policial”. A ordem policial é um conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e divisão que define a parcela de cada uma das partes, os modos de ser e dizer, as regras que organizam a visibilidade e a propriedade dos corpos. Rancière (2018) problematiza que antes do equilíbrio entre forças na sociedade, deve-se reconhecer que existe uma divisão entre aqueles que têm o poder da fala e os que têm esse direito cancelados *a priori*. O autor pondera que “a falsa continuidade do útil ao justo vem denunciar a falsa evidencia da oposição tão incisiva que separa os homens dotados de *logos* dos animais limitados unicamente ao instrumento da voz [...]”, pois sua fala não é compreendida, sendo apenas “manifestação de dor e prazer” (RANCIÈRE, 2018, p. 35).

A “política” na acepção do filósofo, existe na medida em que o *logos* não é apenas palavra, mas também a contagem realizada sob a parcela dos “dotados de domínio da palavra” e os “sem-parte”. Essa contingência social evidencia a “comunidade política como antagonismo de partes da comunidade que não são verdadeiras partes do corpo social”, mas de “seres sem nome, privados de *logos*, quer dizer, de inscrição simbólica na cidade” (RANCIÈRE, 2018, p. 35; p.37). Ocorre, portanto, que, no interior da política, existe sempre um dano que é duplo, que se apresenta no conflito constitucional em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a própria capacidade de política, ou seja, daquilo que visibiliza a essa separação.

Neste sentido, as práticas urbanas insurgentes podem ser interpretadas como uma política, pois expressam tanto a contingência que impede ou dificulta a participação de camadas da sociedade no planejamento urbano, como também é uma forma denunciar esse parcelamento através de suas reivindicações específicas. O que a política das ocupações faz é procurar intervir para garantir a manutenção da igualdade entre todos, sobejando o parcelamento imposto pela ordem que separa.

Justamente essa “condição humana” de “igualdade e pluralidade” é o que Hannah Arendt procura valorizar por meio da noção de “esfera pública” – uma espécie de universo simbólico do comum no espaço público, que “reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (1981, p. 62). A partir de elementos da sociedade grega antiga a autora reflete sobre a passagem do debate do interior do lar para a esfera pública, ou seja, a transferência da noção de deliberação eminentemente privadas para o seio do espaço público e, neste caso sobre assuntos relacionados a vida em sociedade. A esfera pública, com efeito, é o lugar por excelência onde o “agir político” pode ser exercido. Tal espaço estabelece a arena em que todo o processo deliberativo de discussão coletiva e intercâmbio de ideias a respeito da coisa pública deve ser desenvolvido, e é nesse espaço (não necessariamente um lugar específico) em que a liberdade e a pluralidade humana, decorrentes da participação nessa dinâmica do “agir político”, podem ser testemunhadas e experimentadas, pois “dada a tendência intrínseca de revelar o agente junto com o ato, a ação requer, para sua plena manifestação, a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível na esfera pública” (ARENDR, 1981, p. 193). Essas condições humanas da liberdade e da pluralidade, que só podem ser praticadas

no espaço público, permitem que cada indivíduo possa fazer parte no mundo por meio do seu agir político, exercendo suas capacidades de fazer algo diferente e novo.

Esse aspecto é o elemento central no pensamento da autora, o qual esta reflexão se apropria, pois é o que distingue de forma mais contundente da política das outras esferas da vida, ou seja, a manifestação que confere a cada um a autonomia, independência e dignidade em relação a todas as demais instâncias. Para Hannah Arendt, na esfera pública tudo pode ser visto e ouvido por todos, portanto, é ela uma garantia de realidade através da presença dos outros. Contudo, porque poucas coisas suportam a enorme força da presença dos outros, nela só é tolerado o que é digno de ser visto e ouvido, assim, passível de ser compartilhado entre indivíduos publicamente. A esfera pública assume, portanto, relevância fundamental na composição de uma realidade mais abrangente e plural, pois nessa arena, todos veem e ouvem de perspectivas diferentes, oferecendo uma existência mais complexa e diversa a todo objeto que vem à luz da mesma. É esse aspecto que assegura também a liberdade humana e a singularidade individual, já que cada pessoa no espaço público pode manifestar visões próprias a respeito de um mesmo assunto, proporcionando uma sociabilidade com capacidade de entendimento mútuo.

Essa vivência de sociabilidade e deliberação é praticada nas assembleias públicas dos movimentos de ocupação. Segundo Judith Butler (2019), o sentido dado pelas assembleias das ruas pode ser interpretado como uma “performatividade” política que coloca a presença do corpo como uma forma de participação democrática nos espaços públicos. A autora afirma que, quando corpos se juntam no espaço público “eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio campo político [...]” (BUTLER, 2019, p. 17). Para a filósofa, quando as ordens políticas consideradas democráticas são colocadas em crise por um coletivo em assembleia, a vontade popular representada no povo reunido nas ruas, passa a expressar a expectativa de uma democracia mais real e potente, dando início a um duelo sobre o significado de democracia, ação essa que nem sempre assume a forma de uma deliberação. Com isso, ela não está questionando quais assembleias populares são “verdadeiramente” democráticas e quais não são, mas apontando que a luta pela democracia caracteriza-se de maneira ativa em várias situações políticas. Assim como questiona Butler (2019), embora a democracia implique determinação do poder, não se pode concluir que qualquer grupo que se autodetermina representativo possa reivindicar corretamente ser “o povo”. Nem todo esforço discursivo para estabelecer quem é “o povo” funciona, pois a definição muitas vezes é uma aposta, uma tentativa de hegemonia. Portanto, quando um grupo, uma assembleia ou uma coletividade organizada se autodenomina “o povo”, maneja o discurso de uma determinada maneira, fazendo conjecturas sobre quem está incluído e quem não está e, assim, involuntariamente se refere a uma população que não necessariamente é “o povo” (BUTLER, 2019, p. 19). A assembleia das ruas, portanto, desempenha o papel de uma forma provisória e plural de coexistência que constitui uma alternativa ética e social distinta da “responsabilização” aos outros decorrente do modelo representativo (BUTLER, 2019, p. 20). O comparecimento, o movimento, o discurso e o silêncio são todos aspectos de um tipo de assembleia de rua, uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida vivida no primeiro plano da política, pois “corpos são o objeto de muitas das manifestações que tomam a condição precária como sua condição estimulante” (ibidem, p. 14). É esse “caráter corpóreo” da forma de participação que interessa e se opera nesta pesquisa a partir dessa filósofa.

Esse sentido da participação experimentada conecta-se com os termos de “reciprocidade de ação” ou “ação recíproca” referidos por Lefebvre (2001), isto é, aquela que traz efeitos tanto para os sujeitos da ação quanto para o objeto produzido – neste caso o espaço urbano. Lefebvre (2001, p. 132) menciona a necessidade de uma “centralidade

lúdica”, um espaço provido de magnetismo, que obviamente não substituiria as outras centralidades, mas que fosse o marco da sociedade urbana feita de encontros criativos, de atividades participativas, em suma, de vida social densa e vibrante relacionada com ação das pessoas. É por meio das práticas urbanas insurgentes que os coletivos urbanos atualmente disseminam massivamente o termo “direito à cidade”, elaborado por Lefebvre (2001) na década de 1960, assim como a noção de “apropriação”. Esses conceitos são interpretados atualmente pelos ativistas como uma senha para as ocupações de espaços urbanos, por meio, por exemplo, de festas de rua, danças de rua, sessões de cinema ao ar livre, shows de música, rodas de poesia na calçada e mostras de arte em lugares fora dos circuitos, também como modo de protesto, e ocupações de prédios abandonados, aos em oposição às intervenções urbanas institucionais. Ou seja, a ideia do lúdico como forma de uso da cidade é a senha para a “apropriação” urbana e como manifestação do “direito à cidade” e expressão da participação popular no urbano, uma participação que, por meio da festa, manifesta um desagravo a processos de privatização de espaços urbanos.

Apropriar-se de um espaço é, portanto, também fazer frente aos constrangimentos, ou seja, estabelecer, no espaço, um conflito agudo entre o constrangimento da dominação (representada na propriedade privada, privatização do espaço público, na precarização dos serviços urbanos), instaurando outro (representada pela ocupação nas práticas urbanas insurgentes) no qual atuam as forças de apropriação para transformar o espaço e as relações sociais nele. Lefebvre (2006) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido. Pensar o espaço social configurado por meio da participação ativa dos cidadãos efetiva-se, portanto, como uma expressão concreta do espaço vivido, constituído pela apropriação e corporeidade das ações humanas sobre o objeto. Dessa forma, utiliza-se essa noção de espaço social para pensar as práticas urbanas insurgentes como um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo (concebido e utilizado para trocas) e contempla o espaço de uso, ou seja, “o urbano se torna o que sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, p. 84).

Portanto, é na relação dialética entre o movimento social das práticas urbanas insurgentes em potência e o espaço onde ele atua, que se fortalece o próprio movimento e as identidades e solidariedades coletivas que são nele forjadas. Mais do que apenas efeitos sobre o espaço, é a própria interação com ele o que determina a formação de um território próprio. Nessa perspectiva, o sentido de apropriação espacial é fundamental para se entender que são as práticas de experimentação no espaço que ajudam no processo de experimentação política. Pois, apropriação é o ato de tomar algo para si, apossar-se. Lefebvre (2000), utiliza-se dessa expressão para explicar que a “apropriação” de um espaço é um ato de política, pois, necessariamente, encaminha a uma transformação social, na medida que reinstalara um valor de uso, em contraponto ao uso do espaço utilizado como valor de troca. Para ele, apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer dela sua obra, modelá-la com um selo próprio.

Essa ideia de selo próprio e um espaço diferente é denominada por Foucault (2013) como uma heterotopia. A noção de heterotopia permite a Foucault questionar a utopia, evidenciando que esta remete a um não-lugar (*u-topos*), a espaços essencialmente irrealis, longínquos e a um tempo também afastado, que poderá ou não acontecer. Para o filósofo, ao invés de se deslocar para um lugar ideal, para um espaço e tempo imaginários, seria mais interessante voltar-se para aquele onde circunda-se, estranhar o que parece familiar nele e permitir-se percebê-lo diferente, reinventando-o. Para Foucault, enquanto as utopias consolam, imaginando, em um espaço distante, uma sociedade aperfeiçoada, as heterotopias inquietam, questionam desde a raiz de uma

estrutura. As heterotopias são espaços de contestação de lugares existentes e referem-se à possibilidade de dar novos sentidos a ambientes físicos, políticos e afetivos.

Esse sentido pode ser associado às práticas urbanas insurgentes. Contra o poder heterônimo, a territorialização nas ocupações procura alterar sentidos estruturados pela “ordem policial”. Ou seja, certamente não foram previstos acampamentos nos parques e praças que ora foram ocupados nos exemplos mencionados no início deste artigo. Esses são locais cuja constituição física e funcional é predeterminada e as atividades são quase todas pré-estabelecidas pelo desenho arquitetônico. O mesmo pode-se dizer das escolas ocupadas pelos secundaristas, espaços que não foram planejados para que os alunos tivessem as chaves de suas portas e decidissem onde realizariam as atividades de aprendizagem. Como se viu nas ocupações secundaristas, a sala de aula foi transformada em dormitório, transferida para o pátio, os alunos subiram nos telhados dos prédios para verem a cidade sobre outra perspectiva. Portanto, a recriação do local utiliza sua base material para originar um novo sistema funcional e subjetivo, utilizado para experimentar sobre ele um novo sentido sobre ele mesmo. Ocupar esses lugares é uma tentativa de realocar ambiente físico e os atores, e mudar seus papéis na política, nas estruturas da sociedade e no imaginário público.

Assim, a heterotopia, como processo de descodificação, age no descolamento do espaço com a identificação hegemônica prevista a priori. Esses espaços, quando ocupados, têm um endereço fixo, uma localização geográfica clara e não deixam de ter os mesmos graus de longitude e latitude que costumavam ter. Contudo, o sentido da recriação da localização é exatamente o que está em jogo na heterotopia, pois, quem navega em novas e diferentes coordenadas é a aspiração em prefigurar um mundo mais justo. Assim, o que muda com essa territorialização são as coordenadas da imaginação da sociedade, em vistas a processos mais participativos.

Participação popular no planejamento urbano sob o viés das insurgências

A problemática da participação popular do planejamento urbano na pesquisa que deu base a este artigo incluía as insurgências como uma categoria tipológica no quadro teórico sobre participação. Essa inclusão exigiu perpassar por contribuições a um pensamento crítico na própria disciplina do planejamento urbano, uma proposição feita por MirafTab (2016), também por Randolph (2007; 2008; 2014) e Holston (2013, 2016). Conforme aponta MirafTab (2016), vive-se, atualmente, em um momento de crise global que não é apenas uma crise do capitalismo, mas, também, do planejamento como profissão e como ideia. Para a pesquisadora, o planejamento está defrontando-se com sua própria crise de identidade e de legitimidade: “(...) o planejamento enquanto uma profissão, se autoenaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado” (MIRAFTAB, 2016, p. 365). A questão de fundo colocada pela autora é que o Estado capitalista e os especialistas buscam manter o *status quo* e defrontam-se com as limitações de sua promessa, visíveis em crescentes desigualdades e injustiças espaciais, as quais evidenciam “um imperador sem roupas” (ibidem). Como ela busca argumentar, a crise do planejamento leva à necessidade de se formular um novo tipo de planejamento, o qual seja guiado por um “novo significado” e por uma “nova imaginação” associada à produção do espaço. A autora sugere que a necessária ruptura na teorização do planejamento requer, em primeiro lugar, o reconhecimento do leque de práticas — para além das sancionadas pelo Estado e pelos poderes corporativos, no que ela chama de “planejamento insurgente”. O planejamento insurgente, segundo a autora, rompe a forma de pensar esse campo disciplinar de forma radical, pois desafia o confinamento e a conformação das ações cidadãs às normas do Estado e do aparato do mercado, já que os cidadãos insurgentes usam dessas normas para induzir uma ruptura a partir delas e produzir algo novo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Randolph (2007; 2008; 2014) argumenta que seria necessário que o planejamento agisse como um agente subversivo e se voltasse para formações de uma cidadania insurgente. Pensando na reformulação do paradigma colaborativo, o autor sugere que “um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar reconhece as contradições entre cidadania formal e substantiva e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania” (RANDOLPH, 2008, p. 3). O autor apresenta, então, um “planejamento subversivo” que se constitui a partir da interação entre comunicação, espaço e tempo, precisando, o planejamento criar o espaço necessário para a valorização da experiência social. A partir da proposta de MirafTab (2016), que invoca a descolonização das possibilidades de futuro em relação à cidade, e Randolph (2014), que suscita aos planejadores um papel de mediador social para práticas cidadãs, visualizamos a possibilidade de pensar uma nova teorização da participação e da teoria da transformação social, por meio de um planejamento mais aberto à participação autodeterminada e emancipatória, por meio das práticas urbanas insurgentes, que não estão localizadas somente no campo imaginativo, mas existem ao redor do mundo.

As tentativas de indivíduos e comunidades, por meio de ações e ocupações propositais em espaços urbanos, são um fenômeno global e um movimento que tem se intensificado nas cidades brasileiras, apresentando-se como uma reivindicação à cidade, como mencionado no início deste texto. Por quê? Não há uma única resposta, mas a pergunta catalisa o problema desta pesquisa sobre novas formas de atuação política na cidade. Por um lado, parece que a sociedade está querendo participar da gestão urbana, com novos modos de praticar a cidade, que se aproximam da noção de “comum”, defendida por Hardt e Negri (2016), também abordado por Dardot e Laval (2017). Sob este “princípio político”, esses autores propõem que é por meio da prática que se produz regras de responsabilização, o que abrange a participação dos cidadãos como uma forma compartilhada de gestão pública. Por outro lado, essas práticas podem ser lidas como reações antagônicas ao Estado, uma acusação à negligência da máquina pública em atender demandas da sociedade, o que levaria, assim, cidadãos a fazerem o trabalho com suas próprias mãos. A coincidência é que esses atos emergem junto a um período de crise econômica e política no Brasil, de políticas de desregulamentação do Estado, desinvestimento em projetos de urbanização pública, mercantilização dos espaços públicos e de uma intensificação geral do desenvolvimento desigual nas cidades.

É diante desse contexto de neoliberalização das cidades que diferentes formas de “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2013) tornam-se ainda mais significativas na luta pela democratização da produção do espaço. Em sua pesquisa, Holston (2013) afirma que, às vezes, uma indignação “causada por um abuso de poder ou sua falta de responsabilidade (do Estado) é uma centelha” (HOLSTON, 2013, p. 43). Para o autor, a palavra insurgência sugere uma formulação ética e afirma que “a insurgência define um processo que é na contramão, uma contra-política, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta”. Para ele, é no espaço público que aqueles que vivem e moram nas cidades podem exercitar a sua cidadania, pois a “experiência da cidade é crucial para a insurgência de uma nova formulação de cidadania” (ibidem, p. 48). Essa formulação questiona postulações fundamentais da própria noção de cidadania, enquanto etimologicamente associada à direitos iguais entre pessoas de uma mesma região. Os cidadãos insurgentes põem em ação uma compreensão diferente dessa noção de justiça e igualdade. Para eles, não é suficiente dar direitos individuais e pretensamente igualitários como formula a filosofia liberal da justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas autodeterminadas e emancipatórias baseadas em grupos populares.

A partir dessa noção de justiça e igualdade, a discussão da participação muda o eixo de entendimento sobre o modelo de democracia, deslocando-se da noção de representação democrática para o modelo da democracia participativa. Essa mudança de perspectiva aproveita a ação direta coletiva de cidadãos e a autodeterminação como arquétipo democrático. Enquanto na democracia representativa, os cidadãos confiam seus direitos a outros – políticos, técnicos e planejadores –, na democracia participativa, os cidadãos distinguem a inconformidade dos direitos formais e não encarregam a outros interceder por seus interesses. Em oposição a isso, assumem diretamente e ordenam resoluções que interferem suas vidas e nos bens comuns (MIRAFTAB, 2016). Portanto, as práticas urbanas insurgentes perfazem uma ruptura ontológica no planejamento urbano. Corroborando com MirafTAB (2016), “não por almejarem uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta – uma torta ontologicamente distinta”. As práticas urbanas insurgentes não buscam por inclusão por meio de uma melhor representação (seja de planejadores ou políticos); mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados. As práticas urbanas insurgentes descentralizam o papel da representação e dão atenção à ação direta, aos meios de inclusão e emancipação.

Diferentemente dos exemplos de participação comumente utilizados na teorização no planejamento urbano e regional, que postulam quase sempre garantir os mecanismos da democracia representativa proporcionados pelo Estado, entendemos que o eixo de teorização que advém das práticas urbanas insurgente, rescinde com esse modo, e busca reconhecer como os cidadãos rompem o modelo representativo, politizam o planejamento, visibilizando o dano na participação para induzir uma ruptura e criar algo novo.

No planejamento urbano do Estado, a visão única e centralizadora se distancia da realidade cotidiana das pessoas e a tendência é encobrir as diferenças das condições locais propondo hierarquias. Ao contrário disso, o compromisso com processos participativos, expõe um tipo de planejamento aberto, o que também os obriga a dar atenção séria às reformulações críticas, reorientando quem está na linha de frente do campo de atuação. Essa forma de lidar no mundo e os problemas nele, se assemelha a uma operação mais tática do que formatada por estratégias. Essa perspectiva que integra a prática vivenciada como método, é estrutural para a fundamentação de uma nova imaginação ao planejamento urbano. A estrutura pulverizada das práticas urbanas insurgentes — caracterizada por centros autônomos de decisão, ação e coordenação permanentemente receptivo —, traduzem um procedimento metodológico em constante fluxo e de maior porosidade à participação e às mudanças.

Considerações finais

As tentativas de indivíduos e coletivos, por meio de ações e ocupações propositais em espaços urbanos mencionados neste artigo são um fenômeno global e um movimento que tem se intensificado nas cidades brasileiras de distintas formas, apresentando-se como uma reivindicação à cidade e como uma forma de participação direta sobre o urbano. Aqui propusemos um eixo de investigação e teorização da participação no planejamento urbano sob a perspectiva das práticas urbanas insurgentes como expressões das ocupações.

Procuramos evidenciar que as propostas de experimentação e autonomia coletiva das práticas urbanas insurgentes questionam a estrutura que garante o poder aos políticos, especialistas e Estado como únicos estruturadores de políticas públicas e dos destinos das cidades. É importante reconhecer a vasta amplitude do campo teórico implícito ao planejamento urbano, de outras práticas urbanas que podem colaborar nas atualizações

de suas fronteiras. Já há evidências que procuram sistematizar práticas e teorização configurando um campo de conhecimento específico dentro do planejamento urbano regional, para debater ações contra-hegemônicas.

O debate sobre as assimetrias do domínio do especialista sobre o político na participação sobre o urbano vem produzindo alguns esforços críticos no sentido de construir novas abordagens a essa temática. Nesse sentido, reconhecer as diferenças significativas na forma como cada uma dessas abordagens interpreta o processo decisório no planejamento é parte relevante da produção de conhecimento. A participação não é só uma questão de transferir responsabilidades públicas para a sociedade civil e coletivos urbanos ou buscar informações nela; mas também é de aumentar o controle cidadão sobre o Estado, melhorar a capacidade desses cidadãos decidirem sobre questões que afetam suas vidas e aceitar espaços de participação autodeterminadas.

A noção de política das práticas urbanas insurgentes é um gesto de performatividade, apropriação e heterotopia, utilizados por nós para pensar as relações de disputas de poder no espaço, constituídas pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil e, destes, com o Estado capitalista e o mercado produtor da cidade neoliberal. Esses atos visibilizam outra forma de participar no urbano que procuram descodificar os agenciamentos dos processos hegemônicos sob o espaço urbano e sob o parcelamento social que desequilibra a igualdade no acesso às deliberações públicas sobre a cidade. A ocupação é um suporte físico para disputas das relações de poder, e constitui-se como um primeiro e contundente agenciador de forças de oposição para manifestação política de processos participativos. Os pressupostos filosóficos aventados anteriormente ajudam no debate sobre a participação popular no planejamento urbano, assim como apoiam as reflexões sobre uma nova imaginação para o planejamento urbano, discutidas neste artigo pelo universo das práticas urbanas insurgentes.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1981.
- BALEM, Tiago. *O território do comum em práticas urbanas insurgentes*. 2021. 305 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BUGS, Geisa. *Tecnologias da Informação e Comunicação, Sistemas de Informação Geografia e a participação pública no planejamento urbano*. Canoas: ULBRA, 2019. 360 p.
- BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução Fernanda Siqueira Miguez; revisão técnica Carla Rodrigues. – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *Comum: ensaio sobre a revolução no séc. XXI; trad. Mariana Echalar*. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

ESTATUTO DA CIDADE. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. Disponível: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf> Acesso em 01 de jul/2020.

FOUCAULT, Michel. “Outros espaços”. *Ditos e Escritos. Vol. III*. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, pp. 414-424.

FRIEDMAN, J. *Insurgencies: Essays in planning theory*. Londres: RTPI, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *O Bem Estar Comum*; trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis*. Publicado em: David Harvey et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram a rua*. Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 60-61.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Trad. Claudio Carina; revisão técnica Luísa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACQUES, Paola. B. et al. Fazer por desvios, in: *Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Modos de Fazer (tomo 2)*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019. v. 1. 466p.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte: UFMG. 2006.

MARICATO, Erminia. Et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo, São Paulo, 2013.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. *Planning theory*, 8 (1), 32-50, 2009.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3), 363-377. 2016

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do sensível: estética e política*. Trad. Monica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANDOLPH, Rainer. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional: o caso brasileiro. In: *X Colóquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona, 2008.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre as limitações e as potencialidades dos planos diretores no Brasil. *Scripta Nova*, v. 11, 2007.

RANDOLPH, Rainer. Subversão e planejamento como “práxis”: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: Ester Limonad; Edna Castro. (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. 1º ed. Rio de Janeiro: LetraCapital Editora, 2014, v. 1, p. 40-57.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *A Crise do Planejamento Urbano*. São Paulo em Perspectiva. 1995 Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_07.pdf Acesso em 01/2021.

TRADIÇÕES POLÍTICAS NÃO REFLETIDAS NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Ocupações urbanas, suas assistências e assessorias técnicas e ideários políticos

*POLITICAL TRADITIONS NOT REFLECTED
IN THE SOCIAL PRODUCTION OF SPACE
Urban occupations, their technical assistance and
advice and political ideas*

Tiago Castelo Branco Lourenço¹

Resumo

Este artigo discute as tradições políticas vinculadas à esquerda que influenciam lutas urbanas contemporâneas, como as ocupações urbanas em Belo Horizonte desde os anos 2000. A atuação de técnicos junto às ocupações urbanas não é uma atividade neutra, por isso é preciso considerar as tradições políticas a que ela se vincula. Este texto apresenta algumas hipóteses e provocações acerca dessas tradições, a fim de investigar as concepções de assistência e assessoria técnica. Para tanto, recorre a pesquisa bibliográfica e experiências de campo, propondo um breve histórico dessas tradições e comparando as diferentes estratégias adotadas pela assessoria e assistência técnica e sua tradição política. Indica, então, possibilidades de interpretação das atuações dos arquitetos e urbanistas a partir das diferentes tradições políticas discutidas. Ao final, aponta que as ocupações urbanas de Belo Horizonte têm sido uma oportunidade de convergência em construção.

Palavras-chave: ocupação urbana, marxismo, libertário, assistência técnica, assessoria técnica.

Abstract

This article discusses the political traditions linked to the left that influence contemporary urban struggles, such as the urban occupations in Belo Horizonte since the 2000s. The work of technicians in urban occupations is not a neutral activity, so it is necessary to consider the political traditions involved, that it binds. This text presents some hypotheses and provocations about these traditions, in order to investigate the concepts of technical assistance and advice. To this end, it uses bibliographical research and field experiences, proposing a brief history of these traditions and comparing the different strategies adopted by technical advice and assistance and their political tradition. It then indicates possibilities for interpreting the actions of architects and urban planners based on the different political traditions discussed. In the end, it points out that the urban occupations of Belo Horizonte have been an opportunity for convergence in construction.

Keywords: urban occupation, marxism, libertarian, technical assistance, technical advice

¹ Tiago é maquetista, técnico de edificações (Cefet/MG, 1995), professor de História (Newton Paiva, 2000) e arquiteto e urbanista (Pucminas, 2009). Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2014 e 2022). É professor da Escola de Arquitetura da UFMG e da Pucminas. É membro titular da Coordenação Colegiada do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras). Trabalha com maquetes na Maquete Aristides Lourenço, e com arquitetura e urbanismo na ASF/BR (Associação Arquitetas Sem Fronteiras Brasil) e na COAU (Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo). Presta assessoria técnica às ocupações urbanas e aos movimentos sociais de luta por moradia.

Introdução

Durante a experiência de assessoria técnica nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, chamou-me a atenção a disputa entre as concepções de assistência ou assessoria técnica. Os técnicos que encontrei pelo caminho eram quase sempre vinculados à esquerda política. Havia aqueles que defendiam a concepção de assistência técnica com práticas mais institucionalizadas, e outros que defendiam a concepção de assessoria técnica ligados a uma ação direta junto aos atendidos.

Incomoda-me o fato de as duas concepções não refletirem acerca das tradições políticas a que se vinculam — a suposta neutralidade técnica talvez tenha impedido a realização dessa discussão ou mesmo tolhido sua visibilidade quando ocorre. Neste texto, pretendo apresentar algumas hipóteses e fazer provocações entre as tradições políticas marxistas e libertárias como contribuintes das concepções de assistência e assessoria técnica².

Na tradição marxista, com suas experiências históricas, é mais recorrente uma perspectiva de ação institucionalizada, manifestada em noções como a de vanguarda revolucionária. Associada com a tradição tecnocrática dos arquitetos, engenheiros e outros profissionais da produção social do espaço, essa tradição contribui para a construção de uma suposta vanguarda técnica na produção do espaço. A tradição libertária tem na ação direta uma importante estratégia de luta revolucionária, aproximando-se, por sua vez, da atuação da assessoria técnica, ainda que com ressalvas, já que seus agentes também realizam um trabalho junto ao Estado e tem na ação institucional um importante instrumento durante os trabalhos.

A associação de marxistas com assistência técnica e libertários com assessoria técnica é frágil e insuficiente. As duas tradições buscam uma ruptura com o sistema hegemônico, e atribuir a cada uma dessas concepções inspirações isoladas, sem exercer influência uma na outra, não contribui para o avanço da discussão. A intenção deste texto é provocar a reflexão entre aqueles que atuam junto a movimentos de luta por moradia no Brasil e identificar entre essas tradições políticas aspectos que influenciam cada uma dessas concepções, apontando momentos históricos e formulações teóricas que encontram algum rebatimento nas concepções de assistência e assessoria técnica.

Neste texto privilegio as ideias políticas marxistas e libertárias como inspiradoras das assistências e assessorias técnicas. Outras tradições políticas também poderiam ser abordadas e aqui serão apontadas sem um aprofundamento necessário, como é o caso da doutrina social católica e do próprio liberalismo e seus desdobramentos. A doutrina social católica, elaborada desde o final do século XIX, inspirou diferentes frentes de ação entre os católicos no Brasil, tendo inclusive contribuído na formulação e implementação de políticas públicas de moradia. A mesma afirmação pode ser feita em relação ao pensamento liberal e seus desdobramentos. Os agentes políticos brasileiros tradicionalmente estiveram ligados a essa corrente de pensamento que se confunde com qualquer postura conservadora. Essas tradições, importantes geradoras de políticas que determinam o setor habitacional e com importantes consequências para o desenvolvimento urbano, não serão abordadas neste texto, ainda que eu reconheça a relevância que tiveram e ainda têm na produção do espaço no Brasil.

² Tratarei como marxista e não como comunista a tradição iniciada por Marx e Engels, afinal a sociedade comunista é buscada pelas duas tradições da esquerda revolucionária — libertários e marxistas —, sendo este o fato que muitas vezes levou a esforços importantes de convergência das duas tradições.

O estudo das tradições políticas aqui proposto pretende, a partir das ideias e ações de ambas as tradições, contribuir para aprofundar a compreensão das contradições da produção social do espaço e dos técnicos que atuam nas atividades de assessoria e assistência técnica. Acredito que essa atuação deve ser acompanhada de uma crítica constante para que possa avançar nas suas intenções emancipatórias. Uma atuação política que intenciona transformar a sociedade a partir de atividades profissionais que atendem ao sistema capitalista deve ser vista sempre com ressalvas e críticas para que possa contribuir para algum avanço.

O texto aborda eventos que evidenciam questões que atravessam a história das lutas políticas e cujos incômodos e contradições ainda hoje percebemos também nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. Não estou preocupado em concatenar todos os eventos abordados. Dessa maneira, o texto propõe um levantamento de situações que inspiram as posições e posturas dos agentes durante suas lutas por moradia, não uma linha temporal causal.

Habitação, produção do espaço e disputas políticas

As diferenças e aproximações entre marxistas e libertários remonta aos embates entre Marx, Engels e Bakunin durante a Primeira Internacional Comunista. Esses embates são semelhantes às posturas assumidas entre os envolvidos com as lutas das ocupações urbanas de Belo Horizonte, sejam eles técnicos, militantes de organizações políticas ou agentes públicos que se envolvem nesses conflitos fundiários.

A Primeira Internacional Comunista foi um exercício de convergência entre o pensamento marxista e libertário, mas também expôs diferenças que ainda se mantêm. Uma dessas é o tratamento dispensado ao lumpemproletariado, agente social que se assemelha às camadas empobrecidas do Brasil contemporâneo, que constituem os moradores das ocupações urbanas da capital mineira. Para Souza, os pensadores Marx e Engels:

[...] caracterizaram o “lumpemproletariado” de maneira nitidamente pejorativa, adornando seus comentários econômicos e políticos — que, de maneira menos ou mais fundamentada, como n’O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, buscavam apresentar os “lumpemproletários” como uma massa disforme e heterogênea de malandros, vagabundos, criminosos, meretrizes, jogadores e outros tipos sociais vistos como deploráveis à luz de uma certa ética do trabalho e de uma certa moral vitoriana [...]. (SOUZA, 2015, p.154-155).

A abordagem não favorece a percepção do potencial de transformação que esses agentes poderiam proporcionar. Tal tratamento é recorrente na trajetória histórica das lutas políticas. Ainda hoje ouvimos comentários preconceituosos que desqualificam a luta das ocupações urbanas, dando pouco crédito aos seus moradores, desqualificando muitas vezes o seu protagonismo na luta por moradia.

Bakunin, por sua vez, tinha outra abordagem e percebia no lumpemproletariado uma grande potência num processo revolucionário. Ainda que eu ache a percepção de Bakunin um pouco romantizada, ela indica que a disciplina ainda pouco incorporada por esse grupo social favorecia o caráter mais combativo deste último na ruptura para a construção de uma sociedade comunista, quando em comparação com o proletariado, considerada a classe revolucionária pela Primeira Internacional. A seu ver:

[...] exatamente por constituírem um estrato social particularmente vulnerável e desprezado, os “lumpemproletários” deveriam merecer particular simpatia por parte dos revolucionários. E isso não somente por razões éticas, mas também e principalmente políticas: justamente os “lumpemproletários”, apesar de comumente não terem “grilhões” tão visíveis pelo fato de não terem padrões bem definidos e não estarem submetidos à disciplina da fábrica [...] seriam potencialmente mais arrojados, mais “livres”. Teriam, no fundo, menos a perder. Para Bakunin, os “lumpemproletários” seriam a verdadeira “flor do proletariado”, e de modo algum o seu “rebotalho” [...]. (SOUZA, 2015, p. 155).

Enquanto na Primeira Internacional Comunista ocorreu uma tentativa de confluência entre marxistas e libertários, na Revolução Russa foi diferente: “No século XX, o encontro frustrado entre vermelhos e negros da Revolução Russa afasta as duas famílias” (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 143). Esse afastamento foi reforçado na Guerra Civil Espanhola, tendo como um de seus protagonistas Joseph Stalin, que foi negligente ao não apoiar as forças da República, o que levou à derrota dos anarquistas e trotskistas que a compunham.

A Revolução Russa foi o apogeu dos marxistas na sua proposta de mudança radical do capitalismo. O forte controle do Estado em várias instâncias da vida marcou essa experiência e deixou seus traços também na produção habitacional do período — destaca-se a perda da condição de mercadoria pela moradia e o controle da produção habitacional pelo Estado (MELLO, 2019).

Na Guerra Civil Espanhola, temos o apogeu dos libertários. Começam ali pequenas amostras de controle descentralizado na organização espacial e uma possível política habitacional que poderia ir na mesma direção. Como exemplo disso, há experiências de autogestão e autoplanejamento na cidade de Barcelona, capital da Catalunha (RODRIGUES, 2012). As experiências foram abortadas com a vitória de Francisco Franco no conflito.

No Brasil desse período, não há políticas habitacionais relevantes. Os exemplos da época são as vilas operárias vinculadas às indústrias que começam a se instalar em algumas cidades brasileiras. Em Belo Horizonte temos alguns casos como a Vila Operária do Marzagão, que se formou desde o final do século XIX, e a Vila Operária no entorno da Fábrica de Tecidos da Renascença nos anos 1930. Essas experiências se davam sem a participação dos que acessariam as moradias, e eram construídas pelas empresas sem nenhuma consulta. Próximo à fábrica da Renascença, também na região nordeste da capital mineira, foi construído nessa época o Cidade Ozanan, um conjunto habitacional de casas unifamiliares dos vicentinos, também sem a participação dos futuros moradores na sua concepção.³

A partir de 1937 começam ações de política habitacional promovidas por autarquias do governo federal. Os Institutos de Pensões e Aposentadorias construíram vários conjuntos habitacionais pelo país. O momento coincide com o movimento modernista na arquitetura brasileira, quando esses conjuntos habitacionais se tornam laboratórios para exercícios de projeto de moradia do movimento. Nessas experiências não temos também a participação dos futuros moradores nas tomadas de decisões projetuais.

³ Os vicentinos são os leigos vinculados à Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP).

Nesse período começam a se destacar também a formação de favelas nas grandes cidades e a autoprodução de suas moradias. Junto aos moradores das favelas ocorreu o acompanhamento de religiosos e leigos inspirados na Doutrina Social Católica, como na Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro a partir de 1947 (ROBAINA, 2013). Foram ações assistencialistas não preocupadas com a discussão dos processos de autoprodução como possibilidade de acesso à cidade.

A morte de Stalin em 1953 foi um importante evento na história da esquerda radical. A partir de então foi revelado que aquele socialismo outorgado, praticado durante o período stalinista, apresentava problemas no avanço de um projeto de ruptura revolucionária.

Vários intelectuais envolvidos com os partidos comunistas em todo o mundo começam um processo de revisão, ocorrendo uma reaproximação entre marxistas e libertários. A produção desses intelectuais promove uma avaliação do papel das bases como agente político. Dentre esses intelectuais, destaca-se a linha do revisionismo marxista inglês, com a produção de historiadores como Edward Palmer Thompson, Eric John Ernest Hobsbawm e John Edward Christopher Hill. Esse movimento influencia a produção acadêmica das Ciências Sociais, mas encontra pouco rebatimento nas atividades sindicais e partidárias, até porque boa parte desses intelectuais sai dos partidos e se concentra no ambiente acadêmico.

No Brasil, um exemplo de decepção com Stalin a ser destacado é o do escritor baiano Jorge Amado. Na ocasião, ele era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, tendo inclusive sido eleito deputado federal pelo partido em 1946 e escrito um livro-reportagem sobre o leste europeu intitulado “O mundo da paz” (AMADO, 1951). Em 1956, porém, Amado se desliga do partido, após as revelações de Nikita Khrushchov contra Stalin no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A partir desse mesmo ano, Amado impediu eventuais reedições do referido livro.

No final dos anos 1950, ocorre a construção da nova capital do Brasil, Brasília. Há, durante a construção, um grande fluxo migratório de operários para trabalhar nas obras de cidade, os quais viriam a morar nos canteiros e nas favelas que surgiram no entorno da cidade. Brasília, que trazia a aura de um novo Brasil, mostrou, ao longo de sua construção e após sua inauguração, que este é um país que não inclui a todos. Aquele operário que se deslocava dos rincões brasileiros e que passara a ser chamado de candango ficou abandonado à própria sorte com o término das obras. Ou voltava para a miséria nordestina, ou ficava nas margens da rodovia Belém-Brasília, ou, ainda, ficava ali disponível para o capital, aguardando quando seria novamente requisitado nas favelas e cidades-satélites do entorno da nova capital. Como disse Sérgio Ferro:

O ritmo das construções diminuiu. Mas os candangos, que pressentiram através da ilusão uma possibilidade concreta, não se arredaram. A volta à vida crua do Nordeste não mais seria suportável, nem o ‘novo-horizonte’ das margens infernais da Belém-Brasília. Entretanto, o capital não requeria mais seu entusiasmo e aborrecia, à sua racionalidade gelada, a insistência do operário: já havia roubado o que desejava. Por meses os alpendres das capelas das superquadras abrigaram centenas de famílias de candangos sem ocupação, os antigos e os chegados, informados das antigas condições. Pouco a pouco se retiraram para as favelas chamadas cidades-satélites. Retirantes, haviam apreendido um pedaço do ofício. Aguardam, definhando, que voltem a ser necessários, que o capital os compre, novamente, e como magia propiciatória, enfeitam suas choças com as colunas do Alvorada. O trágico lumpesinato oscila entre duas

mortes: por miséria em Brasília, por miséria no Nordeste ou outro inferno qualquer. A política brasileira foi desenhada no espaço: branca — ordem e conforto calculado para o senhor do capital e do poder e os que cabem em suas reservas — e morte, marginalização, fome, afastamento para os excedentes. E, ainda assim, o candango conserva o que fez, prova de sua capacidade, não pisa na grama. Voltará. (FERRO, 2006, p.94-95).

Esse mesmo Brasil, que, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, construiu Brasília e reafirmou mais uma vez sua desigualdade estrutural, promoveu também mobilizações relevantes na sociedade civil pela inserção das camadas mais pobres no processo de modernização do país a partir da premissa da justiça social. As reformas de base do Estado e da sociedade foram reconhecidas como necessárias para que o Brasil se tornasse ‘moderno’.

Dentre as reformas de base, a urbana ganhou destaque, e teve a participação dos arquitetos e urbanistas e suas entidades de classe. Em 1963 foi realizado, pelo IAB — Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, no Hotel Quitandinha em Petrópolis/RJ, considerado um marco histórico da discussão no país. Apesar da centralidade do tema habitação no evento, nos seus anais destaca-se uma discussão que passa pela regulação do mercado imobiliário e o controle dos custos da terra urbana (FRANCISCONI, 2013). Ainda que considere a participação da população na produção habitacional e destaque a necessidade da formação de uma consciência popular sobre o tema, a discussão ainda mantém fortes vínculos institucionalizadas e valoriza a condução dos arquitetos e urbanistas no processo de produção do espaço urbano. A autoprodução como um fato nas áreas periféricas das cidades brasileiras é pouco considerada.

Para Sérgio Ferro, entre o término das obras de Brasília e o começo da ditadura há uma efervescência da sociedade no sentido de transformar essa violência que marcava a sociedade brasileira. A violência que estava latente se escancarou no golpe militar.

Fala-se sempre da ruptura de 1964 como o momento em que a violência se instala. Mas é preciso não esquecer que esta violência já estava nos canteiros de Brasília. O fortalecimento da dimensão autoritária favoreceu na arquitetura o desenvolvimento do risco, mas num outro sentido, do traço, da mão que comanda, da arbitrariedade mesma do seu movimento que, por força de vontade, quer impor aquilo que já na realidade começa a esmaecer. Essa necessidade do polo autoritário, demandada pela urgência do acúmulo de capitais, a meu ver, foi o que levou a que a violência ainda disfarçável de Brasília passasse a não poder mais ser escondida a partir da ditadura. Os movimentos de reivindicação, as lutas sociais, começaram a ser fortes, e o básculo, a mudança, exigiam descaradamente que aquela violência latente aparecesse com mais nitidez. Essa transição ocorre entre o fim de Brasília e o começo da ditadura. (FERRO, 2006, p.312).

O golpe militar de 31 de março de 1964 e o Estado autoritário a que dá origem esvaziaram as entidades da sociedade civil articuladas para a discussão e a implementação de reformas (ALVES, 1989). Discussões como aquelas realizadas no seminário de Quitandinha em 1963 foram deixadas de lado e algumas de suas pautas sobre a moradia foram incorporadas pelo regime como na criação do BNH — Banco Nacional de Habitação.

O BNH, criado em 1964, inaugurou uma política habitacional vultuosa no que concerne aos recursos financeiros, mas muito mais destinada à estabilidade da economia do que à efetiva melhoria das condições de moradia da população⁴. O novo contexto fez da política habitacional uma oportunidade de acumulação de capital e restringiu ainda mais o acesso dos pobres à moradia nas grandes cidades pelas vias institucionalizadas.

Importa aqui o fato de o BNH criar, com os recursos extraídos do operariado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, um imenso mercado novo e relativamente artificial de classe-média. [...] Os operários não suportariam as condições do 'financiamento' feito com seus próprios recursos do Fundo [...]. (FERRO, 2006, p.88).

Com o forte crescimento econômico e urbano do país nos anos 1960 e 1970, a situação se agravou: aumentava a demanda por terra urbana e inexistia oferta imobiliária para famílias de baixa renda. O resultado foi o crescimento de favelas e outras formas de ocupação em diversos graus de informalidade (MARICATO, 1987).

Esse momento coincide com a retomada de procedimentos e ideias políticas que se vinculam aos libertários, como, por exemplo, nos movimentos de 1968 na França. Esses levantes foram concomitantes com o questionamento do pensamento marxista que tinha se burocratizado e tinha suas grandes manifestações nos partidos comunistas e sindicatos em todo o mundo:

Muitos observadores ficaram surpresos pela presença, ao lado da bandeira vermelha, da bandeira negra nas manifestações e barricadas. Autor de um dos livros mais interessantes de Maio de 68, o jornalista inglês Daniel Singer, marxista influenciado por Rosa Luxemburgo, avalia: "No maio francês, era possível escutar claramente ecos antiautoritários de Proudhon, bem como de Bakunin". A seus olhos, "a ressurreição de certas formas do anarquismo [...] era uma reação sábia contra a degenerescência burocrática do movimento operário oficial", um movimento que parecia ter esquecido suas origens revolucionárias e libertárias. (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 49).

Em 1968, há certa dificuldade de engajamento dos movimentos da esquerda institucionalizada. Com isso, partir para a ação direta era um desafio para essa esquerda radical que havia se burocratizado.

Portanto, não foi um acaso que libertários e marxistas revolucionários da JCR se encontram com uma multidão de jovens desorganizados motivados pela revolta e pela indignação, nas barricadas do Quartier Latin, na "noite do fogo" de 9 de maio. Contrariamente aos "trotskistas ortodoxos" do Partido Comunista Internacional (PCI) seguidor de Lambert, ou dos marxistas-leninistas maoístas da União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas (UJCML), que viraram as costas às agitações "pequeno-burguesas". Sem falar, obviamente, do Partido Comunista Francês (PCF) stalinista, que não para de denunciar os "grupelhos" que "fazem o jogo do governo"... Bem diferente foi a atitude dos jovens que descobrem "sobre a calçada a praia": para além dos desacordos — bem reais —, os adeptos revolucionários da bandeira vermelha e os da bandeira negra

⁴ Nessa fase se extingue a produção habitacional pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que são unificados num Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, criado em 1966.

reencontram-se, muito naturalmente, "do mesmo lado da barricada", no sentido próprio e figurado. (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p.49-50).

No Brasil desse período, assistimos à ruptura de uma parte do PCB — Partido Comunista Brasileiro — para formar a ALN — Ação Libertadora Nacional, sob a liderança de Carlos Marighella. Os dissidentes revolucionários partiram para uma ação direta através da guerrilha urbana, uma movimentação que envolveu um grupo pequeno da esquerda brasileira, apesar da expressiva retumbância que ganharia na história dos movimentos de resistência no país.

Ainda durante os anos 1960, ocorreu a Arquitetura Nova, o movimento e as reflexões desenvolvidas pelos arquitetos Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. Os arquitetos novos estavam preocupados com uma profissão que pouco atendia as demandas necessárias do país. Eles propõem uma arquitetura brutalista "cabocla", com uma postura didática em relação aos processos e procedimentos construtivos:

Daí essa espécie cabocla de brutalismo (oposto ao brutalismo estetizante europeu); esta didatização forçada de todos os procedimentos; a excessiva racionalização construtiva; o 'economismo' gerador de espaços ultradensos raramente justificados por imposições objetivas etc. (FERRO, 2006, p. 49).

Sérgio Ferro também militou na ALN, o que levou a seu exílio na França desde o início dos anos 1970. Em uma entrevista, ele conta sobre o período em que começou a exercer a atividade docente em Grenoble e o ambiente que ainda se fazia sentir das movimentações de 1968 no ambiente universitário:

Quando eu cheguei na França, no período em que 68 tinha caído, em que o Pompidou tinha voltado, eu quase não conseguia dar aula. Começava a aula e já vinha discussão, debate, era uma maravilha. Eu me lembro um aluno, que era situacionista, ele se levantou e disse: "O senhor é um traidor! O senhor dá esperança!". (FERRO, 2006, p. 297).

As reflexões da Arquitetura Nova foram manifestadas em vários projetos e textos escritos por esse grupo de arquitetos nos anos 1960. Uma das referências que sistematiza essas reflexões é o livro "O Canteiro e o desenho", de Sérgio Ferro, editado em 1979. Na época, a ditadura militar brasileira perdia força e se iniciava o processo de abertura democrática no país. No livro, Ferro (2006) explicita o papel do desenho do arquiteto e sua função de valorização do capital. Afirma que ele é a corporificação da heteronomia no canteiro, o caminho para extração da mais-valor, separado da produção, com a intenção de prescrevê-la:

Esperamos mostrar, no nosso texto, que a elaboração material do espaço é mais função do processo de valorização do capital que de alguma coerência interna da técnica. Para nós, não há dúvida possível, é porque o canteiro deve ser heterônimo sob o capital que o desenho existe, chega pronto e de fora. O desenho é uma das corporificações da heteronomia do canteiro. Ou, para dizer a mesma coisa mais claramente: o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para a extração da mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção. [...] (FERRO, 2006, p.107-108).

Aquela ambiência que levou aos movimentos de 1968 na França, aos movimentos estudantis no Brasil no mesmo período, à Arquitetura Nova e à escolha radical de parte da esquerda brasileira pela guerrilha urbana e outras manifestações semelhantes começa a ter uma maior reverberação no contexto brasileiro no final dos anos 1970 com a abertura no autoritarismo e o princípio do fim da ditadura militar. A edição do livro de Ferro é uma evidência do novo momento.

Com a crise do regime militar e seu modelo desenvolvimentista, a sociedade civil se reorganiza, retomando as discussões dos direitos sociais que tinham perdido força desde 1964 (SOMARRIBA, 1996). Com a redemocratização do país nos anos 1980 e a nova Constituição de 1988, houve uma institucionalização inédita dos direitos sociais no Brasil, incluindo o direito à moradia, que passava a figurar como obrigação do Estado. A promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 regulamentou os preceitos constitucionais referentes à política urbana e à política habitacional.

A partir desse momento são elaboradas políticas públicas que consideram a autoprodução do espaço como importante na formação das cidades brasileiras. Do ponto de vista institucional, o surgimento de zoneamentos como a ZEIS — Zona Especial de Interesse Social na legislação de Belo Horizonte é uma evidência desse novo tratamento que o Estado brasileiro dispensará a esses territórios na cidade.

A redemocratização brasileira coincide também com o surgimento do neoliberalismo. Neste, a administração pública deve diminuir sua atuação na economia e se dedicar a questões consideradas necessárias à sociedade, mas que não gerem retornos financeiros. A habitação, nesse contexto, tem um caráter dúbio: ela é um direito social e um patrimônio; ela envolve interesses diversos, e, desde a criação do BNH em 1964, o financeiro assume um forte peso em sua concepção, planejamento e gestão.

Na década de 1970, começa uma atuação importante do Banco Mundial no financiamento de ações voltadas para políticas de habitação e urbanização nos países em desenvolvimento. Essa ação tem um importante apoio de agentes vinculados aos libertários, como é o caso do arquiteto inglês John Turner, parceiro daquela instituição na promoção de políticas públicas habitacionais em países do terceiro mundo. Sua atuação, contudo, é criticada por outros setores da esquerda radical. Como mostra José Luis Oyón:

[...] crítica a Turner desde autores marxistas es el de su supuesto papel promotor de las políticas públicas del Banco Mundial que originan los programas de financiación de la autoconstrucción en forma de sites and services. Es el caso del libro Planeta de ciudades miseria de Mike Davis, que denuncia un “matrimonio sorprendente” entre Turner y el Banco Mundial, entre “anarquismo y neoliberalismo”. (OYÓN, 2018, p.244-246).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, muitos municípios brasileiros passam a ser governados por partidos de centro-esquerda, dentre eles o PT — Partido dos Trabalhadores, o PSB — Partido Socialista Brasileiro e o PC do B — Partido Comunista do Brasil. Em Belo Horizonte, esses três partidos chegaram ao governo em 1993 com a eleição de Patrus Ananias. Sua administração implementou preceitos e instrumentos defendidos pela sociedade civil organizada desde o final dos anos 1970 e parcialmente incorporados à Constituição Federal de 1988 (naquele momento ainda não regulamentados pelo Estatuto da Cidade). Na política habitacional, esses

governos incorporam a autogestão para a produção de alguns conjuntos habitacionais⁵ para população de baixa renda:

O programa de autogestão, no âmbito da habitação popular, tem início em Belo Horizonte com o governo do prefeito Patrus Ananias (gestão 1993/1996). Configura-se uma das formas de atendimento à demanda da população de baixa renda, ao lado das formas de gestão pública e da cogestão. Integra a Política Municipal de Habitação, em vigor no município desde 1994, que tem a finalidade de produzir moradias e/ou lotes urbanizados para atender a população com renda de até cinco salários, moradora da capital mineira no mínimo há dois anos e que não tenha sido contemplada, anteriormente, com unidade habitacional em outro programa. (OLIVEIRA et al., 2007, p. 516).

Esse momento de redemocratização das instituições brasileiras e da chegada de partidos políticos de centro-esquerda à administração de alguns municípios é também coincidente com um período de aguda crise econômica no país, com altos índices inflacionários. Alternativas adotadas para combater essa condição foram o estabelecimento da responsabilidade fiscal e o controle das contas públicas, dentro dos preceitos neoliberais que passam a ser adotados em vários níveis da federação.

Nesse contexto, administrações municipais como a de Belo Horizonte têm sua mobilidade reduzida no que diz respeito a estratégias voltadas para ampliar os direitos sociais dos pobres da cidade (BEDÊ, 2005). Essa situação é agravada com uma cultura política autoritária em que a participação popular é desconsiderada, valorizando práticas institucionalizadas e distantes das questões locais, reforçando uma ideia de um vanguardismo do setor técnico na condução dos procedimentos que envolvem o acesso a direitos sociais. Como testemunha um morador da periferia de Belo Horizonte acerca da política habitacional implementada a partir dessa época:

A política habitacional que o Patrus iniciou em 93 foi nessa forma mesmo. Ele orientou as associações de bairro e às pessoas se inscreverem pra moradia. Essas associações elegiam um representante e os representantes participavam dos foros. Aí, eram abertos os núcleos nos bairros e eles participavam das disputas onde tinham poucas contemplações. Essas contemplações eram divididas pelos grupos, e os grupos pegavam e indicavam. Eles falam que foi um avanço, porque os grupos tiveram o direito de escolher que família que ia ir, como que ia ir. Mas a quantidade foi muito inferior dessas outras políticas. (MILITANTE, 13 fev. 2014).

A insatisfação com os rumos que a política habitacional de Belo Horizonte assumia teve uma manifestação, ainda durante a gestão de Patrus Ananias, com a Ocupação Corumbiara em 1996. Posteriormente, a partir de 2006, começam a ocorrer ocupações em prédios, como a Caracol, em 2006, e, na sequência, as ocupações João de Barro I, João de Barro II e João de Barro III ao longo de 2007. Após esse período começaram as ocupações urbanas horizontais, retomadas com a Ocupação Camilo Torres em fevereiro de 2008. Esta última, primeira ocupação horizontal da fase recente, é considerada um marco dessa modalidade de luta política na cidade:

⁵ No artigo “Política de Habitação em Belo Horizonte — o Residencial Asca: um estudo do programa de autogestão”, Oliveira, Silveira e Godinho (2007, p.518) apresentam os seguintes conjuntos construídos por autogestão: CDI-I/Jatobá, CDI-II/Jatobá, Deuslene, Deuslene II, Dom Silvério I, Dom Silvério II, Fernão Dias, Havaí, Uruçuia, Vila Régia I e Vila Régia II, segundo dados da Secretária Municipal de Habitação de Belo Horizonte de 2003.

Em fevereiro de 2008, a gente pode falar mesmo que foi o processo de resgate das ocupações. Belo Horizonte sempre foi criada através de ocupações, seja organizada ou espontânea. O mapa de Belo Horizonte foi se construindo assim. Aí, iniciou-se a Ocupação Camilo Torres. Parte dela foi despejada pela Prefeitura logo no início. Nós reocupamos essa parte no mesmo ano de 2008, no início de outubro, até foi no momento da eleição. Soltamos até um manifesto interessante, falando que os nossos sonhos não cabiam dentro de uma urna, era através da luta mesmo. (MILITANTE, 13 fev. 2014).

As ocupações urbanas em Belo Horizonte são uma retomada de uma política habitacional a partir das bases, de modo a recolocá-la numa escala local e cotidiana, a fim de que quem decida seja quem está perto da situação, e não um sujeito distante.

Essa perspectiva carrega uma contradição que não se resolve com as ocupações urbanas e manifesta em curto prazo seus limites. A aposta em disputas por políticas públicas que considerem as demandas daqueles que experimentam cotidianamente o problema ainda tratam o Estado como autônomo em relação à totalidade social, considerando haver uma separação entre poder político e poder econômico. O Estado não representa nem os donos dos meios de produção, nem a força de trabalho, porém, ele não é autônomo em relação ao sistema. Ele precisa garantir as condições de reprodução do capital, e, frente a isso, ele aparenta representar um dos lados, já que um deles obtém vantagens no capitalismo (MASCARO, 2013, p. 44).

Sendo assim, ainda que as ocupações urbanas de Belo Horizonte apostem numa ação direta, a ação institucional tem um grande peso nos rumos desse movimento social, levando a frustrações de suas demandas por um Estado que parece, em alguns momentos, colocar-se numa posição de diálogo. Entretanto, ele assim se coloca para a manutenção do próprio sistema que leva à necessidade da ocupação urbana.

Assistência técnica e seu vínculo institucional

Após esse breve histórico, que procura, num tom ensaístico, estabelecer relações que influenciam a atuação dos arquitetos e urbanistas e outros agentes na produção das cidades e de moradia, mostrarei a partir daqui como as atuações das assistências e assessorias técnicas se relacionam com essas tradições políticas.

A noção de assistência técnica foi constituída desde os anos 1970. Nesse momento, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul em parceria com o CREA local buscou alternativas para uma atuação junto a setores da população que comumente não contratam arquitetos e engenheiros civis para a construção de suas casas. É importante destacar que o protagonismo dessa discussão teve à frente os arquitetos com o apoio dos engenheiros (ARQUITETO, 19 jan. 2019).

Ainda nos anos 1980 na gestão de Alceu de Deus Collares, o primeiro prefeito eleito de Porto Alegre pós-ditadura, ocorre uma experiência de aplicação da assistência técnica com a constituição da ATME — Assistência Técnica à Moradia Econômica, realizada pela prefeitura em parceria com profissionais vinculados ao sindicato dos arquitetos do Rio Grande do Sul (ARQUITETO, 19 jan. 2019). Essa experiência se somará a outras que ocorreram durante os anos 1990 em Porto Alegre, e isso reverbera em âmbito nacional, com avanços legislativos marcantes.

Nesse sentido, o processo de inclusão dos temas de assistência técnica na produção de moradias, que culminou com a Lei de Assistência Técnica — lei federal 11.888/2008 —, teve importantes avanços nos anos 2000:

A “Lei de Assistência Técnica” (lei federal 11.888/2008) foi aprovada em um contexto de conquistas legislativas e de retomada de investimentos na política urbana nos anos 2000. Foi fruto de uma importante articulação das entidades que regulamentam a profissão de arquitetura e urbanismo e de engenharia, com participação fundamental das federações dos sindicatos da categoria. O dispositivo assegura os serviços de arquitetura e engenharia gratuito às famílias de baixa renda e teve seu primeiro projeto de lei apresentado pelo arquiteto e urbanista Clovis Ingelfritz, que fora um dos idealizadores do programa ATME, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Clovis se elegeu deputado federal em 2001 e apresentou então um projeto de lei que buscava implantar o programa em escala nacional. A continuidade do projeto foi garantida pelo deputado federal pelo estado da Bahia, também arquiteto e urbanista, Zezéu Ribeiro, que resultou na aprovação da Lei de Assistência Técnica. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 8).

Após mais de uma década de promulgação da lei 11.888/2008, há ainda poucos resultados. Têm ocorrido exercícios incipientes de reflexão sobre o assunto entre os profissionais de arquitetura. Várias entidades profissionais que representam os arquitetos urbanistas têm buscado promover encontros, seminários, dentre outros, avaliando a possibilidade de efetivação da referida legislação (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 1). No meio acadêmico, a discussão tem pouca reverberação, predominando as reflexões acerca da assessoria técnica. Os debates acontecem, de fato, é entre as entidades de classe.

A centralidade no trabalho técnico do arquiteto urbanista é um dos problemas na concepção de assistência técnica da referida lei. Isso acaba refletido no pouco rebatimento que até hoje ela teve dentro da sociedade brasileira, sendo vista até com certo desdém pelos demais profissionais envolvidos com a produção social do espaço. A discussão da assistência técnica fica restrita aos arquitetos, com um tratamento vinculado à valorização profissional, muito mais que à função social da profissão e suas possibilidades de garantias de acesso ao direito à cidade, uma discussão de natureza interdisciplinar pouco refletida na lei 11.888/2008.

Para a categoria, é frequente não só o debate sobre a função social da profissão, como também sobre a valorização da profissional pela sociedade, tendo como pressuposto um trabalho com caráter social, atualmente mais do que necessário em um país onde apenas 15% dos brasileiros que já construíram ou reformaram contratou os serviços de arquitetos e/ou engenheiros, conforme demonstrado na famosa pesquisa promovida pelo CAU/BR em parceria com o Instituto Datafolha. Destes 15%, grande parte são de classes mais altas, e ficou demonstrado que dos 85% que nunca utilizaram esses serviços, o principal motivo é a questão financeira, e por isso boa parte optou pela contratação de pedreiros ou mestres de obras (CAU/BR, 2015). (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p.12-13).

A concepção de assistência técnica que valoriza o profissional de arquitetura e seus vínculos com suas entidades de classe também ocorreu em Belo Horizonte. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o IAB/MG, tendo à frente o arquiteto José Carlos

Laender, se envolveu com o PROFAVELA — Programa Municipal de Regularização de Favelas, e posteriormente com a formação da URBEL — Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. Uma aproximação dos arquitetos através de suas entidades de classe no atendimento às demandas desse tipo.

O protagonismo dos arquitetos na formulação dessa lei fica evidente na afirmação do arquiteto Clóvis Ingelfritz em entrevista sobre a ocasião da aprovação da lei 11.888/2008: “Em 2008, no dia 24 de dezembro, eu recebi um telefonema do Palácio do Planalto, e era o Lula. E ele disse assim: ‘Companheiro, presente de Natal aí pros arquitetos!’” (ARQUITETO, 19 jan. 2019).

A institucionalização da ação dos arquitetos e outros técnicos da produção social do espaço no atendimento dos setores sociais que comumente não contratam os seus serviços é inspirada pelas diferentes tradições políticas da esquerda. Nestas, a relação com o Estado e as instituições assumiu diferentes posturas: temos desde a estadocêntrica até a estadofóbica, além da estadocrítica, uma postura mais contemporânea. Cada uma dessas correntes apresenta suas contradições a partir da tradição a que se vinculam. No Brasil, elas ficaram mais latentes após a redemocratização, especialmente quando a esquerda venceu eleições, como nas gestões locais e nacionais do PT, ocasiões quando ocorre a institucionalização de políticas públicas defendidas por esse espectro político. A lei 11.888/2008 da assistência técnica é parte desse processo, a institucionalização de políticas públicas que até então eram frágeis e sem continuidades. Essa legislação recoloca para os arquitetos e os outros técnicos da produção social do espaço o embate entre essas diferentes tradições. Ela pretende institucionalizar uma ação e aponta o Estado como uma possibilidade de resolução dos conflitos sociais, como se ele fosse um moderador, e não um instrumento de reprodução do próprio sistema capitalista (MASCARO, 2013).

A lei da assistência técnica e seu caráter institucional fortalecem a despolitização que caracteriza as ações dos técnicos da produção social do espaço que já é muito determinada pela suposição de uma neutralidade no seu exercício profissional. Essa postura coaduna com a suposta vanguarda técnica dos profissionais de arquitetura e urbanismo quanto à produção social do espaço: nós pensamos os espaços para que outros os executem.

A suposta neutralidade da assistência técnica se relaciona também à ideologia de Estado liberal, a qual difere da concepção de Estado entre os marxistas e libertários. Esses dois grupos veem-no como o comitê executivo da burguesia, ou seja, na concepção da esquerda radical, o Estado não é neutro. Sendo assim, o trabalho técnico também não é neutro, ele sempre atende a interesses que não são ditos. Acreditar nessa neutralidade coloca a assistência técnica como ingênua e a postura favorece a manutenção de relações de dominação.

Como chama a atenção Alysso Mascaro, o Estado é a forma política do capitalismo, ele é uma construção histórica, pode ter semelhanças com outras do passado, porém a forma que assume no mundo contemporâneo só é possível e necessária no capitalismo (MASCARO, 2013, p. 30). Esse é um fato importante a ser considerado especialmente quando imaginamos que a conquista desse Estado é uma das possibilidades de transformação social. Uma lei como a 11.888/2008 procura garantir direitos, contudo é preciso ter em mente que a conquista de direitos a partir de uma forma política do capitalismo atende a estratégias de reprodução do sistema. Trata-se, portanto, de uma afirmação deste último e atende as demandas de consolidação do capitalismo, buscando garantias de sua manutenção e existência.

A implementação da lei 11.888/2008 ainda é precária. Para estudiosos do tema, a dificuldade para sua realização se deve à centralidade da atuação a partir dos arquitetos urbanistas. Uma das poucas práticas de ATHIS — Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social que tem ocorrido é o trabalho do Gilson Paranhos na CODHAB:

Ainda assim, são poucas as práticas de ATHIS consolidadas até o momento. Aparentemente, o programa mais bem estruturado se encontra no Distrito Federal, em uma ação local proposta pela CODHAB (Companhia Habitacional do Distrito Federal). O programa “Habita Brasília” conta com dez postos de assistência técnica para atendimento das famílias que vivem em situação precária, com projetos de melhorias habitacionais e em espaços públicos como parques e ruas, além de mediação de conflitos em áreas de regularização fundiária. Essas ações vêm sendo difundidas pelo país pelo arquiteto e urbanista Gilson Paranhos, atual diretor da CODHAB, através de sua participação em diversos seminários e debates entre arquitetos. Não por acaso, Paranhos é membro do Conselho Superior do IAB, entidade da qual já foi presidente. Sua presença e ações reforçam que a difusão da assistência técnica mais uma vez tem como centralidade a figura de um profissional da área de arquitetura e urbanismo. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 13).

Nos últimos anos, o CAU — Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem direcionado parte de seus recursos para ações de assistência técnica, realizando ensaios para a efetivação da lei 11.888/2008. Contudo, isso ainda é insuficiente, especialmente naqueles Estados da federação nos quais poucos arquitetos atuam, gerando poucos recursos que possam fazer alguma diferença para avaliar o impacto dessas ações.

Os ensaios do CAU têm também levado a agregar à concepção de assistência técnica uma atuação no atendimento às demandas das camadas pobres como um empreendimento social, através de novos formatos de empresas como startups etc. Nesse sentido, esse entendimento tem acompanhado as novas relações de produção que têm caracterizado o mercado de trabalho contemporâneo:

Quanto às propostas estabelecidas pela iniciativa privada, que vem servindo como referência aos arquitetos, apresentou-se no seminário do CAU/SP o Programa Vivenda. Trata-se de uma startup fundada em 2013, que promove reformas de baixo custo e rápida execução, englobando pequenos serviços como reparos em infiltrações, aplicação de revestimento cerâmico e abertura de janelas. Para obtenção de recursos, foi viabilizada recentemente a primeira debênture de impacto social no Brasil, em uma parceria entre a Vivenda, a Din4mo (empresa de apoio à gestão de startups), e a securitizadora Grupo Gaia. A partir desses recursos, será possível oferecer crédito às famílias, com juros mais baixos. De acordo com a Din4mo, foram captados R\$ 5 milhões, e a expectativa é de que esse valor impacte a vida de cerca de 32 mil pessoas. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 11).

A estratégia dos ‘empreendimentos sociais’ — que não se entrelaçam com os embates políticos que envolvem a pobreza — se exacerba nessa suposta neutralidade, esvaziando o conteúdo político que engloba a atuação nesses espaços da pobreza.

Por exemplo, a organização TECHO⁶ evita se envolver com situações que apresentem algum tipo de ressalva legal, o que pode impedi-la de atuar nas ocupações de Belo Horizonte ou em várias favelas pelo Brasil, já que quase sempre são lugares enredados em complexos conflitos fundiários.

Essa concepção de empreendimento social tem atraído vários interessados na discussão de ATHIS, o que tem levado a um embotamento de outros aspectos que envolvem a discussão no campo profissional. Essa prática não deveria ter como objetivo primordial criar mais espaço de trabalho para arquitetos e urbanistas, mas buscar garantias de acesso dos mais pobres a diferentes aspectos da vida na cidade e romper com as enormes desigualdades que marcam a realidade brasileira.

A assistência técnica e sua distância do público-alvo, associada à sua suposta neutralidade transferem para os atendidos práticas estranhas, e fazem-no com pouca crítica, considerando que todos os humanos são iguais e não constroem trajetórias diferentes. Por trás disso, está também a postura cientificista que marca a ciência moderna, com influência na arquitetura e entre os outros profissionais da produção social do espaço, contribuindo para a formação do discurso da competência. A assistência técnica é uma estratégia de atuação junto às camadas pobres com que os arquitetos se sentem confortáveis, afinal, é uma ação que reafirma a profissão e seus saberes em detrimento de outros, reafirmando privilégios e garantindo o controle dos processos.

Apesar da atuação dos arquitetos e de suas entidades profissionais na construção da assistência técnica enquanto política pública, ainda há entre os demais profissionais do campo profissional a criminalização daqueles que atuam com ATHIS. Isso se dá tanto com relação àqueles que atuam dentro da perspectiva mais institucionalizada da assistência técnica quanto no que diz respeito aos que procuram uma atuação mais direta junto aos atendidos pela assessoria técnica. Em regra, trata-se de uma perseguição inócua, geralmente levada à frente por profissionais afastados da atuação próxima ao público que é atendido. Entretanto, mesmo sendo uma perseguição irrelevante perante a realidade, tem impactado atuações legitimadas pela lei 11.888/2008.

Assim, há uma vertente importante, hoje autorizada pelas instâncias de representação profissional, que ignora a produção das assessorias como experiência válida, buscando o aval da denominação estabelecida pela Lei de ATHIS para estabelecer um novo discurso para uma prática que já remonta mais de 40 anos. Cumpre-nos, portanto, demonstrar aqui os diversos pontos de convergência entre as noções de assistência e assessoria, compreendendo que o ponto de convergência tem, como solo comum, a atuação dos arquitetos e urbanistas, o atendimento às famílias de baixa renda e a busca de alternativas aos programas públicos que padronizam as soluções habitacionais. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 5).

A lógica institucional sempre aponta na direção do controle, envolvendo cooptação e repressão. Acreditar no institucionalizado é sempre uma evidência de ingenuidade quando se tem como objetivo a emancipação dos envolvidos. Isso fica claro nas ações envolvendo os arquitetos, afinal eles nunca se percebem como representantes de algo institucionalizado. Acham-se independentes, mas estão longe disso.

⁶ “TECHO es una organización presente en 19 países de América Latina, que busca superar la situación de pobreza que viven millones de personas en asentamientos populares, a través de la acción conjunta de sus habitantes y jóvenes voluntarios y voluntarias” — disponível em: <https://www.techo.org/techo/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

Assessoria técnica e seus vínculos com a ação direta

Como apresentado, a assistência técnica surge com um forte vínculo institucional e pouca experiência prática, condição que contribui para as dificuldades de efetivação da lei 11.888/2008. As atuações que se colocam como assessorias técnicas têm algumas diferenças a serem consideradas. Elas começam a ser mais recorrentes no final dos anos 1970, dentro dos processos de redemocratização do Brasil, mas seus vínculos institucionais são mais tênues, o que leva a maiores dificuldades de institucionalizar seus procedimentos como políticas públicas.

Uma ocasião em que a assessoria técnica se aproxima das instituições se dá no governo de Erundina em São Paulo (1989-1992) quando, através do FUNAPS Comunitário, institucionaliza-se o mutirão autogerido.

Entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990, no contexto de um governo municipal mais ‘progressista’ na cidade de São Paulo — se já para os padrões daquela época, certamente muito mais para os padrões atuais —, diversos técnicos envolvidos com as primeiras experiências de assessoria, dispersa e autonomamente realizadas ao longo dos anos 1980, assumiram cargos na prefeitura e em empresas públicas, dando possibilidade para a criação de um programa habitacional estruturado, o FUNAPS Comunitário. O programa institucionalizava a prática do mutirão autogerido, colocando os arquitetos em contato com a população na produção da moradia popular. Com isso, expandiram-se as assessorias técnicas e criaram-se novos grupos, consolidando essa prática. Compostas em sua maioria por arquitetos e urbanistas, as assessorias técnicas tinham uma configuração geral semelhante. Eram organizações não governamentais, que se propunham a trabalhar de maneira geral para a melhoria das condições de vida da população mais pobre, apoiando as lutas pelo direito à moradia digna e aos serviços essenciais da cidade. Apesar de terem uma predominância de arquitetos e urbanistas em seu quadro técnico, tinham como característica a atuação interdisciplinar. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 7).

Essa experiência do FUNAPS Comunitário em São Paulo foi essencial para que a assessoria técnica ganhasse corpo e experiência dentro dessa atuação com os movimentos sociais:

Por outra via, a ideia de assessoria técnica acabou ganhando corpo principalmente no município de São Paulo, a partir do FUNAPS Comunitário — um programa público proposto pela prefeitura municipal no final dos anos 1980, consolidado graças à atuação de profissionais que, em diálogo com movimentos sociais, atuam até hoje na busca por moradia digna para a população pobre [...]. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 2).

Esse momento de consolidação da assessoria técnica na cidade de São Paulo durante a gestão de Erundina (1989-1992), na ocasião filiada ao PT, coincide também com experiência em Ipatinga, administrada por Chico Ferramenta (1989-1992) no mesmo período. A cidade de Ipatinga foi uma das primeiras administrações do PT em Minas Gerais. Durante essa gestão foi proposto o “Programa de Obras Comunitárias”. Dentre seus objetivos, constava o seguinte:

[...] através da participação comunitária, estimular o envolvimento das comunidades na solução dos seus problemas, com o objetivo de criar estruturas de gerenciamento e execução dos projetos, concebidos e incorporados pelas comunidades a que se destinam. (CONTI, 1999, p.85).

Esse objetivo demonstra que havia também em Minas Gerais a formulação de políticas públicas autogestionárias que buscavam a atuação dos técnicos da produção social do espaço de maneira semelhante ao que ocorria na capital paulista analisada por Cardoso e Santo Amore (2018). A experiência de mutirão em Ipatinga também não era uma novidade. Nesse sentido, como apresenta Conti:

A experiência com mutirão não era inédita em Ipatinga, pois quando da posse da nova administração, dois anos após o governo Sarney, já estavam em andamento dois mutirões da Secretaria de Ação Comunitária do Presidente da República (SEAC), dirigida na época por Aníbal Teixeira [...]. (CONTI, 1999, p. 85).

A assessoria técnica tem sido importante para garantir aos setores populares o respeito aos seus saberes, o que é dificultado na atuação como assistente técnico muito pautada por práticas institucionalizadas. Esse fato coloca vários entraves institucionais para a assessoria técnica como política pública, passando pela legislação e pelos operadores do Estado, que quase sempre negam propostas autogestionárias (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p.6-7). As instituições têm pouca predisposição para atender ações que considerem as especificidades. Usualmente partem de uma gestão que valoriza a impessoalidade, o que dificulta a inclusão da diversidade como aspecto a ser pautado na produção da moradia. Apesar desse descolamento das práticas institucionalizadas, a assessoria técnica exerce seu papel a partir dessas mesmas práticas, e ela tem sido marcada por uma condição de mediadora entre os setores populares e a burocracia estatal.

Na prática de assessoria técnica junto às ocupações de Belo Horizonte, percebo que a procura pela ação direta passa também por uma valorização do indivíduo e pelo reconhecimento de sua dificuldade de engajamento nas estruturas burocráticas. Com o advento da internet, assistimos a um individualismo compartilhado (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 152). Gerando novas práticas militantes, a internet permite a expressão mais contundente das individualidades, portanto, as pessoas militam e expressam seus posicionamentos mais à vontade. Será que esse individualismo exacerbado que percebemos na atuação — principalmente — entre os apoiadores acadêmicos das ocupações urbanas é somente a manifestação dessa condição? Não seria também uma manifestação do neoliberalismo? A negação do Estado passa por uma negação das estratégias burocráticas da luta política que marcou as revoluções socialistas do século XX? Essas são questões e incômodos que suscitam este ambiente da luta política contemporânea. São movimentações que buscam a democracia real em que os indivíduos, com suas especificidades e visões de mundo, não se comprometem com estruturas de construção coletivas como se dava em outros momentos.

A negação das práticas institucionais e burocratizantes buscada pelas assessorias técnicas que também caracteriza a tradição libertária pode se confundir com políticas neoliberais, porém a crítica e o cuidado com esse aspecto não devem impedir uma reflexão mais cuidadosa que envolve as práticas libertárias e a complexidade das ações diretas empreendidas pelas assessorias técnicas. A ação é algo que se dá no presente. Com isso, a preocupação referente a se ela promove a reforma ou a revolução não é tão importante quando acontece. Há uma preocupação de que aquilo contribua com a manifestação da indignação dos indivíduos envolvidos. Na essência, a assessoria

técnica nesse contexto é uma ação que questiona o sistema e suas contradições.

O pensamento libertário é recorrente nas reflexões que envolvem a produção social do espaço, e para Oyón isso se deve à presença de vários pensadores do anarquismo vinculados aos campos do conhecimento ligados ao espaço. Esse aspecto também se deve ao fato de que, no espaço, a ação e o presente ficam mais evidentes e inerentes às próprias atividades.

A diferencia de otras líneas del pensamiento socialista como el marxismo, el anarquismo estuvo profundamente marcado desde el momento de su formación en el movimiento socialista del siglo XIX por la imaginación espacial. Y lo estuvo porque algunos de sus pensadores y figuras más significativas eran practicantes de disciplinas relacionadas con el espacio, como la geografía y más tarde la arquitectura y el urbanismo. (OYÓN, 2018, p.196).

Os aspectos explorados pela atuação da assessoria técnica ficam explicitados nas discussões propostas por Turner na sua concepção do que seriam arquitetura e moradia. Na moradia, o que importa são as relações que ela estabelece, e não sua dimensão de objeto; assim, a moradia só ganha sentido na relação que ela estabelece com o morador e seu entorno, ela é algo vivo, e não estático e padronizado (OYÓN, 2018, p.234-235). As críticas a Turner pontuam que a liberdade para construir era na realidade uma necessidade elementar de sobreviver. A autoconstrução em si apresenta possibilidades de organização das classes populares que não podemos desconsiderar.

A posição de Turner, que dialoga com a trajetória da assessoria técnica no Brasil e suas manifestações nas ocupações de Belo Horizonte, passa pelo questionamento do Estado como o grande responsável pela política habitacional. A sua atuação deveria respeitar os sujeitos que acessarão essas políticas, os quais não deveriam ser atropelados por práticas heterônomas que caracterizam a atuação estatal.

A concepção de política habitacional de Turner acaba por refundar disputas clássicas entre anarquistas e marxistas. Apesar de sua posição moderada, ele não nega o Estado de maneira radical como pode muitas vezes fazer um libertário. Ele tem uma postura bastante pragmática, construída na sua prática como assessor técnico nas *barriadas* do Peru. O Estado é um agente que tem um papel de suporte: ele não pode ser o protagonista, o que não o exime de ser o responsável pela política — mas que exerça essa responsabilidade sem desrespeitar aqueles que precisam dela.

A assessoria técnica recoloca a política numa dimensão humana, local e cotidiana, afinal quem decide é quem está perto da situação, e não um sujeito que está distante. Nas ocupações de Belo Horizonte, a assessoria participa de um processo político que ensaia cotidianamente aspectos de uma democracia direta. Mesmo quando temos na ocupação uma coordenação mais centralizadora, os moradores, por estarem próximos dessa liderança, acabam também pautando sua atuação.

Pelos valores da assessoria técnica fundada na ação direta, as especificidades de cada território são valorizadas, entretanto a dificuldade de se relacionar com as instituições é um problema para os representantes das organizações políticas e apoiadores. Isso é diferente para os moradores, que, nas suas estratégias de sobrevivência, adaptam rapidamente sua atitude frente às instituições, parecendo se submeter para conseguir avançar alguma negociação. Evidencia-se, desse modo, certo pragmatismo político que remete à discussão estadocrítica proposta por correntes libertárias e marxistas contemporâneas.

O ato de morar é uma atividade criativa em si. Tratar a moradia com padrões mínimos ou distantes das pessoas que habitarão o local é algo com que a assessoria técnica tem buscado romper. A moradia é um processo, um registro espacial de histórias de vida. As ocupações urbanas de Belo Horizonte têm chamado a atenção para esses aspectos, e a aproximação recente dos agentes públicos é uma oportunidade para repensar as políticas habitacionais que considerem a autoprodução do espaço como parte das estratégias de atendimento à demanda por moradia.

Considerações finais

As ocupações urbanas de Belo Horizonte têm sido um momento dentro dessa história de encontros e desencontros entre marxistas e libertários. Parafraseando o título do livro de Olivier Besancenot e Michael Löwy, uma tentativa de construção de “afinidades revolucionárias”. Como todo encontro e desencontro, tais encontros e desencontros são repletos de contradições como tentei mostrar.

A construção dessas afinidades é atravessada por vários dilemas e embates. Na abordagem proposta, o dilema de se vincular ou não às instituições é um dos mais recorrentes. Em meio a esse processo, temos grupos políticos formados desde os anos 1980, que participaram dos primeiros momentos da redemocratização e hoje estão mais próximos dos procedimentos institucionalizados, mas também temos as organizações surgidas desde os anos 2000, que promovem as ocupações na cidade e fazem a escolha por uma luta por moradia através da ação direta e questionando essas mesmas instituições.

O embate entre assessoria ou assistência técnica está dentro desse processo. A assessoria técnica em suas ações diretas junto aos moradores tem apontado caminhos possíveis que se distanciam dos procedimentos institucionalizados. A assistência técnica legitimada a partir da lei 11.888/2008 se coloca muitas vezes distante da realidade daqueles que pretende assistir, contudo, tem sido uma possibilidade para indicar políticas públicas que envolvam a atuação dos técnicos da produção social do espaço, conquanto o faça com exercícios ainda muito frágeis a partir de financiamentos como os que o CAU tem buscado manter no seu orçamento nos últimos anos.

Desde a eleição para a Prefeitura de Belo Horizonte de Alexandre Kalil (2017-2020), teve início certa aproximação dos agentes públicos com as ocupações urbanas da cidade. Nesse contexto assistimos a uma predisposição de discutir a política habitacional municipal, evidenciada em eventos como os encontros de técnicos da prefeitura, a partir do coletivo Habite a Política, e outras entidades interessadas no assunto.

Um momento de construção dessas afinidades foi a realização de um seminário realizado na Escola de Arquitetura da UFMG em 2019 em comemoração aos vinte e cinco anos da política habitacional de Belo Horizonte. O evento reuniu agentes envolvidos com diferentes momentos da formulação e implementação dessa política. No fechamento desse seminário, participaram agentes envolvidos com as ocupações, numa clara tentativa de estabelecer diálogos entre aqueles envolvidos com uma atuação a partir de instâncias institucionalizadas e um grupo que vem nos últimos anos promovendo uma política habitacional através da ação direta. Os debates não foram conclusivos, mas evidenciaram a abertura de ambos os lados em construir agendas convergentes.

Esse desejo de convergência tem também ocorrido entre os praticantes de assessoria e assistência técnica — este texto é uma dessas tentativas, afinal entender as trajetórias dessas estratégias é algo necessário para a construção dessas pontes, interpretando

os ideários políticos que as fundamentam e que muitas vezes não são assumidos ou (o que é mais grave) nem percebidos. Podemos estar nos envolvendo numa armadilha, mas acredito que vale a pena o risco. Não acredito que essa convergência se dará com panos quentes e acordos de ocasião, ela precisa ser discutida e disputada. Uma convergência possível não poderá partir de um protagonismo dos arquitetos urbanistas. Essas atividades envolvem grande complexidade, e esse profissional traz em sua trajetória vários vícios que não contribuem.

Entende-se aqui que a discussão semântica não auxilia na resolução desse imbróglio, e que a fixação do debate nesses termos pode trazer ainda mais divergências. Identificar os oportunismos ao termo “assistência” e a prática virtuosa ao vocábulo “assessoria” apenas elide o que aqui defendemos central: a dimensão técnica e política dessa atividade. O que propomos é estabelecer um diálogo entre as noções de assessoria e assistência, partindo de um ponto em comum — a atividade do profissional arquiteto e urbanista. Tal diálogo, acreditamos, poderia fomentar a construção de um novo ideário profissional e uma agenda que delimite mais claramente o que poderia se constituir como campo de atuação dos profissionais dedicados à ATHIS, traçando possíveis estratégias para a implementação de políticas públicas nessa área. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p.2-3).

Nessas tentativas de convergência que passam pelas discussões acerca da assessoria ou assistência técnica e pelas organizações políticas de luta por moradia, é bom nos lembrarmos das provocações libertárias que colocam ser necessário monitorar e criticar todo ambiente institucionalizado. Mesmo naqueles casos supostamente com posturas ‘progressistas’, não podemos esquecer que a natureza do Estado e de suas instituições é sempre uma negação da liberdade e tem por intuito o controle da sociedade.

Não há governo estatal “progressista” que não precise ser monitorado, criticado e pressionado. E o tempo todo. Esquecer disso (como decerto gostariam os militantes dos partidos de esquerda, especialmente quando conseguem instalar-se na administração do Estado) equivale, para os movimentos emancipatórios, a caminhar para o precipício. (SOUZA, 2015, p. 65).

Dentre os vários grupos envolvidos com as ocupações de Belo Horizonte, assistimos a uma aposta das organizações políticas em estruturas partidárias: as Brigadas Populares e sua participação no projeto ‘Gabinetona’ do PSOL, e o investimento do MLB — Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas e do PCR na criação do UP — Unidade Popular. Essa circunstância gera certa apreensão quanto à experiência das ocupações, um risco de que se tornem exercícios limitados de emancipação dos setores populares.

As tentativas de convergência estão no início, mas indicam ser essa mais uma tentativa de construção de laços de solidariedade entre diferentes tradições políticas, dentre elas os libertários e marxistas. As afinidades podem contribuir num processo de transformação social que favoreça a superação das desigualdades que marcam a realidade brasileira, com a participação dos arquitetos e urbanistas, bem como a de outros técnicos da produção social do espaço.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AMADO, Jorge. *O Mundo da Paz*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
- ARQUITETO. Entrevista arquiteto. 19 jan. 2019. Entrevista concedida a Fernanda Simon Cardoso.
- BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- CARDOSO, Fernanda Simon; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. In: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio (eds.). *Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista: XV Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona: Universidad de Barcelona; Geocrítica, 2018, p.1-19.
- CONTI, Alfio. *A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito*. 1999. 200f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FRANCISCONI, Jorge Guilherme. *Seminário de Quitandinha e Q+50: resultado, avaliação e desafios atuais*. São Paulo, set. 2013, Arqtextos. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.160/4880>. Acesso em: 19 out. 2023.
- MARICATO, Ermínia. *A política habitacional do regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, Wanderson Fabio de. A Revolução Russa e a questão da habitação: de 1917 a 1930. In: *30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019. Anais do 30º Simpósio Nacional de História, Recife: Associação Nacional de História, 2019. p.1-14.
- MILITANTE. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.
- OLIVEIRA, Danielle Duarte de; SILVEIRA, Ivana Arruda da; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. Política de Habitação em Belo Horizonte — o Residencial Asca: um estudo do programa de autogestão. In: Aduino Lúcio Cardoso (ed.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007. Cap.15, p.514–531.
- OYÓN, José Luis. John Turner: los escritos, su contexto y la influencia geddesiana. In: John F. C. Turner (ed.). *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo*. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018. Cap.11, p.195-256.
- ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947–1962). *Revista Espacialidades*, Natal, v. 6, n. 5, p.176-196, 2013.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). *Cidades*, Chapecó, v.9, n.15, p.259-296, 2012.
- SOMARRIBA, Maria. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: Otávio Soares Dulci (ed.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. Cap.3, p.55-74.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS COMO TENSIONAMENTOS NA MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA

Luta pelo direito de morar na zona norte de Porto Alegre/RS

*OCCUPATION AND SETTLEMENT AS TENSIONS
IN THE COMMERCIALIZATION OF LAND*

Fight for the right to live in the north one of Porto Alegre/RS

**Nicole Leal de Almeida¹,
Sabrina Trejes Marengo² e Heleniza Ávila Campos³**

Resumo

O Capitalismo financeirizado se expressa nas cidades a partir das diferentes formas de morar de populações com distintos níveis de renda, em que a terra urbana passa a ser compreendida principalmente como ativo financeiro, nas esferas institucional, financeira e imobiliária. O artigo busca alinhar-se à crítica ao discurso que criminaliza ocupações e assentamentos formados por famílias lutando legitimamente pelo direito de ocupar o espaço urbano nas cidades brasileiras. Para tanto, a abordagem metodológica consiste no estudo de caso das comunidades localizadas na zona norte de Porto Alegre (RS), sobretudo aqueles situados nos bairros Farrapos e Humaitá. Também foram utilizados observação não-participante e participante em seminários e missões ao território, além de entrevistas com participantes de ações em favor da função social da propriedade. Como resultado, verificamos a contradição explícita entre papel conciliador do Estado e o Estado enquanto principal promotor da propriedade privada.

Palavras-chave: ocupações, práticas insurgentes, mercado imobiliário, financeirização.

Abstract

Capitalism is financed expressly in cities from different ways of living in an environment with different levels of income, in which urban land becomes specialized mainly as a financial asset, in the institutional, financial and real estate spheres. The article seeks to align itself with the criticism of the discourse that criminalizes occupations and settlements formed by families who legitimately fight for the right to occupy urban space in Brazilian cities. To this end, the methodological approach consists of a case study of communities located in the north of Porto Alegre (RS), especially those located in the neighborhoods Farrapos and Humaitá. Non-participant observations and participants in seminars and missions to the territory were also used, as well as interviews with participants in actions in favor of the social function of property. As a result, we see the explicit contradiction between the conciliatory role of the State and the State as the main promoter of private property.

Keywords: occupation, insurgent practices, real estate market, financialization.

¹ Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS/2021) e Arquiteta e Urbanista (FEEVALE/2017).

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da (PROPUR-UFRGS), Mestre em Ciências Contábeis (UNISINOS/2011) e Bacharel em Contabilidade (UNISINOS/2008).

³ Doutora em Geografia (UFRJ/1999), Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE/1995) e Arquiteta e Urbanista (UFPE/1988).

Introdução

O Capitalismo financeirizado tem como uma das suas características mais cruéis a redução da vida, a capacidade de rentabilidade e a ampliação das desigualdades sociais. Nas cidades, sua manifestação mais explícita se dá nas diferentes formas de morar de populações com distintos níveis de renda, em que a terra urbana passa a ser compreendida principalmente como ativo financeiro, nas esferas institucional, financeira e imobiliária. A produção habitacional de mercado assentada na financeirização tende a se afastar da condição determinante e indissociável da terra enquanto *fundo de consumo* e meio através do qual o processo sócio-reprodutivo se consolida (FIX; PAULANI, 2019; FRASER; DE SOUZA, 2020).

Neste contexto, aprimoram-se estratégias e mecanismos de facilitação do acesso à habitação no espaço urbano, através de sistemas financeirizados. O que afasta cada vez mais a população de baixa renda do mercado formal de solo e moradia, restando-lhes a informalidade na produção e consumo de seus espaços de vivência e a confrontação nas suas relações de pertencimento à cidade. Tais processos segregatórios se dão, muitas vezes, na medida em que parâmetros urbanísticos e padrões de construção são arranjados para atender as necessidades do setor financeiro em detrimento das demandas reais da população (ROLNIK, 2015), que buscam meios de resistência através de suas próprias moradias.

Utiliza-se como objeto empírico os assentamentos populares e ocupações localizados no 4º Distrito de Porto Alegre (RS), sobretudo aqueles situados em bairros da zona norte da cidade, Farrapos e Humaitá. Existem aproximadamente 18 assentamentos populares e ocupações localizadas entre esses dois bairros, nos quais moradores convivem com a insegurança em ocupar suas próprias casas, com baixas condições de habitabilidade. Tal setor da cidade vem passando por uma série de mudanças sócio-territoriais, constituindo-se em um território em longo processo de reestruturação desde o final dos anos 1990. Os processos recentes de transformação do 4º Distrito estão idealizados no Projeto de Lei que institui o Programa +4D de Regeneração Urbana, que trata os bairros Farrapos e Humaitá como setores de expansão imobiliária com potencial para fomentar o desenvolvimento de atividades socioeconômicas de interesse global e local.

Os conflitos ocorrem principalmente entre atores e agentes, estando, de um lado, Estado (através de setores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e mercado imobiliário (principalmente grandes imobiliárias). Apoiando o aumento da atuação do mercado formal e financeirizado com destaque para investimentos em infraestrutura e equipamentos esportivos vinculados aos megaeventos de 2014. E, do outro, as comunidades de baixa renda que ocupam seus territórios ao longo de pelo menos quatro décadas, através de resistência pelo direito de morar em espaços que, outrora, foram planejados e projetados pelo próprio Estado. A tensão gerada pelos diferentes interesses neste território aponta quase sempre para pressão política, ameaças de despejo e remoção dessas famílias, impactando sobretudo em territórios em que a posse pode ser contestada, seja por autoridades ou agentes privados (ROLNIK, 2015). Não raro, projetos e planos ditos estratégicos para o desenvolvimento da cidade consolidam o deslocamento da população vulnerável para áreas periféricas, distantes do centro, comprometendo suas relações sociofamiliares, condições de trabalho e distanciamento de serviços importantes. Tais projetos e planos ocasionam uma série de problemas, como a alteração das condições ambientais, a partir da ação humana; desequilíbrio entre o tempo de realização das novas e antigas práticas sociais, dinâmica de reprodução da vida e do trabalho, causada (entre outros fatores) pela mobilidade cotidiana. É preciso, portanto, investigar, além das alterações produzidas, como se reagem e se manifestam as populações vulneráveis que ocupam o solo urbano de tais

áreas de interesse do capital imobiliário.

A análise das relações entre os distintos atores e agentes que produzem a cidade e sobre como são agenciadas as formas de resistência revelam importantes mecanismos de tensão contra a heteronomia e suscitam a importância do debate sobre quais espaços são designados como informais e ilegais.

O presente artigo tem como propósito refletir sobre a ação política das lutas e resistências das famílias em torno do direito de morar, considerando a relação entre os planos de requalificação urbana e as estratégias de mercado de expandir as possibilidades de financeirização. Utilizou-se como procedimento metodológico: entrevistas realizadas com diferentes atores envolvidos nos conflitos; análise documental do Projeto de Lei 007/2020 que institui o Programa +4D de Regeneração Urbana; revisão bibliográfica; e pesquisa observação.

O artigo estrutura-se em cinco itens, além desta introdução: o primeiro, traz os principais conceitos de posse e propriedade da terra, evidencia uma coalização entre Estado e elites locais, sobretudo agrárias, na base da formulação da legislação dos regimes jurídicos de propriedade. No segundo item se discute a participação da financeirização no acesso à terra urbana. O terceiro item discute os conflitos entre regularização fundiária, posse e propriedade em tempos de financeirização e seus distintos significados para diferentes atores sociais. No quarto item é discutido o direito de morar da população moradora de ocupações urbanas. Estas ocupações geralmente são áreas privadas caracterizadas como vazios urbanos que foram apropriadas por comunidades de baixa renda para fins de habitação social. O Instituto de Geografia e Estatística do Brasil (IBGE), denomina como aglomerados subnormais, a ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia - público ou privados - para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, apresentam um padrão urbanístico irregular, carente de serviços públicos essenciais e localizados em áreas restritas à ocupação. À exemplo das ocupações na zona norte de Porto Alegre, onde há um plano de regeneração urbana. Por fim, no quinto item apresentam-se as considerações finais.

Posse e propriedade no Brasil: reflexões iniciais

O sistema fundiário no Brasil possui historicamente dois regimes jurídicos: o da propriedade e o da posse. A propriedade, que diz respeito ao reconhecimento jurídico da titularidade de uma dada gleba ou lote de terra, pode ser pública ou privada. Segundo Alfonsin *et al* (2022, p. 133) no século XIX a propriedade passou a ser concebida como um direito absoluto, pleno, tendencialmente perpétuo e essencialmente privado, sendo introduzido no Brasil através da Lei de Terras (BRASIL, LEI 601/1850), quando todas as terras doadas pelo Rei de Portugal sob a forma de sesmarias no território colonial foram transformadas em propriedades privadas.

A Lei de Terras, publicada no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro, marca o processo de mercantilização da terra, tornando-se empecilho de acesso à terra por trabalhadores livres e escravizados que conseguiram liberdade (FIX, 2011). Tal movimento desconsiderava as formas de acesso à terra pela via de “posse”, que consiste na ocupação física da terra, praticadas pelas populações tradicionais, pelos povos originários, pelas populações ribeirinhas e beradeiras da Amazônia, pelos quilombolas e caiçaras. Com a distinção sobre a propriedade, foi deslegitimada a condição de domínio apenas por ocupação, condenando populações, principalmente em condições de pobreza, à insegurança jurídica no direito de morar. A Lei de Terras não incidiu imediatamente nas áreas urbanas, em função da predominância da população rural no país até a década de 1930, mas trouxe implicações sobre a distinção entre

os conceitos e as práticas de posse e propriedade no espaço urbano e influenciando na legislação posterior à sua criação. A vinculação entre Estado e elites com domínio patrimonial sobre a propriedade da terra, está portanto definida desde a origem da legislação brasileira que trata do tema.

Embora os conceitos de posse e propriedade sejam considerados distintos em sua natureza jurídica, estes estão estreitamente relacionados seja por conflito, seja por associação. Presume-se que o proprietário seja possuidor da coisa, ou seja, tem poder de direito e poder de fato sobre o bem. Mas há situações, no caso de ocupações e usucapião, em que o sujeito se apossa da propriedade de outrem.

Estes conflitos existentes entre posse e propriedade por ser acentuados por atuações ineficientes, negligentes ou tendenciosas por parte de atores que participam tanto do Estado, como do mercado ou ainda da sociedade civil, seja por ausência de reconhecimento de conceitos e princípios constitucionais, como é o caso da função social da propriedade e da cidade, que diz respeito aos imóveis subutilizados ou não utilizados da cidade, sendo supridos com infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. O imóvel com área superior a 250m² que não cumpre tal função e for ocupado por população sem moradia está sujeito ao artigo 183 da Constituição Federal de 1988, no entanto, nem sempre tais preceitos jurídicos são respeitados. Ribeiro (2021) questiona a representação do direito como mero instrumento de manutenção da dominação pelas classes mais abastadas.

O processo que constituiu a terra enquanto um componente da reprodução social das relações políticas de estratos dominantes no Brasil conforma, com a financeirização, a própria fronteira que limita a mercantilização por completo da posse e da propriedade da terra, sendo o Estado o ator que viabiliza este processo, através da legislação e da regulação da terra urbana (RIBEIRO, 2020b). O processo da participação cada vez mais ampliada destes mecanismos será apresentado no item a seguir.

A crescente participação da financeirização no acesso à terra urbana no Brasil

Ao longo do século XX, a partir da ampliação de atividades comerciais e financeiras e, por conseguinte, crescente demanda por habitação e serviços urbanos o ambiente construído passa a ser estruturado a partir dos excedentes do capital agrário, comercial e industrial (FIX, 2011). Na primeira etapa industrial, marcada por Pasternak (1997) como sendo entre 1889 e 1929 a solução que surge para a habitação são os cortiços, seguido por vilas operárias, o aluguel era forma predominante de acesso à moradia. Durante a República Nova (1930 - 1937) e o Estado Novo (1937-1945) aconteceu a expansão da mancha urbana (PASTERNAK, 1997). Durante o período populista (1945 - 1964) ocorreu a expansão das periferias urbanas e o processo de autoconstrução e crescimento das favelas, o período antecede a ampliação da ocupação das periferias urbanas e o processo de ocupações organizadas.

Foi no período do governo militar (1964-1985) que a ideologia da casa própria efetivamente ganhou força, sobretudo através do sistema de produção e financiamento habitacional, ganhando visibilidade mediante o aprofundamento da crise habitacional e liderada pelo IAB a sociedade civil iniciava a reivindicação da reforma urbana, interrompida pelo golpe de 1964 (FIX, 2011). O resultado deste processo foi um acelerado processo de urbanização gerenciado pelo Estado desenvolvimentista, produzindo concentração de renda e ampliando as desigualdades sociais (PASTERNAK, 1997).

Combinado com uma estrutura de regularização fundiária excludente, o modelo de urbanização estabeleceu as condições de espraiamento de enormes assentamentos auto construídos nas franjas urbanas, em que formas ambíguas de segurança de posse e padrões não planejados de uso do solo prevalecem. Não surpreende que o direito à moradia e num sentido mais amplo, o direito à cidade tenham se tornado uma das mais importantes demandas dos movimentos sociais e de outros atores progressistas no processo de democratização que seguiu os anos de ditadura militar. (ROLNIK, 2015, p.267)

Contudo, no período não houve qualquer evolução em relação à garantia de direitos sociais, o autoritarismo e o bloqueio aos avanços sociais foram os traços do modelo desenvolvimentista que consolidou o Brasil como um dos países com maior índice de desigualdade no mundo (ROLNIK, 2015).

Agenda da reforma urbana ganhou base jurídica a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a função social da propriedade como um princípio, assim como o direito de ocupantes informais (ROLNIK, 2015). A autoconstrução da moradia pelas populações de baixa renda passou a ter status constitucional de direito fundamental com a introdução do instrumento da usucapião urbana especial para fins de moradia, sendo esta uma forma de dar à terra urbana uma função social (ALFONSIN, 2022). No entanto, no final dos anos 1980 o Brasil passou por uma crise financeira que restringiu as possibilidades tanto no âmbito de uma agenda desenvolvimentista, quanto na ampliação de investimentos no setor imobiliário.

Como resposta à crise e também como parte de ideário político, começou no país a constituição do modelo neoliberal de gestão política e econômica durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se constituiu no primeiro momento rumo à financeirização do mercado habitacional. Rolnik (2015) explica que a subordinação do governo federal brasileiro aos padrões e princípios estabelecidos por diretrizes de instituições financeiras internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) transformaram-se em alternativas para ampliação do fluxo de capital financeiro: “a resposta às necessidades sociais deveria ser a promoção do acesso a bens e serviços por meio de relações de mercado” (ROLNIK, 2015, p. 271).

Na década de 1990 os benefícios legais e investimentos feitos em títulos financeiros de base imobiliária foram criados e consolidaram o reforço da segurança jurídica oferecida aos credores. Houve uma profusão de novos títulos financeiros de base imobiliária e a abertura de capital na Bolsa de Valores a capital estrangeiro (PEREIRA, 2015). As reformas no modelo regulador da estrutura de crédito das empresas envolvidas no setor imobiliário possibilitaram novas formas de investimento no mercado imobiliário e tiveram impacto nas políticas habitacionais (ROLNIK, 2015). Shimbo (2010), por sua vez, destaca três importantes marcos na provisão da habitação na gestão de FHC: a) ampliação do setor privado; b) descentralização dos recursos federais; c) introdução de políticas de crédito direto ao mutuário final.

Em uma análise geral dos programas habitacionais nos dois governos de FHC, Shimbo (2010) apoiada em Valença (2001) observa que prevaleceu o consumo da habitação em detrimento de sua produção: “Nessa ‘abordagem de mercado’ da política habitacional de FHC, a introdução do financiamento direto ao mutuário final foi importante para a dinamização tanto do setor imobiliário como da construção civil.” (SHIMBO, 2010, p. 70). Apesar dos governos de FHC terem criado as condições necessárias para que se estabelecesse uma relação direta entre mercado imobiliário e sistema financeiro, ainda existiam limites a serem transpostos para a consolidação da expansão do mercado

em relação à provisão da habitação, especialmente no que se refere às altas taxas de juros e segurança jurídica para os agentes investidores.

O segundo momento que marca o processo de viabilização da financeirização do mercado imobiliário voltado à habitação no Brasil é o período das duas gestões do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011). Ribeiro (2020a, p. 423) aponta que, enquanto o governo de FHC viabilizou “o ingresso ativo do país na era da financeirização”, os governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores (gestão de Lula da Silva e Dilma Rousseff) adotaram medidas regulatórias que “completaram a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira”. Tais medidas estimularam diretamente a produção de habitação, via mercado, entre 2004 e 2006, através do crédito voltado à população de renda média e média baixa (SHIMBO, 2010, p. 92).

A alienação fiduciária, através da promulgação da Lei Federal n.º 10.391/2004, foi uma das principais medidas adotadas para estimular o crédito de acesso à propriedade urbana, juntamente com o fomento à securitização e a liberação da Caderneta de Poupança (FIX, 2011; SHIMBO, 2010), o que passou a incrementar a acumulação capitalista através de investimentos populares. Para Sanfelici (2013, p. 29) o sistema de crédito é determinante para acumulação capitalista, por sua capacidade “de coletar dinheiro ocioso de todos os poupadores da sociedade e alocar esse dinheiro para as atividades que apresentam maior potencial de produzir mais-valia”.

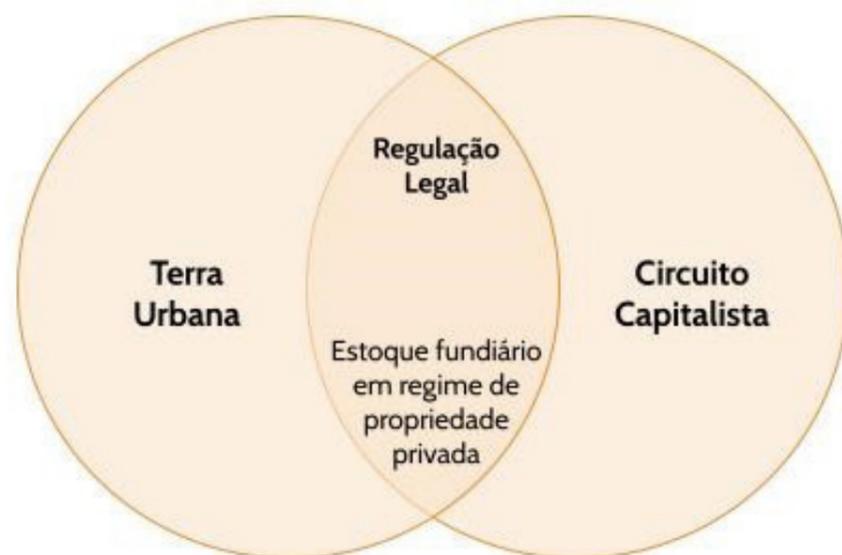
A securitização, por sua vez, é um importante instrumento utilizado para administrar riscos e ampliar o escopo de mercadorias a partir da capacidade de securitização (RIBEIRO, 2020a), pois refere-se à negociação no mercado financeiro que transforma títulos de crédito em títulos negociáveis no mercado de capitais. Sanfelici (2013, p. 32) entende a securitização como um processo capaz de transformar “fluxo de renda em um ativo apto a ser negociado em mercados secundários”, autorizando as agências bancárias o cálculo de seus riscos e o aumento de sua capacidade de atuação, através de um sistema de interação entre moeda, crédito e patrimônio (RIBEIRO, 2020a), integrando o capital financeirizado ao mercado de terras e imóveis do espaço urbano.

No próximo item será discutido os conflitos na compreensão do significado de regularização fundiária, posse e propriedade, em tempos de financeirização, e seus significados diferentes para distintos atores sociais.

Posse e propriedade em tempos de financeirização no Brasil

A partir do conjunto de medidas adotadas pelo governo federal apresentadas anteriormente, identifica-se no Brasil um modelo de financeirização constituído a partir de iniciativas do próprio Estado e implementadas pelo mercado financeiro, distintamente do que ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo, em que os bancos atuam diretamente junto ao cliente. Ribeiro (2020b, p. 449) observa que “diversos analistas consideram que o mercado secundário de títulos com base imobiliária ainda é incipiente no Brasil, mas a sua importância não deve ser desconsiderada”.

A financeirização, portanto, não é um processo global e padronizado, mas multifacetado e com particularidades em cada país, especialmente no que se refere ao tipo e grau de envolvimento dos agentes financeiros (FERNANDEZ E AALBERS, 2020). As diferenças no modelo e no grau de centralidade da financeirização ocorre de acordo com a posição de cada país na estrutura do capitalismo global. Por se tratar de um conceito relativamente recente e ainda em transformação, as pesquisas científicas buscam compreender os nexos entre os circuitos financeiros e os agentes responsáveis



pela produção do espaço urbano, embora seja muito explícita a relação entre agentes, circuitos financeiros e a produção do espaço urbano.

Ribeiro (2020c) defende que as medidas regulatórias da propriedade da terra, definidas pela Lei nº 13.465/17, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana no país, são claramente um marco regulatório pró-mercado da terra. A regularização fundiária no Brasil, concebida para além da posse e como instrumento de acesso à cidade se descaracteriza. Mesmo ao receberem um título de propriedade plena, os beneficiários poderão continuar sem acesso a infraestruturas básicas como energia elétrica, água potável e saneamento básico. O direito fundamental antes amparado pela política pública não é mais o direito à cidade, e passa ser o direito à propriedade. Essa alteração atende às necessidades de um circuito capitalista, que vem promovendo a reforma de sistemas fundiários e aposta na titulação de assentamentos informais como forma de expandir o estoque de terras acessíveis, juridicamente, aos empreendimentos de interesse do mercado imobiliário (ver figura 1).

Sobre a relação entre a terra urbana e o circuito capitalista através de mecanismos regulatórios, Ribeiro (2020c, p.431) destaca que:

a regulação fundiária baseada na disseminação ampla de títulos de propriedade privada da terra parece ser do interesse do capital financeiro e imobiliário ao promover a homogeneização do estoque fundiário nacional, constituindo-se em medida estratégica para o aprofundamento da inserção do país no cenário de dominância financeira que marca o capitalismo atual.

Os conflitos na compreensão do significado de regularização fundiária assumiram ao longo do tempo, significados diferentes para distintos atores sociais. Para os capitalistas assume a transição para o aumento de riqueza, através da ampliação de seu acesso ao mercado de terras;; para os mais pobres está diretamente ligado à garantia de direitos básicos, como a moradia, acesso a serviços e à subsistência (RIBEIRO, 2021). Nesse cenário de disputas de visões distintas foram criadas políticas e regulações sobre a regularização fundiária no Brasil, aumentando iniciativas de práticas insurgentes como

práxis na luta por moradia.

Souza (2019) argumenta que qualquer que seja o planejamento e a gestão promovido pelo Estado, acaba por privilegiar uma visão da sociedade que valoriza a circulação do capital ao mesmo tempo em que se distancia da realidade da maior parte da população e dos espaços vivenciados por ela. Ao creditar apenas ao Estado a capacidade de planejar e intervir no espaço urbano, invalidam-se as demais formas estratégicas de atuação de outros atores, sejam estes vinculados — ou não — ao Capital.

A legislação urbanística, muitas vezes com linguagem ambígua e pouco esclarecedora para a maior parte da população tende a criminalizar outras formas de experimentação sociopolíticas, como as denominadas por Souza (2019) de “territórios dissidentes”, ou “ocupações”, ou seja, formas de apropriação da terra sem o cumprimento de sua função social, criando oportunidades aos que não tem acesso à terra de relações mais vinculadas ao valor de uso da terra urbana, numa perspectiva horizontalizada e anti-heterônoma. Espaços de cidadania insurgente trazem à tona narrativas e trajetórias invisibilizadas e marginalizadas que objetivam legitimar o direito à vida em territórios urbanos (HOLSTON, 1996).

A fragilidade das instituições, no que se refere ao provimento de condições básicas de subsistência para toda a população, está inscrita sobre a lógica neoliberal e empreendedora do nosso tempo (BUTLER, 2018). A concepção da sociedade a partir da lógica neoliberal, dita não apenas a maneira como instituições e direitos são conduzidos, mas também a maneira como os indivíduos devem se comportar, viver e produzir relações sociais (DARDOT E LAVAL, 2016). Assim, a construção de “comuns urbanos” (HARVEY, 2014) e práticas espaciais insurgentes (Souza, 2018 e 2019) se apresentam como uma contraposição da “governamentalidade” ou “governo das condutas” como Foucault interpreta o paradoxo dos governos neoliberais (Laval, 2020). Ao mesmo passo em que o Estado reduz a assistência social, crescendo a população exposta ao empobrecimento e acentua a responsabilidade individual, se estabelece um governo forte, guardião do direito privado (HARVEY, 2008; DARDOT E LAVAL, 2016).

No próximo item é discutido o direito de morar da população de ocupações e assentamentos precários na zona norte de Porto Alegre, onde há um plano específico definido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) de Regeneração do 4º Distrito.

O direito de morar em ocupações e assentamentos precários na zona norte de Porto Alegre

A capital gaúcha, Porto Alegre, vem passando por uma série de transformações que objetivam a construção de uma base regulatória que dê as condições necessárias para que se estabeleça e se materialize sobre o território um modelo de cidade pautado pela dominância financeira. Para Soares *et al.* (2022), as transformações pelas quais a metrópole vem passando indicam uma reestruturação sócio econômica e socioespacial na medida em que se transforma em uma metrópole pós-industrial e se aproxima do setor imobiliário e de serviços. Nesse sentido, foram elaborados projetos específicos para determinadas áreas da cidade — 4º Distrito, Orla do Guaíba e Centro Histórico — que regulamentam a atuação do mercado imobiliário especulativo e em detrimento da função social da propriedade e das demandas reais da sociedade. Reforçando a atuação pró mercado do Estado em 2022 uma consultoria internacional especializada no mercado de capitais foi contratada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por 6,17 milhões de reais, para dar suporte à revisão do Plano Diretor do município.



O 4º Distrito possui suas transformações diretamente vinculadas com as transformações de Porto Alegre, como um reflexo da passagem do tempo na cidade e das tentativas frustradas de emplacar tendências importadas. Almeida (2021) observa que o 4º Distrito foi um importante lócus do desenvolvimento socioeconômico e urbano da cidade por conta do posicionamento estratégico às margens do Guaíba; topografia plana, que facilitava o deslocamento entre as colônias de imigrantes alemães e italianos nas proximidades de Porto Alegre. E, mais tarde, na implantação dos trilhos ferroviários. Por se tratar de uma área industrial, conforme determinada a partir do final do século XIX, acabou atraindo um grande contingente imigrantes, operários e também loteadoras que atuavam sobretudo nos bairros Navegantes, São Geraldo, São João e Higienópolis (STROHAECKER, 2005; SOUZA; MÜLLER, 1997, ALMEIDA, 2021).

Ao longo do século XX a maneira como o distrito industrial se relacionava com o restante da cidade foi mudando consideravelmente. Além das barreiras físicas que fragmentaram o território, como a construção da Avenida Farrapos (1940), cruzamento das ruas Voluntários da Pátria e Conceição e a conclusão tardia do cais, moldaram o cenário que foi drasticamente impactado pela desconcentração industrial na década

de 1970 (FERNANDES, 2014). Marx; Araújo e Souza (2021) apontam que em um passado recente os ciclos de ações políticas sobre o território do 4º Distrito podem ser marcados por dois períodos distintos. Entre 1995 e 2004, com o Programa Tecnópole; Entre 2006 e 2018, com a criação do Grupo de Trabalho do 4º Distrito. Um terceiro período pode ser identificado, aponta Soares *et al* (2022), a partir da elaboração do Programa +4D.

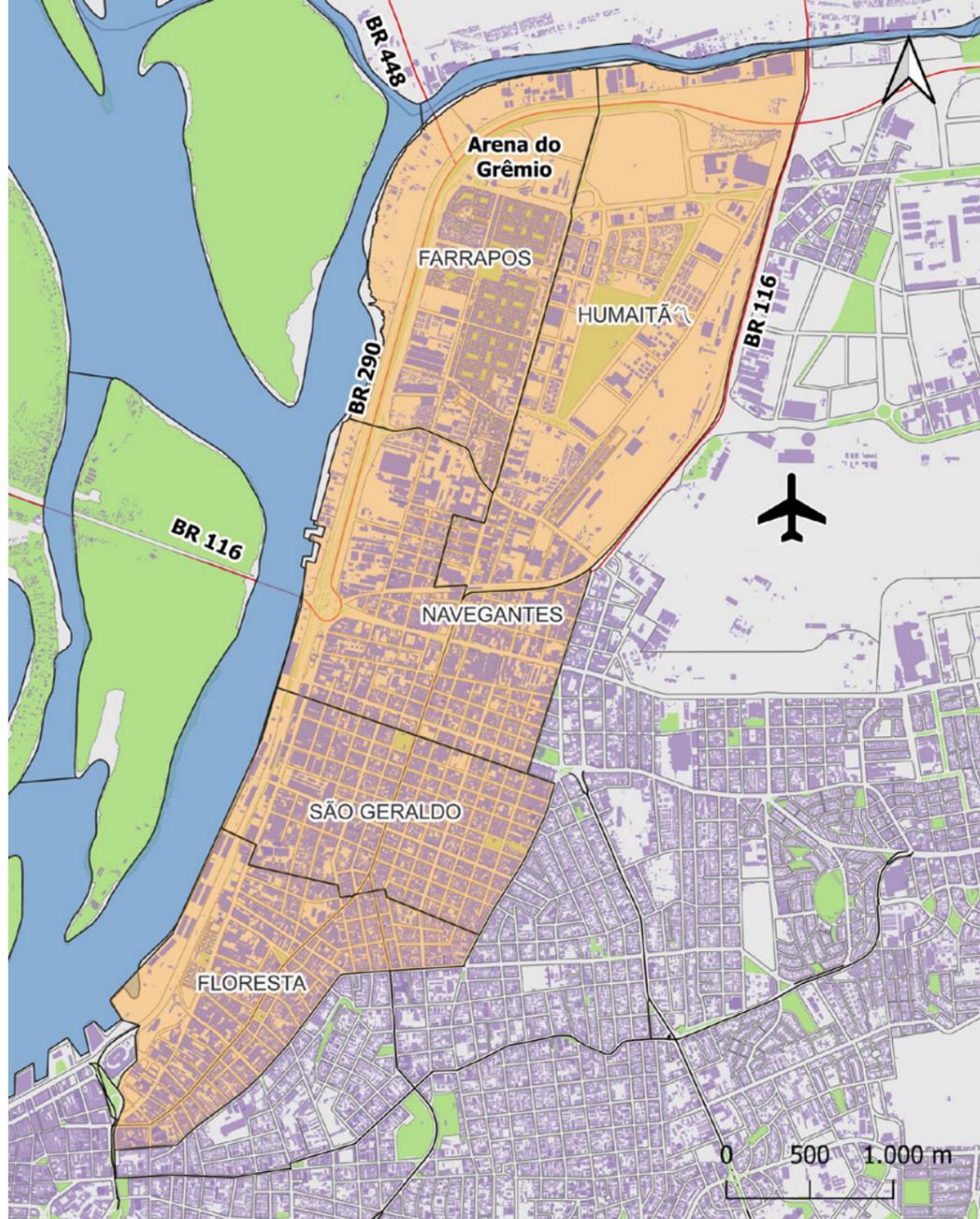
O Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito estabelece regramentos específicos para área composta pela totalidade dos bairros, Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. Além de fixar incentivos urbanísticos e tributários que dizem ser “promotores de desenvolvimento” (BRASIL, PL 0007/22). Vários são os pontos sensíveis no Projeto de Lei, causa especial estranheza o fato da justificativa estar pautada “sob a ótica do desenvolvimento sustentável” e argumentar a necessidade de adensamento das áreas centrais. Contudo, tal argumento está deslocado tanto da realidade demográfica da cidade, uma vez que Porto Alegre foi uma das cidades que apresentou diminuição na população, segundo os dados divulgados pelo IBGE (2023). Para Lahorgue (2023) a diminuição se torna mais significativa quando os dados são analisados a longo prazo, assim a população atual de Porto Alegre é menor do que a que vivia na cidade há 22 anos.

Outro aspecto importante informado pelo censo demográfico (2022) são os 101.013 domicílios vagos na cidade, sem considerar os 27.250 domicílios em condição de uso ocasional. Assim, o adensamento construtivo, como proposto pela PMPA, se torna superficial na medida que não acompanha um adensamento populacional e evidencia o Estado provendo as condições necessárias para que o capital incorporador se reproduza na cidade.

Quando analisamos a realidade da infraestrutura urbana dos locais apontados para adensamento, nos deparamos com mais uma questão: o 4º Distrito possui um território plano e alagadiço, algo historicamente conhecido e reivindicado pelas famílias que são constantemente afetadas pelas enchentes e inundações. Assim, o adensamento com monitoramento escasso acaba tornando o programa pouco viável para novos moradores, tornando-se apenas um instrumento de apropriação por parte do mercado imobiliário.

O Programa divide o território formado pelos cinco bairros em oito “setores de desenvolvimento +4D”. Os setores 1 e 2 se referem aos bairros Farrapos e Humaitá, respectivamente tratados como setores de expansão “compreendidos como a entrada do Município de Porto Alegre e região de interesse global e local, com grande potencial para instalação de atividades fomentadoras de desenvolvimento socioeconômico” (PORTO ALEGRE, 2022, ART. 4º INC. I). Quando apontado como uma região de interesse global e local o programa reorienta a área para receber investimentos e serviços sobretudo no segmento de logística e transporte de pessoas e mercadorias, vista a sua proximidade com eixos viários importantes e com modais de transporte distintos (corredor de ônibus, trem, aeroporto). Estes elementos tornam o 4º Distrito atrativo do ponto de vista da sua localização, contudo outros aspectos existentes do território devem ser observados para que a sobreposição de interesses e possibilidades para a área se resuma apenas à rentabilidade do solo urbano.

Figura 3 - Localização dos bairros do 4º Distrito. Fonte: das autoras (2023)



Quando se trata das características e estratégias no eixo de dimensão social são apontadas como prioridade as ações de urbanização, regularização fundiária e produção de moradias. Contudo, nada se explica sobre como tais ações serão conduzidas e como serão recolhidos recursos para tais ações, além de contrariar as falas do prefeito atual (Sebastião Melo, MDB) e a própria proposta de Dimensão Territorial. A dimensão territorial do projeto propõe estimular a construção de novos empreendimentos e qualificar a densidade da área. Assim, o Programa +4D ignora o padrão de ocupação dos bairros, os estratos sociais que compõem a população que ali vive e as singularidades do espaço. Atrair investimentos e adensar para uma área onde vivem milhares de famílias vulneráveis é, por óbvio, inflamar a disputa já bastante complexa e promover a expulsão daqueles que reivindicam o direito de morar naquele espaço. Trata-se de compreender as especificidades de cada bairro que faz parte do projeto e não reduzi-lo a um marketing específico e a simples alteração de índices urbanísticos. O espaço não é um receptáculo onde é possível determinar como e onde as coisas acontecem, cada ação deve ser considerada a partir de condicionantes já existentes e ignorar o existente é promover uma disputa pelo espaço.

Quando se trata da dinâmica imobiliária do 4º Distrito é importante compreender a complexidade e as diferenças que cercam os cinco bairros que compreendem a área. Com manifestações de processos imobiliários distintos e uma localização privilegiada considerando o fácil acesso à BR-116 e ao Trensurb, o território possui características contraditórias que coexistem (ALMEIDA E CAMPOS, 2021). Segundo Almeida e Campos (2021) essas contradições são marcas dos diferentes momentos pautados por interesses e agentes distintos, as autoras apontam para a diferença das dinâmicas imobiliárias dos bairros. Enquanto o bairro Floresta apresenta um número maior de lançamentos imobiliários do tipo comercial, o bairro Navegantes apresenta uma estabilidade nos lançamentos imobiliários residenciais. Já os bairros Humaitá e São Geraldo apresentam picos de lançamentos imobiliários do tipo residencial em anos distintos e que podem estar relacionados com a especulação promovida por investimentos em infraestrutura durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2014, narrativas veiculadas na mídia local e pelo boom imobiliário vivenciado no país durante o período (ALMEIDA E CAMPOS, 2021; ALMEIDA, 2021).

Já o bairro Farrapos, onde está localizada a Arena do Grêmio e o maior número de ocupações e assentamentos precários, expressa a maior discrepância em relação aos demais (ALMEIDA e CAMPOS, 2021). Apesar dos investimentos na área, foram poucos os novos produtos imobiliários lançados, o que as autoras relacionam à existência das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) gravadas naquele bairro e aos investimentos promovidos pelo Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC) para população de baixa e média renda no final dos anos 1990. Assim, existe uma barreira aos avanços do mercado imobiliário promovida por agentes não-hegemônicos. A informalidade jurídica dos assentamentos e ocupações promove limita a expansão da mercantilização da terra e, por conseguinte, “o limite para a financeirização da moradia popular” (GUERREIRO, ROLNIK E MARÍN-TORO, 2022, p. 453).

Os bairros Farrapos e Humaitá concentram aproximadamente 19 comunidades (entre ocupações e assentamentos precários), esses desconsiderados pela Prefeitura Municipal em todo processo de desenvolvimento do Projeto de Lei que institui a regeneração urbana do território. A conduta por parte dos entes municipais reforçam o discurso de que as famílias que residem nesses espaços estão agindo de forma ilegal e informal. Muitas dessas famílias foram alocadas nesses espaços pelo Estado e esquecidas ali por anos, até se tornar interessante e rentável tratá-los como invasores em uma disputa pelo espaço que envolve agentes sociais distintos. De um lado, o território passa por um processo de desqualificação e abandono das famílias vulneráveis, concentradas em áreas gravadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre como Áreas Especiais de Interesse Social (vide figura 4). De outro lado, investimentos em infraestrutura viária e empreendimentos de grande porte são tratados como prioridade para o desenvolvimento do território, distantes de atender as demandas da população local e assegurar a função social da propriedade.

Ponto determinante para compreender a mudança na dinâmica de investimento no território, sobretudo nos bairros Farrapos e Humaitá é a definição em 2007 de que a cidade seria uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Tendo como um dos principais estádios a Arena do Grêmio, inaugurado em 2012 e localizado nas proximidades da área ocupada pelas famílias (ALMEIDA E CAMPOS, 2021). Nesse sentido, fica evidente a conveniência em tratar as famílias como invasoras, uma vez que a instalação de grandes empreendimentos e investimentos nas proximidades dos assentamentos e ocupações exacerba o conflito e a violência com que os processos de produção do espaço urbano são impostos a grande parte da população. Mesmo que as ações políticas utilizadas pelas famílias afetadas como invasoras por agentes dominantes não sejam legitimadas por tais agentes, as práticas não hegemônicas surgem da reivindicação legítima pelo direito de morar e pelo direito à cidade. Assim, legitimar práticas insurgentes,

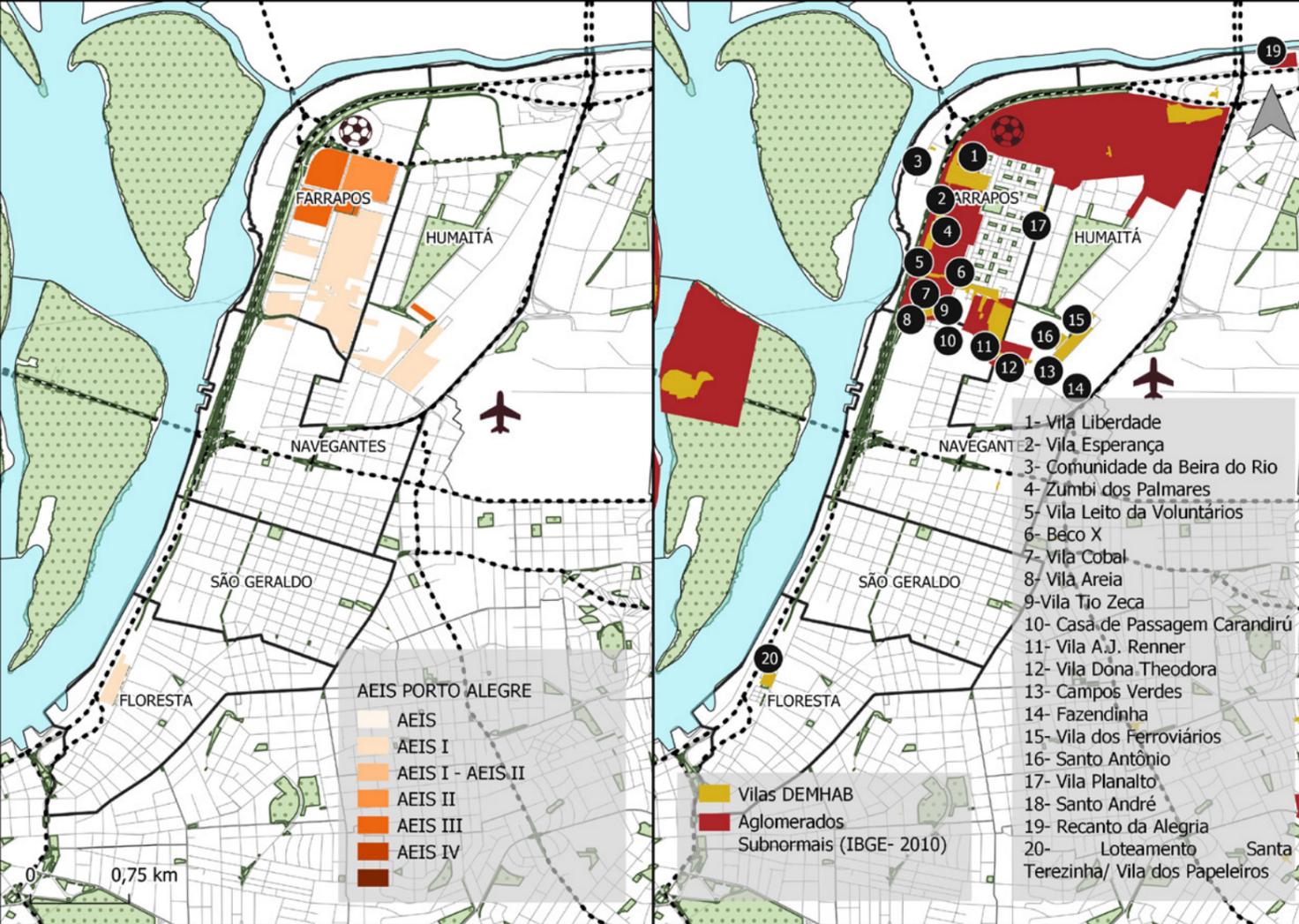


Figura 4 - Comunidades mapeadas e visitadas conforme relatório elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Fonte: das autoras com base nos dados do IBGE(2010), Datapoa, DNIT, Observapoa; Fonte de dados: CEDH-RS (2019), (2023).

nos termos de Souza (2018), se tornam parte indissociável do processo de tensionar núcleos de poder articulados a partir de relações sociais interesses que invisibilizam a cidade real e grande parte da população que vive nas cidades.

Em outubro de 2019 o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS) realizou a *Missão em Defesa do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS*. A ONG, que atua na mediação de conflitos fundiários desde 2011, se aproximou das comunidades a partir da necessidade de mediar os conflitos provenientes da obra Nova Ponte. Conforme entrevista realizada em agosto de 2021 com um dos participantes da missão, os problemas identificados no território não se restringiam à questão habitacional, mas se estendiam ao longo dos anos e reverberam por diversos aspectos da vida da população local. Assim, a missão tinha como objetivo investigar e denunciar as demandas das comunidades, como encaminhamento do seminário realizado em outubro de 2019. Segundo o entrevistado, uma das principais dificuldades para que o trabalho se dê de forma contínua é a fragmentação para além do espaço físico. Cada assentamento e ocupação possui interesses particulares que muitas vezes se sobrepõem aos interesses gerais, sendo necessário compreender as especificidades de cada caso.

Cada uma das comunidades possui uma questão jurídica específica, complexificando a atuação do CEDH-RS que trabalha em rede com outras entidades, como a Rede Nacional de Reforma Urbana e Rede Nacional de Direitos Humanos. A atuação em rede potencializa as ações de tensionamento, apesar de ser insuficiente para acompanhar e prestar assessoria técnica jurídica a todas as famílias que ali residem. As estratégias utilizadas para prestar apoio às comunidades são de pesquisa e apoio técnico a partir das demandas. No caso do 4º Distrito a atuação se concentra na regularização fundiária, na tentativa de evitar despejos, a partir da emergência da atuação. No momento em

que a entrevista foi realizada, a demanda periclitante era da comunidade autointitulada Carandirú (vide figura 04, comunidade nº 10), a comunidade trata-se na verdade de uma casa de passagem onde a população reside há mais de 12 anos. As famílias foram reassentadas no local pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre de forma provisória e seguem aguardando por uma resposta habitacional definitiva. Entretanto, a justificativa do despejo utiliza do argumento da denúncia do risco que as famílias correm no local, tendo em vista o incêndio que ocorreu em uma das casas, para retirar as famílias da área que a própria prefeitura destinou a elas.

Assim, como os assentamentos Tio Zeca (vide figura 04, comunidade nº 09), Areia (vide figura 04, comunidade nº 08) e Carandirú, a Ocupação Cobal (vide figura 04, comunidade nº 07) também sofre com a incidência da obra da Nova Ponte do Guaíba sobre as casas de aproximadamente 100 famílias. Segundo relatos recolhidos pelo CEDH-RS, durante a missão realizada em outubro de 2019, as famílias vivem em situação de constante ameaça, repressão e abandono por parte do poder público que considera a ocupação uma invasão e, portanto, não atende as famílias com serviços básicos. O que vemos aqui é a diferença de tratamento do poder público com as famílias. Apesar de todas as comunidades enfrentarem lutas judiciais, guardadas as particularidades de cada caso, as ocupações são criminalizadas e tratadas como inovações. Já os assentamentos possuem parcialmente a concessão de uso e obtêm um direito mais amplo, que possibilita lutar pela indenização e pelo reassentamento, mesmo que na maioria dos casos o resultado seja insatisfatório na medida em que a resposta não atende o básico necessário para a reprodução da vida.

Os processos de despejo e reassentamento que começaram a passos lentos por conta da própria dinâmica envolvendo tais ações e pelo cronograma extensão de megaobras como da Nova Ponte, avançaram na urgência posta pelo poder municipal de transformar o 4º Distrito em um lócus de transformação e inovação (para usar os termos vinculados na mídia local). O projeto de transformação do território não é novo, como citado anteriormente, percorre anos na iminência de acontecer, mas vem sendo tratada como uma das prioridades da gestão do atual prefeito, Sebastião Melo (MDB). Além disso, o novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC3) anunciou em agosto de 2023 que a finalização da construção da ponte sobre o Guaíba está entre as obras do programa. Com a notícia o atual prefeito sugere a formação de um comitê gestor para executar o projeto, mas aponta que o reassentamento das 700 famílias que vivem nas comunidades Tio Zeca e Areia são responsabilidade do governo federal, uma vez que se trata de uma obra federal (EGÍDIO, 2023).

Nesse sentido, fica evidente a forma ambígua e a transitoriedade permanente entre legal e ilegal na qual vivem famílias em assentamentos e ocupações. Informação que entra em conflito com ações ditas como prioritárias no Programa +4D. Já os assentamentos obtêm um direito mais amplo a partir da condição de indenização e reassentamento, mesmo vivendo em AEIS não há garantia do direito de morar nesses espaços.

Apesar de algumas famílias terem assegurado o direito de ocupar determinados espaços, esse direito não assegura a posse, o que coloca o Estado como um importante mediador tanto da consolidação como da remoção de assentamentos e ocupações (Rolnik, 2015). Rolnik (2015, p. 193) observa que a delimitação de tais territórios serão tratados como ilegais e quais formas de ilegalidade determina quais espaços poderão subsistir e quais devem desaparecer. No entanto, com a ascensão do neoliberalismo o que vemos não é um Estado como mediador, ao contrário como aponta Brand (2016), o Estado se coloca como uma relação social onde diferentes forças sociais e políticas objetivam consolidar seus interesses e convertê-los em objetivos gerais o que potencializa tensões e torna o Estado um importante reproduzidor da estrutura capitalista. Nesse sentido, Nunes (2017, p. 255) aponta:



Figura 5 - Transformação do espaço construído no 4º Distrito (2009-2023). Fonte: das autoras com base em imagens divulgadas por Google Earth (2023).

mesmo o Estado prevendo em sua constituição uma série de Direitos ao seu povo, o mesmo Estado os nega recorrentemente quando não destina recursos às políticas sociais, quando não apresenta projetos sociais, quando não faz valer os institutos constitucionais previstos. Assim a negação dos direitos (...) associados ao não cumprimento da função social da propriedade e ao não direito à livre manifestação de opinião, vão cimentando a metropolização da miséria, não restando a muitos outro caminho, se não a luta cotidiana pela sobrevivência, sua e de seus familiares.

As ocupações e os aglomerados subnormais, enquanto práticas espaciais insurgentes de sobrevivência de uma população excluída dos sistemas de investimento e produção formal de habitação, devem ser consideradas enquanto ações políticas e parte do tensionamento contra as forças dominantes de ocupação do espaço urbano. Souza (2018) defende que práticas espaciais são imprescindíveis na busca por uma mudança social, pois qualquer mudança que objetive alterar as relações sociais é também uma mudança socioespacial.

Quando nos referimos a práticas sociais insurgentes estamos apontando para práticas político-sociais opostas às práticas espaciais hegemônicas e dominantes. Assumir o controle de espaços, sejam esses prédios, praças ou terrenos a fim de fazer valer a função social da propriedade, inscrita na CF e negligenciada pelo Estado é uma prática insurgente. Nem todas as ocupações sobrevivem à pressão do Estado, entretanto o autor observa que essas seguem representando práticas espaciais, que por vezes seguem combinadas com outras estratégias e conformam redes. Por outro lado, ocupações de longa duração são defendidas por Rolnik (2019) como alternativas de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais e além de tensionar o Estado, também constroem espaços e territorialidades possíveis.

Considerações finais

Com o objetivo de refletir sobre a ação política das lutas e resistências das famílias em torno do direito de morar, o presente artigo buscou contrapor as estratégias dos planos de regeneração urbana, vinculadas a interesses do mercado imobiliário financeirizado, às formas de resistência da população moradora de ocupações urbanas e aglomerados subnormais do 4º Distrito de Porto Alegre.

Foram apresentados os principais conceitos para compreensão da apropriação do planejamento urbano enquanto instrumento de atuação do Estado. Desde 1850 a ocupação da terra no Brasil tem se transformado em modo legítimo de acesso à sua posse, porém, os mecanismos legais recentes, que estimulam a atuação do mercado mantêm e fortalecem o poder e privilégios vinculados à propriedade. Tanto a Constituição de 1943 quanto a de 1988, adotam em seus textos a perspectiva de proteção à função social - que deixa de ser um limite e passa a compor o próprio conceito de propriedade.

Igualmente, apresentou-se os mecanismos contemporâneos de mercado no acesso à terra urbana, apresentando o avanço nas políticas nacionais em direção a atual complexidade dos meios de financeirização do mercado habitacional, envolvendo alienação fiduciária, securitização e flexibilização de acesso a fundos de garantia e poupança para população de distintas faixas de renda. Neste cenário, os conflitos entre regularização fundiária, posse e propriedade são peças de um jogo com distintos significados para diferentes atores sociais.

A discussão sobre o direito da população moradora em ocupar espaços que não apresentam adequadamente sua função social da propriedade permitiu identificar as estratégias dos projetos de mercado, com apoio do Estado. Realizou-se a análise do projeto de lei que instituiu o programa +4D de Regeneração Urbana, com destaque para os pontos sensíveis no projeto, que é apresentado com a necessidade de adensamento das áreas centrais, mas está descolado da realidade da cidade, que apresentou diminuição da população, se compararmos os dados do censo de 2010 e 2023.

Os bairros Farrapos e Humaitá, que concentram aproximadamente 19 comunidades, entre ocupações e assentamentos precários, estão desconsiderados pela prefeitura no projeto de lei que se denomina apropriado para regeneração urbana do território. O que reforça o argumento de que o Estado age em interesse do capital imobiliário. Pois, muitas dessas famílias foram alocadas nesses espaços pelo próprio Estado e foram esquecidas ali por anos, até então este espaço se tornar interessante e rentável, e portanto, faz-se útil tratá-los como invasores, ilegais.

No caso do bairro Farrapos, os principais impedimentos não são iniciativas de insurgência ativa da população, mas barreiras promovidas pela própria falta de infraestrutura e pela existência de construções consolidadas, como os PIEC, que dificultam a expansão imobiliária de mercado.

As contradições envolvendo os processos de retirada das famílias de suas casas pelo Estado e a deslegitimação dos processos sociais denunciam a vinculação de interesses públicos e privados sobre a terra urbana. Ao mesmo tempo, as práticas espaciais e políticas utilizadas por agentes não-hegemônicos são reconhecidas como formas de reivindicação de moradia e expressão de resistência.

Referências

ALFONSIN, Betânia et al. Novo marco legal da terra reforça a colonialidade do direito de propriedade. *Reforma Urbana e Direito à Cidade*. 15 de junho de 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/novo-marco-legal-da-terra-reforca-a-colonialidade-do-direito-de-propriedade/> Acesso em 17 out 2023.

ALMEIDA, Nicole Leal de; CAMPOS, Heleniza Ávila. Dinâmica imobiliária da habitação em bairros adjacentes ao centro de Porto Alegre/RS. *Cadernos Metrópole*, 24(53), pp. 283–310, 2022.

ALMEIDA, Nicole Leal de. *Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de reestruturação urbana: o caso do IV Distrito de Porto Alegre/RS*. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

BONICENHA, Rodrigo Cardoso. Financeirização e Território: uma revisão da literatura recente. *Sessão Temática 3, Produção e Gestão do Espaço Urbano, Metropolitano e Regional*, XVII ENANPUR: São Paulo, 2017.

BRAND, Ulrich. Estado e políticas públicas: sobre os processos de transformação In: Dilger, Gerhard; Lang, Miriam; Filho, Jorge Pereira. *Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. PP. 122-137, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2018.

CDH-RS (Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul). *Missão em Defesa Do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre. 2019. Disponível em: . Acesso em: 19 set 2023

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Boitempo. 2016.

EGÍDIO, Paulo. “Melo sugere comitê gestor de prefeitura, Estado e União para concluir obra do Guaíba”. *Gaúcha ZH*. 11 ago 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/08/melo-sugere-comite-gestor-de-prefeitura-estado-e-uniao-para-concluir-obra-na-ponte-do-guaiba-cll6wj2lw00a2015tdn1w5wts.html> Acesso em: 17 out. 2023

FERNANDES, Ana. Clara. *Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/ Brasil*. 2014. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FERNANDEZ, Rodrigo; AALBERS, Manuel B. Housing “in the Global South: In Search of a Comparative Framework. *Housing Policy Debate*, 30:4, 680-701, DOI: 10.1080/10511482.2019.1681491, 2020.

FIX, Mariana; PAULANI, LEDA. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 39, p. 638-657, 2019.

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

FRASER, Nancy; DE SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020.

GUERREIRO, Isadora de Andrade; ROLNIK, Raquel; E MARÍN-TORO, Adriana. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. *Cadernos Metrópole*, 24(53), pp. 451-475, 2022.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLSTON, James. Espaço da Cidadania Insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio Grande do Sul. n. 24, pp.243-254. 1996.

LAHORGUE, Mario Leal. Censo, mercado imobiliário e Plano Diretor: tudo a ver. *Brasil de Fato*. 11 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildetato.com.br/2023/07/11/censo-mercado-imobiliario-e-plano-diretor-tudo-a-ver> Acesso em: 22 out. 2023

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.

MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de; SOUZA, Vitoria Gozatti de. Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre. *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 273-296, 2021.

NUNES, Tita. Conflitos Urbanos: Origens, desafios, desfechos. In: Müller, C. e Moroso, K. (Org.). *Experiência de Mediação de Conflitos Fundiários no Brasil*. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2017

PASTERNAK - TASCHNER, Suzana. Política Habitacional no Brasil: retrospectivas e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa do LAP: Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação*, nº 21, São Paulo, 1997

PEREIRA, Alvaro Luis Santos. *Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas*. 2015. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

Porto Alegre (RS). *Lei Complementar Nº 960*, De 5 De Outubro de 2022.

PEREIRA, Alvaro Luis Santos. Financialization of housing in Brazil: New Frontiers. *International Journal of Urban and Regional Research*. v. 41, n.4, p. 604-622, 2017.

RIBEIRO. Luiz Cesar Queiroz. Inflexão Ultraliberal e a Financeirização da Ordem Urbana Brasileira: explorando algumas hipóteses. In: RIBEIRO. L.C.Q. (Org.). *As metrópoles e o capitalismo financeirizado*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020a.

RIBEIRO. Luiz Cesar Queiroz. *As Metrópoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira*. Texto para discussão 012. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles INCT, 2020b. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/as-metropoles-e-o-direito-a-cidade-na-inflexao-ultraliberal-da-ordem-urbana-brasileira-texto-para-discussao/>. Acesso em: 16 set. 2023.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Capitalismo sob dominância financeira e a terra urbana - uma análise do caso brasileiro a partir da regulação fundiária. *As metrópoles e o capitalismo financeirizado*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020c.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. *Dominância Financeira, Regulação Legal e Espaço Urbano* [recurso eletrônico]: o caso da regularização fundiária no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo Editorial, 2015.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para Renda, Paisagens para a Vida: Disputas Contemporâneas pelo Território Urbano. In: *Revista Indisciplinar*. Belo Horizonte. V.5, n.1, jun 2019, p. 18-43.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. *Eure*. Santiago, v. 39, n. 118, pp. 27-46. 2013.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação Social, Habitação de Mercado: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. 2010. Tese de Doutorado. São Carlos, Universidade de São Paulo.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; UGALDE, Pedro Azeredo de; CASTRO, Henrique Dorneles de; MARX, Vanessa; WINCKLER, Joana De Oliveira; FAGUNDES, Julia Ribes. (2022). Ajustes regulatórios e projetos pró-mercado: os grandes projetos e reestruturação da metrópole. In: MARX, Vanessa; FEDOZZI, Luciano Joel; CAMPOS, Heleniza Ávila. (Org.). *Reforma Urbana e Direito à Cidade: Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Letra Capital. p. 139-166.

SOUZA, C. F. DE; MÜLLER, D. M. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: UFRGS Editora. 1997.

SOUZA, Marcelo Lores de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2018.

SOUZA, Marcelo Lores de. A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginárias e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A.F. A., SOUZA, L.M., SPOSITO, M.E.B. (orgs.) *A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto. 2019.

STROHAECKER, Tânia. Atuação do Público e do Privado na Estruturação do Mercado de Terras de Porto Alegre. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. IX, n. 194 (13). 2005.

MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

Reflexão acerca de territórios e corpos invisibilizados a partir de um exercício no Centro Histórico de Porto Alegre/RS

MINORITIES AND VULNERABLE GROUPS
Reflections on territories and invisible bodies
from an exercise in Historic Center - Porto Alegre/RS

**Flávia Sutelo da Rosa¹, Luiza Weber dos Santos²,
Mateus Henrique Hillebrand³ e Nathália Pedrozo Gomes⁴**

Resumo

Analisa-se, no presente artigo, a minorização de uma parcela da sociedade, que, em suas diversidades e diferenças, é subjugada e expropriada de direitos e garantias fundamentais mínimas. Para tal, parte-se do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e, como objeto de análise, tem-se o Centro Histórico de Porto Alegre/RS, onde operam as territorializações das populações negras, indígenas, em situação de rua, mulheres, LGBTQIAPN+, dentre outras. Como método, utiliza-se da análise teórica-conceitual e de dados oficiais, a partir dos quais articulam-se reflexões, e fazem-se ressaltos acerca da conjuntura político-social da capital gaúcha. São abordadas a relação identitária de grupos sociais minoritários e suas territorialidades, bem como suas práticas espaciais, com o viés afirmativo, identitário e protetivo. Entende-se que a presença e a articulação dos indivíduos que não são o sujeito universalizante, através de manifestações insurgentes, têm o potencial de transformar a cidade e o fazer estatal, promovendo-se uma maior equidade.

Palavras-chave: minorias, grupos vulneráveis, territorialidades, prática espacial.

Abstract

This article undertakes an analysis of the marginalization of a segment of society that, within its diversities and differences, is subjected to the subjugation and deprivation of fundamental rights and guarantees. It begins with the foundational constitutional principle of human dignity and focuses on the examination of Porto Alegre's Historic Center, where territorializations of various populations, including black, indigenous, homeless, women, LGBTQIAPN+, among others, are in operation. The methodology employed combines theoretical-conceptual analysis with the utilization of official data sources. Through these methods, a series of reflections are articulated, shedding light on the political and social context of the capital of Rio Grande do Sul. The article

1 Graduada em Direito (ULBRA) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS), vinculada ao Grupo de Pesquisa de Estudos e Documentação em Urbanismo - GEDURB_UFRGS e ao Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas.

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNIVERSIDADE FRANCISCANA, 2021). Atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista CAPES.

3 Graduado em Arquitetura e Urbanismo (Universidade FEEVALE). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) e bolsista CAPES.

4 Graduado em Arquitetura e Urbanismo e Especialista em Gestão Estratégica do Território Urbano (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021). Mestranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista CAPES.

addresses the identity-based relationship of minority social groups and their respective territorialities, along with their spatial practices, emphasizing an affirmative, identity-affirming, and protective perspective. It is posited that the presence and organization of individuals who do not conform to the universalizing subject, through insurgent expressions, possess the potential to effect transformative change within the city and the actions of the State, thereby promoting increased equity.

Keywords: minorities, vulnerable groups, territorialities, spatial practice, historic center.

Introdução

O contexto político atual, em que pese o otimismo do caminho no sentido da redemocratização, face à última eleição presidencial, lida com a polarização e com uma parcela expressiva de cidadãos e representantes políticos que pensam divergentemente, apoiados no conservadorismo e no fascismo. Nesse sentido, princípios de invisibilização de pessoas e de seus direitos políticos, face à sua multiplicidade cultural, no ciclo político anterior (2018-2022), reforçou a manutenção da subalternização e do controle da experiência social, perpetuando a prática histórica de integração (especialmente em relação aos povos indígenas) como estratégia de poder.

Com base em alguns dados oficiais quanto aos grupos sociais ditos minorizados e vulneráveis, identifica-se que o Brasil é o país com maior taxa de desigualdade social e de renda do mundo (FERNANDES, 2022), tem 56% de sua população negra, representando a maioria do país, porém, essas pessoas têm mais do que o dobro de chance de serem assassinadas no país, representando 77% das vítimas de homicídio (IPEA, ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021). As invasões a terras indígenas tiveram novo aumento desde 2021, em contexto de violência e ofensiva contra direitos (CIMI, 2022) e, durante o último ciclo político (2018-2022), não foram cumpridas solicitações para atender a indígenas doentes nas comunidades, e estima-se que quinhentas e setenta crianças morreram de causas evitáveis, nos últimos quatro anos (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2023). Além disso, o país superou as estatísticas de população de rua de 2019. Conforme informações do IPEA, houve um aumento de 38% após a pandemia, representando 281 mil da população brasileira (BRUM, 2023). Ainda é o quinto país com maior taxa de feminicídios, onde três mulheres morrem por dia (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). Além disso, segundo o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ (2022), o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo.

A invisibilização de determinadas pessoas, tidas como minoria e grupos vulneráveis, pelo que são, faz parte da prática estatal de dominação e de inserção controlada, por governos constitucionais em construção (VEIGA, 2022). Porém, as articulações das comunidades e dos movimentos sociais, especialmente para a notoriedade e a construção de efetivas políticas públicas, têm sido fundamentais para o enfraquecimento do pensamento estigmatizado e das omissões acerca das minorias. A responsabilidade e responsabilização não toca apenas ao Estado, mas à sociedade como um todo, enfatizando-se, como base à discussão, o preceito fundamental da dignidade da pessoa humana.

Assim, objetiva-se analisar a invisibilidade social, cultural e geográfica, no contexto urbano do centro de Porto Alegre/RS, para a compreensão das dinâmicas, práticas e discursos de exclusão de populações e grupos entendidos como minoritários. A partir de reflexões teóricas acerca das suas dimensões, posições, relações e complexidades, bem como de dados, promove-se a compreensão das dinâmicas que perpetuam essas situações e a mobilização contra invisibilidades e violabilidades.

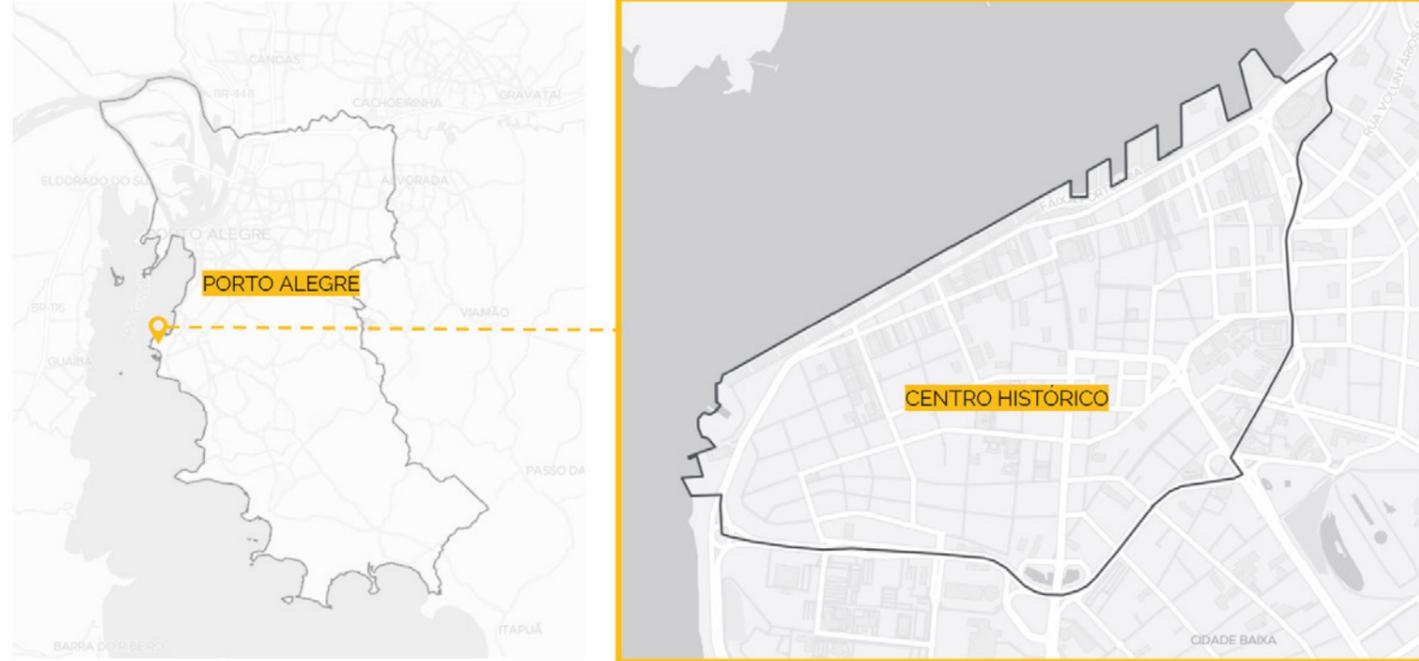


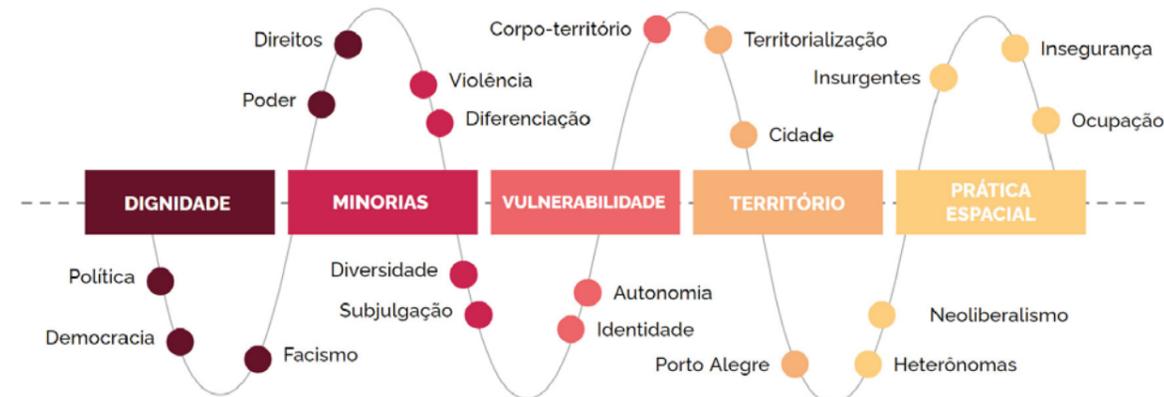
Figura 1 - Localização do Centro Histórico em Porto Alegre/RS. Fonte: elaborado pelos autorxs.

Para tal, utiliza-se da abordagem teórica-conceitual para a definição de termos que situam o humano, o território e suas práticas espaciais. Primeiramente, faz-se necessária a problematização que a terminologia minoria encerra, sobretudo no que tange à sua definição, uma vez que o quantitativo estabelecido à identificação de tal parcela da população não condiz com um número que é, de fato, maior. Para além da conceituação, no entanto, faz-se premente atentar às pessoas que são taxadas a tal categoria, que engendra aspectos tais como gênero, etnia, classe, dentre outros marcadores. Seguidamente, é preciso verificar a presença e articulação desses indivíduos nas pautas públicas, nos territórios, nas deliberações, bem como olhar a forma que o Estado protege ou não tais parcelas de pessoas, pensando-se seres detentores de direitos e garantias fundamentais, essencialmente.

Reflete-se então, com base no atual contexto político e social, através da realidade do bairro Centro Histórico em Porto Alegre/RS (Figura 1), em um exercício que busca pensar as parcelas da população consideradas minorias ou grupos em situação de vulnerabilidades manifestadas em um território. A cidade reflete as ondas de conservadorismo e fascismo que acontecem em nível nacional, especialmente na gestão executiva e parte da legislativa, o que pode retratar uma parcela do pensamento e ações da população em geral. Isso, produz a necessidade de pensar a produção territorial, com base no recorte do Centro Histórico, através de uma abordagem das “minorias”.

Por fim, o artigo é composto por quatro tópicos. O primeiro (Dignidade da pessoa humana, minorias e grupos vulneráveis), trata-se do embasamento da dignidade da pessoa humana para se discutir acerca das minorias e grupos vulneráveis, como populações negras, indígenas, em situação de rua, mulheres, LGBTQIAPN+, dentre outras, a partir de uma breve revisão conceitual a partir de Liliana Jubilut (2013), considerando que determinados grupos sociais são as parcelas mais afetadas pela omissão e agressão do Estado hegemônico.

No segundo tópico (Territorialidades como afirmação identitária) discutimos a relação identitária de grupos sociais minoritários e suas territorialidades, a partir da diversidade de noções que os conceitos de território representa, sobretudo na intersecção entre suas relações culturais de subjetividade e políticas de poder. Assim, analisa-se como se dá a relação do Estado capitalista com o território, e a relação identitária que determinados grupos minorizados vivem o território, onde muitas vezes este se trata de um abrigo ou parte de sua história e cultura.



No terceiro tópico (Práticas espaciais como manifestações identitárias) reflete-se acerca das práticas espaciais como uma possibilidade de afirmação identitária e proteção, através de ações que desempenham um papel fundamental nas interações sociais do espaço, representando possibilidades organizativas de determinados grupos sociais minorizados com o ambiente físico e social. E, nesta parte, serão contextualizadas as manifestações dessas práticas no contexto do Centro Histórico de Porto Alegre/RS, a fim de identificar as suas repercussões nos processos de acentuação da prática do poder do Estado sobre grupos vulneráveis, e também o mapeamento das organizações sociais de proteção e de efetivação da dignidade.

A articulação de conceitos como território, minorias, corpo, gênero e Porto Alegre/RS são apresentadas na Figura 2, junto a termos com os quais convergem, conectam, e promovem reflexões e contraposições às dinâmicas das territorializações.

Dignidade da pessoa humana, minorias e grupos vulneráveis

A dignidade da pessoa humana é um princípio que fundamenta o ordenamento jurídico e o Estado Democrático de Direito, presente no artigo 1º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Neste tópico, será feito o embasamento de tal preceito para o reconhecimento da vida humana e de suas relações com outros direitos e garantias fundamentais, em tensionamento com o poder do Estado e sua organização, tendo como foco as minorias e os grupos vulneráveis. Em que pese a Carta Magna ser proibitiva quanto às discriminações advindas da raça, etnia, religião, sexo, etc, assegurando a diferença e a garantia da não violação de direitos, a prática mostra atentar às parcelas não universalizantes.

Para Alexandre de Moraes (2017, p. 345), jurista e atual ministro do Supremo Tribunal Federal, a dignidade da pessoa humana consiste em

[...] um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária

Figura 2 - Articulação dos conceitos-chave do artigo. Fonte: elaborado pelos autorxs. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, onde enfatiza-se a articulação de grupos e movimentos da sociedade para o enfrentamento da prática estatal, na busca pela garantia de direitos, não esgotando a discussão e as possibilidades de práticas que se insurgem ao discurso e ao fazer hegemônico.

estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos e a busca ao Direito à Felicidade.

Em se tratando de minorias e grupos vulneráveis, portanto, faz-se limitações ao exercício de direitos e à própria dignidade, minimamente.

No pensamento grego, tem-se, na antiguidade, um direito que se consubstancia na natureza humana, que se aplica a todos os povos: o jusnaturalismo. Porém, no pensamento jurídico e filosófico contemporâneo é, na busca pelas conquistas históricas advindas das lutas, que os direitos humanos se consolidam como concepções. Destacam-se algumas matrizes, ao longo da história, tais como a religião, na tolerância de credos, e o garantismo processual, no sentido de que o devido processo legal é pressuposto a todo julgamento.

A Carta Magna de 1215 na Inglaterra, as Revoluções Norte Americana de 1776 e Francesa de 1789 consagram princípios tais como o individualismo, relativo à liberdade e igualdade, conforme Taciana Duarte (2007). Porém, com a omissão estatal, acentuou-se o modelo capitalista, acirrando problemas sociais. No Pós Primeira Guerra, surgem as constituições que atentam aos direitos sociais, assumindo, o Estado, um papel garantidor. Porém, é nas consequências da Segunda Guerra Mundial que se acirra a necessidade da garantia de direitos humanos, face a tantas violências. Sob o fundamento da dignidade da pessoa humana, portanto, em 1948, proclama-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com princípios e a garantia de um sistema democrático consubstanciado em direitos fundamentais, com seus valores fundantes (DUARTE, 2007).

Os constitucionalistas Barcellos e Barroso (2003) relacionam a dignidade com as liberdades e valores, bem como com as mínimas condições para a subsistência humanizada. Já Ingo Sarlet (2002) refere-se à multiplicidade normativa contida no dispositivo que trata do princípio fundamental, ou seja, que os direitos subjetivos abarcados pela norma assumem um caráter negativo, no sentido da não violação da dignidade, assim como positivamente, na sua proteção e promoção. Pensar a dignidade da pessoa humana é, portanto, fundante, para refletir sobre o que é considerado a parcela minoritária na sociedade. Nesse contexto, a consciência do termo torna-se essencial para abordar as questões que incidem sobre os grupos minorizados, sendo possível promover a equidade, a justiça social e a proteção dos direitos fundamentais de todos.

A conceituação dos termos “minorias” e “grupos vulneráveis” é um grande desafio, e é um ato fundamental para o entendimento dos processos de segregação e lutas por direitos, especialmente na realidade latino-americana. Segundo a pesquisadora Liliana Jubilut (2013), são conceitos construídos, uma vez que abrangem dimensões jurídicas, filosóficas, políticas e principalmente histórico-sociais. Como abordagem inicial, a composição desses grupos pode ser associada à necessidade de proteção não apenas jurídica, mas, também, como um projeto social para a construção de políticas públicas. Essas proteções estão relacionadas às peculiaridades dos grupos que as necessitam, como populações negras, indígenas, em situação de rua, mulheres, LGBTQIAPN+, dentre outras.

De acordo com Jubilut (2013), a diferenciação, a diversidade e a subjugação são três elementos basilares para definição de “minorias”. Além disso, soma-se três elementos concretizadores que deixam claro a necessidade de uma proteção diferenciada: a identidade, os grupos sociais e a definição de vulnerabilidade.

Por diferenciação, ela “verifica a tendência de se apontar como minorias e grupos vulneráveis um conjunto de pessoas que possuam características que o diferenciam da sociedade majoritária” (JUBILUT, 2013, p. 15). O conceito de diversidade é importante para ampliar a compreensão desses grupos, permitindo espaço para suas particularidades (JUBILUT, 2013). Já a subjugação, “significa a exclusão (total ou parcial) de um determinado grupo da participação ativa nas relações de poder” (JUBILUT, 2013, p. 15).

Nesse mesmo sentido, segundo Aníbal Quijano (2005, p. 15), as relações de poder entre indivíduos e Estado “começa sobre um território e sua população, num espaço dado, ao longo de um período” onde a limpeza étnica é um exemplo de “homogeneização de uma população previamente diversa e heterogênea, para produzir assim uma identidade comum e uma forte e duradoura lealdade a tal identidade”.

Para Jubilut (2013), a identidade é o primeiro elemento concretizador do conceito de minoria e estabelece a relação entre o “eu” e o “outro”, implicado nas temáticas de igualdade, diferença e de reconhecimento. A importância desse conceito se contrapõe aos movimentos do Estado-colônia, que “ignora e nega a originalidade, a pluralidade e a capacidade de invenção desses povos que não foram considerados integrantes do conserto civilizatório” (KRENAK, SILVESTRE, SANTOS; 2021, p. 65).

Os grupos sociais são a identificação da participação dos indivíduos nas redes, em uma percepção que parte do ponto de vista da existência de um agente de perseguição em processo de subjugamento (JUBILUT, 2013). Nesses movimentos, é importante apontar a presença da violência, que contribui para construção do conceito de vulnerabilidade, vinculadas à presença do Estado enquanto detentor de poder. É importante destacar que “embora sejam fenômenos distintos, [violência e poder] geralmente apresentam-se juntos” (ARENDE apud SOUZA, 2010, p. 19), e que isso se manifesta diretamente na configuração do espaço urbano, já que o próprio conceito de violência não se encerra na dimensão de ataque físico direto.

Por fim, a definição do conceito de vulnerabilidade se apresenta mais estritamente ligada à garantia de proteção, próximo do conceito de subjugação. Inicialmente, a vulnerabilidade pode ser entendida como o “lado fraco de um assunto ou questão, e do ponto por onde alguém pode ser atacado ou ofendido” (JUBILUT, 2013, p. 20). A origem da expressão deriva do latim *vulnerare*, que significa “ferir”, estabelecendo uma ligação com a ideia de um corpo suscetível. Exemplos de violências raciais e de gênero colocam parte da população nesses espaços em que a proteção se faz necessária, visando garantir a integridade física e a dignidade humana.

É importante, ainda, identificar que a vulnerabilidade advém de circunstâncias naturais ou de arranjos sociais (JUBILUT, 2013) e interfere na autonomia dos indivíduos. A autonomia, para ser exercida de forma integral, implicaria na existência de uma democracia radical ou uma autêntica democracia (SOUZA, 2010). Assim sendo, é inevitável que nos momentos de polarização, como o do contexto político atual, em que uma parcela expressiva de cidadãos e representantes políticos se apoiam no conservadorismo e no fascismo, os números relacionados à violência contra as minorias sejam expressivos. Logo, é de suma importância os movimentos atuais de redemocratização e de pressão social, que colocam sobre o Estado a responsabilidade na quebra dos ciclos de subalternização, de controle da experiência social e derrocada do pensamento e das omissões acerca das minorias.

Para a antropóloga feminista e escritora Rita Segato (2022), a invenção das minorias se pauta na racialização e na genderização, estando além de diferenças, e envolvendo o que é relegado às margens e restos do sujeito. A minorização das diferenças advém

de um centro que relega seus outros à condição de minorias residuais em relação ao sujeito universal. Para ela, a ideia de minoria é algo que precisa ser reexaminada, uma vez que está associada à ideia de identidade política, ambas sujeito e subjetividade da matriz multicultural. Afinal, “é aceitável uma proposta política em que se pressupõe a existência de um sujeito universal não minoritário?” (SEGATO, 2022, p. 219).

A observação necessária quanto à terminologia “minorias” (atribuída a uma parcela da população numericamente inferior à maioria da população) considera que os conceitos apresentados anteriormente se somam para desassociar o termo de critérios numéricos. Jubilut afirma que, no processo histórico de construção do conceito de minorias e grupos vulneráveis, percebeu-se “que às vezes um grupo subjugado, e, portanto, minoritário pode, na verdade, ser o grupo majoritário na sociedade em geral” (JUBILUT, 2013, p. 16). Portanto, a definição dos grupos sociais minoritários depende do contexto em que se encontra, servindo como referência na busca por formas de tratamentos e proteções adequadas (JUBILUT, 2013).

Territorialidades como afirmação identitária

Conforme Santos (1999, p. 7) o território é o lugar “onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Portanto, ao explorar a interação entre grupos sociais minorizados e a importância de compreender seus contextos, é fundamental iniciar a análise a partir de suas práticas e, conseqüentemente, dos seus territórios. Especialmente em relação a determinados grupos, nos quais os processos identitários e suas relações culturais são, por muitas vezes, estigmatizados pelo grupo social hegemônico.

Os significados de território aparecem em grande parte das reflexões teóricas, pois é um termo capaz de apreender as principais dimensões do espaço geográfico, incluindo sua dimensão política (HAESBAERT, 2007). Além disso, o território está vinculado às relações de poder, que se manifestam de várias maneiras, e sob essa perspectiva, se intersecciona com outros conceitos, como região, paisagem, lugar e práticas diversas. Os “territórios são constituídos como parte indissociável de um processo identitário” (ARAÚJO, 2007, p. 31), pois nossas identidades estão ligadas ao nosso passado, à nossa memória, à nossa imaginação e ao nosso presente, considerando o entorno espacial vinculado à dimensão geográfica. Nesse sentido, o conceito é constituído por uma relação que abrange tanto elementos materiais como imateriais, funcionais e simbólicos, e na realidade contemporânea, num mundo de hibridismos (HAESBAERT, 2007), e pode ser abordado a partir de três perspectivas. A primeira, valoriza as relações e implica nos processos de territorialização. A segunda, reconhece a existência de múltiplas temporalidades e velocidades, nas quais os territórios podem ser construídos com diferentes níveis de estabilidade. Por último, a terceira perspectiva destaca que o território acontece ao longo de um *continuum*, que varia desde as formas mais rígidas de dominação político-econômica até formas mais subjetivas de apropriação cultural-simbólica (HAESBAERT, 2007).

Os grupos minorizados e vulneráveis podem, na maioria das vezes ter uma relação mais subjetiva com o território, através de suas práticas e vivências urbanas, vínculos afetivos ou manifestações culturais, o que nos dá pistas para entender que há um vínculo imaterial com o território, de apropriação cultural ou, em alguns casos, na busca por proteção. Assim, o território não está relacionado a uma determinada posição geográfica, mas, sim, ligado a um laço territorial. Já, do outro lado, há o contexto de dominação econômica, protagonizada pelo Estado e pelo mercado imobiliário, que segrega e delimita determinados grupos em prol de ganhos próprios.

A socióloga Ana Ribeiro (2011) vai chamar de “território da ação estratégica” o que é comandado pelo capital financeiro, que radicaliza práticas apoiadas nas subjetividades. Portanto, é oportuno ampliar a discussão a partir da perspectiva do geógrafo Milton Santos (2000), através do termo - território usado. Nessa abordagem, os atores hegemônicos usam o território como recurso para atender seus interesses particulares e do mercado. Em contrapartida, para os grupos hegemônicos, que entendemos também como aqueles minorizados, o território representa uma alternativa de sobrevivência, relacionados ao valor ancestral, histórico e cultural, principalmente para grupos como indígenas, quilombolas, mulheres e a população LGBTQIAPN+.

A valorização da perspectiva do território usado contra o território da ação estratégica nos estudos urbanos potencializa as possibilidades de expressão e oportunidade de dar voz a grupos minorizados, ao mesmo tempo que pode fomentar a colaboração entre setores públicos. Hoje é necessário a atenção nos modos de fazer-cidade, buscando meios que valorizem os contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências, sobretudo de grupos minorizados que permeiam as subjetividades das cidades.

Tomada a consciência da indissociação do território e identidade, e dos valores afetivos e culturais, percebe-se que corpo e território são, também, indissociáveis, onde é impossível cortar o corpo coletivo do corpo individual, assim como do território e da paisagem. Segundo a doutora em ciências sociais Verônica Gago (2020), o fato de termos um corpo ou termos um território está no sentido de que se é parte, ou seja, não se possui algo, tão pouco se tem como propriedade. Isso se contradiz com realidade atual, onde o espaço geográfico é um objeto de uma compartimentação, e com a globalização, onde “todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites do Estado” (SANTOS, 2022, p. 97).

Para Gago (2020), a ideia-força do conceito de corpo-território explica as lógicas de exploração dos territórios a partir de práticas neoextrativistas, e a imagem do corpo com o território revela batalhas contra essa lógica do capital que o Estado impõe em nome do desenvolvimento. Em se tratando de minorias e grupos vulneráveis, é através do corpo-território, indissociáveis, que as lutas se constituem no espaço-tempo. Logo,

corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação (GAGO, 2020, p. 79).

Atualmente, muitos movimentos sociais, em diferentes países, dos piqueteiros argentinos aos sem-teto brasileiros, constroem suas identidades fortemente sobre a base de práticas de territorialização ou, mais amplamente, de práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2010). O Estado e as empresas capitalistas fixam a atenção para seus próprios objetivos e tendem a descartar o que sai de seus interesses (SOUZA, 2020). Por fim, as práticas espaciais se tornam uma possibilidade de afirmação identitária, causando fissuras nas atuais práticas segregacionistas e neoliberais que ordenam o território público.

Evocar as territorialidades, desvelando-se processos de territorialização, e, sobretudo, pelas reterritorializações, são formas de insurgências contra a política que está dada, articulando-se movimentos, no espaço urbano, que questionam e enfrentam as práticas de poder hegemônicas. A manifestação das estruturas de poder se vincula diretamente com a dimensão espacial da sociedade não apenas por ser exercido no espaço mas, também, através do espaço e por meio do espaço. Conforme Souza (2010), isto se dá através das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de lugar.

Percebe-se que a partir das reflexões teóricas sobre as noções de território até aqui, se faz importante pautá-lo a partir de uma abordagem integradora, onde a noção deste conceito provavelmente vai mudar de acordo com a intenção da discussão. Nesse artigo, optamos por tratar do território através de uma interpretação cultural e naturalista, partindo da ideia de que o território para grupos minoritários e vulneráveis estão vinculados a uma dimensão subjetiva e de laços afetivos, porém, problematizamos a relação econômica e política, que estão vinculadas à uma lógica de produção urbana extrativista e neoliberal, que trata o território como mercadoria, a partir de suas relações de poder, deslegitimando, assim, determinados grupos hegemônicos.

Práticas espaciais como manifestações identitárias

Em nível nacional, as minorias e os grupos vulneráveis, no último ciclo político (2018-2022), foram as parcelas mais afetadas pela omissão e agressão estatais, face aos retrocessos institucionais, comprometendo o meio social e o regime democrático, ressaltando-se o poder estatal nas elaborações normativas, na atividade executiva, bem como nas interferências nas produções do próprio judiciário. Nesse sentido, a extrema direita acirra tais identidades minoritárias, desrespeitando direitos e garantias mínimas, e o próprio preceito da dignidade da pessoa humana, ou seja, em seu discurso

[...] o medo e a insegurança estão presentes e são convocados a apontar contra aqueles que foram escolhidos como inimigos responsáveis pela decomposição social. Segundo sua narrativa de ódio, estes são as mulheres, as pessoas trans, as pessoas negras, as pessoas indígenas, os espertalhões sem-teto, os vagabundos sem-terra, os jovens delinquentes, a população carcerária, os governos fracos, a democracia e suas leis brandas demais, o sistema que (em seus delírios) acolheria a todos os mencionados acima e aos seus defensores comunistas (KRENAK, SILVESTRE, SANTOS; 2021, pp. 58-59).

Foram diversas as manifestações e práticas, por parte do governo de Jair Bolsonaro, no sentido de que deveria haver uma adequação das minorias às leis que protegem as majorias, afinal, “para onde nós iremos cedendo às minorias?”, questionou (BEHNKE, 2022). Assim, sua gestão fora marcada pela desestruturação de políticas públicas para a diversidade, com destaque a valores cristãos, com foco na família nuclear e heterossexual. Entendeu-se que as práticas de reivindicação do direito à terra, por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), são atos de terrorismo, destacando-se, também, o retrocesso da proposta do Escola sem Partido (PL 7180/2014). No que tange às mulheres, foram diversas as agressões, no campo físico e moral, tais como a apologia ao estupro, como no caso da deputada Maria do Rosário (PT/RS), a baixa da política da dignidade menstrual, da licença maternidade, dentre outras (CHAGAS, 2022).

Ainda, dentre os principais processos de violência contra as minorias está o empobrecimento dessa parte da população, que as deixam suscetíveis a desastres ambientais e desatendidas por serviços públicos, como saneamento básico, além da exposição à insegurança alimentar. Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN apud CUT, 2022), houve um aumento de 74% no número de pessoas que passam fome no Brasil entre dezembro de 2020 e abril de 2022, na gestão de Jair Bolsonaro. Segundo Santos (2022) existe uma produção de naturalização da pobreza por atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais, que seria um fenômeno inevitável e que ignora as situações históricas precedentes. Com isso, “os pobres não são incluídos

nem marginais, eles são excluídos” (SANTOS, 2022, p. 84). A compreensão sobre o papel do Estado e de figuras públicas, políticas ou não, e seus posicionamentos são fundamentais no entendimento de ciclos que estimulam processos de violências.

As práticas espaciais emergem como uma afirmação identitária poderosa, moldando e refletindo as complexas dinâmicas sociais e de poder que permeiam a cidade. As práticas espaciais são ações que desempenham um papel fundamental na consecução de vários projetos por serem meios eficazes pelos quais se busca administrar e controlar a organização espacial em sua existência e reprodução (CORRÊA, 2008). Em outras palavras, as práticas espaciais, também conhecidas como práticas sociais do espaço, dizem respeito às interações dos indivíduos e grupos com o ambiente físico e social ao seu redor. Estas práticas, podem ser divididas em duas categorias distintas: as heterônomas, que geralmente emanam dos grupos dominantes e buscam impor hierarquias e restrições, e as insurgentes, adotadas por movimentos sociais e grupos marginalizados na busca de emancipação e inclusão.

No contexto do Centro de Porto Alegre/RS, podemos identificar claramente exemplos das práticas espaciais heterônomas, que agem diretamente sobre os grupos vulneráveis e minorizados. Uma série de processos de privatização promovidos pelo Governo do Estado e pela Administração Municipal têm como resultado a segregação socioespacial, com a interdição e limitação de acesso de camadas da sociedade a espaços que deveriam ter uma função pública. Isso é evidenciado nos movimentos de privatização de trecho da Orla do Guaíba (RIMOLO, 2021) e de projetos similares em parques e praças municipais e na área do Cais Mauá. Essas práticas, inevitavelmente geram a restrição do acesso e o uso do espaço público, agravando a exclusão social e econômica da parcela da população já marginalizada. Logo, os direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, como acesso à educação, alimentação, segurança, trabalho, moradia e saúde, são negligenciados, resultando em um ambiente onde a violência e a desigualdade prevalecem. É a organização da sociedade civil, em movimento sociais, que impedem que alguns desses processos se consolidem, como no caso da proposta de concessão à iniciativa privada do Parque Farroupilha apresentada pelo prefeito de Porto Alegre/RS Sebastião Melo (MDB), que recuou após pressão do Coletivo Preserva Redenção, formado por frequentadores, comerciantes e entidades (GOMES, 2023a), que agora lutam pelo tombamento do parque como patrimônio histórico nacional (GOMES, 2023b).

Outras ações, como a tentativa da Prefeitura Municipal de descentralizar e impossibilitar o atendimento da população de rua no centro de Porto Alegre/RS, refletem o conservadorismo e fascismo do poder executivo e a violência cometida contra parcelas vulneráveis da população. Um desses movimentos foi a tentativa de impedir a atuação do projeto social Prato Feito das Ruas junto ao Viaduto Imperatriz Leopoldina. A ação distribuiu em média, mil e duzentas marmitas para cerca de setecentas pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade social, dando assistência a desempregados, catadores e aposentados, em parceria com iniciativas como Barbeiros na Rua, os Médicos do Mundo, Enfermeiros da Rua, Fisioterapeutas da Rua, Mentas da Rua e Igualdade RS (MOURA, 2023). Através de uma licitação, no espaço de atuação do projeto foi instalado um container destinado para uma empresa, exigindo o deslocamento dos voluntários para um local que não comporta todos os serviços prestados. A campanha contra a ameaça da prefeitura, com apoio da Deputada Federal Maria do Rosário (PT), da Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL) e com apoio social através do Abaixo-assinado, fez com que os voluntários conseguissem a autorização para permanecer no viaduto (MOURA, 2023). Paralelamente, a Prefeitura Municipal conta com cinco restaurantes populares, dentro do projeto Prato Alegre, onde oferece refeições gratuitas às pessoas em situação de rua, além de idosos e famílias em alta vulnerabilidade social. São destruídas diariamente oitocentas refeições, sendo quatrocentas no Restaurante

- Assistência Social e de Saúde
- ✕ Prato Feito das Ruas
- ✕ Restaurante Popular
- ✕ Centro de Referência indígena
- Segurança Pública
- ▲ Ocupações
- ▲ Problemas Habitacionais

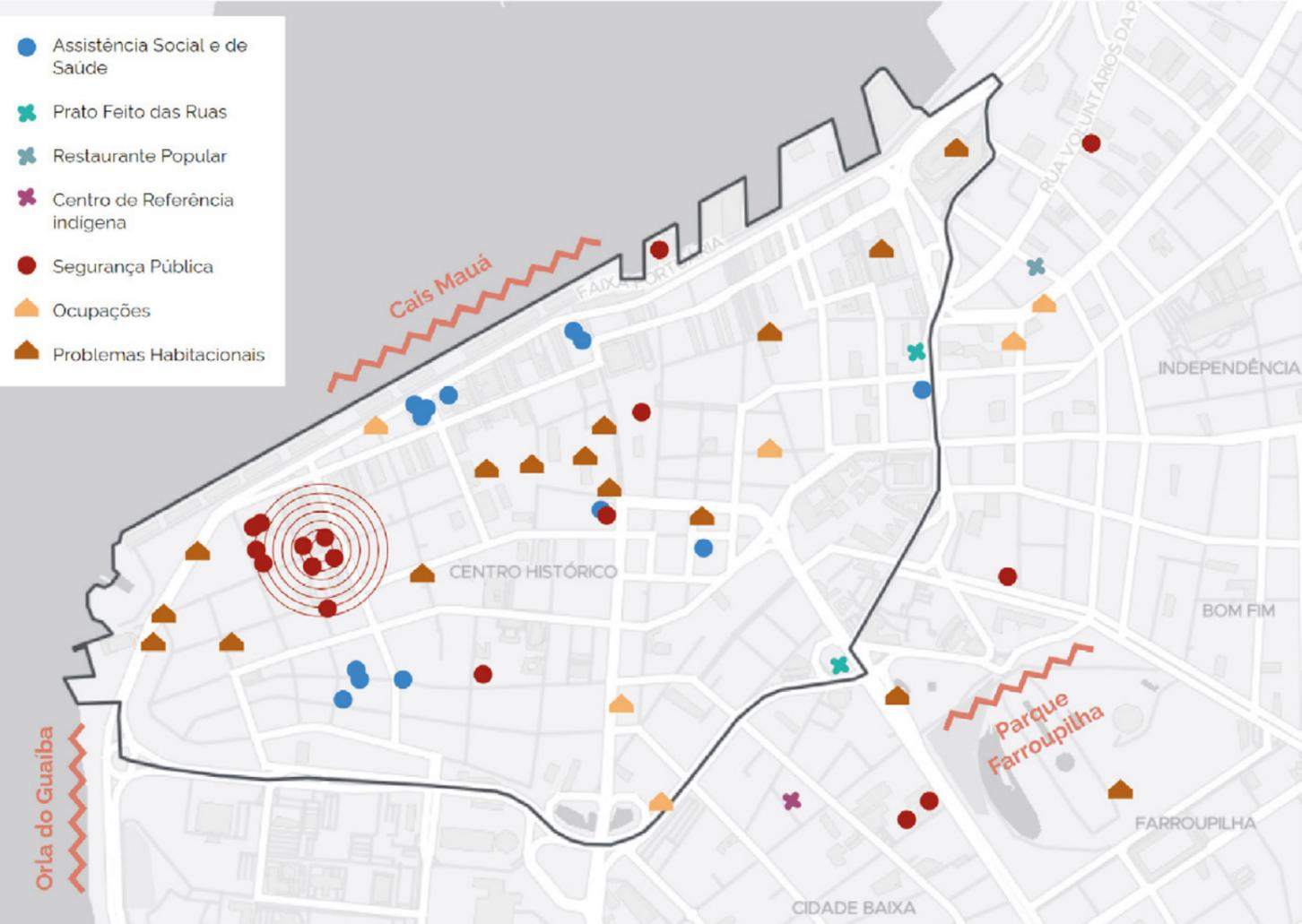


Figura 3 - Marcadores e instituições relacionadas a problemas sociais no Centro de Porto Alegre/RS. Fonte: elaborado pelas autorxs, 2023.

do Centro. Segundo dados da prefeitura, em 2022 o total de refeições distribuídas foi de 211,2 mil (PORTELLA, 2023), o que demonstra a emergência da insegurança alimentar dessa parcela da população.

Para além do recorte territorial sob análise, o mapa abaixo (Figura 3) busca evidenciar pautas minoritárias na região do Centro Histórico de Porto Alegre e seu entorno. Interseccionados com marcadores de problemas de cunho social e de instituições e práticas espaciais heterônomas, nele são identificados problemas habitacionais através dos dados apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre/RS no Relatório de Diagnóstico do Programa de Reabilitação do Centro Histórico (2021), bem como, identificados locais de problemas nutricionais, através das ações de combate a emergência da fome na região central da cidade.

Como contraponto às práticas espaciais heterônomas, as práticas insurgentes buscam subverter as normas e restrições impostas pelos poderes dominantes. Estas manifestações de resistência ocorrem principalmente através de movimentos sociais urbanos e comunidades marginalizadas que buscam proteção, visibilidade e autodeterminação. A cidade de Porto Alegre/RS testemunha exemplos notáveis dessas práticas insurgentes especialmente no que diz respeito aos problemas relacionados ao acesso à moradia. O movimento de ocupação de espaços habitacionais, exemplificado pela Ocupação Lanceiros Negros e o Assentamento Utopia e Luta, bem como a Ocupação Saraí, e as mais recentes ocupações Sepé Tiaraju e Rexistência POA, demonstram a determinação de grupos em assegurar seu direito à moradia em meio a uma paisagem urbana cada vez mais privatizada.

A ocupação Saraí, que se situava no Centro de Porto Alegre/RS, é um símbolo marcante das relações entre práticas espaciais insurgentes e as ações do poder estatal nas elaborações normativas, especialmente relacionadas ao planejamento urbano e que tem moldado o cenário das grandes cidades. Com uma história que remonta a quase uma década, este edifício, ocupado por famílias em busca de uma alternativa diante de aluguéis inacessíveis, representa a forma como a especulação imobiliária assola as metrópoles (OCUPAÇÃO, 2023). As famílias que permanecem na ocupação buscavam o direito à moradia, mas também clamavam por uma atitude do governo estadual em prol de uma reforma urbana igualitária, onde cada indivíduo tenha o direito fundamental de viver próximo ao seu trabalho e tenha acesso à educação, à saúde e a outras necessidades básicas. Mas, o que essas famílias viram após serem despejadas foi a transformação do prédio em um símbolo das modificações propostas pela nova legislação que instituiu o Programa de Reabilitação do Centro Histórico. Chamado agora de projeto Cais Rooftop, o prédio revitalizado contará agora com apartamentos e restaurante (WEISSHEIMER, 2022), perdendo completamente a função de abrigo de habitações de interesse social e servindo de símbolo do privilégio aos interesses do mercado imobiliário gerados pela revisão do Plano Diretor da cidade.

Outro exemplo mais recente é a Ocupação Resistência POA que, junto do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), se instalou em um edifício de nove andares, pertencente originalmente à Caixa Econômica Federal, que foi transformado em centro cultural e administrado pela Companhia de Arte até 2021 e que, em 2022, foi incluído na lista de de privatização da gestão municipal (FERREIRA, 2023). Após a ocupação houve confronto entre manifestantes e a Guarda Municipal, em um ato de repressão violenta, deixou três pessoas feridas, entre elas a deputada estadual Laura Sito (PT) (GOMES, 2023c). O movimento produziu reflexões acerca das urgências habitacionais da cidade e fez com que o prédio fosse retirado da lista de imóveis municipais à venda, além de apresentar uma proposta de compra do prédio através do Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades com a intenção de transformá-lo em moradia popular e em espaço destinado ao fomento da cultura, fazendo cumprir sua função social (FERREIRA, 2023). Por sinal, a repressão violenta é prática comum da gestão atual e da Guarda Municipal, como nos inúmeros ataques sofridos pela Okupa Jibóia, um espaço de habitação e de resistência para a população LGBTQIAPN+ localizada no bairro Cidade Baixa, vizinho ao Centro Histórico. Também, a cidade abriga a Casa de Referência Mulheres Mirabal, uma ocupação feminista que oferece apoio e denuncia a insuficiência dos serviços de acolhimento prestados pelo Estado às mulheres vítimas de violência. Através dessas práticas insurgentes, grupos marginalizados buscam não apenas sobreviver, mas também prosperar em um ambiente frequentemente hostil.

Ainda no centro de Porto Alegre/RS, a prática tradicional do *poraró* (pó = mão, aró = esperar), o “esperar o troquinho”, pelos Mbyá Guarani, luta pela permanência do corpo-território, em um local marcado pela higienização e grandes projetos. É um processo de retomada, uma vez que é histórica a presença indígena no entorno do Guaíba e no centro da cidade. Através da prática espacial heterônoma operada pelo Estado e sociedade não indígena, tentou-se excluir as mães Mbyá e seus filhos, inclusive mediante denúncias perante o Conselho Tutelar. Tudo isso engendrou a busca pela garantia legal de permanência, que culminou no decreto 17.581, de 22 de dezembro de 2011, que reconhece, no âmbito do Município de Porto Alegre/RS, as práticas do *poraró* e as apresentações dos grupos musicais Mbyá Guarani realizadas em espaços públicos como expressões legítimas da cultura indígena, conforme seus usos e costumes. Em que pese os apagamentos e exclusões, pela perspectiva indígena, é uma prática espacial insurgente, que indigeniza o meio urbano. Porém, a exposição a violências, doenças, preconceitos, sofrimentos (PORTO ALEGRE, 2008), no ser-estar no centro, ainda são pautas prementes, que requerem a efetiva proteção e garantia do direito à cidade e à própria dignidade da pessoa humana.



Figura 4 - Marcadores e ocupações organizadas por movimentos sociais no Centro de Porto Alegre/RS. Fonte: elaborado pelos autorxs, 2023.

Assim, locais como a Esquina Democrática, no cruzamento da Avenida Borges de Medeiros com a Rua da Praia é palco de várias manifestações políticas e culturais da cidade, precisarão, inevitavelmente, coexistir com locais como as ocupações fascistas e anti democráticas que ocorrem em frente ao Comando Militar do Sul após as eleições de 2023 e que encerraram e após atos terroristas em Brasília em janeiro de 2024, dentro da complexidade oriunda dos centros urbanos (Figura 4).

À medida que essas práticas insurgentes ganham força, é fundamental reconhecer o equilíbrio delicado entre a regulação externa e a autonomia local. Os governantes e planejadores urbanos devem considerar as necessidades e interesses das comunidades locais ao projetar e desenvolver espaços urbanos. Afinal, como argumenta Souza (2010), o espaço é um produto e um condicionador das relações sociais, e a maneira como é moldado e utilizado deve refletir a diversidade e as aspirações da sociedade. As práticas espaciais, como uma expressão identitária, revelam a complexidade das interações sociais e do poder, no contexto urbano. As práticas heterônomas, comumente promovidas por atores dominantes, têm o objetivo de estabelecer hierarquias e impor restrições, restringindo o acesso e a participação das minorias nos espaços públicos. Como consequência, surge uma configuração socioespacial caracterizada pela exclusão e segregação. Contudo, ao examinar essas práticas, torna-se evidente que, especialmente quando produzidas de forma insurgente, podem desempenhar um papel central no combate às desigualdades e na marginalização de determinados grupos sociais. Movimentos sociais urbanos e grupos marginalizados resistem e reivindicam seu direito ao espaço, adotando estratégias de apropriação, revitalização e reconfiguração dos espaços públicos. Essas práticas, impregnadas de uma perspectiva emancipatória, buscam subverter as relações de poder existentes e promover a inclusão social, além de resolver situações mais urgentes, como moradia e fome. Assim, compreender e questionar as práticas espaciais como uma manifestação

identitária torna-se fundamental para o desenvolvimento de políticas urbanas mais justas, participativas e culturalmente sensíveis, que valorizem as vivências e necessidades das comunidades locais.

Considerações finais

O presente artigo apenas inaugura observâncias acerca do Centro Histórico de Porto Alegre/RS, fazendo-se um recorte territorial e de alguns grupos e sujeitos minorizados, não tendo a pretensão de esgotar as análises quanto aos processos de invisibilização social, cultural e geográfica articulados por uma política opressora, naquela localidade. A partir das reflexões apresentadas, é possível compreender a complexidade das dinâmicas sociais e espaciais envolvidas, elaborando-se, especialmente, o corpo-território como questionador e contestador do próprio processo de territorialização. Como se vê, o corpo é indissociável do território, sendo este o que revela e resiste às lutas contra as dinâmicas que perpetuam situações de invisibilidades e violabilidades e contra os processos de silenciamento e subjetividade que o Estado e sociedade impõem.

Os grupos minorizados, na maioria das vezes, são também a parcela da sociedade mais vulnerável, que, através das relações de poder estatais e do parâmetro do sujeito universal, ditam corpos e territórios. Nesse sentido, dá-se a subjugação, as violências, a expropriação de direitos e garantias fundamentais, questionando-se o próprio papel fundante do preceito da dignidade da pessoa humana. Junto a isso, a polarização política, as taxas de desigualdade social e de renda, bem como a negação à originalidade, à pluralidade e à capacidade de invenção de parcelas da população, se manifestam diretamente e violentamente na configuração do espaço urbano, uma vez que não se encerram na dimensão de ataque físico direto.

Logo, é na configuração do espaço urbano que se territórios e processos identitários se associam, especialmente aos grupos minorizados e vulneráveis que estabelecem uma relação mais subjetiva com o território, em suas práticas, suas vivências, seus vínculos afetivos e suas manifestações culturais. Atentar a esses aspectos é fundamental aos governantes e aos planejadores urbanos, em seus modos de fazer-cidade, uma vez que o que prevalece atualmente é uma produção urbana extrativista e neoliberal. Considerando o espaço como um produto e um condicionador das relações sociais, é nele que irão se refletir a diversidade e as aspirações da sociedade, além da possibilidade da quebra da subjugação, que impossibilita que determinados grupos participem ativamente das relações de poder. Os conceitos apresentados e suas articulações corroboram para a compreensão da interação entre esses elementos, permitindo-se uma visão mais abrangente das relações de poder, das desigualdades e das lutas por reconhecimento e inclusão, que caracterizam as experiências desses grupos marginalizados. Enfatiza-se assim a dimensão da responsabilidade e responsabilização, que não toca apenas ao Estado, mas que coloca a sociedade como um todo na discussão do acesso à dignidade da pessoa humana, da justiça social e da proteção dos direitos fundamentais de todos.

Ao reivindicar seu direito ao espaço, reconfigurar as relações de poder existentes, as manifestações insurgentes, quando impregnadas de uma perspectiva emancipatória, têm o potencial de transformar a cidade e o fazer estatal, promovendo maior equidade e inclusão social. É primordial e emergente, ainda, a atenção aos aspectos da vulnerabilidade social e ambiental, da insegurança alimentar que interferem diretamente na autonomia dos indivíduos, além da luta pela preservação do estado democrático, que tem sido sistematicamente e violentamente atacado nos últimos anos. Promovendo isso, as práticas espaciais se tornam um possibilidade de afirmação identitária capaz

de causar fissuras nas atuais práticas segregacionistas e neoliberais e servem como arma forte na garantia de direitos mínimos, como o respeito e a felicidade.

Referências

ARAÚJO, Frederico G. de. “Identidade” e “Território” enquanto simulacros discursivos. In: Frederico G. de & HAESBAERT, Rogério da C. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. São Paulo: Access, 2007.

BARCELLOS, Ana Paula; BARROSO, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional dos princípios. In: LEITE, George Salomão (Org.). *Dos Princípios Constitucionais: Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003.

BEHNKE, Emilly. Bolsonaro diz que minorias precisam se adequar às leis. *Poder360*, 15. jul. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-minorias-precisam-se-adequar-as-leis/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. *Governo Federal decreta estado de calamidade pública na TI Yanomami*. Brasília, 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/01/governo-federal-decreta-estado-de-calamidade-publica-na-ti-yanomami>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRUM, Gabriel. Ipea: população em situação de rua no Brasil supera 281 mil. *Agência Brasil*, Brasília, 13 fev. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-mil>>. Acesso em: 20 out. 2023.

CHAGAS, Inara. Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres. *Brasil de Fato*, Florianópolis, 08 Mar. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>>. Acesso em: 19 out. 2023.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2021*. 2022. Disponível em <<https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito chave da Geografia*. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 35.

CUT, Redação. Com Bolsonaro, fome aumenta e atinge mais de 33 milhões de brasileiros. *CUT*, São Paulo, 08 Jun. 2022. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/com-bolsonaro-fome-aumenta-57-4-e-atinge-mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-fd74>>. Acesso em: 19 out. 2023.

DUARTE, Taciana Nogueira de Carvalho. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Contraditório. In: TAVARES, Fernando Horta (Org.). *Constituição, Direito e Processo*. Curitiba, Editora Juruá, 2007.

FERNANDES, Daniela. 4 DADOS que mostram porque o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. *BBC News*, Paris, 10 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>. Acesso em: 19 out. 2023.

FERREIRA, Marcelo. Ocupação Resistência se reúne com prefeitura de Porto Alegre para discutir destino do prédio. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 18 Set. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/18/ocupacao-resistencia-se-reune-com-prefeitura-de-porto-alegre-para-discutir-destino-do-predio>>. Acesso em: 19 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 23.

GAGO, Verónica. *A Potência Feminista ou o Desejo de Feminista transformar tudo*. Trad. Igor Perez. São Paulo: Elefante, 2020.

GOMES, Luís. Melo confirma que Prefeitura desistiu de estacionamento subterrâneo na Redenção. *Sul21*, Porto Alegre, 02 mar. [2023a]. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2023/03/melo-confirma-que-prefeitura-desistiu-de-estacionamento-subterraneo-na-redencao/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

GOMES, Luís. Coletivo Preserva Redenção pede ao Iphan tombamento nacional do Parque Farroupilha. *Sul21*, Porto Alegre, 24 jul. [2023b]. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2023/03/melo-confirma-que-prefeitura-desistiu-de-estacionamento-subterraneo-na-redencao/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

GOMES, Rodrigo. GCM de Porto Alegre ataca apoiadores de ocupação e atinge deputada do PT. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 16 Set. [2023c]. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/16/gcm-de-porto-alegre-ataca-apoiadores-de-ocupacao-e-atinge-deputada>>. Acesso em: 19 out. 2023.

GONZAGA, T. O. *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. 2004. 279 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi territorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Relatório de indicadores para o relatório brasileiro para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)*. Brasília: Ipea, [s.d.].

JUBILUT, Liliana. *Itinerário para a proteção das minorias e dos grupos vulneráveis: os desafios conceituais e de estratégias de abordagem*. In *Direito à Diferença*. São Paulo: Saraiva, 2013

KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Souza. *O Sistema e o Antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MARX, Vanessa; SOARES, Paulo. *Por uma Porto Alegre para as mulheres e antirracista*. Matinal Jornalismo (2020). Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/por-uma-porto-alegre-para-as-mulheres-e-antirracista/>.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 33ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOURA, Maria Vitória. Projeto social 'PF das Ruas' vence embate com prefeitura de Porto Alegre e seguirá entregando marmitas para pessoas em vulnerabilidade. *Mídia Ninja*, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://midianinja.org/news/projeto-social-pf-das-ruas-vence-embate-com-prefeitura-de-porto-alegre-e-seguira-entregando-marmitas-para-pessoas-em-vulnerabilidade/>. Acesso em: 19 out. 2023.

NÚCLEO de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. *Coordenação de Direitos Humanos. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

OCUPAÇÃO Sarai: Resistência pelo direito à moradia popular. *Sindisprevrs*, 2023. Disponível em: <https://www.sindisprevrs.org.br/ocupacao-sarai-resistencia-pelo-direito-a-moradia-popular/>. Acesso em: 19 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. *Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022*. Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. *Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

PORTELLA, Maria Emilia. Restaurantes populares servem 17,6 mil refeições por mês em 2022. *Prefeitura Municipal de Porto Alegre*, Porto Alegre, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/restaurantes-populares-servem-176-mil-refeicoes-por-mes-em-2022> >. Acesso em: 19 out. 2023.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação*. In: SILVA, Cintia Antonia da. Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

RIMOLO, Aline. Assinada a concessão do Parque Harmonia e Trecho 1 da Orla do Guaíba. *Prefeitura Municipal de Porto Alegre*, Porto Alegre, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/assinada-concessao-do-parque-harmonia-e-trecho-1-da-orla-do-guaiba> >. Acesso em: 19 out. 2023.

SECRETARIAMUNICIPALDEMEIOAMBIENTE, URBANISMOESUSTENTABILIDADE. *Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre*: Relatório de diagnóstico, Porto Alegre, Julho de 2021. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/137061>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SARLET, Wolfgang Ingo. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 70.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTOS, Milton, 1926-2001. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos*. - 34. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2022.

SEGATO, Rita. *Cenas de um Pensamento Incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. Cidades, v.7, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. São Paulo: Editora UNESP/SBHE, 2022.

WEISSHEIMER, Marco. Da Ocupação Sarai ao Cais Rooftop: vitória do elitismo e da gentrificação, criticam entidades. *Sul21*, Porto Alegre, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/01/da-ocupacao-sarai-ao-cais-rooftop-vitoria-do-elitismo-e-da-gentrificacao-criticam-entidades/>>. Acesso em: 19 out. 2023.

PRAÇAS (des)Encontros cartografados e seus modos de ocupar

SQUARES
(mis)Encounters and their modes of occupation

André Augusto Araújo Oliveira¹,
Gerlan da Silva Menegusse², Isabella Santos³ e Renato Kinker⁴

Resumo

A ocupação do espaço como ato de resistência no geral são respostas às falhas sociais. As praças, consideradas tradicionalmente como espaços públicos destinados à convivência e ao lazer, assumem, em algumas situações, um papel complexo como espaços de resistência e manifestação dos mais diversos agentes. Como foco de observação para este estudo, foram selecionadas praças localizadas em diferentes cidades do país, à exemplo: Vitória-ES; Suzano-SP; Salvador-BA e São Paulo-SP. Utilizamos a cartografia como tessitura de nossas reflexões entre o que nós vimos e como se dá a participação dos vários agentes envolvidos e observados. Ao explorar o que é transversal nas quatro praças, o estudo se propôs a compreender e discutir de forma crítica e sensibilizada como elementos de controle interferem para que novos caminhos e possibilidades surjam a partir da abordagem mais-que-humana, fundamentadas em novas narrativas e introduzindo novos mundos mais solidários.

Palavras-chave: ocupação, praça, cartografia, percurso narrativo, controle.

1 Assistente Social. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Doutorando pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo (IAUUSP). Temas: Desigualdade Social; Política de Habitação de Interesse Social, Direito à Cidade; Estudos territoriais com práticas antirracistas. Integra o Núcleo Salvador da Rede BrCidades.

2 Arquiteto e Urbanista. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e integra o Laboratório de Planejamento e Projetos – LPP/UFES – Grupo de Pesquisa Reabilitação Urbana e Ambiental. Temas: Mobilidade Urbana; Desigualdades Socioespaciais; Mobilidade por bicicleta; SIG e Sintaxe Espacial.

3 Bacharela em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), Pós-graduada em Relações Étnico Raciais e Sociedade pela Faculdades Integradas Campos Salles (2016), Mestrando do Programa de Pós-graduação em Turismo EACH-USP, bolsista Demanda Social CAPES. Temas: interesse nos assuntos relativos ao turismo, memórias e tradições de matriz africana, urbanidades e patrimônio. Atualmente coordena o projeto de cartografia afetiva e de memórias negras na cidade de São Paulo e integra o Grupo de Pesquisa Mobilidades e Turismo (MobTur) - da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Idealizadora do Projeto Sampa Negra.

4 Arquiteto e Urbanista, Doutorando no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU/USP. Mestre em tecnologia da Habitação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – IPT e Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UPM, Temas: Sistemas e tecnologias construtivas, sustentabilidade, mudanças climáticas, habitação, projeto, gestão e planejamento. E-mail: renato.kinker@mackenzie.br.

Abstract

The occupation of space as an act of resistance, in general, constitutes responses to social failures. Squares, traditionally considered as public spaces for socializing and leisure, assume, in certain situations, a complex role as spaces of resistance and expression for various actors. As the focus of observation for this study, squares located in different cities across the country were selected, such as Vitória-ES, Suzano-SP, Salvador-BA, and São Paulo-SP. We used cartography as the framework for our reflections on what we observed and how the various agents involved and observed participate. By exploring what is cross-cutting in the four squares, the study aimed to critically and sensitively understand and discuss how elements of control impact so that new paths and possibilities emerge from the more-than-human approach, grounded in new narratives and introducing new, more compassionate worlds.

Keywords: occupation, square, cartography, narrative journey, control.

Introdução

Este trabalho é fruto de muitos encontros. Encontros de olhares e perspectivas, encontro de afetos, de sensações, de conflitos, de camadas sobrepostas, encontro de pessoas com o lugar observado, neste caso, a praça.

As praças, consideradas tradicionalmente como espaços públicos destinados à convivência e ao lazer, assumem, em algumas situações, um papel complexo como espaços de resistência e manifestação dos mais diversos agentes.

De um lado, é crucial abordar esses espaços com uma perspectiva *mais-que-humana*, que desafia o antropocentrismo, a tendência de considerar os interesses e valores humanos como superiores ou mais importantes do que os de outras entidades não humanas. Conforme observado por Wolch (1998) na teoria dominante a urbanização transforma terras vazias para produzir terras melhoradas. Tal linguagem é perversa uma vez que as terras selvagens não estão vazias, mas repletas de vida não humana.

Essa visão mais holística reconhece que fazemos parte de um ecossistema complexo e interconectado no qual humanos, não humanos e outras entidades coexistem e interagem de maneiras intrincadas. As teorias e métodos mais-que-humanos buscam dissolver categorias binárias, reconhecendo as agências e dinamismo dos não humanos, como plantas, animais, tecnologias, além de destacar os encontros sociais transespécies no cotidiano.

Por outro lado, compreendendo que as praças também são espaços de resistência para comunidades que buscam preservar suas identidades culturais e expressar suas demandas. Manifestações artísticas, eventos culturais e assembleias populares frequentemente ocorrem nesses locais, transformando-os centros de resistência cívica.

A ocupação do espaço como ato de resistência no geral são respostas às falhas sociais. Tittoni e Tietboehl (2020) citam a variedade de ocupações, seja no âmbito da resposta à desigualdade social pela ocupação de bens privados e estatais abandonados que não atendem à sua função social, ou a ocupação do espaço público pelo novo comportamento que surgiu como resposta à crise econômica de 2008 instalada no núcleo do sistema capitalista.

A convergência dessas diferentes formas de ocupação revela-se como uma dança complexa e interconectada, onde humanos, natureza, arquitetura e elementos urbanos se entrelaçam para criar um tecido vibrante de experiências e interações.

Utilizamos a cartografia como tessitura de nossas reflexões entre o que nós vemos e como se dá a participação dos vários agentes envolvidos e observados. A abordagem que escolhemos para tecer este percurso é a narrativa e a observação.

É importante ressaltar que a cartografia surge do diálogo entre Gilles Deleuze e Michel Foucault com sua origem na tradição nietzschiana. Desta forma, à luz de Fonseca e Kirst (2003) na cartografia está disponível o registro do acompanhamento das transformações, da captura de intensidades, decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebido no mundo cartografado.

Neste contexto, para Kastrup (2016) a cartografia é entendida como um processo que vai além da mera observação distanciada, envolvendo a pesquisa-intervenção como um meio de investigação e produção de realidade. Ao cartografar, o pesquisador está imerso no campo, sendo afetado por ele e produzindo afetos, enquanto também atua como um emissor de signos, influenciado pelo contexto em que se insere.

Sendo assim, ao trabalharmos com a cartografia como uma ferramenta de investigação e produção da realidade, adotamos uma abordagem metodológica qualitativa que vai além da simples representação cartográfica. Essa abordagem nos permite capturar e representar através de um olhar mobilizado as interações, conexões, conflitos e dinâmicas dos diversos agentes envolvidos.

Neste sentido, se nós nos desvinculamos dos aparatos tecnológicos de localização atuais, *gps*, *google maps* e outros, conservando como bússola a narrativa e a observação do lugar, neste caso, a praça, como sujeito maior e *humanos* e *não humanos* como sujeitos menores de disputa no território, encontramos mapas que comparados com os atuais, apresentariam outras relações de escala e de abstração.

Olhar a praça, também é ser olhado por ela. A praça nos observa, nos lê assim como fazemos com ela própria. Aqui, somos o sujeito observador e o sujeito observado assim como a praça, esta que se encontra na Bahia, em São Paulo e em Vitória do Espírito Santo.

O objetivo do estudo é encontrar a partir do método cartográfico/percurso narrativo, elementos que atravessam e se fazem presentes de modo abrangente nas quatro praças observadas. Tais elementos podem apresentar padrões de controle, esquadramento e limitação que se manifestam em comum nas diferentes praças estudadas, independente das particularidades de cada uma delas.

Ao explorar o que é transversal nas quatro praças, o estudo se propõe a compreender e discutir de forma crítica e sensibilizada como elementos de controle interferem para que novos caminhos e possibilidades surjam a partir da abordagem mais-que-humana, fundamentadas em novas narrativas e introduzindo novos mundos mais solidários.

Praças: cartografia de (des)encontros

Praça Costa Pereira

A Praça Costa Pereira está localizada na centralidade mais antiga do aglomerado urbano da Grande Vitória. Este território, foi fundado em 1551 sendo originalmente intitulado Vila de Vitória, certamente o assentamento urbano mais antigo do estado, antes do processo de espraiamento na região que hoje faz parte da capital capixaba.

No local onde está localizada a praça havia uma pequena praia e próxima a esta uma igreja reverenciava Nossa Senhora da Conceição. Com o tempo, a terra foi moldada por aterros, e a área passou a ser conhecida como Largo da Conceição. Como parte das mudanças urbanas, a igreja cedeu espaço para a construção do Teatro que ainda faz parte da atual composição junto à praça. Passou então a ser conhecida como Largo do Teatro.

Considerada o coração do Centro Histórico de Vitória e lugar dos mais diversos encontros e acontecimentos na região central, a Praça Costa Pereira é o espaço que sempre acolheu inúmeras manifestações culturais, lutas e reivindicações do povo, dos comerciantes e ambulantes, dos vendedores de comida e dos feirantes, dos pedintes e igualmente a força resiliente daqueles que vivem em situação de rua. Estes últimos de fato, entre os cantos e recantos da praça encontram seu refúgio, uma pausa no turbilhão de desafios que enfrentam diariamente.

Praça João Pessoa

A praça João Pessoa é uma das diversas praças do município de Suzano, na região metropolitana de São Paulo, que tem uma população de pouco mais de 307 mil habitantes (IBGE, 2022). Ela está localizada no centro, bem próxima a estação de trem e concentração de serviços à população.

Na praça está a Paróquia São Sebastião, elevada à essa categoria em 1940, que conta com um salão paroquial onde funciona um grande brechó e a central de câmeras de segurança da Guarda Municipal de Suzano. Assim como outros municípios próximos, a narrativa oficial da cidade ainda circunda pelas feitas dos jesuítas e do período colonial, que aos poucos têm sido revisitadas por grupos que objetivam desvelar sua historicidade de forma contra hegemônica.

Praça da Piedade

Localizada no Centro histórico da cidade de Salvador/BA, é uma das praças mais antigas, nos tempos iniciais de fundação da cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos, a praça foi uma aldeia de Tupinambás.

Nesta praça, antes chamada de Largo da Piedade, em 1799 foram enforcados os revoltosos da Conjuração Baiana, Revolta dos Búzios ou ainda Revolta dos Alfaiates, movimento emancipatório ocorrido no final do século XVIII (1798-1799). Logo, a praça historicamente é palco de apagamento identitário, se no passado de um dos movimentos mais importantes de nossa história, a aproximadamente 224 anos, hoje de uma população completamente invisibilizada e excluída.

A praça também já foi chamada de 13 de maio e, atualmente é reconhecida corriqueiramente como praça dos aposentados.

Praça da Sé

Centro geográfico da cidade de São Paulo, onde se encontra o marco zero, a Praça da Sé ocupa o lugar original de aldeias indígenas, e se desenvolveu a partir da construção da Igreja da Matriz iniciada em 1589. Em 1745 a igreja foi substituída por uma nova construção em estilo barroco e em 1954 inaugurada a Catedral da Sé em estilo eclético com predominância neogótica.

Figura 1 - Praça Costa Pereira. Elaboração: "Os autores", 2023.



A presença de mobilidade com a chegada do metrô em 1978, traz à praça a característica de lugar de passagem, já que a estação tem capacidade para 100 mil passageiros por hora. Devido a obra do metrô e a demolição de toda a quadra José Eduardo de Assis Lefèvre desenvolveu o projeto paisagístico para a praça que segue até hoje, apesar de sofrer alterações em uma reforma em 2006.

Durante sua história a praça recebeu várias manifestações políticas e no dia a dia, mantém a característica de um lugar muito movimentado, por ser uma centralidade de mobilidade, além da presença de pessoas em situação de rua. Junto à praça, se encontra o Palácio da Justiça e o Corpo de Bombeiros.

Cartografias narradas ou narrativas cartografadas das praças

Praça Costa Pereira

Para iniciar minha narrativa, apresento o percurso que realizei na Praça Costa Pereira, contextualizando minhas percepções enquanto observador dos diversos agentes e usos que estão presentes no local.

A praça, com o passar dos anos, assumiu um papel além de sua mera essência de ser um espaço de encontro, de passeio e de trânsito. São muitos os outros usos que estão postos, que se entrelaçam e se negociam constantemente. Para além disso, ao direcionar um olhar mais sensibilizado para a praça, torna-se evidente que uma variedade de formas de vida não humanas, ocupam esse território com um certo grau de influência ou controle por parte dos seres humanos.

Entre os diferentes modos de controle exercidos pelos seres humanos sobre os demais seres que lutam por seu espaço na praça, as árvores se destacam particularmente neste local. Embora algumas tenham sido posicionadas em pequenos canteiros, conforme a vontade de quem projetou o espaço, elas reinam soberanas, conferindo ao local uma beleza singular.



Figura 2 - Edifícios Institucionais no entorno da praça. Fonte: Google maps. Elaboração: "Os autores", 2023.

As árvores são grandes e frondosas, oferecendo frescor e sombra e protegendo as pessoas que, muitas vezes, negligenciam sua existência. Muitos buscam abrigo do sol na praça durante o dia. Na do Centro Histórico de Vitória, a praça é uma das poucas e escassas áreas verdes que ainda resistem na região. Para além disso, são abrigo para pequenos universos de outros pequenos seres que ali vivem: pássaros, insetos, plantas trepadeiras e fungos.

Outros modos de ocupação e resistência acontecem também entre os humanos no território. No esforço de garantir sua subsistência, diversas pessoas ocupam o espaço para trabalhar. São vendedores de toda sorte de alimentos, produtos e serviços, chaveiros, engraxates, cabeleireiros, músicos, artistas, ambulantes e pedintes que estão em constante negociação entre si para obter seu espaço no local. Por ser uma área de grande circulação de pessoas e também por conta da sombra proporcionada pelas árvores, torna-se um lugar desejável para permanência dos ambulantes e também dos pedintes. Além disso, o entorno da praça conta com uma variedade de equipamentos culturais e outros usos que fomentam a circulação na região, o Teatro Sesc Glória, o Teatro Carlos Gomes e o Triplex Vermelho Centro Cultural, a Catedral Metropolitana e a Rua Sete de Setembro com forte comércio local.

Por não ser um espaço próprio para comércio e serviço, os ambulantes precisam estar sempre atentos com o policiamento feito na região, que faz um controle do que pode utilizar do espaço da praça, além de manter os pedintes e demais pessoas em circulação de rua do alcance de quem circula e utiliza a praça.

É no percurso noturno que a praça (re)vela outras formas de ocupação do espaço bem distintas daquelas observadas durante o dia. A praça, conhecida pela forte circulação de pessoas e pela vivacidade que ela proporciona ao Centro de Vitória durante o dia, à noite se transforma em um local de desencontros e de permanência de pessoas em situação de rua que não são desejáveis pelos moradores da região e pelo restante dos usuários que frequentam a praça pela manhã.

Figura 3 - Percorso feito na Praça Costa Pereira. Elaboração: "Os autores", 2023.



Os moradores de rua circulam pela região do centro durante todo o dia em busca de alimento. É a noite que eles vão para a praça com seus objetos para buscar abrigo. O que mais me chamou atenção é que eles não se acomodam nas circulações da praça, buscando ocupar as áreas onde ficam a vegetação e também os bancos para colocar seus pertences.

Travesseiros, baldes, sacos de roupa, colchas, mantas, marmitas de comida e objetos de trabalho são os mais variados itens que demarcam essa apropriação do espaço. Entre os próprios moradores de rua, existe uma relação de confiança na qual ninguém mexe nos pertences de ninguém. Por conta da apropriação dos moradores de rua no local, a praça é tida como um local inseguro para se frequentar durante a noite. Um estigma que essas pessoas carregam por puro preconceito da sociedade que marginaliza ao invés de prestar um apoio e solidariedade para com essas pessoas que tentam sobreviver em meio ao descaso.

A partir de um olhar mobilizado pela abordagem mais-que-humanos para a Praça Costa Pereira, é possível compreender o quanto a praça representa mais do que um simples espaço de permanência e circulação de pessoas. Ela também é casa, é abrigo, é resistência de quem precisa do espaço para sobreviver, seja pela utilização do espaço para garantir seu ganha pão, seja por quem utiliza o espaço como casa durante à noite, ou por ser quem deseja retomar aquele espaço como seu por direito. É um constante conflito entre quem cria e controla o sistema determinando quem deve fazer uso do espaço e todos os demais que são marginalizados que, quando possível negociam essa apropriação e uso do local ou se revoltam e usam independente da aceitação de quem impõe o controle.

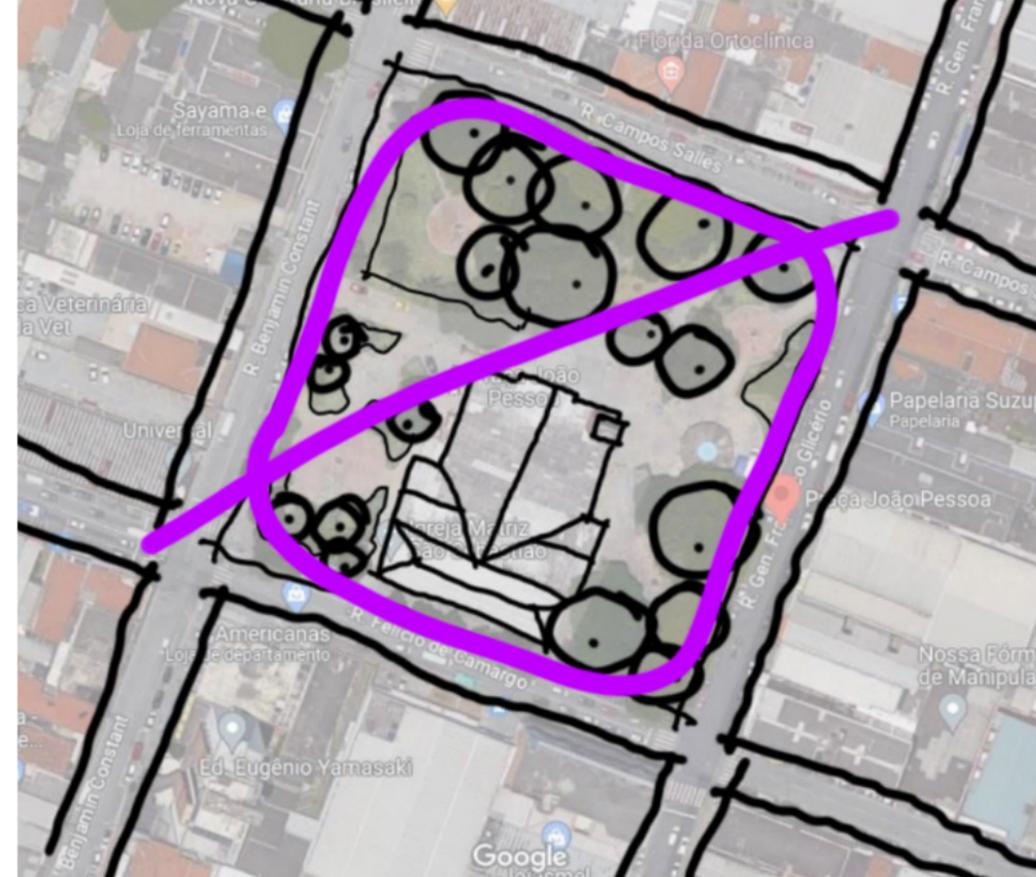


Figura 4 - Praça João Pessoa. Elaboração: "Os autores", 2023.

Praça João Pessoa

Entre tantas praças na região central de Suzano, cidade da grande São Paulo, escolhi a praça João Pessoa para encontrar-me com o que quer que ela poderia mostrar a mim e às leituras dos colegas de grupo - e à turma e professores.

Fui no intuito de abrir-me a ela para observar. E o fiz por duas noites.

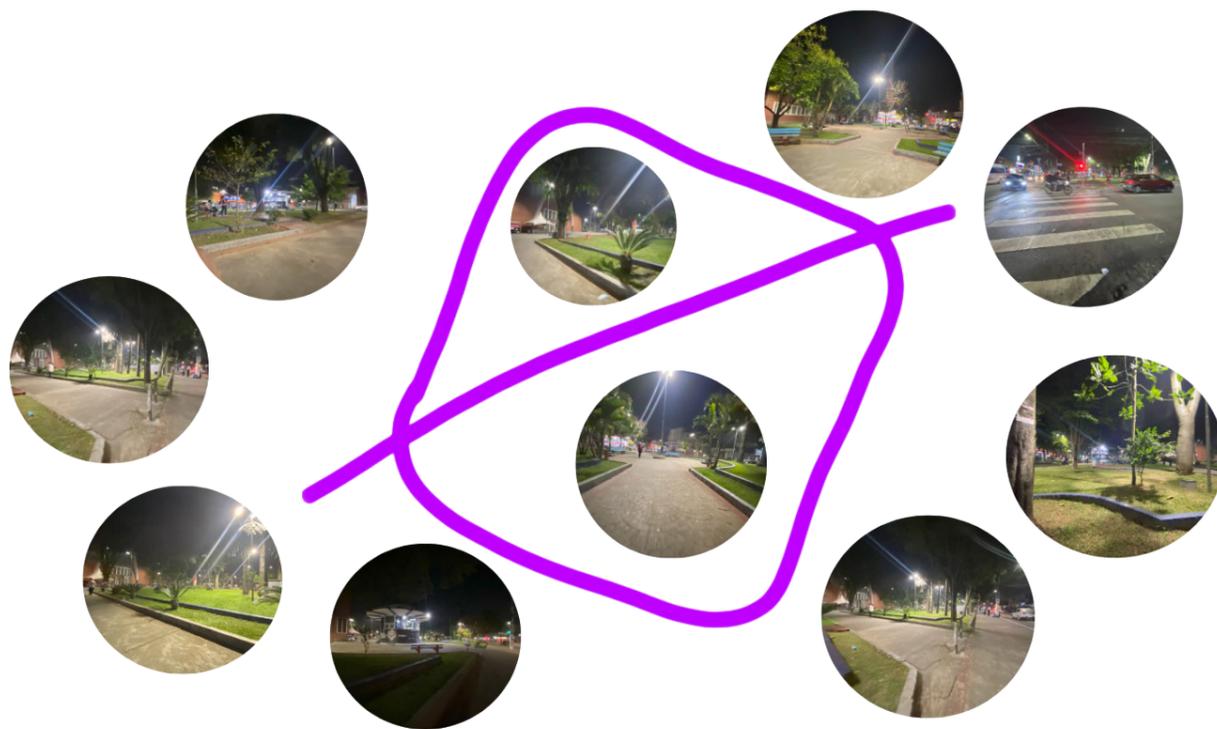
Na primeira, tive medo, hesitei andar por seus traços já calçados e aproveitei o movimento de pessoas ao seu redor para observar a distância de uns quinze metros um pouco de sua dinâmica. Observei pessoas, árvores, caminhos calçados entre as gramas, iluminação, um posto policial, um movimento pós missa na igreja de São Sebastião - padroeiro da cidade, situada ali na praça e ao entorno dela barracas de lanche que ficam abertas durante toda a madrugada, em todos os dias da semana.

Fiquei por pouco tempo observando, pois aproveitei-me apenas do momento de um cachorro-quente que comi numa das barracas no seu entorno.

Voltei dias depois, noites depois, bem verdade, e menos receosa saquei o celular para fotografar meio à espreita. A praça parecia se abrir para mim tanto quanto eu me abria para ela, e percebi outros movimentos, novos detalhes.

Mas não posso contar esse um pouco mais, antes de dizer sobre a minha surpresa ao *passar* pelo *google earth* pela João Pessoa. Vi tanto verde de cima que me conectei mais com ele na segunda volta que dei nela.

Pensei, será que debaixo, verei o que esse verde esconde? Mas não parecia ter mistérios na praça. Nem em quem a cruzava, nem nos taxistas sentados no ponto escuro. No máximo no curto movimento dos homens que passavam numa das laterais da igreja, mas nem era tanto.



O verde chamou-me atenção para o não humano e me peguei pensando na formação e nas muitas vidas existentes em cada folha, caule, galho, tronco, nas raízes que avançam por cima e entre as gramas e terras e naquelas mais fundas, que nada vemos. Dei-me conta então que as árvores mais altas são as que têm ao seu redor alguns bancos e caminhos elevados e calçados de um jeito que cortam as gramas, como numa brincadeira em que se abrem caminhos inusitados. Fiquei pensando na idade das árvores, imagino que muitíssimo mais velhas que a liga, as pedras, os cimentos que as cobriu em partes.

Vi alguns cachorros por ali, uns três ou quatro, e cada um deles acompanhados ou acompanhavam alguém. Era quase 23H e me impressionei que outras pessoas adentravam a praça, *cortando caminho* para o ponto de ônibus, para a farmácia, para o bar ainda aberto e pareceu-me que cada uma delas vinha do mesmo lugar que eu; a estação de trem de Suzano.

Logo de cara, eu não rodeei a praça como o garoto de uns catorze anos fazia com sua bicicleta que hora ou outra empinava na calçada. Eu cruzei a praça!

Certamente cruzei para não parecer uma estranha, cruzei também para encurtar o tempo de permanência nela, e para seguir um pouco dos movimentos e cruzos de outras pessoas, mas, sobretudo cruzei por estar cada vez mais comprometida com o estudo das encruzilhadas e por perceber que as praças e esta tem no seus arredores inúmeras encruzadas. Suzano tem um centro com quadras bastante "quadradas" e com ruas de apenas um sentido para os carros.

Entre na farmácia, como quem disfarça uma traquinagem ou investiga uma situação curiosa. Comprei qualquer coisa barata para observar da calçada e dessa vez atravessei para andar na beirada da praça. Vi-me mais corajosa e boba também, pois realmente a praça não se esvaziava.

O garoto da bicicleta empinou-a ao vir em minha direção e fitou-me os olhos. Eu sentia naquele momento uma sensação de pertencer. Vi mais cachorros e observando a eles e ao movimento de pessoas por detrás da igreja, vi uma mulher e três homens que fumavam e conversavam sentados nas muretinhas dos jardins. Com eles alguns painéis de mostra de artesanatos e acessórios que chamamos de *hippie*. Gostei de perceber que aquele momento era o de encontro, prosa e desconcentração na praça que para alguns deles é o lugar de trabalho. Reconheci a moça que vende ali de dia.

Vi uns três casais heterossexuais. Um de adultos, dois de adolescentes. Todos eles em pontos de menos iluminação na praça. Achei bom lembrar de como é se sentir corajosa na cidade. Aproveitar-me de companhia para ficar mais tempo nos lugares.

Foi só com esse exercício de observar melhor para depois narrar que eu pela primeira vez observei na praça uma instalação artística. Uma grande árvore feita de galhos que foram coloridos de diversas cores. Achei estranho, mas bonito. Uma árvore feita de partes de outras já mortas, coloridas e alçadas de um jeito que faz pensar na vida.

E quando me vi olhando para cima, para a árvore de galhos coloridos, vi-me observada. Uma moça que reparava em meus movimentos, sorriu como se estivesse encontrando alguém que também se aproveitasse do tempo de invisibilidade para olhar mais de dentro a praça.

Achei que já era hora de ir. Já estava quase em frente a praça novamente e desta vez eu me aventurei mais, fui ao segundo ponto de ônibus. Cruzar e circundar a praça me trouxe mais ganas de caminhar à noite. Eu não era a única.

Praça da Piedade

A partir do mapa apresentado, entro neste percurso histórico-narrativo-contemporâneo sobre a praça da Piedade, de maneira endógena e exógena, fazendo um movimento espiralado e circular que me leva a observar os cantos e recantos da praça, este lugar remonta lembranças e memórias minhas e da minha terra.

Por certo, quem passa e/ou vive a praça, não tem noção e nem se dá conta de quanta história o espaço pode contar. A praça da Piedade é, em verdade, uma ilha verde pequenina no coração da cidade, em meio a um trânsito confuso e denso é um espaço rodeado por casarões e prédios de diferentes formas e tempos, onde hoje habitam espaços de poder e pontos comerciais convivendo com uma população aguerrida e sofrida que também nos ajudam a contar a história do lugar.

...É o povo de lá pedindo pra não sofrer. Nossa gente ilhada precisa sobreviver... Dessa forma, o local que abriga os elementos dor e beleza na cidade foi e é um espaço/palco de muitas lutas de manifestações populares e políticas em distintos momentos da história da cidade.

...A primeira lei, a que protege corpo e vida insubstituíveis, é a de que não matará... Antes à força matava os corpos negros, hoje a fome continua matando-os, esta virou a força dos corpos negros descendentes de outros tantos corpos nas cidades brasileiras. Enfim, olhar a praça e escutá-la é viver a história que *ainda se mantém*.

No percurso feito, busquei enfatizar a relação entre dispositivos, equipamentos urbanos e hospitalidade ou hostilidade urbana. É importante que compreendamos que a praça é um sujeito maior que observa e é observada e, que nela, palco de tantas lutas importantes no passado ainda revela novas lutas, assim, para Milan Kundera (1987, p.10) *a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento*.

Figura 6 - Praça da Piedade. Elaboração: "Os autores", 2023.



essa frase deste escritor tcheco guarda um ensinamento ético, este que evidencia a virtuosidade do ser humano e da memória sobre um poder opressor que ignora a subjetividade da existência buscando anular as identidades e pertencimentos através do esquecimento.

Para isso, minimamente realizei três observações em dias e horários diferentes, alternando faixas diurnas com faixas noturnas e, esta escolha me fez acompanhar a dinâmica e os usos da piedade em diferentes momentos. A praça é aberta pela manhã e permanece aberta até a noite quando é fechada. Curiosamente, nos dias em que fui percorrê-la, pude observar que em dois dias nos turnos da manhã e tarde ela se encontrava fechada e a população, sobretudo em situação de rua estava em seu entorno, dividindo espaço com comerciantes ambulantes, com outras tantas pessoas que passam, aguardam sua condução ou mesmo os mais velhos que ali vão se reencontrar.

Hoje, a praça muitas vezes vazia coloca a população em seu entorno, não mais dentro dela. A visibilidade da beleza que visualmente vê-se na praça busca incessantemente invisibilizar a dor e está dor, deve ser considerada a partir de uma categorização filosófica, ou melhor, conceituada como uma das tonalidades fundamentais da vida emotiva, neste caso, a dor de corpos populares que ainda hoje se perpetuam e expressam à sensação de (in)segurança de seus usuários e da população que circula no seu entorno.

Pude nos três dias em que fiz o percurso realizar três tipos de observações na/da praça, da seguinte forma:

Primeiro momento: me desloquei de um ponto de observação para outro e permaneci 15 minutos em cada.

No segundo, demorei mais tempo, aproximadamente 1 hora e 30 minutos, circulando na praça e, em cada ponto que parava para observar ficava aproximadamente 15 minutos também.



Figura 7 - Percurso feito na Praça da Piedade. Elaboração: "Os autores", 2023.

Por fim, no terceiro momento acompanhei os usuários do espaço para compreender as dinâmicas e caminhos que os mesmos faziam.

Fazer esses movimentos de observação em meu percurso me auxiliou no entendimento de que a praça mesmo sendo um espaço desqualificado está intimamente ligada ao imaginário urbano que foi construído sobre esse lugar da cidade, compreendi também que mesmo perante o discurso de espaço desqualificado, a praça da piedade é um espaço plural, acredito que em outros estados brasileiros também o seja.

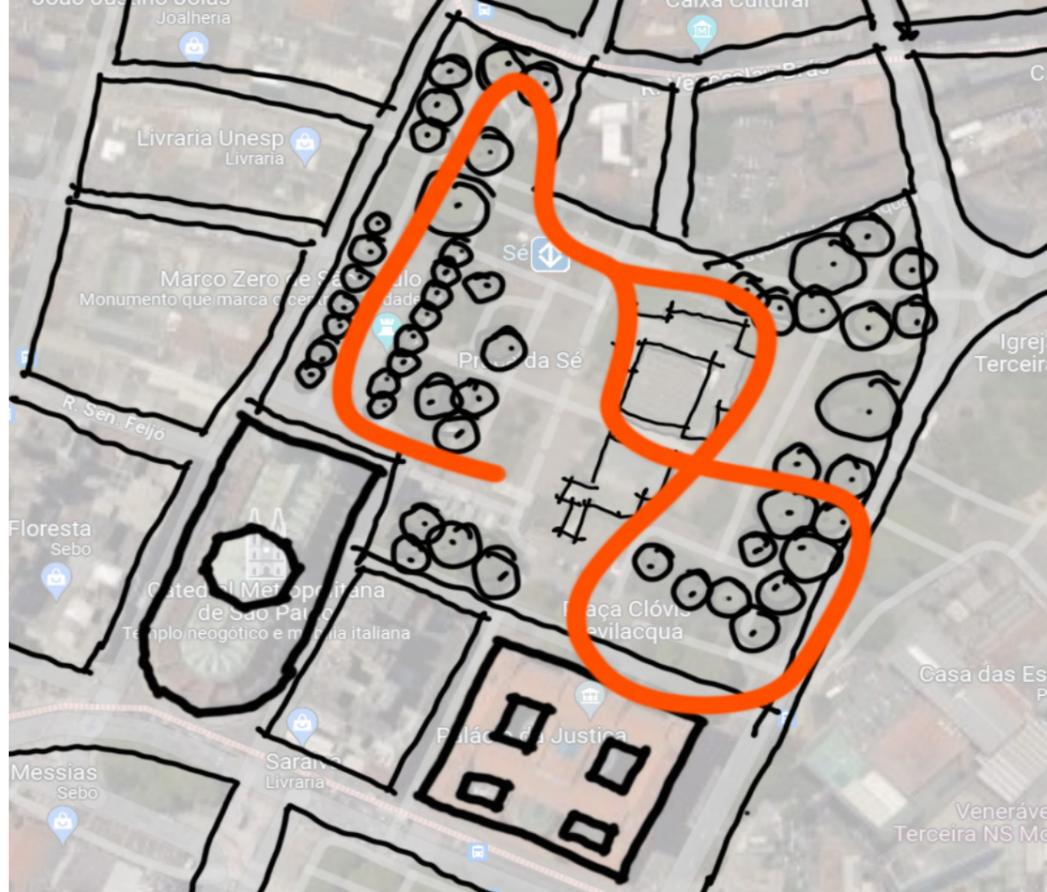
Praça da Sé

Fazer esses movimentos de observação em meu percurso me auxiliou no entendimento de que a praça mesmo sendo um espaço desqualificado está intimamente ligada ao imaginário urbano que foi construído sobre esse lugar da cidade, compreendi também que mesmo perante o discurso de espaço desqualificado, a praça da piedade é um espaço plural, acredito que em outros estados brasileiros também o seja.

Ao sair pela escadaria e acessar o platô da Praça, se encontra a Catedral da Sé que cede sua imagem como um ícone do lugar.

Virando os olhos para a esplanada frontal à Catedral, encontra-se um corredor de Palmeiras que força a um percurso até a porção norte da praça. Este corredor envolve o marco zero da Cidade de São Paulo, que indica ao visitante a direção de várias cidades de outros Estados, como se ele pudesse, ao caminhar, chegar à cidade escolhida.

O que mais chama atenção neste percurso não foram os elementos não humanos da praça, como o marco zero e as palmeiras enfileiradas, mas sim outra fila, que demonstra a fragilidade que a metrópole impõe a alguns de seus habitantes, jogando-os à margem do perverso jogo do capital.



A fila que acumula mentes e corpos em pé, é de uma organização gentil, onde não há a intenção de passar à frente dos outros. Em busca de alimento as pessoas aguardam sua vez de receber uma marmita de isopor. Uma das instituições que distribui o alimento traz consigo o viés religioso percebido pelas camisetas com imagens e dizeres. Parece até uma troca, onde ao aceitar o alimento, leva-se também a crença.

A presença do agente institucional religioso, transforma a boa ação em pescaria de almas, e ao mesmo tempo tranquiliza temporariamente a fome do *outro*. que se torna um nômade por imposição, e cria uma centralidade no território da praça com o adensamento de uma pequena porção deste lugar

A fila chama atenção por outro motivo, pois a princípio se imagina que quem busca alimento é alguém em situação de rua, porém não é possível fazer esta afirmação. Esta dúvida demonstra a estigmatização de como as pessoas em situação de rua deveriam se apresentar, na forma de vestir, na condição estética dos cabelos e na precariedade da higiene pessoal. A pergunta que fica é: quem exatamente faz a parte desta fila? A resposta talvez não importe, pois fica claro que este grupo poderia ser classificado como vulnerável, já que está em busca de algo básico à sobrevivência.

Em volta da esplanada, encontram-se muretas das jardineiras que servem como banco para que as pessoas possam se alimentar. Este elemento da Praça ainda não foi negado ao uso comum com a inclusão de barreiras ou arquitetura hostil. Se vê várias pessoas se alimentando e algumas delas ao terminar, lançam ao chão o recipiente da marmita com restante que excedia a sua fome. A presença de um cachorro que se aproveita do que não foi consumido, denota um certo comensalismo nesta relação humano e não humano.

Continuando o percurso, há um pequeno grupo que se junta para ouvir um Pastor, que aos berros critica a presença da igreja católica como geradora dos pecados do mundo. Ao observador parecia uma forma de tentar resgatar devotos para sua crença em busca do aumento de seu rebanho, porém a intenção do Pastor não é clara, nem

explícita. Ele procura atender seu anseio espiritual ou monetário dizimista?

Logo depois, está a estátua de quem começou com a busca por devotos em nossas terras. A imagem de Padre José de Anchieta, que se relacionou com os povos originários, está na Praça em companhia de um homem deitado aos seus pés.

Para resguardar a história disseminada do *Padre que falava com os indígenas*. Uma viatura da Polícia da Guarda Civil Metropolitana (GCM) se faz presente.

No extremo norte da praça o que se vê é a cerca invisível do trânsito de carros e ônibus.

Outra representação do Estado aplicado ao território da praça, está em um automóvel identificado como *apoio à remoção*, com vários homens de colete laranja à sua volta. A palavra remoção chama a atenção, pois o que será removido? Uma instituição não humana removendo mais que humanos que resistem em condições precárias?

Na sequência do percurso se encontra o acesso à estação Sé do metrô, por escadas rolantes. Este acesso gera um fluxo contínuo do grupo de pessoas que não usam a praça como local de permanência, nem de sociabilidade, mas como uma passagem obrigatória para acessar o ponto central de mobilidade subterrânea.

Aos passantes, é garantido o percurso rápido direto ao ponto de mobilidade central, com o apoio do agente de público que controla a praça, e que também protege os edifícios institucionais, e com sua presença em pequenos grupos de poder, utiliza aparatos técnicos, que definem onde, quem e quando a praça pode ser um espaço quase público.

Logo após ao acesso, o Estado se faz presente mais uma vez, em seus furgões super equipados com câmeras que vigiam tudo, junto com policiais em alerta. No utilitário se vê a inscrição *Crack é possível vencer*, como uma frase de estímulo publicitário. A presença neste ponto, parece regular o acesso ao metrô, definindo quem está apto a usar tal mobilidade.

Ao lado se encontra um grande vazio, apenas um homem sentado na escadaria no meio da Praça que se apresenta com contenções através de gradis móveis e barreiras de concreto, que delimitam o percurso e impedem o contato de humanos com não humanos, separando a parte natural da praça.

No centro da praça, onde há uma claraboia que leva luz natural para as plataformas do metrô, um espelho d'água não reflete mais o céu, pois possui apenas uma lama escura, provavelmente feita de um pouco de água com muitos sólidos suspensos no ar da poluição da metrópole. A lama é contemplada com lixo plástico, latas e resíduos sólidos da construção civil.

A passarela sobre o espelho d'água está solitária e não há a presença humana, mostrando a eficiência do alcance do poder do Estado para garantir a ordem do vazio.

De forma inusitada neste percurso, se reúne um grupo denominado *Igreja sem teto*, o que em um primeiro olhar deixa a dúvida se está se referindo às pessoas em situação de rua, ou se realmente este grupo religioso não tem seu lugar físico. Com bandeiras do Brasil e coletes verde e amarelos, sugere misturar a religião com política, em sua representação e figura, como se a religiosidade só servisse aos que compartilham das mesmas crenças de um mundo plano. Por sorte, há poucos ouvintes que se distribuem na escadaria que vence o desnível da praça. Esta observação, de forma consciente, traz preconceito de quem ainda não venceu o trauma da política recente.



Mais uma vez o vazio se impõe à praça, talvez de forma momentânea, na temporalidade congelada desta fotografia, mas ao fundo se vê motocicletas da Polícia, o que pode repelir a permanência.

A presença do Estado, se dá também, na forma de zeladoria, com a limpeza das calçadas e caminhos da praça, mas a grande imputação de sua presença está nos edifícios institucionais à sua volta, onde o vazio organizador se torna intenso. O Corpo de Bombeiros, e principalmente o Palácio da Justiça emana seu poder para dentro da praça de forma invisível, ou não. Policiais em vigia e placas alertando que ali é uma *Área de segurança*, deixam claro que um poder reina neste lugar, e que não será maculado por nenhum humano.

(Des)encontros (in)esperados: dialogando com os autores

O ato de caminhar pelas praças surge como proposta de se educar a partir do desconhecido, como na lógica do dédalo de Ingold (2015), onde aprenderíamos sem saber o que nos esperava.

Estes encontros e desencontros demonstram que a praça parece um jogo de ocupações onde cada metro quadrado é disputado, de tal forma, que o caminhante fechado na rotina, não alcança a dimensão das dinâmicas do *jogo de ocupar*.

Para entender este jogo, utilizamos o *jogo de caminhar* inspirado por Careri (2013) que busca dentro da cidade sedentária uma cidade nômade. Neste caminhar se encontra o *outro urbano* que enfrentamos conflitos legitimando na esfera pública a luta pelo espaço público.

Cada uma das reuniões e trocas tanto de cunho mais objetivo ao mais subjetivo, tiveram fundamental importância para a construção da pesquisa que ora apresentamos, assumindo que não há neutralidade em pesquisa científica e que nossa escolha pelo

desenho de pesquisa qualitativa compreende que a visão do grupo e percepções acerca das experiências são também consideradas.

É inegável que uma praça seja um espaço público, neste sentido, este trabalho procurava entender a dinâmica que se apresentava na ocupação de espaço aberto a vários atores.

Ao elencar a Praça como objeto de estudo a ser cartografado, ficou em suspenso o objetivo final desta cartografia. Após discussões enevoadas do que era procurado na Praça, somente após o ímpeto de observá-la, foi possível entender o que procurar utilizando como método um percurso narrativo. Dessa iniciativa de conhecer o espaço da praça, percorrê-la e depois, criar a narrativa que parecia legítima pelo olhar do observador, que o trabalho ganhou impulso para sua formatação.

Foi do encontro entre a prática e a teoria, entre o estar em campo e o inventar mundos conceituais (RENA et al., 2016), como descrito na Revista Indisciplinar sobre o trabalho de Virgínia Kastrup, que este trabalho se consolidou como um processo de experimentação. Esta prática experimental colocou à prova as invenções ou ficções dos participantes (KASTRUP e BARROS, 2009), que ao iniciar os percursos nas praças carregavam consigo uma predisposição narrativa. São nossas cartografias dando língua para afetos e atendo-se às linguagens dos encontros (ROLNIK, 1989).

Tais considerações acerca das escolhas metodológicas apontam também para nossa preocupação e respeito com quem lê este texto. A pesquisa narrativa que traz nossas vozes, que as elevam, podem ser tomadas aqui como as vozes que conversam com outras tantas. Não somos portadores e portadoras, somos pessoas que observam e também são observadas pelas cidades e pelas praças; sujeitas ao nosso estudo.

O trabalho sobre a praça oportuniza horizontalidade, ao mesmo tempo em que causa uma outra sensação subjetiva do espaço. Assim, é também um convite aos participantes cartógrafos sociais a ocupar um espaço novo que não experimentam desde a infância.

Inicialmente nossa discussão era sobre *o que vamos fazer agora?* Desta forma, a realização do percurso implica em um processo de intercâmbio de informações territoriais que constitui um dos elementos mais ricos da Cartografia Social, por um lado, a memória territorial e o território vivido e, por outro, o território argumentado, narrado e observado.

Ao escolhermos as praças como nossas sujeitas a serem observadas demo-nos o presente de primeiro colocarmo-nos como *flâneur* em nossas próprias cidades, ao caminhar entre as massas trabalhadoras, anônimas, atarefadas subvertendo a multidão, a velocidade, o atarefamento e o consumo, escondendo-nos no anonimato. (GROS, 2021).

Os percursos vieram cada um ao seu modo e possibilidade, considerando algumas alternativas, como vimos relatando nesse texto, a respeito de para onde olhar, o que olhar, como olhar e como traduzir o que olhamos e vimos; as praças, as vidas, os fixos, os fluxos e fricções (FREIRE-MEDEIROS et al., 2020).

Como observadores diferentes em locais diferentes, a proposta foi que cada um estivesse livre para contar a história do que viu e criar sua própria narrativa, tanto na forma escrita como estética da análise final. Esta observação, não seria uma atitude meramente descritiva ou neutra do pesquisador a partir da dissolução do seu ponto de vista (PASSOS e EIRADO, 2009), mas carregada de viés da carga cultural e emocional de cada um. Assim como aponta Rolnik (1989) o cartógrafo está sempre na busca por

elementos/alimentos para compor suas cartografias.

A preocupação não era isolar o objeto de estudo do seu contexto, mas entender quais dinâmicas aconteciam nas Praças e como seria possível contar estas histórias, lembrando a indicação de Kastrup de que a cartografia desenha a rede de forças a qual o objeto está conectado. (KASTRUP e BARROS, 2009).

Com isto, foi possível após a criação dos percursos, suas narrativas e análises, levantar o que de comum se apresentava, mesmo em olhares tão diferentes. E, afetando de forma diversa e não num sentido único, lembrando Ailton Krenak que, definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações (2020).

Focando o olhar em uma Praça mais que humana que cria dinâmicas de poder, na ocupação, lazer e passagem. A partir da relação entre os sujeitos, sejam eles seres vivos ou não vivos, como no Feral Atlas (TSING, 2021), encontrou-se a conexão em prol do projeto de controle.

Seja humano ou não humano, estes sujeitos sofrem pressão através de aparatos técnicos que definem a partir da escolha humana e do sistema social e econômico, quem e quando controlar. Mostrando que a utilização de um dispositivo usado para resolver problemas de relações de uma comunidade contém propriedades políticas. (WINNER, 1986). Estes dispositivos físicos podem ser as cancelas, elementos de concreto, gradis entre outros, e trazem consigo a intenção do controle de quem pode ultrapassá-los, em que direção e que momento pode se usar o espaço público da praça.

A presença do Estado, se dá também, na forma de zeladoria, com a limpeza das calçadas e caminhos da praça, mas a grande imputação de sua presença está nos edifícios institucionais à sua volta, onde o vazio organizador se torna intenso. O Corpo de Bombeiros, e principalmente o Palácio da Justiça emana seu poder para dentro da praça de forma invisível, ou não. Policiais em vigia e placas alertando que ali é uma *Área de segurança*, deixam claro que um poder reina neste lugar, e que não será maculado por nenhum humano.

Além deles, as instituições sempre estão presentes nas praças estudadas, e também influenciam, ora mais, ora menos, a ocupação do espaço que se define no uso pela permanência ou passagem, a depender do status quo do cidadão. As instituições, apesar de não humanas, usam o humano como ferramenta para se impor.

O controle é visivelmente aparente desde a concepção da praça, que não considera o não humano natural existente, mas o esquadrinha em um paisagismo cenográfico, para ditar os caminhos a percorrer, e onde os humanos terão abrigo à sombra e a entrega do conforto ambiental e estético pela sua presença. São não humanos a serviço dos humanos na condução do controle.

Além disso, surge um conflito de ocupação espacial entre os próprios seres humanos, quando não consideramos as pessoas em situação de rua que utilizam as praças como abrigo, sendo marginalizadas por aqueles que administram esse sistema de controle. Os indivíduos empobrecidos são percebidos como intrusos nos espaços urbanos, e sua exclusão é legitimada pela informalidade (NARAYANAN, 2017).

A ocupação das praças por pessoas em situação de rua frequentemente reflete uma resistência silenciosa contra as adversidades da vida urbana. É uma maneira de afirmar a própria existência, mesmo diante da invisibilidade social e da escassez de recursos.

No caso das praças, a ocupação de resistência, também parece uma resposta às falhas de um sistema social que exclui populações, que cria identidade histórica do lugar como centro de resistência, que apresenta a tensão da ocupação humana sobre o direito natural de não-humanos ou que simplesmente serve como espaço de convivência hedônica.

A resistência, ora escancara o flagelo indicando a urgência de soluções para o problema que o sistema gerou, ora indica que precisamos do espaço da praça para lazer e convivência, e deve ser ocupado como espaço público que é, e assim manter-se público.

Tal fenômeno pode ser compreendido por meio da lente da sociologia das ausências e das emergências proposta por Boaventura de Souza Santos (2002).

A sociologia das ausências destaca vozes negligenciadas e marginalizadas na construção do conhecimento social. No caso das praças, a presença de pessoas em situação de rua evidencia uma ausência sistemática de políticas inclusivas e estruturas sociais que atendam às necessidades desses indivíduos. As praças tornam-se, assim, espaços onde as ausências sociais são manifestadas de maneira visível, clamando por uma análise crítica das lacunas em nossas estruturas sociais.

Por outro lado, a sociologia das emergências de Souza Santos (2002), nos instiga a reconhecer as crises sociais como oportunidades de transformação e resistência. As ocupações de praças por movimentos sociais, representam uma resposta emergente às desigualdades estruturais, reivindicando visibilidade e justiça. Esses espaços tornam-se arenas de expressão para demandas urgentes por mudanças sociais significativas.

A presença simultânea de pessoas em situação de rua e movimentos sociais de resistência nas praças reflete a interseção complexa entre as ausências e emergências sociais. Enquanto as ausências revelam as falhas em nossas estruturas sociais, as emergências apontam para a necessidade de ação imediata e transformadora.

Tecendo considerações

O estudo desenvolvido com método cartográfico, mostrou não só a prática de um processo que trouxe resultados inesperados, mas a partir da análise dos dados e narrativas construídas pelos observadores e seus cruzamentos, a principal conclusão foi de que o controle é um aspecto claro na visão mais-que-humana das praças.

Esse aspecto de controle nos diferentes modos de ocupação dos agentes, está ligado nas várias dinâmicas que acontecem diariamente neste espaço público que num primeiro olhar antropológico, parece ser só um espaço de sociabilização.

A escolha dos participantes observadores, a princípio, foi alinhar a tipologia das praças, buscando desenvolver suas narrativas sempre a partir das praças centrais das cidades onde residem, onde haveria uma utilização e presença intensa de vários atores sejam humanos ou não humanos. Esta escolha partiu da conscientização de que as praças possuem características diferentes que definem seus usos, como a localização, o entorno, o relevo, a paisagem, a quantidade de vegetação e equipamentos de lazer.

O resultado desta prática mostrou que o controle como ponto central, vem da utilização de aspectos mais que humanos que definem como a praça pode ser utilizada. Esses aspectos estão presentes na definição dos percursos da praça a partir dos pequenos canteiros com vegetação, em espelhos d'água, em massas arbóreas que sombreiam

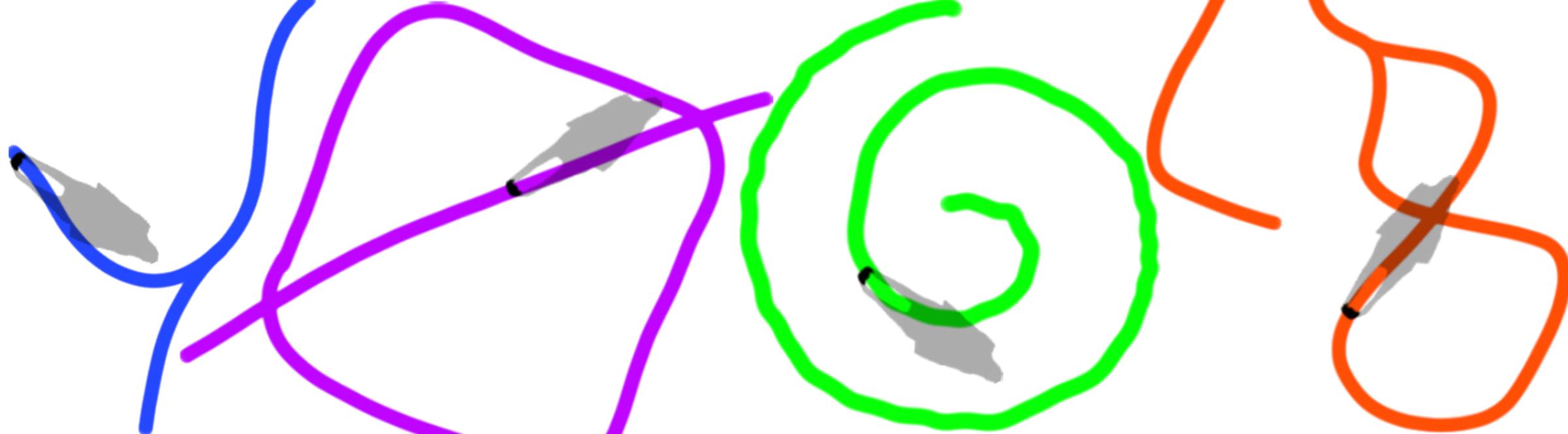


Figura 10 - Observadores e seus percursos.
Elaboração: "Os autores", 2023.

áreas de permanência. Os aparatos técnicos contribuem no controle de quem pode ocupar a praça, com o fechamento perimetral com gradil fixo que define quando e por onde os usuários podem acessar o espaço público, mas também os gradis móveis utilizados em eventos proíbem as pessoas em situação de rua de ocupar o espaço. Outros aparatos, como bancos, controlam onde deve ser o lugar de descanso e alguns de forma dissimulada são revestidos com pedras que ao absorver o calor do dia impede sua utilização.

No caso das instituições, a polícia é a que mais está presente nas praças, porém em alguns casos não como uma presença inerte acionada por demanda, mas com objetivo claro de controlar fluxos, percursos e acesso de quem pode utilizar as praças. Outras instituições como as religiosas ou culturais também apresentam sua influência nas praças.

A relação entre os mundos mais-que-humanos, a ocupação de praças públicas brasileiras por pessoas em situação de rua e movimentos sociais de luta e resistência é uma teia complexa que pode ser desdobrada pelos olhares de Francesco Careri, Tim Ingold, Chimamanda Ngozi Adichie e Kabengele Munanga.

Através do olhar de Careri, podemos destacar o caminhar como prática artística, enxergando nas praças não apenas espaços urbanos, mas cenários onde as histórias dos mundos mais-que-humanos se desdobram. A ocupação desses lugares por pessoas em situação de rua e movimentos sociais torna-se uma forma de expressão artística coletiva, onde não apenas os humanos, mas também os elementos urbanos, natureza e arquitetura, desempenham papéis fundamentais.

Por sua vez, Ingold, nos convida a pensar nas praças como lugares onde os fios da vida se entrelaçam. Ao observar a ocupação por pessoas em situação de rua e movimentos sociais, destaca-se a construção contínua de relações e atividades, formando uma teia dinâmica que conecta humanos e não humanos. A relação com o ambiente, seja ele construído ou natural, desempenha um papel crucial nessa rede de interações.

Aperspectiva literária e cultural de Chimamanda Ngozi Adichie, acrescenta uma dimensão narrativa à ocupação das praças. Os mundos mais-que-humanos são entrelaçados com as histórias individuais de pessoas em situação de rua, suas experiências únicas que desafiam estereótipos e ressoam como narrativas de resistência. As praças, nesse contexto, se tornam espaços onde as diferentes histórias convergem.

E com Munanga, trazemos o foco para as questões raciais e sociais, destacando a interseccionalidade na ocupação das praças. Ao considerar as lutas sociais e a presença de pessoas em situação de rua, a partir de Munanga lembramos que a teia de interações incluem dimensões raciais, classistas e de outras formas de discriminação. As praças são palcos onde essas interseções se tornam visíveis e desafiam as estruturas opressivas.

Assim, a ocupação de praças públicas brasileiras, em especial, a Praça da Piedade em Salvador/BA; a Praça da Sé em São Paulo/SP; a Praça Costa Pereira em Vitória/ES e a Praça João Pessoa em Suzano/SP, se revelam como um fenômeno intrincado, onde os mundos mais-que-humanos, as experiências de pessoas em situação de rua e os movimentos sociais entrelaçam-se, formando uma complexa tapeçaria de interações que transcende as fronteiras humanas e destaca a necessidade de uma análise mais holística e inclusiva.

Referências

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.
- CARERI, F. *Walkscapes. O caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.
- FONSECA, T; KIRST, P. *Cartografia e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- FREIRE-MEDEIROS B; PIATTI LAGES, M. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], 123, 2020.
- GROS, F. *Caminhar, uma filosofia; tradução Célia Euvaldo/ Título original: Marcher, une philosophie*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- GRUPO SENSÇÃO. *Música OYÁ (Canto de Oração)*. Intérpretes: Pércles e Grupo Sensação. Composição de Carica e Prateado. Warner/Chappell Edicoes Musicais Ltda, 2013.

INGOLD, T. (2015). O Dédalo e o Labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez.

KASTRUP, V; BARROS, L.P. Pista 3 - Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (Org.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 p.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LISPECTOR, Clarice. Um grama de radium - Mineirinho (Trecho de texto). *Revista Senhor*, 1962.

MUNANGA, K. *Negritude: Usos e Sentidos*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

NAVARRO, L. J. Deambulações narrativas de Francesco Careri na construção estética do espaço. *Revista Vitruvius*, São Paulo, mai. 2015.

NARAYANAN, Y. Street dogs at the intersection of colonialism and informality: subaltern animism as a posthuman critique of Indian cities. *Environment and Planning D: Society and Space* 35(3): 475-494.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Pista 6 - Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (Org.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 p.

RENA, N. et. al. Cartografia enquanto método de investigação: uma conversa com Virgínia Kastrup. *Revista Indisciplinar*, v.2, n.2, p.17-30, dez.2016.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, 2002. p. 237-280.

STEEL, W. WIESEL, I. MALLER, C. More-than human cities: where the wild things are. In: *Geoforum Special Issue*. Volume 106, November 2019, pages 411-415.

TITTONI, J.; TIETBOEHL, I. K. Política na rua: subjetivação, resistência e ocupação dos espaços públicos. *Psicologia & sociedade*, v. 32, p. E166538, 2020.

TSING, A.L. O Antropoceno mais que humano. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

WINNER, L. “Artefatos têm política?”. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 21 no 2, 2017, p.195-218.

WOLCH, J. Zoopolis, in Wolch, J and Emel, j (eds), *Animal geographies: place, politics and identify in the nature-culture borderlands*. Verso: London. 1998.

A POTÊNCIA POLÍTICA DO CAMINHAR

A ocupação do território Guarani Mbya pelo movimento circular

THE POLITICAL POTENCY OF WALKING
The occupation of Guarany Mbya territory through circular movement

Celma Paese¹ e Gianluca Mascali Perseu²

Resumo

Propomos contribuir para um conhecimento teórico, político, transdisciplinar, crítico e sensível acerca do caminhar como dispositivo de ocupação e de agenciamento de paisagens e territórios no século XXI. Para isso, buscamos ensaiar a desnaturalização de ordens e regimes hegemônicos de visibilidade e autorização discursiva, por meio da disposição e busca de entendimento da experiência nômade do povo Guarani Mbya e sua influência na configuração da paisagem contemporânea do sul do Brasil. O texto inicia relacionando o caminhar com ato estético de agenciamento de políticas de apropriação espacial e produção de paisagens, apontando as diferentes formas de caminhar dos nômades e sedentários, seus modos de produção de espaço e como andar pode se tornar um ato incendiário. Segue com um estudo sobre a mobilidade dos Guarani Mbya, como sua subjetividade influencia no seu movimento e ressignificação espacial de seu mundo em ruínas. Concluimos apontando o caminhar como agente da dignidade humana, que traz consigo ventos de esperança, que buscam algum caminho para a equanimidade nas paisagens desse sul do mundo.

Palavras-chave: caminhar, estética e política, antropoceno, colonialidade, Guarani Mbya.

Abstract

We propose to contribute to a theoretical, political, transdisciplinary, critical, and sensitive knowledge about walking as an occupation device for managing landscapes and territories in the 21st century. For this, we seek to test the denaturalization of orders and hegemonic regimes of visibility and discursive authorization, through the disposition and search for understanding of the nomadic experience of the Guarani Mbya people and its influence in the configuration of the contemporary landscape of southern Brazil. The text begins by relating walking with the aesthetic act of arranging policies for spatial appropriation of landscape production, pointing out the different ways of walking for nomads and sedentary people, their modes of space production and how walking can become an incendiary act. It follows with a study on the mobility of the Guarani Mbya, how their subjectivity influences their movement and spatial re-signification of their world in ruins. We conclude by pointing out walking as an agent of human dignity, which brings with it winds of hope, which seek some path towards equanimity in the landscapes of the south of the world

Keywords: walking, aesthetic and politics, anthropocene, coloniality, Guarani Mbya.

1 Arquiteta e Urbanista (Uniritter), Doutora em Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura (PROPAR/UFRGS) com Pós-Doutorado (PNPD-CAPEs) em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU UniRitter/Mackenzie). Professora do Departamento de Projeto Arquitetônico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

2 Arquiteto e Urbanista (Uniritter.), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 2023). Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Anhanguera Porto Alegre.



Introdução

“Nós somos uma única família original – nosso corpo e o nosso jeito é o mesmo, a nossa língua e a nossa fala é a mesma. (...) Os antigos foram para o Brasil e os parentes que vieram do Brasil são os que restaram e são os verdadeiros.”

Trecho de discurso do dirigente político da aldeia Guarani Mbyá Pastoreo, Itapua, Paraguai, em 1997

A colonialidade, tal qual cunhada por Quijano (2007) é uma forma de poder imposta durante a colonização, permanecendo presente nas estruturas sociais e culturais das sociedades contemporâneas. Ela se manifesta através de hierarquias raciais, de gênero e de classe, criando relações assimétricas de poder entre colonizadores e colonizados. Enquanto eco do projeto expansionista da Modernidade europeia, a colonialidade é um conceito essencial da teoria decolonial, e vem ganhando terreno nos estudos urbanos. Neste âmbito, surge como chave política para a desnaturalização de hegemonias e visões de mundo colonializantes na ordem do ecúmeno; da habitação humana sobre a superfície terrestre.

Um pouco mais recentemente, ao longo do século XXI, a discussão do Antropoceno enquanto período geológico oriundo das devastações capitalistas sobre a Terra, também vem se estabelecendo nas ciências sociais. Neste campo, provoca-nos a compreender um habitar a Terra para além da própria humanidade. O Antropoceno, assim, emerge como uma tomada política de conhecimento acerca das condições de vida (e de sua extinção) acarretadas por nossa própria existência. Surge então a

provocação de pensar, a partir desse exercício de atenção a um futuro comum, como as diferentes formas de estar-no-mundo, humanas e não humanas, emaranham-se em arranjos complexos. Em como as justaposições conflituosas do habitar originam e mantêm localizações desiguais em hierarquias de poder.

Buscando explorar como os estudos urbanos podem trabalhar formas mais igualitárias de estar no mundo entre humanos e não-humanos — e também entre as multiplicidades da condição humana na Terra — nossa abordagem se concentra na exploração filosófica do caminhar como prática política, habitando as brechas das relações entre as culturas humanas, os seres e a natureza.

Pensemos a natureza, como na cosmovisão *Guarani Mbyà*, enquanto emaranhamentos cíclicos de espaços-tempos nos quais tudo o que existe está em relação. O caminhar, da ordem da experiência sensível e pré-refletida, é um ato de apropriação e significação espacial; é produção de territórios e subjetividades que não estão configuradas de antemão, que se vão desenhando em meio à carne do mundo, da qual somos parte. Caminhar não se trata apenas de atravessar caminhos, mas de produzi-los e, ao mesmo tempo, produzir-se, a partir da dimensão da experiência: do encontro e do envolvimento com a totalidade da natureza através do fenômeno sensível da paisagem (Berque, 1998; 2013). Nesse encontro, as ordens estão dispostas e podem ser percebidas. A política é estética. Por isso, caminhar envolve emaranhar-se esteticamente com o mundo, apreender suas lógicas e funcionamentos, afetar-se pelo que, caminhando, nos acontece. Caminhar é produzir sentido. Produzir sentido é duvidar do mundo tal qual vem sendo praticado, é produzir a si e a mundos outros, mais ou menos concretos.

O caminhar, ato estético primordial, origina a constante ressignificação física e perceptiva do percurso. Encarando-o como prática inventiva de habitar um presente espesso — posto que pleno de temporalidades múltiplas — na ordem estética da paisagem, julgamos se tratar de uma prática política de atenção ao estado das coisas; às ordens e configurações desigualitárias, macropolíticas, molares, capitalísticas e antropocênicas através das quais o mundo se vem configurando. No âmago dos desafios impostos pela tomada de consciência do Antropoceno, enfim, o caminhar é, aqui, visto como uma ferramenta de vislumbre de alternativas às tragédias de um destino comum da vida no Planeta. Em meio à tomada de consciência de crises ambientais e sociais aparentemente irreparáveis pela matriz capitalista de produção de mundos, a decolonialidade surge, pensamos, como chave política para a produção de outros modos de vida. De formas de existência cujas possibilidades parecem escassas em meio à tragédia cotidiana do Antropoceno.

O objetivo do presente trabalho é explorar filosoficamente a potência política do caminhar enquanto prática de denúncia e desnaturalização de regimes dominantes (capitalistas, antropocênicos, coloniais) que se expressam na ordem ética e estética da paisagem através do nomadismo praticado como ato de resistência pelo povo Guarani Mbyà.

Caminhar é um ato incendiário

Ser caminhante é assumir o caminhar como ato estético, performance corporal que estabelece as relações de poder com o espaço e a sociedade, seja de iniciação, apropriação, passagem, evocação, perversão, colonização ou resistência. O caminhar é uma prática amplamente discutida no campo das humanidades, possuindo antologias que perpassam idiomas e continentes. Paese (2014), estabelece uma revisão acerca do tema passando pelas derivas, deambulações e *flâneries* europeias, dando a ver, ainda, como a questão vem sendo explorada no Brasil. Este trabalho procura partir

desse conhecimento acerca do caminhar enquanto ato estético, atentando a seu aspecto político.

Para Rancière (2009), de fato, todo ato estético possui uma dimensão política, e a política consiste no ato de denúncia de uma ordem que opera o corte entre quem participa e quem não participa de determinados mundos sociais. A política surge, assim, como um exercício de vislumbre de pertencimento por entre as frestas dos mecanismos de exclusão social. A política, enquanto ato de tomada de palavra, denúncia e visibilização de algum dano à igualdade, se contrapõe, segundo o autor, à constituição de ordens desigualitárias do social, às quais chama de polícia, ou ordens policiais. A relegação de certos marcadores (e.g. raça, sexualidade, identidade de gênero, classe, lugar que ocupa na cidade etc.) à ocupação de certas posições sociais em detrimento de outras; a instauração e manutenção de bordas expressas nos diferentes níveis de acesso que os múltiplos coletivos sociais possuem: tal é a topologia das ordens policiais rancièrianas. O dano à igualdade, mesmo podendo ser velado por dispositivos de controle macropolítico, se expressa no mundo sensível, na medida em que diz respeito à dimensão coletiva de um mundo compartilhado.

É na dimensão da denúncia de um dano por meio da tomada de palavra por aqueles que o sofrem, que acreditamos que uma discussão política sobre o caminhar tenha contato tópico com a produção de formas políticas, sensíveis, resistentes, singulares e comuns de estar no mundo. Enquanto caminhamos, afetamos e nos deixamos afetar pelo espaço percorrido. Caminhar é abrir brechas no solo e no imaginário. É preciso lançar olhares para outras formas de habitar o mundo no tempo presente, de produzir acolhimento para outros modos de viver. O caminhar, ousemos, se trata de uma ferramenta de espaçamento e de alteridade; um verdadeiro dispositivo de atenção, reflexão e, enfim, de desnaturalização de hegemonias. Em meio à consagração do espetáculo como *modus operandi* dominante da ocupação humana na Terra, o caminhar trata da dimensão sensível, e até mesmo participativa, do cotidiano, configurando resistências a partir da experiência, do corpo e da percepção.

“Nossa tarefa é causar problema, é provocar respostas potentes para eventos devastadores, assim como acalmar águas agitadas e reconstruir lugares calmos”, afirma Donna Haraway (2016). *Ficar com o problema*, discute a autora, é a nossa tarefa em meio às catástrofes do Antropoceno. Caminhar, provocamos, é uma forma de levar tal tarefa a cabo. Ficar com o problema significa fazer parentes, criar laços com o mundo do qual participamos, de forma a “aprender a viver e morrer bem uns com os outros em um presente espesso” (Haraway, 2016). Esse mundo possui uma infinidade de percursos possíveis, bem como maneiras de percorrer. A esta tarefa não cabe tanto a ideia de futuro quanto a de aprender a estar presente em um mundo compartilhado. Falando de uma ética para além da humanidade, a discussão de Haraway dá-nos a ver possíveis contatos com o princípio político de igualdade de Rancière, na medida em que discute o capitalismo a partir de uma lógica de pertencimento e não pertencimento, de controle do capital e de forças microscópicas (por vezes, literalmente) de resistência.

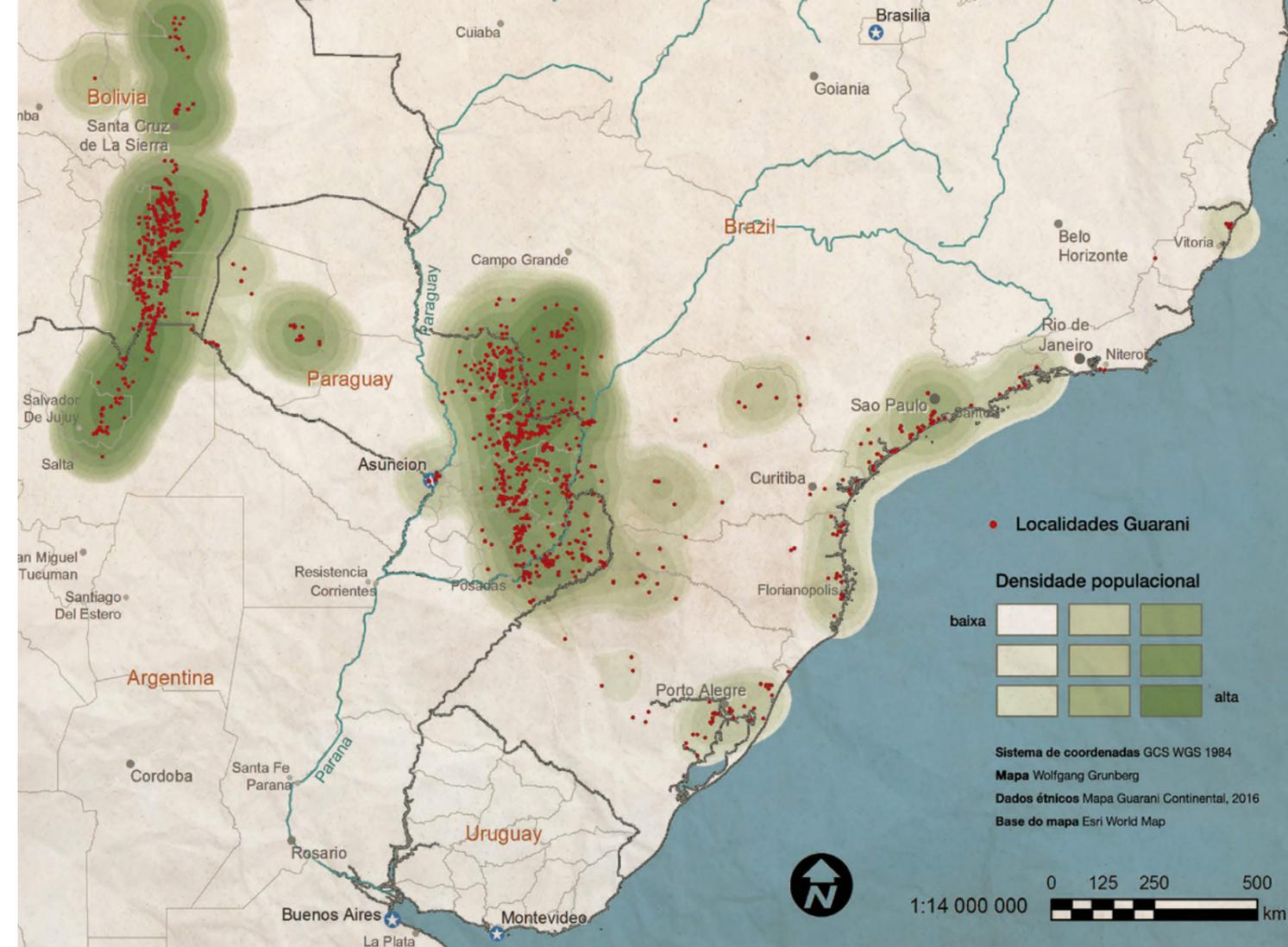
Se o ato estético do caminhar pode ser considerado uma prática política e portanto socioestética, com ele são disputados os sentidos da paisagem. E assim, aceitamos a provocação de Frederic Gros (2014) de que “caminhar nos ensina a desobedecer”, enquanto questionamos em que sentido desobedecemos. Que sinais de resistência, subversão ou ousadia podem ecoar na concatenação de passos, trajetos e viradas bruscas em esquinas, estradas, caminhos? Quais as fronteiras do caminhar como dispositivo de (re) significação espacial? Quem caminha e como caminha? Viver o caminhar sem pressa do nômade ainda é possível nas sociedades sedentárias da contemporaneidade? Careri (2002) já alertava: “Quem perde tempo, ganha espaço”.

Humanos nômades, errantes e sedentários coexistem desde sempre. O que os diferencia é a relação com o tempo-espaço. A relação lúdica com o tempo do nômade e do errante os fazem viver o espaço através do constante movimento. Para a humanidade sedentária, acontece o contrário: investir no tempo de trabalho é preciso e esse investimento determina o espaço onde vive e como o vive. O conceito de tempo circular e linear e o sentido de orientação que cada um determina podem ajudar a entender esses processos.

Em Fuão (2004), o tempo circular é característica dos povos originários e o tempo linear é a característica de nossa sociedade sedentária. No tempo circular, as referências espaciais mudam muito pouco em relação ao tempo, assim como em relação à cultura. As formas arquitetônicas são constantes, demarcando lugares. Os nômades podem facilmente ler o espaço, criando sua própria noção de tempo através de quão rapidamente acessam os marcos que lhe servem como referência espacial em um caminho. Já no tempo linear, que é característico de nossa sociedade sedentária, as referências espaciais mudam constantemente, apesar de gradualmente, causando desorientação. Quando nos damos conta, precisamos de placas de sinalização para nos orientar. As constantes mudanças do espaço sedentário através do tempo aprisionam quem tenta desesperadamente buscar reconhecer e entender suas mutações. O processo contrário acontece nos caminhos nômades, que incitam ao devaneio da alma.

Para Deleuze e Guattari (1997), os espaços nômades e sedentários são de natureza oposta. O espaço sedentário é denso, sólido, cheio, estriado por muros, com caminhos cercados. Seus habitantes são distribuídos em espaços fechados, construídos, de fácil controle visual e de comunicação entre as partes. O espaço nômade é fluido, aberto e vazio. Distribui os povos sem partilhas e fronteiras, formando um espaço liso, um infinito desabitado e imprevisível, com orientação difícil para quem não tem a mesma noção de tempo daqueles que criam os únicos marcos humanos reconhecíveis. Esses são as pegadas móveis e evanescentes dos caminhos nômades, que se movem de modo circular, em movimento extensivo e em velocidade intensiva, há gerações. Tal movimento é o caráter relativo de um corpo, enquanto a velocidade, ao contrário, é o seu caráter absoluto, cujas partes irreduzíveis preenchem um espaço liso, como um turbilhão que pode surgir de um ponto qualquer. Um espaço liso se localiza entre dois espaços estriados: o da floresta, com suas verticais de gravidade das vegetações formando eixos cartesianos; o da agricultura com os marcos ortogonais dos campos cultivados. Isso significa que o espaço liso é controlado por esses dois limites. Enquanto exerce a função de comunicação entre ambos, ele também se volta contra o espaço estriado, por um lado corroendo a floresta e por outro traçando desvios por entre os campos cultivados.

Se essas ações forem vistas em forma de espaço global relativo, implica que os caminhos que comunicam cidade e campo são determinados e limitados por esses componentes, assim como os eventos da vida e intercâmbios comerciais. É nesses caminhos que nômades e migrantes se cruzam e, eventualmente, se confundem (Paese, 2014). Lembramos que, enquanto o migrante caminha para abandonar um meio ingrato, o nômade é aquele que não parte, o que insiste no movimento circular e inventa o nomadismo como resposta ao desafio de enfrentar o deserto. Deleuze e Guattari (1997) ponderam que é vital para qualquer Estado vencer o nomadismo e controlar as migrações a fim de fazer valer uma zona de direito por todos os caminhos que atravessam seu território. Para um controle eficiente da zona de direito é necessário existir trajetos fixos, com direções determinadas que limitem a velocidade e regulem os vetores de deslocamento, possibilitando medir os movimentos relativos aos sujeitos e objetos.



Caminhar sobre as ruínas do (seu) mundo

Caminhar nos ensina que não há um território externo e objetivo para “fugir”; assim como não há contemporaneidade sem bases apoiadas nos sepulcros dos colonizados. A troca entre presenças, algumas espectrais, é presente nas ideias, nos ideais e nos modos de viver que acompanham os humanos nos trajetos dos nômades e errantes desde os primórdios. Convidam a viver a emoção dos afetos presentes nos passos do espaço-tempo, sem possuí-los, enquanto compartilham e trocam impressões com o mundo interior, durante a descoberta das novas paisagens e paisagens outras, dando-lhes novos significados.

Na América Latina, o espaço liso e a velocidade absoluta de caminhada são encontrados nos movimentos dos povos originários, mas nem sempre mantêm integridade completa. Assim como o povo Guarani, eles não se deslocaram pelo instinto migratório de seu povo, mas pela migração causada pela ameaça dos colonizadores. Esse modo de ocupação territorial dos Guaranis Mbyá foi estudado por Paese (2014). A autora comenta que, mesmo que o objetivo inicial do movimento fosse migrar para dar as costas aos opressores da sua cultura, a realidade do eventual cerco do seu território pelos brancos levou-os a adotar a prática do já comentado movimento circular deleuziano. Curiosamente, o constante “movimento circular em fuga” faz com que invadam com mais intensidade os espaços sedentários estriados das cidades, florestas e campos cultivados.

Figura 2 - Imagem 2: Mapa do território Guarani em 2016. Fonte: Caderno Mapa Guarani Continental - 2016, página 4. Disponível em: <campanhagarani.org>. Último acesso: 2 de agosto de 2023.

A partir dessa situação, os povos Guarani criaram outras compreensões de seu sentido de Terra e de terra, impregnados pela sua cosmovisão. A evolução da civilização dos Guarani, desde o início da sua tradição da Terra Sem Mal até os dias de hoje, ilustra o processo de sedentarização que derrotou aos antigos nômades, enquanto esse povo originário milenar é descaracterizado a favor de sua absorção pela sociedade do homem branco. Muito antes de serem dominados pelos europeus e de se tornarem cativos da agricultura, os Guarani eram uma tribo de guerreiros que habitava as matas entre o litoral do Brasil e o Chaco paraguaio. Quando foram expulsos da Terra do Sem Mal, onde viviam, pelos colonizadores, a consciência de Terra do Sem Mal passou a ser transformada. Nesses tempos remotos, os Karaís, seus líderes espirituais, passaram a errar, profetizando de tribo em tribo, incansavelmente, à procura da Terra Sem Mal: um espaço de vida coletiva sem demarcação territorial, onde as convenções sociais e as sucessões de gerações humanas não mais existiriam. Nessa terra de plenitude, não haveria fome, guerra ou doenças. Foi quando desenvolveram uma religião baseada na busca da Terra Sem Mal, o arquétipo de paraíso em sua tradição sincrética. Essa esperança profética ainda vive, no presente, em alguns grupos Guarani, porém de maneira diferente. Entre estes, o grupo Guarani Mbyà, que até o presente se concentra na região sul do Brasil. (Paese, 2014).

Garlet (1997), em estudo sobre a mobilidade do grupo Guarani Mbyà, escreve sobre essa evolução e as perspectivas que hoje se apresentam, a fim de darem continuidade à sua civilização e preservarem o que resta de sua cultura. O autor considera que o impacto mais recente sobre o território dos Guarani, que tem provocado mudanças contínuas dentro de seu próprio território até o presente, aconteceu no final da Guerra da Tríplíce Aliança (1864-1870). Desesperados e exilados em seu próprio meio, os Guarani renunciaram ao confronto armado pela posse de terras, estratégia que já havia sido adotada por mais de dois séculos, e passaram a migrar para outros territórios. O contato interétnico, imposto pelos colonizadores, assim como as suas consequências, provavelmente foram interpretadas, a partir da sua fundamentação mítica, como sinais do fim do mundo. Com o mal definitivamente instalado sobre a terra, os Guarani foram em busca de lugares onde pudessem encontrar tranquilidade, evitar confrontos e preservar sua cultura. Neste momento, o conceito de território também passou a ser reconsiderado e tornou-se cada vez mais amplo, segmentado e subjetivo. A princípio, sua expansão se dava para leste, cada vez mais longe do que eles conceituavam como sendo o Centro do Mundo (Yvy Mbyte) original. Esse Centro do Mundo era descrito como sendo redondo como um prato. Através de vários círculos concêntricos, o território expandia-se, sendo o Rio Paraná o limite do primeiro círculo e o Rio Uruguai o do segundo. O maior e mais desafiador dos limites era ParaGuachu (mar). A maioria dos dirigentes religiosos afirmava que, atravessando o mar, encontrariam uma ilha paradisíaca. Eles também tinham a certeza de que encontrariam o local onde seu antepassado Kechuita atravessou o mar e, então, também poderiam cruzá-lo. Mas, segundo os próprios Mbyà alertavam, o mar não é para todos cruzarem. Portanto, eles não esperavam, como outros povos, a vinda de uma divindade que os guiasse. Acreditavam na redenção coletiva do grupo, ao alcançar seu lugar ideal.

Com a chegada do homem branco, a ideia da Terra Sem Mal se foi desenvolvendo, tanto em nível espacial quanto socialmente. No primeiro momento de nomadismo dos Guarani, eles buscariam apenas um lugar geográfico real na mata, uma terra de fartura e livre dos brancos, como no princípio de sua história. Reconhecida a impossibilidade de concretizar esse ideal, esse espaço natural e social foi deslocado para o plano etéreo da realização religiosa, para além dos limites do mundo terreno próximo. Em um terceiro momento, há um novo deslocamento: a procura de uma terra fora do mundo e da sociedade que conheciam. Nesse espaço espiritual idealizado, não mais haveria lugares marcados e nem hierarquia social, assim como o tempo não mais existiria. A intenção desses constantes deslocamentos é uma busca interior ao retorno ascético

do modo de ser dos antigos, ainda que isso tenha que ser feito aqui mesmo, entre os brancos e sob seu poder. Para Paese (2014), esse é o momento que o imaginário profético Guarani passa a repetir o de outras tradições: o paraíso existe fora do poder opressor do outro e da lógica do outro, através do cultivo da cultura da tribo; o paraíso existe além do mundo que o outro domina; o paraíso não existe a não ser no interior, dentro do coração do humano subjugado, que se liberta sem se fazer libertado, através de si mesmo.

O conceito de Terra Sem Mal foi se transformando com o tempo e hoje admite uma distância ideológica impossível de ser superada no mundo físico. Para Brandão (1994), as dificuldades dos Guarani de viverem seus destinos coletivos de maneira sublime foram aumentando a partir da destruição das suas matas. O resultado foi a busca de ampliação de horizontes através do abandono do sedentarismo e o resgate do nomadismo, estilo de vida dos antigos Guarani, que viviam nas florestas virgens, antes dos colonizadores. Fugindo dos males da sociedade do colonizador, que anunciam o final dos tempos, os Guarani abrem um espaço de transcendência e, a busca da Terra Sem Mal passa a ser o resgate ético de um povo. A Terra Sem Mal também passa a ser uma representação do paraíso, um lugar da absoluta abundância e de realização plena do desejo de um povo de caçadores, onde o milho cresce sozinho e as flechas atingem espontaneamente a caça. Uma terra de opulências e lazeres infinitos. O caminho para essa Terra se dá através da destruição da sociedade que obriga o ser humano a ser servo de seres da própria espécie.

Não existe uma cidade celestial a edificar ou a descobrir, mas sim um lugar onde a vida humana pode ser coletiva, sem distinção social. Para os Mbyà, essa dinâmica interativa e harmoniosa entre natureza e cultura é necessária para que se estabeleça a ligação entre homens e deuses. Ela é determinada pela escolha do lugar a ser ocupado, através de sonhos que são considerados presságios quando o lugar é desconhecido, e pela sondagem do lugar, ao encontrá-lo. O fator mais importante a avaliar é a proximidade da sociedade do homem branco na região em relação ao espaço escolhido a fim de procurar analisar com alguma precisão o potencial da intervenção que sofrerão. Outro fator que determina a identificação de um local como adequado, são as espécies vegetais encontradas, que possuem valores simbólicos e práticos, fundamentais em diversas situações de vida do grupo. O momento de abandonar o local é quando alguma catástrofe ou conflito ocorre, considerado sempre um prenúncio do desastre final, pois qualquer lugar é apenas mais uma escala na caminhada que leva ao seu destino coletivo na Terra do Sem Mal.

Em uma época diferente de sua história, os Mbyà poderiam ser considerados errantes, porém, seu movimento de ocupação espacial tem relação com os dos nômades. Eles seguem rotas estabelecidas e se estabelecem em locais designados há gerações, incorporando um movimento circular, que, neste caso é determinado pela necessidade de ocupar espaços culturais que têm sido continuamente habitados por diferentes grupos familiares dentro de uma mesma comunidade étnica. Segundo Paese (2014), essa circularidade permite o aproveitamento integral do território escolhido e a preservação dos modos de vida tradicionais.

É essencial lembrar que, territórios com as características geográficas consideradas apropriadas para os assentamentos estão cada vez mais raros. Portanto aqui se estabelece a diferença entre os nômades e os Mbyà, que não podem ser considerados um povo livre, pois estão cada vez mais absorvidos e descaracterizados pela sociedade do colonizador. Vítimas de uma urbanidade repleta de falsas promessas, alguns são seduzidos por valores estranhos à sua cultura, que acenam para condições de vida que consideram melhores e os colocam em perigo de extinção. Outros ainda se refugiam na promoção de redes de parentesco e reciprocidade que se estendem por todo o território

Guarani Mbyà. Envolvem-se em uma dinâmica social de intenso movimento, incluindo visitas de parentes, rituais, intercâmbios de materiais para artesanato e manejo de terras. Além das próprias aldeias, as comunidades também incluem pequenos grupos que vivem ao longo de estradas e os que se espremem entre fazendas de gado ou de cultivo. Segundo dados do último censo do IBGE (2023), a população Guarani é hoje estimada em mais de 67.000 indivíduos, sendo a população Guarani Mbyà em torno de 8.000 pessoas. Porém, segundo o site Survival Brasil, a aversão dos Guarani aos recenseadores é grande, pois entendem a contagem populacional como uma forma de controle do Estado.

Caminhar na paisagem (nem tanto) construída

Para compreendermos o nomadismo e a concepção de natureza do povo Guarani como contrapontos políticos à perspectiva da modernidade ocidental, é fundamental abordar a questão da colonialidade que permeia a concepção moderna de tempo e espaço. Na visão moderna, o tempo e o espaço são tratados de forma linear, separados e hierarquizados. A natureza é entendida como algo externo, a ser controlado e explorado pela humanidade, sem uma compreensão plena da interconexão entre as formas de vida e a dimensão espiritual do ambiente. Esse pensamento reducionista e hierárquico ignora a riqueza da relação simbólica e sagrada que os Guarani estabelecem com a natureza e seus elementos. Em contraponto, a cosmovisão Guarani compreende a natureza como parte integrante e inseparável de sua própria identidade e espiritualidade. Eles reconhecem que estão intrinsecamente ligados a todas as formas de vida e elementos naturais, o que os leva a respeitar e honrar cada ser e seu papel na teia da vida. Para os Guarani, o tempo e o espaço são concebidos de maneira cíclica e relacional, em uma constante interação entre passado, presente e futuro que move-nos a pensar o envolvimento sensível, ativo, comprometido e resistente com um aqui e com um agora compartilhados entre vivos. Dessa forma, nos dão a ver rupturas com uma matriz antropocêntrica e colonial de produção de desigualdade e de indiferença para com a vida e a natureza.

Nesse contexto, o ato de caminhar adquire uma potência política significativa para os Guarani. O caminhar não é apenas uma atividade física, mas uma prática espiritual e política de conexão com a Terra, a natureza e seus ancestrais. Ao caminhar, eles reafirmam sua autonomia e resistência à colonialidade imposta pela visão moderna eurocêntrica. A potência política do caminhar se expressa na negação da lógica da posse e do controle do espaço, bem como na afirmação do direito de ocupação de seus territórios ancestrais. Através do nomadismo e da busca pela Yvy Mbyte, são questionados os padrões estabelecidos de territorialidade e propriedade, bem como reivindicados o direito de habitar e de caminhar livremente em seus espaços sagrados. O ato do caminhar se torna uma poderosa ferramenta de resistência política que desafia as estruturas de poder colonial e reafirma a conexão sagrada e relacional entre os seres humanos e a natureza, visibilizando possibilidades e inspirando outras práticas políticas de produzir paisagens e de estar no mundo.

Na medida em que procuramos elaborar a experiência sensível através da narração performática do caminhar, o percurso passa a ser veículo de acolhida, percepção e reconhecimento de suas existências, de reconhecimento de diferentes. A paisagem vivida é evocada em seu aspecto ético, culminando na percepção e representação escolhida para registro da experiência dos encontros. Essa se torna uma questão de primeira grandeza para os estudos urbanos, com o intuito de buscar formas de sentir e expressar o percebido, o 'não visto' e o 'para além da vista'. De resistir aos achatamentos homogêneos e hegemônicos, de buscar desnaturalizar essas versões dominantes de realidade e visibilizar paisagens outras. Não apenas paisagens que poderiam ter sido, mas que ainda podem vir a ser. A instauração de práticas e enunciados sensíveis na

ordem da paisagem, não estando pronta de antemão, se dá na invenção de formas alternativas de habitar e construir no mundo.

Se o caminhar implica na produção política e marcadamente inacabada de paisagens, a errância e o nomadismo oferecem-se como duas formas epistemológicas de aproximação. A errância, enquanto ato pré-refletido de experiência da paisagem, funda-se na resistência aos modos modernos que configuram e são configurados pelo mundo social. A experiência nômade diz de outras formas de estar no mundo e trabalhar a Terra, desafiando as noções hegemônicas de tempo linear e espaço geométrico, bem como nossa compreensão acerca de um estar-em-conjunto em meio à natureza. Caminhar é habitar a diferença e as brechas entre diferentes, atentando para as diferentes formas de vida que compõem o fluxo da natureza. Um desafio, nesse sentido, é a produção de subjetividades que venham a visibilizar tais relações, que produzam sentidos para que as humanidades se percebam, cada vez mais, em meio a processos críticos e irreversíveis. Caminhar, enfim, é firmeza, resistência, agenciamento da autonomia só encontrada no movimento moderado e contínuo, que pode ser parado quando assim for do desejo. Seguimos...

Referências:

- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In R.L. Corrêa & Z. Rosendahl (Eds.), *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1988.
- BERQUE, A. *Thinking Through Landscape*. New York: Routledge, 2013.
- BRANDÃO, C. R. *Somos águas puras*. Campinas: Papirus, 1994.
- CARERI, F. *Walkscapes - Walking as an aesthetic practice*. Barcelona: Gustavo Gili, SA, 2002.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FUÃO, F. F.. O sentido do espaço, em que sentido, em que sentido? *Arquitextos*, PROPAR-UFRGS, n. 3 – 4, 2004.
- GARLET, I. J. *Mobilidade Mbya: história e significação*. Porto Alegre, PUC-RS: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Mestrado em História Ibero-Americana, 1997.
- GROS, F. *Caminhar, uma filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2010.
- GUARANI. [Website]. Campaign Guarani. 2023. <https://campanhaguarani.org>
- HARAWAY, D. J. *Staying with the Trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham and London: Duke University Press, 2016.
- IBGE. *Guarani, MG - Panorama*. IBGE. 2023. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/guarani/panorama>
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas no Brasil.2023*. https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya

PAESE, C. Caminhando: o caminhar como prática socioestética/estudos sobre arquitetura móvel. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas (pp. 227-278). CLACSO, 2007.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO experimental, org: Editora 34, 2009.

SURVIVAL BRASIL. *Os Guaranis*. 2023. <https://survivalbrasil.org/povos/guarani>

OS RISCOS DE GENTRIFICAÇÃO MEDIANTE AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO URBANA NO LOTEAMENTO NAVEGANTES – PELOTAS/RS

THE RISKS OF GENTRIFICATION THROUGH THE DIFFERENT
FORMS OF URBAN OCCUPATION IN THE NAVEGANTES
ALLOTMENT – PELOTAS/RS

Jennifer Kerolin Silva de Moraes¹ e Victor Barbosa da Silva²

Resumo

Este artigo apresenta as discussões quanto aos riscos de gentrificação no loteamento Navegantes (Bairro São Gonçalo, Pelotas, RS), criado no final do século XX, com a realocação de moradores de áreas fragilizadas da cidade de Pelotas (PELOTAS, 1978). O rápido desenvolvimento experienciado pela região na última década, frente à áreas de ocupação vulneráveis, alertou quanto aos acontecimentos que podem fragilizar e levar o loteamento Navegantes à gentrificação. Os autores abordam o contexto que vem favorecendo a ocorrência deste processo na área de estudo, analisando-o através de pesquisa documental, descritiva e explicativa, juntamente da pesquisa de opinião realizada através de um questionário aplicado aos moradores acerca do empreendimento mais recente: o Parque Una. Os resultados obtidos apontaram mudanças que não representam dano imediato ao estilo de vida dos moradores, mas revelam indícios de encaminhamento - a médio ou longo prazo - do loteamento Navegantes ao fenômeno da gentrificação.

Palavras-chave: gentrificação, vulnerabilidade, Loteamento Navegantes, Parque Una.

Abstract

This article presents discussions about the risks of gentrification in the Navegantes allotment (São Gonçalo neighborhood, Pelotas, RS), created at the end of the twentieth century, with the relocation of residents from fragile areas of the city of Pelotas (PELOTAS, 1978). The rapid development of the region in the last decade, in the face of vulnerable occupation areas, warned of events that could weaken and lead the Navegantes allotment to gentrification. The authors address the context that has favored the occurrence of this process in the study area, analyzing through documentary, descriptive and explanatory research, in addition to an opinion survey implemented through a questionnaire applied to residents about the most recent development: the Una Park. The results obtained pointed to changes that do not represent immediate damage to the residents' lifestyle, but reveal signs of a progression – in medium or long term - towards a gentrification's phenomenon.

Keywords: gentrification, vulnerability, Allotment Navegantes, Una Park.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura (UFPel/2023) e Técnica em Edificações pelo Instituto Federal (IFSul/2017).

² Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura (UFPel/2023).

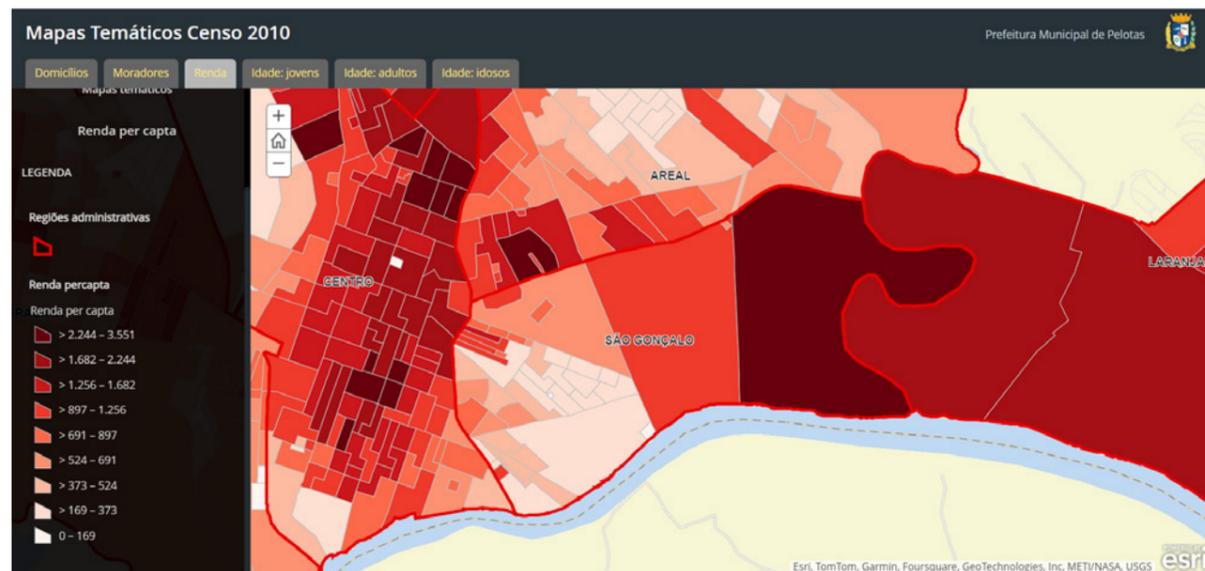


Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar o estudo de caso referente a um indicativo do processo de gentrificação, desenvolvido como exercício de pesquisa acadêmica durante a graduação, no ano de 2019, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e revisado em 2023. Esse estudo destaca a forma como as mudanças urbanas advindas das movimentações financeiras do mercado imobiliário podem afetar socialmente a população, especialmente a de baixa renda. O objeto escolhido para estudar esse fenômeno foi o loteamento Navegantes, localizado no bairro São Gonçalo da cidade de Pelotas (RS), visto que a região tem experienciado um crescimento acelerado que a aproxima de uma supervalorização, e dá indícios de um possível direcionamento a um cenário no qual a permanência dos moradores de baixa renda se encontraria ameaçada. Com isso, buscou-se produzir uma reflexão sobre o conjunto de fatores que evidenciava um potencial risco de gentrificação no loteamento, bem como propor alternativas para remediar possíveis sequelas.

A gentrificação é um conceito que compreende, principalmente, o aumento rápido dos preços de aluguel em bairros e loteamentos de baixa renda e a consequente elevação do custo de vida local, gerando desencontros entre os moradores novos e os já consolidados. Dessa série de fatores, procede uma expulsão silenciosa daqueles que não possuem condições de arcar com os novos e elevados preços resultantes da transformação sofrida no bairro (FREEMAN, 2016; TRAMONTINA, 2015).

O loteamento estudado situa-se próximo a outros loteamentos com infraestrutura relativamente díspar e empreendimentos de grande magnitude (Figura 1). Além da construção do Hipermercado BIG nas proximidades em 2010 - que trouxe consigo a duplicação em um trecho de uma das vias arteriais que tangenciam a área, a Avenida Bento Gonçalves -, a região recebeu dois notáveis empreendimentos: o



Shopping Pelotas, em 2013, e o complexo residencial de alto padrão Parque Una, cuja construção foi iniciada em 2014 e segue em andamento. Tais movimentações enfatizam o prenúncio de um processo que tem como resultado uma infraestrutura melhorada, na qual as novas oportunidades trazidas pela urbanização do local não estarão ao alcance de toda população.

Como se não bastasse a população do Navegantes ser financeiramente vulnerável (Figura 2) a esse avanço, o encontro do loteamento com as áreas em rápido desenvolvimento põe face a face duas formas contrastantes de ocupação do espaço urbano: (1) a ocupação progressiva dos vazios urbanos imediatos por empreendimentos modernos e (2) a ocupação de um lote por famílias vítimas da falta de acesso ao mercado imobiliário regular. Nos dois casos, o que inicialmente chamamos de “formas contrastantes de ocupação” vêm a ser o “apoderamento” daqueles que têm poder e a “invasão” daqueles não têm, criando um cenário ideal para o duelo desigual da especulação imobiliária.

Nesse sentido, além de pesquisa documental, descritiva e explicativa, foi realizada uma pesquisa de opinião através de um questionário aplicado, em parte, aos moradores da invasão. Os resultados obtidos apontaram mudanças que não representam dano imediato ao estilo de vida dos moradores, mas revelam indícios de encaminhamento - a médio ou longo prazo - do loteamento Navegantes ao fenômeno da gentrificação.

Metodologia

Como dito anteriormente, para desenvolver este estudo, utilizou-se de pesquisa documental, descritiva e explicativa, juntamente da pesquisa de opinião realizada com visita ao local e aplicação de um questionário de múltipla escolha aos moradores do loteamento.

De forma breve, a pesquisa documental recorre a fontes primárias, diversificadas e sem tratamento, tais como fotografias, mapas, jornais, tabelas, relatórios (FONSECA, 2002). No presente artigo, a pesquisa documental foi realizada através das imagens de satélite, utilizadas para estudar a implantação da área de estudo e suas alterações ao longo do tempo. A pesquisa descritiva, por sua vez, objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002), como aqui se faz, com foco no loteamento Navegantes e no fenômeno da gentrificação. Já as pesquisas explicativas,



Figura 3 - (a) Implantação de 2002, antes da ocupação e (b) Implantação de 2006, após a ocupação. Fonte: Google Earth, 2019. Figura 4 - Localização da ocupação abordada para o questionário presencial e seu entorno imediato. Fonte: Acervo dos autores, 2019.

segundo o professor GIL (2002), “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, explicando o porquê das coisas, de modo que as pesquisas exploratórias e descritivas geralmente “constituem etapa prévia indispensável para que se possa obter explicações científicas”. Por fim, a pesquisa de opinião, também conhecida como pesquisa com *survey*, busca obter dados ou informações sobre as opiniões, ações ou características de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, munido de um instrumento de pesquisa, usualmente um questionário (FONSECA, 2002). Assim, todas as formas de pesquisa supracitadas foram necessárias e importantes para a compreensão e explicação do objetivo desse estudo.

No que se trata do questionário, houve aplicação tanto de forma física quanto de forma virtual. A abordagem física teve como foco uma ocupação dentro do loteamento, escolhida intencionalmente por se tratar de um conjunto de moradias em situação irregular há pelo menos seis anos (Figura 3) e com localização de interesse para investidores do ramo imobiliário (Figura 4). Frente a esse cenário, percebeu-se uma ameaça de remoção para essa ocupação diante da instalação de empreendimentos de alto padrão nas proximidades.

Esse critério busca dar seguimento ao estudo com noções mais consistentes acerca da realidade vivida pelos residentes da ocupação, bem como entender se as forças motrizes dos novos empreendimentos da região configuram um cenário suscetível a mudanças características do processo gentrificador e como tal processo pode influir na vida dos moradores. Desta forma, tem-se uma maior aproximação com o epicentro da

Figura 2 - Mapa temático de renda per capita gerado com base do Censo IBGE 2010 (foco no bairro São Gonçalo). Fonte: GeoPelotas, 2023.

problemática, o que é importante para discriminar as formas como as reformulações urbanas afetam não apenas o cenário urbano, mas o coletivo psicológico da comunidade.

Assim, foi utilizado o padrão de perguntas de resposta fechada, o que significa que os participantes responderam com base em um conjunto de opções predefinidas, sem precisar escrever nada por extenso. Além de ser um tipo de pergunta com bastante facilidade de compreensão, produz resultados facilmente quantificáveis e sem margem para dupla interpretação, agilizando o processo de análise de dados e mantendo a integridade intencional de quem respondeu.

Dessa forma, construiu-se um questionário fechado de múltipla escolha e dicotômico (com apenas duas alternativas), com vista a captar as opiniões do público-alvo. Sabendo que a formulação das perguntas tem efeito sobre as respostas (VARGAS, [201-]), houve o cuidado de que elas tivessem o mesmo significado para os pesquisadores e os respondentes, com o propósito de evitar erros de análise. Assim, foi adotada uma comunicação simples, com palavras conhecidas, rejeitando o uso de palavras ambíguas e produção de perguntas que sugerissem uma resposta. Ainda assim, “a construção de um questionário, segundo Aaker et al. (2001), é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade” (VARGAS, [201-]).

Elaborou-se, então, o questionário, cujo alcance total foi de 29 respondentes, sendo que 15 deles foram abordados de forma presencial pelos autores, enquanto os demais 14 contribuíram de forma virtual, através do questionário on-line. A participação no questionário contou com um público predominantemente feminino, com 69% de respondentes mulheres e 31% de homens. Participaram do questionário moradores locais com idades entre 14 e 75 anos, com faixa etária média entre 36 e 41 anos. A duração do período de permanência variou entre 1 e 65 anos, com faixa média de 20 a 23 anos de permanência.

Contudo, o artigo não se limita exclusivamente à tarefa de observar e discutir a situação do objeto de estudo. Em caso de retorno afirmativo quanto às suspeitas de indícios de gentrificação, pretende-se propor medidas capazes de contornar os sintomas causados pela urbanização do local e proporcionar uma vivência digna e longa aos moradores.

Como parte do processo de pesquisa documental, descritiva e explicativa, frente ao uso negligente do termo “gentrificação” nas discussões do panorama brasileiro, RIBEIRO (2018), em seu artigo *Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil*, surge como referencial para a conceituação da problemática abordada. De igual forma, o texto jornalístico da repórter TRAMONTINA (2015), *Gentrificação: seu bairro não é mais para você*, que discorre de forma dinâmica linhas gerais sobre a gentrificação, também contribuiu consideravelmente para a compreensão do fenômeno e de suas consequências. Vale ressaltar também a importância de MARICATO (1996) no âmbito da discussão sobre segregação espacial e exclusão social no Brasil, abordada em seu livro *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*.

Fundamentação teórica

Em 1964, o livro *London: Aspects of Change*, publicado pelo Centro de Estudos Urbanos da University College London (UCL), então liderado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990), trouxe consigo a cunhagem do termo *gentrification* (*gentry*, “pequena nobreza”), utilizado para descrever e analisar as transformações observadas em diversos bairros operários de Londres (UNIVERSITY COLLEGE LONDON, 2014;

ALCÂNTARA, 2018).

A problemática da gentrificação, focalizada no estudo de caso apresentado neste artigo, é fruto de processos neoliberais em um contexto permeado por movimentações e investimentos com viés lucrativo e de ideologia capitalista, principalmente no que é observado desde a década de 1960, contexto de concepção do termo em questão (VAN WEESEP, 1994 apud BATALLER, 2000; MENDES, 2017).

Estas transações acabam por acarretar um aprimoramento, tanto material quanto imaterial, de áreas da cidade que outrora se encontravam em condições beirando a precariedade. A subversão na estrutura urbana causada por esse fenômeno social resulta em uma intensificação da desestabilização social, uma vez que é promovido o fluxo de moradores antigos para fora da localização ameaçada e de novos moradores em uma situação financeira mais abastada para dentro dela. (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2018).

São fatores que prenunciam esse evento o direcionamento de capital para a esfera urbanística da cidade e a existência de regiões onde se enxerga uma chance potencial de empreendedorismo e consequente valorização da terra que conflita com a situação atual. Isso faz parte de um processo seletivo guiado pelo livre mercado que adequa a população ao novo padrão de vida pretendido para o espaço redesenvolvido (MENDES, 2017; RIBEIRO, 2018).

As engrenagens do sistema capitalista se relacionam visceralmente com o espaço urbano, e é na absorção de capital pelos movimentos de revitalização urbana que reside o ponto em que esta relação dá luz à gentrificação. A economia capitalista é baseada na busca sem fim por mais-valia, e, para isso, é requisitada uma produção além do necessário que produza excedentes de capital. Com o seguimento desse ciclo retro alimentício através do qual se gera o acúmulo de capital, é demandada uma alternativa rentável de investimento para absorver esses excedentes, e uma das opções é a esfera urbana das cidades (RIBEIRO, 2018).

Através da economia capitalista, são arquitetadas transformações urbanas ambiciosas em vez de melhorias mais apropriadas e com um reflexo mais nítido das necessidades efetivas e da realidade do cenário em questão. O desalojamento da população provocado por este desenvolvimento inadequado ocorre tanto de maneira direta - através de remoções e afastamentos forçados - quanto de maneira indireta - por intimidação e perda da sensação particular de pertencimento à comunidade ante os novos padrões e estilos de vida (RIBEIRO, 2018).

Mas os usos primordiais dessa metodologia de (re)urbanismo datam de cerca de dois séculos atrás. Da mesma maneira que os ideais de saneamento serviram como pretexto científico para desalojar a população indesejada das áreas centrais das cidades no século XIX, a gentrificação atua como agente higienista nos dias atuais (MARICATO, 1996). Enquanto no primeiro caso a expulsão chegou disfarçada de salubridade, no segundo a vemos diariamente disfarçada de melhorias.

Até 1850, no então Brasil colônia, bastava dedicar-se às atividades de plantio para solicitar um pedaço de terra em desuso junto à Coroa Portuguesa, e lhe era emprestado com vistas a promover a produção de insumos (sistema sesmarial). Mas, se por um lado a Lei de Terras (1850) veio para transformar a terra em mercadoria - tornando viável a aquisição de lotes somente por meio da compra - por outro, trinta e oito anos mais tarde, os escravos são libertos pela Lei Áurea (1888), sem o amparo de nenhuma política de inclusão social. Tendo vivido por aproximadamente três séculos sob o teto dos senhores, de repente essa população se viu na rua, sem ter para onde ir. E, se

essas pessoas haviam sido escravizadas a vida inteira - significando que não recebiam remuneração pelo serviço prestado -, então elas não possuíam nenhuma reserva em dinheiro. E, se não possuíam dinheiro, então não podiam adquirir terras - restava-lhes apenas ocupar (MARICATO, 2003). Ocupar terras sem dono, sem infraestrutura, que não atraíam o interesse das elites.

O aparato legal urbano, fundiário e imobiliário, que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, forneceu base para o início do mercado imobiliário fundado em relações capitalistas e também para a exclusão territorial. Os Códigos de Posturas Municipais de São Paulo (1886) e Rio de Janeiro (1889) proibiam a construção de cortiços ou “edificações acanhadas” nas áreas mais centrais (Maricato, 1995). As exigências da propriedade legal no terreno, plantas, responsável pela obra, tudo obedecendo às normas dos códigos, afastou a maior parte da massa pobre do mercado formal (MARICATO, 1996, p. 38).

As melhorias percebidas na habitabilidade dos espaços gentrificados apenas estão presentes no local para o aproveitamento da parcela antiga - e mais pobre - de moradores após a chegada de uma frente mais abastada de novos residentes, atraídos pela valorização do local (SLATER, 2006 apud PORTELLA e PEREIRA, 2017). E, ainda assim, este aproveitamento não é pleno, haja vista a supervalorização causada pela série de melhorias implantadas, em comparação ao poder aquisitivo. (TRAMONTINA, 2015). Isto levanta a questão de que tais mudanças positivas deveriam ser experienciadas pelos residentes desfavorecidos sem a necessidade do advento da gentrificação e que a modificação do estilo de vida dos moradores vindouros poderia ser conciliada à vivência já posta em prática pelos moradores antigos (SLATER, 2006 apud PORTELLA e PEREIRA, 2017).

A gentrificação evidencia a disparidade de classes sociais ao promover a fragilização da condição das classes dominadas de permanecer em seus locais de moradia em prol da prevalência da classe dominante, a que é verdadeiramente capaz de usufruir dos enobrecimento do padrão de vida e dos benefícios à habitabilidade provenientes do aburguesamento da região (MARCUSE, 2009 apud PORTELLA e PEREIRA, 2017; LEES et. al., 2016 apud PORTELLA e PEREIRA, 2017). A elevação de status das áreas afetadas e a reabilitação dos seus valores simbólicos perdidos com a depreciação do quadro urbano nada beneficiam as camadas dominadas, que são desalojadas neste processo neoliberal de seleção populacional (BATALLER, 2000).

A complexidade desse processo socioespacial expulsor que é a gentrificação também se relaciona - às vezes se confundindo de forma equivocada e perigosa - com mecanismos de embelezamento e elitização urbana. Não obstante a desigualdade e desapropriação nas quais a gentrificação resulta, tende-se recentemente a anunciá-la como um processo benéfico com impactos positivos dentro do quadro urbano. Suas consequências excludentes e segregacionistas são suprimidas em um discurso que antepõe as novidades em questões de revolução física e criativa das áreas afetadas (RIBEIRO, 2018). Neil Smith³, descreve que a gentrificação, a partir da década de 1990, é alvo de eufemismo ao ser denotada por profissionais do ramo urbanístico como uma derivação natural das agitações do mercado mobiliário (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

³ Geógrafo escocês, professor de antropologia e geografia no Centro de Pós-Graduação da *City University of New York*. É autor de uma ampla gama de obras, estudos e teorias acerca da gentrificação, sendo há décadas um grande contribuinte para a produção de conhecimento sobre o tema.



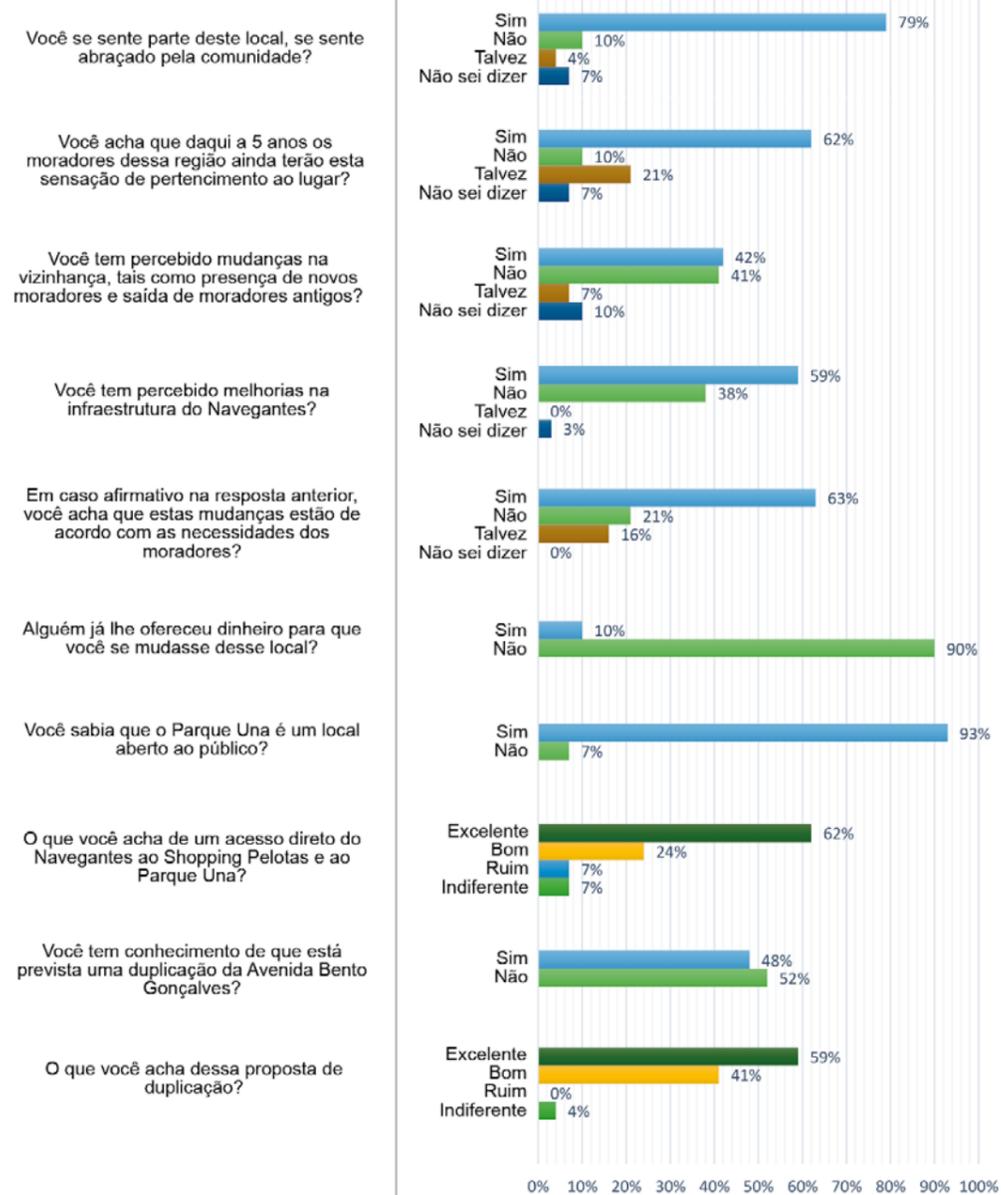
De acordo com a repórter TRAMONTINA (2015), a gentrificação foi impulsionada no Brasil após o país ter sediado megaeventos, como grandes festivais de música e de esportes, a exemplo da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. De fato, essas ocasiões foram responsáveis por uma remoção massiva de comunidades em prol da construção de estádios de futebol, complexos de alojamento para atletas, entre outros, mas o processo de gentrificação vem ocorrendo há bastante tempo, muitas vezes de forma silenciosa, como esmiuçado anteriormente. O fato é que as ocasiões geradas graças aos eventos sediados na última década, acenderam um alerta quanto à importância de sabermos identificar a iminência desse processo para que possamos afastá-lo a tempo.

Discussão e resultados

À luz do que foi estudado sobre a gentrificação, tomou-se o loteamento Navegantes como objeto de estudo por terem sido identificados sinais que culminam no processo de gentrificação. Segundo TRAMONTINA (2015) e ROLNIK (2015), o pontapé inicial para gerar esse processo pode ser desde um prédio recém-construído até um projeto de extensão de uma avenida, por isso atentou-se para as recentes transformações ocorridas na área de estudo. O loteamento se encontra em uma situação privilegiada no âmbito da conexão urbana - já que possui ligação direta com o bairro central da cidade - e seu entorno imediato dispõe de vazios urbanos, proximidade com o shopping center e com o foro da comarca de Pelotas.

Todos esses fatores contribuem para impulsionar o interesse dos investidores do ramo imobiliário local. Percebe-se um fenômeno semelhante ao que descreve BIDOU-ZACHARIASEN (2006), no qual centros antigos da cidade permanecem em um limbo de esquecimento por parte da população de maior renda, que nenhum interesse vê neles - o que propulsiona o barateamento do custo de moradia e o direcionamento de famílias de menor renda ao local -, até que começam os primeiros investimentos que catapultam esses centros a uma posição de destaque na cidade. E, como as avenidas são uma maneira de viabilizar os grandes empreendimentos (ROLNIK, 2015), a planta publicitária do Parque Una, com construção iniciada em 2014 e ainda em andamento, apresenta a extensão da duplicação da Avenida Bento Gonçalves⁴ (Figura 5), que está prevista no Mapa Urbano Básico (MUB) da cidade desde fevereiro de 2017.

⁴ Avenida de grande destaque na hierarquia viária da cidade de Pelotas.



Somado a isso, há uma área de ocupação no loteamento Navegantes, muito próxima de onde está sendo construído o Parque Una, que é constituída por casebres em situação precária de moradia, uma comunidade potencialmente ameaçada de remoção com a instalação de empreendimentos de alto padrão nas imediações. De acordo com MARICATO (1996, p. 60), “a ilegalidade em relação à posse da terra parece fornecer frequentemente uma base para que a exclusão se realize em sua globalidade”, uma vez que o medo do despejo ou de chamar atenção para a condição irregular na ocupação da terra constitui um dos motivos que impedem os moradores de procurar auxílio legal (SANTOS, 1993 apud MARICATO, 1996).

A ilegalidade em relação à propriedade da terra, entretanto, tem sido o principal agente da segregação ambiental e daí à exclusão social, no campo ou na cidade. A legislação urbana não emergirá senão quando se torne necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século passado, tiveram o claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário, acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. A nova normatividade contribui para a ordenação do solo de parte da cidade, mas também vai contribuir para a segregação espacial. A escassez alimenta a extração da renda imobiliária. A submissão da terra aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário não se

tornou homogênea como nos países avançados, convivendo com formas arcaicas de produção do espaço como a autoconstrução em loteamentos ilegais ou em áreas ocupadas (MARICATO, 1996, p. 57-58).

Para melhor entender o cenário traçado pelos fatores supracitados, deu-se início a uma abordagem mais próxima. Elaborou-se, então, o questionário, cujo alcance total foi de 29 respondentes, sendo que 15 deles foram abordados de forma presencial pelos autores, enquanto os demais 14 contribuíram de forma virtual, através do questionário on-line. A participação no questionário contou com um público predominantemente feminino, com 69% de respondentes mulheres e 31% de homens. Participaram do questionário moradores locais com idades entre 14 e 75 anos, com faixa etária média entre 36 e 41 anos. A duração do período de permanência variou entre 1 e 65 anos, com faixa média de 20 a 23 anos de permanência. Com a aplicação do questionário, buscou-se averiguar o senso de pertencimento no contexto da comunidade; a estabilidade dos laços sociais de vizinhança; a existência de ofertas de compra do espaço de moradia para a implantação de algum empreendimento; a percepção de melhorias na infraestrutura do loteamento; e o alcance das ofertas com relação ao desenvolvimento do entorno, tomando como referência os empreendimentos atrativos próximos (Parque Una e Shopping Pelotas). Em posse dos dados obtidos através do questionário, pôde-se fazer uma análise quantitativa das respostas fornecidas (Figura 6) e, com base nisso, inferir alguns entendimentos.

No âmbito da estrutura comunitária, foi questionado se havia, por parte dos residentes abordados, um sentimento de pertencimento à comunidade local, se eles se sentiam apropriados e bem-vindos no contexto no qual estão inseridos – algo que é entendido como imprescindível à vivência coletiva em um espaço com uma habitabilidade adequada. O objetivo era entender se os moradores percebiam um cenário de hostilidade e divergência socioespacial em frente ao surgimento da nova realidade urbana – um tanto distante em aspectos sociais e econômicos, mas fisicamente tão próxima –, trazida pelos crescentes empreendimentos na região. Dentre os interrogados, 79,3% responderam afirmativamente à questão, reconhecendo um grau de acolhimento no lugar, enquanto que 10,3% responderam negativamente, 3,4% responderam “talvez” e 6,9% não souberam dizer. Aliado a esta questão, foi questionado se o morador acreditava que em um período de 5 anos esta sensação de pertencimento dos membros da vizinhança seria mantida, questão à qual 62,1% responderam afirmativamente, 10,3% responderam negativamente, 20,7% responderam “talvez” e 6,9% não souberam dizer.

Ainda tendo em mente levantar informações sobre as possíveis consequências desestabilizadoras dos laços sociais de vizinhança que os processos gentrificadores podem provocar, questionou-se se havia sido percebido um fluxo de entrada de novos moradores ou de ex-residentes deixando o local. Dentre os abordados, 41,4% responderam afirmativamente à questão, 41,4% responderam negativamente, 6,9% responderam “talvez” e 10,3% não souberam dizer.

Além disso, sabe-se que, comumente, é realizada a prática comercial de aquisição de edificações e terrenos residenciais, ou com um uso de teor mais particular, por visionários interessados em utilizar o espaço para outros empreendimentos, que acaba por gerar a expropriação das camadas dominadas observada no fenômeno gentificador (MENDES, 2017). Levando isto em consideração, questionou-se também se os entrevistados já haviam recebido ofertas de venda pelo seu espaço de moradia em contextos semelhantes a este. Dentre os questionados, 10,3% responderam afirmativamente a questão e 89,7% responderam negativamente.

Em uma tentativa de abordar a questão da melhoria na infraestrutura e na prestação de serviços do loteamento, visto que a elevação da qualidade desses itens oferecidos à comunidade é uma característica do processo de gentrificação (BATALLER, 2000), perguntou-se se havia a percepção de melhorias em elementos urbanísticos do local, como ruas, espaços de lazer e serviços públicos. Dentre os entrevistados, 58,6% responderam afirmativamente à questão, 37,9% responderam negativamente e 3,4% não souberam dizer. Ainda dentro deste tópico, tinha-se o interesse de saber se as melhorias implementadas de fato refletiam as necessidades e as demandas da população local, se estavam de acordo com a realidade vivida por eles e ofereciam suporte aos seus anseios. Com isso, foi questionado aos que responderam afirmativamente à questão anterior se havia esta correspondência, questão à qual 63,2% desta parcela dos interrogados responderam afirmativamente, 21,1% responderam negativamente e 15,8% responderam “talvez”.

Após os dados obtidos anteriormente, o questionário parte para o interesse de compreender como as oportunidades e os planejamentos desenvolvidos próximo ao local de estudo estavam sendo ofertados aos moradores da região. Sabe-se que o Parque Una e o Shopping Pelotas são dois grandes pontos atrativos a nível municipal e são próximos ao loteamento Navegantes, como exposto anteriormente, então foram tomados como referência para abordar esta questão. Primeiramente, questionou-se com que frequência os moradores frequentavam o Parque Una, se é que já o haviam feito. Dentre eles, 10,3% afirmaram ir até uma vez por semana ao lugar, 24,1% afirmaram ir até uma vez por mês, 37,9% relataram terem frequentado o parque poucas vezes até então e 27,6% nunca haviam ido ao parque. Em seguida, questionou-se se era de conhecimento do morador que o parque era um local aberto ao público, e em caso de resposta afirmativa, como esse conhecimento foi obtido. Quanto à primeira questão, 93,1% responderam afirmativamente e 6,9% responderam negativamente. Sobre o meio pelo qual a informação foi obtida, dentre os moradores que já possuíam a informação, 65,4% a obtiveram através de amigos e conhecidos, 7,7% souberam através de meios virtuais on-line, 7,7% descobriram empiricamente após visita ao parque e 19,2% não souberam ou optaram por não responder.

Por último, levantaram-se questões acerca de decisões urbanísticas que poderiam ser tomadas para conciliar o loteamento Navegantes e o Parque Una e o Shopping Pelotas em uma relação mais amistosa, e como elas eram vistas pelos residentes da área. Quando questionados sobre a relevância que teria a implementação de uma forma de acesso direto entre o local e o Parque Una, 62,1% dos questionados classificaram a proposta como excelente, 24,1% a classificaram como boa, 6,9%, como ruim, e 6,9% se pronunciaram como indiferentes à ideia.

Também foi exposto e perguntado se era do conhecimento dos residentes abordados que estava prevista a continuação da duplicação da Avenida Bento Gonçalves, atualmente existente apenas no trecho que compreende o Hipermercado Big. Entende-se que a implementação desta mudança significaria um acesso mais facilitado das pessoas que residem no Navegantes até o Parque Una e o Shopping Pelotas, uma vez que, sem a existência deste caminho, as únicas alternativas de trajeto requerem um desvio que intercepte a Avenida Ferreira Viana até chegar à Avenida São Francisco de Paula, realizando um contorno desnecessário. Dentre os interrogados, 48,3% disseram ter conhecimento de tal projeto, enquanto 51,7% não possuíam conhecimento dele. Quando questionados sobre a relevância que a implementação do projeto teria para o loteamento, 55,2% classificaram-na como excelente, 41,4% como bom, 3,4% se pronunciaram como indiferentes e ninguém classificou como ruim.

Durante a aplicação presencial do questionário, apesar de terem sido atribuídas perguntas de múltipla escolha, isto é, com respostas objetivas, alguns moradores fizeram proveito das questões para expressar suas preocupações pertinentes ao conteúdo desenvolvido nesse artigo. Dos quinze moradores abordados presencialmente na ocupação, 13,3% demonstraram interesse em saber se o Parque Una continuaria sendo um espaço de lazer aberto ao público após a conclusão das obras – já que o jardim interno do complexo residencial tem estado aberto durante o período de obras e tem recebido o público em geral para atividades organizadas ou de lazer –, confessando descrença quanto à afirmação positiva prestada por representantes do empreendimento; 6,7% mencionaram ter ouvido boatos de que o Parque Una seria fechado após a conclusão das obras, vedando o acesso por parte dos moradores do loteamento Navegantes; 6,7% disseram acreditar que a consolidação do Parque Una irá fortalecer as chances de remoção dos moradores da ocupação. Essas observações, prestadas de forma espontânea por parte dos moradores mais próximos ao Parque Una, apontam para a existência de uma preocupação com a possibilidade de iniciar-se um processo segregacionista, incentivado pelo conflito de níveis socioeconômicos. Apesar disso, os 10,3% de respondentes que disseram frequentar o Parque Una com uma frequência semanal, expressaram grande satisfação em visitar o local, de modo que, caso esse acesso venha a ser vedado daqui algum tempo, esses moradores certamente sentirão uma perda muito grande.

Além do advento do novo fluxo residencial, é percebido por 58,6% dos residentes questionados uma série de melhorias na infraestrutura e nos serviços do loteamento, sendo mencionados principalmente a coleta de lixo e os espaços de lazer, e 63,2% afirmam que tais melhorias estão de acordo com as suas necessidades e com o que desejavam para o local, salientando apenas que tais ações deveriam ser realizadas com maior frequência pela gestão pública. Também 89,7% disseram não ter recebido ofertas de venda do seu espaço de moradia para novos empreendimentos. À luz disto, entende-se que as reformas promovidas no Navegantes se configuram como uma mudança mais apropriada à realidade local, não atingindo o nível de uma verdadeira transformação urbana, capaz de efetivamente remodelar a vizinhança ao expulsar alguns residentes. No entanto, mantém-se em mente que 10,3% já receberam alguma oferta de venda do seu terreno.

Referente à relação entre as novas oportunidades empreendidas no entorno e a população do loteamento, apesar da grande parcela de 93,1% dos questionados saberem que o Parque Una e seu complexo é um local aberto ao público – tendo 66,7% desta parcela afirmado que o acesso a esta informação se deu através de amigos e conhecidos, em vez da devida veiculação da informação por parte dos empreendedores –, apenas 10,3% o frequentam até uma vez por semana, 27,6%, até uma vez por mês, e 24,1% nunca sequer foram até lá. Com isso, fica claro que a relação entre as novas implementações atrativas e os moradores não é plena, visto que elas não são usufruídas devidamente por estes.

A maioria dos interrogados, uma parcela de 62,1%, classificaram como excelente a implantação de alguma forma direta de acesso ao Parque Una e ao shopping, ou seja, que dispensasse a atual necessidade de um contorno inconveniente por outras vias de trânsito. Provavelmente, a falta ou pouca frequência de visita por parte destes moradores ao parque se deva pelo desestímulo provocado pela ausência de acessibilidade adequada. Ademais, mais da metade dos moradores – respectivamente, 51,7% e 55,2% – não sabiam que a continuação da duplicação da Avenida Bento Gonçalves estava prevista como concluída até a finalização do Parque Una e classificaram a ideia como excelente, corroborando para o entendimento de que a falta de acesso fácil e prático é um empecilho para a relação amistosa entre as duas partes.

Em suma, era imaginada a possibilidade de melhorias na infraestrutura do loteamento, bem como a consequente atração de fluxos de novos moradores. Ambas as pressuposições foram confirmadas pela maioria dos moradores abordados, no entanto, as melhorias mais pontuais na infraestrutura do loteamento denotam um processo distante de uma revolução no cenário urbanístico. Não há uma reforma que descaracterize social e espacialmente o lugar de modo a fazer as pessoas se sentirem obsoletas nele. No entanto, isso não significa que as transformações pelas quais a região passou tenham trazido apenas elementos positivos e pertinentes à população local.

O fato de não haver uma manifestação de desconforto por parte dos moradores com relação às mudanças do entorno, alertou para o dualismo sujeito-objeto, no âmbito de “conhecer e reconhecer”. A identificação de um perigo se caracteriza pelo reconhecimento do objeto que pode prejudicar o sujeito. Mas, para reconhecer, antes é preciso conhecer. E se o sujeito em questão desconhece o perigo, conseqüentemente não sentir-se-á ameaçado e não buscará medidas para evitar ou remediar os seus riscos. No comparativo realizado por GIROTTI (2010, p. 14) acerca das concepções filosóficas de Georg Hegel (1770-1831) e Immanuel Kant (1724-1804), tem-se que “o conhecer se configura como um movimento necessário da consciência, uma relação de exterioridade, enquanto o reconhecer é a própria coisa, que estabelece a relação sujeito-objeto”.

A relação com o complexo que compreende o Parque Una e o Shopping Pelotas, por exemplo, ainda é bastante defasada, não há um aproveitamento pleno desses equipamentos urbanos pelos moradores da ocupação visitada. Contudo, a presença do Parque Una - enquanto um equipamento destoante da realidade socioeconômica do Navegantes - não é percebida de forma amistosa pela minoria dos moradores. Durante a aplicação presencial do questionário, apesar de terem sido atribuídas perguntas de múltipla escolha - isto é, com respostas objetivas -, um número pequeno de moradores fez proveito das questões para manifestar de forma mais livre tópicos que não estavam pré-definidos no formulário. Nesse sentido, foi exposto o receio de que o ingresso ao parque fosse restringido futuramente, bem como o receio de que o seguimento da urbanização da região levasse a uma possível remoção. Essas manifestações são compreendidas como resultado da má articulação entre o Parque Una e os moradores, o que configura um cenário com traços segregacionistas.

Conclusões

Entende-se que um processo gentrificador não está efetivamente acontecendo, mas não se nega os indícios de encaminhamento a esse fenômeno, a médio ou longo prazo, observados no estudo de caso. Depreende-se também que, embora os moradores desconheçam a teoria do processo da gentrificação e não tenham a plena consciência do risco que as forças geradoras do fenômeno representam a eles, há, intuitivamente, uma sensação de inibição e constrangimento frente à nova realidade que se implanta aos poucos. Novamente, se percebe o não aproveitamento das melhorias implementadas na região por todos os moradores.

BIDOU-ZACHARIASEN (2006) já discutia a pouca abordagem, por parte de municipalidades não anglo-saxônicas, da gentrificação e seus mecanismos, enquanto argumenta que a ausência de estudos enfocados nesses problemas nessas áreas geográficas não significa que eles não ocorram. Pelo contrário, é necessário o entendimento dos fatores característicos da gentrificação em cada região para melhor delinear as posturas defensivas ideais. A urgência de universalizar o acesso a esses conhecimentos fica clara, à medida que o enfrentamento inábil, como é de se

esperar, das obstruções no organismo urbano afetam diretamente a vida das pessoas incorporadas nesse organismo, muitas vezes sem estas terem ferramentas instrutivas para compreender os seus direitos.

Soluções propostas

Tendo em vista esses indícios, foram buscadas medidas possíveis de afastar o processo gentrificador, antes que ele atinja o nível de enobrecimento excludente. Para isso, tomou-se como exemplo algumas medidas internacionais, apontadas pelo portal de informação alternativa *Esquerda.net*, as quais foram adotadas para combater a gentrificação em cidades como Berlim e Paris. Como primeira medida, propõe-se a regularização fundiária imediata da ocupação próxima ao Parque Una, visto que a mesma se encontra na Área Especial de Interesse Social tipo II do atual Plano Diretor Municipal, para a qual determina-se “interesse público em promover a regularização fundiária, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social” (PELOTAS, 2008).

Como segunda medida, propõe-se a reforma da mesma ocupação, substituindo os casebres precários por um conjunto de habitação social, creditado sob fundo perdido para moradias populares. Para que as medidas tenham sucesso, propõe-se também que as novas edificações possuam pátio individual e sejam da tipologia sobrado (para melhor proveito da área de projeção da construção) e possuam estrutura prevista para ampliação, caso seja da vontade dos proprietários futuramente, nos moldes da habitação evolutiva. Essas instruções previnem a displicência que tem ocorrido com outras habitações sociais, nas quais os moradores são realocados para imóveis justapostos que não levam em consideração suas necessidades - sem pátio que lhes permitam atividades simples, como estender roupas, por exemplo - e os tamanhos de cada família, forçando a ampliação posterior e inadequada dos imóveis. Instrui-se que o processo seja regido por etapas, a contar da concordância dos moradores, mediante reunião com o Poder Público e que, durante a reforma, os moradores sejam realocados com subsídios públicos e, após retornarem para as novas moradias, no local de origem, tenham isenção de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), assim como os proprietários de imóveis do programa federal Minha Casa Minha Vida (faixa 1). Com essas duas propostas, pretende-se eliminar quaisquer condições que venham a fortalecer a remoção dessa comunidade de seu território.

Como terceira e última medida, propõe-se a criação de uma lei municipal que proteja o consumidor dos aumentos abusivos no preço dos bens e serviços do bairro, proibindo comerciantes e empresários de cobrar mais do que 10% do preço médio fixado para cada setor e região, sob pena de multa exuberante. Acredita-se que essa proposta será capaz de evitar que os moradores consolidados da região se vejam obrigados a migrar para uma zona precária da cidade por não serem capazes de arcar com os aumentos abusivos resultantes da especulação imobiliária para a qual o Navegantes se encaminha.

Referências

- ALCÂNTARA, Maurício. Gentrificação. *Enciclopédia de Antropologia*, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://ea.flch.usp.br/conceito/gentrificacao>> Acesso em: 27 set. 2020.
- BATALLER, Maria. O estudo da gentrificação. *Revista Continentes*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2012. Tradução de Maurilio Lima Botelho. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5>> Acesso em: 22 jun. 2019.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catharine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Anabluma, 2006. 294p. Tradução de Helena Menna Barreto Silva.
- VARGAS, Vera do Carmo Comparsi de. *O uso de questionários em trabalhos científicos*. [S.l.: s.n.], [201-]. 14 p. Disponível em: <https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionarios_em_trabalhos_cient%EDficos.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- ESQUERDA. Combate à gentrificação: Experiências internacionais. *Esquerda*, 2016. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/combate-gentrificacao-experiencias-internacionais/44838>> Acesso em: 04 jun. 2019.
- FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- FREEMAN, Lance. Os cinco mitos da gentrificação. *Gazeta do Povo*, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/os-cinco-mitos-da-gentrificacao-98ipcawsb7hc6cs98cg2vw9x4/>> Acesso em: 04 jun. 2019.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- GIROTTI, Marcio. A crítica de Hegel ao dualismo sujeito-objeto de Kant. *Simbio-Logias*, Botucatu, v.3, n.4, 2010. Disponível em: <https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/a_critica_hegel_dualismo_sujeito>. Acesso em: 27 set. 2020.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/livros/>>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 78-96, 2003. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/producao/capitulos-em-livros/>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- MENDES, Luís. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, p. 479-512, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/4NZnCmTtpWZ3cGVV9nt8sQ/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 22 jun. 2019.
- PELOTAS. Lei nº 2443, de 15 de dezembro de 1978. Autoriza a alienação de imóveis, e dá outras providências. *Leis Municipais*, 2008. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1978/245/2443/lei-ordinaria-n-2443-1978-autoriza-a-alienacao-de-imoveis-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- PORTELLA, Adriana; PEREIRA, Gisele (Orgs.). *Olhares da Favela*. Pelotas: UFPel, 2017. 342 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *GeoPelotas: Mapas Temáticos Censo 2010*. Disponível em: <<https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=fc4bff1e0aeb40e1887c065d876f8fc8>>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- RIBEIRO, Tarcyla. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, v. 10, n. 3, p. 1334-1356, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31328>> Acesso em: 22 jun. 2019.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Tese de Livre-Docência - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. 43 f. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895945/mod_resource/content/1/Rolnik_guerra_dos_lugares.pdf> Acesso em: 04 jun. 2019.
- TRAMONTINA, Mariana. Gentrificação: seu bairro não é mais para você. *UOL TAB*, 2015. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/gentrificacao>> Acesso em: 04 jun. 2019.
- UNIVERSITY COLLEGE LONDON. Ruth Glass and London: Aspects of Change 1964-2014. *UCL Urban Laboratory*, 2014. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/urban-lab/events/2014/dec/ruth-glass-and-london-aspects-change-1964-2014>> Acesso em: 27 set. 2020.

SOFÁ NA RUA EM PELOTAS Caminhografias ¹

*SoFÁ NA RUA IN PELOTAS
walkgraphy*

Carolina Frasson Sebalhos² e Eduardo Rocha³

Resumo

O presente trabalho versa sobre o evento “Sofá na Rua” que acontece na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, contextualizado em meio a outros eventos, como o evento começou, tímido, e como o sofá foi parar na rua. A partir de então é usado a caminhografia como método de apreensão do espaço-evento, da rua e seus atravessamentos. Das discussões, nada se infere, surgem mais e mais perguntas, o que um corpo é para a rua? Que corpo é esse? Quais dispositivos ele produz? Perguntas que não ficam sem respostas, mas que também não pretendem definir em absoluto o que se questiona. Uma caminhada em pés e pensamentos é o resultado desta pesquisa, a cidade como ela é, no corpo, na cabeça e no pé.

Palavras-chave: evento de rua, caminhografia, caminhar, urbanismo contemporâneo.

Abstract

This work is about the “Sofá na Rua” event that takes place in the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul, contextualized in the midst of other events, how the event began, shyly, and how the sofa ended up on the street. From then on, walkography is used as a method of apprehending the space-event, the street and its crossings. From the discussions, nothing is inferred, but more and more questions arise: what is a body for the street? What is this body? What devices does it produce? Questions that don’t go unanswered, but which also don’t aim to define what is being questioned. A walk in feet and thoughts is the result of this research, the city as it is, in the body, in the head and in the foot

Keywords: street event, walkgrafy, walking, contemporary urbanism.

¹ O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de dissertação “Heterotopias na cidade: caminhografias do evento Sofá na Rua em Pelotas-RS”, apresentado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no ano de 2021.

² Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista.

³ Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanista.

Introdução

O presente trabalho trata sobre o caminhografar o evento “Sofá na Rua” em Pelotas/RS. Ocupação do passeio público, logradouro, rua, cidade. Por que é necessário sairmos à rua e ocupá-la? Por qual motivo o pé nos paralelepípedos beirando o cais do porto é imprescindível para entender uma ocupação temporária, efêmera e diversa? O que há de diverso? Realmente há?

Entre tantas perguntas surge a necessidade do caminhar, ver, ouvir, sentir, se deixar ir e vir. Anotar, atravessar, cartografar. E em meio a isso: a rua, a cidade, o caderno e a festa. Um movimento de uma urbanista, de alguém que deseja a cidade, se deixa à cidade para seguir pistas do que ela é de verdade, do que ela⁴ não é, do que compõe os momentos e ainda assim perpetua, na passagem, um sentimento de pertencer. Ser.

Na rua: o caminhar. No papel: o escrever. Aqui, vamos partir do global ao local, da cidade ao evento, do evento ao atravessamento. Dos atravessamentos: pensamentos, reflexões, perguntas, ligações. Atravessamentos estes que resulta em três caminhografias. Uma delas, distinta, os pés não fazem mais parte do caminhar, o virtual toma conta da ação do pisar como tentativa – e erro – de uma possibilidade outra, a pandemia exigiu. Nos resultados, mais perguntas que respostas, onde vai o pensamento.

Da urbe à rua

O termo “pensar global, agir local” é um dos grandes lemas atuais e foi cunhado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck (2011). Para ambientalistas e empresários que propõem um consumo consciente, sustentabilidade e solidariedade, a frase exprime um modo de agir, viver, consumir e construir.

Na arquitetura e urbanismo, o lema reflete o pensamento atual que visa a sustentabilidade e o fazer cidade em uma escala humana. Diferentemente dos modernistas com suas grandes escalas, arquitetos e urbanistas contemporâneos tentam quebrar esse paradigma das cidades industriais. Pensar localmente é reduzir a escala do pensamento, chegando diretamente na população usuária do local que está sendo projetado. Cada comunidade, região, bairro, cidade, possui suas particularidades, não cabendo mais os modelos universais aplicados ao redor do mundo sem distinção.

Nessa temática, temos dois exemplos relevantes na literatura sobre o “agir local”. Em “Cidade para pessoas” do arquiteto Jan Gehl (2014), há uma crítica à modernidade e sua escala projetual, com destaque para a importância de planejar cidades mais habitáveis, sustentáveis e saudáveis.

Para que isso seja possível, Jan Gehl (2014) defende que a escala humana deve ser o principal fator de decisões, o que incita debates sobre mobilidade, priorização de transportes alternativos (ciclismo e transporte coletivo), dinâmicas de vitalidade e segurança nas áreas urbanas.

Em “Morte e vida das grandes cidades”, a ativista e jornalista Jane Jacobs (2014) debate sobre a reurbanização e o planejamento urbano voltado à população. Focada nos vários usos de um bairro, a autora trata as ruas e calçadas como órgãos vitais de uma cidade, onde os protagonistas devem ser os cidadãos e cidadãs que contribuem

⁴ A cidade ou a urbanista?

diretamente com a economia e a cultura local. Para a autora é importante que o morador sinta segurança ao fazer uso de ruas e calçadas, sentindo-se integrado ao bairro e a cidade.

Gehl (2014) e Jacobs (2014) propõem o uso misto e a ocupação da rua pelos moradores do bairro e da cidade que está sendo (re)planejada. Um espaço plural com acesso à cultura, desenvolvimento, educação e saúde, que (re)ative o senso de pertencimento da população.

Um meio para ativar bairros e ruas é através dos eventos que acontecem esporádica ou regularmente, como feiras, mostras de música, teatro, comércio, entre outros. Na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, existem diversos eventos que acontecem periodicamente promovendo uma grande circulação de pessoas entre os bairros e interação entre moradores.

A Feira Nacional do Doce (Fenadoce) e o Festival Internacional Sesc de Música, são dois grandes eventos que acontecem anualmente na cidade, com cerca de 28 e 10 edições respectivamente. A Fenadoce promove o comércio de doces da região, um festival de gastronomia, shows para a população e espaço cultural com apresentações teatrais, circenses e musicais. Assim como o Festival de música, que promove shows gratuitos em várias regiões da cidade, ativando o comércio local e os espaços públicos.

As feiras livres acontecem diariamente pelas manhãs e à tarde, em vários bairros da cidade, assim como o Piquenique Cultural, com o slogan “onde a cidade se encontra” em um movimento artístico que acontece em praças e parques de Pelotas. Não menos importante, se mostra o Carnaval de Rua de Pelotas, com vários blocos que percorrem as ruas da cidade nos 3 dias festivos.

Dentre os eventos pelotenses, o objeto desta pesquisa é o “Sofá na Rua”, organizado pelo coletivo Casa Fora do Eixo e realizado mensalmente na Rua José do Patrocínio, bairro portuário da cidade. O evento conta com 75 edições realizadas até a presente data, sendo as últimas 5 em formato online via Facebook. Os organizadores afirmam que o evento promove a democratização da rua através de um intercâmbio social e do acesso livre à cultura, provocando uma resistência à organização social que não investe suficientemente em políticas públicas voltadas para esse fim.

Da cidade ao sofá

Para entendermos o contexto em que o evento “Sofá na Rua” está inserido, necessitamos revisitar a história da cidade de Pelotas de maneira crítica e não-fantasia. Quer dizer, nos deslocarmos das narrativas históricas embranquecidas e que amenizam – se não apagam completamente – o passado aristocrático e escravagista de seu surgimento.

Durante o Império brasileiro, colonizadores exploravam as terras brasileiras mantendo a mão-de-obra escrava de negros e indígenas. Uma das principais fontes de alimentação oferecida para os escravizados era o charque que inicialmente era produzido na região do Nordeste brasileiro. Com a seca da região, comerciantes viram a oportunidade de implementar no Rio Grande do Sul fazendas que produzissem a carne salgada para suprir essa demanda (VARGAS, 2017).

Em 1770, chega à região de Pelotas o charqueador José Pinto Martins, que estimulou a criação de mais fazendas de charque na localidade. Antes mesmo de ser reconhecida como cidade (ato que ocorreu em 1835), em 1822 já haviam 22 charqueadas, fazendas que produziam o charque e comercializavam couro, sebo, graxa, chifres. O professor historiador da Universidade Federal de Pelotas, Jonas Vargas (2017) estima que cada proprietário de fazenda de charque utilizava cerca de 55 a 65 escravizados, população que compunha 1/3 do número de habitantes da cidade em 1870.

Ao se tornar a maior produtora de carne-seca no período do Império, a cidade de Pelotas teve sua ascensão econômica graças as charqueadas. Porém, essa prosperidade econômica se deu às custas do trabalho escravo, sendo os grandes proprietários de fazendas de charque, os Barões do charque, os maiores proprietários de cativos do Brasil meridional – que inclui além dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também Rio de Janeiro e São Paulo.

Pelotas, então, foi uma das grandes favorecidas pelo tráfico transatlântico, prova disso é o declínio que sofreram as fazendas de charque a partir dos anos de 1900, não coincidentemente a partir da abolição da escravatura e também, da queda do império monárquico. Vargas(2017) relata que “a escravidão não apenas viabilizou o surgimento da própria cidade como enriqueceu os proprietários das fábricas de charque, tornando-os os proprietários mais ricos do Rio Grande do Sul.”

Com tamanha riqueza, as famílias nobres da época promoviam e apreciavam a cultura com a construção de teatros e palacetes. Realizavam também muitas festas, os saraus foram os responsáveis pela fama que carrega Pelotas, hoje conhecida como a capital nacional do doce, graças aos doces portugueses e africanos que eram oferecidos enrolados em papel seda e enredados na época.

Além dos doces, a produção de pêssego, morango, arroz e gado foram bastante importante para a manutenção da cidade e sua população. Depois dos conflitos territoriais, guerras e batalhas ocorridas no território de Pelotas, grande parte da população que residia nessa localidade partiu para outras regiões, o que causou um declínio no crescimento da cidade.

A cidade voltou a crescer com a federalização da Universidade Rural do Sul, e depois com o decreto presidencial de 1969 que a transforma em Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). O crescimento da cidade acompanha o da universidade, que por muitas décadas foi constante, porém lento. Foi a partir de 2007 que a UFPeL adere ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, quando a cidade acompanhou um crescimento sem precedentes, aumentando o número de cursos de 58 para 96 e dobrando o número de estudantes, em sua maioria de outras cidades e regiões do país.

Esse crescimento provocou uma renovação e uma popularização dos debates e resistências urbanas, ao combater a cultura conservadora pelotense. O acesso democrático à cultura, principalmente popular, é a pauta de muitos dos eventos de rua que acontecem na cidade, tendo como sua maior atração, reconhecida no Brasil inteiro, o carnaval de rua. Porém, existem outros eventos que provocam e fomentam o debate crítico político, social e econômico, como o nosso objeto de estudo.

O evento “Sofá na Rua” teve sua primeira edição em 2012 dentro da programação do Festival Vira Lata⁵ na cidade de Pelotas. Com show da banda Vade Retrô ocupando a parte interna da Casa Fora do Eixo e parte da rua, sem bloqueá-la, para a festividade. A Casa Fora do Eixo foi um espaço que promovia o intercâmbio social que compreendia moradia, escritório, casa de show e agências de mídia livre (CASA FORA DO EIXO PELOTAS, 2013).

Como o lugar era muito pequeno para sediar o show, foram colocados um sofá e os equipamentos do show na vaga de estacionamento em frente à casa e ali, com cerca de 50 pessoas, deu início a primeira edição do evento. As edições seguintes usavam tanto o interior quanto a rua para expor arte, vender artesanatos e comidas caseiras, algo que cresceu culturalmente no evento e se transformou no que hoje o evento chama de “economia criativa”. Que são vendas de artesanatos, camisetas personalizadas, comidas caseiras, brechós, entre outros (Figura 1).

Poucas edições depois, o evento já se tornara grande o suficiente para fechar a rua e chamar cada vez mais pessoas interessadas no intercâmbio social fomentado pelos organizadores. Em um ano de evento, participaram artistas locais e regionais de música, pintura, grafite, dança, com intervenções circenses e mais outras tantas. O evento também fez parte de outros festivais da cidade como 4º Grito do Rock Pelotas e mais adiante a Virada Cultural promovida pela Secretaria de Cultura de Pelotas.

Em sua 24ª edição, o evento mudou-se da rua em frente à Casa Fora do Eixo, para a Rua José do Patrocínio, no Cais do bairro do Porto. Com uma parceria com o Galpão do Rock – hoje Galpão Satolep – o evento pôde expandir seu público e abrir mais espaços para artistas independentes, nacionais e internacionais. Em sua página no Facebook, os organizadores contam:

Sofá na Rua #24 Trem Imperial + Circo + Donah Dinna + Dia da Mulher. Sofá nas ruas do Porto! Pela primeira vez o sofá saiu da sua rua e criou seus aposentos no cais do porto, entre ruínas de prédios abandonados sobressai imagens de uma história esquecida, uma cidade que mantém orgulho de sua tradição do Sal (Charque) ao açúcar (Doce), uma princesa que continua condicionada! Ocupamos o porto para mostrar uma contra cultura que deseja muito mais que desenvolvimento econômico voltado a empresas, de uma população que se apropria de suas ruas e se expressa com sua identidade, com ideias simples e criativas criamos ambientes de trocas e experimentações, a subversão da educação. O porto não quer mais navios de cargas! ele grita por arte, educação, por ambientes de encontro, de conscientização, humanização. Queremos uma cidade que respeita a diversidade de gêneros, de classes e de espaços! #FinanciamentoColetivo #OcupaPorto #DiadaMulher #ArtesIntegradas #SofánaRua (SOFA NA RUA, 2014).

A ideia inicial buscava fomentar a visibilidade artística cultural e a economia solidária em um evento aberto à comunidade. Proporcionando acesso democrático à cultura como forma de resistência social que não dá acesso livre a cultura e arte. Atualmente o evento conta com cerca de 2000 pessoas por edição (TAVARES; LEMOS, 2015).

⁵ Projeto da LoBit juntamente com a Casa Fora do Eixo que compôs o calendário do Circuito Sul de Festivais e Rede Brasil de Festivais, com a proposta de integração de cultura e arte, englobando artes visuais, música, dança, teatro, audiovisual e economia, ocorrido em novembro de 2013.



Figura 1 - Fotos oficiais do evento “Sofá na Rua”. Fonte: SOFÁ NA RUA, 2021.

Até o fim do ano de 2019⁶ foram 70 edições do evento realizados em Pelotas (Figura 2) e desde então alguns eventos online com participação de artistas através de lives e debates sobre cultura com encontros através da internet. O evento promove a democratização da rua e a indução de manifestações artísticas, trazendo cultura à população. Sobre isso, comenta a produtora executiva Isadora Passeggio em entrevista concedida à Isabelle Domingues para o jornal e-cult mídia ativa de Pelotas, para Passeggio o evento serve para:

movimentar e estimular a criação, produção, divulgação, socialização e acessibilidade às manifestações artísticas e culturais, não como um processo finito, mas como uma ação integrada e articuladora, tanto pelo seu conteúdo cultural quanto pela maneira como se apresenta. [...] O evento é efêmero. O que fica é a memória e a vivência. Existe uma construção simbólica e imaterial que pode ruir a qualquer momento se nos apoiarmos no que ele foi e não no que ele é ou pode vir a ser. O Sofá está em nosso imaginário e na nossa paixão. Não existe estabilidade nesse trabalho, é uma batalha constante para mantê-lo vivo. [...] O Sofá é resistência, é união, é paixão, é respeito, é diversidade, é transformação. O ator deve ser lúcido e ambicionar mudar a sociedade, percebendo como primeira e urgente a transformação de si mesmo (DOMINGUES, 2019).

O evento busca promover o uso da rua pelas pessoas, pelos pedestres, pelos artistas e cidadãos. Democraticamente convida todas as classes, faixas etárias e tribos pra uma festa ao ar livre e à celebração da diversidade. Para Passeggio, “a rua é um espaço democrático onde só ali é possível refletir a sociedade conforme ela se organiza e criar novos mecanismos de atuação e transformação”. Isso significa, “oportunar acesso às artes, produzir cultura, e legitimar um lugar que, por ser estratégico, também se converge em espaço educativo e político cultural.” (DOMINGUES, 2019).

Caminhar: observação

Dentro do presente trabalho existem duas metodologias, a metodologia de escrita e pesquisa e a de investigação e apreensão da cidade. A primeira, coleta de dados através da pesquisa bibliográfica, em destaque para filósofos que nos ajudam a entender onde se coloca o corpo atento, o corpo que dá a possibilidade de atravessamentos, afectos e perceptos. O que nos leva à segunda metodologia: a caminhografia em si, usando os conceitos estudados como prática de corpo e mente, de forma a deixar fluir os acontecimentos da rua e reverberar não só no corpo do caminhógrafo, mas também como forma de suas anotações, sejam escritas, desenhos, registros de imagem ou som.

Vale ressaltar, que ao longo da pesquisa foram revisitados os objetivos e o problema de pesquisa em diversos momentos. Sempre com intuito de aprimorar as proposições para que ficassem mais perto da realidade da pesquisa e do que se encontrava ao longo da produção de dados. Dessa forma, nossa explicação exige uma conversa sobre o caminhar. Como reconhecemos e o que fazemos em nossos territórios, lugares de nossos pés.

⁶ Na época da pesquisa os eventos foram paralisados devido à pandemia. Até dezembro de 2023, foram realizados 93 edições do evento.

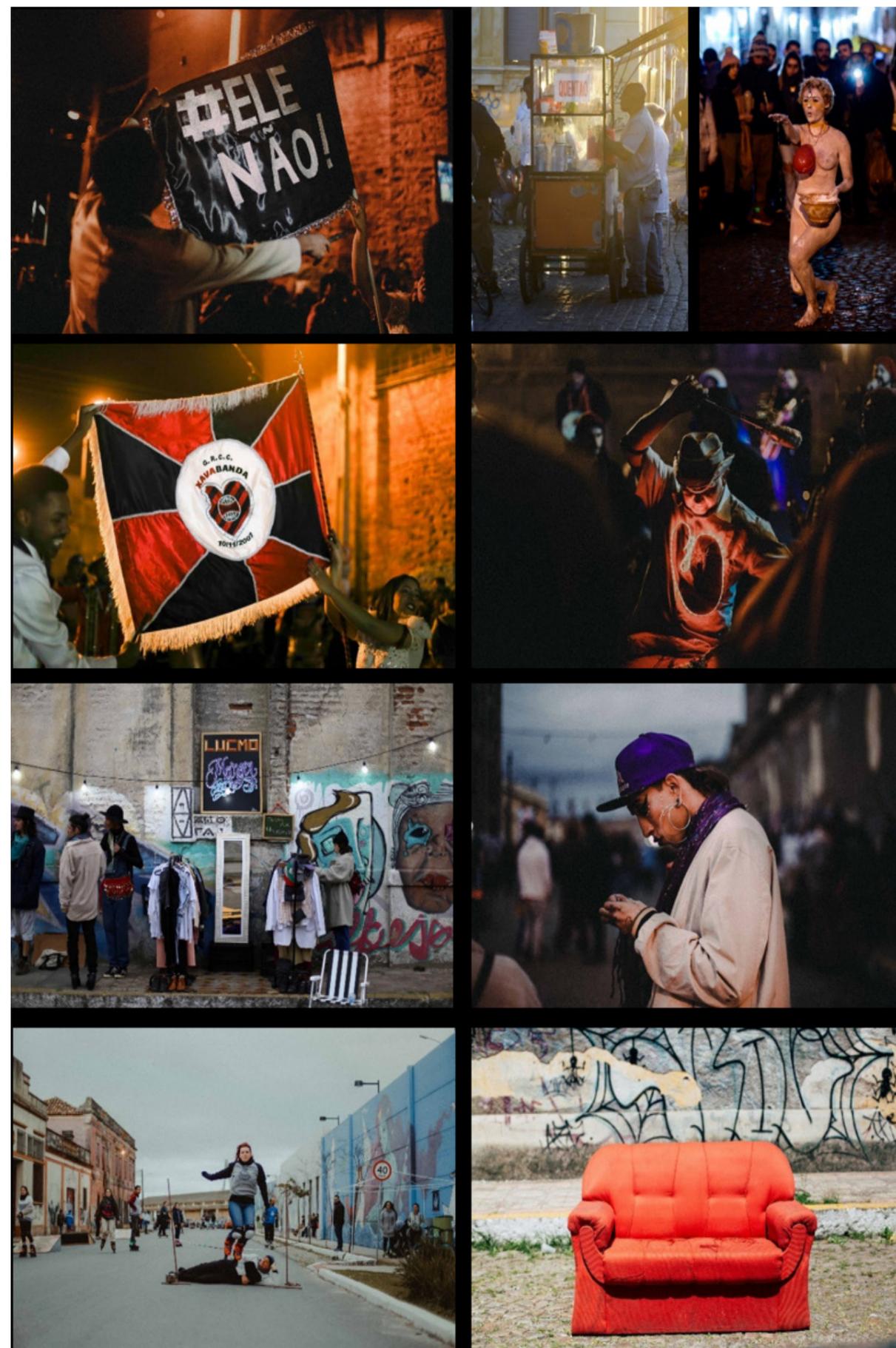


Figura 2 - Fotos oficiais do evento “Sofá na Rua”. Fonte: SOFÁ NA RUA, 2021.

Deleuze e Guattari (1997b) nomeiam os dois tipos de ocupação do território como espaço liso e espaço estriado. Sendo o primeiro do território nômade, menos denso, mais líquido, por isso, vazio. Já o espaço estriado, é o território sedentário, mais denso, cercado por muros, percursos, recintos, por tanto, cheio. Nesta mescla de cheios e vazio existe a margem para o intercâmbio, dentro de um, o outro.

Das origens da humanidade, das migrações intercontinentais e do intercâmbio entre povos, surge a habilidade de ler paisagens, de se orientar no vazio, de se apropriar e mapear territórios. Ao caminhar por espaços não mapeados, o espaço torna-se lugar e caminhar se transforma em ato perceptivo e criativo de leitura e escrita de um território.

Foi na década de 1920 com o movimento dadaísta que o caminhar ganha uma nova função. Ao fazer uma excursão pelos lugares banais da cidade de Paris, como uma operação estética consciente, substituíram a obra de arte pela deambulação, sem modificar o espaço, sem deixar rastros, uma provocação a antiarte.

Os surrealistas seguindo os dadaístas recriaram a figura do flâneur, um personagem efêmero que perdia seu tempo vagabundeando pela cidade. Ao irem a um lugar desconhecido sem deixar rastros físicos e sem elaboração a partir dessa experiência, os artistas tinham como ação apenas visitar o lugar, realizando o fazer nada. Apesar das tarefas que faziam no percurso, como ler um texto ao acaso, apresentar transeuntes e fazer movimentar a rua, seu principal objetivo era visitar lugares onde não existiria nenhuma razão para sua existência.

A partir dessas deambulações começa a investigação do inconsciente da cidade. Uma deambulação na França fez surgir o Primeiro Manifesto Surrealista, e com ele a definição do surrealismo: “automatismo psíquico puro com o qual se propõe expressar, seja verbalmente, seja por escrito, seja de qualquer outro modo, o funcionamento real do pensamento”. Isso porque, ao passar dias caminhando do centro de Paris à uma cidade ao acaso, Breton – autor do primeiro manifesto surrealista – descreve a deambulação como uma “exploração pelos limites entre a vida consciente e a vida dos sonhos” (CARERI, 2018, p. 78). Dessa forma as deambulações sugeriam uma desorientação, um abandono do inconsciente, deter o espaço como sujeito ativo, produtor ele de afetos e de relações.

Assim, dá início a uma troca recíproca com o lugar, resultando num forte estado de apreensão: compreender e inquietar. Os surrealistas acreditavam que o espaço poderia ser atravessado assim como a mente humana também poderia. É nos territórios desconhecidos da cidade, fora do itinerário turístico que se desenvolvem os passeios, os acontecimentos inesperados, os encontros, os jogos coletivos. Ideia que depois é desenvolvida pelos situacionistas e sua cartografia.

Na década de 1950, os letristas se apropriam dos conceitos do surrealismo para desenvolvê-lo como atividade lúdica e coletiva, para definir essas zonas inconscientes da cidade e investigar os efeitos psíquicos que o contexto urbano produz. Passam a construir e experimentar novos comportamentos na vida real e modos alternativos de habitar a cidade através da deriva.

Os letristas rejeitavam a separação da vida cotidiana aborrecida e alienante e da vida imaginária fantástica, acreditavam que a realidade deveria ser maravilhosa ela mesma. Isso, através da construção de situações: “agir e não sonhar”. Ao ajustar a teoria da deriva urbana para “trabalhar na construção consciente e coletiva de uma nova cultura” (CARERI, 2018, p. 86).

Ao substituir a cidade consciente e onírica pela cidade lúdica e espontânea, os situacionistas propõem o mapeamento urbano através das várias percepções de um percurso, para compreender as pulsões e os afetos que a cidade provocava a cada indivíduo que por ela caminha. Para isso, apresentam um jogo que lança o desafio de um novo uso do tempo e do espaço, ou melhor, dispuseram quase uma volta à era paleolítica: espalhar, ao invés de consumir.

O jogo constitui primeiramente em uma quebra de regras, inventar as suas próprias, libertar a criatividade das construções socioculturais, projetar ações estéticas e revolucionárias contra o controle social. Era isso que propunham ao perder-se na cidade: a utilização do tempo livre do trabalhador fora no consumo do sistema capitalista, sem a necessidade de consumir e produzir fora do tempo de trabalho. Voltar a vida ao momento de prazer e lazer, provocar e reativar o desejo latente que não passou por imposições culturais e vontades impostas.

No âmbito do urbanismo moderno podemos separar essas movimentações em três fases: de meado e final do século XIX e início do século XX, a recriação da figura do flâneur criticava a primeira modernização das cidades, através das flanâncias procuravam a cidade banal e do cotidiano; das décadas de 1910 à 1959, as deambulações dos surrealistas procuravam a cidade inconsciente, criticando algumas ideias urbanísticas do movimento moderno e; do momento pós-guerra até 1970, as derivas situacionistas criticavam o modernismo (ou moderno tardio) se utilizando da psicogeografia (JACQUES, 2012).

Essa construção das flanâncias, deambulações, derivas e errância constituem a noção de perder tempo para se apropriar do espaço, da cidade, do território. Um fervoroso combate entre tempo e espaço que não se conciliam de forma absoluta com o sistema capitalista, consumista, porém “o espaço é uma fantástica invenção com a qual se pode brincar” e se sabendo brincar – jogar – é possível ganhá-lo (CARERI, 2018, p. 171).

Na contemporaneidade, o caminhar de forma livre também pode ser chamado de errância. Errar pela cidade contemporânea é uma ferramenta de apreensão e investigação do espaço urbano, o que possibilita a criação de microrresistências. As errâncias estão dentro da cartografia urbana, e são experiências não planejadas que contrariam ou profanam os usos planejados do espaço na cidade (JACQUES, 2012).

Por muito tempo e ainda hoje quem caminha de forma livre e errática pela cidade são os chamados “Outros Urbanos”: ambulantes, camelôs, catadores, prostitutas, pessoas em situação de rua. O homem ordinário resiste e sobrevive em seu próprio cotidiano, escapa da anestesia pacificadora da cidade espetacularizada que busca eliminar os dissensos e as disputas entre diferentes, seja por indiferenciação, seja por inclusão-excludente.

Essa diluição dos conflitos procura diminuir as possibilidades de experiência nas cidades contemporâneas, uma esterilização da experiência. Não de forma a destruí-la, mas de capturar, domesticar e anestesiá-las essas experiências. Esses processos pacificadores sobretudo nos espaços públicos fabricam falsos consensos, escondem as tensões e impossibilitam qualquer experiência de alteridade nas cidades.

Para combater o anestesiamento, resistir à pacificação e desafiar a espetacularização, é necessário explicitar os conflitos que existem dentro da cidade, provocar os dissensos e praticar a errância como o outro urbano. Para nós, aprendiz-cartógrafo, ou caminhógrafo procuramos sempre o estranhamento, se afastar do espaço familiar e cotidiano para experimentar a cidade de dentro, se opondo ao modo cartesiano da

visão de cima, visão do mapa tradicional.

Essa experiência pode ser utilizada como ferramenta urbanística de planejamento e apreensão da cidade real através das narrativas errantes, uma transmissão da experiência da alteridade urbana pelos errantes.

As narrativas errantes são raras e escassas visto que seu principal personagem são os Outros Urbanos, por isso a narrativa aqui se faz importante tanto no processo de apreensão da cidade como contemporânea, quanto como registro da cidade real contemporâneo, com seus conflitos, suas discordâncias e sua opacidade.

As narrativas errantes são narrativas menores, micronarrativas, que contrapõe as grandes narrativas modernas e reafirma a potência da vida coletiva. A complexidade e multiplicidade de pensamentos e formas de viver na urbe confronta a tentativa de criar um pensamento único e singular, sem diferenças ou embates entre heterogêneos modos de usar e se apropriar dos espaços (JACQUES, 2012).

A errância é uma forma de caminhar na cidade e assim, perder-se nela, de forma zonzona, sem direção, perdida. É nesse sentido que Careri (2018, p. 167) explica o caminhar na obra *Walkscapes*, onde o termo zonzano – no idioma italiano – refere-se ao “passear sem meta, perder o tempo”. Às margens dos muros de Roma, o grupo que caminha com Careri usa da caminhada como prática estética, ao percorrer caminhos feitos e desfeitos, sem distinção entre público ou privado, dentro ou fora, são traçados os entre-meios de um mapa único do zonzear.

Há uma grande relutância entre os alunos de Careri (2018) de se disporem a “perder o tempo” muito valioso hoje – e sempre – ainda mais para estudantes. Contudo, a insistência na prática de perder o tempo é imprescindível para a profanação dos lugares de circulação, ressignificando as ruas e bairros.

Apesar da magnitude desta prática, Careri (2018) admite que o andar zonzano em território europeu é essencialmente diferente, sobretudo quando relatado o caminhar em Bogotá, Santiago do Chile, São Paulo, Salvador e Talca. As regras exigidas para a prática do caminhar e a apropriação do espaço na América Latina coexistem com o medo: do escurecer, do espaço público, do outro, da violência...

Careri (2018) ressalta a falha de contato pelos alunos latinos de arquitetura com a rua, principalmente na infância, como brincar na rua e andar pelo bairro onde se vive. A compreensão do autor é persuasiva, explicamos. Essa ausência nos acompanha pelo resto da vida, aos arquitetos(as) e urbanistas latino-americanos que projetam casas e interferem nas cidades, a falta de pertencimento provocada pela inexistência de um elo com a rua afeta tanto o profissional como a população que se beneficia de seus serviços.

Se o andar não é natural, mas mecanizado por esse afastamento, não há o encontro do indivíduo e a vida que acontece nas ruas, não há como fazer da rua nossa segunda casa, e não há como planejar bairros e cidades sem os efeitos desse encontro verdadeiro. Ao passo que essa distância, esse sentimento em que a rua não é um habitat natural nos provoca um deslocamento do pertencer: essa rua é minha? Eu vivo aqui? O bairro é meu? Eu conheço as pessoas que aqui convivem? As casas? Os fragilidades e potencialidades? Essa é a minha cidade?

A intervenção em uma cidade/bairro, quando acompanhada do medo de explorar lugares desconhecidos ou não familiares pode destruir a possibilidade de apresentar soluções aos problemas reais que possam existir naquele território.

Resta para nós latino-americanos, nos apropriarmos da rua, que hoje é vista como o lugar de andarilhos, dos sem-teto, dos vendedores ambulantes. Afinal, “o único modo de ter uma cidade viva e democrática é poder caminhar sem suprir os conflitos e as diferenças, poder caminhar para protestar e para reivindicar o próprio direito à cidade” (CARERI, 2018, p. 170).

Ao praticar a errância é necessário também estar disposto a cumprir o jogo. Jogar com a cidade é priorizar os usos dos lugares, em detrimento à sua função. O jogo urbano, então, pode ser usado como apreensão dessa cidade outra. Alguns exemplos do jogar na cidade é: conversar com estranhos no caminho; escolher o caminho mais tortuoso para chegar no destino; não ter destino. Também é capaz de envolver os sentidos, não só os cinco sentidos humanos, olfato, paladar, tato, mas todas as significações da palavra “sentido”, como direção, propósito, significado. Os situacionistas

insistem na importância da invenção e criação de condições favoráveis para o desenvolvimento dessa paixão pelo jogo urbano, no valor do jogo, que seria o da própria vida livremente construída, sendo que a liberdade seria garantida pelas práticas lúdicas” (JACQUES, 2012, p. 223).

O errante “inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante”, ou seja, ele cria a partir da experiência de caminhar e jogar, uma cidade singular e subjetiva (JACQUES, 2012, p. 24).

Portanto, a caminhografia se trata da junção do registro cartográfico embasados na cartografia de Deleuze e Guattari; o jogo da cartografia urbana proposto pelos situacionistas e; a caminhada zonzana exposta por Careri. Essa combinação de caminhar, jogar e registrar, possibilita que o caminhógrafo apreenda (d)a cidade, suas afecções e percepções e construa um mapa da diferença.

A caminhografia proporciona o contato com a alteridade da cidade, com o outro. Cotidianamente, parte majoritária da população utiliza as ruas como travessia de um lugar ao outro, passagem veloz e desatenta por onde a vida apenas passa. Contudo, na rua existe vida, outras velocidades, outros tipos de atenção e outros modos de viver: a rua como constituinte da vida, pano de fundo principal de existência. É dela que vem o sustento, o dormir, o morar, o comer.

Quando praticamos a caminhografia procuramos caminhos desconhecidos, andamos em ritmos mais lentos e nossos olhos ficam mais atentos aos pormenores da rua. Entramos em contato com uma rua-outra, uma cidade-outra, onde o andar de um ponto a outro é feito pelos outros, enquanto a vida ali permanece. Para nos ajudar com esse processo de entrar em contato com o outro, narrativas urbanas são feitas – simultaneamente – no caderno de campo.

O registro no caderno de campo é livre, isso quer dizer que as anotações podem ser desenhos, linhas, textos, palavras soltas, qualquer forma de expressão que o caminhógrafo sinta com os pés, olhos, cabeça, coração. Também é possível fazer outros tipos de registros como imagens – fotos e vídeos – e sons. Tudo aquilo que é captado pelo caminhógrafo de uma forma sensível e (in)consciente é usado para a apreensão da cidade como ela é, da rua, do bairro, do tempo e do espaço.

Um mapa rizomático é criado através dos afectos e perceptos e conduzido pela subjetividade que atravessa o caminhógrafo de forma coletiva. É o produto da expressão do processo de caminhar, jogar e registrar. Assim como não existem manuais ou regras para esses processos, também não há para o resultado, há apenas pistas, que são

lançadas para que se faça uso da própria imaginação e dos sentidos.

Os jogos, trazidos pelos situacionistas para essa metodologia, nos possibilita escrever sobre o território. Deixar rastros efêmeros ou temporários na cidade que podem – ou não – trazer algum tipo de reflexão sobre os costumes cotidianos. Ao jogar com a cidade e com o percurso usamos a caminhografia como elemento para intervir na rua, modificar camadas objetivas e subjetivas do consciente e do inconsciente da cidade. Tentamos, de alguma forma juntar, colar discurso, prática, estudo e realidade, através de jogos que usam a rua, o cotidiano, nossos corpos, outras pessoas, nossos sentidos, os sentidos de outras pessoas. O tato, o olfato, a voz, a letra, o som, o movimento lento, atípico, excêntrico ou normal, cotidiano.

É nesse entremeio de mundos, do corriqueiro e do incomum que moram as problematizações: quais são os movimentos aceitos? Por quem são aceitos? Quem dita o “normal” e o “outro”?

Ao fundir a filosofia da diferença de Deleuze com as errâncias urbanas temos um campo de ação que vai além da caminhada em si, vai além do registro síncrono, além das lembranças que carregamos. A ação de caminhografar carrega consigo uma grande potência de criação. Ao pensarmos nossos conhecimentos como rizomas, na multiplicidade de modos de vida e nas tantas amarras que devemos reconhecer para nos libertar, conseguimos de certa forma problematizar o cotidiano, nosso próprio, da cidade, da rua, da população, dos tipos de vida que englobamos quando pensamos na população e quais estão isolados, quais não pertencem a esse grupo.

Quando dizemos isso, problematizamos: será que todas as formas de viver estão inclusas nos planejamentos das cidades? nos livros e artigos que tratam sobre a cidade contemporânea? nos meios de contato com nossos meios de notícias, como reportagens televisivas, rádios, redes sociais e internet? Quando pensamos na palavra “população” pensamos numa sociedade hegemônica, homogênea, regulamentada e nivelada. Rotinas parecidas e familiares a nós. Porém, existem as possibilidades de modos de vida na cidade, mas como planejadores e pensadores da cidade, devemos considerar sem invisibilizar os grupos minoritários e excluídos, como os indígenas urbanizados, as pessoas em situação de rua, andarilhos, prostitutas, enfim, os outros urbanos que vivem na cidade.

A partir do explorar lugares desconhecidos e não familiares que a caminhografia proporciona, pela mudança de velocidade que esse caminhar induz, conseguimos nos deslocar desses espaços de ensinamentos e pensamentos culturalmente imbricados nos nossos conhecimentos. Daí a grande potência criadora da caminhografia e da filosofia da diferença. A partir delas é possível descrever o território real, se deslocando das grandes narrativas modernas do capitalismo, um registro que compõe parte subjetiva da cidade contemporânea, seus diferentes e heterogêneos modos de habitá-la, além do caráter cultural do estilo de narração, dos modos de vida e dos hábitos.

O produto da caminhografia é na verdade o próprio processo: processo de caminhar, de pensar, de ver, ouvir, sentir, afetar e ser afetado. Esse processo de encontros, choques, colisões resulta em um mapa rizomático dos afectos e perceptos que nos atravessam, ou melhor, que atravessam o caminhógrafo, e geram um registro único. Há também o encontro coletivo, seja com outros caminhógrafos, seja com desconhecidos ou até mesmo colegas que ajudam de forma subjetiva – ou não – a criar um registro desse processo e também, a processar.

O mapa caminhográfico pode ser composto pelas diferentes expressões de arte, através do som, do movimento, da cor, do volume, do espaço, da palavra e do audiovisual. Pode

ser montado de forma livre, individual – apesar de nunca ser um resultado individual – ou coletivo. É a partir dos afectos que a expressão encontra sua forma mais genuína: quanto mais presente está o caminhógrafo na cidade, mais a caminhografia toma/adquire forma enquanto narrativa.

O lugar Outro na cidade, no nosso caso: o evento de rua “Sofá na Rua” e a produção de um mapa da diferença – caminhografia – formam um encontro. E dessa forma, um encontro vira mapa, mapa da montagem dos afectos, o recorte, a colagem, a sobreposição e justaposição. É a maneira de expressar os atravessamentos, as visões, os sons, os cheiros, os toques, os sentidos, que fazem do processo o próprio resultado da caminhografia.

Caminhografias

Foram coletadas fotografias oficiais do evento para que através delas pudessemos ter uma percepção – ainda que superficial – sobre a passagem do tempo e evolução do evento. Essas imagens, junto com o texto, compõe um mero aspecto do evento que não tem pretensões de substituir o corpo presente na rua.

Após, estão transcritas as caminhografias realizadas no ano de 2019 e 2020, feitas pela caminhógrafa. As caminhografias realizadas no primeiro ano da pesquisa (2019) são feitas pelos pés, pelos olhos, pelo corpo presente na rua. As de 2020 contudo, são feitas pelo cérebro, pelo fluxo de pensamentos, com o corpo lá onde estou ausente, mas ainda aqui, em minha casa, onde me faço presente.

A pesquisa foi atravessada pela pandemia, as caminhografias realizadas em 2019 não contava com todo o conhecimento e imersão da caminhógrafa no plano do evento. Dessa forma, há uma tentativa de esgotamento de análise e debate sobre os registros já feitos. Atravessada também porque após os estudos necessários para compreensão total da metodologia não houveram edições na rua do evento, apenas através de lives no Facebook.

As caminhografias iniciais foram feitas com intenção de especular a produção da cartografia, de caráter experimental, para que o evento pudesse ser sentido antes de analisado. Realizadas através de escritas simultâneas à caminhada, as caminhografias perdem um potencial de problematização e afecção que nada mais pode ser feito, dado que a pandemia persistiu e as ruas continuaram “fechadas” para os sofás na época da realização da pesquisa.

Porém, ainda assim, podemos tê-la como narrativa urbana que dirige nosso olhar aos acontecimentos que atravessaram a caminhógrafa durante sua realização. No contexto em que foi realizado, na duração do evento, a caminhografia nos permite problematizar e perceber potenciais e fragilidades no evento.

Destacamos que o objetivo não é rotular ou lançar juízo de valor quanto a realização do evento, e sim, procurar meios de fazer com que a metodologia da caminhografia ajude a detectar pontos que se aproximam ou se afastam das forças que agem no dispositivo cidade e como se dá a análise do evento.

Assim, percorreremos o evento de forma teórica e prática.

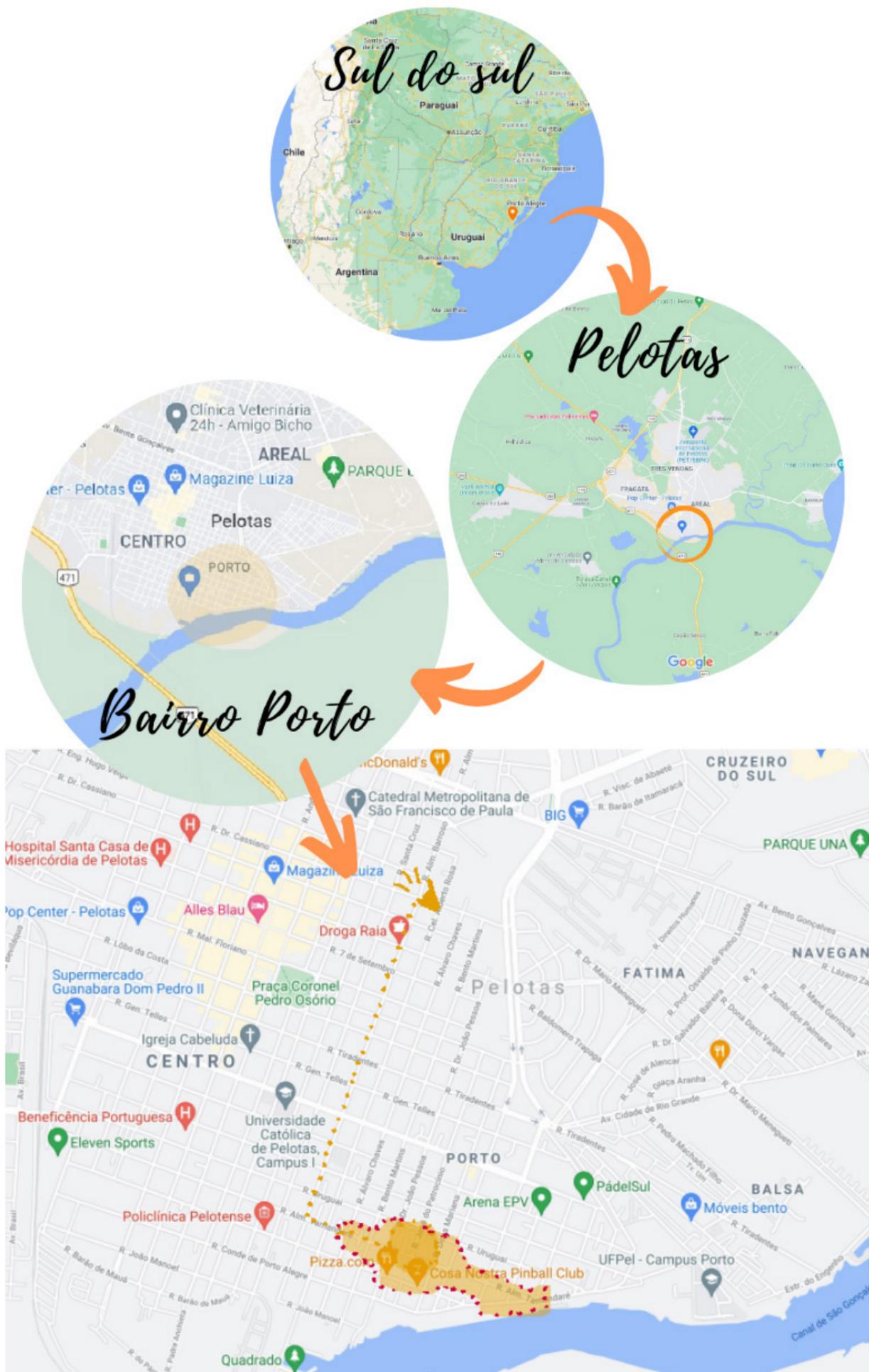


Figura 3 - Mapa das caminhografias. Fonte: autora.

A seguir, transcrevemos a caminhografia feita durante o evento “Sofá na Rua”, em setembro de 2019, os afectos e perceptos, através da narrativa dos caminhos percorridos no dia (Figura 3). Em seguida, a caminhografia feita junto ao grupo experimental e interdisciplinar *Partendo dal Porto Portando*, conduzido pela Prof. Dra. Emanuela di Felice, quando caminhamos na região portuária de Pelotas, em novembro de 2019.

Já nas caminhografias do ano de 2020, temos uma tentativa de “caminhografia de casa”. A primeira, feita a partir de um atravessamento inesperado em maio de 2020 e logo após, da última edição do evento feita em formato digital e online do mesmo ano. Essas últimas são tentativas de extravasar a rua e trazer para a pesquisa um pouco do que foi ser pesquisadora em uma pandemia, sem deixar de produzir.

Apesar da não intenção em fazer surgir uma nova espécie de caminhografia, feita sem a presença corporal no local, não podemos deixar de destacar a diferença na composição desses dois modos. Como a mente devaneia à própria sorte sem que haja necessariamente um atravessamento de acontecimentos reais quando a caminhografia é feita de forma remota. O que nos leva a um deslocamento do território existencial da pesquisa, para um território particular de experiências, memórias e afetos pessoais do pesquisador.

Quase como uma psicanálise des-coordenada, sem um profissional para se guiar, a caminhografia remota nos permite registrar mais, quantitativamente, contudo, não nos permite falar sobre a cidade cotidiana, banal, real. Nos permite continuar a vagar pelo plano diretor, pela imaginação da “cidade vista de cima”, pelas fabulações e intenções que temos enquanto urbanistas e não enquanto corpos que habitam a cidade real. Corpos que sentem cheiros, que suam, que passam frio, que comem, que caminham, que cansam, que sentem.

Sofá na Rua – 15 de setembro de 2019.

Para chegar ao evento, eu preciso percorrer em quase toda a sua totalidade a Rua Almirante Barroso, saio de casa antes do anoitecer e sigo pela rua de forma livre. No caminho já noto as movimentações de diferentes grupos de amigos, duplas e pessoas só, a pé ou de bicicleta, encontro e desencontro os grupos o tempo todo, os caminhos são vários e o destino é um só. Mais perto da rua onde acontece o evento já sinto o cheiro de churrasquinho de rua e já começo a escutar a música, já se enxerga o aglomerado⁷ de pessoas – hoje a música é boa – penso, toca Tim Maia e o clima está ótimo. Ao entrar em meio à multidão, já sinto o cheiro de maconha, pessoas dançando e cantando, mas em sua grande maioria, são apenas grupos de amigos reunidos e conversando. Como um lugar sem preconceitos ou paradigmas, onde cada um pode ser o que quiser de forma muito individual e mesmo assim, coletiva. Noto as pessoas de todos os tipos, nas laterais da rua em cima das calçadas, barraquinhas onde são vendidos dos mais variados artefatos: roupas, comidas doces, salgadas, veganas e carnívoras, plantas, artesanatos... Mais próximo ao fim da rua, onde fica o palco, estão os sofás e a mudança de público é quase que palpável, crianças e idosos, adultos e jovens, todos juntos apreciando o show e esperando as próximas atrações. Atrás do palco, um espaço *kids* com pequenas cadeiras e mesinhas em escala infantil, onde as almofadas são ainda mais coloridas e as risadas ingênuas e divertidas tomam conta, pequenas carinhas pintadas, brinquedos e brincadeiras. Na rua de trás, um improvisado de rampas e obstáculos para a galera do skate, aqui se vende de tudo, os

⁷ Hoje, 28 de abril de 2020, transcrevendo minha andança, já sinto a estranheza em escrever a palavra “aglomerado”, talvez antes a conotação dessa palavra fosse mais leve, mais alegre, talvez, falasse sobre reuniões e alvoroço, de uma maneira inofensiva. Hoje nos remete a algo mais sério, porém, escolhi não substituir a palavra original, afinal, ela tem uma razão por estar onde está.



vendedores são dos mais variados, desde mulheres que sobrevivem dessa renda, até jovens estudantes que veem no Sofá na Rua uma oportunidade para fazer sua “graninha extra”. Conversando com os sofaenses, apelido carinhosamente dado aos participantes do evento, descubro que hoje mais cedo um casal foi preso no local, eles estavam vendendo os famosos brisadeiros⁸. “Deu ruim” foi o que ouvi o moço que vendia balas dizer, “mas logo mais aparece alguém vendendo de novo”. Penso nesse momento, que é uma ótima deixa pra uma reflexão sobre drogas, consumo, venda, capitalismo, urbanização, tudo isso paira na minha cabeça e passa em dois segundos páginas e mais páginas que isso poderia render um dia. Volto a mim e olho em volta, procurando o que encontrar, forçando os olhos para ser afetada, não encontro nada específico, olho na verdade, a multidão: Adultos, jovens, jovens adultos; Crianças, casais, solteiros; Brancos, pretos, amarelos; Mulheres, homens, gente! Héteros, gays, lésbicas, bissexuais, assexuais, transexuais, seres com sexo, com cor, com vida. Gente curtindo a festa, gente no celular, gente falando, gente em silêncio, gente querendo falar, gente querendo ouvir, gente querendo falar, gente não querendo ouvir. Coincidentemente a apresentação agora é sobre humanos, escuto (Figura 4). Confesso que não sei muito o que escrever, sinto que toda vez que eu olho para o caderno, perco algo, agora estamos sentadas no meio-fio, entre a barraca kids e os skatistas, ouvindo o som que de costas pra nós, nos mostra a cara de um evento infinito.

Zona do Porto – 07 de novembro de 2019.

Saímos da Faurb por volta das 17 horas, rumo ao porto, seguimos a Rua Benjamin Constant. Pelo caminho pessoas passeando com seus cachorros, por vezes sentados em frente à sua casa com cadeiras de praia, tanto na Benjamin, quanto nas ruas transversais. Ao passar pela Galeria Brahma, paramos. Reparo como as expressões urbanas se fazem presente na região. O chão inteiro treme quando passa um ônibus pela rua de paralelepípedo. Os pontos de ônibus são precários e os carros de autoescola tomam conta do lugar. Organicamente, nosso grupo cria um círculo para

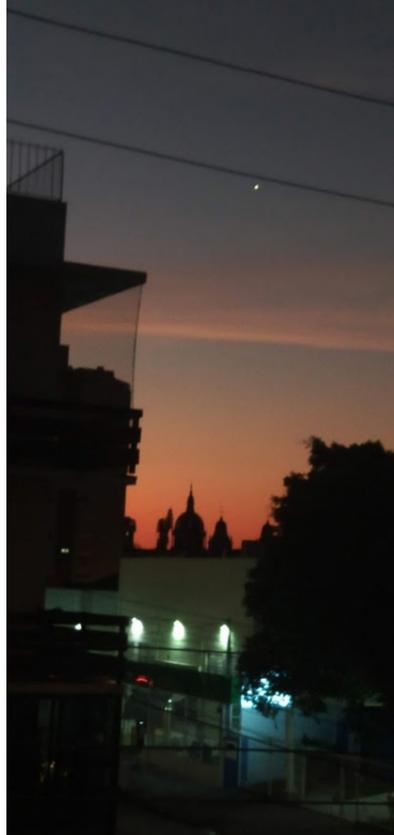
⁸ Brigadeiros feitos com manteiga de maconha.

que possamos nos apresentar. As (poucas) pessoas que passam por nós escolhem entre duas possibilidades, fazer a volta – passar pela rua – ou atravessar no meio do nosso círculo. Ao observar essa escolha e quem as faz, penso também sobre nossa reprodução de papéis na sociedade. O primeiro grupo, de jovens, passa pela rua. O segundo, de adultos, passa pela rua, mas nos olha como se estivéssemos usando a calçada de forma errada, e de fato, talvez estivéssemos. Depois, passa uma mulher, com uma criança no colo e outra agarrada em sua mão, e como se calculasse o esforço que deveria empenhar se decidisse cruzar pela rua, com duas crianças, atravessa nosso grupo. Enquanto tomo anotações, escuto atentamente aos participantes da caminhada. Alguns alunos da graduação, outros professores do campo da Antropologia, mas também curiosos de diversos campos de estudo. Ao continuar a caminhada, vejo que em frente à rua que acontece o Sofá na Rua, existe uma oficina de carro. Ao seguir caminho, chegamos na Praça da Cotada, onde crianças brincam. A lua está sensacional. E na parede em letras gritantes “MULHERES RETOMEM AS RUAS”. Ao seguir os trilhos do trem, com a grama torrada pelo sol em meio as pedras, chegamos na fábrica Moinho Pelotense, que hoje é usada como armazenamento de grãos. Conseguimos entrar na fábrica e passear pelas marcas do tempo. Ao sair de lá, já escurecendo, voltamos pela rua Gomes Carneiro e em determinadas esquinas cada um seguiu o seu caminho (Figura 5).

Live teste do sofá na rua – maio de 2020.

A imanência de um presságio de aproveitamento do lugar no agora.

Foram alguns minutos em frente à tela do celular lendo a palavra garrafal e colorida: TESTE, que me fez borbulhar pensamentos e sentimentos sobre o tempo e o espaço-território. Como poderia eu, imaginar que os eventos que presenciei e não cartografei, por achar que “ano que vem seriam melhor cartografados”, seriam de tanta valia. Como poderia eu, imaginar que um simples teste de “live” na internet abriria o mundo virtual para as possibilidades de encontros virtuais que não mais podem ser presenciais. Me arrependo, por parte, em não ter cartografado todos os eventos que fui, também, pensei na época, que perdia algo de genuíno ao ir com um caderno na mão a um evento tão distinto. Se a experiência extrapola a narrativa, eu poderia dividir minhas idas ao



evento em idas acadêmicas e idas da vida, e assim, ao escrever essa dissertação, tanto a parte acadêmica quanto a parte vida apareceriam de alguma forma. E por parte tenho razão, por parte não. Tenho razão porque a experiência de ambas as situações se dá de formas diferentes – numa se escreve sobre a maconha, em outra, usa-se, numa se escreve sobre a música, em outra, vive-se –, mas a questão do registro fica prejudicada, porque a experiência sem narrativa vira fabulação, e não é de fabulações que se dão as experiências, não em todo pelo menos. Então, passo a valorizar o território, o espaço e o tempo. Passo a valorizar também, o registro. Tenho um livro chamado “Tentativa de esgotamento de um local parisiense” que comprei por impulso de entender o esgotamento de um local, o fazer urbanismo enquanto não se faz nada, como diz o autor. Também já li textos do Hélio Oiticica, que faz um registro da cidade do Rio de Janeiro. Ambos falam das cidades onde residem, ambos estão no tempo, conscientes, registrando-o. Então, me deparo com a preciosidade de um registro temporal consciente, que leva para o eterno – o tempo das afecções – a experiência do antes, ou do anterior. Louco, completamente insano, eu diria àquele que me ousasse anunciar o presente! E por isso começo a perceber o raro de cada instante. O raro em andar na rua, o raro em percorrer o caminho à faculdade, o raro dos pixos pelo caminho (que também são efêmeros e agora enxergo – com os olhos da alma – o quanto desprezei-os ao pensar que poderia registrá-los ‘outro dia’). Longe de mim fazer apologia ao “viva como se fosse o último dia da sua vida”, seriam atrocidades que provavelmente me marcariam permanentemente as que eu faria, mas acho que a palavra “conscientemente” ajuíza de uma maneira mais precisa o sentimento. Talvez a velocidade do cotidiano nos dê a sensação de bem estar em menosprezar os segundos. Talvez a velocidade de conseguir a informação nos mantém calmos ao esperar o “filme sair”. Talvez o registro fixo e imediato de informações que as tecnologias nos permitem, façam com que o próprio conhecimento seja depreciado. Por fim, o exercício de valorizar o agora é de um tanto quanto difícil, porém não o fazer seria apenas um desleixo (Figura 6).

#75 Sofá na Rua, live - 19 de dezembro de 2020.

Do sofá da minha sala passo pela cozinha, abro a geladeira, olho, olho de novo, nada de novo desde a última vez. Pego uma garrafa de água e vou para o quarto:

computador ligado, papel na mesa, lápis na mão, será que isso é uma caminhografia? Cinco minutos antes do evento começar oficialmente uma música na tela, será que eu deveria fazer pipoca? Começa uma narração e imagens passam na tela, 8 anos de Sofá na Rua em 2020, respeito à diversidade. Feirinhas, roupas, artesanatos, comidas, cerveja, no inferior da tela passam nomes e números dos estabelecimentos parceiros como naqueles canais que vendem semi joias de madrugada. A live começa com a Renata e a Isadora, organizadoras do evento, falam sobre aglomeração, contato, proximidade... O cenário tem plantas, violão e duas enormes poltronas onde estão as duas. Com “parceria” da Outroporto e CMPC muito se assemelha com programas de televisão com patrocinadores e propagandas. Não tem como não comparar as festas da rua com as lives em casa. A impossibilidade de prestar atenção em outra coisa do evento que não o que nos é apresentado, de conversar com colegas e amigos que tão estão assistindo. Como toda live, problemas de conexão, algumas frases cortadas, começa a primeira apresentação. Quatro músicos divididos na tela com violão e instrumentos improvisados, sino dos ventos, chocalhos e outros badulaques. Rodrigo Garcia, o músico convidado, fala sobre sua amiga Cassia Eller e sobre como fez amigos e parcerias musicais em Pelotas. Interessantes ele falar da Cassia, o que ela pensaria sobre esse momento que estamos vivendo? Quanta revolta e quanta arte isso pode gerar? Quão saudáveis físico e mentalmente estão nossos artistas para criar? música tocada é bastante instrumental, logo entra os irmãos D’ávila, com transição de tela entre uma e outra casa, entre um e outro sofá. Qual a preciosidade desse momento? Quão especial ele é, e o que difere um acontecimento gravado para um não gravado? Porque obviamente há diferença entre uma live e um show/festiva ao vivo, isso é indiscutível. A produção audiovisual está muito sensível, por vezes alegre, outras emocionantes. Rodrigo traz amigos e convidados para tocar com ele algumas músicas, me sinto próxima ao artista que está na tela, mas ao mesmo tempo invisível. Uma intimidade de receber todos eles em meu quarto e poder ser recebida na cada deles também. Uma intimidade impessoal, inexistente, afinal, ninguém está na minha casa e eu daqui não saí. Voltam as apresentadoras falando sobre os 3 eixos do Sofá na Rua: diversidade, apoio aos artistas locais e apoio à economia local, chamada de economia criativa e solidária. “Consumir é um ato político” diz uma delas, “consume local” dos pequenos empreendedores. Antes de voltar às apresentações artísticas, empreendedores mostram seu negócio, um ateliê de artesanatos e um escritório de arquitetura sustentável e de baixo custo. Agora canta uma voz feminina, com um sotaque lindo do nordeste do país. Me pergunto se não seria a arte o grande impulso de fuga da normalidade, fazer arte para si, para o outro e pelo outro, uma troca de expressões que se cruzam e se chocam em sentimentos que tocam o outro. Definitivamente, “caminhografar” em uma mesa é diferente. Enquanto escrevo nas ruas com meus pés, agora me resta os pés na cadeira e as pernas mais finas e atrofiadas cruzadas em baixo dela. O devanear com o pé, com os olhos e com o coração, na rua transforma de dentro pra fora, com o tempo e com o processar dessa caminhada. Aqui, agora, me ocupo de quase uma hora de evento para escrever sem intervalo, um pensamento levando a outros tantos, uma apresentação abrindo o caminho a tanta folha em branco. Foram várias apresentações curtas de artistas independentes espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Quer dizer, o quanto o Sofá na Rua tem a potência de reunir e fazer convergir artistas e “consumidores de arte” com o propósito de criar uma rede de apoio entre artistas e conectar pessoas semelhantes em ideias, que vem de diferentes lugares e vivem de diferentes formas. Foram vários convidados, cantando, tocando com Rodrigo Garcia. Engraçado o quanto esse impulso de descrever o que acontece no “palco-tela” se perde no evento na rua. Esse ímpeto substitui os pés ziguezagueando entre a rua e a calçada, entre dança e desvio. Que saudade... O evento termina, mais nomes de empreendimentos passam na parte inferior da tela, enquanto as apresentadoras conversam no mudo, se mexem, levantam, abanam... vida que segue. E fim.

Reflexões sobre as caminhografias

Na caminhografia do dia 15 de setembro, destacamos dois trechos sobre o evento: “[...] saio de casa antes do anoitecer e sigo pela rua de forma livre” e; “Como um lugar sem preconceitos ou paradigmas, onde cada um pode ser o que quiser de forma muito individual e mesmo assim, coletiva”. Entendemos a pretensão de seguir pela rua de forma livre⁹, mas será que essa liberdade é verdadeira? Se conforme os preceitos foucaultianos de que nunca estamos livres das forças que nos condicionam, de onde surge essa idealização de um lugar seguro e sem preconceitos?

Ponderar sobre a liberdade traz uma sequência de novas indagações: O que é caminhar de forma livre? Isso existe? O que não se move de forma livre? Ou melhor, quem não se move de forma livre? A quem é permitido caminhar livremente? Na tentativa de responder a essas inquietações vestimos as lentes de Foucault, Deleuze e Guattari sobre sociedade, identificação, individualização e desejo.

Um território é feito por repetições e seus ritmos, formando a linha molar, que evita a todo custo o encontro com o novo, com o outro, que pode provocar uma desterritorialização. Dessa forma, a linha molar nos faz acreditar que somos livres, porque impede ao máximo as problematizações que podem surgir desse encontro, que resultaria na produção de uma linha de fuga.

Ao invés de tentar encontrar o significado de liberdade, podemos refletir sobre como o medo nos faz prisioneiros de trajetos, hábitos, modos de existência. Para Deleuze, os aspectos subjetivos não são construídos apenas individualmente, eles são construídos coletivamente, neste caso, o medo é utilizado como componente de subjetivação biopolítica. Isso enfraquece tanto as relações individuais quanto coletivas, com intuito de despotencializar os encontros.

O medo gera exclusão e marginalização no espaço urbano através da grande mídia, de produtos e serviços em favor do capitalismo e das narrativas para separar cada vez mais a população em pequenos nichos.

Na obra “História da sexualidade”, Foucault (2018) diz que a sexualidade emerge como um dispositivo para reger comportamentos aceitáveis, para ditar o que é proibido e permitido, diferenciando o “normal” do “anormal”. Esse dispositivo também serve como subterfúgio à confissão e conseqüentemente, separação da população.

Por esse motivo, é necessário problematizar o trecho que afirma a inexistência de paradigmas e preconceitos no evento: qual lugar resiste à pressão e a lógica heteronormativa que cria os preconceitos e violências contra as minorias sociais? Ademais, como podemos afirmar que cada um pode ser o que quiser? Quanto desse querer está imbricado na lógica social de padrão de comportamentos e produção do desejo? Até que ponto podemos confiar nos nossos desejos sem problematiza-los e analisar qual a verdadeira fonte desse querer?

⁹ A palavra *livre*, neste contexto, pretendia expressar a possibilidade de escolher qualquer trajeto para chegar ao evento, por mais longo que fosse. Porém, seguir de “forma livre” não significa liberdade para andar fora das calçadas, pois a cidade é comandada pelos automóveis. Não se aplica também, nas escolhas sobre quais ruas uma mulher pode ou não se “aventurar”. Uma vez que, o medo rege nossa caminhada constantemente. Qual é a minha real segurança em um lugar público? O que me faz sentir estar em um lugar “sem preconceitos ou paradigmas” está completamente ligado ao meu tempo e espaço, minha companhia do dia, além de ser uma sensação subjetiva causada pela maneira em que se apresentam as relações sociais nesse contexto: quanto mais pessoas eu identifico como sendo parte do “meu grupo” mais eu me sinto segura em reafirmar essas posições.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que o desejo é coletivo no contexto de produção de subjetividades em Deleuze e Guattari (1995). Porém, o desejo também é um fundamento pré-individual considerando sua força de movimento pelo Inconsciente Maquínico, usina produtora de desejos que existe antes mesmo dos órgãos e organizações no nosso corpo (Corpo sem Órgãos). Partindo do pressuposto que apenas é possível alcançar o desejo pré-individual como exercício de produção de um CsO e que a ele não se pode chegar, podemos aferir que os desejos individuais são irrealizáveis, e nosso querer é sempre estabelecido por meio de uma lógica coletiva, construída.

Em seguida, o excerto “Noto as pessoas de todos os tipos” ressalta a noção de diversidade, o que orienta a discussão no que concerne às divisões e subdivisões inconscientes. A seleção e separação em “caixas” de gênero, raça, sexualidade e classe seguem uma lógica totalizante e generalizante, oriunda do racionalismo clássico.

Mais adiante na leitura da caminhografia de 15 de setembro, encontramos:

[...] descubro que hoje mais cedo um casal foi preso no local, eles estavam vendendo os famosos brisadeiros. “Deu ruim” foi o que ouvi o moço que vendia balas dizer, “mas logo mais aparece alguém vendendo de novo”.

Sabemos que a cidade está inteiramente imersa nos encontros e que conseqüentemente, faz parte da exclusão e marginalização dos indivíduos. A partir dos estudos foucaultianos, podemos afirmar que o Estado determina padrões de comportamento, ao mesmo tempo em que responsabiliza os desviantes. Outrossim, oculta tanto a autoria dessas determinações quanto seu caráter inventivo.

Denunciando que as práticas de produção do conhecimento na ciência moderna fazem desaparecer sua origem inventiva, a lógica também se aplica aos conhecimentos e valores a que somos condicionados.

A gestão dos ilegalismos é realizada pelo poder governamental que produz uma diferenciação de tratamento das classes dominantes. A disciplinaridade e a retenção dos corpos marginalizados resulta na manutenção da prisão até a contemporaneidade, com foco nos grupos socialmente oprimidos e empobrecidos¹⁰.

Nessa temática, além do traficante de drogas, emerge a figura do usuário. O uso de psicoativos pode servir à diferentes modalidades, como: recreativo; religioso, que vai ao encontro do divino ou misticismo; terapêutico, em tratamentos médicos; a busca de um laço social que promove a sensação de pertencimento e; o manejo da dolorosa existência, o sofrimento. Esses diferentes usos dependem do contexto cultural, econômico e social do indivíduo.

Os modos de vida padrão definidos pelo estado exigem da população empobrecida e excluída a busca por trabalhos informais e/ou ilegais. A partir daí, surgem alguns questionamentos: a venda e compra de drogas ocorre em todos eventos da cidade? A realização do Sofá na Rua na zona portuária, negligenciada pelo poder público, interfere nessa troca? Como é a atuação da polícia nessa região na ausência do evento? E durante ele?

¹⁰ O termo empobrecido segue a lógica de Boaventura de Souza Santos que utiliza esses termos como uma balança de relações, já que só existem pessoas empobrecidas porque existem as enriquecidas.

Dentro da cidade, existem regiões mais ou menos privilegiadas, com maior ou menor policiamento (que não se assemelha a segurança) e áreas de maior ou menor investimento público. Nesse sentido, convém questionar o papel do arquiteto e urbanista, pesquisador da cidade banal, enquanto agente modificador de um bairro.

Essa crítica perpassa o pensamento moderno que age sobre a ideia imaginária de uma cidade ideal, ao estudar regiões, bairros, até cidades inteiras apenas se utilizando do mapa tradicional e seu plano diretor. Por esse motivo, precisamos promover o debate sobre outras formas de apreender a cidade e os diversos modos de vida de sua população, tentando abarcar todas estas questões em qualquer proposição urbanística.

Comparando as caminhografias, podemos refletir sobre a percepção do ambiente no que tange às expressões artísticas presentes na cidade. A frase “Reparo como as expressões urbanas se fazem presente na região” denuncia o deslocamento dos grafites e pixos enquanto cenário do evento Sofá na Rua e, enquanto paisagem do urbano cotidiano.

A partir disso, observamos o quanto o evento é imersivo, nos fazendo estar presente cada vez mais dentro do universo “Sofá na Rua”, do que no universo da cidade cotidiana. Isso mostra o quanto os acontecimentos que nos atravessam durante o evento são deslocados da rua em que acontece a vida ordinária.

Os pixos e grafites são notados em ambas as situações, porém, durante o evento, esses desenhos e frases fazem parte do cenário, se mesclam ao ambiente. Enquanto que, na ausência do evento, eles se destacam ainda mais, fazendo emergir a sensação de rebeldia, de manifestação e resistência. É somente na caminhografia de novembro que noto “na parede em letras gritantes ‘MULHERES RETOMEM AS RUAS’”.

A frase remete a importância da luta feminista na construção das novas perspectivas urbanísticas, bem como suas contribuições à construção da cidade real, inclusiva e segura.

Para finalizar as discussões acerca das frases encontradas nas caminhografias, trazemos a imponente e marcante frase pixada em um muro. Não à toa, pois muito das afecções e forças que atravessaram as caminhografias e essa pesquisa se fez a partir de um corpo mulher. Um corpo mulher que precisa muito mais de sua intuição aguçada do que de um mapa tradicional para andar na cidade. Um corpo sempre à espreita, sempre atento, que aos poucos retoma seu lugar de direito, o mundo.

Referências

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Trad.: Frederico Bonado, x ed. São Paulo: Editora GG, 2018.

CASA FORA DO EIXO PELOTAS. *Facebook*, 2013. Sobre. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/casaforadoeixopelotas/about/?ref=page_internal. Acesso em: jul. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Vol 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b. Vol 5.

DOMINGUES, Isabelle. Sofá na Rua chega à sua 61ª edição em Pelotas. *E-cult* mídia ativa, Pelotas, 24 Jan. 2019. Disponível em: <http://ecult.com.br/geral/sofa-na-rua-chega-a-sua-60a-edicao-em-pelotas>. Acesso em: jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: vontade de saber*. Coleção Biblioteca de Filosofia. Trad.: Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Guerra e Paz, 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOFA NA RUA. *Facebook*. 2014. Álbuns de Sofá na Rua. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1509577775989266&type=3>. Acesso em: set. 2021.

TAVARES, Aléxia; LEMOS, Caroline. Sofá na Rua reúne pelotenses. *Arte no Sul*, Pelotas, 18 out. 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/artenosul/2015/10/18/sofa-na-rua-reune-pelotenses/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

VARGAS, Jonas Moreira. “As Mãos e os Pés do Charqueador”: o processo de fabricação do charque e um perfil dos trabalhadores escravos nas charqueadas de Pelotas, Rio Grande do Sul (1830-1885). *SÆCULUM - Revista de História* v. 36, João Pessoa, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/27484/19638>. Acesso em: fev. 2022.

O ESPAÇO URBANO DO SETOR SUL

Apropriação e grafiteagem no Bairro-Jardim de Goiânia/GO

*THE URBAN SPACE OF THE SOUTHERN SECTOR
Appropriation and graffiti
in the Neighborhood-Jardim of Goiânia/GO*

Priscila Pires Corrêa Neves¹ e Luiz Carlos de Laurentiz²

Resumo

Este artigo explora a relevância de uma ocupação e intervenção artísticas no Setor Sul, Goiânia; evidenciando a negligência institucional administrativa nas áreas verdes e a transformação liderada por artistas urbanos. Além de abordar dimensões históricas e políticas, busca destacar alternativas engendradas pelos grafiteiros, delineando caminhos práticos para revitalizar espaços esquecidos como as okupas nas áreas verdes. Essas apropriações transcendem utopias sociais, constituindo-se como exemplo concreto de ocupação discursiva. O estudo enfatiza ativamente a contribuição dos artistas urbanos na construção de alternativas para narrativas cidadinas, promovendo interação e uma nova compreensão do espaço público. Em meio ao fluxo de esquecimento, o Setor Sul emerge como um bairro com identidade e características próprias, onde o ser urbano utiliza imaginários para preencher o vazio predominante. Isso desmistifica o medo, torna o local reconhecido e vivido por aqueles que contemplam a “arte da cidade”, construindo uma comunidade participativa, vibrante e socialmente engajada.

Palavras-chave: arte urbana, contestação, okupas, bairro-jardim.

Abstract

This article aims to show the relevance of occupation and artistic intervention in Setor Sul, Goiânia, highlighting the administrative institutional neglect in green areas and the transformation led by urban artists. In addition to addressing historical and political dimensions, it seeks to emphasize alternatives designed by graffiti artists, outlining practical paths to revitalize forgotten spaces, such as squats in green areas. These appropriations transcend social utopias, constituting a concrete example of discursive occupation. The study actively highlights the contribution of urban artists in building alternatives to urban narratives, promoting interaction and a new understanding of public space. Amid the flow of oblivion, Setor Sul emerges as a neighborhood with its own identity and characteristics, where urban beings use their imagination to fill the predominant void. This demystifies fear, making the place recognized and experienced by those who contemplate the “art of the city”, building a participatory, vibrant and socially engaged community.

Keywords: urban art, contestation, squats, garden city.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFU/ 2018). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC/2015) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura (PUC-GO/2013).

² Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA/ 2006). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (USP/1987) e Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC/1978).

O início

Esse artigo é resultado da dissertação de mestrado com título de “PRÁTICAS ARTÍSTICAS, SETOR SUL, GOIÂNIA-GO: Apropriação e Grafiteagem na Fisionomia Urbana de um Bairro-Jardim”. A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, teve apoio e incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG. A dissertação busca investigar as distintas práticas sociais como pichações, *graffitis*, etc., em muros, postes, caixas de telefonia pública e nas áreas verdes localizadas nesse bairro-jardim goiano.

Assim, o estudo evidencia “o quê” e como o passado de índole moderna foi negligenciado pelo poder público local e por alguns moradores das áreas do Setor Sul, em meados dos anos de 1950. Simultaneamente, destaca o presente, onde a requalificação pela arte urbana se tornou uma ferramenta crucial para revitalizar e aprimorar áreas previamente esquecidas. E de que maneira? Pela ocupação (okupa), apropriação e intervenção urbana por artistas e produtores da cultura. Pois, esses territórios são propícios para fomentar a interação e participação da sociedade, promovendo, assim, uma nova compreensão do espaço público.

Sabe-se que as okupas estão longe de ser um fenômeno homogêneo. As ocupações manifestam-se em diferentes espaços e circunstâncias, apresentando perfis e propósitos diversos. Lima (2011) ressalta que as okupas surgiram como uma modalidade que ganhou protagonismo “em meados da década de 1960 com o movimento contracultural na cidade de Londres, expandindo-se pelo mundo até chegar ao Brasil em meados de 1990 em Florianópolis-SC” (p.1), Elas consistem em ocupações de espaços abandonados que “são reestruturados para efeito de moradia, promovendo a utilização social enquanto unidade habitacional e criação de um espaço de atividades, políticas e culturais de caráter libertário anarcopunk”.

Assim, embora busquem fornecer moradia, as “okupas” transcendem esse propósito ao serem espaços de vida comunitária e colaborativa alternativa, exercendo, também, uma dimensão política. Essa dinâmica se assemelha a um dos mais potentes verbos da arte contemporânea: “ocupar”, evento performado por diversos artistas desde os anos 1960, incluindo o marcante maio de 1968, importante marco de ocupação do espaço público pela arte contemporânea.

Ao investigar esses atos de ocupação, o artigo não apenas busca abordar questões fundamentais sobre a natureza política dessas práticas. Mas, também, almeja evidenciar a alternativa engendrada pelos artistas urbanos ao reconverterem especificidades urbanas de bairro-jardim para galeria a céu aberto. Bem como, contra o fluxo do esquecimento, o Setor Sul passou a ser um bairro com identidade e características próprias.

Por meio de suas subjetividades, no nosso estudo de caso, os artistas delinearam caminhos tangíveis e práticos para transformar um certo lugar esquecido. A ocupação das áreas verdes emerge como um exemplo concreto, que se destaca como a prática urbana que transcende as utopias sociais, conduzindo-as a um plano de realização e utilização. Dessa maneira, o artigo não apenas explora as dimensões políticas dessas intervenções, mas também sublinha como os artistas, ao ocuparem esses espaços, contribuem ativamente para a construção de alternativas para as narrativas urbanas



Da cidade ideal à cidade real

Voltando um pouco para a história de Goiânia, em 1937, o engenheiro Armando de Godoy³ - orientando o projetista Werner Sonnemberg⁴ em conjunto com a firma Coimbra Bueno⁵ - projetou o bairro-jardim da então capital do Estado de Goiás, o Setor Sul. O desenho urbano foi inspirado pelo conceito das *Garden city* do arquiteto Ebenezer Howard.

Godoy e Sonnemberg, seguindo o conceito das “Garden-City” e conforme teorias urbanísticas modernas, pensaram concentrar as áreas verdes nos miolos das quadras do Setor Sul. Neles e para eles, programaram a colocação de equipamentos esportivos e comunitários (quadras poliesportivas, escolas, hospitais, playground) que

3 Armando A. de Godoy (1876-1944) formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900. Considerado um dos profissionais mais importantes a respeito do planejamento no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Profissional engajado, não media esforços para difundir as teorias do urbanismo moderno, preocupando-se com a luta da união entre profissionais urbanistas no Brasil. Tamanho engajamento sobre questões urbanas e interesse à respeito de moradias sociais e novos conhecimentos do urbanismo na Europa e EUA que obteve como resultado artigos divulgados em revistas especializadas. Godoy esteve envolvido desde a princípio na construção da capital do Estado de Goiás; contribuiu na escolha do sítio próximo à região de Campinas, enviando ao interventor de Goiás um parecer técnico tanto para as condições físicas e geográficas da área como as econômicas. Segundo Gonçalves: “o engenheiro Armando de Godoy foi contratado como consultor técnico da Construtora Coimbra Bueno para dar continuidade à urbanização da cidade em 1936.” (GONÇALVES, 2002, p. 50). Godoy fica encarregado de prosseguir com o plano urbano de Goiânia rumo à região Sul, colocando em prática as teorias urbanas sobre Garden-City aprendidas em suas viagens para Europa e EUA.

4 Responsável pela revisão do plano de Atílio Corrêa Lima, a firma Coimbra Bueno contrata no período de 1934-1935 o engenheiro e sanitarista alemão Werner Sonnemberg também foi o responsável pelo projeto de água e esgoto de Goiânia.

5 A firma Coimbra Bueno e Cia Ltda. criada pelos irmãos Abelardo Coimbra Bueno e Jeronymo Coimbra Bueno em 1933. Nascidos em Rio Verde no início dos anos 1900, eram sobrinhos de D. Gercina Borges, esposa do Interventor do Estado de Goiás. Coimbra Bueno e Cia Ltda. eram responsáveis pela direção geral das obras e após a saída do arquiteto urbanista, Atílio Corrêa Lima do planejamento da cidade, em 1936, passam a projetar também a capital.



Figura 2 - Lazer em Radburn Park, New Jersey-EUA. FONTE: arquiscopio.com.

proporcionariam o bem-estar da unidade de vizinhança. Consequentemente, haveria estímulo para o convívio coletivo nesses espaços.

Um detalhe importante para a proposta do engenheiro e do projetista era o seguinte as fachadas principais das casas deveriam ser voltadas para as áreas verdes do bairro, seguindo o “modelo de loteamento americano”.

Naquele momento histórico, seguir o ideal “Garden-city” seria um feito inédito no urbanismo nacional caso não fosse a sucessão de erros e desinteresses por parte dos agentes públicos responsáveis pelo planejamento da cidade de Goiânia e, também, com a rede de micropoderes (FOUCAULT, 1979) de grupos diluídos na própria população com o fim de compra e venda de terras:

As casas do bairro deveriam possuir cercas vivas no lugar de muros de divisa, no intuito de ampliar a integração entre as moradias e as áreas verdes. Mas, à medida que os proprietários foram murando seus lotes, provavelmente com medo do crescente número de assaltos na região, as áreas internas foram sendo isoladas, o que contribuiu ainda mais para a sua deterioração (GONÇALVES, 2002, p. 74).

Sustentado por Gonçalves (2002), é que o modelo urbanístico não funcionou pela falta de esclarecimento de que a entrada das casas seria pelo lado oposto da rua. Ou seja, para a própria área verde e os fundos voltados para as ruas. Portanto, essa situação se agravou pela falta de atenção e manutenção dessas áreas pelo poder público.



Do ideal planejado à especulação e desinformação imobiliárias

A partir de Cordeiro (1989), as características mudancistas de governadores da capital afetaram o desenvolvimento de Goiânia. A venda de lotes do Setor Sul foi prevista para o ano de 1952, porém, em 1937, um ano antes de seu projeto ser aprovado pelo poder público, a fim de arrecadar recursos para o Estado, os lotes começaram a ser ofertados para a sociedade, mesmo sendo considerado como Zona Fechada (proibido legalmente para ocupação) pelo Governo.

Dez anos depois, com o novo Código de Edificação, o Estado monopolizou o parcelamento indiscriminado do solo e de vendas de lotes na região sul da capital. Em meados de 1950, o Setor deixou de ser zona fechada e passou a ser habitado, passando pelos processos de compra, venda, doação, invasão ou apropriação:

O período compreendido entre 1933 a 1947 caracterizou-se pelo controle do uso do solo pelo domínio do Estado, através do Departamento de Terras criado em 1934 e que funcionava como banco de terras, parcelando, doando e vendendo o solo para fins urbanos (CORDEIRO, 1989, p. 26).

Sabe-se que a cidade, assim como os espaços urbanos são pautadas por relações de poder. Relações que possuem poder sobre corpos e populações. Com a palavra, Ana Carlos (2020, p. 416):

Historicamente, a cidade se constitui por meio da reunião de um conjunto de elementos que governam e tornam possível a vida em sociedade. Reunião, mas também simultaneidade das relações sociais e das ações dos grupos, esses elementos permitem a participação de cada um nos destinos da cidade.

No caso de Goiânia e das áreas verdes do bairro-jardim do Setor Sul, essa relação se iniciou com o parcelamento do solo entre 1933 a 1947 como estratégia de diferentes instituições em modelar determinados espaços de propriedade pública como

abandonados ou “zonas de morte”. Intencionalmente, deixar espaços abandonados pode levar à desvalorização de sua vizinhança, proporcionando oportunidades para especulação imobiliária agir de maneira questionável, muitas vezes respaldada por meios legais.

Intencionalmente, deixar espaços abandonados pode levar à desvalorização de sua vizinhança, proporcionando oportunidades para especulação imobiliária agir de maneira questionável, muitas vezes respaldada por meios legais. Algumas áreas do Setor Sul sofrem com manchas tidas como malcuidadas, mal iluminadas, inseguras, de prostituição, levando os proprietários de casas a se frustrarem e se mudarem para localidades tidas como seguras. Há, portanto, a manipulação do lugar pelo o que compreendemos pelo proprietário legítimo do espaço público. Este tem em suas mãos o controle de desorganizar para reorganizar, ilegalmente, novas ocupações a seu bel prazer. Daniels (2003) nos expõem a seguinte reflexão:

A urbanização moderna engendra-se através de uma transformação espacial e corporal relativa à transição de um poder centrado na punição para outro que se organiza em torno da vigilância [...]. Ergue-se um cotidiano mapeado por dispositivos de controle, que direcionam ritmos e fluxos das pessoas, distribuindo-as espacialmente, apropriando-se de seus corpos, modelando movimentos, gestos, formatando seu tempo pelo trabalho, construindo nesse intercâmbio, entre corpo e espaço, os lugares e indivíduos urbanos, componentes essenciais para a sustentação do capitalismo moderno (p. 36).

Se o Setor Sul é um exemplo clássico do desinteresse de políticas urbanas num determinado lugar da cidade de Goiânia e se o modelo não funcionou, tal qual, Armando de Godoy em seu projeto preocupava-se em evitar o contato direto do pedestre com o tráfego pesado. Hoje, os interesses efetivos da coletividade reconstruem a identidade do lugar. São skatistas, poetas urbanos, grafiteiros que iniciaram o processo de desterritorialização e reterritorialização das áreas verdes e, involuntariamente, ressignificaram tais áreas.

Ocupar e resistir!

Ocupar espaços, lugares não utilizados e na cidade por meio da arte e vivências sociais alternativas é resistir ao mapeamento que controla ritmo e fluxo das pessoas. A resistência dignifica o corpo ao direito de ocupar o espaço que lhe é de direito. Resistir e ocupar é livrar o corpo e o espaço da apropriação das instituições. Segundo Loyola Brandão (1986, p.52) a “ocupação é movimento sério, nascido da necessidade e do protesto contra a especulação imobiliária que não hesita em deixar gente na rua, para conseguir lucros”.

Para Pires (2018), ideia de que qualquer lugar se converte em um sítio de arte, carrega consigo o desenvolvimento de projetos, ocupação, criação, intervenção e construção. Essas vivências coletivas estão a serviços de mudanças que auxiliam na solução das problemáticas e na produção de conhecimento comum, tais como: debates, oficinas de arte, artesanatos, cultivo de hortas comunitárias, musicalidades, etc., são algumas formas de Urbanismo Cidadão, Gentileza Urbana e/ou Táticas Urbanas onde diversos autores, coletivos, comunidades e estudantes (ou não) se empenham pelas áreas necessitadas de zelo.



Todo início de movimento artístico e cultural provém de certa contenção da sociedade. Provocam escândalos, polêmicas, preconceitos, pré-julgamentos até que aquela fatia da sociedade passa a aceitar os novos conceitos artísticos e culturais.

A sociedade contemporânea conseguiu expor, nos espaços públicos, a aflição e mostrar o proibido, como as práticas tribais e coletivas, espontâneas ou organizadas. As repressões, guerras e contestações acenderam o anonimato, expuseram no silêncio da noite o grito transfigurado em pixos e *graffitis* como forma de contestação política. Nesse sentido Giulio Carlo Argan nos ensina que:

A cidade deixa de ser um lugar de proteção, de refúgio, e passa a ser, sobretudo, lugar de comunicação no sentido de deslocação e da relação, mas também o de transmissão de determinados conteúdos urbanos (ARGAN, 2014).

O *graffiti* retrata nos seus traços poéticos a arte de resistência e memória de um indivíduo ou de uma coletividade. Assim, enfrentando a incompreensão, a intolerância e a reprovação do meio e se multiplica mesmo quando são apagados por medidas salutaras.

As diferentes práticas urbanas, pichações, *graffitis*, lambes, estêncil, etc., fenômenos ainda visto por muitos como prática marginal e vândala, se transformam numa importante ferramenta de ocupação das áreas abandonadas, esquecidas muitas vezes pela sociedade e poder público. Por meio da intervenção e requalificação os artistas urbanos constroem, na paisagem fria e vazia, cenários cheios de dizeres imaginários coloridos.

Em 2016, a fim de praticar novas vivências dentro do espaço público do bairro-jardim do Setor Sul, o Projeto Casa Fora de Casa elaborou ações estratégicas de práticas coletivas para recuperar essas áreas subutilizadas.

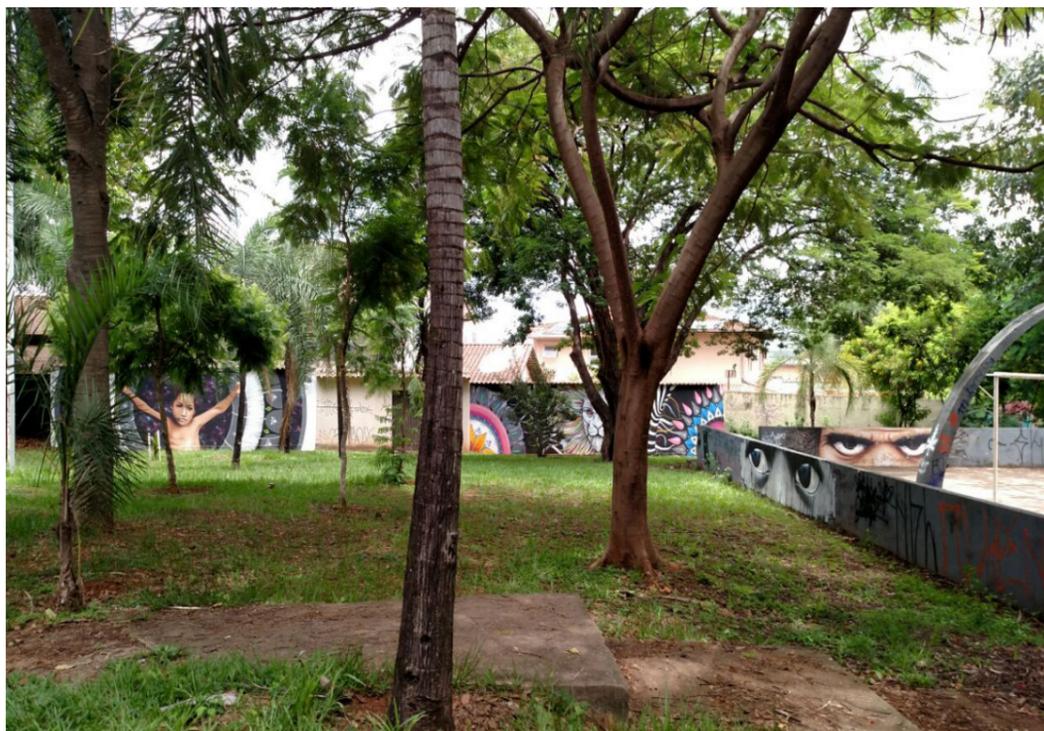


Figura 5 - "Primeiro passo conquistar espaços Tem espaço à beça Ocupe se vire" Grupo Manga Rosa- artista Paulo Torquato. FONTE: grupomangarosa.blogspot.com.

Pires (2018) nos sinaliza que, para além da vivência praticada pelo projeto, diferentes formas de habitar o espaço já vivenciados em outras localidades do mundo foram vivenciados também no Setor Sul. Exemplos como, as transformações política, econômica e sociocultural ocorridas nos cenários europeu, americano e na América Latina, no final da década de 1960, nos revelam a construção do imaginário social representado em diferentes e desprezíveis lugares na cidade. Os movimentos sociais como Maio de 1968, na França, Primavera de Praga, na antiga Tchecoslováquia, o movimento hippie e os movimentos desprezíveis de Nova York, na década de 1970, foram exemplos de questionamentos ideológicos e sociais no espaço público. A utilização do spray nos espaços públicos era a maneira simples e barata para os questionamentos sobre a cultura, o autoritarismo dos governantes, as guerras, a militarização, a estrutura social e familiar, confrontos ideológicos e heranças culturais, enfim, um verdadeiro burburinho de imaginários rodando planeta inteiro.

O *graffiti*, diferente desse cenário de arte encomendada, é uma prática social do *Do It Yourself* (faça você mesmo) e se distingue do modelo de arte preordenada pela forma fugaz de introduzir no meio citadino, divulgando o clamor de grupos sociais. Nos traços poéticos do *graffiti*, encontra-se a expressão da arte de resistência e a memória de um indivíduo ou de uma coletividade.

Nas séries de entrevistas realizadas pela revista Arte em Revista (1984), o cenário brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 foi abalado pelas políticas repressoras após o golpe de 1964. Os estímulos do período ditatorial transformaram os pensamentos proibidos em mensagens anônimas, ocultas e elaboradas nas madrugadas. De um lado as repressões, censuras e manipulações feitas pelos militares e do outro os indivíduos alternativos e independentes que utilizavam a seu favor a sabedoria transformada em arte, pensamentos, palavras e musicalidade, a fim de contrapor as ideias manipuladoras da repressão.



Nelson Leirner já concebia as artes espalhadas pelas ruas de São Paulo, desenvolvidas em outdoors, como uma forma de “reivindicar um espaço do artista, não apenas um território único da arquitetura, da escultura em frente ao prédio ou do mural, mas reivindicar a cidade como um espaço para a arte”. Essa visão ressoa com a ideia das okupas, onde o espaço urbano é não apenas utilizado, mas redefinido e reivindicado como plataforma para expressão artística e manifestações culturais⁶. Para Leirner (1984):

O artista não faz um outdoor para decorar a cidade, o artista não é um decorador, a função dele não é embelezar a cidade para o transeunte, mas, para mostrar o que está acontecendo a sua volta. Existe na intenção do artista a provocação, ninguém vai pichar o muro se não é para provocar, o *graffiti* não é feito para enfeitar muro (LEIRNER em entrevista para TEIXEIRA, Arte em Revista, nº 8, 1984, p. 46).

Os panoramas contemporâneos das cidades são refletidos nas diversas dimensões das mudanças sociais, econômicas e culturais. Goiânia como referência de lugar sofre interferências destas mudanças e os fenômenos urbanos são fatores que provocam essas transformações.

As novas práticas humanas transformam as paisagens urbanas, as fronteiras e as paredes são arrombadas, o espaço urbano é habitado pela expressão artística urbana global. O Setor Sul, num processo de abandono e apropriação, converte seus sentidos de bairro jardim para galeria a céu aberto. A prática e o praticante, ainda vistos como transgressores por alguns, são admirados e contemplados por outros. O praticante,

⁶ Segundo o site grupomangarosa.blogspot.com: “O grupo Manga Rosa, criado em 1978, nasceu com o objetivo de desenvolver trabalhos na área das artes visuais e plásticas. Desde o início, rompendo radicalmente com a obra de arte no seu sentido tradicional, exercia as disciplinas da pintura e do desenho tendo como motor a experimentação primeira da descoberta de uma criança.”

conhecido como artista plástico urbano⁷ é o principal interventor da paisagem do bairro, guarda saberes e entendimentos e possui uma visão real e concreta desse abandono.

Contra o fluxo deste esquecimento, o Setor Sul passou a ser um bairro com identidade e características próprias. A atmosfera da “cidade jardim”, arborizada, calma, e agora com as expressões urbanas compondo muros, pilares e portões desgastados com o tempo, decifra por meio do fenômeno urbano o diálogo que a sociedade possui com a sua história, a cidade, a arte e a política. O ser urbano utiliza de seus imaginários para preencher o vazio predominante nestas áreas, desmistifica o medo de estar ali e faz com que seja reconhecida e vivida pelos que contemplam a “arte da cidade”. Essa redescoberta coletiva de lugares transforma o setor, na concepção lógica e humana, num lugar de memória cuja paisagem está repleta de expressões urbanas.

A busca por alternativas para resgatar ou ocupar áreas é uma manifestação visível do indivíduo em direção ao espaço público, utilizando o imaginário para construir a identidade do local. Representa uma resposta da sociedade à falta de espaços e à necessidade de formas alternativas de urbanização.

Considerações finais

Pelo entendimento de espaço público urbano ocupado e pela noção de tempo decorrido, a arte urbana em *graffiti* foi-se tornando parte intrínseca do espaço verdejante e aberto do Setor Sul. Assim, no imaginário daqueles que habitam a cidade e ali conhecem, ao pensar sobre o bairro-jardim é recordar dos graffitis. Um é inseparável do outro.

Mas, já foi diferente. Na mesma proporção em que o vazio e o abandono do lugar, no passado, provocavam a quem passasse pela área - medo e insegurança; o *graffiti*, ali, praticado com spray em 1960, tido como prática de vandalismo e transgressão, provocava estranheza e incompreensão.

O passado negligenciado pelos agentes públicos e por moradores se intensificou por meio da mão manipuladora do mercado imobiliário, as residências deram lugar para clínicas e outros tipos de comércios. Porque os moradores migraram para modernos núcleos habitacionais, gerando mudanças de uso em determinados períodos do dia, assemelhando-se a fenômenos observados nas centralidades das grandes cidades, onde, fora dos horários comerciais, o espaço se torna desértico, gerando medo e afastamento da população. Em contrapartida, a desvalorização dos imóveis e a atmosfera artística do setor estimularam empresários interessados em arte, cultura, vivências, música, entre outros, a estabelecerem seus empreendimentos no local.

Este nosso estudo busca resgatar o convívio humano por meio de atividades coletivas, visando atrair um público interessado em arte urbana e no uso de equipamentos públicos. A apropriação involuntária estimula o uso e a preservação, provocando apreço e contribuindo para a identidade da coletividade e da cidade. Nesse sentido, é correto afirmar que a arte pública quebra barreiras pelo imaginário humano. Ela se desvincula das caixas fechadas dos museus que, ainda, excluem determinados grupos sociais. A arte pública quebra paradigmas e deixa de ser um objeto estático em um ambiente

⁷ Entre os artistas com mais presença nos muros do Setor Sul, destaca-se Valtecy, mais conhecido como Decy, que utiliza a grafiteagem com spray e tinta acrílica para reproduzir imagens variadas, como mándalas, retratos de negros, índios e rostos expressivos. Diogo Rustoff, outro artista presente nas áreas verdes, é hábil na técnica do estêncil e lambes, e que são aplicados em postes, armários de telefonia e lixeiras. Marcelo Peralta, também artista urbano em Goiânia e formado em arquitetura e urbanismo, participa de eventos pela cidade e Setor Sul, destacando-se na técnica de lambes.

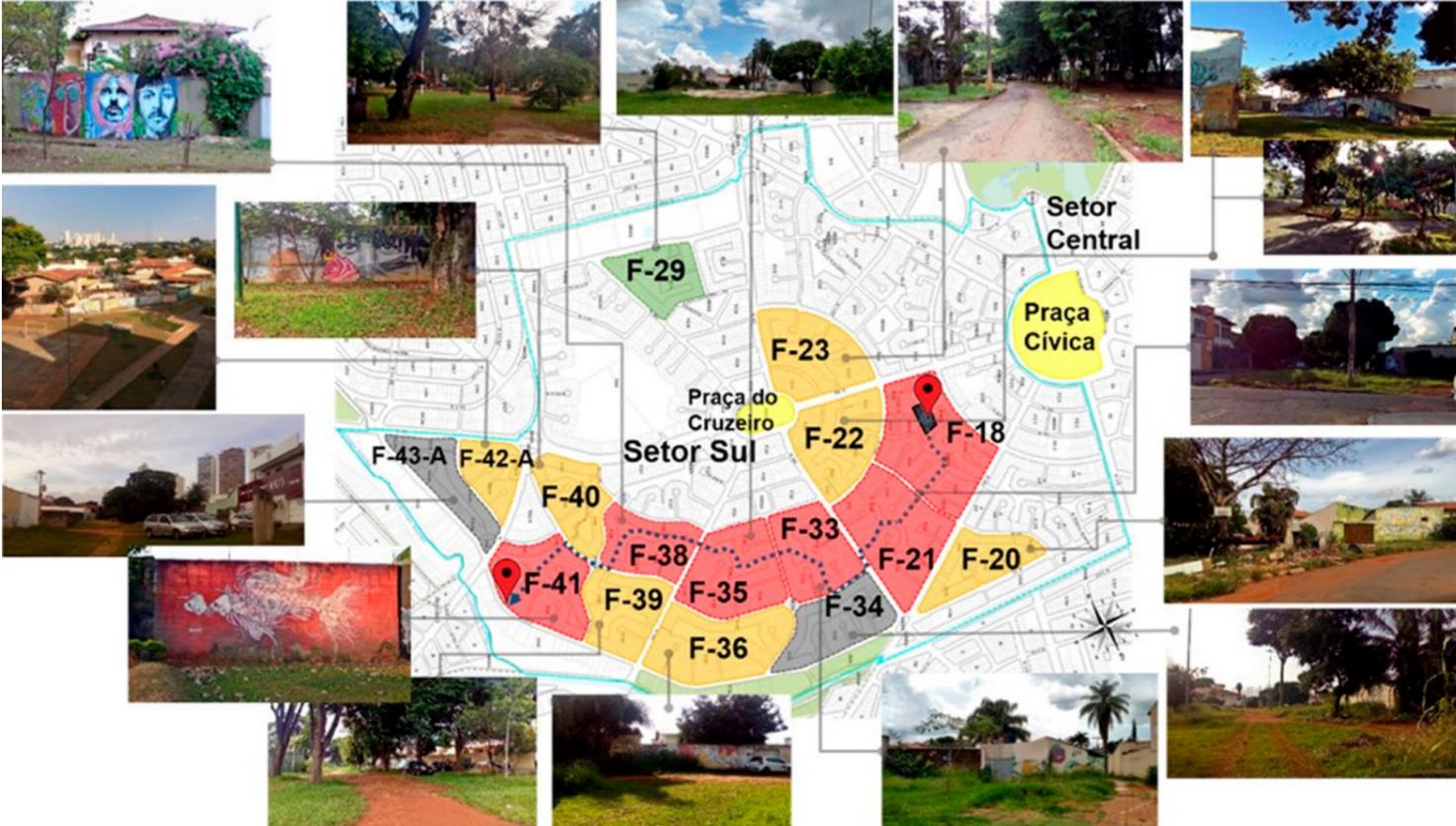


Figura 6 - Composição de imagens referentes às suas respectivas quadras do Setor Sul. Fonte: Destaque no desenho elaborado pela autora e mapa retirado do site portalmapa.goiania.go.gov.br/mapafacil/. Data: 2017.

específico para estar aos olhos de quem passa. Assim, ela abraça o meio e anula as diferenças sociais de maneira indiscriminada na sociedade.

Em Goiânia, a prática transgressora capturou a atenção dos habitantes para o lugar negligenciado. Muitas vezes, pessoas de fora do Setor não possuíam conhecimento das áreas verdes do bairro-jardim do Setor Sul e tiveram conhecimento, por meio das mídias digitais. Aí, vieram conhecer os jardins escondidos com um baú de expressões artísticas.

À medida que a sociedade enfrenta mudanças nos hábitos sociais, lida com o medo, a insegurança e se adapta ao ritmo acelerado do cotidiano, o espaço público se transforma, distanciando-se do modelo saudoso da vida no campo planejado na primeira metade do século passado.

Essa evolução levanta questionamentos essenciais: Qual é o uso ideal para as áreas verdes hoje? Existem novas práticas de ocupação coletiva que possam redefinir e revitalizar esses espaços?

Estas indagações não apenas moldaram a reflexão durante a pesquisa, mas também se conectam com o sucesso do bairro Setor Sul. O bairro-jardim soube explorar formas alternativas de reabilitação, incorporando elementos como a arte e a filosofia “*Do It Yourself*” (faça você mesmo).

A bem-sucedida abordagem do Setor Sul, que representa uma transformação real e não utópica do espaço, ressoa com a essência das Okupas. Essa abordagem vai além da mera ocupação física, alcançando uma ocupação discursiva. Desafiando normas, revitalizando significados e transformando espaços negligenciados em expressões culturais vibrantes, o bairro se destaca não apenas como uma resposta aos desafios contemporâneos, mas como um exemplo vivo de como a sociedade pode ativamente moldar e redefinir o ambiente urbano.

A expressão urbana permite que a arte ocupe cada parede, cada área, e, de repente, as percepções locais e globais se voltam para o “boom” da ocupação. Neste contexto, entendemos a verdadeira beleza das okupas, pois representam uma forma intrínseca

de ocupação discursiva daquilo que tradicionalmente é considerado impróprio, ilegal e criminoso.

O Setor Sul, com suas áreas verdes reimaginadas e coloridas, se transformou em um ato político, um “lugar diferente” que se apresenta aos visitantes de Goiânia como um cartão postal alterado pela ação artística e memórias dos grafiteiros.

Referências

- ARGAN, G. C. *História da arte como História da cidade*. 6a ed. Martins Fontes, 2014.
- ARTE EM REVISTA. *Independentes*, ano 6, nº 8, [Coordenadores]: Otilia Beatriz Fiori Arantes, Celso Fernando Favaretto, Iná Camargo Costa e Walter Cezar Addeo, 1984.
- BRANDÃO, I. de L. *O verde violentou o muro*. São Paulo: Global, 1986.
- CARLOS, A. F. A. *Segregação socioespacial e o Direito à Cidade*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412-424, 2020.
- CORDEIRO, N. A. *Evoluções do Plano Urbanístico; períodos pesquisados: 1933 a 1947 e 1947 a 1950*. Goiânia. 64p, 1989.
- DANIELS, M. C. Corpo e Urbanidade em Foucault. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, São Paulo, n. 6, p. 33-43, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 295, 1979.
- GONÇALVES, A. R. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*, p.74. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Goiás. 2002.
- GRUPO MANGA ROSA. Disponível em: <http://grupomangarosa.blogspot.com>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- LIMA, A. L. M. *Kontra a propriedade privada, okupando casas abandonadas: a cena okupa na cidade de Fortaleza-CE*. São Paulo, p.15, 2011.
- PIRES, P. C. N. *Práticas Artísticas, Setor Sul, Goiânia-GO: Apropriação e Grafitagem na Fisionomia Urbana de um Bairro-Jardim*, p. 164. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Cidade: Teoria, história e conservação), 2018.
- RADBURN SUPERBLOCO. Disponível em <http://arquiscopio.com/archivo/2013/04/28/supermanzana-de-radburn/?lang=pt>. Acessado em 03 set. 2017.
- RUDY, C. Nas Entradas da(s) Cidade(s): Resistência à organização capitalista da vida urbana. *Monstro dos Mares*. Ponta Grossa.p.17, 2019.

OCUPAR AS RUAS

A festa como política descolonizante do direito à cidade

TO OCCUPY THE STREETS

The party as a decolonizing politics of the right to the city

Gabriel Vargas Bernardo¹ e Luis Artur Costa²

Resumo

Partindo da festa de rua enquanto ato político de ocupação do espaço público, este artigo debate a noção de direito à cidade enquanto conceito que envolve a agência lúdica dos cidadãos na constituição das territorialidades subjetivantes da urbe, em meio a diversos jogos de afetações, entre os quais destacam-se as festividades populares que transbordam os quadros do Mercado e do Estado. Para tanto, problematiza-se a noção de direito à cidade proposta por Henri Lefebvre, por meio da sua descolonização, operada por conceitos erigidos por Muniz Sodré em sua obra *O Terreiro e a Cidade*. Com isso, evidencia-se a grande relevância das festas de rua na promoção do direito à cidade no sentido de afirmar processos de descolonização e democratização dos territórios urbanos.

Palavras-chave: festa, direito à cidade, ocupação, espaço público.

Abstract

Starting from the street party as a political act of occupying public space, this article discusses the notion of the right to the city as a concept that involves the playful agency of citizens in the constitution of subjective territorialities within the city amidst various affective dynamics, among which popular festivities that transcend the boundaries of the market and the state stand out. To do so, it problematizes the notion of the right to the city proposed by Henri Lefebvre, through its decolonization, accomplished through concepts put forth by Muniz Sodré in his work "O Terreiro e a Cidade" (The Courtyard and the City). This highlights the significant importance of street parties in promoting the right to the city in the sense of affirming processes of decolonization and democratization of urban territories.

Keywords: party, right to the city, occupation, public space.

¹ DJ, produtor cultural e psicólogo na rede sócio assistencial de Porto Alegre. Faz parte do coletivo Arruaça, grupo de artistas que, desde 2014, propõe a festa como ato estético-político na sua relação com a cidade. Mestrando em Psicologia Social e Institucional no PPGPSI (UFRGS), pesquisa com as festas de rua de música eletrônica o nó cidade-subjetividade.

² Professor e pesquisador no departamento e programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do IPSSSCH da UFRGS. Compõe o Coletivo Políticas do Narrar, o Coletivo de Cartografias do Rolê de Rua (CCRR), o Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS). É coordenador adjunto do projeto de extensão Ocupas: cidade, resistência e subjetividade, assim como dos projetos de extensão Biblioteca Viva: Laboratório de Criatividade e Bibliotecas Vivas: Promoção de Bibliotecas Comunitárias.

Ocupar territorialidades exige ritmo e vibração: políticas das festas e direito à cidade

O ato de ocupar é uma operação política que busca a garantia de direito à moradia e à cidade. Para além das ocupações de espaços fechados que promovem políticas populares de habitação e/ou cultura, na busca de romper com a lógica privatista da propriedade e sua dinâmica de alienação do território, de modo a impedir uma agência múltipla e democrática no acesso a estes, os espaços a céu aberto da cidade também são constante cenário de disputa na luta pelo direito à cidade. As ruas, largos, praças e afins são disputados em sua construção por agências do Mercado, do Estado e da população em geral, sendo muitas vezes ocupados no mesmo sentido acima exposto, de promover a democratização urbana por meio do direito à cidade, que não se resume ao mero ir e vir ou acesso, mas se estende ao direito de construção do território urbano enquanto espaço vivo.

Ocupar territórios envolve uma complexa relação com os ritmos cotidianos que compõem um espaço vivo, a pulsar de vidas em articulação com sistemas sociotécnicos. Conjurar territorialidades vivas se contrapõem à noção de espaço abstrato: falamos aqui de espaços topológicos relacionais constituídos pelos acontecimentos e não de espaços pretensamente absolutos indiferentes aos acontecimentos que nele ocorrem (WHITEHEAD, 1956; 1994). De fato, nem ao menos falamos de espaços somente, já que nesta dimensão não há como pretender cindir espaço e tempo em duas dimensões, tal organização necessita já de um alto grau de abstração pelo qual conseguimos pensar um espaço pelas medidas de metros cúbicos e o tempo em minutos e anos. Mas se prestarmos atenção aos nossos modos de existência e suas experiências, logo nos damos conta que vivemos processos, fluxos, acontecimentos, uma dimensão bem concreta e que inviabiliza a tentativa de dividir tempo e espaço (WHITEHEAD, 1994). Desde a dimensão do fluxo, do processo e do acontecimento, ocupar não remete apenas ao gesto de tomar posse, muito menos ao contrato que estabelece propriedade, nesta dimensão acontecimental falamos antes da constituição de territorialidades, do estabelecimento de ritmos em ritornelos e rizomas (DELEUZE; GUATTARI, 1996; 2012), ou ainda, da conjuração de jogos de relações e suas afetações em ecossistemas vivos (incluindo nestes os não-vivos) que fazem vibrar os acontecimentos em ritmos (SODRÉ, 2019).

Território é, assim, o lugar marcado de um *jogo*, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras de base de um 'fazer de conta', de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada da ligação entre o homem e mundo (SODRÉ, 2019, p. 25).

A cidade como trama complexa de gestos (de seres vivos e não-vivos) em acontecimentos que coabitam um fluxo constitui-se como máquina de produção de modos de existir (CARDOSO FILHO, 2016). São modulações existenciais a partir da produção de ritmos cotidianos (LEFEBVRE, 2001). Os ritmos podem ser impostos pelos poderes hegemônicos, centralizados na figura do Estado e do Mercado, mas também são produzidos pelos grupos considerados subalternos, ritmos de resistência à homogeneização do culto ao trabalho e ao consumo (SODRÉ, 2019).

Uma casa não é apenas suas paredes, seu teto, vigas e fundações (e muito menos sua escritura). Não se caminha em um cotidiano sobre piso e contrapiso. Nem tudo se resume às matérias sólidas, ainda que até mesmo essas se façam vibrar em ressonância com os processos que lhes transpassam e compõem. A tremedeira grave e áspera do

caminhão batendo lata, ou o pulsar surdo e arredondado dos tambores magnéticos de um *subwoofer*. A chaleira a chiar de manhã e a louça a tilintar pela noitinha. Os sons e odores das entranhas, compassados com o relógio, seguidos invariavelmente pelo rufar de uma cachoeira na privada. Os objetos a comporem e sedimentar ritmos: sofá na frente da televisão, poltrona de costas para a janela e debaixo de uma luminária, armário no quarto, cabide improvisado junto à porta. Balde na porta do banheiro, lenha na cozinha, vela ao lado da cama, extensão puxada do vizinho, mochilas presas na parede para guardar as roupas. Uma casa é apenas uma casa quando está ocupada pelos gestos que tecem cotidianos.

Uma rua não é apenas a justaposição do seu leito e calçamento com as fachadas e os pedestres. Ratos, baratas, meio fio, rodas de borracha, árvores, pássaros e passos apressados compõem certamente um modo de fazer vibrar às ruas. Ainda assim, tal composição muitas vezes não é por nós compreendida enquanto uma ocupação das ruas, mas sim enquanto sua tomada como passagem. Evidentemente que a linha entre dois pontos a fazer (es)correr corpos também constitui um modo de territorializar. A emergência do “passo à americana” (SEVCHENKO, 1998), agilizado pela assunção de vestimentas esportivas enquanto novo código para a antiga definição de “roupa esporte”, dão corpo sensível e inteligível a um modo de ocupar as ruas das cidades. Ainda assim, quando (d)enunciamos que temos de “ocupar as ruas”, nunca nos referimos a tal territorialidade em específico. Pelo contrário, na maioria das vezes podemos estar falando, por exemplo, de quem para nelas e se faz íntimo de suas pedras e mocós, transformando-a em casa e clube social (COSTA et al, 2021). Falamos daqueles movimentos que densificam, multiplicam, heterogeneizam, pluriversam as tramas de ritmos que tecem uma rua: mobilizações sociais, feiras, festas, manifestações políticas e culturais etc. Quando falamos em ocupar as ruas estamos evocando e provocando territorialidades *rueiras* constituídas nos sentidos de afirmar nosso direito à cidade. Não o abstrato direito jurídico do ir e vir, muito menos o da propriedade pública, mas sim um direito modulado pelo campo de afetações que faz de uma cidade uma complexa (STENGERS, 2022) composição coletiva. Falamos do nosso direito à autoria da urbe, afinal, ao mesmo tempo que a construímos ela também nos constrói (CARDOSO FILHO, 2016).

Dentre todas estas possíveis ações políticas de ocupação das ruas, nos interessam aqui em especial as festivas e o seu lúdico e brincante estabelecimento de jogos de afetações a conjurarem territorialidades múltiplas: as festas de rua são aqui compreendidas enquanto uma importante estratégia de promoção do direito à cidade (BERNARDO, 2021; SEVAIO, 2022). Um certo ritmo, escapulido, percorre as ruas depois de virar a esquina. Ricocheteia entre os muros e foge mais uma vez pelas frestas dos prédios: a música teima em se espalhar. No ar que preenche a cidade, ela vibra, mesmo lá longe, onde já chega sem força para fazer tremer os corpos, mas, nem por isso, deixa de carregar consigo uma mensagem: *algo acontece*. A música pode compor a atmosfera. Um *clima* – eletrizante. Vistos de longe, os passos de dança podem soar um convite. De perto, transpirar um contágio. As festas de rua, em sua multiplicidade, têm uma certa capacidade de envolver quem participa delas, mas, mais do que isso, esparramar-se em reverberação pela cidade.

A cada festa que acontece, há quem se interesse – se programando, se arrumando e partindo ao seu encontro. Há quem desconheça – e se pegue surpreendido, ou mesmo indiferente, ao cruzar pelo do rolê. E há quem se aborreça – seja pelo barulho, pela sujeira, pelo trânsito ou pelas pessoas. Fato é que, no caso das festas de rua – sobretudo naquelas que este estudo se dedica a acompanhar, que ocorrem nas zonas centrais da cidade de Porto Alegre – a festa extrapola de maneira intensa a delimitação física de onde ocorre, e afeta de maneira especial não apenas aqueles que decidiram festejar. Um dispositivo que se instala e participa da produção dos ritmos da

cidade, muitas vezes borrando as concepções do que temos como público e privado, interferindo em outros dispositivos que configuram as urbanidades contemporâneas (BERNARDO et. al., 2022).

Cada cidade – sempre considerando que existem muitas cidades em uma mesma cidade – se relaciona de forma singular com as festas que nela ocorrem. Neste sentido, é possível afirmar que as festas também são as cidades, fazem parte delas, se considerarmos as cidades como emaranhados complexos de corpos diversos, com configurações específicas, envolvendo pavimentações, pessoas, trânsito, trocas, sinalizações, animais, vegetação, máquinas etc. Uma perspectiva de cidade que nos impede de pensar em essências ou “objetos” fechados, e que incentiva a pensa-las a partir de sua multiplicidade, convidando a vivenciar uma ou várias cidades, mas fugindo das generalizações.

As cidades como tramas de relações que adquirem uma determinada densidade e que se produzem a todo instante na própria relação, em suas práticas materiais-discursivas (BARAD, 2017). Nas palavras de Alexandre Navarro Moreira, uma simbiose:

³

O ser humano constrói a cidade, ele é o agente, mas em determinado momento, passa a ser apenas mais um elemento da estrutura que iniciou. O indivíduo passa a ser moldado por essa outra entidade. Então, ele destrói e reconstrói sucessivamente, tentando manter sua identidade já comprometida. Agora, não é só ele o agente (ZANATTA, 2003).

Da mesma forma, podemos pensar as festas como pontos densos na constituição desta trama, acontecimentos que produzem seu ritmo próprio em meio ao emaranhado urbano. A experiência da festa, pensada a partir das relações que ela produz, será sempre singular, afetando de maneira heterogênea pessoas e coletividades. Assim, viver, pensar e escrever com as festas de rua – e com qualquer outro fenômeno, diga-se de passagem – é uma tarefa que carrega consigo as afetações produzidas no encontro do corpo que vive, pensa, escreve e, sobretudo, dança com a festa.

Por ocorrerem no espaço aberto da cidade, as festas de rua podem afirmar um sentido político da rua. Uma certa *política da rua*. Nem todas as festas de rua ocorrem no espaço específico da *rua* propriamente dita, do ponto de vista viário: a pista de rolamento, ou mesmo a calçada. Muitas festas de rua ocorrem em praças e parques, por exemplo. O que elas têm em comum é o fato de ocorrerem no espaço externo, o *fora* da vida privada (individual ou coletiva), aquilo que se costuma tomar como *público* – mas que, nem por isso, deixa de guardar seus segredos. A festa de rua, assim, afirma a rua como espaço e *ethos* do encontro e do imprevisível, como algo a ser festejado, uma abertura para a vivência da cidade como possibilidade e invenção.

Tal articulação da festa com o direito à cidade e a noção de democratização das ruas não é exatamente uma novidade, evidentemente. Noções como a de carnavalização (BAKHTIN, 1987) e de erotismo (BATAILLE, 1987), por exemplo, há muito estabelecem relações entre os festins públicos que tomam as cidades e a subversão dos modos de relações hegemônicos com suas disciplinas, regras, desigualdades e estigmas. Mais próximo do urbanismo temos “O Direito à Cidade” (2001), de Henri Lefebvre. No entanto, não apenas as definições de cidade de Lefebvre (2001) são tão parciais em sua eurocentralidade quanto as que ele critica por suas lógicas capitalizantes,

³ Alexandre Navarro Moreira, ou Autacom (1974-2023), foi um artista urbano porto-alegrense, grande amigo que perdemos este ano, a quem este trabalho é uma singela homenagem.

como fazem parte, de maneira direta ou indireta, a toda uma tradição do pensamento ocidental, que é uma dimensão importante do poder colonial. Mas, por sorte, temos em nossas territorialidades amefricanas (GONZALEZ, 2020) outras obras que permitem não hierarquizar e subjugar as alteridades próprias de nossas cidades, sempre em fuga dos modelos metropolitanos europeus: em “O Terreiro e à Cidade”, Muniz Sodré (2019) opera uma linha de fuga que nos permite encontrar outras potências em nossas ruas que deixariam Lefebvre zozzo. Os dois autores afirmam o lúdico e o festivo como elemento muito importante na construção democrática de uma cidade que mantenha sua vitalidade. Lefebvre o faz lamentando uma qualidade supostamente perdida em sua industrial paisagem europeia. Muniz Sodré, por sua vez, o faz encontrando em nossas ruas um outro modo de se relacionar com a realidade urbana, modo este sustentado e irradiado nas práticas tradicionais dos povos descendentes de africanos atualizadas em solo brasileiro, algo que extrapola categorias insuficientes como religião e cultura, estando mais próximo de uma ideia de cosmopercepção (NOGUERA, 2019).

Se a leitura de Lefebvre da realidade parece mais segmentarizada, opondo classes sociais e sugerindo uma determinação da produção do urbano pela industrialização e pelo sistema capitalista – uma aliança entre Estado e Empresa⁴ (LEFEBVRE, 2001) –, cabendo ao proletariado a tarefa histórica de superação deste modo de produção, social e econômico, em “O Terreiro e a Cidade” as coisas passam em diferentes dimensões dessa realidade, multifacetada. É verdade que Lefebvre já identifica a produção dos cotidianos como forma de pulverização da lógica do capital na intimidade das vidas. Mas, Muniz Sodré (2019) – sem desconsiderar em momento algum as macro e micro modulações do poder de Estado e de Mercado na materialização dos espaços e das condutas – modifica o debate em ao menos dois pontos que são cruciais. O primeiro é o deslocamento da discussão referente à formação das cidades para o âmbito do colonialismo e do racismo. O segundo é a identificação das práticas de resistência presentes nas cidades brasileiras. Um conjunto de gestos na relação do grupo com seu entorno, que são atravessados por uma concepção ecológica da realidade (GUATTARI, 1990) – onde há interdependência dos seres e dos fenômenos na composição do mundo –, sendo o *jogo* uma declinação ético-estética fundamental na preservação do mistério da vida e no reconhecimento da indeterminação da realidade. Nesta perspectiva, o lúdico, a festa, são modos de relação do grupo com o ambiente, na construção de seus territórios, onde a celebração marca o ritmo dos gestos. É um tipo de posição diante da vida que está presente em nossos cotidianos e que atualiza nas coletividades uma lógica não utilitarista do devir.

Um outro elemento que nos remete à potência política subversiva e democratizante que as festas de rua podem (mas não necessariamente o fazem) afirmar é o fato de que, usualmente, se tornam objeto das políticas públicas estatais que buscam governá-las de algum modo em associação com os agentes do Mercado. Coletividades se relacionam há tempos imemoriais com a festa, tanto em sua prática quanto em sua coibição e governo. O estudo de Barbara Ehrenreich (2010) sobre os rituais de êxtase ao longo da história sugere, a partir da leitura de um vasto referencial composto por pesquisas históricas e antropológicas, que o poder de Estado europeu, ao menos desde o Império Romano, atua na tentativa de governar a festa, sobretudo entre as “classes populares”. Essa prática foi incorporada pelo poder colonial, em suas expressões político-científicas, ao condenar as festas dos povos que eram colonizados, além da imposição de uma moral do trabalho e do progresso, aliada a uma religiosidade unívoca e disciplinada⁵.

4 Utilizamos a grafia de Empresa com letra maiúscula conforme Lefebvre (2001), indicando que se trata de uma instituição, como Mercado, não apenas uma empresa individual.

5 Aqui nos referimos a uma matriz religiosa, imposta pelo poder colonial, que certamente nunca atinge um grau de homogeneidade, estando as expressões religiosas sempre a escapar dos domínios centralizadores. Dessa forma, as diferentes religiões e práticas religiosas estabelecem diferentes negociações com a

Por outro lado, como demonstram as muitas histórias do Brasil e de Porto Alegre, enquanto as festividades das elites promovidas pelo Estado de modo ufanista ou pelo Mercado de modo capitalista são invariavelmente permitidas sem maiores questões, as festividades populares enfrentam uma série de desafios e implementam muitas estratégias de resistência para durarem nos processos urbanos e ocuparem às ruas (em especial nos espaços centrais ou hegemonicamente burgueses).

As festas populares do nosso território amefricano (GONZALEZ, 2020) possuem usualmente uma intensa marca das cosmopercepções de matriz africana⁶ (SODRÉ, 2019), e são irradiadas de *territórios rítmicos* – como os terreiros e outros espaços que cultivam a festa como prática política – ao infiltrarem-se no cotidiano das muitas coletividades que compõem as cidades, atuando como alternativa ao modo hegemônico de produção do urbano, pautado na mercantilização. No entanto, não pretendemos tratar da festa como uma essência, um fenômeno estático e independente, que tem sempre os mesmos efeitos nos diferentes corpos, que se engajam nas festas de diferentes formas. Trataremos das festas em perspectiva (PEREZ, 2012), entendendo-as como um conjunto de dinâmicas múltiplas, que atravessam as individualidades e as coletividades de maneira distinta, e que têm efeitos diversos em cada corpo, sempre a partir de sua *localização*. A festa como adensamento da experiência, uma espessura singular na trama das cidades, sendo intensa e efêmera, o que produz um rastro sensível do acontecimento a partir dos efeitos produzidos nos corpos, na composição de muitos ritmos, que seguem a reverberar.

O objetivo deste texto é discutir o conceito de direito à cidade proposto por Lefebvre (2001), apostando nas festas de rua como dispositivo de democratização do espaço urbano e contestação da lógica de cidade-mercado. Fazemos tal debate articulando a ideia de direito à cidade com as contribuições de Muniz Sodré (2019), no sentido de descolonizar as teses do autor francês. Entendemos que Lefebvre (2001) faz apontamentos importantes na direção do lúdico e da festa enquanto práticas capazes de produzir uma reapropriação dos territórios das cidades pela classe trabalhadora, mas, ao dar ênfase às dinâmicas de classe, termina por apagar outras dimensões constitutivas da diferença entre os diversos grupos que compõem a população de uma cidade, cada qual oferecendo práticas distintas em seus processos de resistência.

Muniz Sodré (2019) nos ajuda a entender as contribuições das populações de matriz africana na resistência, dentre os quais destacam-se atividades festivas, aos violentos processos de homogeneização praticados pelo Estado colonial brasileiro. Por outro lado, Lefebvre (2001) reproduz um discurso cientificista e um modelo de história teleológico, que afirma os processos civilizatórios em sentido único, tendo sempre a Europa e suas cidades como modelo de desenvolvimento para o restante do mundo. Mais uma vez, Muniz Sodré (2019) permite a contestação deste tipo de narrativa Ocidental e colonial, demonstrando que existem muitas formas dos grupos sociais construir seus territórios, o que envolve a relação com os animais, com as plantas, com o solo, com o sagrado, com o jogo, com o lúdico etc.

música, com a dança, com a festa e com êxtase.

6 O conceito de amefricanidade, de Lélia Gonzales (2020), dá conta da multiplicidade da composição étnico-racial dos povos que habitam o território hoje conhecido como Brasil. Sabemos que foram colonizados povos africanos e indígenas. Neste trabalho focaremos nas contribuições de descolonização dos povos de matriz africana. No entanto, é fato que os povos indígenas, ou povos originários, também empreendem ações descolonizantes em seus territórios e suas festas, seja em contexto urbano ou não.

Fazendo o direito à cidade sambar: de Lefebvre à Sodré nos territórios de Porto Alegre

Henri Lefebvre dedicou grande parte de sua obra   análise do fenômeno urbano e do cotidiano, fazendo uma crítica   industrialização e   captura dos ritmos da vida pela lógica do trabalho e do consumo alienados: a abstracção do espaço público por meio de operações alienantes da vida cotidiana como propriedade e trabalho/produção constroem a agência popular na construção cotidiana da urbe. “O Direito   Cidade” (2001), propõe uma “ciência da cidade” (p. 104) que busca reinventar o urbanismo para além da sua subjugac  o às lógicas capitalistas e, assim, permitir a emancipação popular da cidade. Em contraposição ao mecanicismo alienante da vida urbana encapsulado no circuito trabalho-consumo, propõe “o direito à cidade” (p. 116), como uma forma de ocupar o espaço urbano enquanto espaço público, coletivo e democrático, uma “apropriação (do tempo, do espaço, da vida fisiológica, do desejo)” (p. 113, grifo do autor), investindo em seus usos, nos encontros e na fruic  o. Tal processo de ocupação da cidade abarca a proposta neste artigo afirmada, de tomar as festas de rua enquanto prática política de promoção do direito à cidade por meio da democratização das ruas para além da sua tomada enquanto espaço de ir e vir, comércio e trabalho.

Lefebvre (2001) – com ênfase ao urbanismo e   publicidade – identifica práticas de construção das cidades as quais, ocultando a dominação de classe, afirmam a dinâmica urbana como *lócus* de efetuação do modo de vida capitalístico. Esse modo de vida, pautado na lógica do trabalho especializado e alienado, transfere para o consumo o que seria a essência do urbano, agora capturado: a vida social, a relação com os simbolismos, a possibilidade de participação na construção das narrativas do grupo e, também, as festas em suas diferentes modalidades que são governadas pelo Mercado e Estado no sentido da substituição e da dominação do valor de uso pelo valor de troca, em uma mercantilização da vida festiva nas cidades, criando um modelo de cidade mercado:

A cidade capitalista criou o centro de consumo. [...] Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. Os comércios se densificam no centro, que atrai comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas v em, olham, falam, falam-se. E   o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca (LEFEBVRE, 2001, pp. 130-131).

Ainda assim, o uso resiste de maneira irredutível no urbano. É nesta insistência que o autor investe enquanto estratégia para que possamos nos reapropriar da urbe e ocupar as ruas. As festas são um importante elemento em tal operação política de ocupação, pois este processo passaria por um retorno da centralidade do lúdico para além das lógicas do trabalho-consumo próprios das dinâmicas do capitalismo industrial: fazendo dos encontros e das festas uma função das ruas, além de uma retomada da participação efetiva das pessoas nas decisões a respeito da realidade que as envolvem, uma autogestão. Essa tarefa ele confia ao proletariado⁷.

⁷ Sendo um marxista, Lefebvre d  ênfase às relações de classe, elencando o proletariado como sujeito histórico das transformações sociais no capitalismo.

Ainda que encontremos muitos pontos de apoio na obra de Lefebvre (2001) para sustentar a perspectiva das festas de rua enquanto ato político de ocupação das cidades, temos de efetuar algumas problematizações e deslocamentos ao transportar o autor europeu para os territórios marcados pelos traumas da colonialidade que, por outro lado, possibilitaram a emergência de uma Poética da Relação (GLISSANT, 2021), que marca nossas territorialidades existenciais com ritmos muito distintos daqueles que se encontram nas metr poles europeias. O autor francês precisa ser por nós problematizado em tal processo de reapropriação da sua teoria para os nossos territórios, pois, inadvertidamente, finda por replicar os narcisismos próprios da branquitude (BENTO, 2022) ao investir em uma linha de homogeneização da cosmologia ocidental que pensa o mundo inteiro a partir das políticas narrativas coloniais e seus ecossistemas (COSTA, 2020; 2022).

Universalizando a provincialidade das trajetórias das cidades que conhecia no continente europeu, Lefebvre tomar  a industrialização enquanto “indutor” (p. 3) e medida de avaliação-juízo da realidade urbana: “Para apresentar e expor a ‘problemática urbana’, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo  , há um século e meio, o motor das transformações na sociedade” (LEFEBVRE, p. 3, grifo nosso). Em um olhar retroativo, o autor opera uma simplificação da trama temporal – ao fazê-la linha que encontra uma origem, a partir da qual se constrói uma delimitação das fronteiras filiativas, de pertencimento e cisão, entre o que é ou não urbano (GLISSANT, 2021). A violência intolerante de tais fronteiras erige, a partir da lógica colonial e seu nomadismo em flecha (GLISSANT, 2021), uma teoria geral das cidades, que tem como centro normativo a cristalização de uma certa política narrativa de Europa.

O autor francês até reconhece a especificidade do desenvolvimento de cidades marcadas pela colonização, porém, nesta chave de leitura – tendo a industrialização como régua do juízo, que faz do tempo linha desenvolvimentista –, irá destacar a configuração de tais urbanidades exclusivamente enquanto efeito do seu “déficit” industrial. É por meio de tal política narrativa da colonialidade, que julga enquanto feio tudo que não é espelho, que Lefebvre compreender , por exemplo, o surgimento de “favelas” como sendo apenas um resíduo de um desenvolvimento geral, com origem e efetivação plena no Primeiro Mundo, na Metrópole. Vemos aqui a assunção de uma perspectiva única que se universaliza de modo a ler enquanto ausência, déficit, erro, patologia ou afim, todas as configurações que lhe escapam dos modelos prescritos desde sua própria perspectiva. Ainda que, evidentemente, esses processos de juízo e avaliação tragam elementos importantes para nosso pensamento sobre a construção das cidades, sua lógica da colonialidade finda por subalternizar e justificar a subjugac  o destes espaços e populações periféricas assim como de suas práticas, incluindo as festivas. Aqui as noções de vulnerabilidade fomentam uma lógica do cuidado que muitas vezes se encontra com as práticas de controle e subjugac  o (REIS et al, 2014).

Ao elencar a realidade industrial como indutora da urbanização, propõe-se um “ponto de partida”⁸ que não situa o processo de industrialização como parte de uma dinâmica maior: a colonização e sua reverberação enquanto colonialidade. Opera-se, então, uma negação colonializante que aliena nossos territórios de suas singularidades: a simplificação linear da trama temporal apagando a dimensão pluriversal da construção de nossas cidades amefricanas (GONZALEZ, 1984; 2020). Mesmo identificando a construção do antigo humanismo e do *ethos* da racionalidade instrumental como produções do capitalismo liberal, mesmo identificando que a centralidade da dinâmica

⁸ O que pode ser considerado a própria definição de axioma, pois é “a partir” dele, e não para tr s, em seus pressupostos, que iremos nos pôr a pensar.

industrial faz parte da axiomática capitalística para as urbanidades, Lefebvre finda por, sintomaticamente, reiterar o mito fundador do Ocidente e expandi-lo inadvertidamente para todo e qualquer rincão do planeta, sustentando uma ideia linear de progresso que justifica a violência da colonialidade e ignora as Poéticas da Relação (GLISSANT, 2021) que constituem a amefricanidade (GONZALEZ, 1984; 2020) dos nossos territórios urbanos. Os efeitos deste ocultamento da ideologia civilizacional europeia na construção teórica de “O Direito à Cidade” (2001) são a invisibilização ou exotização de formas de organização social que escapam à matriz do Homem Branco.

Por exemplo, como já citado, quando comenta as cidades nos países considerados “mal desenvolvidos” (LEFEBVRE, 2001, p. 74), destacando o surgimento de favelas como locais “lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível” (p. 9), explicando-as, ainda assim, na chave da industrialização. O que não deixa de ser verdade, mas apresenta apenas uma face, ou uma dinâmica do processo, que é mais complexo. A primeira delas é que nos países invadidos o trabalho agrário desenvolveu-se, em sua maioria, com mão de obra escravizada. No Brasil, a Lei de Terras (1850) foi um instrumento colonial que, mesmo ocorrendo a abolição (1888), limitou a possibilidade da população pobre, negra e indígena seguir trabalhando no campo, ao optar pelo latifúndio como modelo de distribuição fundiária. Além disso, a chegada dos trabalhadores nas cidades tem características distintas a partir do marcador racial. Trabalhadores negros oriundos do campo sofriam com medidas autoritárias por parte dos poderes centrais, sendo as favelas⁹ – e outras formações urbanas que escapavam à planificação colonial – lugares passíveis de “correção culturalista” (SODRÉ, 2019, p. 75). A acolhida aos diferentes grupos que aportavam nas cidades era distinta, tendo a população negra sido perseguida em suas práticas sociais, que se constituíam como resistência. Os trabalhadores negros eram sistematicamente expulsos das zonas que se tornavam valorizadas e empurrados para as favelas/periferias, locais muitas vezes distantes e sem infraestrutura estatal, além de terem suas práticas sociais proibidas. O que escapa a Lefebvre, mas é recuperado por Muniz Sodré (2019), é o fato de que nestas comunidades periféricas, apesar das muitas dificuldades impostas pelo poder colonial, eram nutridas e irradiadas práticas que representam um contra poder e estabeleciam outras territorialidades que escapavam das lógicas urbanísticas da colonialidade.

Não se trata de fazer uma romantização das favelas (ou outras formações urbanas “periféricas”), mas de reconhecer que em sua configuração singular não pode ser violentamente reduzida a “resíduos da industrialização”, assim como sensibilizar-se que, em suas territorialidades, há também a afirmação de outras maneiras de viver a realidade, outros ritmos existenciais com os quais nossas ciências urbanísticas e sociais têm sempre muito a aprender. Além disso, é evidente que as cidades da Europa também comportam formações que extrapolam a homogeneidade apresentada por Lefebvre. Ensaíamos, aqui, uma tentativa de romper o pacto universalizante que se expressa, também, através da filosofia e das máquinas teóricas que têm o Homem Branco como matriz de seu desenvolvimento, ocultando violentamente, por meio de necropolíticas (MBEMBE, 2017) alterocidas (MBEMBE, 2018), as formas civilizacionais

⁹ Lembrando que, inicialmente, *favela* é a maneira como foram chamados os assentamentos no Morro da Providência, no Rio de Janeiro do final do século XIX, formado por moradores despejados de cortiços e soldados que participaram da Guerra dos Canudos. A cidadela de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, no interior da Bahia, tinha o seu próprio Morro da Favela, batizado assim devido à presença de uma planta chamada de favela – pois produzia uma semente leguminosa em forma de favo. Assim, o Morro da Providência, com suas habitações improvisadas, passou a ser chamado de Morro da Favela, sendo o termo popularizado no Brasil desde o início do século XX para referir-se às construções precárias construídas nas encostas dos morros. Possivelmente, o uso do termo favela em “O Direito à Cidade” foi uma escolha de tradução. Como ainda não tivemos acesso ao original, não foi possível identificar o termo utilizado por Lefebvre ao se referir às formações urbanas do chamado “Terceiro Mundo”.

de construção de territorialidades que escapam à sua lógica eurocentrada.

Precisamos aqui, portanto, operar um deslocamento de duas negações: por um lado, precisamos fazer ver a violência necropolítica que aniquila subjetividades sob a justificativa da “civilização” e da “urbanidade”; ao mesmo tempo que precisamos fazer ver as potências das singularidades aniquiladas – as quais são, em geral, visibilizadas por lógicas exotificantes e/ou estigmatizantes, tomando-as de modo romantizado e subalternizado (GONZALEZ, 1984). A urbanização europeia, mesmo aquela que ocorreu antes da chamada Revolução Industrial – ainda nos séculos XVI e XVII –, sustentou-se no acúmulo de riquezas a partir das invasões coloniais, escravizações, genocídios e epistemicídios (GROSFUGUEL, 2016), ou seja, o desenvolvimento da “civilização europeia” tem como condição de possibilidade o massacre de outras civilizações. Portanto, faz parte de um mesmo processo, e não pode ficar oculto, com o risco de reproduzir um descolamento entre violência colonial e “desenvolvimento” urbano. Não à toa, por exemplo, “Projeto Renascença” foi o nome do plano que terminou com a remoção definitiva dos moradores da chamada Ilhota, na Porto Alegre dos anos 1970 (KISSONDE, 2021; SEVAIO, 2022): a comunidade negra e popular na qual nasceu e cresceu o compositor Lupicínio Rodrigues era constante alvo de estigmas e violências pelo pensamento urbanístico da capital gaúcha, em sua sanha de branqueamento alterocida. Neste processo, não apenas se chamava a atenção para a precariedade das moradias e ausência de saneamento na comunidade, mas, em especial, se efetuaram juízos acerca da moralidade da população, em uma estigmatização de suas festas e demais práticas culturais que escapavam às estéticas da branquitude europeia. Já na metade dos anos 1970, período posterior a muitas remoções e com um franco processo de gentrificação em curso, encontramos nas palavras de um cronista a repetição do estigma racista e a articulação entre a urbanização e o governo das festas:

Então o nosso Areal da Baronesa tinha uns becos tenebrosos e por lá se perdia a mais excelsa malandragem da nossa cidadezinha adormecida. Malandragem, cachaça e forrobodó de cuia... Havia um tal de Beco do Preto, que alguns cronistas dizem que não era do Preto, mas da Preta... E nesse pedaço do mundo, o mundo se perdia! E daí por diante, noite e dia, e dia e noite, o estado normal do Areal era a desordem e o deboche! [...] Agora o Areal está se integrando no dinamismo da cidade e já tem ares de zona de bem! Pois há muito deixou de ser famigerado para ser famoso (SANHUDO, 1975, pp. 205-206 apud SEVAIO, 2022, p. 101).

É bom recordar aqui que muitas das políticas de saneamento e urbanização da cidade de Porto Alegre tiveram como alvo as populações negras e pobres, tomando suas práticas sociais enquanto “incivilizadas” e, por isso, como “inadequadas” para os modos de convivência urbanos da capital. São explícitas as ações racistas necropolíticas (MBEMBE, 2017), alterocidas (MBEMBE, 2018) e epistemicidas (GROSFUGUEL, 2016), que buscaram extirpar das ruas da cidade as festividades que traziam consigo as marcas da ancestralidade africana. No jornal “O Século”, por exemplo, lêem-se agressões racistas como esta, que refere diretamente as festividades: “É a pior vizinhança que se pode imaginar. Nos sábados e domingos fazem os tais negrinhos batuques infernais [...] Se os vizinhos não enlouqueceram com a algazarra é porque tem consideração que o Hospício ainda não está acabado...” (O SÉCULO, 1882 apud PESAVENTO, 1994, p. 119). Ou ainda, em outro jornal porto-alegrense, também no final do século XIX, se lê com todas as letras que a higienização pretendida é mais do que sanitária, mas “moral”. Ou seja, busca-se a aniquilação de toda territorialidade que não dance conforme as lógicas hegemônicas da branquitude, da burguesia, do patriarcado, da cisheteronorma etc.:

Porto Alegre está precisando de um saneamento em regra. Não será este, porém, de ácido fênico ou outros tantos desinfetantes. Faz-se tão somente necessária a ação da polícia, sob um ponto de vista importante. É a bem da moralidade, da ordem e da tranquilidade públicas. Dia a dia vai aumentando por toda parte desta capital o número de bordéis, verdadeiros ‘germens’ do vício e do crime (GAZETA DA TARDE, 1897 apud MAUCH, 1994, p. 11).

[...] ‘porque em lugares que reúnem-se ébrios e vadios, a ordem não pode permanecer inalterável’ porque essas pessoas ‘não sabem ou não querem saber como lhes compete proceder no centro de uma cidade civilizada’ (GAZETINHA, 1896 apud MAUCH, 1994, p. 12)

Poderíamos retroceder ainda mais na história da colonização, e seguiríamos encontrando as faíscas do choque aniquilador de toda e qualquer lógica que escapasse à centralidade das axiomáticas capitalísticas do trabalho e acúmulo-circulação do capital. Pierre Clastres, em seu texto “Sociedade Contra o Estado” (2013), descreve a consternação dos europeus ao se encontrarem com uma civilização que não se centrava nas operações do trabalho e do acúmulo de capital. A dedicação às práticas de cultivo do coletivo cosmopolítico, em seus ritos e festividades, eram estigmatizadas pelos invasores europeus enquanto ausência de trabalho e serviam de “justificativa” para a necessidade de colonização-aniquilação genocida e epistemicida que estava em curso. Em tais civilizações do lazer e da abundância (CLASTRES, 2013, p. 209), as festividades ocupavam um lugar de maior relevância do que aquele da instituição acidentalmente conhecida enquanto “trabalho”. As formações sociais que não se enquadram no projeto civilizacional europeu cultivavam maneiras distintas de se relacionar com o ambiente e com o grupo, o que produz resistências na própria construção das cidades modernas. Por isso, sob justificativas higienistas, tais cidades são operadoras de um processo racista, genocida e epistemicida, de embranquecimento das territorialidades.

É Muniz Sodré, com sua obra “O Terreiro e a Cidade – a forma social negro brasileira” (2019), que nos oferta as ferramentas adequadas para operar uma crítica sobre o direito à cidade que ultrapasse os narcisismos próprios da branquitude encontrados em Lefebvre. Em seu livro, Sodré remonta a construção das cidades contemporâneas no Brasil a partir do processo de colonização, identificando nas práticas litúrgicas de matriz africana, atualizadas em solo brasileiro, formas de resistência à tentativa de homogeneização do padrão ocidental. Formas de territorialização vivenciadas, sobretudo, pelos povos indígenas e da diáspora africana, mas que reverberam sua duração em diferentes territorialidades das cidades do nosso país. Com sua organização social atacada pelo colonizador – por meio da violência física, do rompimento das relações (econômicas, políticas, culturais etc.) e da proibição dos ritos e dos símbolos que dão materialidade a cosmologia –, os grupos sociais negros e indígenas no Brasil resistiram a dominação colonial através da preservação de suas práticas simbólicas, que davam consistência a outra forma de relação com o mundo. Essa memória ancestral que contém e está contida na tradição, é transmitida pelo grupo e atualizada concretamente em um conjunto de gestos, de investimentos nos objetos, de relações com o espaço, com a natureza e com as forças invisíveis, durando em sua variação inclusive nas festividades que ocupam as ruas de diferentes cidades brasileiras (SILVA, 2020). Na dissertação da pesquisadora Mariana Gonçalves da Silva (2020), “Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas”, por exemplo, encontramos uma perspectiva que nos faz perceber nas festas de rua do Centro da cidade de Porto Alegre um processo de reterritorialização da africanidade deste território – dos quais tais festas tinham sido (e seguem sendo muitas vezes) segregadas – em uma fundamental prática de resistência que afirma sua força contra as necropolíticas da colonialidade urbana.

Mesmo com o advento do processo de desterritorialização/desafricanização existe um fluxo de presença e de permanência de corpos negros nos espaços urbanos centrais que sugere a continuidade de práticas culturais africanas, a partir da constituição de laços de afetividade e pertencimento ao território (...) Ou seja, toda a presença massiva de corpos negros no espaço urbano, sobretudo no espaço público, seja em ato de celebração, lazer, manifestação política e/ou artística denota a formação de territórios negros. Cabe salientar, que os processos de reterritorialização se constituem desde a chegada de negros e negras em solo americano, tendo em vista que a produção de territórios negros só é possível dada a continuidade de práticas culturais transportadas do continente africano (SILVA, 2020, p.47).

Tradição entendida como permanente atualização, pois movimento. Preservação e reinvenção de um modo de vida, de um território, processo de reterritorialização, que resiste às tentativas de apagamento por parte do poder colonial.

O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se ‘reterritorializar’ na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto dos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais (SODRÉ, 2019, p. 52).

Diante do esforço de homogeneização implicado na expansão do modo de vida ocidental – no Brasil muito expresso através dos planejamentos e transformações urbanas –, Sodré (2019) caracteriza como uma das possibilidades de resistência a afirmação da tradição. A *Arkhé*, princípio que opera como “eterno impulso inaugural da força de continuidade do grupo” (p. 155), assenta-se no saber simbólico, que “não se transmite por enunciados axiomáticos, mas pela narrativa” (p. 160). Assim, o saber do símbolo “é um saber que não se define pelo racionalismo semântico” (p. 160), mas por um fluxo de forças localizado em uma existência concreta no espaço e no tempo, sempre aberto à reinvenção.

Neste sentido, Muniz Sodré nos ajuda a operar uma desestabilização em relação à expectativa cartesiana e colonial, presente até mesmo em Lefebvre, de delegar à “Razão” a tarefa de conduzir a transformação da sociedade. De vetor unívoco, a cosmologia ocidental passa a ser apenas mais uma forma de relacionamento inventivo com o real. A tradição passa a ser não apenas um modo de relação que tenta conservar o passado, mas a abertura para “o estranho, o mistério, para todas as temporalidades e lugares possíveis, não obstruindo as transformações ou passagens” (SODRÉ, 2019, p. 156).

Assim, utilizando a referência à favela – esse símbolo exótico das cidades do chamado “Terceiro Mundo” –, é possível traçar algumas aproximações e distanciamentos nas perspectivas de Lefebvre e Sodré em relação aos territórios que escapam à lógica colonial. Se ambos concordam que eles se expressam como resíduo não capturado pelo processo de industrialização, o reconhecimento de suas dinâmicas próprias como forma de resistência e apropriação do espaço e do tempo terá destaque especial na análise de Muniz Sodré.

Mesmo sendo uma das teses centrais de “O Direito à Cidade” a defesa do uso do espaço urbano para a fruição da vida não subordinada à lógica da produção e do consumo de mercadorias, e mesmo a favela aparecendo como acolhedora e (insuficientemente) mediadora da relação entre campo e cidade, ela figura apenas como “sucédâneo à vida urbana, miserável e no entanto *intensa*, àqueles que ela abriga” (LEFEBVRE, 2001, p. 75, grifo nosso). É possível intuir que a *intensidade* sugerida por Lefebvre diga, exatamente, sobre esses modos de vida contra hegemônicos. No entanto, eles não são recuperados quando o autor desenha sua utopia urbana: a centralidade voltada ao encontro, ao lúdico, ao jogo e à festa. Ao contrário, aparecem imagens nostálgicas das cidades gregas da antiguidade¹⁰, ponto de partida do mito civilizacional do Ocidente.

Ao demonstrar que a relação ecológica dos grupos humanos com as forças da natureza, em especial das comunidades tradicionais – aqui já superada a dicotomia atual/tradicional –, produz um tipo de cosmologia, de modo de relação com a realidade, Sodré desvela a lógica de epistemicídio ocidental, que opera em conjunto com a produção da individualidade capitalística, assumindo dinâmicas próprias em cada localidade. Se ignorarmos o potencial de resistência das comunidades tradicionais – que persistem como parte importante da trama urbana nas cidades –, tomando a industrialização europeia como régua da urbanização, não reconhecemos que, mesmo nas cidades da Metrópole, esse processo não é homogêneo e guarda em si as fissuras próprias produzidas a partir dos embates entre os diferentes grupos sociais, que não podem ser resumidos em uma mirada de classe.

A contribuição de Muniz Sodré à análise de Lefebvre sobre o fenômeno urbano é a complexificação do que o autor francês identifica apenas como processo de industrialização, inscrevendo-o em uma dinâmica mais ampla, o colonialismo europeu. Apresenta linhas que se rebelam contra a homogeneização colonial, que servem de inspiração e apontam caminhos de resistência. Outras possibilidades de relação com o real que ocorrem nas cidades contemporâneas, em uma atualização da tradição, irradiadas dos espaços comunitários. Assim, Muniz Sodré e Mariana Gonçalves da Silva (2020) nos permitem ver diferentes tempos, emaranhados nas festividades de rua, enquanto constituição de jogos ancestrais que retomam às ruas em um processo de ocupação pela festa, que democratiza nossas cidades e questiona os modos hegemônicos de urbanidade: “Serão os movimentos de apropriação dos espaços públicos com cultura e arte que culminam em um processo de reterritorialização do centro da cidade, e assim são constituídos territórios negros interacionais” (SILVA, 2020, p. 68).

Historicamente, como observado até aqui, as lógicas de morar, cultivar, trabalhar e festejar que escapam à imposição colonial configuram-se como práticas contra hegemônicas. A ocupação sacra e festiva do centro de Porto Alegre já se dava, ao menos, desde o final do século XVIII:

Na pequena e nascente Vila colonial de Nossa Senhora da Madre de Deus, que no final do século XVIII já era cortada por vielas e ruas que convergiam para as areias da praia do lago Guaíba, homens e mulheres escravizados e livres criaram a Irmandade do Rosário, também denominada de São Domingos e São Benedito, ereta em 20 de dezembro de 1786 (VARGAS; MATTOS; ÁVILA; PARENTE;

¹⁰ Curiosamente, o conceito de *Arkhé* é apresentado por Muniz Sodré (2019) a partir de fragmentos de textos de filósofos gregos – como Platão e Heráclito de Éfeso –, segundo ele, não visando atribuir “certificado clássico”, mas jogar com aproximações entre diferenças, “destacando pontos de semelhança entre espaços e tempos que a História, entronizada pela modernidade ocidental, vê como absolutamente distintos” (p. 158).

SOARES, 2021).

Festa e religião podem ser muito próximas. Mas, como Muniz Sodré demonstra (2019), festa e religião também são assuntos políticos. Inspirados pelos cortejos da Irmandade do Rosário, que aconteciam no centro de Porto Alegre desde a metade do século XIX, tomamos esta manifestação popular como cena festiva a animar as contra-narrativas da cidade. Um rolê de rua que desafiava as autoridades coloniais. As Irmandades do Rosário foram congregações religiosas que surgiram no Brasil desde o século XVI. Apesar de ligadas à Igreja Católica e à Coroa Portuguesa, em Porto Alegre permitiram aos associados algum nível de independência em relação a seus assuntos internos, tendo protagonismo de pessoas negras, escravizadas e forras, desde sua fundação na cidade.

Durante muito tempo, uma boa parte dos estudiosos viram tais Irmandades apenas como mais uma das etapas de cristianização dos negros, sendo instrumento de submissão e controle dos escravizados, ideia refutada por estudos mais recentes que procuraram demonstrar como as confrarias se tornaram espaços de construção de alternativa política e social, onde os negros negociavam um lugar na sociedade, exercendo, assim, um papel importantíssimo na construção das identidades dos grupos que representavam (VARGAS; MATTOS; ÁVILA; PARENTE; SOARES, 2022).

As aproximações entre práticas religiosas de matriz africana e católicas – a religião oficial da Metrópole e da Colônia – foram estratégias dos grupos negros em seu esforço de atualização da tradição, sempre viva, em uma lógica de enfrentamento que escapa das dinâmicas bélicas, trazendo para junto destas também a festa como prática de resistência:

A sedução (palavra aqui usada em sua acepção mítico-teológica e não libertina) das diferenças adequava-se a uma estratégia de reterritorialização, evidenciada no fato de que os negros jamais limitaram a sua “atração” cultural ao espaço físico dos terreiros. Estes, enquanto comunidades responsáveis pela preservação de um patrimônio mítico-cultural, sempre foram pólos de identificação ou plataformas de penetração em espaços intersticiais, propiciando um desdobramento de suas matrizes simbólicas através de afoxés (grupos carnavalescos), congadas, maracatus, folias, grupos de samba. Dessa base territorial, teatro de uma memória coletiva ancestral, irradiaram-se para corpos negros ou não as incrições simbólicas que constituíram aquilo depois designado como ‘jeito negro-brasileiro de ser’ (SODRÉ, 2019, pp. 60-61).

Assim, em Porto Alegre, as festas da Irmandade do Rosário que percorriam as ruas desde 1858, ano da primeira procissão, eram ritmadas pelas batucadas ensaiadas no Candombe da Mãe Rita¹¹, na várzea da Redenção – imediações da Cidade Baixa. Em sua criação, a Irmandade não possuía igreja própria, tendo no altar lateral da Igreja Matriz os serviços religiosos do Rosário. No entanto, no início do século XIX, foram expulsos do templo oficial, e “em virtude de verem suas danças e cânticos serem proibidas, os negros buscaram edificar uma igreja onde pudessem professar

¹¹ Candombe é um tipo de batuque com forte presença no Uruguai, originado ainda no século XVIII, a partir do encontro de ritmos africanos trazidos ao Rio da Prata por escravizados. No Candombe da Mãe Rita “se reuniam nos domingos à tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás, urucungos e marimbas cantavam e dançavam” (VARGAS; MATTOS; ÁVILA; PARENTE; SOARES, 2022).

e exercer sua fé sem restrições”, tendo iniciado a construção da Igreja do Rosário em 1828 (VARGAS; MATTOS; ÁVILA; PARENTE; SOARES, 2022). Mais uma tentativa de governo das práticas dos grupos sociais subalternizados para além do tempo do trabalho. Organização do espaço e governo dos corpos: políticas de morar, trabalhar e festejar. Verifica-se o esforço de controle das atividades religiosas e lúdicas – outras dimensões do habitar – exercício que constitui território, sendo o corpo o primeiro território habitado (SODRÉ, 2019; SILVA, 2020).

Na primeira metade do século XX tenta-se expulsar as moradias populares do Centro, criando os arrabaldes proletários, com destaque para Areal da Baronesa e a Colônia Africana – nas direções sul e leste, respectivamente –, mas também, em direção ao norte, o Caminho Novo e o Arrabalde da Floresta – no Quarto Distrito, a região industrial de Porto Alegre. Estes últimos são lugares com grande concentração de imigrantes europeus brancos – principalmente italianos, alemães e poloneses –, a principal mão de obra que se pretendia empregar na nascente indústria brasileira – em uma gestão racista do trabalho. O que nunca impediu o convívio, seja no campo, no comércio, no porto ou nas fábricas, seja nos territórios, com suas linhas sempre cambiantes e permeáveis.

Estes arrabaldes também tinham seus espaços de política e festividades, reunindo grupos operários, socialistas e anarquistas, em diversos clubes e associações. Na antiga Rua Aurora, hoje Barros Cassal, foi fundado por trabalhadores negros, no final do século XIX, o Clube Floresta Aurora, que “teve atuação destacada no movimento operário na década de 1890, além de realizar atividades culturais, beneficentes e festivas” (GALLI, 2018). Mais adiante, na antiga Av. Eduardo, hoje Presidente Roosevelt, havia a Sociedade Gondoleiros¹²:

Fundada em 1915 com influência dos imigrantes italianos (o nome de Gondoleiros lembra as gôndolas de Veneza), se tornou ponto de referência de festas e carnavais do bairro São Geraldo. Até mais ou menos os anos 1930, a sociedade servia como lugar de encontro principalmente de festas da comunidade operária (GALLI, 2018).

Curiosamente, são arrabaldes – Areal da Baronesa, Colônia Africana, Caminho Novo e Arrabalde da Floresta – que hoje comportam os bairros Cidade Baixa, Bom Fim, Rio Branco, Floresta e São Geraldo – estes dois últimos fazendo parte do Quarto Distrito, grande aposta do mercado imobiliário em Porto Alegre. São regiões que seguem sendo alvo de investimento por parte do poder público nas tentativas de governo da festa. Algo que elas têm em comum: sua proximidade com o Centro. Recentes movimentos envolvendo denúncias de associações de moradores, fiscalizações em estabelecimentos comerciais e batidas policiais em aglomerações barulhentas demonstram que, apesar de se transformarem, as estratégias de controle do espaço e governo dos corpos seguem atuais.

Seja no Centro, ou em suas nascentes periferias, as festas eram práticas frequentes dos trabalhadores e da gente pobre de Porto Alegre, desde sua fundação. Também desde essa época, a bagunça é motivo de dissenso e objeto de controle dos governos. As proibições dos festejos ocorrem de maneira diferente nos diversos períodos e localidades, sempre baseadas em um planejamento *ideal*, mas encontrando um território *real*. Dessa forma, nenhuma tentativa de governo alcança seu objetivo maior: ser *total*. Esbarram todas em uma realidade que se impõe, sempre *parcial*.

¹² Tanto Floresta Aurora quanto Gondoleiros ainda estão ativos, estando o primeiro instalado no bairro Belém Velho, na Zona Sul, e o segundo permanecendo no Quarto Distrito.

Com a nascente República, e o delírio modernizador, os planos urbanísticos são decorados com floreios cientificistas, sendo o saneamento moral-urbano – um projeto sempre fracassado – o argumento para práticas de filiação colonial: a imposição de hierarquias e distinções sociais, e a exclusividade de uso de determinadas partes da cidade. Já no final do Império, tenta-se controlar os entrudos, forma de carnaval popular e caótica, onde se praticavam as inversões de papéis – as brincadeiras, volta e meia, ganhando tons de afronta. A população negra escravizada tinha ampla participação nos entrudos. Os carnavais, na virada do Império para a República, ganham os salões da alta sociedade, são organizados desfiles em forma de marcha, ficando a festa de rua concentrada nos arrabaldes, com seus batuques e algazarras¹³.

Em oposição às festas da elite, os negros encontraram nas ruas o espaço para seu divertimento, destacando-se nas periferias da cidade daquele tempo, como a Cidade Baixa – especificamente o Areal da Baronesa e a Colônia Africana, entre outros pontos também considerados como lugares de negros (PEREIRA; SOARES; MATTOS; VARGAS, 2021).

Na rua ou nos clubes, os arrabaldes eram local de festa. Da mesma forma, o Centro, apesar das tentativas, nunca se viu livre da baderna. Se nos salões da elite almejava-se a sobriedade da modernidade, nas ruas pipocavam aglomerações. No entanto, as transformações ao longo do século XX na ecologia brasileira, seja do campo ou da cidade, e suas implicações na configuração social e urbana, exigirão novas estratégias de governo. O crescimento exponencial das cidades no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1940, tem como efeito, em Porto Alegre e outras cidades de médio e grande porte, sua explosão em uma infinidade de bairros, e a exploração intensiva do solo em diferentes tipos de construção. A implosão-explosão de Lefebvre (2001) chega às cidades brasileiras.

De lá pra cá, a trama da cidade complexificou-se e as populações distribuíram-se em diferentes territorialidades, circulando no espaço urbano para morar, trabalhar e festejar. Da mesma forma, as estratégias de governo colonial da festa também se transformaram, ganhando tons contemporâneos, acrescentando às antigas práticas de expulsão e remoção as sutis dinâmicas de gentrificação apoiadas na centralidade do consumo e nos códigos de conduta higienistas (e racistas).

Por uma festiva poética da relação na ocupação das ruas

Por volta de 2013, muitos eventos passaram a acontecer nas ruas de Porto Alegre. Um choque de gestão voltado à tentativa de controle da bagunça no tradicional bairro boêmio, a Cidade Baixa, fechou bares e reduziu os horários de funcionamento, retirando mesas e cadeiras da rua, tentando manter as pessoas somente nos ambientes internos dos estabelecimentos comerciais. Foi o suficiente para que a boemia do centro invadisse as ruas com ainda mais intensidade.

Nesta época, surgiram muitas festas que ocuparam as ruas. Ao mesmo tempo, outros empreendimentos, cansados dos quadrados fechados dos shoppings centers, optaram pela rua como maneira de fazer circular seus capitais. O consumo aparece como mediador da relação da festa e da rua, convidando o poder público a uma atitude

¹³ O que não significa que houvesse ausência de organização. Aqui nos referimos a algazarra como uma prática festiva que escape, minimamente, aos anseios de controle de seu organizador: uma arruaça. Bem sabemos que, para realizar uma boa arruaça, é preciso muita organização.

regulamentadora. As festas, que antes eram clandestinas, passam a ser autorizadas, mas com horário certo para começar e terminar, responsabilidades específicas em relação à gestão dos resíduos, da segurança, e, sobretudo, dos comerciantes. Paralelamente, expressões “periféricas” que foram por muito tempo marginalizadas, passam a ser apropriadas pelo capitalismo contemporâneo, em uma miríade de experiências e estéticas à venda.

Assim, um paradoxo importante a ser encarado, quando pensamos sobre as festas, são as dinâmicas de captura-apropriação contemporâneas. Se, por algum tempo, as expressões periféricas eram apenas marginalizadas pelos circuitos hegemônicos da cultura capitalista, com a perseguição do samba – e posteriormente do funk –, atualmente tais expressões são inseridas com facilidade em mercados cada vez mais milionários. O espetáculo, fenômeno observado por Debord (2003), um contemporâneo de Lefebvre, tem capacidade de capilarização em praticamente qualquer atividade da vida cotidiana, transformando as mais diferentes expressões culturais em mercadoria.

Considerando que Lefebvre (2001) aponta para uma restauração do valor de uso como efetivação do “direito à cidade”, e considerando que este trabalho tem foco na festa como ferramenta de ação política, o reconhecimento de que a experiência festiva pode também estar capturada pelo “mercado de experiências” é uma chave analítica importante na direção de não substancializar ou romantizar a festa, que precisa ser sempre contextualizada e considerada em suas diferentes nuances, localizada na posicionalidade de cada um de seus participantes, algo que não é estático, podendo uma mesma festa comportar diferentes relações, assim como diferentes pessoas podem estar de maneiras distintas em diferentes festas.

Portanto, apostamos na potência de contágio que as festas de rua podem operar no contexto das cidades contemporâneas. Se as festas foram mobilizadas pelos povos colonizados como prática de resistência à violência ocidental – tomando o Ocidente nos termos postos por Glissant (2021), não apenas como uma região, mas como um modo de pensamento e de percepção do mundo –, o processo histórico da colonização ainda não teve fim. Hoje, as festas de rua seguem sendo vetores de contestação às lógicas da cidade-mercado. Ao mesmo tempo, as práticas festivas, na configuração paradoxal do capitalismo contemporâneo, são alvo de captura, podendo fazer parte dos processos de gentrificação.

Como poética da relação, Glissant (2021) propõe um modo de nos relacionarmos onde o movimento de contágio é incessante e produz uma totalidade que é sempre inacabada, porém formada por toda singularidade existente, “estética revelável de um Caos, que não é redutível a nenhuma simplicidade normativa e cujo mais ínfimo detalhe é tão complexo quanto o conjunto” (p. 57). As festividades, sobretudo aquelas que ocupam o espaço da rua, lugar do intempestivo, emergem como possibilidade de produção de um comum, uma comunidade onde, “muitas vezes, o indivíduo não participa diretamente de um grupo criativo, mas ainda assim é atravessado por suas irradiações de sentido, sua força, podendo ser também conduzido à mesma impulsão de jogo” (SODRÉ, p. 148).

Assim, a ocupação das ruas em suas dinâmicas festivas pode configurar-se como prática contra-colonial, considerando que a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) também se atualiza em nossas cidades através da mercantilização dos espaços públicos. Festas de rua, assim, não se restringem apenas às festividades em si. Trata-se, afinal, de um modo de vivenciar a rua, festejar a rua – afirmá-la como território de encontros e trocas não mediadas pela razão mercantilista, mas pautadas no contágio e na celebração da vida.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Revista Vazantes*, v. 1, n. 1, p. 07-34, 2017.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDO, Gabriel Vargas. *Trabalho de pista: a micropolítica das cidades nas festas de rua*. 2021. 137f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Porto Alegre: UFRGS, 2021.
- CARDOSO FILHO, Carlos Antônio. A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 2, p. 242–251, maio 2016.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. In: *A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 201-231.
- COSTA, Luis Artur.; CIDADE, Daniela Mendes; PAULON, Simone Mainiei.; ROMANINI, Moisés; DA SILVA JÚNIOR, Diogo Vaz.; RUSCHEL, Guido Norberto Buch. A intimidade das ruas: fotografia e fronteiras do trauma urbano. PORTO ARTE: *Revista de Artes Visuais*, [S. l.], v. 26, n. 45, 2021. DOI: 10.22456/2179-8001.108824. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/view/108824>. Acesso em: 23 out. 2023.
- COSTA, Luis Artur. Imersos no marulho de mundo: experimentando horizontes coletivos como ecossistemas narrativos. Em: SILVA, Rodrigo Lages e; MIRANDA, Aline Britto (orgs.). *Horizontes coletivos: experiência urbana e construção do comum*. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- COSTA, Luis Artur. Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*, Pelotas, ed 15, dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/21006>. Acesso em 29 de Maio de 2023.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Projeto Periferia, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Acerca do Ritornelo”. In: *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Rizoma. In: *Mil Platôs vol. 1*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- EHRENREICH, Barbara. *Dançando nas ruas: uma história do êxtase coletivo na cultura popular*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GALLI, Laura. Caminhos Operários: memória e resistência em Porto Alegre. *Nonada*, 14 nov 2018. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2018/11/caminhos-operarios-memoria-e-resistencia-em-porto-alegre/>. Acesso em: 23 out 2023.

- GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Em: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan. 2016.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- KISSONDE, Duan. Como se mata uma ilha? *Atelier Livre Xico Stockinger*, 1º out 2021. Disponível em: <https://atelierlivre.wordpress.com/2021/10/01/almanaque-de-observacao-organica-para-tempos-fatais-como-se-mata-uma-ilha/>. Acesso em: 23 out 2023.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAUCH, Claudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento-Diálogos em Educação*, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019.
- PEREIRA, Carlos Raimundo; SOARES, Orson; MATTOS, Jane; VARGAS, Pedro. A história do Carnaval de Porto Alegre. *Matinal Jornalismo*, 1 jul 2021. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/desapagapoa/a-historia-do-carnaval-de-porto-alegre/>. Acesso em: 23 out 2023.
- PEREZ, Léa Freitas. Festa para além da festa. *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 21-42, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.
- REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HUNING, Simone Maria; AZAMBUJA, Marcos Adegas de. A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 31, n. 4, p. 583–593, out. 2014.
- SEVAIO, Joanna Munhoz. *Cidade Baixa em Festa: Análise Histórica de um Bairro Boêmio*. In: Em Tempo de Histórias, Brasília, n. 40, p. 92-108, 2022.
- SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) História da vida privada no Brasil vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Mariana Gonçalves da. *Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas*. 2020. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- SODRÉ, Muniz. *Terreiro e a cidade: a Forma Social Negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- STENGERS, Isabelle. *Reinventar a cidade? A escolha da complexidade*. Tradução de Cecília Campello do Amaral Mello e Vladimir Moreira Lima Ribeiro. Redobra, n. 16, ano 7, p. 17-27, 2022.
- VARGAS, Pedro; MATTOS, Jane; ÁVILA, Manoel José; PARENTE, Regina; SOARES, Orson. A lenda do escravizado Josino, a irmandade do Rosário e a demografia negra de Porto Alegre no ano 1800. *Matinal Jornalismo*, 6 maio 2021. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/desapagapoa/a-lenda-do-escravizado-josino-a-irmandade-do-rosario-e-a-demografia-negra-de-porto-alegre-no-ano-1800/>. Acesso em: 23 out 2023.
- WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WHITEHEAD, Alfred North. *Proceso y realidad*. Buenos Aires: editorial losada, 1956
- ZANATTA, Cláudia. *Entrevista com Alexandre Moreira*. Perdidos no Espaço — Fórum Social Mundial 2003: Intervenções no Campus Central da UFRGS, 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/escultura/fsm/jornal/cz_alexmor.htm. Acesso em: 23 out 2023.

ALDEIA URBANA ÁGUA BONITA EM CAMPO GRANDE/MS

Modos de habitar e existir de indígenas no meio urbano

*URBAN VILLAGE OF ÁGUA BONITA IN CAMPO GRANDE/MS
Indigenous people's ways of dwelling
and existing in the urban environment*

**Flávia Cristina Albuquerque Palhares Machado¹,
Isadora Dalpério Cuissi² e Josemar de Campos Maciel³**

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar e analisar a forma de habitar de comunidades indígenas urbanas, conhecidas como Aldeias Urbanas e compreender como habitam o espaço diante das transformações urbanas de Campo Grande MS, com foco na Aldeia Urbana Água Bonita. A pesquisa tem abordagem qualitativa e a metodologia abrange pesquisa bibliográfica e coleta de informações por meio de visitas e diálogo colaborativo com os membros da comunidade. Os resultados evidenciam que a apropriação do espaço urbano pelos indígenas é mediada pelos valores culturais, espirituais e históricos originais destes povos e modo de habitar indígena transcende a ocupação física do espaço e inclui a vida social e comunitária e também a organização política para a reivindicação dos seus direitos.

Palavras-chave: habitar; identidade; desenvolvimento local; comunidades indígenas urbanas.

Abstract

This work aims to investigate and analyze the dwelling habits of urban indigenous communities, known as Urban Villages, and to understand how they inhabit space in the face of urban transformations in Campo Grande MS, particularly in the Água Bonita Urban Village. The research has a qualitative approach and the methodology includes bibliographical research and information gathering through visits and collaborative dialog with community members. The results show that the appropriation of urban space by indigenous people is mediated by their original cultural, spiritual and historical values.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS), bolsista CAPES. Graduada em Arquitetura e Urbanismo Anhangüera/Uniderp (1999), pesquisadora dos grupos de pesquisa "Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade" e "Estudos Críticos do Desenvolvimento" do PPGDL da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS). Email: flaviapalharesmachado@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2601-0771>.

² Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Pesquisadora PIBIC, ciclo 21-22 e 22-23. Bolsista CNPq. Email: isadoradalperio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4418-7001>.

³ Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Estágio pós-doutoral concluído (Estudos Culturais, EACH-USP). Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Minas). Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); e em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Roma. Graduado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso (FUCMT); e em Teologia pela PUG. Email: maciel50334@yahoo.com.br ORCID:<http://orcid.org/0000-0001-8277-9422>.

The indigenous way of living transcends the physical occupation of space and includes social and community life as well as political organization to demand their rights.

Keywords: dwelling; identity; local development; urban indigenous communities.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a forma de habitar de comunidades indígenas urbanas e as articulações entre as culturas indígenas tradicionais e urbana que se materializam no espaço de habitação. Para tanto, focalizaremos a Aldeia Urbana Água Bonita, localizada em Campo Grande (MS).

De forma sintética, o termo "aldeia urbana" se refere a um tipo de iniciativa de habitação social se caracteriza por projetos habitacionais voltados aos indígenas que viviam espalhados pela cidade, de maneira precária na cidade e recebiam pequenas unidades habitacionais em terrenos igualmente exíguos próximos a áreas já urbanizadas e geralmente periféricas, com espaços coletivos que se resumiam a ruas e calçadas. Em termos territoriais, as aldeias urbanas se caracterizam como locais inserido no tecido urbana de Campo Grande habitados quase que exclusivamente por indígenas ligados por redes de parentesco, compadrio, afinidade ou solidariedade, constituindo um espaço social mais propício para a organização da reivindicação dos direitos e para o enfrentamento dos preconceitos das vizinhanças não-indígena. Nestes locais se constituem relações socioterritoriais entre os seus habitantes antes considerados desaldeados e agora identificados como "indígenas em contextos urbanos" (COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2013; VIETTA, 2015; BATISTOTI e LATOSINSKI, 2019).

No âmbito deste trabalho compreendemos que habitar não se resume apenas em fixar-se em um espaço físico ou lugar, incluindo também as vivências e experiências construídas a partir das atividades sociais, religiosas, do trabalho e etc. Por isso, habitar inclui uma dimensão coletiva que diz respeito as relações e vínculos sociais que extrapolam a vida privada e individual dos sujeitos, quem habita exterioriza suas particularidades na comunidade em que vive. Assim, habita-se não só casas, mas também cidades, principal local de reprodução da vida dos sujeitos contemporâneos. É sobre esta forma de habitar e de viver em meio ao ambiente urbano que esta pesquisa se propõe a investigar, visando subsidiar novos projetos ou pesquisas (SEGAUD, 2016; PALLASMAA, 2017; BOLLNOW, 2019).

Para o desenvolvimento da pesquisa foi inicialmente realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de caracterizar o sujeito e o objeto da pesquisa e seus contextos territoriais, sociais e históricos. Posteriormente foram realizadas visitas a aldeias urbanas de Campo Grande (MS), para observarmos aspectos da realidade material e social produzida nestas comunidades, em especial a Aldeia Água Bonita, e entrevistas com lideranças e habitantes da comunidade para que eles próprios possam explicitar suas experiências de habitar. Após a sistematização e análise das informações coletadas, concluímos, que experiência de habitar dos indígenas da Aldeia Água Bonita se traduz por uma espécie de ética social que se consubstancia na vida comunitária e coletiva.

Designação do sujeito e do objetivo da pesquisa

Para procedermos ao desenvolvimento da pesquisa se impôs a necessidade de definirmos a nossa posição como pesquisadores frente ao nosso sujeito de pesquisa: somos pesquisadores não-indígenas, mas esta pesquisa não tinha por objetivo identificar ou reconhecer diferenças entre perspectivas ou visões a partir de categorias

binárias herméticas indígenas / não-indígenas. Ao invés disso, buscamos na pesquisa observar, descrever e compreender a singularidade da experiência de habitar a cidade do nosso sujeito que é, sobretudo, um sujeito de natureza coletiva, em que o individual cede lugar ao relacional e ao transindividual ou ainda, ao supraindividual, como observa Castro (2006).

Desta forma, cabe identificar o sujeito desta pesquisa. O indígena a que nos referimos é alguém que se reconhece e é reconhecido como membro de uma comunidade indígena, rural ou urbana, isolada ou não. Uma comunidade indígena, por sua vez, se funda⁴ a partir de relações socioterritoriais estabelecidas por meio de vínculos de parentesco, vizinhança ou afinidade entre seus membros, que também “mantém laços histórico-culturais e sociopolíticos com as organizações sociais indígenas pré-colombianas” (CASTRO, 2006, p. 41) e cujas práticas atuais derivam dessas organizações ainda que tenham sido transformadas pelas contingências impostas pelos processos de descimento, esbulho territorial, migrações forçadas, aldeamentos, e tantas outras medidas de assimilação e violências as quais tenham enfrentado ao longo dos últimos cinco séculos em decorrência dos poderes coloniais e nacionais.

A comunidade indígena se constitui também a partir de formas singulares de organização que também são políticas e reconhecidas de forma “socialmente diferenciada dentro da comunhão nacional, com autonomia para estatuir e deliberar sobre sua composição (modos de recrutamento e critérios de inclusão de seus membros) e negócios internos (governança comunitária, formas de ocupação do território, regime de intercâmbio com a sociedade envolvente), bem como de definir suas modalidades próprias de reprodução simbólica e material” (CASTRO, 2006, p. 41).

Podemos avançar, desta forma, para a caracterização do sujeito desta pesquisa. Do amplo espectro de comunidades indígenas, destacamos aqui aquelas que se encontram vivendo em contextos urbanos e com as quais desenvolveremos este trabalho. Urbano aqui se define como uma forma mental, material e social instaurada a partir da Modernidade e que carrega consigo

[...] o sentido da produção industrial, assim como a apropriação contém o sentido da dominação técnica sobre a natureza, [...]. É um campo de relações que compreendem notadamente a relação do tempo (ou dos tempos: ritmos cíclicos e durações lineares) com o espaço (ou espaços: isotopias -heterotopias) (LEFEBVRE, 2008, p. 87).

O urbano e a sua lógica imanente condicionam a experiência dos sujeitos, suas práticas cotidianas e as suas relações com o mundo, com as outras pessoas. Habitar materializa, articula e organiza no cotidiano essas várias dimensões e relações. A liminaridade da experiência de habitar dos indígenas em contextos urbanos se distingue por articular essas dimensões e relações entre sentidos, significados e práticas revelando e distinguindo tanto os aspectos singulares quanto os universais da experiência de habitar. Por outro lado, para os pesquisadores observar outros modos de habitar e

4 Segaud (2016) propõe marcadores ou “chaves” para a leitura e interpretação das relações dos homens com os espaços e identifica alguns conceitos que denotam operacionalidades “universais” para a análise dos aspectos e características que consubstanciam a singularidade dessas relações. Segundo a autora, “fundar” é um ato ritualístico, uma operação que inscreve no tempo as relações das pessoas com os locais e tece vínculos simbólicos e formas de sociabilidade, atribuindo qualidades a um espaço reconhecidas por aqueles que compartilham os mesmos liames: “fundar é fixar no solo um conjunto de crenças, de visões do mundo” (SEGAUD, 2016, p. 141). Em consonância, Bollnow (2019) afirma que a fundação marca e inscreve no tempo e no espaço o recorte de um território de um todo caótico, ou seja, fundar é um ato de conversão do caos em cosmo, um trabalho de criação de um mundo.

estar no mundo é, também, uma atividade reflexiva e crítica sobre a nossa própria experiência de habitar, construída a partir da observação e dos relatos dos sujeitos de pesquisa e também do olhar reflexivo e da experiência destes em relação aos modos de habitar compartilhados pelos não-indígenas.

Destacamos ainda que as culturas indígenas, como tantas outras, não constituem uma totalidade acabada e definitiva, ao contrário: são dinâmicas e se transformam ao longo do tempo, mesmo sem contato ou influências de outros povos; “a indianidade é tautegórica; ela cria sua própria referência. Índios são aqueles que “representam a si mesmos” (CASTRO, 2006, p. 47), ou, seja, são a representação das suas singularidades. Portanto, mesmo convivendo e se relacionando com não-indígenas ou se integrando a contextos não-indígenas, os indígenas não perdem a sua identidade, mantendo-se como grupos étnicos diferenciados com culturas e tradições próprias produzidas a partir de contextos históricos e territoriais complexos e que não deixam de constituir expressões de concepções e modos vida humanos, como qualquer outro grupo social. (CASTRO, 2006; ISA, 2018).

As dimensões do habitar

A noção de habitar se construiu apenas a partir do século XIX e foi amplamente explorada no século XX, principalmente a partir das contribuições dos filósofos Merleau-Ponty, Heidegger e Bachelard, sendo então introduzida na sociologia, na antropologia e posteriormente nos campos que dedicam ao estudo do espaço e diferentes escalas e abordagens como a geografia e a arquitetura (SEGAUD, 2016; BOLLNOW, 2019).

O habitar demarca no espaço o território do que experienciamos como próximo ou familiar estabelecendo escalas de proximidade e distanciamento. Denota uma intencionalidade e esforço para a permanência que começa pela atribuição de características a um espaço que permitam a sua delimitação e distinção do restante do mundo. É, portanto, um processo de qualificação do espaço do qual derivam um conjunto de práticas que levam a identificação e identidade com esse recorte e que organizam e estruturam a vida e o cotidiano das pessoas que compartilham os mesmos sentidos, significados e experiências produzidos a partir desse espaço: um processo de apropriação, de tornar próprio um espaço, seja de forma individual ou coletiva (SEGAUD, 2016; BOLLNOW, 2019).

A condição de habitabilidade, por sua vez, demanda a criação ou percepção de um espaço vital protetor e seguro compartilhado por um conjunto dos habitantes, estabelecendo um ponto de atração para as pessoas. A prática do habitar compreende não só as relações com o espaço, mas também com o próprio corpo, que é indivisível do habitante e consubstancia a condição de ferramenta, com a qual o espaço pode ser percebido e vivenciado, e também de ente espacial, a “sede” do sujeito, por meio do qual este é admitido no espaço (PALLASMAA, 2017; BOLLNOW, 2019). Habitar, portanto, implica na corporeidade, na experiência derivada da presença física do corpo no espaço: “habitar ‘em’ alguma coisa significa estar nela encarnado” (BOLLNOW, 2019, p. 308), ou seja, só é possível habitar quando é possível viver, estar, ocupar ou permanecer em um determinado lugar. Dessa condição derivam as relações e os sentidos de proximidade, de familiaridade, de intimidade dos espaços e lugares que habitamos.

Segaud (2016) nota que a apropriação também é uma condição para o habitar e demanda do habitante dois aspectos: a competência, ou seja, a capacidade de enunciar o espaço, de articular representações do espaço fundamentadas pelos esquemas, convenções e códigos culturais dos quais dispõe e que denota uma

capacidade simbólica do habitat; e o desempenho, que implica na capacidade de agir sobre o espaço, de construir práticas sócioespaciais que mobilizam recursos, informações, conhecimentos e memórias produzidos no / a partir / com o espaço e que inscrevem atividades e práticas de cuidado, organização, ordenamento e manutenção compreendidas e compartilhadas pelo conjunto de habitantes e vividas cotidianamente (SEGAUD, 2016).

Assim, habitar transcende a ideia de fixação e permanência em um lugar incluindo a ação sobre ele, o desenvolvimento de práticas sócioespaciais que estruturam configuram a experiência dos sujeitos e conformam uma espécie de sensibilidade comum, um modo de pensar, sentir e agir comuns, ou, conforme Ranciére (2009), uma *partilha do sensível* que estabelece simultaneamente um comum partilhado e as partes exclusivas que se entrelaçam para determinar a partilha de espaços, tempos e atividades comuns e o regime de visibilidade e de participação deste comum ao qual cada sujeito será submetido que moldam as noções de “nós”, “eles” e “eu”. Ou seja, o habitar não é uma prática individual, mas também coletiva, quem habita externaliza no espaço suas particularidades e afinidades para / com a comunidade em que habita estabelecendo, assim, vínculos de pertencimento.

Consequentemente, habitar abrange múltiplas escalas e abrangências territoriais que se imbricam e relacionam: o espaço do próprio corpo; o espaço imediato, da casa ou abrigo; e o espaço ampliado ao redor, incluindo as cidades (BOLLNOW, 2019). A cidade constitui funções e condições para o habitar análogas à da casa. Desde a sua origem as cidades entrelaçam funções de organização política e administrativa não só do espaço, mas também da vida social dos seus habitantes mas a função que caracteriza o próprio “fato urbano” é a função da habitação (ROSSI, 1995) onde se fundem diversas dimensões da vida humana, concentrando estruturas e locais para o exercício de poder e ação que incluem o trabalho e a produção, a mobilidade e acessibilidade, articulando e forjando a memória individual e coletiva, as representações, códigos, e símbolos, os comportamentos, os modos de produção e reprodução e de viver, as formas e artefatos materiais necessários dos quais se manifesta a cultura e a identidade dos seus habitantes (SEGAUD, 2016; PALLASMAA, 2017; BOLLNOW, 2019).

Habitar, portanto, é uma ideia-chave definidora das relações dos sujeitos com o mundo (e com as coisas nele existentes) que se manifesta de várias formas e comporta diversas dimensões, tanto materiais quanto simbólicas, das ações e ideias humanas no espaço, no tempo e no imaginário. Embora habitar implique na circunscrição de um espaço culturalmente definido, não se restringe ao espaço da habitação, da casa ou abrigo, constituindo um traço fundamental do ser no mundo, um fenômeno universal, mas subordinado a inúmeras condições singulares que constituem modos de habitar diversos e cambiantes.

Panorama da presença e representação indígena no Brasil

Os povos indígenas têm uma longa história de ocupação do continente americano, anterior a chegada dos conquistadores europeus e do processo migração e ocupação do território por parte dos colonizadores vindos do “Velho Mundo” que trouxeram consigo e lhes impuseram os seus modos específicos de habitar e de se relacionar com o território. Como a origem destes povos seja objeto de estudo de muitos pesquisadores incerta e permaneça incerta, são hoje denominados originários, nativos ou autóctones, embora acredita-se que estes chegaram ao continente americano há mais de 15 mil anos, provavelmente vindos da Ásia e se espalharam pelo território em diferentes grupos. Os povos ameríndios foram então se diversificando em função das relações entre os grupos e o ambiente e entre seus membros, estabelecendo distintas formas

de organização, culturas, línguas e formas de viver e habitar o território (OLIVEIRA e FREIRE, 2006; ISA, 2018).

No entanto, desde a chegada do colonizador europeu ao território que hoje denominamos Brasil, os indígenas vêm sendo despojados dos territórios que originalmente habitavam, de seus espaços de reprodução social e cultural, de sua territorialidade e dos seus e modos tradicionais de viver e habitar. Ao longo de cinco séculos o Brasil viveu um processo de extermínio e despovoamento de seus habitantes originais em decorrência de doenças, conflitos e disputas por terras; da escravização e exploração do seu trabalho pelos colonizadores; da extração e destruição dos recursos naturais dos seus territórios, essenciais para a reprodução dos seus modos de vida e das violências do “processo civilizador” que lhes foi imposto pelo colonizador. (OLIVEIRA e FREIRE, 2006; DEL POPOLO e REBOIRAS, 2015).

A doutrina de *terra nullius* (do latim “terra de ninguém”) adotada pelos colonizadores e, posteriormente, pelos Estados nacionais que se formaram no continente desconsiderava a presença e ocupação das terras “descobertas” pelos povos originários para justificar o esbulho dos seus territórios. A aplicação do princípio geral do *res nullius* (do latim “coisa de ninguém”) aos territórios indígenas viabilizou a ocupação e apropriação destas terras pelos invasores, cuja posse se consolidava por meio do estabelecimento de formas privadas de propriedade. Este processo teve como consequência a expulsão dos povos ancestrais de seus territórios, suscitando sucessivos e constantes ciclos de deslocamentos e migrações (DEL POPOLO e REBOIRAS, 2015)

O empreendimento colonial se valeu de uma representação dos indígenas como povos primitivos, selvagens e “degenerados” que justificava uma missão humanitária e civilizadora cujo objetivo principal era integrar os povos originários ao trabalho escravizado. Neste período foram realizadas muitas incursões para a captura de indígenas e posterior conversão em mão-de-obra escravizada para a produção agrícola e urbana. Muitos indígenas também eram retirados de suas aldeias originais por meio de “descimentos”, deslocamentos compulsórios, e novamente aldeados próximos às ocupações urbanas para serem catequizados, “civilizados”. Os indígenas considerados “mansos” eram persuadidos a viver nos aldeamentos em troca da posse de terras para subsistência e salários para trabalhos cotidianos e, “civilizados” ganhavam sobrenomes portugueses, deviam comunicar-se mediante o uso da língua portuguesa, vestir-se como estes e viver em casas próprias, com as famílias separadas (OLIVEIRA e FREIRE, 2006).

Assim, até o século XIX, a história da ocupação e distribuição territorial e demográfica dos indígenas foi marcada por grandes deslocamentos forçados e também voluntários com o objetivo de resistir e esquivar-se das práticas de evangelização, sujeição e escravidão impostas pelos poderes da época e o contágio de doenças comuns entre os não indígenas mas fatais que dizimaram muitos grupos indígenas, levando a uma dispersão territorial e populacional.

Neste período se desenvolveram as teorias evolucionistas e o positivismo que ofereceram argumentos para as concepções de raça e de “estágios sociais” de desenvolvimento que apregoavam um suposto processo histórico de evolução dos povos originários ou de culturas não eurocêntricas rumo à “civilização”, ou seja, ao modo de vida industrial e urbano instaurado a partir da Modernidade na Europa Ocidental e imposto ao restante do mundo por meio da colonização dos demais continentes. No Brasil essas teorias conotavam uma espécie de transubstanciação étnica que, em outras palavras, se traduziria como um processo de “desindianização” e integração dos povos indígenas cujo destino seria tornarem-se trabalhadores rurais ou proletários urbanos (CASTRO, 2006; OLIVEIRA e FREIRE, 2006; ISA, 2018).

Após a Guerra do Paraguai e com o final do Império e a instauração da República, o governo brasileiro iniciou uma política de interiorização do povoamento do território nacional, instalando postos militares e incentivando a criação de povoados na direção das fronteiras Oeste do país, especialmente na Região Norte e Centro Oeste, com o objetivo de incentivar atividades econômicas locais.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), o primeiro órgão indigenista do Estado brasileiro que tinha a função de administrar as questões relativas aos povos indígenas, e de intermediar as relações entre os indígenas, o Estado e a sociedade nacional. Estabeleceu-se então um regime tutelar em que os modos de vida e de sociabilidade dos indígenas passaram a ser administrados por funcionários estatais cujas ações eram orientadas por premissas e estratégias coloniais e colonizadoras. A criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) em 1939 promoveu a participação de antropólogos na formulação das políticas indigenistas e que defendiam que o SPI não deveria estimular o processo de integração dos índios à sociedade (CASTRO, 2006; OLIVEIRA e FREIRE, 2006; ISA, 2018).

O SPI e o CNPI foram extintos em 1967, em um cenário de denúncias de corrupção, crise institucional, e instauração de um governo militar autoritário e antidemocrático e foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No entanto, a Funai acabou por reproduzir os problemas e as concepções assimilacionistas do SPI e reafirmando e ampliando o regime de tutela das populações indígenas com o objetivo de subordinar a atuação do órgão e as políticas indigenistas aos planos de defesa e desenvolvimento nacional defendidos pelos militares (OLIVEIRA e FREIRE, 2006; ISA, 2018).

A política de assimilação e o regime de tutela pelo estado só foram interrompidos após a redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF 1988). A carta estabelece novos marcos para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os indígenas, que tiveram seus direitos constitucionais expressos num capítulo específico (título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios"), e também em outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A CF assegurou aos indígenas o direito originário sobre as terras que ocupam (ou seja, anterior à própria criação do Estado brasileiro, reconhecendo que os indígenas foram os primeiros ocupantes do território brasileiro) e o respeito às línguas, crenças, tradições e organização social próprias (OLIVEIRA e FREIRE, 2006; ISA, 2018). No entanto, a concretização plena desses direitos assegurados pela Carta permanece objeto de luta e reivindicação por parte dos indígenas.

A presença indígena no meio urbano

A presença indígena nas cidades é frequentemente invisibilizada, embora em muitos municípios exista uma população indígena relevante, e os dados oficiais nem sempre registre adequadamente a sua presença. Apesar disso, sua presença é registrada nas cidades desde o período colonial, quando muitas cidades inclusive contaram com indígenas na sua fundação e edificação.

A migração para os centros urbanos é motivada por inúmeras carências, dificuldades e conflitos enfrentados nos territórios de origem e ocorre tanto de forma voluntária quanto forçada. Os indígenas se deslocam para as cidades em busca de trabalho, por melhores condições de acesso à saúde e educação; disputas e perda de terras tradicionais; conflitos externos e conflitos internos nas aldeias estimulados decorrentes do crescimento populacional e das condições precárias para a reprodução de seu

modo de vida em seus territórios tradicionais. Há várias formas de inserção na cidade: há situações em que indígenas migram isoladamente, outras em que grupos familiares que se deslocam inteiros seguindo uma rede de parentesco que já se encontra na cidade e de cidades que, em decorrência do crescimento urbano, se apropriaram de terras indígenas (SOAVE, 2017).

Mussi (2006) observa que, entre os indígenas, a transmissão da cultura e dos aspectos estruturantes do modo de vida entre as gerações se dá de maneiras diferentes daquelas adotadas pelos não-indígenas, ocorrendo também por via oral ou por meio da imitação de costumes que os leva a absorver e reinterpretar elementos culturais e esquemas de significações de outros grupos étnicos e de diferentes contextos históricos e territoriais sem deixar de manter uma unidade básica cultural do grupo que os identifica (MUSSI, 2006; NUNES, 2010). A manutenção de vínculos de parentesco, a convivência com outros membros da comunidade originária ou mesmo de outros grupos étnicos que compartilhem experiências comuns são importantes para este processo e é bem comum que os indígenas procurem se reagrupar ao se deslocarem para as cidades, muitas vezes sendo acolhidos e se estabelecendo junto a parentes que já se encontram no ambiente urbano:

Contudo os indígenas em contextos urbanos não são assistidos por políticas públicas para garantir seus direitos assegurados pela Constituição. As políticas públicas para indígenas nas áreas de saúde, educação e moradia estão vinculadas ao atendimento das populações que residem nos territórios indígenas sob supervisão de órgãos federais e caberia aos estados e municípios em articulação com os órgãos federais construir políticas públicas específicas aos indígenas que habitam as cidades (NASCIMENTO e VIEIRA, 2015)

Assim, a cidade é vista como um horizonte para melhores condições de vida, no entanto no contexto urbano os indígenas acabam enfrentando mais problemas: grande parte dessa população vive nas periferias das cidades, compartilhando os mesmos problemas do não-indígena que enfrentam as enormes desigualdades sócio-territoriais brasileiras como a falta de acesso ou precariedade de serviços públicos, empregos e de bens de consumo (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2013; KLINTOWITZ, CORREIA e AGUIAR, 2020).

Esse processo de inclusão precária (evidenciada tanto no campo quanto nas cidades) é gravado na cidade, onde os indígenas enfrentam em maior medida os preconceitos decorrentes da dificuldade de compreensão da sua cultura. Segundo Daniel Munduruku, "foi criado um imaginário de que o indígena que vive em contexto urbano deixa de ser indígena; nessa ideia existe uma contradição entre ser indígena e ser cidadão" (PAYNO, 2021). O imaginário construído sobre os indígenas continua relacionando estes povos aos ambientes de aldeias e florestas, invisibilizando a sua presença na cidade ou negando a sua identidade indígena nos ambientes urbanos ou urbanizados (NASCIMENTO e VIEIRA, 2015; KLINTOWITZ, CORREIA e AGUIAR, 2020; PAYNO, 2021).

O direito à terra indígena dentro das cidades é um assunto relativamente novo e que ainda causa estranheza pelo senso comum que a sociedade em geral possui, de que o "índio" é um ser que vive exclusivamente na natureza e não integrados no contexto urbano. Não existem normas especificamente sobre moradia indígena dentro das cidades, mas existem casos de regularização de terras pela Funai dentro dos grandes centros urbanos (COMISSÃO PRO-ÍNDIO, 2012).

O preconceito e o medo da discriminação levam muitos indígenas a ocultarem as suas origens, identidade e cultura. Esse processo de “desindianização” (CASTRO, 2006) constituiu mais uma forma de violência e privação dos direitos desses povos. Garantir o direito à cidade e à moradia aos indígenas em contextos urbanos demanda políticas públicas que partam da compreensão do habitar em múltiplos pontos: no meio urbano, ou seja, nas cidades, nas terras de origens dos indígenas, com as suas especificidades culturais, na casa e no cotidiano vivido, para que possam ser garantidos os seus direitos e protegida a sua identidade.

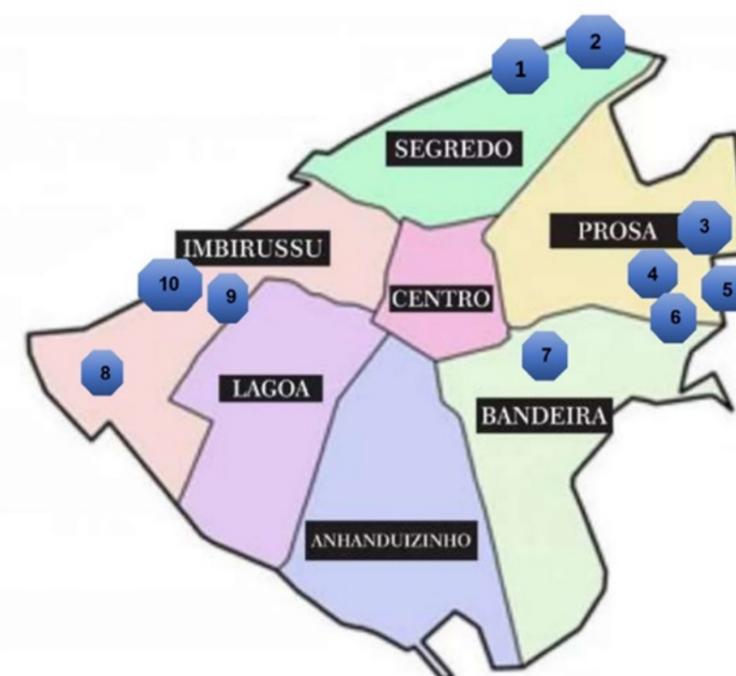
A presença indígena em Campo Grande (MS)

De acordo com os dados preliminares do levantamento para o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1.693.535 pessoas indígenas vivem no país, o que representa 0,83% da população total⁵. Deste contingente 622,1 mil (36,73%) habitam Terras Indígenas e 1,1 milhão (63,27%) vive fora delas. A população que se declara indígena no estado do Mato Grosso do Sul é de 116,4 mil pessoas. Dentre estes, 18.439 vivem na capital, Campo Grande, número equivalente a 2,05% da população total residente no município (IBGE, 2023; CABRAL e GOMES, 2023; IBGE, 2023).

Desta forma, Campo Grande, a capital do Mato Grosso do Sul, abriga o maior contingente populacional de indígenas em contexto urbano do estado. A vida urbana, entretanto, não apaga as tradições e as formas de sociabilidades típicas desses sujeitos, alicerçadas em relações de parentesco e proximidade e não rompe vínculos com familiares de origem ou com o cotidiano vivido fora das cidades, como lembra Vietta (2015):

Dispondo de poucos recursos para alugar ou adquirir imóveis, a maioria das famílias que chega a capital depende dos favores de parentes ou buscam ocupar terrenos devolutos na periferia da cidade. As aldeias urbanas e as demais ocupações se consolidam em terrenos particulares mais ou menos avizinados. Todas possuem lideranças políticas e / ou associação de moradores próprias, indicando a reinvenção dos modos de fazer política. Mas

⁵ O Censo de 2022 mostra um crescimento expressivo da população indígena brasileira, equivalente a 88,82% no período de 12 anos. Este aumento é explicado majoritariamente pelas mudanças metodológicas feitas para melhorar a captação de informações sobre essa população. No Censo Demográfico anterior, o quesito de cor ou raça foi aplicado a todas as pessoas recenseadas no país, no entanto na pesquisa de 2010 a pergunta “você se considera indígena?”. era feita apenas para pessoas que viviam em terras indígenas delimitadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Em 2022 a pergunta se estendeu aos habitantes de outros territórios com a presença de comunidades indígenas, para além das áreas reconhecidas formalmente pela Funai, no entanto até a momento do registro desta pesquisa dados relativos à população indígena urbana não foram divulgados (IBGE, 2023; CABRAL e GOMES, 2023). Para efeito da pesquisa, o IBGE considera “agrupamento indígena” “o conjunto de 15 ou mais indivíduos indígenas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente que estabelecem vínculos familiares ou comunitários. Esses agrupamentos podem ocorrer em área rural ou urbana, dentro ou fora de Terras Indígenas” (IBGE, 2023, p. 74), de modo que os dados apresentados até o presente momento não distinguem a população urbana e rural, especificando apenas população residente ou não em Terras Indígenas. Destacamos também que, o IBGE reconhece, em consonância com os indígenas entrevistados para esta pesquisa, que as características formais, tipológicas e materiais do espaço ocupado ou habitado no qual se constitui um agrupamento indígena não são, elas próprias, representativas do agrupamento. Conforme a instituição, os agrupamentos podem assumir diversas formas como malocas, casas com ou sem paredes, apartamentos, salões etc. e são identificados conforme informações georeferenciadas de localidades coletadas por meio de pesquisas anteriores (principalmente o Censo Agro 2017) e pesquisas de campo do próprio IBGE e da base de dados de órgãos indigenistas e de organizações da sociedade civil.



REGIÃO SEGREDO	
1	ALDEIA ÁGUA BONITA
2	ALDEIA TARSILA DO AMARAL
REGIÃO PROSA	
3	ALDEIA ÁGUA FUNDA*
4	ALDEIA DARCY RIBEIRO
5	ALDEIA NOVA CANAÃ
6	ALDEIA ESTRELA DA MANHÃ
REGIÃO BANDEIRA	
7	ALDEIA MARÇAL DE SOUZA
REGIÃO IMBIRUSSU	
8	ALDEIA JARDIM INÁPOLIS (INDUBRASIL)*
9	ALDEIA PARAVÁ
10	ALDEIA INAMATÍ KAXÉ

* Aldeias urbanas em processo de regulamentação.

Elaboração: Secretaria Municipal de Educação/Divisão de Educação e Diversidade. 2023

a experiência urbana não é suficiente para romper os vínculos com a parentela de origem ou com o cotidiano das terras indígenas. Via de mão dupla a alimentar ambas experiências e a oferecer novas leituras para a noção de ser índio terena, pois a rota que sustenta o vínculo com as raízes é a mesma que ampara o êxodo, uma vez que o caminho para as cidades se dá na rota aqueles parentes que já se tornaram urbanos (VIETTA, 2015, pág. 102).

Além dos problemas enfrentados na cidade, há um sofrimento por deixarem as aldeias de origem, ainda que mantenham vínculos com as suas comunidades de origem, acabam não participando mais ativamente da vida e do cotidiano comunitário das aldeias, nem nos processos políticos e decisórios acerca dos seus interesses, como eleições para cacique (MUSSI, 2006).

Em uma pesquisa promovida pela Comissão Pró-Índio, a Oxfam e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos realizada em algumas capitais do Brasil que possuem grande número de indígenas no contexto urbano, como São Paulo, Porto Alegre, Campo Grande e Manaus, verificou-se que dentre os estados, apenas o Mato Grosso do Sul tinha, à época da pesquisa, um programa de apoio a situação de indígenas nas cidades, a “Casa do Índio” (do programa habitacional “Che Roga Mi” para atendimento à população de baixa renda) “à construção ou melhoria habitacional da população indígena no Estado, respeitadas as suas especificações culturais, podendo atender também aos índios desaldeados” (Decreto nº 9.967/2000, artigo 7º, apud COMISSÃO PRO-ÍNDIO, 2012 p. 13).

Na cidade de Campo Grande, a partir dessas iniciativas do governo estadual foi possível a implantação da aldeia urbana Água Bonita, porém, o programa não teve continuidade e em 2003 o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul instituiu o programa “Novo Habitar” com o objetivo de “diminuir o deficit habitacional do Estado de Mato Grosso do Sul, atendendo preferencialmente à população com renda de até três salários-mínimos” (Decreto nº 11.312 de 24 de julho de 2003 apud. COMISSÃO PRO-ÍNDIO,

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Divisão de Educação e Diversidade, 2023.

2012, p. 13) sem fazer menção aos indígenas desaldeados. Depois dessa iniciativa nenhuma outra foi viabilizada pelo governo estadual com a finalidade de atender a esta população em específico.

Em paralelo, entre as décadas de 1990 e 2000 o poder público municipal também implantou projetos habitacionais com o objetivo de atender às reivindicações dos indígenas por moradia e de regularizar algumas áreas que já eram ocupadas por eles. Embora fosse declarada uma preocupação em adequar esses projetos à realidade e a cultura dos indígenas que habitariam esses espaços os projetos arquitetônicos e urbanísticos desses conjuntos contemplaram apenas referências estetizadas, mantendo padrões construtivos, de arruamento, de lotes e de tipologia de unidades habitacionais semelhantes a projetos habitacionais de interesse social destinadas a não indígenas.

Os projetos também contemplaram centros culturais na aldeia Marçal de Souza (Memorial da cultura indígena) e Água Bonita (Centro cultural - OCA) enquanto na aldeia urbana Darcy Ribeiro os próprios indígenas beneficiários do programa optaram por receber moradias implementadas pelo EMHA (Empresa Municipal de Habitação), de acordo com os padrões que já eram adotados para habitações de interesse social (COMISSÃO PRO-ÍNDIO, 2012). Observa-se, portanto, que o objetivo de valorizar a cultura dos indígenas não se concretiza plenamente, e as iniciativas resultaram em casas populares comuns a qualquer bairro de periferia urbana da cidade.

Apenas a aldeia urbana Marçal de Souza teve as unidades regularizadas em definitivo pela Prefeitura em 2008, como consequência de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que proíbe a venda das casas dentro do loteamento para não-indígenas. No entanto, a indefinição fundiária persiste para habitantes das demais aldeias urbanas, o que dificulta o acesso a programas e benefícios sociais por parte dos moradores. Além disso, a falta de reconhecimento dessas áreas e comunidades como “terra indígena” inviabiliza a sua inclusão em políticas públicas diferenciadas de saúde e educação vigentes para terras indígenas demarcadas (COMISSÃO PRO-ÍNDIO, 2012; NASCIMENTO e VIEIRA, 2015; SOAVE, 2017).

A regularização fundiária das áreas urbanas ocupadas por indígenas é, portanto, necessária para além da afirmação do espaço ocupado por pessoas indígenas, pois representa um caminho para o exercício da cidadania e dos direitos conquistados pelos indígenas e para o acesso a programas e políticas públicas específicos, especificamente no que diz respeito a saúde e educação. A importância de medidas específicas para proteção dessas populações pelo poder público se observaram durante a período recente da pandemia de COVID 19, quando a prefeitura teve a iniciativa de realizar a vacinação com prioridade diretamente na comunidades indígenas urbanas, sem que seus habitantes precisassem sair do local para receber as doses de vacina.

Atualmente, além das aldeias Água Bonita, Marçal de Souza, Darcy Ribeiro e Tarsila do Amaral, fruto de projetos de habitação social destinados a atender a população indígena residente em Campo Grande estabelecidos pelo poder público nas décadas de 1990 e 2000, existem mais comunidades formadas por indígenas desaldeados em ocupações urbanas precárias que reivindicam o direito à moradia e aos demais serviços públicos (FIGURA 01).. Novos projetos não foram propostos ou implantados desde então e as lideranças indígenas pleiteiam a regularização fundiária das áreas ocupadas (COUTO, 2023)

Para os indígenas de Mato Grosso do Sul um dos maiores motivos para sair das suas aldeias rurais em direção à cidade é o acesso à educação, uma dificuldade dentro da zona rural do estado: 29% das famílias vem em busca de educação para os filhos

(MUSSI, 2006). Para os indígenas, o acesso à educação é um direito constitucional e também uma importante estratégia para a reivindicação de seus direitos e o exercício da cidadania.

A Constituição prevê que as línguas maternas e processos próprios de aprendizagem possam ser utilizado (Artigo 210, parágrafo 2º) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996 assegura o direito a educação intercultural e bilíngue. Porém, esses direitos ainda estão longe de serem atingidos, pois maioria dos indígenas ainda tem muita dificuldade de ter essa educação intercultural e bilíngue. “Moradores das aldeias indígenas denunciam atitudes preconceituosas praticadas contra seus filhos, além de falta de preparo dos educadores para lidar com a diversidade de modos de vida entre pequenos índios e não índios” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2013).

A Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira, localizada na aldeia urbana Marçal de Souza, é uma escola que se propõe a oferecer essa integração com a cultura indígena, promovendo educação intercultural com feiras no mês da visibilidade indígena e proporcionando a valorização da cultura e artesanato, culinária, dos conhecimentos ancestrais de plantas medicinais, da História e das tradições Terena. A escola também proporciona o ensino da língua Terena e conta com professores da própria comunidade.

Outro fator importante da mudança para a cidade é o acesso à saúde. A Constituição assegura direito à saúde indígena culturalmente diferenciado, que estabeleça diálogo entre a medicina ocidental e modos tradicionais de compreensão da saúde, os métodos de cura e a cultura indígenas; e possibilite intérpretes da língua-mãe para tornar o atendimento eficiente. Entretanto, embora a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), órgão federal vinculado ao Ministério da Saúde, proporcione esse tipo de atendimento em algumas Terras Indígenas (TI), isso não é garantido em contextos urbanos, onde a assistência à saúde é garantida pelos demais entes federativos. Em Campo Grande a situação não é diferente e apenas a unidade de PSF Indígena Vida Nova III é focada na saúde indígena.

Em relação ao trabalho, o artesanato ocupa um espaço significativo na renda dos indígenas, que comercializam os seus produtos em feiras, principalmente no Mercado Municipal de Campo Grande. Muitos também trabalham na indústria e comércios locais próximos às aldeias urbanas.

A resistência dos povos indígenas também está em ocupar todos os espaços. A “Feira do Índio”, localizada ao lado do Mercado Municipal de Campo Grande, foi criada pela Lei nº 2.954 de 12 de abril de 1993 com o intuito de possibilitar a “comercialização, pela comunidade indígena, dos produtos primários e artesanais” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2013). Esta feira oferece espaço para vários tipos de elementos da cultura indígena, principalmente da etnia Terena, como a típica Dança da Ema, sessões xamânicas, comidas típicas e comércio de artesanato e produtos da agricultura familiar. Casa do Artesão, Mercado Municipal e na Economia Solidária, memorial da cultura indígena.

Em 2011 foi realizada a primeira reunião para a criação de uma associação de artesanato da aldeia Marçal de Souza, com a presença das mulheres da aldeia, um representante da Funai, uma representante do Banco do Brasil e uma assistente social do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Também na aldeia Água Bonita foi criada uma associação, mas de acordo com o cacique da época da criação da aldeia, o artesanato não é tão vendido dentro no centro cultural, pois a proposta dos moradores de transformar a aldeia em um núcleo cultural foi negada (Comissão Pró-Índio, 2012).

No âmbito administrativo os indígenas da cidade de Campo Grande são respaldados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Conselho Municipal de Direito e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande (CMDDPI) que constitui um importante instrumento para união das lideranças indígenas, além de um elo entre os indígenas e o poder público.

O CMDDPI teve conquistas como a construção de 93 casas para as famílias indígenas da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro no Jardim Noroeste, a criação da Feira Cultural Indígena e Festival de Interpretação Musical Indígena, criou os jogos Urbanos Indígenas de Campo Grande, que chegou à 16ª edição no ano de 2023 e apoiou a construção de 180 casas para indígenas no Bairro Tarsila do Amaral.

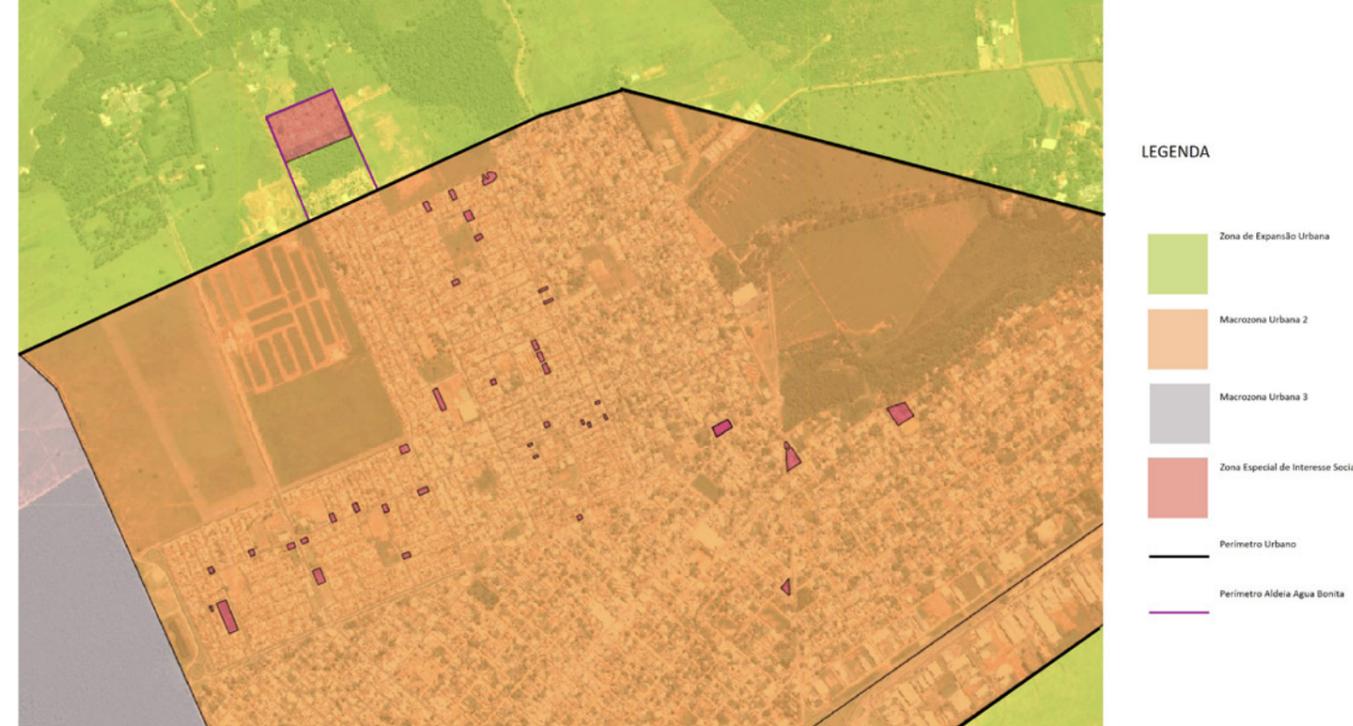
Em nível estadual, os indígenas contam com a Subsecretaria de Políticas Públicas para a População Indígena é subordinada à Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (SETESCC) à qual compete:

- I - a elaboração e a execução de políticas e de diretrizes governamentais para o fomento e o desenvolvimento de programas, projetos e de atividades de integração das ações voltadas à população indígena;
- II - a realização de estudos, de debates e de pesquisas sobre as condições de vida da população indígena sul-mato-grossense, a fim de promover a inclusão social (ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 2022, p. 58).

Embora a Subsecretaria atue em articulação e parceria com as demais secretarias do Estado, os interesses e direitos específicos dos povos indígenas não são discriminados como competências ou atribuições das demais secretarias de estado, sendo abordados de forma difusa a partir de iniciativas da Subsecretaria (ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 2022):

o Governo do Estado tem atuado em diferentes frentes para consolidar a garantia da cidadania, como na área da assistência social, com a distribuição de cestas básicas mensais, na educação, com o Vale Universidade Indígena, reformas e construção de escolas, na segurança, com o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Indígena, ações de saneamento, como por exemplo o projeto piloto de abastecimento de água na RID (Reserva Indígena de Dourados) e na agricultura familiar com o Proacin para as comunidades indígenas e quintais produtivos. Além disso, está focado na transversalidade para a realização de ações de cidadania dentro das comunidades, levando desde a emissão de docu <https://info.orcid.org/pt/documentation/features/orcid-registry/mentos> a serviços de saúde, entre outros (FERNANDES, 2023).

Para os indígenas que se encontram em Campo Grande a experiência de habitar a cidade é marcada por resistência e mobilização das comunidades que se formam, tanto para viabilizar a sua sobrevivência na cidade como para o enfrentamento de lutas políticas pela afirmação de seus direitos, pelo direito de habitar e usufruir do espaço da cidade e da vida urbana de acordo com a sua cultura e identidade.



A Aldeia Urbana Água Bonita

O bairro Nova Lima onde está localizada a Aldeia Água Bonita tem uma história marcada pelo preconceito e pela negligência do poder público em relação às condições de vida de seus habitantes. A ocupação da região foi marcada pela implantação de um grande abrigo para portadores de hanseníase e doenças mentais, hoje conhecido como hospital São Julião, na década de 1940, cuja localização e distanciamento do centro urbano da cidade se dava em decorrência dos estigmas da doença. Por essa razão, muitos familiares dos pacientes criaram pequenas vilas para poder facilitar a visitação dos pacientes internados no hospital (ARRUDA, 2016).

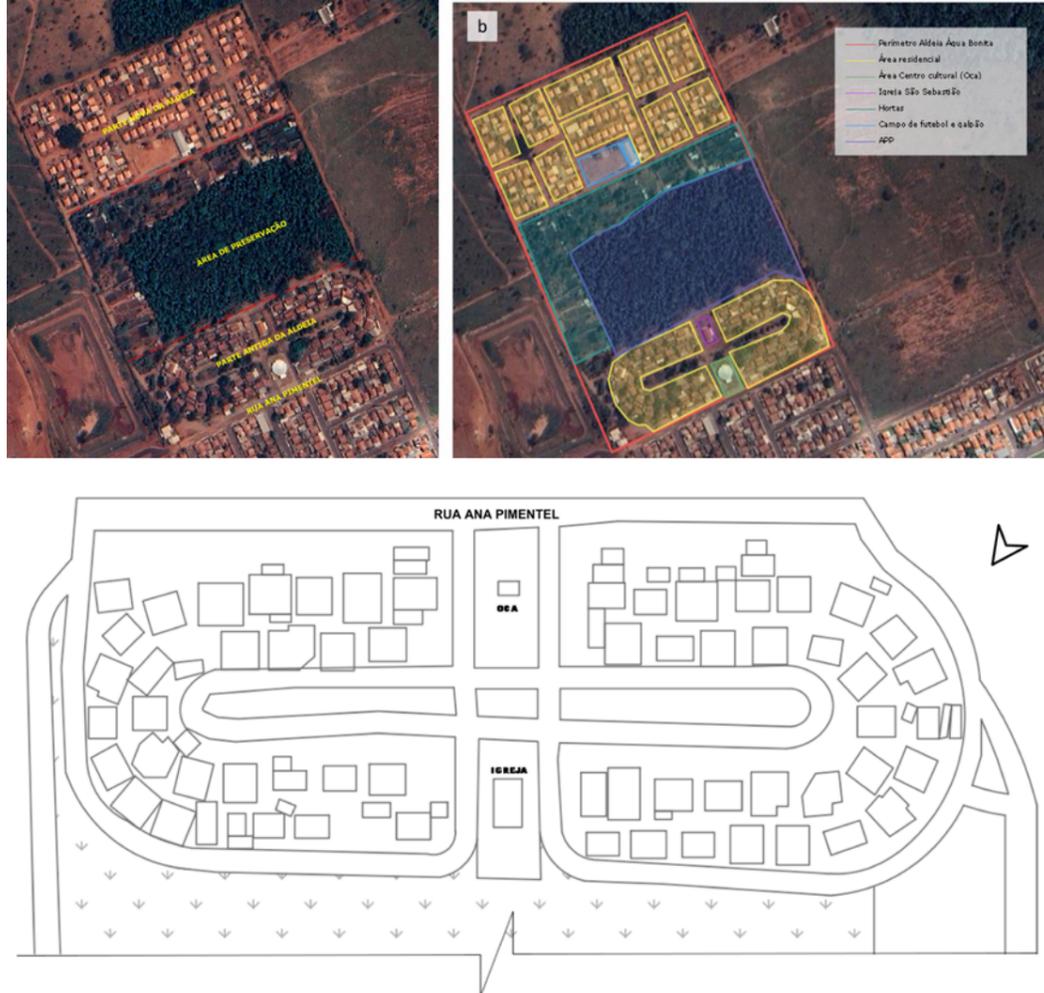
Na década de 1960 se deu o primeiro parcelamento da região. Aprovado em 1964, o Bairro Nova Lima era distante do centro e além do perímetro urbano delimitado até o início da dessa década, contava com lotes padronizados de 12 x 30 metros e quase nenhuma infraestrutura. Com a divisão do estado do Mato Grosso em 1977, Campo Grande alçou a condição de capital do estado recém-criado, vivendo um período de grande crescimento populacional e urbano. Apesar (ou por causa) de sua grande distância do centro e de serem servidos de pouca infraestrutura, os terrenos no Bairro Nova Lima eram baratos, atraindo a população de baixa renda e fazendo com que o bairro crescesse significativamente. Porém, moradores, principalmente a população feminina, precisaram lutar muito para conquistar serviços básicos para o bairro (“Na raça e coragem: Construção do Nova Lima veio das mãos das mulheres”, 2017).

Na década de 1980 houve um grande crescimento populacional na capital também engrossado por indígenas que se deslocaram para a cidade, e conseqüentemente para as periferias da cidade (MUSSI, 2006). De acordo com o censo do IBGE de 2010, a aldeia Água Bonita tem uma população de 223 pessoas porém esses números são questionados pelos próprios moradores. O presidente atual da associação de moradores estimou uma população de mais de dois mil indígenas na comunidade, dado que para eleição de cacique foram contabilizados mais de mil votos.

A aldeia Água Bonita se localiza no extremo norte do bairro Nova Lima, distante 13 km do centro da cidade, além do limite do perímetro urbano (Figura 2 e 3) e, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), aprovado em 2019, classifica-se como uma Zona Especial de Interesse

Figura 2 - Aldeia Água Bonita e o Macrozoneamento de Campo Grande. Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelo autor (2023).

Figura 3 - Aldeia Água Bonita. Fonte: a) Setorização de acordo com o período de implantação e b) Setorização por uso Dados extraídos do Google Earth (2023), adaptado pelos autores (2023). Figura 4 - Parte antiga da aldeia Água Bonita Fonte: Imagem produzida pelo autor a partir do Google Maps, 2023.



Social localizada em uma Zona de Expansão Urbana⁶. A localização evidencia um grande problema para a comunidade: para a FUNAI, prefeitura de Campo Grande, pesquisadores e muitos dos seus habitantes, a Água Bonita é uma Aldeia Urbana, em função da sua posição contígua ao perímetro urbano e ao seu aspecto de urbanização, ainda que precária. No entanto, para a AGEHAB, trata-se de uma aldeia rural. Essa posição ambígua evidencia a dificuldade de se delinear políticas públicas adequadas à realidade da população, tornando o acesso aos serviços públicos ainda mais difícil, e sugere que em contextos urbanos os indígenas são colocados não apenas nas margens da cidade, mas também da sociedade.

A origem da Aldeia Água Bonita decorre da implantação da Aldeia Urbana Marçal de Souza e de 32 famílias que não foram beneficiadas pelo projeto. A implantação dessas duas aldeias evidencia uma forte organização comunitária e uma notável capacidade de incorporação dos instrumentos e instituições da cultura não-indígena, necessários à reivindicação e negociação dos seus direitos, em especial o direito a moradia, que resultou não só na consolidação dos projetos habitacionais, mas também na manutenção dos vínculos e da proximidade entre os membros da comunidade, evitando a sua dispersão pela cidade (MUSSI, 2006; VIETTA, 2015).

⁶ De acordo com o Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), a Zona de Expansão Urbana (ZEU) corresponde a áreas contíguas ao perímetro urbano destinadas a atividades rurais ou urbanas, de proteção das nascentes das bacias do Paraná e Paraguai e é considerada reserva para a expansão urbana e implantação e a implantação de parcelamentos nessa área implica em demarcação de novo perímetro urbano. No Art. 28 são definidas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), "porções do território urbano, passíveis de serem utilizadas para programas públicos de regularização fundiária e produção de habitação de interesse social, de comunidades quilombolas e indígenas e de estoque de terras contidas no Anexo 10 desta Lei Complementar, observada a legislação vigente" (CAMPO GRANDE, 2019).



Figura 5 - Imagens atuais das casas da primeira parte da Aldeia Água Bonita. Fonte: Fotografias produzidas pelos autores em visitas ao local.

As famílias foram assentadas provisoriamente em outra região e por meio da Associação de Indígenas Kaguatoca⁷, que firmou um convênio em 1998 com o TERRASUL⁸ para a construção de 60 unidades habitacionais para famílias indígenas em 36 hectares da chácara Água Bonita, localizada no bairro Nova Lima⁹ e em 14 de maio de 2001 foi fundada a Aldeia Água Bonita, ocupando 13,7 hectares da área destinada, distribuídos em 8,9 destinados ao uso comum, 3,6 para reserva ambiental e 4,7 em "observação", não ocupada (MUSSI, 2006). Atualmente, na aldeia Água Bonita, as principais etnias

⁷ A associação foi criada em 1986 por Marta Guarani e seu nome é formado pela primeira sílaba das quatro principais etnias indígenas do Mato Grosso do Sul, KAaiowá-guarani, GUAtó, TEerena e CAdiwéu posteriormente deu origem a Associação de Moradores da Comunidade Água Bonita (MUSSI, 2006).

⁸ Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL) era uma autarquia estadual criada em 1981 que foi transformada no Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA) que deu origem a atual Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC) que atua em atividades de Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária, Cartografia, Regularização Fundiária e Abastecimento e de outros serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da agricultura e da pecuária, destinados aos produtores rurais, suas famílias e organizações (Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas) com prioridade para os agricultores familiares, quais sejam, os agricultores tradicionais, os assentados, os indígenas, os quilombolas, os pescadores e os aqüicultores (SEMADESC, 2021).

⁹ A Aldeia Água Bonita ocupou apenas 13,7 dos 36 hectares destinados aos índios, pois a prefeitura destinou o restante do terreno para a construção do Conjunto Habitacional Tarsila do Amaral. Famílias indígenas ocuparam parte do terreno reivindicando a área. Para solucionar a questão, famílias indígenas receberam 70 das 286 casas do conjunto habitacional dando origem a "aldeia urbana" Tarsila do Amaral (VIETTA, 2015).

presentes são Terena¹⁰, Kadiwéu¹¹, Kinikinau¹² e Guarani¹³, com maior presença dos Terena provenientes das aldeias Bananal e Morrinho, em Aquidauana, e Cachoeirinha, em Miranda. (MUSSI, 2006).

No entanto não há registros dos projetos relativos às primeiras 60 casas e sua implantação. Analisando imagens de satélite é possível ver que existem casas com 10 a 15 metros de fachada, e, de acordo com os entrevistados, a maioria dos terrenos da aldeia tem 10x20 metros (Figura 4), mas não foi possível verificar a sua demarcação. Ainda não há escritura pública que garanta a propriedade dos imóveis para os moradores, competiria ao Estado, que é o atual proprietário, a regularização (MUSSI, 2006). De acordo com o presidente da Associação dos Moradores, em entrevista para esta pesquisa, a situação gera insegurança aos membros da comunidade pois a falta de reconhecimento dessas áreas e comunidades como “terra indígena” inviabiliza a sua inclusão em políticas públicas diferenciadas de saúde e educação vigentes para terras indígenas demarcadas. Segundo moradores, depois de muita insistência, a área de mata por eles preservada foi classificada recentemente como Área de Preservação Permanente (APP), sendo essa área reserva o único elemento que remete às suas aldeias de “base”.

A implantação das primeiras unidades de assemelha a uma tipologia comum entre muitos povos indígenas, a saber, um eixo dominante passando por uma praça circular ou elíptica, definida espacialmente por diversas casas construídas em seu contorno (cf. figuras 3 e 4). Os povos indígenas podem ter conceitos diferentes dos não-indígenas, como o conceito de coletivo e privado, o que se confirma pelo fato de que as casas unifamiliares indígenas no Brasil só surgiram após o começo da catequização desses povos. A tipologia de uma oca central e suas casas em volta se tornou um senso comum, assim como tantos outros que rodeiam a identidade indígena. É comum encontrar projetos desenvolvidos para indígenas com tipologias semelhantes, apesar dela não a única forma de habitação indígena, uma vez que cada etnia tem seu próprio espaço social adequado às suas práticas e a sua cultura (WEIMER, 2014).

Na fachada das casas observam-se pinturas que representam as etnias dos moradores da residência (Figura 5) e segundo os informantes, as artes foram feitas por um morador da aldeia que entende e estuda sobre grafismos dos indígenas do Mato Grosso do Sul. O centro cultural denominado Oca foi implantado no ano da construção das primeiras casas (Figura 5), e representa uma conquista dos moradores, conscientes

10 Os Terenas descendem da aliança entre o povo Mbayá e Guaná que viveram por muito tempo nas proximidades do rio Miranda e Aquidauana, porém após a guerra do Paraguai a relação entre os grupos indígenas da região e os homens não-índios, que anteriormente era de aliança, foi abalada. A etnia Guaná lutou intensamente pela permanência em suas terras, no entanto seus esforços não foram reconhecidos pelo Império, somente anos depois algumas de suas terras foram concedidas de volta (LACERDA, 2004).

11 Assim como os Terena, os indígenas da etnia Kadiwéu também vieram de alianças do povo Mbayá, mas com os Guaikurú. Também conhecidos como “índios cavaleiros”, nome dado por possuírem um numeroso rebanho de equinos e os dominarem com muita destreza, também decidiram lutar ao lado do Brasil na Guerra do Paraguai. Atualmente em Campo Grande/MS existe um monumento aos índios cavaleiros no Parque das Nações Indígenas Sobreviventes da guerra os Kadiwéu foram um dos últimos grupo dos descendentes dos Mbayá a passar para o lado oriental do rio Paraguai. Atualmente se concentram mais na região de Porto Murtinho, Bodoquena, Miranda, Aquidauana e Campo Grande no Mato Grosso do Sul (PECHINCHA, 2021).

12 Descendentes dos Guaná, assim como os Terena, os indígenas da etnia Kinikinau tiveram uma trajetória parecida de migração para o estado do Mato Grosso do Sul, tendo como base de sua cultura de subsistência a agricultura. Porém, com as perseguições de grupos de fazendeiros, posseiros e invasores a etnia se dispersou pelo estado se abrigando muitas vezes em reservas indígenas de outras etnias como os Terena e Kadiwéu (SOUZA, 2021).

13 O povo Guarani é uma das maiores etnias do Brasil e possuem diferentes subgrupos, como os Mbyá, Kaiowá, Nandeva e Ava-Guarani, cada um com suas próprias características culturais, idiomas e localizações geográficas específicas (ISA, 2018).

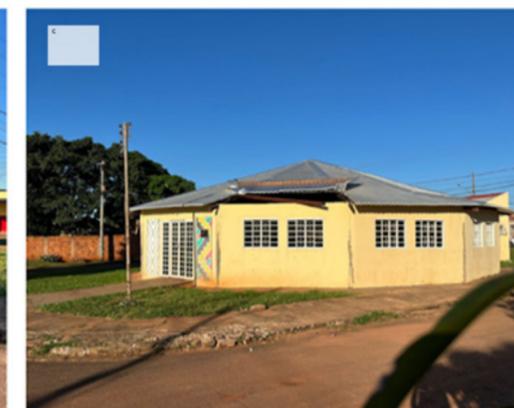
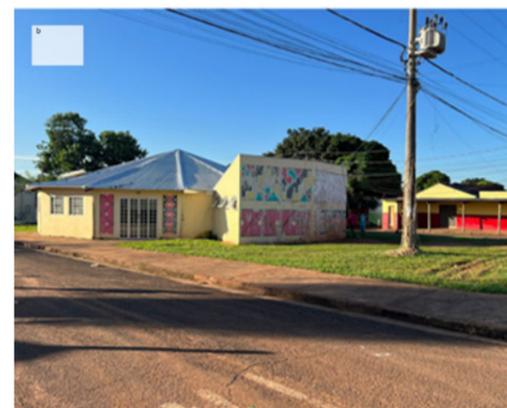


Figura 6 - Centro Cultural Oca Aldeia Água Bonita. Fonte: a) Oca década 2000 (MUSSI, 2006); b) Oca em 2003, fotografias produzidas pelos autores em visitas ao local.

das necessidades de reuniões, seja para festividades ou para a própria organização política e administrativa da comunidade, optaram por ter um centro cultural (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2012).

O centro cultural denominado Oca foi implantado no ano da construção das primeiras casas (Figura 5a), e representa uma conquista dos moradores, consciente das necessidades de reuniões, seja para festividades ou burocracias, optaram por ter um centro cultural, diferentemente da aldeia Tarsila do Amaral que optaram por ter casas modelo habitação social da prefeitura de Campo Grande/MS (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2012).

A Oca foi reformada e hoje conta com três salas, almoxarifado, cozinha e salão para reuniões (Figura 6b-e). O centro ainda possui o mesmo formato octogonal. Atualmente, entretanto, não é mais um espaço aberto e sim fechado com alvenaria, esquadrias de

ferro e com uma cobertura em telha de zinco em estrutura em madeira. A oca também possui pinturas inspiradas nos grafismos das etnias locais, mas apresenta sinais de desgaste.

A área originalmente definida como “observação” logo se tornou uma ocupação irregular para com mais de 200 famílias vivendo em situação precária. Em 2018 uma parceria entre AGEHAB e Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat) iniciou um projeto de qualificação profissional dos moradores da Água Bonita para o setor da construção civil, disponibilizando material para que os moradores edificassem as casas em substituição os barracos precários da ocupação. Com recursos do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e apoio da AGEHAB e FUNSAT foram construídas 79 unidades habitacionais na área (ENFOQUE MS), implantadas em uma tipologia de malha ortogonal, com quadras e lotes bem definidos, tendo ao centro um campo de futebol e um galpão comunitário.

Nesta área os terrenos são de 10x20 metros quadrados e as casas dispõem dois dormitórios e um banheiro (Figura 7). Alguns moradores afirmam que gostariam que as pinturas que adornam as casas da parte mais antiga da aldeia fossem reproduzidas nas novas unidades, trazendo uma representação mais evidente da cultura indígena ao local. Em comparação a aldeia Marçal de Souza, também em Campo Grande, cujos terrenos tem quase as mesmas dimensões, as casas construídas na Água Bonita são maiores.

O espaço livre ao centro dessa área é usado como campo de futebol ou para ensaios de dança. Conforme entrevistas a prática do futebol é algo muito presente entre os jovens e a comunidade carece de espaços para recreação das crianças e jovens da aldeia. Ao lado do campo existe um galpão que tem multifunções, como reuniões e depósito, os moradores desejam reformar e fazer algumas salas para comportar um setor administrativo da aldeia, salas de aula e um depósito para os tijolos feitos na aldeia (Figura 8).

Incentivados por um empresário local, e depois com o apoio da Prefeitura e da AGRAER¹⁴, algumas famílias da comunidade implantaram hortas nos limites da APP em uma área de aproximadamente 3 hectares, em glebas de aproximadamente 1.000 metros quadrados (Figura 9). Nesta área, as famílias responsáveis pelas hortas produzem uma grande variedade de produtos incluindo cenoura, cebola, chuchu, pimentão, alface, couve, almeirão, rúcula e até frutas, como banana e mamão. A produção é comercializada em mercadinhos da redondeza ou na própria aldeia e ajuda muitas famílias a manter uma renda e uma vida minimamente digna dentro da aldeia. No entanto os produtores enfrentam entraves burocráticos para ampliação e escoamento da produção por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (LIRA, 2016; MARQUES, 2020; OBANDO, 2021).

Quanto aos serviços públicos, a aldeia não é servida por rede de esgoto nem por coleta de lixo. Apenas a parte mais antiga da aldeia é asfaltada e o transporte público oferece linhas de ônibus que atendem os parcelamentos vizinhos mas os pontos mais próximos estão localizados na Rua Ana Pimentel, limite do perímetro urbano e da Aldeia. Existem duas Escolas, 02 EMEIS, 01 USF 01 CRAS nos parcelamentos do entorno imediato da Aldeia.

¹⁴ Segundo a Agraer, “o projeto visa fortalecer a agricultura familiar entre as etnias indígenas e ao mesmo tempo ajusta-la as demandas do mercado local, sem que para isso seja preciso eliminar o cultivo de alimentos tradicionais. As mandiocas, por exemplo, dividem espaço com os canteiros de folhosas e, ainda, há espaço para a Área de Preservação Permanente (APP)” (LIRA, 2016).



Figura 7 - Casas na parte nova Aldeia Água Bonita. Figura 8 - Campo de futebol Aldeia Água Bonita. Figura 9 - Horta aldeia Água Bonita. Fonte: Fotografias produzidas pelo autores em visitas ao local.

O habitar indígena na Aldeia Água Bonita

Na Aldeia Água Bonita não se vê muitos muros de divisas entre as casas. Os limites são fluidos e as casas parecem se misturar. Há sempre crianças brincando ou transitando nas ruas pois, além do ensino formal das escolas tradicionais, tem uma aldeia inteira para educá-los. No final da tarde vê-se jovens nas ruas e muitas pessoas sentadas à frente das casas. É raro ver o campo de futebol sem ninguém. Os quintais são ricos em plantas, ornamentais e frutíferas, muitas intencionalmente plantadas e outras brotando naturalmente. Nos lotes vê-se muitas árvores e nas ruas vê-se resíduos orgânicos: folhas e galhos de árvores amontoados são comuns.

O trabalho na própria comunidade também é comum, desempenhado por aproximadamente 20 famílias. Os frutos desse trabalho beneficiam não só a essas famílias mas também a própria comunidade. A localização periférica, na franja da

cidade, nem tão urbana nem tão rural, favorece a ligação ancestral com a terra. As hortas cultivadas pelos moradores seguem os padrões de cultivo e de produtos dos não-indígenas, talvez em decorrência do apoio recebido dos órgãos públicos dos não-indígenas, que precisam homogeneizar os procedimentos para serem eficientes, ou das demandas dos consumidores. Para o presidente da Associação de Moradores, a horta é importante porque, além de gerar alimentos, também inspirou outras atividades realizadas pela comunidade.

Empolgados com o sucesso das hortas, alguns membros da comunidade iniciaram um projeto de produção de tilápias que utiliza um sistema que funciona com tanques de caixas d'água e bombas de máquina de lavar roupa permitindo a reutilização da mesma água. Segundo os moradores, as famílias envolvidas nesse projeto chegaram a produzir 700 kg de peixe em um ano. Outra iniciativa comunitária é a produção de blocos de concreto, que são utilizados pela própria comunidade para a construção de novas casas, já que muitos ainda ocupam construções precárias. A força dos vínculos de parentesco ou de afinidades leva os "parentes" que chegam na cidade ou vem de outros bairros a se instalarem em acréscimos ou barracos nos lotes dos moradores.

Os moradores lamentam que não consigam instalar mais parentes na região. Alguns comentam, inclusive, que se novas unidades verticais com apartamentos fossem construídas, mais gente poderia viver por ali. Questionados se essa possibilidade não conflitaria com o seu modo de habitar tradicional, respondem que não deixam de ser indígenas por estarem na cidade ou morar igual aos não-indígenas.

Os moradores sentem que os conhecimentos dos povos originários são menosprezados pela sociedade por não se tratar de um conhecimento baseado na ciência ocidental tradicional e sim nas tradições orais. Mesmo assim, alguns moradores mais velhos mantêm os saberes tradicionais do cultivo e uso de ervas medicinais. Na Aldeia Água Bonita não há uma forte tradição de artesanato como em outras aldeias. A Aldeia Marçal de Souza, por exemplo, comercializa artesanato no seu próprio centro cultural (Memorial Enir Terena). O artesanato produzido na comunidade também teve que ser adaptado às condições em que se encontram e aos materiais disponíveis, diferentes daqueles utilizados pelos parentes das aldeias rurais. Para as lideranças é primordial que os jovens e crianças sejam inseridos dentro da cultura indígena e necessário que o conhecimento tradicional seja transmitido, pois segundo o entrevistado, poucos moradores ainda dominam esses saberes e tradições como a cerâmica, artesanato, grafismos, língua materna, religião, dança, entre outros.

Apesar de receber eventos voltados para a cultura indígena como a Semana Dos Povos Indígenas que ocorre em abril, as lideranças afirmam que os mais jovens não se interessam por aprender sobre a cultura ou as línguas ancestrais. Para os mais velhos, incentivar os jovens a ter orgulho de ser indígena e a manter as práticas culturais de suas etnias é um trabalho árduo, necessário e que demanda muito empenho e paciência com as novas gerações. Os entrevistados expressam o sonho de fundar uma escola indígena dentro da aldeia para ajudar nesse processo e segundo estes recentemente houve um curso de capacitação de 35 professores indígenas que poderiam atuar nessa escola dentro da comunidade.

De acordo com os entrevistados, uma grande parte dos indígenas maiores de idade estão empregados, alguns se graduaram e muitos cursam o ensino superior ou técnico. Também já lhes foram oferecidos alguns cursos relacionados a agricultura familiar e à construção civil. Para eles os indígenas só precisam de mais incentivo e oportunidades para crescer e ocupar os espaços no mercado de trabalho e nas universidades.

Os moradores da Aldeia Água Bonita constantemente lutam para conseguir garantir os direitos dos indígenas para a comunidade. Conforme os relatos, parte dos indígenas não recebe o benefício da cesta básica e outros direitos assegurados pela FUNAI por não se autodeclararem. Alguns resistem à autodeclaração por medo do preconceito, outros se identificam como pardos porque não veem mais sentido na identidade indígena, e outros ainda demonstram vergonha da herança e da identidade indígena. Como consequência, não reconhecendo a sua identidade, esses indígenas são privados de políticas públicas que lhes são destinadas e em contextos urbanos elas são ainda mais raras.

A religiosidade é muito importante para os indígenas. Há uma forte adesão ao cristianismo na comunidade, com a presença de várias igrejas evangélicas e uma católica. Por essa razão as práticas religiosas tradicionais não sejam frequentes nos contextos urbanos, como acontece na Água Bonita.

Segundo os entrevistados, as iniciativas para melhoria partem da própria comunidade, a prefeitura e governo do estado raramente enxergam a comunidade, frequentemente se omitem diante das suas demandas ou se manifestam tardiamente. O apagamento das tradições é um assunto relevante para as lideranças da comunidade. Segundo uma destas lideranças, "o jovem indígena não quer mais plantar mandioca no quintal, ele quer viver como os 'Purutuia' (não-indígena)". Apesar da preocupação com a preservação das tradições e da identidade indígena, no entanto estas entendem que as ações mais urgentes devem ter como objetivo assegurar os direitos fundamentais e a dignidade dos membros da comunidade, a subsistência dos moradores e a melhoria das condições de habitação da comunidade e de seus parentes.

Conclusão

O deslocamento de indígenas para as cidades não é um fenômeno recente e é acompanhado por processos de fragmentação, transformação ou perda da sua cultura e tradições originárias. Ainda que muitos povos indígenas tenham um passado de migrações, o deslocamento para o meio urbano implica, de uma forma geral, em um processo des-re-territorialização, "multiterritorialização" e, sobretudo, de territorialização precária (HAESBAERT, 2004; 2011) e de hibridização (HAESBAERT, 2011; CANCLINI, 2019) ou ainda aculturação uma vez que estes passam a habitar um contexto uniforme, padronizado e culturalmente estruturado e ordenado, típico das sociedades urbanas mas bastante distinto de seu modo de vida tradicional.

A experiência indígena de habitar a cidade é marcada por resistência e mobilização das comunidades que se formam, tanto para viabilizar a sua sobrevivência no meio urbano como para o enfrentamento de lutas políticas pela afirmação de seus direitos, pelo direito de habitar e usufruir do espaço da cidade e da vida urbana de acordo com a sua cultura e identidade. Os habitantes da Aldeia Água Bonita habitam, sobretudo, a comunidade e não destacam muitos aspectos das unidades de habitação. Neste contexto, a manutenção dos laços comunitários e de parentesco, assim como a proximidade de "parentes" são essenciais para amenizar a precariedade das condições em que muitos se encontram. Mesmo enfrentando dificuldades, muitos dos sujeitos de pesquisa preferem permanecer na cidade e transitam entre os contextos urbanos e suas aldeias de origem, constituindo uma condição de multiterritorialidade.

Nas visitas a campo e nas entrevistas realizadas, observamos que a experiência de habitar dos indígenas no meio urbano é bastante singular, em função da diversidade de suas culturas originais e das condições territoriais dos locais onde são estabelecidas as aldeias urbanas. Nestes contextos particulares, os indígenas convivem se adaptam

ao meio de uma forma própria, embora se reconheçam semelhanças com modos de habitar não-indígenas.

Ao compartilhar o mesmo território urbano os indígenas fortalecem a sua identidade e os laços comunitários, estabelecendo um ambiente de resistência, reivindicação e luta pelos seus direitos. Depreende-se que as aldeias urbanas, como aponta Vietta (2015), se caracterizam como um espaço de articulação política para a organização e defesa da comunidade. O encontro com a cultura urbana não-indígena não apaga a identidade indígena, que se mostra bastante dinâmica no diálogo e relações com outras culturas. Boa parte dos moradores das aldeias anseiam por manter as tradições indígenas originais de suas etnias, porém, os desafios da sobrevivência no ambiente urbano tornam mais urgentes reivindicações por direitos básicos que garantam não só a subsistência, mas também a reprodução do seu modo de vida.

A pesquisa evidencia que a apropriação do espaço urbano pelos indígenas é mediada pelos valores culturais, espirituais e históricos originais destes povos e modo de habitar indígena transcende a ocupação física do espaço e inclui a vida social e comunitária e também a organização política para assegurar o exercício pleno dos seus direitos. Ocupar a cidade com a sua identidade e dar visibilidade a sua presença nos contextos urbanos são formas de recuperar seus territórios. Afinal, no Brasil, como lembram Klintowitz, Correia e Aguiar (2020), os indígenas não se deslocam às cidades, são estas que, nos últimos cinco séculos, tem avançado sobre os territórios indígenas. Concluimos, assim, que experiência de habitar dos indígenas da Aldeia Água Bonita se traduz por uma espécie de ética social que se consubstancia na vida comunitária e coletiva.

Referências

AGRAER. Água Bonita: os desafios de preservar tradições indígenas dentro de uma aldeia urbana. *Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural*. Campo Grande, 03 de set. 2021. Disponível em: <<https://www.agraer.ms.gov.br/agua-bonita-os-desafios-de-preservar-tradicoes-indigenas-dentro-de-uma-aldeia-urbana/>> Acesso em: 14 de jun. de 2023.

ARRUDA, Angelo. *Nova Lima guarda um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos da cidade*. Campo Grande News. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/conversa-de-arquiteto/nova-lima-guarda-um-dos-mais-expressivos-conjuntos-arquiteticos-da-cidade>, acesso em 28 de junho de 2023

BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. *Revista Rua*, Campinas, 25, n. 1, Junho 2019. 329-355.

BOLLNOW, Otto F. *O homem e o espaço*. Tradução de Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Agência IBGE Notícias. *agenciadenoticias.ibge.gov.br*, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal#:~:text=Grande%20parte%20dos%20ind%C3%ADgenas%20do,75%2C71%25%20desse%20total.> . Acesso em: 12 outubro 2023.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar N. 341, De 4 De Dezembro de 2018. *campogrande.ms.gov.br*, Campo Grande , 03 abril 2019. Disponível em: <https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/18/2019/04/LEI-COMPLEMENTAR-n.-341-DE-4-DE-DEZEMBRO-DE-2018.-retifica%C3%A7%C3%A3o1.pdf> . Acesso em: 23 agosto 2023.

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: estratégias para entra e sair da Modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1998.

CASTRO, Eduardo V. D. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO HUMANOS. *A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*. São Paulo : Centro Gaspar Garcia De Direitos, 2013.

COUTO, Gabriela. Caciques reivindicam regularização fundiária das aldeias Água Funda e Inápolis. *Campo Grande News*, 05 agosto 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/caciques-reivindicam-regularizacao-fundiaria-das-aldeias-agua-funda-e-inapolis> . Acesso em: 28 setembro 2023.

DEL POPOLO, Fabiana; REBOIRAS, Leandro. *Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. CEPAL, ONU. Santiago. 2015.

ENFOQUE MS. Agehab e Funsat entregam 25 casas na Aldeia Urbana Água Bonita em Campo Grande. *enfoquems.com.br*, 06 outubro 2020. Disponível em: <https://www.enfoquems.com.br/agehab-e-funsat-entregam-25-casas-na-aldeia-urbana-agua-bonita-em-campo-grande/> . Acesso em: 28 setembro 2023.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Lei Nº 6.035, De 26 De Dezembro De 2022. *Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania – SETESCC*, 26 dezembro 2022. Disponível em: <https://www.setescc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Lei-No-6.035.pdf> . Acesso em: 28 setembro 2023.

FERNANDES, Paulo D. C. Dia Internacional dos Povos Indígenas: MS segue avançando na efetivação das políticas públicas. *agenciadenoticias.ms.gov.br*, 09 agosto 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/dia-internacional-dos-povos-indigenas-ms-segue-avancando-na-efetivacao-das-politicas-publicas/> . Acesso em: 10 outubro 2023.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogerio. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. *Terra Livre*, Goiania, 2, n. 23, Julho / Dezembro 2004. 35-52.

IBGE. *Censo Demográfico 2022. Indígenas: Primeiros resultados do universo*. IBGE. Rio de Janeiro. 2023.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*. IBGE. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home> . Acesso em: 12 outubro 2023.

ISA. *pib.socioambiental.org. Povos Indígenas no Brasil*, 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/> . Acesso em: 10 outubro 2023.

KLINTOWITZ, Danielle ; CORREIA, Fernanda ; AGUIAR, Marcos. Indígenas no espaço urbano: não foi a aldeia que chegou na cidade mas a cidade que chegou na aldeia. ArchDaily. 20 abril 2020. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/937793/indigenas-no-espaco-urbano-nao-foi-a-aldeia-que-chegou-na-cidade-mas-a-cidade-que-chegou-na-aldeia>, acesso em 28 julho 2022.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5a. edição. São Paulo: Centauro, 2001.

LIRA, Aline. Na Capital, aldeia Água Bonita abriga primeira horta indígena de folhosas do País. *agraer.ms.gov.br*, 14 outubro 2016. Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/na-capital-aldeia-agua-bonita-abriga-primeira-horta-indigena-de-folhosas-do-pais/> . Acesso em: 28 julho 2023.

MARQUES, Leandro. Aldeia Água Bonita produz orgânicos e artesanatos e querem chegar à mesa da população. *Midiamax*, 29 junho 2020. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2020/aldeia-agua-bonita-produz-organicos-e-artesanatos-e-querem-chegar-a-mesa-da-populacao/> . Acesso em: 28 julho 2023.

MUSSI, Valéria Paes Leite. *As Estratégias de Inserção dos Índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)*. 2006. 332 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2006.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade * The indian and the urban area: brief observations on the indigenous context in the city. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, [S. l.], n. 14, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/26141>. Acesso em: 30 nov. 2023.

NUNES, E. S. Aldeias Urbanas ou Cidades Indígenas? Reflexões sobre Índios e Cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, 4, n. 1, jan/jun 2010. 9-30.

OBANDO, Mireli. Água Bonita: os desafios de preservar tradições indígenas dentro de uma aldeia urbana. *Portal do Governo de Mato Grosso do Sul*, 28 agosto 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/agua-bonita-os-desafios-de-preservar-tradicoes-indigenas-dentro-de-uma-aldeia-urbana/> . Acesso em: 28 julho 2023.

OLIVEIRA, João P. D.; FREIRE, Carlos Augusto D. R. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. 1. ed. Trad. de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017. 128 p. ISBN: 978-85-8452-094-7

PAYNO, Mariana. Quem são os indígenas nas cidades? *gamarevista.uol.com.br*, 01 agosto 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/de-quem-e-a-caoa-indigena/indigenas-nas-cidades/> . Acesso em: 28 setembro 2023.

PECHINCHA, Mônica T. S. Kadiwéu. *pib.socioambiental.org*, 23 janeiro 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kadiw%C3%A9u> . Acesso em: 12 julho 2023.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. *Prefeitura realiza ação itinerante de vacinação contra a covid-19 na Aldeia Urbana Marçal De Souza*. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/prefeitura-realiza-acao-itinerante-de-vacinacao-contra-a-covid-19-na-aldeia-urbana-marcal-de-souza/> Acesso em: 31 de mar. de 2023)

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. Tradução de Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

SEMADESC. AGRAER. *Portal de Acesso a Cartas de Serviços*, 20 setembro 2021. Disponível em: <https://www.cartasdeservicos.ms.gov.br/category/semadesc/agraer/> . Acesso em: 28 setembro 2023.

SOAVE, Fernando M. Índios e cidade: quando a igualdade descaracteriza. *Boletim Científico ESMPU*, Brasília, n. 49, jan / jun 2017. 49-78.

VALENTIM, Danielle. *Memorial da Cultura Indígena recebe nome de Enir Terena, 1ª cacique mulher de MS*. Campo Grande News, Campo Grande, 18 de jun. de 2018. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/memorial-da-cultura-indigena-recebe-nome-de-enir-terena-1a-cacique-mulher-de-ms> Acesso em: 12 de abr. de 2022.

VIETTA, K. Os “valores” da cerâmica terena campo-grandense: um silencioso patrimônio intangível. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, XII, n. 24, 2015. 98-131.

WEIMER, Gunter. Evolução da Arquitetura Indígena. *ihrgs.org.br*. 13 maio 2014. Disponível em: <https://www.ihrgs.org.br/artigos/membros/Günter%20Weimer%20-%20Evolucao%20da%20Arquitetura%20Indigena,%202014.pdf>. Acesso em: 26 agosto

DO NÃO-LUGAR AO LUGAR ANTROPOLÓGICO

Práticas insurgentes no território das pessoas trans em situação de rua

FROM NON-PLACE TO ANTHROPOLOGICAL PLACE
Insurgent practices in the territory of homeless trans people

Redson Pagnan¹

Resumo

Esse texto compõe-se como um relato de pesquisa sobre as relações estabelecidas e, produzidas, entre alguns indivíduos, grupos ou coletivos e o espaço urbano, especificamente, a partir de experiências de ocupação das pessoas transexuais em situação de rua na cidade de São Paulo. A ideia é narrar apropriações do território que gerem situações de outra ordem, em nível espacial, social, cultural e político, pois são entrelaçados. Desse modo, discuto as questões do “não-lugar” como um lugar de pertencimento e identidade, assim como o “lugar antropológico”, isto é, aquele que consiste em ser o lugar de uma experiência. Para a discussão, trago como exemplo a “casa de vidro” do Minhocão, tentando expor esses momentos e relações.

Palavras-chave: não-lugar, lugar antropológico, práticas insurgentes, território.

Abstract

This text is composed of a research report on the relationships established and produced between some individuals, groups or collectives and the urban space, specifically, based on the occupation experiences of transgender people living on the streets in the city of São Paulo. . The idea is to narrate appropriations of the territory that generate situations of another order, at a spatial, social, cultural and political level, as they are intertwined. In this way, I discuss the issues of “non-place” as a place of belonging and identity, as well as the “anthropological place”, that is, one that consists of being the place of an experience. For the discussion, I bring as an example the “glass house” of Minhocão, trying to expose these moments and relationships.

Keywords: non-place, anthropological place, insurgent practices, territory.

Introdução

Nas últimas décadas, as cidades têm sido estruturadas de um modo que tendem a conservar uma certa homogeneização dos espaços públicos e das ações cotidianas contidas em determinados lugares. São inúmeras experiências, saberes e comportamentos passados de geração em geração sobre os modos de ser e de ocupar o mundo, onde a diversidade e as diferenças são, quase sempre, compulsoriamente excluídas e postas em dimensões outras, sejam elas espaciais, sociais, culturais, econômicas etc. e oferecer uma sustentação à civilização em relação aos modos como vivemos e nos relacionamos, de algum modo, também faz parte do universo da Arquitetura.

Há algum tempo arquitetos, urbanistas, filósofos, sociólogos, geógrafos, jornalistas, dentre outros, estão nos alertando sobre como a ideologia modernista baseada em setorizações espaciais (segregação) colocariam um fim ao espaço urbano e à vida nas cidades (JACOBS, 2007). De fato, as cidades absorveram em maior ou menor grau características do Modernismo e passaram a operar (ou a serem projetadas para operar) de modo mais racional e funcional. “Em termos sociais, as modernas formas construídas não raro traduzem muito debilmente a experiência pessoal e compartilhada” (SENNETT, 2020, p. 10).

No entanto, mesmo estando sob uma configuração de controle e poder, as cidades são materialidades diversas que servem de suporte para inúmeras ações cotidianas que surgem como respostas a esses espaços estanques, aos modos mais tradicionais de ocupar um território e até mesmo as formas de pensar a cidade. Desse modo, os diferentes habitantes de uma cidade, tornam-se coautores dos espaços, contribuindo para sua criação, apropriação, ressignificação e, também, fomentando um discurso sobre a construção coletiva do que é o espaço público, do que é viver na cidade. Assim, ser um coautor da cidade é compartilhar da criação de diferentes espaços ou situações que se desenvolvem no território, sejam eles arquitetos, coletivos, ativistas, moradores locais ou sujeitos diversos que de alguma forma intervêm na dinâmica da cidade, da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, alinhando-se as pesquisas realizadas no Grupo Culturas e Cidade da FAU-Mackenzie, o objetivo desse texto é expor momentos de encontro no território que gerem situações de outra ordem. Isto é, apropriações efêmeras ou não, de algum espaço público no recorte do território da pesquisa, realizados por esses diferentes atores sociais e, até mesmo, identificar, alguns pontos de referência entre os quais se desenrolam uma ação. Especificamente, trago para a discussão a “casa de vidro” imaginária, cujo CEP é o Minhocão, o elevado Presidente João Goulart em São Paulo. Para esboçar uma análise, mobilizo alguns conceitos, como por exemplo, o de “não-lugares” (AUGÉ, 1998) e territorialização (HAESBAERT, 2004) para narrar as práticas (in)comuns e introduzi-las como experiências particulares de lutas que simbolizam e (re)organizam os espaços urbanos. Penso, que a discussão tem potencial para expandir, dentro da Arquitetura e Urbanismo, enquanto disciplina, as questões sobre cidades mais inclusivas e diversas acerca dos sujeitos e da vida cotidiana.

Dois conceitos

A concepção de território que trago para o texto é baseada nos estudos do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004) onde este é considerado uma dimensão espacial que se revela em distintos processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material, quanto em termos imateriais, na produção de identidades, subjetividades e simbolismos em relação à determinados lugares. Isto é, o território é concebido a partir

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

de múltiplas imbricações das relações de poder, o que tende a fomentar uma intensa variação no conceito de território, conforme o contexto histórico e geográfico, pois as sociedades estão em constante transformação.

No contexto atual, o território assume um viés multidimensional que flexiona e tensiona as esferas políticas, econômicas e culturais onde os diferentes atores sociais, os agentes e os diversos grupos movimentam certos lugares (seus e dos outros) gerando processos de territorialização (ou desterritorialização) em direta relação com o pertencimento, uso e vivência. Portanto, se estabelecem processos de apropriação em pontos do espaço urbano, em escalas diferentes, diretamente relacionadas aos modos de ser no mundo.

Assim, em qualquer acepção, o território tem a ver com poder, não somente no sentido político, de dominação, mas também, no sentido mais simbólico de apropriação, inspirando os processos de identificação (HAESBAERT, 2007). Seguindo os pressupostos de Lefebvre (1986: 411, 412) a apropriação em si *“implica tempos em tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos, uma prática”*. Portanto, as práticas cotidianas fomentam os territórios, gerando diferentes, diversas e múltiplas territorialidades. Desse modo, mesmo quando imaginamos apenas estar fazendo algo do cotidiano, como andar, trabalhar, comer, ir às compras, morar... na verdade, estamos fomentando nossos territórios. Perder o seu território é, efetivamente, desaparecer. Por isso, “é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem as formas mais vigorosas de apego a identidades territoriais ou “territorialismos” (HAESBAERT, 2007, p. 23). Nesse sentido, o que me interessa para construção dessa análise são os sujeitos que estão compulsoriamente em um território que, no entanto, não é um lugar de desejo², mas se identificam com ele, se apropriam dele e, até mesmo, ressignificam e subvertem suas relações cotidianas com o espaço.

Já o conceito de “não-lugar” (AUGÉ, 1998) é diretamente o oposto do conceito de lar, residência ou espaço personalizado. O não-lugar, reinterpretado pelo antropólogo francês Marc Augé, a partir dos estudos de Michel de Certeau, é representado pelas grandes estruturas de passagem, como as rodoviárias, aeroportos, estações de metrô, as grandes cadeias de hotéis, parques de lazer, isto é, lugares onde é possível realizar as mais diversas ações do dia a dia, como tomar banho, comer, se alimentar, dormir, tudo com bastante conforto e, no entanto, salvo raras exceções, não são estabelecidas relações de afetos duradouros ou “apegos particulares” (CORTÉS, 2008) nem com o próprio ambiente, nem com outras pessoas que também circulam ali.

Os não-lugares são espaços do anonimato, onde muitas pessoas passam uma quantidade de tempo variável, mas a função não é a mesma que aquela com sentido mais agregador de uma comunidade, como nas praças públicas, por exemplo. Ampliando a discussão desse conceito, gostaria de destacar que os não-lugares podem ser, também, aqueles espaços esquecidos na cidade, em diferentes escalas, como por exemplo as garagens, os lixões, esgotos, as favelas etc. e que, também, é possível (e até inevitável) que os não-lugares exerçam (assim como os “lugares antropológicos”³ fundadores do nosso *self*) um papel de identificação com os espaços da cidade, isto é, fazendo com que possamos construir vínculos com a cidade, mesmo em lugares hostis.

² Não é o lugar desejado, personalizado, sonhado, almejado.

³ Conceito de Marc Augé.

O que quero dizer é que o não-lugar também propicia uma experiência de lugar. É o não-lugar como força motora de vivências, experiências e, suas imbricações, que me interessam nessa discussão. Um não-lugar nesse sentido nunca existe sob uma forma pura, os “lugares se reconstituem nele, relações se reconstróem nele” (AUGÉ, 2018, p. 60). Desse modo, para uma parcela da população o não-lugar é um lugar paratopico (PAGNAN, 2019). Isto é, os não-lugares, apesar de serem espaços esquecidos da cidade, sujos, insalubres etc., também possuem características de pertencimento, fomentando uma paratopia espacial: o discurso (ou a prática discursiva, isto é, dizer-se) revela o pertencimento e o não pertencimento – ao mesmo tempo – em relação ao lugar e, ainda, o sujeito enunciador evoca sua existência, sua identidade, ancorado na sociedade vivente, por uma “nova” sociedade (MAINGUENEAU, 2009). Essa paratopia do não-lugar associa-se fortemente a difícil negociação entre o mundo real, material e o sublime, sempre colocando em questão o funcionamento de sua própria existência.

Desse modo, encontrar no “não-lugar” um espaço que, de algum modo, escape da opressão totalitária do lugar, será encontrar algo que se assemelha a liberdade. Na análise veremos algumas marcas dessas vivências, partindo dos enunciados sobre a ‘casa de vidro’ na matéria da Folha de São Paulo.

Alguns procedimentos

Aqui, a pesquisa qualitativa, está alinhada aos mais recentes modos de olhar para a cidade partindo de teorias e conceitos que conversam entre si e, também, circunscrevem os objetos a serem estudados, isto é, visando encontrar dados, significados, opiniões ou razões a respeito do problema, a fim de fornecer informações mais detalhadas sobre determinado assunto.

A etnologia sempre tratou de pelo menos dois espaços: o primeiro é aquele lugar que ela estuda com mais proximidade (uma aldeia, um bairro, um evento etc.) e, o segundo, aquele lugar mais amplo, onde este primeiro se insere e de onde se exercem as influências, referências e opressões que fazem efeito no jogo das relações sociais (AUGÉ, 2018). Assim, a pesquisa empírica é baseada na captura de informações e experiências e sua realização deve ser entendida como uma atividade de produção de conhecimento sobre os processos de identificação e apropriação da cidade, sem perder de vista nem o lugar imediato de sua observação nem as fronteiras pertinentes.

Desse modo, parti dos seguintes procedimentos:

O levantamento preliminar: nessa etapa, de um modo geral o grupo⁴ reuniu e sistematizou informações a respeito do território a ser “inventariado”, delimitou e definiu alguns recortes de pesquisa e interesses de trabalhos. Nessa fase, o levantamento buscou identificar grupos coletivos e instituições atuantes no território, para então se aproximar de modo exploratório, com a realidade pesquisada. Assim, foram identificados moradores, instituições, coletivos etc., agentes nesse território, uma vez que a noção de referência cultural está atrelada a existência social (FONSECA, 2000).

A identificação: nessa etapa, aprofundam-se os interesses de pesquisa. Aqui, especificamente, me aproximei do meu tema de doutorado, buscando desenvolver discussões (e leituras) a respeito das relações entre os espaços urbanos e alguns marcadores sociais. Isto é, fiz recortes específicos com meu tema de pesquisa, a saber,

⁴ Aqui, me refiro de um modo geral ao trabalho do grupo “Culturas e Cidade: Teorias e Projeto”, enquanto um coletivo de pesquisadores.

as apropriações efêmeras ou não do espaço urbano a partir das relações de gênero e sexualidade. Assim, me aproximo das experiências das pessoas trans em situação de rua, na “casa de vidro”, no Minhocão (Elevado Presidente João Goulart) como o *corpus* de análise nesse texto.

É nesse momento também que se qualifica, categoriza e seleciona as referências culturais partindo de leituras e conceitos, a fim de apreender um conjunto de representações simbólicas, vivências, existências, elaboradas por tal grupo em relação ao território ocupado.

Adocumentação: trata-se de elencar as materialidades possíveis a serem pesquisadas, como por exemplo, textos em jornais ou revistas, livros, fotografias, projetos, memórias ou alguma outra situação específica enunciada.

A leitura (ou análise): aqui, trata-se de um constante batimento entre leitura e interpretação (PÊCHEUX, 2002) dos dados e conceitos em relação ao objeto delimitado, fazendo ranger a teoria.

Um não-lugar como lugar da existência

No dia 27 de abril de 2020, cerca de dois meses após a primeira confirmação de contaminação pelo coronavírus no Brasil, o repórter Dhiego Maia que escreve sobre o cotidiano na Folha de São Paulo, publicou uma matéria⁵ sobre a rotina da população trans em São Paulo e as implicações em relação ao Covid19. A “Casa de Vidro” imaginária (o apelido é uma referência ao *reality show* Big Brother Brasil, em relação à sensação que as moradoras têm de serem observadas o tempo todo), viralizou nas redes sociais, disseminando a informação e expondo a difícil situação de uma população que vive se encaixando em lacunas esquecidas na cidade, até mesmo, reinventando e subvertendo os significados deixados ali.

Já sabemos, que as cidades não são somente meros cenários ou pano de fundo das ações cotidianas, mas sim um emaranhado de espaços históricos (e de histórias) que se edificam no decorrer do tempo, pelas diversas sobreposições de construções, vias e viandantes que intervêm na significação a todo momento e marcam o corpo e o espaço, ao mesmo tempo, de sentidos (FEDATTO, 2013). O espaço privado, também é repleto de significados, como descreveu Lemos (1989, p. 121):

O lar é o não-espaço da casa. Ritualizado e mítico, o lar é a alma da casa e o paraíso de nossa individualidade privada. (...) o lar caracteriza-se por ser um espaço imaginário, simbólico; um conjunto de práticas concretas e rituais imaginários que fazem de minha casa algo sem igual.

Assim, o imaginário de localização ou da identificação com determinado lugar, também é construído em relação aos espaços privados e domésticos; ou com características de espaços privados e domésticos, a partir de diferentes referências que constituem nossas qualidades e modos de ser no mundo, em paralelo, fundam nossa individualidade. O imaginário do lugar, também se apoia nas nossas relações pessoais e espaciais, assim, “o lugar se completa pela fala” (AUGÉ, 2018, p. 59). Portanto, não há uma

análise social que possa ignorar os espaços por onde os indivíduos transitam, seja com seus corpos ou com a linguagem.

Desse modo, se o discurso funda o lugar, a casa de vidro, por determinação das pessoas que ali vivem, já se faz uma casa. Assim, produzir através de determinada ação (fazer, falar) o “aqui é a minha casa”, de fato, materializa essa casa (mesmo que de modo imaginário), pois o discurso ou a palavra, criam a imagem, produzem o mito e o fazem funcionar (AUGÉ, 2018, p. 73). Isto é, fundar o lugar, falar dele, se faz necessário para que ele exista e, ao se materializar em junção com as palavras, torna-se um “lugar antropológico”, ou seja, o lugar de uma experiência, onde vão sendo atribuídos significados (AUGÉ, 2018). No mesmo movimento, o discurso também funda o indivíduo, que a partir de determinada ocasião, passa a se posicionar, se impor, dizer-se. A repetição disso, ou melhor a cristalização (BUTLER, 2017) cria o sujeito. É, partindo daí que Judith Butler desenvolve seus argumentos sobre o gênero e a sexualidade enquanto construção social, porque esses são atributos enunciados e, tão repetidos e repetitivos (em todos os lugares) que passam a funcionar em nossa sociedade como algo essencialmente natural.

Para Marc Augé (2018, p. 60) “o lugar se define como identitário, relacional e histórico” e, um espaço que não possui esses atributos, seria um não-lugar. No entanto, volto a afirmar que mesmo um “não-lugar” pode assumir a função de um espaço fundador identitário. Isto é, também é possível que uma pessoa se identifique com a cidade, com outros grupos e com si mesmo, tendo lugares não muito confortáveis ou especificamente planejados como um “espaço seu”, muitas das vezes não existe outra possibilidade a não ser essa de criar uma realidade para sobreviver. Se referindo a uma das moradoras, o texto do repórter diz: “no chão sujo, a cearense amontoa pedaços de madeira usados para o preparo da comida. Dorme no seu colchão ao lado das amigas, sobre uma estrutura por onde se dissipam os ventos dos trens que circulam no subterrâneo da metrópole”. Nesse enunciado vemos a marca do território: “o chão sujo”; a marca da regionalidade: “a cearense”; a marca da vida cotidiana: “pedaços de madeira usados para o preparo da comida” e marcação do espaço urbano hostil, um lugar compulsório dessa parcela da população: “uma estrutura por onde se dissipam os ventos dos trens que circulam no subterrâneo da metrópole”.

A casa de vidro, não é, em nenhuma instância, um ambiente digno de moradia, seja para quem for. No entanto, mesmo em uma situação muito precária, as pessoas que vivem em um “não-lugar” (partindo da leitura do conceito que indiquei no início do texto), estão a todo tempo resistindo e buscam dotar o espaço de significados (com suas ações cotidianas), para torná-lo um pouco mais “seu”, um pouco mais agradável. O planejamento urbano de quase todas, se não todas as cidades, promoveu uma remodelação urbana que criou afastamentos rígidos baseados em diferenças de classe, de raça, de sexo ou de gênero. A casa de vidro, é um reflexo disso. E, ao existirem e resistirem, apropriando-se desses espaços hostis ou esquecidos, estão, muitas vezes, criando “microresistências dissensuais” que podem desestabilizar a hegemonia e a homogeneização dos espaços em questão (JACQUES, 2012). Esse movimento de subversão do significado do lugar, cria uma desordem entre o saber institucionalizado sobre a cidade e o “saber das ruas” (FEDATTO, 2013). A experiência desses usuários são expressões de um uso conflituante do que foi desenhado para o espaço público (nesse caso, uma tentativa de transformação em espaço doméstico) que, contraria e profana os saberes sobre a cidade ao buscar o cotidiano familiar no estanho (AGAMBEM, 2007 *apud* JACQUES, 2012).

⁵ Com rotina piorada por coronavírus, trans de SP habitam malocas e ‘casa de vidro’ imaginária”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/com-rotina-piorada-por-coronavirus-trans-de-sp-habitam-malocas-e-casa-de-vidro-imaginaria.shtml?origin=folha>.

Essa experiência que Paola Jacques (2012) vai chamar de errática, é o que permite que esses sujeitos experimentem a alteridade, isto é, a marca do Outro em seu próprio cotidiano. No texto publicado na folha, podemos perceber essa situação na fala de uma das moradoras: “é a solidariedade desse povo que está mantendo a gente viva, com comida para todas as refeições do dia”. E, também em: “(...) as meninas também sabem devolver o cuidado que recebem. Elas mantêm um cantinho da doação, com calçados, roupas e até comida que são distribuídos aos mais necessitados”. Assim, podemos dizer que as relações e o lugar estão conjugados pelas práticas cotidianas, onde “elementos são distribuídos em relações de coexistência” (CERTEAU, 1990 apud AUGÉ, 2018). E, mesmo em situação de extrema vulnerabilidade, as moradoras da casa de vidro, preocupam-se em distribuir o pouco que possuem.

O lugar é necessariamente histórico, quando articula identidade e relações, definindo aí uma estabilidade mínima (AUGÉ, 2018). Isto quer dizer que aqueles que ali vivem podem reconhecer marcos, saberes, linguagens que não são obrigatoriamente conhecidos por todos, mas com todos aqueles capazes de adentrar as suas razões, isto é, um território retórico (AUGÉ, 2018). Na realidade de hoje, os espaços, lugares e não-lugares misturam-se e interpelam-se, se opõem ou se atarem, com as palavras que permitem descrevê-los. Nos não-lugares da supermodernidade, defendido por Augé (2018), sempre vai existir um lugar que não integra em nada, só autorizam a coexistência do indivíduo. Ao contrário disso, penso que o “não-lugar” como um lugar antropológico seja também um catalizador e fomentador das identidades, relações, sujeitos... na experiência da casa de vidro, esse é o único lugar que aquelas pessoas têm e, fazem dele o melhor lugar para sua existência. O não-lugar dessa perspectiva, é integrador, admitindo diferentes sentidos de apropriação, inspirando os processos de identificação (HAESBAERT, 2007). O não-lugar existe e sua frequência é a experiência de incertezas.

Algumas considerações

Devo dizer, com uma breve (in)conclusão, que o desenrolar da narrativa em relação à “casa de vidro”, tão intrincado ao território, se enreda em um intrigante *corpus* de pesquisa, que sugere uma tomada de posição forasteira para poder falar de sujeitos outros, vivências outras ou, ao menos, permite minimamente essa leitura e interpretação de vivências próximas.

Essas imbricações, tão desobedientes em relação aos fundamentos da arquitetura e urbanismo, essas posições compulsórias em não-lugares vão tornando-se aqui e ali outros meios de se experimentar a cidade, ao mesmo tempo vão produzindo a cidade, ressignificando os espaços. E, são essas diferentes narrativas que permitem contá-las, documentá-las e torná-las assim, parte da história, ao invés de serem apenas sujeitos que vivem a história. A fala, a memória, a generosidade, as ações cotidianas, o chão sujo, são algumas das referências urbanas que vão variando e transformando-se em referências subjetivas. Vão fazendo o sujeito. E, ao aprender a dizer-se na cidade, esses sujeitos fundam não somente o lugar, mas a si mesmos. Reconhecendo, por vezes, que esse não é seu lugar ou, pode não ser o seu “lugar de desejo”, mas é o lugar que lhe cabe no momento, estabelecendo, assim, uma relação paratopica de sua existência.

Assim, o não-lugar passa a ser também um lugar antropológico, ou seja, de experiências, onde se reconstroem, ressignificam e se reconstituem outros lugares, outros sujeitos. Essa é a força motora do espaço desconhecido, ele possibilita outras formas de apropriação. Muito importante, também, é o fato de que essas apropriações constituem implicações políticas a respeito do território, fomentando o debate em relação a

construção dos espaços mais inclusivos e diversificados, um espaço que permita mais possibilidades (a todos) e seja menos compulsório com a base da pirâmide social.

As práticas desses sujeitos, são ações que ao mesmo tempo criticam, denunciam e questionam a hegemonia estabelecida nas cidades.

As cidades (também) são isso: imagens históricas que produzem efeitos discursivos, são lugares de lutas e de ações, grandes, pequenas ou locais, das pessoas diversas, onde se desenrolam todos os processos, se esquematizam as batalhas e se articulam as memórias. As palavras, as ações cotidianas e o território, articulados, pronunciados, fazem surgir mundos possíveis e tornam-se matéria de significações possíveis para as diversas realidades históricas.

Agradecimentos

À CAPES – PROEX (Programa de Excelência Acadêmica), pelo apoio financeiro concedido a pesquisa, juntamente à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Referências

AGAMBEM, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

AUGÉ, M. *Los no-lugares: espacios del anonimato*. Barcelona: Gedisa, 1998.

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da modernidade* [livro eletrônico]/Marc Augé; tradução Maria Lúcia Pereira. – Campinas, SP: Papirus, 2018. 217Kb; ePub.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 14a ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

CERTEAU, M. de. *L'invention du quotidien*. 1. Arts de faire. Galimard, “Folio – Essais”, 1990.

CORTÉS, J.M.G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

FEDATTO, C. P. *Um saber das ruas*. O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *IPHAN*. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Ano IX, nº 17, 2007, p. 19-46.

JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JACQUES, P. B. Experiência errática e narrativas urbanas. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. (org.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/FAU/PROARQ, 2012.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986 (1974).

LEMOS, C. A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2009.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes. 2002.

PAGNAN, R. *Corpos trans e os lugares que (não) podem ocupar: o discurso de Linn da Quebrada e a produção de sentidos na cidade*. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade de Franca, 2019.

SENNETT, R. *Juntos*. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução de Clóvis Marques. 5º ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

OCUPAR, POR SI SÓ, É RESISTIR. OCUPAR SENDO MULHER É RESISTIR DUPLAMENTE

A Casa de Referência Mulheres Mirabal e o corpo-território como levante

*TO OCCUPY, IN ITSELF, IS TO RESIST.
TO OCCUPY AS A WOMAN IS TO RESIST DOUBLY:
The Mirabal Women's Reference House
and the body-territory as an uprising*

Bárbara Rodrigues Marinho¹ e Daniele Caron²

Resumo

Este artigo busca contribuir, a partir de narrativas de mulheres, com o debate sobre a realização das ocupações feministas e os modos de resistência das mulheres no espaço urbano, para a construção de um outro discurso e um outro olhar sobre os territórios. Além disso, também são abordadas o uso da narrativa como perspectiva teórico metodológica, o conceito de corpo-território e são feitas reflexões que sobre a ideia força de corpo-território como levante, lugar de onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para criação da Casa de Referência Mulheres Mirabal, ocupação urbana construída e coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario que existe e resiste há sete anos na cidade de Porto Alegre/RS. Palavras-chave: ocupação, mulheres, corpo-território, narrativa.

Abstract

Based on women's narratives, this article seeks to contribute to the debate on the realization of feminist occupations and women's modes of resistance in the urban space, in order to build another discourse and another look at territories. It also discusses the use of narrative as a theoretical methodological perspective, the concept of body-territory and reflections on the idea of body-territory as an uprising, the place from which the narratives emerge about the beginning of the collective organization of women to create the Casa de Referência Mulheres Mirabal, an urban occupation built and coordinated by the Olga Benario Women's Movement that has existed and resisted for seven years in the city of Porto Alegre/RS.

Keywords: occupation, women, body-territory, narrative.

1 Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 2023); Pesquisadora no Margem_Lab (PROPUR/UFRGS); Arquiteta e Urbanista (UFRN, 2018).

2 Docente da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS); Coordenadora do Grupo de Pesquisa Margem_Lab (PROPUR/UFRGS); Doutora em Urbanismo (Universidad Politécnica de Catalunya, 2017); Mestrado em Urbanismo (Universidad Politécnica de Catalunya, 2010).

Quem protege as mulheres vítimas de violência?

Este artigo busca contribuir com o debate sobre como a realização das ocupações feministas no espaço urbano possibilitam a construção de um discurso de outra ordem e também de um outro olhar sobre os territórios, partindo da ideia-força de corpo-território como levante. O locus de pesquisa é a Casa de Referência Mulheres Mirabal (CRMM), segunda ocupação urbana feminista da América Latina, que existe desde 2016, está localizada na cidade de Porto Alegre/RS e é coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB)³.

A principal função da Casa é acolher e abrigar mulheres em situação de violência doméstica que não tem um local seguro para ir enquanto se reestabelecem psicologicamente e financeiramente longe de seus agressores. As mulheres militantes do movimento acreditam que as ocupações, se bem organizadas e articuladas, abrem um caminho para o desenvolvimento de políticas públicas, formação política, de expansão do movimento e de transformação da vida das mulheres.

Além disso, a relevância da pesquisa, bem como da existência de espaços como a CRMM, está em tensionar e confrontar a estrutura patriarcal e capitalista em que vivemos, a qual explora e violenta diariamente nossos corpos. Busca ainda, dar visibilidade a luta das mulheres pela sobrevivência em um país que está em 5º lugar no ranking mundial de feminicídios⁴ frente ao Estado que segue mantendo as mulheres e seus filhos em situação de vulnerabilidade física, psicológica, social e econômica enquanto deveria cumprir seu dever de protegê-los.

Deve-se lembrar que a realização de denúncias junto ao Estado nem sempre é efetiva para as mulheres em situação de violência, já que as localizações dos equipamentos públicos de segurança e acolhimento muitas vezes estão, segundo Souza e Meletti (2020), distribuídos em diversas instituições distantes de seus locais de moradia, onerando os gastos com deslocamento. Além disso, existem inúmeras variáveis da vida urbana e cotidiana que dificultam a realização da denúncia, a exemplo de: como onde e com quem deixar os filhos e o horário de funcionamento destes lugares coincidir com o horário do expediente de trabalho.

Outro aspecto a ser considerado é que mesmo com quinze anos de existência da Lei Maria da Penha, ainda há uma escassez de equipamentos públicos que oferecem serviços especializados de atendimento e amparo as mulheres em situação de violência, como as Casas-abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em levantamento realizado entre os anos de 2018 e 2019, dos 5568 municípios brasileiros, apenas 417 possuem DEAM, o que corresponde a apenas 7,5% do total de municípios. Quanto as Casas-Abrigo de gestão municipal os números são ainda menores, equivalente a apenas 2,7%. Já em relação aos serviços especializados de enfrentamento à violência, apenas 20,9% dispunham de serviços de enfrentamento à violência contra mulheres e somente 9,7% ofereciam serviços de atendimento à violência sexual⁵. No estado do Rio Grande do Sul, apesar dos seus 497 municípios,

3 Este artigo é produto de uma dissertação de mestrado defendida em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada "EXISTO PORQUE RESISTO: A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano. A dissertação está disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/261795/001172616.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

4 Informação extraída de: <https://revistaafirmativa.com.br/luta-contra-a-violencia-a-mulher-brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-mundial-do-femicidio/>

5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. 2º edição, n. 38.

em apenas 23 deles estão presentes DEAM e a capital Porto Alegre, conta com uma única delegacia especializada (GZH, 2023)⁶.

Levando em consideração os dados de serviços de atendimento, junto as estatísticas de violência, espaços como a CRMM têm uma relevância ainda maior. Para se ter uma ideia, durante o ano de 2021, em média uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, contabilizando 1.319 homicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Apesar de uma leve redução nos casos comparado ao ano de 2020 em que ocorreram 1351 homicídios, os números seguem alarmantes. No Rio Grande do Sul segue também com números preocupantes, nesse mesmo ano foram registrados 26.309 casos de ameaça, 14.350 casos de lesão corporal, 1.676 casos de estupro, 83 casos de feminicídio consumado e 210 tentativas de feminicídio. Enquanto isso, somente na capital Porto Alegre, no ano de 2021, foram registrados 2.708 casos de ameaça, 1.978 casos de lesão corporal, 226 casos de estupro, 42 tentativas de feminicídio⁷ e 8 feminicídios consumados. Quanto aos registros de denúncias, o Relatório Anual da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 2021), o número de petições, solicitações feitas referentes a casos de violência doméstica, chegou a 25mil. Esse total compreende um aumento de 257% em comparação com o período de outubro de 2019 e setembro de 2020.

Os números apresentados, no entanto, não são fidedignos a realidade, pois deve-se considerar a existência de subnotificações, que estão relacionadas principalmente, “as dificuldades no registro da denúncia decorrem de motivos diversos, que vão do medo de represálias, constrangimento, descrença na institucionalidade a barreiras econômicas e urbanas que cerceiam o acesso às instituições” (LACERDA, GUERREIRO E SANTORO, 2021).

As mulheres do MMOB, cansadas de verem diariamente outras mulheres sofrerem violência e serem vítimas de feminicídio e partindo do questionamento de “Quem protege as mulheres vítimas de violência?” resolvem se articular e iniciam um projeto político de construção de um território que hoje é referência para movimentos feministas em outros Estados e em outros países e que já acolheu e abrigou centenas de mulheres de várias localidades do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Essas questões serão melhor debatidas ao longo do artigo.

Nossa voz é nossa história, por isso, narre: metodologia e procedimentos metodológicos.

Com o intuito de gerar uma melhor compreensão a quem nos lê, faremos um resumo acerca da abordagem teórico-metodológica e da análise discursiva utilizada na dissertação. Para o desenvolvimento da pesquisa, a abordagem teórico-metodológica escolhida foi a narrativa, a qual pode ter sua escolha justificada pela necessidade de aproximação com um outro tipo de produção do conhecimento, que aposta em uma epistemologia da experiência e que valoriza diferentes perspectivas sobre a realidade, preconizando, antes de qualquer coisa, caminhos para que os números ganhem nome, voz, corpo e forma. A fala e a escuta configuram-se aqui, como um processo de pesquisa, que possibilitam a construção de um espaço seguro para o surgimento de histórias que nunca foram contadas sobre a CRMM e sobre a vivência no espaço

2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

6 GZH. Gaúcha. GZH, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/08/infografico-veja-onde-ficam-e-como-contatar-as-23-delegacias-da-mulher-no-rs-cksous6bb003m0193rt2lsxed.html>. Acesso em: fevereiro de 2022.

7 Dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (2022).

urbano, seja ele público ou privado, por essas mulheres. Tais histórias podem nos contar sobre outros modos de vida, outras formas de organização coletiva e de pensar as cidades.

Quando uma mulher fala, ela carrega histórias de outras tantas vozes escondidas, apagadas, sussurradas, omitidas. Vozes que se mantiveram nas brechas, sem uma escuta capaz de tecer configurações urbanas que estruturam seus desejos e demandas. Essa fala das mulheres quando reconhecida e convocada, aceita e empoderada, a fala que advoga pelo comum, pelo compartilhamento dos recursos e pelo direito à existência poderá ser entendida também como um agenciamento coletivo de enunciação (CARON; TAVARES; MARINHO, 2022, p. 16).

Para desenvolver uma pesquisa que convoca a participação das mulheres que fazem ou fizeram parte e constroem ou construíram cotidianamente a CRMM ao longo da sua existência, definimos as narrativas como objeto de análise para chegar a uma compreensão de como esse corpo-território das mulheres se expressa na ocupação. Segundo o pensamento de Daniele Caron (2017, p.290), as narrativas permitem que o pesquisador tenha uma aproximação entre o mundo experimentado e as experiências do entrevistado de um modo mais amplo, compreendendo o significado dos elementos e processos de seu entorno através da evocação da memória. Ao trabalhar com narrativa, a intenção também é trazer à tona “Corpos, vozes e territorialidades que contêm em si outros modos de existir e persistir, de dar sentido ao tempo e ao espaço, aos seres e às coisas, que apelam pela legitimidade de seus valores e inspiram àqueles que se percebem sem saída nesse sistema” (CARON et al., 2020). Ao falar em memória, podemos nos referir a diversas culturas e várias partes do mundo, em que as mulheres cumprem um papel crucial na preservação e manutenção da história de seus povos – sendo responsáveis pela transmissão do conhecimento entre gerações, que vão desde as curas medicinais, questões referentes aos relacionamentos e comportamentos sociais, é o que diz Federici (2019):

As mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão. (FEDERICI, 2019, p.13)

Na visão da boliviana de origem aymara, escritora, ativista e artista Julieta Paredes (2010), a memória é como uma fonte valiosa dos saberes ancestrais de todas aquelas mulheres que vieram antes de nós, como nossas avós e tataravós, detentoras de conhecimentos científicos, sobre alimentação, educação e cultura que necessitam ser recuperados para o bem das futuras gerações. Michelle Perrot (1989, p. 15) também ressalta o valor da memória das mulheres ao mencionar que “a memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiava a missão de narradoras da comunidade Aldeã”. Tal como nas comunidades e povos tradicionais, em que as mulheres são tidas como sábias e dotadas de um conhecimento que dever ser repassado, é preciso resgatar e potencializar as vozes e trocas de saberes entre as falas femininas, trazendo esse outro tipo de conhecimento para os espaços acadêmicos e de tomadas de decisão. É dessa forma que as mulheres têm sido silenciadas e até hoje excluídas de muitos lugares onde são tomadas decisões, privadas da possibilidade de

determinar a própria experiência e forçadas a encarar os retratos misóginos ou idealizados que os homens fazem delas. Estamos, no entanto, recuperando nosso conhecimento. Como uma mulher disse recentemente em um encontro para discutir o sentido da bruxaria, a mágica é: “Sabemos que sabemos” (FEDERICI, 2019, p.13).

A narrativa, portanto, serve como meio para entrar em contato com a experiência, que é onde o corpo-território dessas mulheres se materializa e pode ser percebido como “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p.109). Optar, então, pela narrativa como abordagem teórico-metodológica, se justifica pela necessidade de me aproximar de um outro tipo de produção que aposta em uma epistemologia da experiência e que valoriza diferentes perspectivas sobre a realidade, trazendo enunciados sobre outras formas de viver na cidade que costumam ser silenciados pela lógica dominante.

Para viabilizar os diálogos narrativos com as mulheres, foi preciso definir ao menos uma pergunta (aqui elaboramos duas), partindo do entendimento de que a narrativa amplia e pode derivar em múltiplas direções de análise de acordo com o interesse de pesquisa. Utilizamos então, o conceito de pergunta geradora da entrevista narrativo-episódica⁸, baseada na metodologia de trabalho utilizada na tese de (CARON, 2017). Logo, as perguntas elaboradas que aqui funcionaram como fio condutor do diálogo a ser estabelecido, foram as seguintes: “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?” As mulheres foram convidadas a refletirem e narrarem, individualmente, sobre o significado individual e coletivo da Casa de Referência Mulheres Mirabal. A primeira pergunta geradora abre o diálogo, fala de modo amplo da Casa Mirabal e a vida e experiência individual dessa mulher, permite deslocamentos no tempo e no espaço que não podem não estar diretamente ligadas a problemática de pesquisa. A segunda pergunta traz aprofundamento no urbano, na tentativa de compreender que sentidos esse território carrega na cidade e na vida urbana das mulheres.

Buscamos com essas perguntas, retomar o saber reproduzido e transmitido através da oralidade, do diálogo que proporciona o fortalecimento de laços e a troca de conhecimentos. O foco aqui é na importância da memória e da narrativa das mulheres como ferramenta de sobrevivência de diversas histórias, sobretudo aquelas experiências urbanas relacionadas à construção da ocupação pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e todas aquelas que somaram junto nessa luta pela vida das mulheres.

Para que pudéssemos entrar em contato com essa experiência e esse conhecimento passado de mulheres para mulheres por meio de narrativas, contudo, foi crucial um longo processo de reconhecimento em campo. Nesse sentido, foi importante também uma aproximação de alguns referenciais vinculados a processos etnográficos (CARON, 2017; ROCHA e ECKERT, 2008; INGOLD, 2016), os quais serviram de base para constituir processos de escuta com as mulheres da CRMM.

Por fim, a inspiração na etnografia foi um caminho necessário para que a perspectiva teórico-metodológica da narrativa fosse aplicada, uma vez que é nesse espaço de convívio e trocas cotidianas que se dão as aproximações e se criam os laços de confiança com as mulheres, no entendimento das dinâmicas e dos limites e quebras de barreiras que só acontecem após algum tempo em contato com o cotidiano daquela

⁸ Segundo Caron (2017) a entrevista narrativa- episódica consiste em formular uma pergunta geradora que impulse o início da narração. Além disso, coloca em evidência um conhecimento episódico que surge a partir das experiências, situações e acontecimentos concretos, assim como um conhecimento semântico baseado nos conceitos que emergem dessas experiências e se generalizam.

realidade da qual me propus adentrar.

A produção de narrativas teve como ferramentas as entrevistas individuais não estruturadas, leituras coletivas e produção de mapas coletivos com as mulheres. A primeira atividade aconteceu a partir dos contatos cotidianos com a Casa de Referência Mulheres Mirabal, o que tornou possível decidir quem seriam as narradoras do estudo que trariam pistas em suas falas sobre o corpo-território das mulheres e a produção do comum naquele território. No total, participaram nove narradoras, pertencentes a quatro grupos: ex-coordenadoras da casa, coordenadoras da casa, ex-abrigadas e abrigadas. Selecionar e trabalhar com os grupos de narradoras exigiu a inserção e aproximação cotidiana nas atividades da casa. As coordenadoras e ex-coordenadoras foram convidadas pelo papel que cada uma delas desempenha naquele território. Para a escolha das abrigadas, foi preciso sentir quais eram as mulheres que davam maior espaço e abertura para diálogos. Quanto às ex-coordenadoras e ex-abrigadas, não existiu dificuldade de acessá-las, visto que existe uma relação duradoura com a maioria das mulheres que já passaram pela CRMM.

Para a análise discursiva do acervo narrativo (*corpus* da pesquisa) produzido, composto pelo diário de campo, pelas narrativas individuais das mulheres. A análise do *corpus* foi feita baseada na metodologia utilizada por Caron (2017). Com as nove narrativas produzidas, as falas foram transcritas, parte do trabalho que requer dedicação e escuta atenta aquilo que foi dito. Este é um momento de reflexão e contato com a história de cada narradora, em que é preciso se deixar afetar nas longas horas de ouvindo e re-escutando os relatos, apreendendo e se aproximando cada vez mais do conteúdo explícito e implícito contido nas narrativas. Esta parte da análise pode ser pensada como fragmentação (CARON, 2017), na qual o discurso se apresenta como miríade de possibilidades e que exige uma atitude de abertura da pesquisadora. Vale salientar aqui, que a análise do corpus levou tempo, e assim como a transcrição estava para a escuta, a fragmentação passou por diversos momentos de leitura e releitura, em processo lento e não-linear.

A categorização que na pesquisa de Caron (2017) se dá em torno de temas-índices (BARTHES, 2011), aqui se organiza por meio do que chamamos de ideias-força. Assim como nas pesquisas da autora, o conjunto de temas nos sugere a existência de uma relação processual, sequencial e subordinada: (1) levante: onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para construção da Mirabal, sobre como tudo começou; (2) campo de batalha – onde aparecem as disputas de narrativas e o corpo-território emerge como luta contra as constantes violências do Estado e da mídia contra as mulheres; (3) construção do comum – tudo aquilo que é apreendido e que difere da lógica capitalista – individual e voltada ao valor de troca da cidade – que tratam a cidade como mercadoria⁹ – para dar lugar ao valor de uso, priorizando as relações humanas no espaço urbano. Nesse artigo, trabalharemos somente a partir da ideia-força de “corpo-território como levante”, sendo o *locus* de pesquisa a Ocupação Mulheres Mirabal (hoje conhecida como Casa de Referência Mulheres Mirabal).

A partir daí, foram feitas reflexões sobre como a Casa de Referência Mulheres Mirabal se materializa enquanto corpo-território. Corpos que, nas palavras de Gago (2020), ao se tornarem território, tornam-se uma espacialidade que se contrapõe ao confinamento

⁹ A cidade como mercadoria faz parte da lógica neoliberal de produção espaço urbano, fazendo parte de um conjunto de práticas, discursos e dispositivos entre o Estado e especuladores que tem como política principal, a livre concorrência e a privatização de imóveis, terrenos e espaços públicos que deveriam servir ao bem-estar da população a partir de uma função social. O que acontece, no entanto, é a entrega da cidade ao capital privado, favorecendo a manutenção de desigualdades sociais de classe, gênero e raça, já que o acesso a moradia, equipamentos e serviços urbanos fica restrito a poucos.

doméstico e que pode ser reafirmada a partir das palavras da narradora Nana (2022), ao dizer que “(...) um espaço como a Mirabal, é a saída desse espaço doméstico diretamente para o espaço de problematização deste ambiente doméstico.”

Tomamos ainda, como pressuposto, a necessidade de ampliar vozes que foram silenciadas e que por séculos foram deslegitimadas e depreciadas, por obstáculos impostos aos diálogos e trocas de experiências cotidianas entre as mulheres e suas experiências, de modo a constituir uma nova ordem discursiva sobre o espaço urbano e a sociedade.

As ocupações de mulheres surgem como potência: de experimentar espaços autogestionados e de reivindicar ao Estado o direito à cidade. A cidade pensada para nós mulheres, serve também como termômetro de bem-estar para as demais cidadãs e cidadãos, sobretudo as dissidentes, excluídas do pensar-urbano. É, inclusive, dessa potência entre corpo-presença-coletividade-teoria-prática que essa pesquisa busca se apropriar para começar a tomar forma, ajudando a compreender que são dos rasgos, fissuras, rachaduras e das “flores que nascem no asfalto” que nós, mulheres, construímos essa transformação.

Transformação essa que vêm da potência de união de mulheres, que nas palavras da narradora Natália Esnaola (2022) é “mais do que simplesmente “só estamos juntas porque nos gostamos”, mas estamos juntas porque temos esse ideal de uma construção em comum, de um trabalho que vai ser feito coletivamente”. Trabalho que remete a uma potência que, a meu ver, se alinha à ideia força de corpo-território.

Corpo-território: da conjunção das palavras à ampliação de seu sentido

Ao articular as palavras corpo e território, é possível dar a devida importância às múltiplas escalas do território, chegando à “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta” (HERNANDEZ, 2017, p.10). Essa ideia está inserida no debate do conceito de corpo-território, discutido por Verônica Gago (2020), Delmy Hernández (2020; 2019) e Lorena Cabnal (2010). A partir da experiência de interlocução narrativa com as mulheres que compõe a Casa de Referência Mulheres Mirabal, busca-se ampliar os sentidos e significados dados ao conceito.

O corpo-território, segundo Gago (2020) é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns ou comunitários e como os corpos individuais e coletivos são violentados por meio da exploração e espoliação desses territórios e as consequências e quais impactos são gerados na vida cotidiana das populações. A espoliação a qual a autora se refere diz respeito à bens comuns, como a água, a terra, a natureza e direitos inalienáveis, como a moradia.

Para Delmy Hernández Cruz (2017) o corpo que é visto como território pode ser em si mesmo, um espaço, um território lugar, o qual ocupa um espaço no mundo e em que se pode vivenciar todas as emoções, sensações, reações físicas, para encontrar assim, um lugar de resistência e resignificação. Podemos ver como a aposta metodológica e conceitual do corpo-território nos dá a possibilidade de criar mapas onde identifiquemos a violência sofrida pelos nossos corpos e tornar visível como elas se conectam com as invasões aos territórios e a repressão seletiva, que busca minar a soberania de corpos e territórios. Ouvimos como há similaridades em cada vivência dos territórios ou nos corpos e isto se dá porque as lutas se entrelaçam (HERNANDEZ, 2015, p.6, tradução nossa). Pensar em corpo-território de forma unificada, é estratégico, uma vez que “a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que se é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da

paisagem” (GAGO, 2020, p.107).

Problematizar esse espaço doméstico confinado é, portanto, estabelecer uma lógica de extrapolar as maneiras convencionais de combate à violência, para além do resgate e do refúgio, criando modos mais densos de defesa e autodefesa à vida: “Autodefesa, assim, promove um deslocamento na análise da questão, tratando como solução do problema a organização dos coletivos em condições de despojo estrutural” (GAGO, 2020, p.90).

As defesas entre território-terra e território-corpo devem ser indissociáveis (CABNAL, 2019). Ou seja, há uma incoerência política em quem não luta pela proteção dessas duas esferas da vida. Na concepção da feminista comunitária, ao se indignar com a espoliação e extrativismo dos bens comuns, mas não ter nenhuma sensibilização quanto às violências que as mulheres sofrem, há um rompimento na rede da vida, na possibilidade de construção de um novo mundo. Complementa ainda que “a mesma reflexão vale na lógica inversa. Se queremos feminismos que defendam os corpos emancipados, mas esses feminismos não falam de territórios emancipados, então a luta do feminismo não se sustenta. Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. O feminismo precisa defender a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?” (ibid., 2019).

Após uma tomada de consciência, as mulheres saem do lugar de vítimas a que lhes foi designado para “(...) inaugurar uma palavra política que não apenas denuncia a violência contra o corpo das mulheres, mas que também abre a discussão sobre outros corpos feminizados” (ibid.,2020, p.72). Sair da posição de vítima é entender o que hooks (2019) quer dizer ao ser contra a aproximação de mulheres a partir de uma “vitimização compartilhada”, ou seja, pela união de mulheres que se dá somente a partir da opressão.

As lutas das mulheres deslocadas dessa posição de vítima e sua presença nos movimentos sociais para reivindicação de seus direitos e contra o sistema capitalista-patriarcal-racista torna-se, portanto, crucial para uma verdadeira transformação social e para o que chamaremos a seguir de “corpo-território como levante”.

Ocupar, por si só, é resistir. Ocupar sendo mulher é resistir duplamente: o corpo-território como levante.

Ao pensar em corpo-território como levante, estamos falando da desacomodação dos corpos das mulheres que decidem se unir e não aceitar mais as opressões e violências sofridas e nem tampouco que as cidades estejam moldadas dentro de uma lógica excludente e universalizante. Também estamos falando do lugar onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para construção da Mirabal, sobre como tudo começou, de como surgiu a tomada de decisão para construir uma ocupação feita por mulheres e para mulheres.

É necessário saber que a história da Casa de Referência Mulheres Mirabal está atrelada antes de tudo, a um movimento social: o Movimento de Mulheres Olga Benario (MMOB), que se trata de um movimento feminista classista/feminista marxista que surgiu em março de 2011, a partir da formação de uma delegação brasileira rumo à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, na Venezuela. Logo após esse encontro, ainda em 2011, foi realizado o primeiro seminário nacional de construção do movimento, em João Pessoa, na Paraíba. Segundo a Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario (2021), o movimento surgiu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão, a exploração da

mulher e as injustiças existentes na sociedade capitalista, racista e patriarcal. Em seus dez anos de existência, o movimento já está presente em quinze estados do Brasil com o propósito de que as mulheres estejam cada vez mais organizadas para combater as opressões e violências e lutar de forma organizada pelos seus direitos. Em Porto Alegre, o MMOB teve início em 2014, ano que coincide com a aprovação do Projeto de Lei (PL) (282/2014) na Assembleia Legislativa do RS que, a pedido da gestão do Governo de José Ivo Sartori, alterou a estrutura administrativa do poder executivo estadual, reduzindo a quantidade de secretarias de 27 para 19, o que culminou na extinção diversas secretarias, incluindo a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Os anos seguintes foram marcados pelos avanços dos governos de extrema-direita e vieram acompanhados de inúmeros retrocessos, entre eles: a diminuição de políticas públicas e os cortes nos recursos destinados à proteção das mulheres e ao combate as violências de gênero.

Dessa forma, as mulheres do MMOB perceberam que era preciso ir além nas lutas feministas e construir uma ação coletiva efetiva que pudesse salvar a vida das mulheres da capital gaúcha. A inspiração para fazer a ocupação de um imóvel vazio que constituiria a Casa de Referência Mulheres Mirabal, veio de dentro do próprio MMOB.

Em 08 de março de 2016 (Dia de Luta Internacional das Mulheres)¹⁰ na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, foi feita a primeira ocupação de mulheres da América Latina, atual Casa de Referência da Mulher Tina Martins¹¹ que aconteceu em um prédio ocioso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que estava desocupado desde 2010.

As mulheres do Movimento Olga começaram a questionar os moldes atuais das relações de submissão e opressão no ambiente doméstico e no espaço urbano, bem como a precariedade nas políticas públicas voltadas para mulheres, entendendo assim, a necessidade de transformações nessa realidade e se colocando diante de uma mobilização do corpo-território – a qual pretende resistir e impulsionar outros modos de vida:

O corpo território impulsiona a invenção de outros “territórios existenciais” (...) Saímos do confinamento doméstico construindo outros territórios domésticos que não obrigam ao trabalho gratuito não reconhecido e que não exigem promessa de fidelidade ao marido-

¹⁰ “O Dia Internacional das Mulheres teve origem no movimento operário e se tornou um evento anual reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Suas sementes foram plantadas em 1908, quando 15 mil mulheres marcharam pela cidade de Nova York exigindo a redução das jornadas de trabalho, salários melhores e direito ao voto. Um ano depois, o Partido Socialista da América declarou o primeiro Dia Nacional das Mulheres. A proposta de tornar a data internacional veio de uma mulher chamada Clara Zetkin, ativista comunista e defensora dos direitos das mulheres. Ela deu a ideia em 1910 durante uma Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague. Havia 100 mulheres, de 17 países, presentes, e elas concordaram com a sugestão dela por unanimidade. A data foi celebrada pela primeira vez em 1911, na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça. E seu centenário foi comemorado em 2011 — então, neste ano, estamos tecnicamente comemorando o 111º Dia Internacional das Mulheres. Mas o Dia Internacional das Mulheres só foi oficializado em 1975, quando a ONU começou a comemorar a data. E se tornou uma ocasião para celebrar os avanços das mulheres na sociedade, na política e na economia, enquanto suas raízes políticas significam que greves e protestos são organizados para aumentar a conscientização em relação à contínua desigualdade de gênero.” BBC. O que é o Dia Internacional das Mulheres e como começou a ser comemorado?. BBC, 8 de mar de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60646605>. Acesso em: janeiro de 2023.

¹¹ BELO HORIZONTE. Casa Tina Martins. Prefeitura de Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-degoverno/politica-urbana/2018/planejamento_urbano/vcmput/iniciativas/13.CASA_TINA_MARTINS.pdf. Acesso em: outubro de 2022.

proprietário. Tomamos as ruas e delas fazemos uma casa feminista (GAGO, 2020, p.128).

Parte da história do levante desse corpo-território da Mirabal pode ser reconstruída por meio das falas de seis das narradoras, as quais estiveram presentes desde o início da ocupação e da idealização desse território de luta. Algumas delas estão à frente coordenação, outras continuam no MMOB, mas por ora estão mais afastadas do trabalho que envolve a Casa. Logo no início das falas, essas narradoras, ao serem indagadas a partir da pergunta geradora “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?” já trouxeram como sua primeira memória o início na Mirabal. É o caso da narradora Gêssica Oliveira que logo no início da sua fala, rememora como foi o processo de pensar e construir a ocupação desde o início.

Ó a pergunta é bem abrangente... Assim... eu fico pensando, a primeira coisa que me vem na cabeça é o começo da Mirabal. Assim, quando a gente tirou essa ideia de fazer uma ocupação que antes era uma ideia de fazer uma ocupação por moradia para mulheres, então era uma ideia de fazer uma parceria do Olga com o MLB, o Olga aqui ainda era muito, muito novo, muito incipiente, e daí a gente percebeu que tinha condições e isso que ia ser muito bom. A exemplo das gurias, lá de Minas Gerais, que fizeram a Tina Martins, a gente se inspirou muito assim e começou a trabalhar muito para construir a Mirabal. Reuniu muito núcleo, dá muita ideia. No início, tinha muita gente duvidando, né? “ah, uma ocupação só de mulheres. É muito perigoso...” “botar essas mulheres em risco de vida” Então a gente foi, não é? Questionada de todos os cantos e quando é efetivamente assim, aconteceu a ocupação a gente começar esse trabalho do zero, um trabalho que não tinha muita ideia, não tinha um histórico, não tinha onde a gente se embasar assim, foi muito construído enquanto caminha e foi um desafio muito louco. Apesar de ter sido muito bom (GÉSSICA OLIVEIRA, ex-coordenadora).

Apesar de todos os questionamentos do potencial coletivo das mulheres de pôr em prática uma ação efetiva e combativa, a ideia permaneceu viva e foi executada. Pelas palavras de Gago (2020), mover esse corpo-território não tem a ver com o medo desaparecer e deixar de existir, mas sim, sair da posição pacífica e de silenciamento diante das violências cotidianas. É possível também pensar esse movimento a partir da ideia de Julieta Paredes: transformar o corpo tanto em instrumento de luta quanto de reflexão. Ao contar sobre o ponto de partida para construção dessa ação efetiva de combate à violência contra as mulheres, a narradora Priscila Voigt, que esteve desde o início do processo de idealização da CRMM, fala do quão as medidas convencionais de enfrentamento acabam sendo insuficientes para enfrentar esse problema que é estrutural.

Primeiro que a gente teve uma experiência no oito de março de dois mil e dezesseis que foi lá em BH que foi a Casa de Referência Tina Martins, é... e que elas também tiveram muito e a gente já vinha discutindo aqui no Estado também é... a importância de ter um espaço só para as mulheres, não é? de abrigo de acolhimento e de receber muitas denúncias e muito pedido de apoio assim de ajuda, de como denunciar, de como ir na delegacia, de medida protetiva, então o movimento acaba recebendo muito dela. E então a gente já vinha pensando nisso, não é? como é nosso movimento ele é incrível, que tem a mesma linha que lá das companheiras que estavam

pensando nisso, fizeram uma ação concreta e a gente também já estava pensando, não é? mas a gente conseguiu aí desenvolvendo novembro, não é? de dois mil e dezesseis (...) porque só a medida protetiva e só o boletim de ocorrência não adianta as mulheres... (Narradora Priscila Voigt).

O período também coincidiu com a ocupação das escolas e universidades públicas por parte dos estudantes e das estudantes secundaristas e universitárias contra à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que estabelecia um teto de gastos públicos por até 20 anos, gerando prejuízos principalmente na saúde e na educação. No momento de tensionamento das greves estudantis que ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2016, afloraram diversos debates político-sociais, fazendo com que muitos jovens despertassem para necessidade de organização e luta coletiva, dados os retrocessos que cresciam de modo vertiginoso. Foi o caso da narradora Júlia, que acabou se aproximando do MMOB nesse momento.

Então, eu sinto que em 2016 foi um ano em que teve muitas mobilizações políticas que eu comecei a participar, hmmm e uma delas que foi logo antes da Mirabal, foi a ocupação da universidade, né? Em relação à PEC e de entender o impacto político que eu ia ter e de começar a perceber o quanto eu tava alienada. Então, ao mesmo tempo, que a universidade é tipo, foi onde eu tive o contato com essas pessoas, né? Que estavam lá ocupando, que me convidaram depois para participar destas reuniões de mulheres, também eram um espaço onde a cobrança do estudo, de estar sempre correndo atrás e num ritmo absurdo faz com que a gente, este mesmo espaço que mostra um pouco disso, te aliene muito, né? E aí a eu sinto que eu comecei a me identificar muito também, não é? (Narradora Júlia).

A articulação do corpo-território é também um processo de reconhecer a corporalidade individual como território único e que proporcione um fortalecimento no sentido de afirmação de sua existência de ser e estar no mundo (CABNAL, 2010). Além disso, trata-se de um amadurecimento na compreensão das conjunturas de violência e injustiça social. A partir daí, é quando se busca, segundo Gago (2020) através da coletividade, reconceitualizar de forma precisa esses conflitos e, na prática, fazer mudanças conjunturais potentes e que ao mesmo tempo, trazem transformações nas vidas cotidianas. O momento de organização das mulheres pré-ocupação do imóvel da Congregação Salesiana pode ser lido como o movimento de levante desse corpo-território das mulheres. É o momento que elas se reúnem para construir e pensar um espaço de luta e resistência revolucionário para Porto Alegre, para o Estado do Rio Grande do Sul e até mesmo para a América Latina.

E aquele dia a gente falou, “dependendo de como for as atividades, aí a gente faz, se não vier tantas companheiras, a gente não faz.” E veio! E Veio muita mulher, cara. E foi uma loucura quando eu entrei naquela sala de reuniões, eu vi um monte de gente que eu nunca tinha visto na minha vida. E muito assim, umas caras de tipo, nossa, vamos dominar o mundo, sabe? Vamos fazer, vamos fazer acontecer e tudo gente nova para caramba, tudo, guria nova, guria e muito nova assim, desde o Morro da Cruz até guria que veio do interior recém, bem assim a gente tinha um pouco de tudo. E aí a gente conversou, deu a ideia real que até então a gente não tinha dito efetivamente “a gente quer fazer uma ocupação de mulheres, por mulheres, para mulheres.” Aí a gente pontuou assim, falou: “É isso que a gente quer fazer. Vocês topam? vocês estão com a gente?”

e a gente ainda estava receosa, né? De que estivessem com medo disso, medo daquilo. E não foi essa resposta que a gente teve, foi uma resposta de “vamos fazer! quando que a gente vai fazer e daí a gente já renovou as esperanças, os espíritos. Sim, aí a gente decidiu. Qual é o dia marcante que a gente tem próximo? a gente viu, ah, 25 de novembro é o dia, pô, do combate à violência. Vai ser nesse dia! Daí, a partir daí a gente já começou a se organizar para isso. Assim, foi bem rápido (...) (Narradora Gêssica).

A narradora Júlia, que na época em que concedeu essa narrativa era coordenadora da CRMM, era uma dessas mulheres que apareceram nessa reunião. Na sua fala, ela conta como a oportunidade de estar se unindo a mulheres para construção de uma luta coletiva trazia sensação do poder e transformação do cenário da violência de gênero. Em outros termos, usando as palavras de Lorena Cabnal (2010) isso pode significar uma recuperação e defesa do corpo, implicando de maneira consciente em provocar uma desmontagem dos pactos masculinos que costumamos conviver e, até mesmo, desmontagem do que entendemos para nossos corpos femininos e assim, podermos alçar uma liberdade.

Primeiro foi a essa reunião de mulheres que a gente participou, que foi na quarta-feira. Sexta-feira foi dia 25. Na quarta, dia 23, que a gente participou à noite desta reunião assim e foi uma plenária, em que tipo conheciam muitas mulheres que estavam lá muito engajadas e muito dispostas dentro de uma ocupação urbana, que naquele caso era a Lanceiros Negros¹², né? Ali que já estavam na prática mostrando que estavam lutando por moradia e que estavam dispostas a construir um espaço para lutar contra a violência assim, né? E aquilo brilhou muito os olhos assim, né? Na ideia, tipo, eu quero fazer parte disso. Eu quero, né? Estar junto nesse espaço, quero assumir esse papel de estar junto nessa luta. E aos poucos, assim, os primeiros momentos já foi uma sensação muito boa, de tipo... Eu entendo que é isso que é o poder popular, assim, de tipo, a gente se sente muito forte, não é? De ver que são várias mulheres que se organizaram aí (Narradora Júlia).

A organização coletiva das mulheres, antes mesmo de se concretizar a ocupação do imóvel, já demonstra uma desacomodação das estruturas hegemônicas de poder. Quando temos dezenas de mulheres saindo de seus lares para articular uma ação transformadora da realidade pela vida das mulheres, vê-se, pouco a pouco, esse corpo-território ganhar forma e força.

Então sobre o dia que a gente ocupou, né? A gente teve vários momentos assim, de estudar quando a gente ia ocupar... Teve muitos momentos que a gente pensou, se questionou muito, será que a gente tem mulheres suficiente para fazer essa ocupação? Será que isso vai dar certo? Será que a gente realmente faz só com mulheres? que era uma dúvida que a gente tinha. Será que a gente consegue fazer isso só com mulheres? Será que a gente não chama os companheiros para nos dar uma salvaguarda, estar ali junto com a gente? então,

12 Durante meu percurso como pesquisadora e na convivência com as narradoras, pude apreender a partir de conversas informais e nas narrativas, a forte relação da CRMM laços estreitos com a Ocupação Lanceiros Negros (OLN) – ocupação do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) que serviram como ponto apoio mútuo, tecendo fortes alianças durante o período de planejamento e ocupação da Mirabal, bem como da reintegração de posse da OLN, em junho de 2017.

hmm, a gente marcou um dia que foi para fazer o teste mesmo. Será que a gente tem essa condição e a gente decidiu pegar para provar? A gente marcou uma reunião de noite, assim super tarde, era nove horas da noite, se não me engano, lá no antigo Lanceiros Negros, lá no Centro da cidade. E a gente chamou, a gente passou muito tempo mobilizando, foi reunido o núcleo, reunião plenária, na PUC, na UFGRS, em outros lugares. E aí a gente chamou fazer chamada para todas as mulheres que a gente conhecia, falou para as mulheres chamarem outras mulheres, inclusive, foi até ali que a própria Ju veio, inclusive, né? Foi um contato de um contato que estava lá (Narradora Gêssica, ex-coordenadora).

O imóvel escolhido para ser ocupado estava localizado na avenida Duque de Caxias, 380, bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre. Ele pertence à Congregação Salesiana, onde anteriormente funcionava o Lar Dom Bosco¹³, um orfanato coordenado pela instituição e que estava fechado há mais ou menos dois anos.

Decidiu-se que a ocupação seria realizada no dia 25 de novembro, data em que no ano de 1960, as irmãs Minerva, Pátria e Maria Teresa, conhecidas como irmãs Mirabal ou *Las Mariposas*, após uma emboscada, foram assassinadas na República Dominicana pelo governo ditatorial do ditador Rafael Leónidas Trujillo. A motivação do assassinato tem relação com a resistência que as três irmãs faziam contra a ditadura no país em que viviam. Em 1999, a ONU reconheceu a data da morte das irmãs como o Dia Internacional da não-violência Contra a Mulher. A narradora Priscila Voigt, considera importante usar datas simbólicas para realizar as ações do movimento, visto que trazem um importante caráter combativo na luta das mulheres.

A narradora Gêssica conta como compreendeu a potência do que estava sendo construído ali pelas quase cem mulheres presentes no dia da ocupação e a importância de estarem chamando a atenção e fazendo história na cidade de Porto Alegre desde o primeiro momento.

E aí, a gente entrou e já foi descobrindo o que funcionava, o que que não funcionava, o que que era, o que era um lugar gigante, um lugar enorme lá na Duque de Caxias e aquela ansiedade gigante de um medo assim e ao mesmo tempo, assim, sabendo que estava fazendo história, acho que todas as minas estavam naquele momento, sabiam que estavam fazendo um negócio que era histórico para caramba, que era forte demais e a gente tinha muito, muito medo da represália. Como seriam com uma ocupação só de mulheres, como seria reprimido pelo aparato repressor da polícia e até foi muito tranquilo, né? Aquela específica experiência, né? Que o segurança, assim que a gente entrou, liberou alarme, os agentes de segurança institucionais lá, que acho que era ruber, não lembro, uma empresa lá, foi lá, ficaram lá. “Ah vocês tão entrando aí? Então tá bom” acionaram a brigada. Daqui a pouco nos deram tchau “é, importante na vida das mulheres” e foram embora. E aí a gente ficou “Meu, é isso aí, cara. A gente tem que fazer mais isso assim.” E aí foi, né? A gente fez aquela fala de início para a gente entender e lembrar por quem que a gente estava lá, porque que a gente entrou naquele lugar e por

13 Sul21. Mulheres ocupam prédio no centro de Porto Alegre por mais vagas em abrigo e assistência. Sul21, 25 de nov de 2016. Disponível em: https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/11/mulheres-ocupam-predio-no-centro-de-porto-alegre-por-mais-vagas-em-abrigo-e-assistencia/. Acesso em: março de 2021.



que que a gente ia resistir, que não ia ser fácil, mas a gente ia resistir. (...) A gente perdeu algumas no caminho, assim que “Ah, era muito trabalho. Não era isso que eu queria”, mas a gente conseguiu aí fazer um grupo grande, chamar atenção da cidade, de engajar ainda mais mulheres e a coisa desandou assim dentro positivo, né? A coisa se desenrolou de uma maneira que nos permite hoje estar aqui nessa escola gigante (Narradora Gêssica, ex-coordenadora).

A narradora Andressa Guedes, hoje ex-coordenadora¹⁴, que iniciou sua participação no MMOB e na Mirabal no dia da ocupação. Em sua fala, ela conta como se familiar com as pautas feministas e acreditar na força da construção coletiva das mulheres nessa luta, mas que somente depois de um tempo foi entender o real propósito de estarem ali.

Então, falar sobre o que que a Mirabal representa para a minha vida é, na verdade, é uma muita coisa. Assim, porque eu iniciei na Mirabal, assim foi em 2016, junto ocupando o prédio, né? Lá no dia 25 de novembro, e eu não esperava que fosse gerar tudo isso, né? A gente está há 5 anos hoje com ela. E eu não sabia que o objetivo era para ser um espaço que era para abrigar mulheres em situação de violência doméstica. Na época, assim, eu pensei que era para ser uma ocupação de mulheres, sei lá, por moradia e tal. Depois, assim, conversando mais com as gurias do movimento que eu fui perceber,

14 Na época em que conversamos, em março de 2022, Andressa ainda era coordenadora da CRMM. Afastou-se do posto no final de 2022.

Figura 1 - Colagem a partir de capturas do vídeo da ocupação em 25 de novembro de 2016. Fonte: Coletivo Catarase. Editado pela autora.

né? Que eu fui entender o qualquer o real objetivo assim (Narradora Andressa Guedes, ex-coordenadora).

Ao tomar a decisão de ocupar imóveis ou terrenos vazios, sejam eles públicos ou privados que não estejam cumprindo a função social da propriedade, os movimentos sociais feministas que adotam a noção do corpo-território instauram o que Gago (2020) denomina de cartografia política de conflito e evidencia outro caminho para aquilo é despossuído e que pode ser explorado em nome de um bem comum. É necessário constituir outros territórios que desafiam as relações de poder, onde ocupar seja não só reivindicar, mas subverter a lógica da cidade da propriedade privada e da vida individualizada.

Por isso, a ideia de ocupar um espaço ocioso, ultrapassa os limites legislativos e não se restringe somente à reivindicação pelo cumprimento da função social da propriedade, mas busca “alternativas possíveis de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais” (ROLNIK, 2019, p.39). Para a autora, é isso que vai diferenciar os movimentos sociais atuais dos que se organizavam em uma geração anterior, pois “trata-se não apenas de uma tática de empoderamento para fazer reivindicações ao Estado, mas também de processos coletivos de construção de “contra espaços”, um conglomerado híbrido de práticas que, nas margens, fissuras e porosidades, prototipam futuros” (ROLNIK, 2019, p.39).

Nesse contexto, a Mirabal pode ser compreendida como um território de confrontação: ao mesmo tempo que tensiona o sistema patriarcal e capitalista, ocupando e dando uma função social aos imóveis vazios, se instaura em uma lógica que subverte a ideia de propriedade privada sustentada em termos de uso e não de troca.

Duvido que se fizesse um plebiscito, cara, justo, não é? Uma campanha justa. As pessoas não iam dizer que tem que expropriar todos os prédios abandonados em Porto Alegre. Claro que sim, absurdo, cara, deixar prédio fechado. E o próprio Estado tem um monte de prédio fechado. Até os liberais vão dizer que tem que vender, não tem que vender, para quem tem que se expropriar e o bairro pensar o que construir desses prédios, o que está precisando de equipamentos (Narradora Nana).

De acordo com Diana Helene (2019), é no cotidiano dessas ocupações que se constroem outras formas de “morar”, resistir e existir coletivamente, estruturando alternativas às soluções ineficientes do Estado. A autogestão como base de organização das ocupações possibilita ainda uma experimentação de rompimento com lógicas capitalistas de produção e organização do espaço habitacional. Os valores debatidos e construídos coletivamente visam ao bem-estar da comunidade de ocupantes, em especial daqueles mais vulneráveis, dos quais destacamos aqui aqueles do gênero feminino (HELENE, 2019, p.963).

(...)Então para mim é isso, a Mirabal foi uma experiência revolucionária. Na minha vida pessoal, como indivíduo. Eu sou uma nova mulher assim. Depois da de todas as coisas que eu passei e vi aqui e aprendi aqui. E também acho que é uma experiência revolucionária assim para a própria cidade, não é? Não sei se a pergunta dois é isso, não é? Eu tenho certeza assim que a Mirabal a ela, é o principal trabalho de massa, assim. Do movimento feminista na cidade, é a Mirabal. Tem várias ações e várias coisas acontecendo, mas de massa, assim, de trabalho de base mesmo, é a Mirabal (Narradora Nana, coordenadora).

O trecho acima, suscita o que Gago (2020) compreende como espaço crucial no feminismo de massas: onde é possível ter uma leitura ampliada do mapa das diferentes violências de gênero que existem dentro da sociedade, possibilitando a construção de um pensamento e análise interconectada.

Adotar essa postura de pensar espaços que atendam ao bem-estar coletivo, é um dos ponto-chave dos movimentos feministas que se aproximam da noção de corpo-território que “põe em discussão também o contorno da espacialidade que não está normatizada pela propriedade individual. Corpo-território pode postular-se como imagem antagônica ao caráter abstrato do indivíduo proprietário da modernidade (neo) liberal” (GAGO, 2020, p. 123).

Então, a Mirabal desafia. Desafia o papel da mulher, porque aqui a gente tem mulher que acolhe, a gente tem mulher que é acolhida, a gente tem mulher que fica de guarda na rua, a gente tem mulher que constrói um negócio ali com cimento, a gente tem mulher que capina, a gente tem mulher advogada, a gente tem as mulheres, enfim, de várias, de várias linhas de frente, de várias posições sociais, de várias profissões que estão aqui pelo mesmo fim, lutando por uma sociedade mais igual, uma sociedade que não viva em cima da operação da mulher, porque hoje o capitalismo se sustenta com a opressão da mulher. (Narradora Géssica, 2022)

Paisagens não dominantes, como é o caso da que conforma a Casa de Referência Mulheres Mirabal e que se diferem da paisagem da elite financeira, podem se identificar com o que Paulo Reyes, Daniele Caron e Daniela Cidade (2020) chamam de “paisagens da luta diária e cotidiana” que são territórios que se organizam a partir da lógica de todos aqueles que desafiam a lógica universalista da cidade e trazem outras práticas de projeto e planejamento, em outras palavras, outras formas de fazer cidade.

Então, assim, a Mirabal, eu acho que a gente trazer O Olga para o Rio Grande do Sul foi uma coisa muito importante, histórica. E trazer a Mirabal para Porto Alegre eu também acho que é um marco, assim. É, porque a gente não vê isso na América Latina, a gente recebe companheiras de outros países para absorver um pouco do que que é essa luta. Então a gente, a gente sente uma responsabilidade grande assim, de estar fazendo escolas, sabe? (Narradora Nana, coordenadora).

Sem o apoio do Estado no combate às violências de gênero, os corpos das mulheres se tornam também políticos: “um tecido que é agredido e que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz nesses enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças. Mais ainda: com isso, estamos diante de uma complexificação da noção de território e de corpo” (GAGO, 2020, p.109).

“A caça às bruxas nunca terminou de fato, mas as mulheres nunca deixaram de resistir”¹⁵.

Federici (2017, p.334), entende que a sociedade capitalista e patriarcal, desde sua ascensão, instaurou uma verdadeira guerra contra às mulheres, nomeada de caça às bruxas em “(...) uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de

¹⁵ Frase da Silvia Federici.

destruir seu poder social”. O momento atual no Brasil, não é diferente. A organização e resistência das mulheres às violências, desacomodam as estruturas existentes e fazem ascender uma nova caça às bruxas, a qual deve ser mapeada: “trata-se de pôr à prova a atualização da caça às bruxas como hipótese política mapeando quais são os novos corpos, territórios e conflitos sobre os quais essa caça se pratica.” (GAGO, 2020, p.75) Apesar da inegável importância do serviço prestado e de já ter acolhido/abrigado centenas de mulheres, a CRMM vem lutando judicialmente desde o seu início contra as diferentes violências institucionais sofridas. Além das tentativas de reintegração de posse, também ocorreram cortes no fornecimento de energia elétrica, autos de infração, ameaças de interrupção do serviço e de fechamento sob a alegação de que o espaço é inadequado para abrigar e acolher mulheres. Todos esses ataques protagonizados pelo Estado foram veiculados na mídia local, o que reforça uma tentativa de distorção e enfraquecimento da CRMM como força coletiva. Contudo, ao longo do meu processo de ser-corpo desse todo, foi possível perceber que nos momentos de maior fragilização e ataques à CRMM, ocorre uma maior união de forças contra todas essas violências, sobretudo no que diz respeito a contar com o apoio da sociedade civil, que não só reconhece a importância, como busca contribuir para que o espaço continue existindo.

(...) e a gente vê assim o quanto de violência, falava da violência institucional também, não é? a gente tem vivido também neste momento, não é? Hmm, porque a prefeitura está nos atacando de diversas formas, não é? inclusive muitas vezes utiliza a mídia para deslegitimar, o nosso movimento, enfim... E eu acho que eu trouxe também um pouco da experiência de como foi é a própria experiência de negociação, da Mirabal da Duque para gente conseguir esse processo de ter um outro espaço, de ter uma negociação e de evitar uma reintegração de posse, porque a gente viveu uma reintegração de posse bem violenta da Lanceiros Negros, né? que foi no feriado de Corpus Christi, em junho de 2017 e foi televisionado e saiu em diversas redes, enfim... e como tanto a Mirabal foi importante para acolher as mulheres que foram despejadas, para ser um ponto de apoio, porque muitas doações chegaram para a Mirabal, para as famílias da Lanceiros, muita solidariedade da população, não é? de Porto Alegre e ao mesmo tempo o impacto que teve no projeto de negociação, não é? De a própria Brigada Militar dizer “olha, nós não vamos reintegrar essa casa, são mulheres, são mulheres vítimas de violência...” e eles estavam meio que já dizendo “olha, a gente age com violência e nós não vamos fazer essa reintegração, porque esse é o nosso método” e eles não tinham mais condições de bancar mais uma, né? (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022).

Após muita resistência e várias tentativas de negociação com gestores públicos do Município de Porto Alegre e do Estado, foi feito, em 2018, um acordo com as militantes do Movimento Olga. A ideia era que a Prefeitura de Porto Alegre cedesse o imóvel da antiga Escola Benjamin Constant¹⁶, no bairro São João, Zona Norte da capital, fechado e sem uso há aproximadamente dois anos para que fosse desocupado o imóvel do Centro Histórico. Todavia, a prefeitura nunca oficializou a mudança da Casa de Referência para o outro imóvel, o que poderia, caso acontecesse a reintegração de posse do imóvel do Centro Histórico antes de viabilizar outra alternativa, interromper

¹⁶ A escola Estadual Benjamin Constant foi fechada junto a mais seis escolas de Porto Alegre. CHAGAS, Angela; HARTMANN, Marcel. Com queda nas matrículas, governo estadual fechará seis escolas em Porto Alegre em 2018. GZH, 19 jan de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/01/com-queda-nas-matriculas-governo-estadual-fechara-seis-escolas-em-porto-alegre-em2018cjm07uof02r701ke95s8erph.html>. Acesso em: fevereiro de 2023.

o serviço e o trabalho que estava sendo realizado. Assim, logo após a Prefeitura de Porto Alegre recuar nas tratativas, em 7 de setembro de 2018, as mulheres do MMOB no Rio Grande do Sul decidiram realizar uma nova ocupação nessa escola oferecida pelos gestores públicos e passaram a acolher nesse novo endereço.

Embora o aparelho do Estado como um todo possa seguir na constante tentativa de desmonte desse corpo-território que rompe com o sistema capitalista e patriarcal, a Mirabal é lugar de materialização do antagonismo entre ataques *versus* resistência. Na concepção de Gago (2020), as táticas de resistência e sobrevivência, se dão, sobretudo, por meio das alianças como “(...) tecido político construído pacientemente em temporalidades e espaços que não costumam ser reconhecidos como estratégicos, formulam uma nova estratégia de insurreição entre os historicamente considerados não cidadãos do mundo” (GAGO, 2020, P.272).

Como contraponto, há uma desacomodação das estruturas hegemônicas de poder – uma disputa que perpassa desde o discurso até o corpo, até as práticas que geram incômodo, pois se constroem em um não-silenciamento e ganham uma notoriedade:

O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. Um bastião fundamental para sua defesa é a voz, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas colocam sobre a mesa quando sentem ameaçadas sua, seu trabalho, seus saberes e seus espaços (HERNÁNDEZ, 2019, p. 58, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a pauta levantada em favor do combate à violência contra a mulher, costuma trazer um afastamento da noção de “invasão” da propriedade privada, posta em segundo plano por parte da sociedade que acaba conhecendo a luta que se conforma na CRMM, sensibilizando e possibilitando que se teçam alianças diversas.

Para quem vai, quem conhece a Mirabal, acaba se reencontrando, acaba achando o espaço que tipo é... Bah! Não tem quem vai lá e tipo “Bah, que trabalho massa, sabe? quero vir aqui, quero ajudar” eu acho que vai trazer um outro sentido para vida... (Narradora Natanielle, 2022).

Reflexões finais: sobre ocupar e suas ressonâncias no território.

No desenvolvimento da pesquisa, período de contato direto com a ocupação, foi possível perceber que a pauta da violência de gênero, costuma trazer um afastamento da noção de “invasão” da propriedade privada, posta em segundo plano por quem acaba conhecendo a luta que se conforma na CRMM, além de sensibilizar e possibilitar que se teçam alianças diversas. Isso significa, portanto, a desacomodação das estruturas hegemônicas de poder – uma disputa que perpassa desde o discurso até o corpo, das práticas que geram incômodo pois se constroem em um não-silenciamento e ganham uma notoriedade:

O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. Um bastião fundamental para sua defesa é a voz, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas colocam sobre a mesa quando sentem ameaçadas sua vida, seu trabalho, seus saberes e seus espaços (HERNÁNDEZ, 2019, p. 58, tradução nossa).



Figura 2 - Ato em resposta às ações do Ministério Público contra a Mirabal (Dez/2021).
Fonte: Acervo da Mirabal/ Editada pela autora.

Foi diante das ameaças de reintegração, de fechamento da casa, dos ataques contínuos da prefeitura e do Ministério Público que se nota o maior engajamento de mulheres de dentro e fora do movimento. Sob ameaça, é quando fortalecemos os laços que nos unem. A não-existência da Mirabal representaria uma perda enorme na vida das mulheres que vivem na cidade de Porto Alegre e no seu entorno, pois é um ponto lido, nas palavras das narradoras, como um lugar de refúgio, como um divisor de águas em suas vidas e como um lugar de reconstrução, onde nos damos conta que não estamos sós e que é possível acolher e salvar vidas mesmo com poucos recursos. A imagem do corpo-território como campo da batalha nos revela inúmeras disputas e tensionamentos existentes no momento presente que nas palavras de Gago (2020) assinalam um campo de forças que pode ser lido a partir da conflituosidade.

Até 2020, tinham sido realizadas apenas três ocupações pelo Movimento de Mulheres Olga Benario. Com a chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil e fez com que os casos de violência doméstica, que já vinham crescendo nos últimos anos, aumentassem ainda mais. O distanciamento social e o isolamento no ambiente doméstico para conter o avanço do vírus fez com que muitas mulheres fossem obrigadas a conviver de forma intensa no âmbito privado com seus agressores, os quais são, na maioria das vezes, seus cônjuges ou companheiros. No país, durante o ano de 2021, em média uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, contabilizando 1.319 homicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Diante dessa situação, as militantes perceberam uma emergência em expandir essa rede de acolhimento. Hoje, as ocupações estão presentes nas quatro regiões do país, demonstrando a capacidade desse corpo território em ressoar e compor outras lutas e outros territórios, mas com uma preocupação comum que é: ocupar pela vida das mulheres. A ausência não só de investimentos, como também de debates

acerca da necessidade de avançar nas políticas públicas e ações de combate às violências contra a mulher, faz com que as mulheres se articulem e se organizem sem o apoio institucional do Estado para encontrar soluções coletivas de proteção à vida e reivindicação de direitos. Assim, as reflexões seguem a partir dessa busca por alternativas para além da lógica capitalista e patriarcal.

No MMOB, as mulheres acreditam que ocupar, resistir e conquistar como um dos caminhos para a verdadeira emancipação das mulheres na luta pelo fim do patriarcado, sendo necessária a união e organização na luta em defesa e para ampliação de seus direitos. Ademais, as militantes do movimento consideram que as casas de referência são a concretização do que elas acreditam para o feminismo.

A organização e resistência coletiva da Mirabal agrega forças a uma luta urbana situada em Porto Alegre, que tem passado por uma sequência de gestões neoliberais que tratam a cidade como mercadoria. A cidade está à venda, os espaços públicos estão sendo concedidos a iniciativa privada, os imóveis públicos quando não estão abandonados, estão à venda.

O que vemos na CRMM é um território em disputa, tomado por tensões, rompimentos e abalo das estruturas tradicionais de poder que amplia os territórios antes confinados ao espaço doméstico e que expandem a luta política. De perto é possível observar a luta das ocupações urbanas feministas as quais se constituem como espaços de organização e formação política, de construção de estratégias para combater as violências do sistema capitalista patriarcal contra as mulheres. Pouco a pouco vamos configurando uma outra lógica não só de existência, mas de produção do espaço urbano em que tenhamos e consigamos manter esse “ponto de poder das mulheres na cidade”.

Ocupações como a Casa de Referência Mulheres Mirabal tem um caráter pedagógico no espaço urbano: um imóvel público vazio é ocupado para acolher e abrigar mulheres vítimas de violência e cumpre a função social que o Estado se recusa a fazer. As mulheres do Movimento Olga tomam as ruas para denunciar o descaso, a ausência de diálogo, a violência institucionalizada que todas nós sofremos. Cobram uma posição. Conquistam seu lugar e marcam o cenário político de Porto Alegre. Resistem como corpo e como território. Como levante, dizem não ao modelo de cidade-mercadoria e gritam em alto e bom som que ocupam pela vida das mulheres.

Agradecimentos

À CAPES, pelo financiamento dos dois anos e meio de bolsa, viabilizando o desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland; GREIMAS, A. L.; BREMOND, Claude; ECO, Umberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

CABNAL, Lorena. Acercamientos a la construcción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, 2010, p. 11- 25.

CABNAL, Lorena. *Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política*. Pac Instituto, 2019. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b> Acesso: fevereiro 2023

CARON, Daniele. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial*. Paraty, Rio de Janeiro, Brasil como caso de estudio. Tesis de doctorado. Barcelona, Cataluña: Universidad Politécnica de Cataluña, Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 2017. 477 p.

CARON, Daniele; TAVARES, B. B. ; MARINHO, B. R.; Ela fala, eu escuto: prefigurações urbanas do devir-mulher. 13. *Revista Projectare: O Lugar da Teoria nas Praxis Arquitetônica e Urbanística Contemporâneas*, Pelotas: UFPel, 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *A História Oculta da fofoca*. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2019/12/minilivroboitempo_a-histc3b3ria-oculta-da-fofoca_silvia-federici.pdf Acesso em: nov.de 2022.

GAGO, Verônica. *A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso: 18 maio 2021.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. *Mujeres Transformando Mundos AC y Miradas Críticas el Territorio desde el Feminismo*. Disponível em: <https://miradascriticasdelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2015/11/comunalidad-cruz.pdf> Acesso em: jan. 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Coords). *CUERPOS, TERRITORIOS Y FEMINISMOS: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Ediciones Abya-Yala. Quito-Ecuador, enero de 2020.

hooks, bell. *Teoria Feminista: Da Margem Ao Centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*. revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690> Acesso: setembro 2022.

LACERDA, Larissa.; GUERREIRO, Isadora.; SANTORO, Paula. *Avanços e armadilhas da aprovação do auxílio aluguel para mulheres em situação de violência doméstica*. Labcidade, 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/avancos-e-armadilhas-da-aprovacao-do-auxilio-aluguel-paramulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/> Acesso: 4 jun. de 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO. *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario*. Brasil, 3ª ed., 2021.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La paz: Mujeres creando, Cooperativa El Rebozo, 2010.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, V. 9, no 18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva; CERASOLI, Josianne Francia (Orgs). *Nebulosas do Pensamento Urbanístico – Tomo III Modos de narrar*, Salvador: EDUFBA, 2020. Pp. 254-271.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: JARDIM PINTO, Céli Regina e GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

NA RUA NOSSAS LUTAS SE ENCONTRAM Feminismos nos lambes produzidos por mulheres

*ON THE STREETS OUR STRUGGLE MEET
Feminisms on wheatpaste created by woman*

Rossana Pires¹

Resumo

Este trabalho é um convite para você percorrer comigo uma caminhada pelos bairros Centro Histórico e Cidade Baixa em Porto Alegre, a partir de uma cartografia constituída na investigação de lambes produzidos por mulheres. Partindo de registros fotográficos e da elaboração de um diário de bordo, apresento dois elementos que operam à margem do sistema social e do sistema da arte: os feminismos e o lambe. O relato cartográfico tem a colaboração das criações artísticas do Coletivo Filhas da Diáspora Negra, Coletivo Mulherio Urbano e da artista Tina Perrone. Os discursos dos lambes e as reflexões estabelecidas dialogam com as teorias absorvidas a partir da leitura de produções também realizadas por autoras mulheres como bell hooks e Djamila Ribeiro sobre feminismos, e Pallamin sobre arte urbana. Procuro investigar as práticas produzidas na arte urbana que rompem com o projeto de opressão sobre quem pode falar e quais saberes são considerados saberes na estrutura branca cisheteropatriarcal. Palavras-chave: lambe-lambe, feminismos, artes feministas, arte urbana, construção social.

Abstract

This is an invitation for you to take a walk with me through the Centro Histórico and Cidade Baixa neighborhoods in Porto Alegre, from a cartography constituted in an investigation of wheatpaste produced by women. Based on photographs and a logbook, I present two elements that operate at the fringes of the social system and the art system: feminisms and wheatpaste. The cartographic narrative has the collaboration of the artistic creations of Coletivo Filhas da Diáspora Negra, Coletivo Mulherio Urbano, and Tina Perrone. The discourses of the wheatpaste dialogue with the theories absorbed from bell hooks and Djamila Ribeiro on feminisms, and Pallamin on urban art. I seek to investigate the practices produced in urban art that disrupt the project of oppression about who can speak and what knowledges are considered knowledges in the white cisheteropatriarchal structure.

Keywords: wheatpaste, feminisms, feminist arts; urban art, social construction.

¹ estranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.



Introdução: por uma curadoria ativista

Ainda na infância, eu era frequentemente alertada pela minha mãe sobre a presença do meu corpo nos lugares que ocupava. Cuidado por onde anda. Evite ruas escuras. Não saia sozinha à noite. O tom, que durante muito tempo interpretei como proibitivo e conservador, com o processo de amadurecimento e ao ouvir as histórias das mulheres da minha família, foi compreendido como cautela e medo.

A história dessas mulheres assim como a história da maioria das nossas mulheres é marcada pela violência patriarcal, termo que demarca a origem da violência dentro e fora do lar relacionada ao pensamento sexista e à dominação patriarcal (hooks, 2020). Essas narrativas, fruto da nossa cultura, presentes nas artes, na mídia, na nossa vida e na nossa morte fazem parte de um sistema com um problema de gênero que ainda precisamos resolver. Conforme bell hooks (2020), é nisso que atua o movimento feminista, buscando acabar com a opressão e a exploração sexista e visando o fim de tal estrutura que, como mostra Ribeiro (2019, p. 67), impede que “indivíduos de certos grupos tenham direito a fala, à humanidade”. No caso, nós, mulheres.

A academia e as pensadoras feministas já compreenderam o dever de abordar de forma interseccional as necessidades de mulheres e homens de diversas faixas etárias, classes sociais, sexualidade e raça com relação ao combate do sexismo, entendendo que cada uma dessas categorias se interceptam em diferentes pontos e geram diferentes formas de violência e opressão. Por meio da interseccionalidade, conseguimos enxergar a simultaneidade das categorias identitárias e questionar as falhas do feminismo ao reproduzir o racismo e do movimento negro pelo caráter machista. Mas, para muitos, falar sobre esses aspectos é “mimimi”. Portanto, precisamos expandir esse pensamento.

Para que as teorias feministas² sejam compartilhadas de forma democrática e igualitária, precisamos identificar e ampliar as práticas que as tornem acessíveis e verdadeiramente para todo mundo. Conforme sugere hooks (2020), precisamos criar esse conhecimento por meio de diversos materiais para que sejamos todos feministas. Devemos, assim, ampliar nossas vozes para que mais pessoas possam ouvir.

Motivada por esse desejo e com o incentivo de amigas e amigos, no inverno de 2021, munida de máscara PFF2³, lambes⁴, uma trincha e grude de farinha de trigo⁵, fui às ruas e afirmei aquilo que me sufocava: a gente grita grita grita grita mas ninguém vê. Na forma de intervenções urbanas, ao lambe os muros e postes, deixei, nas ruas, a minha voz. Como um processo terapêutico, de forma subjetiva, eu sinto a necessidade de dar vazão às minhas dores que são individuais e coletivas. Enquanto manifestação social, desejo, assim, colaborar para/com a luta feminista e na construção de uma nova realidade.

Nesse contato com a cidade, nos impressos em lambes e no spray dos grafites e pixos, identifiquei diversos discursos. Ao observar a presença desses dispositivos artísticos e sua recorrência e ocupação na paisagem urbana, identifiquei discursos visuais enquanto manifestações de poder. Não como um “amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social” (RIBEIRO, 2019, p. 55). Entre eles, localizei reivindicações, instruções e poesias da luta feminista.

A atuação artística e criativa foi, historicamente, concedida aos homens, identificados como protagonistas no campo artístico (e não só nele), do qual as mulheres foram excluídas por questões de gênero. O trabalho das Guerrilla Girls, grupo de ativistas feministas anônimas formado em 1985, expõe questões de preconceitos étnicos e de gênero a partir dos questionamentos sobre a historicidade e a representatividade das mulheres no campo artístico. Em obras que apresentam textos como “Menos de 10% ou nenhum dos artistas destas galerias são mulheres”, “Quantas mulheres tiveram exposições individuais nos museus de Nova York no ano passado?” e “As mulheres precisam estar nuas para entrar no Metropolitan Museum?”, percebem-se os elementos daquilo que, partindo das ruas e ocupando os espaços consagrados da arte, caracteriza-se como um movimento social que busca pela ruptura nessa historicidade de apagamento dos trabalhos de artistas mulheres nas artes visuais.

Ao requerer uma participação democrática às formas e meios de produção cultural, as mulheres buscam que suas experiências e vozes enfrentem o silêncio estruturalmente imposto: tensionam esse lugar de poder, dentro e fora da arte. Conforme Ribeiro (2019), os grupos socialmente oprimidos, que têm suas experiências hierarquizadas, têm, do mesmo modo, seus saberes, produções intelectuais e vozes tratadas de maneira subalternizada. Entretanto, como resposta, diversas formas de organização política e produções culturais e intelectuais foram criadas para combater o silenciamento. Todavia, o ponto, aqui, é que novamente o contexto social dificulta a visibilidade e legitimidade das produções realizadas por esses grupos (RIBEIRO, 2019).

2 Inspiração no livro de Chimamanda Adichie, *Sejamos todos feministas* (2015).

3 A Covid-19 é uma infecção respiratória de alta transmissibilidade causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Entre os principais cuidados para evitar a contaminação estão a utilização de máscaras de proteção como a PFF2 e, após o desenvolvimento da vacina, o isolamento social em caso de sintomas.

4 Modalidade da arte urbana, o lambe-lambe, ou lambe, também denominado como pôster-bomber, é um cartaz artístico, comercial ou político. Constitui-se na forma de cartazes fixados de forma autorizada ou clandestina, que tem entre as principais características a efemeridade.

5 Grude de farinha de trigo é uma cola vegana produzida à base de farinha de trigo para a aplicação dos lambes no espaço urbano.

Dessa forma, enquanto mulher feminista inserida em um ambiente acadêmico, em um departamento de artes visuais e, portanto, institucionalizado, faço meu posicionamento como uma curadoria ativista, buscando por visibilidade para as maiorias historicamente minorizadas. Pois, como essas produções continuam sendo marginalizadas e invisibilizadas, precisamos continuar trabalhando em mostras e estudos que sejam focados em raça, gênero ou sexualidade. Como aponta Reilly (2018), um dos aspectos fundamentais desse movimento é o desenvolvimento de estratégias de visibilidade, crucial no mercado e na história da arte.

Ao pautar os feminismos, busco visibilidade tanto para as produções artísticas criadas por mulheres, quanto pelas diversas pautas que são por elas abordadas. Conforme aponta Friedan (1971), foi a busca de uma nova identidade que lançou a mulher, há um século, na viagem para fora do lar, para a conquista do voto, à busca pelos direitos trabalhistas e a métodos contraceptivos. Mas ainda temos muito pelo que lutar. As reivindicações presentes na realidade das mulheres no Brasil são muitas. Nosso país tem um registro de feminicídio a cada seis horas e meia, ocupando a quinta colocação no ranking de países que mais mata mulheres no mundo. Mais de cinco mulheres são estupradas por hora no Brasil. A desigualdade salarial e de dedicação a afazeres domésticos também demarcam a forma como nos relacionamos na sociedade e os espaços que ocupamos socialmente. Pautas como direito ao aborto, assédio, padrões de beleza, dignidade menstrual, maternidade, interseccionadas com o feminismo decolonial e o transfeminismo, precisam ser compartilhadas.

Busco, aqui, refletir sobre o lambe, um dispositivo de produção artística sem visibilidade atribuída pelo sistema da arte⁶, como objeto de pesquisa, questionando a construção de uma legitimação do que é e do que não é arte no(s) sistema(s) da arte⁷ e sua importância como dispositivo de intervenção política.

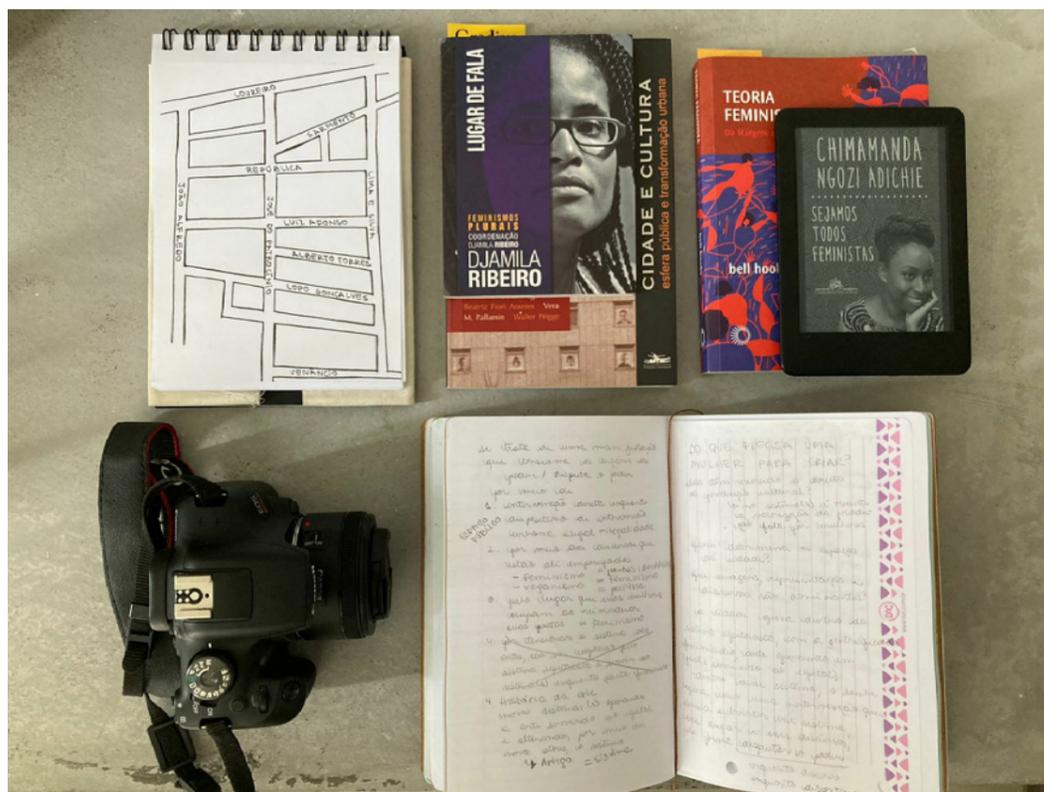
Escolho, portanto, trabalhar com dois elementos que operam à margem do sistema social e do sistema da arte: os feminismos e o lambe. Dessa forma, procuro investigar as práticas produzidas que rompem com o projeto de opressão sobre quem pode falar e quais saberes são considerados saberes. “Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? [...] Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes?” (RIBEIRO, 2019, p. 77). Ao abordar, nessa pesquisa, essas produções não-acadêmicas realizadas por mulheres em uma localidade no Brasil que, também, está à margem (tanto geograficamente, quanto socioeconômica, cultural e em termos de produção artística no sistema da arte em comparação com o centro do país), proponho uma forma de visibilidade, pensando na valorização desse tipo de intervenção realizada por mulheres no sistema da arte e na instituição acadêmica que permite esta discussão.

Lambes, feminismos e construção social: uma cartografia

Seria possível, como afirma Scott (1995), criarmos estratégias para uma nova narrativa sobre as questões de gênero, superando as relações de poder estabelecidas e destacando, com igualdade política e social, os grupos até então invisibilizados? Sugiro pensarmos que uma dessas alternativas é a intervenção no espaço público por meio da arte urbana.

6 Conjunto de indivíduos e instituições responsáveis pela produção, difusão e consumo de objetos e eventos por eles mesmos rotulados como artísticos e responsáveis também pela definição dos padrões e limites da arte para toda uma sociedade, ao longo de um período histórico” (BULHÕES, 2014, p. 15).

7 Conforme apresentado por Fetter (2018), ressalta-se a compreensão das transformações e interconexões que se estabelecem em diversas instâncias.



A arte urbana, na representação do imaginário social, atua na apresentação dos conflitos sociais (PALLAMIN, 2000). Essas práticas artísticas contribuem como um reflexo do contexto: operam para a compreensão das alterações sociais e efetivamente atuam na sua construção (PALLAMIN, 2000). A arte pública impacta o social, buscando tensionar a hegemonia existente, disputando espaço e poder na sua forma e nos seus discursos. A opressão sexista é um desses conflitos.

Na cidade de Porto Alegre, essa é uma atividade proibida pela legislação municipal⁸. Ou seja, ao se apropriar do espaço urbano como uma prática social que perpassa os propósitos estéticos e significados políticos e culturais, a arte urbana atua de forma subversiva como uma prática social (PALLAMIN, 2000) e, portanto, política. Sobretudo, no caso aqui analisado em que atua na subversão das relações hegemônicas e patriarcais de poder e no ato subversivo e ilegal de apropriação do espaço público.

A arte urbana opera como um dispositivo de memória dos contextos sócio-político-culturais, na reconstrução de referências históricas e conhecimentos. Trata-se de uma memória social, coletiva e política. Na contramão de tal potencial, conforme Pallamin (2000), o contexto produtivista influencia um esquecimento de referências individuais e coletivas. E é contra esse funcionamento que a arte urbana age. Entretanto, seus significados e sua função são elaborados a partir do contato com o público. O que está na rua não é mais da artista. É de quem se deixa atravessar pelo que ali está. A intervenção urbana é, portanto, acessível para quem nas ruas transita, superando as fronteiras institucionais.

Assim, de forma a constituir uma metodologia em que a prática artística e de observação e registro configurassem um modo de fazer pesquisa, ocupei com meu corpo, com uma câmera fotográfica, com um diário de bordo e com minha sensibilidade, as ruas da

⁸ Art. 91-A da Lei Complementar nº 12 de 7 de janeiro de 1975: fica proibido pichar ou, por qualquer outro meio, conspurcar edificação ou monumento, públicos ou particulares.

cidade de Porto Alegre. Percorri, assim, demoradamente, em duas tardes, as principais ruas do Centro Histórico e da Cidade Baixa em busca de murais, postes, paredes, tapumes ou qualquer outra superfície que estivesse lambida.

Meus olhos procuraram pela autoria de mulheres, tanto nas assinaturas quanto nos discursos presentes nos lambes. Observei essas memórias e disputas coletivas nesses dispositivos de caráter efêmero⁹ e como essa prática se relaciona com o espaço urbano. Busquei registrar, nas fotografias, essas presenças artísticas e sociais que sofrem alterações e apagamentos com a ação do tempo, com as políticas públicas e com as intervenções de transeuntes. Assim, criei um mapeamento da luta feminista presente nas vozes das nossas mulheres nos lambes localizados na região central de Porto Alegre: de um mapeamento inicial se fez uma cartografia.

Ainda que intervenções de arte urbana também ocorram em regiões periféricas, optei por concentrar minha busca na localidade onde os fluxos se interceptam e se confundem derivados da Zona Norte, Leste, Oeste, Sul e, inclusive, da região metropolitana de Porto Alegre¹⁰. Demarcada pelos principais pontos turísticos, comércio, bancos, universidades, espaços de socialização, espaços culturais, o Centro da cidade recebe uma grande movimentação de pessoas. A extensão territorial pequena, possibilita enxergarmos, de determinados pontos, a junção de três bairros distintos, que se diferem por características sociais, econômicas, especulação imobiliária e nicho de mercado: Centro Histórico, Bom Fim e Cidade Baixa. E que se confundem ao compartilhar parques, avenidas, o público e as intervenções que são ali realizadas. Aqui, busco focar em dois destes bairros vizinhos que se fragmentam e se encontram em uma avenida. O Centro Histórico e a Cidade Baixa se destacam por fazerem parte do coração de Porto Alegre e, igualmente, da maior concentração de arte urbana da cidade.

Como procedimento de trabalho, a partir das fotografias, procurei categorizar os lambes, destacando aqueles produzidos por movimentos e organizações sociais e aqueles criados por mulheres e coletivos que, ainda que não organizados politicamente, expressavam na prática artista¹¹ e no discurso o movimento feminista. A partir das fotografias, surgiu o desejo da conversa, da troca e da escuta com as mulheres que foram identificadas e que compartilhavam comigo a vontade de falar sobre suas presenças no espaço urbano. Com isso, meu relato cartográfico sobre os dois bairros tem a colaboração das criações artísticas do *Coletivo Filhas da Diáspora Negra*, *Coletivo Mulherio Urbano* e da artista *Tina Perrone*. As reflexões finais sobre espaço urbano e a prática do lambe contam ainda com colaborações de *Inessa Luerce* e *Camila Alexandrini*.

Rolnik (1989) nos instiga a pensar a prática cartográfica como uma estratégia de formação do desejo no campo social. Conforme afirma “não existem investimentos de desejo que não sejam os próprios movimentos de atualização de um certo tipo de prática e discurso, ou seja, atualização de um certo tipo de sociedade” (ROLNIK, 1989, p. 58). A cartografia é apontada como “inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações” (ROLNIK, 1989, p. 62). O espaço urbano como um território em constante disputa e, portanto, mutação, é descrito aqui com a multiplicidade de

⁹ “Como obras do instante ou do desenrolar de um processo, performances e ações podem, de certo modo, perdurar no tempo pela documentação fotográfica, por vídeos e filmes que perenizam o gesto fugaz” (FREIRE, 2006, p. 43).

¹⁰ No futuro, uma análise comparativa sobre essas intervenções em regiões descentralizadas é um aspecto pelo qual tenho interesse.

¹¹ Artivismo é um termo utilizado para ações artísticas com cunho social ou político para divulgar, sensibilizar e tensionar determinadas reivindicações sociais.



movimentos que operam na esfera política. Os movimentos sociais e feministas ali presentes operam na transformação social desses espaços e da sociedade que exerce essa transformação e que por ela também é transformada. Nas páginas que seguem, relato a experiência da arte urbana, buscando pelos lambes criados por mulheres e detalhando os feminismos. Convido, portanto, a uma caminhada pelos bairros Centro Histórico e Cidade Baixa, a partir de uma cartografia.

Caminhando pelo Centro Histórico

Saída, às 14h14, da Rua Riachuelo 994 em direção ao miolo do Centro.

O fluxo de pedestres nesse trecho é contrário. A maioria desce a ladeira. A Praça da Matriz permanece fechada para mais um projeto de revitalização. Os pixos com dizeres poéticos e lambes comerciais de espetáculos de teatro se destacam sobre o tapume branco que forma um grande cachepô para as árvores. A composição do entorno reflete uma típica formação citadina: poderes executivo, legislativo e judiciário acompanhados da dominação religiosa colonial e acalentados pela presença do elemento cultural do Theatro São Pedro. Click.

Sigo à direita na Rua Duque de Caxias. Nos tapumes que estão voltados para o Palácio Piratini estão os lambes políticos. De tamanho e tipografias grandes, apresentam-se os protestos que se direcionam para o governador Eduardo Leite. Click. Neste dia, casualmente, sem nenhuma manifestação acontecendo em um dos principais pontos de atos políticos da capital, o som dos papagaios compõe a melodia com o sino da igreja. O badalar ressoa do alto da cúpula, que pode ser vista de vários pontos da cidade, operando como um elemento localizador entre os prédios de cor bege que pouco diferem entre si.



Sigo pela Duque em direção ao Viaduto Otávio Rocha. A nobreza da rua há muito foi subvertida e, nesse trecho, estão localizados dois painéis de intervenção urbana de Porto Alegre. Um deles cobre o portão metálico e o muro de um estacionamento que é espremido entre um prédio residencial e o Museu Histórico Júlio de Castilhos. Entre pixos e atropelos¹², ao lado da placa que indica a instituição, estão os *Guaranis*¹³ do artista Xadalu e outros lambes sem identificação, rasgados pelas mãos dos pedestres e marcados pela ação do tempo.

A organização estética ali disposta promove um breve diálogo entre o museu mais antigo do estado e a arte urbana. E, assim, tensiona o sistema da arte. Click. À margem desse sistema, a arte urbana apresenta-se como transgressora, reivindicando por espaço e se apropriando do espaço público ilegalmente. Ao lado de uma instituição constituinte do sistema que armazena objetos, elementos e narrativas culturais e hegemônicas sobre a história do estado do Rio Grande do Sul, ao reclamar também pelo acesso e legitimação no espaço consagrado das artes, a arte urbana se configura como um ato político na construção simbólica dos espaços (PALLAMIN, 2002). Trata-se de uma forma de inscrever a realidade na própria realidade. A arte urbana tensiona a operação excludente e opressora fixada por esse sistema, atuando como um desvio que possibilita, em certa medida, democratização da produção artística e do acesso à arte. Dessa forma, faz o tensionamento de quem, quais representações, produções e discursos têm exercido seu direito à participação e produção cultural na cidade (PALLAMIN, 2002). Assim, apresenta-se com uma dimensão histórica, social e política, que extrapola o sistema da arte e causa impacto, colaborando na construção social.

Passando o museu, outros lambes cobrem mais uma parede de tapumes do Centro Histórico. Aqui, os protestos político-partidários são dirigidos ao Presidente Jair Bolsonaro e lançados à população como forma de denúncia sobre as ideologias e

¹² Atropelo, na linguagem das intervenções urbanas, significa sobrepor uma ação a outra sem autorização.
¹³ Obra *Invasão colonial meu corpo nosso território* (2019).

Figura 4 - Lambe produzido por Luiza Rabello do coletivo Filhas da Diáspora Negra. Fonte: Registro realizado pela autora em 22 de setembro de 2021 no Viaduto Otávio Rocha.

medidas do governante. Click. Desço a escadaria do viaduto pela esquerda. Nesse ponto estão localizadas diversas lojas, bares, tabacarias, briques, o Teatro de Arena, o prédio que abrigava o Hotel Everest e o Assentamento Utopia e Luta. A grandiosidade dos arcos é demarcada pelo vento que vem do Guaíba conduzido pelas altas construções da Avenida Borges de Medeiros. O ruído dos ônibus é apaziguado pela vista do sol tingindo os prédios. É um local onde se pode observar o céu azul – ou cinza – e os grafites lá debaixo. Ali, encontro lambes, stencil e grafites com discursos feministas. Mulheres resistem lutando!¹⁴

Após passar por três painéis com características bastante específicas (tapumes e muros com predominância de lambes produzidos por coletivos político-partidários), encontro um lugar onde as manifestações feministas compõem com o palavreado dos pixos. Próximo a um dos principais pontos de transporte público do Centro, do viaduto escuro brotam musgos e os gritos de uma tipografia em caixa alta daquelas que buscam um espaço de fala. Aqui, as mulheres buscam ser ouvidas. E pretendem, como mostra Ribeiro (2019), romper com o discurso hegemônico e violento e atuam contra a violência do silêncio que lhes é imposto. Entre essas vozes, encontro o lambe colado sobre o mármore da escadaria do Viaduto Otávio Rocha criado pelo *Coletivo Filhas da Diáspora Negra*. Compondo ao lado de um pixo, o rosto de uma jovem negra é envolvido por recortes de comentários em redes sociais: fruta exótica, beleza exótica e sexy, linda e exótica. A resposta aparece na tipografia em vermelho: EU NÃO SOU EXÓTICA.

Em uma longa conversa¹⁵, as integrantes do coletivo compartilham comigo que, inspiradas em “Ela quer tudo” (1986), filme do diretor Spike Lee, sobre as turbulências que permeiam as vidas de mulheres negras de maneira pessoal e coletiva, resolveram se unir e externalizar em forma de protesto aquilo que é por elas experienciado. Assim surgiu a primeira série do grupo, com os lambes *eu não sou exótica* (2021), *autonomia sobre meu corpo só pertence a mim* (2021) e *cada traço meu me torna linda* (2021). Com o objetivo de ressignificar os atravessamentos negativos que chegam até seus corpos e transformá-los em arte, e no encontro/embate do racismo e do patriarcado, elas representam nas ruas o feminismo negro interseccional, dialogando, de forma concomitante, “entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

Assim, apresentam a arte como uma resposta. A arte como luta, reivindicando, com as vozes do feminismo negro, seu espaço na cidade e inserindo/criando rachaduras no sistema dominante, que estruturalmente compreende como feminismo o feminismo branco. Demarcam, como afirma Pallamin (2002), a ideia de que a cidade está disponível para todos os grupos, e que a arte urbana, como uma prática crítica, “inclui dentre seus propósitos estéticos o desafio a certos códigos de representação dominantes, a introdução de novas falas e a redefinição de valores” (PALLAMIN, 2002, 107).

Os lambes são vistos por elas como uma expressão de violência. Uma subversão da violência sofrida por elas. Ainda que menos agressivo que o pixo, como ressalta Luiza Rabello, uma das integrantes mais ativas do coletivo, é uma das formas de utilizar a rua para ir contra o sistema. É uma maneira de provocar, questionar e contestar, por meio dessa manifestação, questões que pertencem à nossa sociedade.

14 Texto do lambe sem identificação localizado na Rua Desembargador André da Rocha.

15 A entrevista com o Coletivo Filhas da Diáspora Negra foi realizada via Google Meet em 19 de janeiro de 2022.

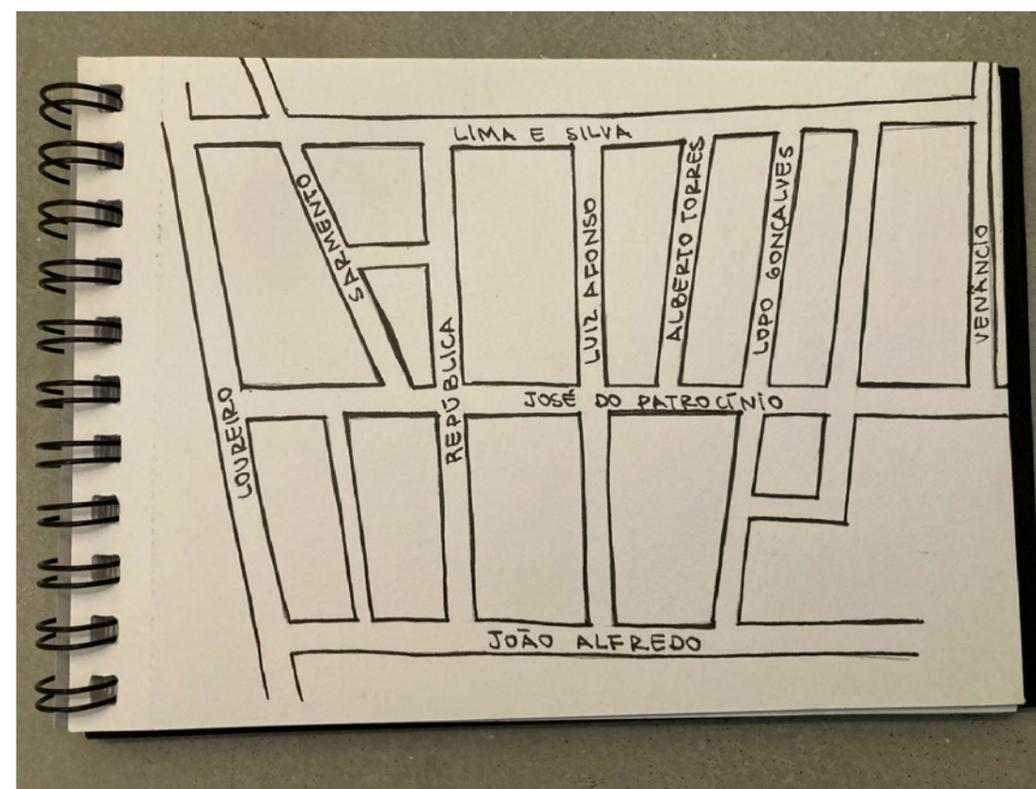


Figura 5 - Mapa da Cidade Baixa. Fonte: Diário de bordo da autora, 2022.

Seguindo meu trajeto, entro à esquerda na Rua Fernando Machado em direção à Av. Desembargador André da Rocha. Mais sebos e antiquários. O barulho do trânsito ecoado pela concha acústica de prédios da Borges fica para trás. As fachadas são cobertas por intervenções onde os pixos e stickers demarcam o público local: uma juventude melancólica e fumante. A estética underground é sedutora. Cooptada pelo capitalismo, a manifestação urbana, ali, é convertida à estetização e se reduz aos interesses econômicos e, de certa forma, se afasta do potencial crítico. Como afirma Pallamin (2002, p. 74), “Se antes o estético era tido como veículo, instrumento, embalagem, agora assume a cena, protagonizando-se como produto”. Seguindo entre as árvores que cobrem as calçadas e carregam o ar de penumbra, as fachadas se abrem em janelas gradeadas. O movimento feminista se infiltra em raros postes com a afirmação: estamos sobrecarregadas, não caladas! Click.

Retorno pelo mesmo trajeto até o viaduto. Sigo pela Borges de Medeiros em direção ao Mercado Público e perambulo pelas ruas do Centro em busca dos painéis. O clássico áudio do carro dos sonhos se confunde com o odor dos peixes, o movimento de pessoas e carros e as pombas que habitam o lugar, enquanto o som dos papagaios volta a ser protagonista na Praça da Alfândega. As paredes da Rua 7 de Setembro e da João Manoel tomam meu tempo. Click. Click. Click. Click. Ali estão os lambes. A composição da João Manoel é elaborada com lambes políticos de artistas e coletivos. Ao lado das frases que questionam o sistema patriarcal, ao lado das denúncias de feminicídio, novamente os Guaranis se fazem presentes. Os lambes apresentam o que há de concreto na nossa sociedade: a violência. Ali, expressa a opressão sexista e racial. Informam, relembram, memorizam as vidas de mulheres que foram perdidas para o sistema opressor. Divulgam o conflito identitário ao qual tentamos sobreviver individualmente e enquanto sociedade. E na relação arte e espaço urbano, instauram sua presença com maior força de significação (PALLAMIN, 2002).

Na Sete, os lambes se misturam aos pixos e grafites, que se misturam a uma dupla visão. De um lado o Muro da Mauá. Click. E de outro a Casa de Cultura Mario Quintana. Click.

Fico imaginando que esta poderia ser a esquina esquisita da qual o poeta falava¹⁶. A nuance desta parede, como uma tela, é demarcada pelo trabalho dos artistas urbanos. Ali fora, à mercê do apagamento, o lambe resiste. Como nossa luta. Já lá dentro, ao contrário, ocupando as paredes do Jardim Lutzenberger, o lambe se mimetiza. Opera esteticamente no sistema. Ocupa seu lugar como arte institucionalizada. Não é apagado. Não é rasgado.

A Casa, cortada pela Travessa dos Cataventos, conduz à Rua da Praia. As árvores e prédios formam a moldura de um dos locais mais ativos para a colagem de lambes. Mesmo durante a pandemia, quando as ruas eram evitadas e permaneciam vazias, as noites eram ocupadas pelos coletivos políticos organizados para mobilizar a população. Assim como o céu e a paisagem que aqui nunca são os mesmos, marcados pela luz do sol que reflete no Guaíba, a rua também não é. Ela é transformada diariamente por trinchas, colas, papéis e discursos. Click. O comercial se dissolve no artístico e debate com o político. Ainda insisto por mais algumas ruas, seguindo um labirinto de pernas cansadas e lombas.

Às 17h17 o cigarro é aceso na sacada do quarto andar.

Caminhando pela Cidade Baixa

Ao atravessar a Loureiro, o clima do centro é deixado para trás para chegar à CB. Basta olhar para a José do Patrocínio ou qualquer outra rua da Cidade Baixa para entender que esta é zona da arte urbana. Diferente do centro, aqui não há uma composição de painéis para ser observada. Cada poste de luz tem consigo uma história, uma mensagem, um alerta, um convite. Como aponta Pallamin (2000), cada espaço tem suas próprias articulações, segregações, rupturas e significados. O bairro boêmio, que costumava ter suas ruas lotadas durante a noite, é mais tranquilo durante o dia, marcado pela movimentação de bicicletas do iFood. A visão se perde no fluxo de informações entre mídias em bancas, anúncios e as intervenções urbanas. É necessário atravessar a rua diversas vezes para se aproximar, identificar, ler e registrar o que ali está posto.

As pautas feminista e lésbica são predominantes nesse lugar, jogando com as poesias que formam na sobreposição de colagens que se esparrama pelos postes. A presença dos lambes e intervenções praticadas por mulheres é marcante nesse território, que se apresenta como um espaço mais democrático para as pautas informadas, denunciadas e poetizadas sobre a opressão sexista, lesbofóbica, transfóbica, racista. A rua ecoa a voz transposta de Audre Lorde¹⁷: “Para mim não existe diferença entre escrever um poema que preste e me esfregar até de manhã no corpo da mulher que eu amo”.

Os painéis se revezam entre casarões, postes, caixinhas de luz e muros. O bairro é uma grande tela, onde os grafites já se tornaram produtos comerciais. Alguns lambes são tão antigos que o processo de identificação exige paciência. Um jogo de caça-palavras começa a fazer parte da dinâmica, transformando a leitura dos lambes em um esquema para decifrar códigos. Mulher. A mulher não pode. Estressada. Isso não é comportamento. Meu corpo. Meu território. A maioria deles parece estar ali há tempos. Eles ostentam a dimensão efêmera de colar um papel nas ruas. Um papel

16 “Há tanta esquina esquisita, Tanta nuance de paredes, Há tanta moça bonita Nas ruas que não andei (E há uma rua encantada Que nem em sonhos sonhei...)”. Trecho do poema O Mapa, de Mario Quintana.

17 Referência aos diversos lambes produzidos pela Jornada Lésbica Feminista Antirracista, com frases da pensadora sobre sexualidade para uma ação sobre o Dia da Invisibilidade Lésbica, localizados no Bairro Cidade Baixa durante o mapeamento realizado.



que molha. Um papel que se dissolve. Um papel que se mistura. Um papel que se desgasta. Que se rasga e é rasgado também propositalmente. Nessa repetição de lambes deteriorados, é visível o afastamento das ruas. Ainda em isolamento social, a atmosfera de abandono diverge da popular vida noturna.

Assim encontro o painel localizado na Lopo Gonçalves. A predominância das criações feitas por mulheres me detém. Ali eu me demoro. Me fixo nos discursos daquelas mulheres que, na ampla parede, se expandem para além dos dispositivos artísticos. Elas ocupam o vazio. E reivindicam, por meio de diversas narrativas, que as ruas também são nossas. A cidade também é das mulheres. Carregando, em seu discurso, a violência que as mulheres enfrentam nas ruas. As altas taxas de feminicídio, assédio, abuso. O contraste da violência patriarcal que opera dentro e fora de casa. E que faz com que busquemos um lugar que também seja nosso. Um lugar seguro.

Ao compartilhar as mesmas necessidades de abordar suas individualidades que também refletem na comunidade, o *Coletivo Mulherio Urbano*¹⁸ expressa seus anseios de vivência em uma sociedade patriarcal e racista, operando também como uma prática que reflete a importância da abordagem interseccional do feminismo. Os trabalhos, produzidos individualmente pelas integrantes do coletivo, buscam inserir na rua e na história a presença de mulheres negras, nos lambes *teu racismo te deixa dormir?* (2019) e *corpo fechado* (2019), ambos criados por *Thay Petit*. O trio de mulheres busca, por meio da arte, gritar suas insatisfações. Ao ressignificar suas dores, buscam dar visibilidade para as pautas feministas.

Ao utilizar os lambes como uma provocação, convidam as pessoas à reflexão por meio dos discursos dispostos nos lambes. “A arte urbana como prática crítica, ao antepor-

18 A partir do contato iniciado por meio das redes sociais, a entrevista com o *Coletivo Mulherio Urbano* foi deslocada para uma troca de e-mails, formalizada em 31 de janeiro de 2021. O grupo é formado por Leli Baldissera, Thay Petit e uma terceira integrante que prefere não se identificar.

Figura 6 - Lambes produzidos pelo Coletivo Mulherio Urbano. Em evidência, destaca-se a criação de Leli Baldissera com o texto “Essa cidade tbm é minha”. Fonte: Registro realizado pela autora em setembro de 2021 na Rua Lopo Gonçalves.

se a narrativas pré-montadas, percorre as vias de interrogação sobre a cidade, sobre como esta tem sido socialmente construída, representada e experienciada” (PALLAMIN, 2002, p. 109). O coletivo busca a ocupação das ruas e um espaço para as mulheres, uma possibilidade de criação e de luta. Retratar a presença das mulheres na rua é o objetivo de *Leli Baldissera* no *lambe essa cidade tbm é minha* (2019), no qual a artista ressignifica as sensações subjetivas de medo e insegurança pela violência no espaço urbano.

Antes de dobrar para a Venâncio, seguia pensando sobre minha presença nessa cidade. De forma objetiva, ia analisando os postes e caminhando. Vi um lambe em um poste. Parei. Fotografei, de forma analítica e fria. Enquadramento um. Enquadramento dois. Quando eu realmente me detive na leitura da frase registrada na tela da câmera, eu senti. Fui atravessada pela mensagem.

Com jeito alegre e generoso, a artista *Tina Perrone* compartilhou comigo sua relação com os lambes, com a arte de rua, com o feminismo e com a arte que me levou até ela¹⁹ com o lambe *não toca nela* (2021). Estar na rua, para a artista, é poder se conectar com as pessoas. Ainda que exista a possibilidade de isso não acontecer e se tornar indiferente no contexto urbano (PALLAMIN, 2000), ao lambe as ruas com seu trabalho e torná-lo público, esta é uma expectativa: deixar seu rastro na cidade e se comunicar com quem, entre a rotina do dia a dia, consegue enxergar as mensagens da cidade.

Ela me contou, entre bebericos no chá, que cada lambe tem uma história. Falei que queria saber sobre o *não toca nela*. Tina conta que ele é sobre raiva, sobre a raiva por um homem que abusou de uma pessoa especial na vida dela.

A raiva existe e opera como um elemento das lutas feministas. Lorde (2013) apresenta a raiva como uma resposta ao racismo e repudia o medo que sentimos dela. Já Adichie

¹⁹ Encontrei a Tina no Café Cantante, no Bom Fim, em 29 de novembro de 2021 para realização da entrevista.



Figura 8 - Viaduto Otávio Rocha e painéis na Rua dos Andradas e na Rua João Manoel. Fonte: Registros realizados pela autora em setembro, novembro e dezembro de 2021.

(2015) tem a raiva como um sentimento aliado à esperança no combate às injustiças de gênero. A raiva, aqui, é um expurgo, um pedido, um grito. O grito preso na garganta de todas nós. O grito que Tina faz reverberar na rua por meio do lambe.

Essa cidade também é nossa

Minha saída em 22 de setembro ocorreu com urgência devido às polêmicas noticiadas no dia anterior: a Prefeitura de Porto Alegre iniciou a revitalização do Viaduto Otávio Rocha com o objetivo de cobrir os pixos e grafites. Encontrei desenhos e frases meio cobertos pela pintura abandonada após a sinalização de que a tinta não é adequada ao material que compõe a estrutura do viaduto. A “manutenção e higienização das fachadas” integra a “reabilitação” do Centro Histórico, projeto batizado de *Centro+*, lançado pelo prefeito Sebastião Melo e aprovado pela Câmara de Vereadores em agosto do ano passado. O programa pretende requalificar a região por meio de intervenções que têm como objetivo “valorizar suas potencialidades sociais, econômicas, ambientais e funcionais”. A ação se estende por diversos pontos do Centro Histórico, em painéis urbanos, comumente utilizados por artistas em locais como o Viaduto do Brooklyn, Rua dos Andradas, Rua Sete de Setembro, Rua João Manoel, Praça da Alfândega, entre outros.

Assim, por meio da ação da prefeitura, fica evidenciado, nos apagamentos da tinta cinza sobre o spray preto, o processo de gentrificação do espaço urbano. Na contramão, as vozes dos muros se misturam em um coro que clama por direitos sociais, divergentes dos interesses políticos de quem está no poder e do sistema opressor no qual sobrevivemos. Ainda que não seja o foco da pesquisa, esse é um atravessamento transversal importante já que esses apagamentos demarcam, portanto, o silenciamento dos movimentos populares. Demarcam, pois, uma tentativa de silenciamento das nossas lutas.

Na rua nossas lutas se encontram

Da mesma forma, o mapeamento realizado enfrentou o afastamento das ruas ocasionado pelo isolamento social contra a pandemia de Covid-19. Nas conversas realizadas com as artistas e coletivos, constatei que o período entre março de 2020 e agosto de 2021 foi um lapso de produção da arte urbana nos bairros investigados em Porto Alegre. Dessa forma, podemos pensar nos modos como essas interferências servem como uma ilustração sobre as transformações e manutenções que ocorrem no espaço público. A velocidade com que os painéis vão se modificando é um ponto de tensão sobre os apagamentos de um dispositivo que é apresentado como uma ferramenta de memória social. Uma memória curta. Uma memória que logo se apaga e muda de foco – ou distendida, sobretudo num momento pandêmico em que estamos vivendo. Uma memória que reflete a nossa realidade ao mesmo tempo em que tenta modificá-la. Ao terem determinadas palavras arrancadas ou serem arrancados por inteiro, os lambes demonstram na prática a disputa de poder que enfrentamos no campo simbólico, social, econômico, cultural, político. Eu informo. Tu arranca. Eu denuncio. Tu apaga. Eu grito. Tu tenta me calar.

Os apagamentos temporais e institucionais como os citados acima, ou mesmo os climáticos e realizados pelos pedestres, interferem nos pontos de colagem. Os locais escolhidos para os lambes e realização das intervenções estão relacionados, também, ao fluxo de pessoas e a algumas regras e preferências estabelecidas pelos artistas urbanos enquanto coletivo e individualmente, a depender do trabalho.

O Coletivo *Mulherio Urbano* e a artista *Tina Perrone* priorizam superfícies abandonadas, postes, tapumes de obras. O cuidado com os lambes produzidos e com as colagens realizadas fica evidente com o relato de *Inessa Luerce*²⁰ sobre o lambe intitulado como *não matarás* (2021). Na saída para lambe os postes, resolveu satirizar utilizando o cartaz em frente a uma igreja e também em frente a uma churrascaria. Ainda no dia da colagem, quando retornou pelo mesmo caminho, apenas o lambe da churrascaria ainda permanecia lá, ironizando a principal temática que é pautada por ela: o veganismo.

Os diálogos propostos na arte do lambe atravessam percepções, ganham espaço e conquistam ideais. Um dos únicos pontos de colagem da ação realizada pelo grupo de mulheres do projeto *Todas Escrevemos*²¹ fugiu do clássico poste de luz. Em uma casa localizada ao lado do bar *Dirty Old Man*, com a pintura coberta de pixos e lambes, a subversão dessas mulheres foi desafiada. Enquanto colavam o segundo lambe da fachada, a dona da casa interveio e questionou a ação. *Camila Alexandrini* e as demais mulheres optaram pela conversa, explicando sobre o projeto e a simbologia dos lambes produzidos por elas. Assim, fortalecendo as narrativas criadas por mulheres e em diálogo com a rua, elas conquistaram a colagem do terceiro e do quarto lambe no endereço, engajando a proprietária do local.

Considerações finais: o feminismo é para todo mundo

Ocupar o espaço urbano com um lambe, no caso de produções realizadas por mulheres, significa também ocupá-lo com nossos corpos. Assim, além de nos apropriarmos de um lugar para nossa fala, reivindicamos pela nossa presença nas ruas. *Tina*, o trio do *Coletivo Mulherio Urbano*, *Inessa* e *Camila* relatam que preferem realizar as colagens

durante o dia. *Tina Perrone* compartilha que normalmente sai cedo, aos finais de semana, para colar suas artes. Prefere não ser observada pelos olhares curiosos e desconfiados. O coletivo ressalta que por mais que as manhãs gerem mais exposição, o perigo parece ser reduzido com a luz do dia. Elas destacam que evitam se esconder na noite também para evitar situações indesejáveis pelo fato de serem mulheres.

A produção dos lambes, que pode ser barateada com impressões simples (ou mesmo criações à mão) e utilização de cola à base de farinha, e o amplo acesso para quem se deixa atravessar pelo que é exposto na rua, são elementos democratizantes desse material. Assim, a presença, além de agir como reivindicação do nosso espaço e da nossa fala, atua como uma forma de democratizar os feminismos, fazendo com que o lambe seja uma ferramenta de construção de uma realidade na qual o feminismo seja para todo mundo e na qual sejamos todos feministas. Aqui, apresento o lambe como um saber feminista.

Ainda que esta não seja uma proposta de análise de discurso, não é possível ignorar os dizeres em caixa alta dos lambes que encontrei. E eles são sobre violência. Violência contra mulheres negras, violência doméstica, opressão e insegurança das mulheres nas ruas. Os lambes estão ali denunciando que, apesar de quererem manter as mulheres em lugar de subordinação, estamos disputando com a nossa voz e nossa presença a transformação da hegemonia na sociedade branca cisheteropatriarcal.

Assim, é possível que seja afirmado que o lambe opera pela luta feminista tanto pela prática ilegal e resistência desses corpos ocupando literalmente espaços que lhe são negligenciados quanto pelos discursos apresentados nos textos que carregam. Falar sobre a ocupação de espaços abrange falar sobre as ruas: lugar de medo e violência. Falar sobre a produção artística: da qual fomos historicamente excluídas por questões de gênero. Da disputa política, social, econômica. Todos os espaços nos quais sofremos com o sistema opressor. Espaços que também são disputados por diversas categorias identitárias que também buscam por justiça.

Ao abordar a questão de produção artística realizada por mulheres, cabe também destacar a relevância da apresentação do lambe enquanto dispositivo artístico que opera à margem do sistema da arte. E o que essa afirmação e a busca por essa validação significam nesse contexto acadêmico no qual eu apresento este texto. Enquanto pesquisadora interessada em práticas curatoriais e ativista social, tento, também, dentro deste sistema institucional, apontar a relevância de uma curadoria ativista. Assim, busco destacar – até quando for necessário – os temas, artistas e produções que atuam à margem, invisibilizados e que procuram pelo seu espaço de legitimação e validação, criando uma movimentação para, inclusive, alterar a forma como esse sistema funciona, quem o valida e o que é validado. No comprometimento com essa ação, busca-se, como aponta Reilly (2018), o nivelamento de hierarquias, combate a apagamentos e a promoção daquilo que está à margem para o centro, na valorização das maiorias minorizadas e na busca de debates e novos conhecimentos.

Dentro desse contexto, essa pesquisa, sua pauta e seu objeto investigativo, se estabelecem como uma estratégia de resistência que propaga as pautas feministas para além dos ambientes segregados do conhecimento. Como nos questiona Lorde (2019): do que precisa uma mulher para criar? Quais são as ferramentas, motivações, espaços, discursos que utiliza? “O que você precisa dizer? Quais palavras você ainda não tem? [...] Vocês têm feito o trabalho de vocês?” (LORDE, 2019, p. 50). Nas ruas de Porto Alegre, ressignificando o espaço urbano e buscando se inserir nele, mulheres artistas criam, dizem e compartilham conhecimento por meio de reivindicações e da problematização das opressões que sofrem enquanto mulheres brancas, mulheres lésbicas e mulheres negras. Essas mulheres, por meio dos discursos impressos no

20 A entrevista com Inessa foi realizada em 25 de janeiro de 2022 pelo Google Meet.

21 Depois de ter fotografado alguns lambes do projeto *Todas Escrevemos*, contatei a ONG Fora da Asa pelo perfil no Instagram, com o objetivo de coletar informações sobre essa grande demarcação literária que foi realizada na CB. Conversei com Camila Alexandrini no dia 14 de janeiro de 2022.

dispositivo artístico lambe, se conectam com transeuntes e ampliam as vozes dos feminismos.

Portanto, na presença nas ruas, a arte urbana realizada por mulheres (ou que apresente as questões de gênero) pode ser pensada como uma prática democrática do movimento feminista. Apresenta-se como um material acessível para que todas as pessoas tenham contato com o conhecimento feminista e as pautas reivindicadas pelo movimento. Seja no discurso ou no ato de ocupação do espaço público, é na rua que ampliamos nossas vozes para que o pensamento feminista se torne acessível para mais pessoas. É na rua que buscamos uma transformação social. É na rua que nossas lutas se encontram.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BECCON, Paulo; MENDONÇA, Lissandra. Prefeitura de Porto Alegre vai revitalizar Praça da Matriz. *Prefeitura de Porto Alegre*, 16 de jun. de 2020, Executivo. Disponível em: <<https://www.prefeitura.poa.br/gp/noticias/prefeitura-de-porto-alegre-vai-revitalizar-praca-da-matriz>>. Acesso em 07 de fev. de 2022.
- Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. *Correio Braziliense*, 15 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>>. Acesso em 01 de dez. de 2021.
- BRASIL. Prefeitura de Porto Alegre. Institui Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. Disponível: <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/137061>>. Acesso em 07 de fev. de 2022.
- BULHÕES, Maria Amélia. *As novas regras do jogo: o sistema da arte no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2014.
- LOBATO, Gabriela. Desigualdade de gênero: a constante luta feminina no espaço social. *Núcleo de Estudos em Saúde Pública CEAM/UNB*. Disponível em: <<http://nsp.unb.br/index.php/42-noticiascentro/397-desigualdade-de-genero-a-constante-luta-feminina-no-espaco-social>>. Acesso em 01 de dez. de 2021.
- FETTER, Bruna. Das reconfigurações contemporâneas do(s) sistema(s) da arte. *MODOS*. Revista de História da Arte. Campinas, v. 2, n.3, p.102-119, set. 2018.
- FOSTER, Gustavo. Pintura de monumentos tombados feita pela Prefeitura é ilegal e pode prejudicar estrutura, dizem especialistas. *Matinal Jornalismo*, 21 de set. de 2021, Reportagem. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/pintura-monumentos-tombados-prefeitura-ilegal/>>. Acesso em 07 de fev. de 2022.
- FREIRE, Cristina. *Arte Conceitual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Editora vozes limitadas, 1971.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. São Paulo: Editora Record, 2018.
- LORDE, Audre. “Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo”. Tradução de Renata, Geledes, 19 maio 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/MfpQbV>>. Acesso em: 02 de mar. de 2022.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Título original: Sister Outsider.
- PALLAMIN, Vera M. Arte urbana como prática crítica. In: *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. (org.) PALLAMIN M, Vera; (coord.) LUDEMANN, Marina. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PALLAMIN, Vera M. *Arte urbana; São Paulo: Região Central (1945-1998): obras de caráter temporário e permanente*. São Paulo: Fapesp, 2000.
- REILLY, Maura. *Curatorial Activism: Towards an ethics of curating*. London: Thames & Hudson Ltd, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ROLNIK, Suely. Capítulo VI. In: *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. p. 56-65.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, jul/dez 1995, 71-99.
- SILVA, Claiton. Prefeitura apresenta programa de revitalização do Centro Histórico. *Prefeitura de Porto Alegre*, 09 de ago. de 2021, Gabinete do Prefeito. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/prefeitura-apresenta-programa-de-revitalizacao-do-centro-historico>>. Acesso em 07 de fev. de 2022.

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta

WE DON'T WANT FOOD ALONE
Project Ocupar: Woman, land and struggle

**Silvana Ribeiro¹, Mariele Malaquias²,
Carolina dos Reis³ e Edivânia Rodrigues da Silva⁴**

Resumo

Escrever sobre o que nos ocupa, este é o objetivo deste texto, que retrata experiências vivenciadas no Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta, coletivo que vem sendo construído desde 2022, com mulheres moradoras de ocupações urbanas da cidade de Passo Fundo/RS. Esta escrita analisa ocupações junto ao movimento de mulheres nesta cidade, sendo uma das principais: Da identidade. Para tanto, expressamos como foi sendo produzida ao longo deste projeto, idealizado de forma coletiva, a partir da reflexão acerca do que nos constitui como grupo e que fundamenta a ética de nossos modos de ação política. Este artigo é embalado pela canção “Comida”, na voz de Elza Soares e Titãs, problematizando que o direito à moradia representa mais do que uma luta por condições básicas de existência, trata-se de uma disputa entre distintas éticas do viver juntos: mais do que comida, desejamos também diversão e arte.

Palavras-chave: ocupações urbanas, ocupar, identidade visual.

Abstract

Writing about what occupies us. This is the objective of this text, which portrays the experiences of the Project Ocupar: women, land and struggle - a collective that has been built since 2022 with women living in urban squats in the city of Passo Fundo/RS - This article analyzes Squatting alongside the women's movement in this city, been one of the main ones: About Identity. Therefore, we express how it was produced throughout this project, designed collectively, based on reflection on what constitutes us as a group and what underpins the ethics of our modes of political action. This article is accompanied by the song “Comida”, in the voice of Elza Soares and Titãs, argues that the right to housing represents more than a fight for basic conditions of existence,

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFRGS/ 2023). Mestra em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFFS/ 2022); Mestra em Educação (UPF/ 2022); Assistente Social (UPF/2019); Psicóloga (Atitus Educação/2023). Professora no curso de Psicologia da Atitus Educação. Integrante da coordenação do Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta e da coordenação da Ocupação Valinhos II.

2 Psicóloga (UPF/2022). Mestranda em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFFS/ 2023); Integrante da coordenação do Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta e da coordenação da Ocupação Valinhos II.

3 Mestra e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS com bolsa CAPES/FAPERGS) (2012/2017). Professora Adjunta no Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Grupo OCUPAS: cidade, resistência e Subjetividade. Co-coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-politcs).

4 Educadora Popular; Especialista em Gestão da Educação: Supervisão, Orientação e Administração Escolar (PUCRS/ 2013). Pedagoga (UPF/ . Atua como professora no Município de Pontão-RS. Integrante do conselho Municipal de Direito das mulheres de Passo Fundo. Socia da Comissão de direitos humanos de Passo Fundo. Integrante da associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN); Representante Estadual do Movimento de Luta pela Moradia; coordenadora da Ocupação Valinhos II e da coordenação do Projeto: Ocupar: mulheres, terra e luta.

it is a dispute between different ethics of living together: more More than food, we also want fun and art.

Keywords: urban occupations, squatting, visual identity.

Sobre uma escrita ocupada

“A gente não quer só comer.

A gente quer prazer pra aliviar a dor”

(ANTUNES; FROMER; BRITO, 1987)

Julián Fuks (2019) na obra *A Ocupação*, escreveu com propriedade ao destacar que seu desejo é deixar que seus ocupantes lhe conduzam para fora de seus domínios:

Só o que faço é deixar que me ocupem, que ocupem a minha escrita: uma literatura ocupada é o que posso fazer neste momento [...] meus ocupantes me conduzem para fora dos meus domínios, e eu já não sei bem por onde vou (FUKS, 2019, p. 107).

Neste artigo desejamos o mesmo, expressar em palavras o que nos ocupa neste momento, que é o Projeto: *Ocupar: Mulheres, terra e luta*. Uma proposta que congrega mais de 50 mulheres moradoras de cinco ocupações urbanas de Passo Fundo (Ocupação Valinhos II; Ocupação Leão XIII; Ocupação Bela Vista; Ocupação Valinhos I e Ocupação Vista Alegre). O município é composto por um território que contempla em torno de 100 ocupações urbanas e mais de 14 mil pessoas residentes neste espaço (BORGES, 2023).

Uma das moradoras de uma destas ocupações urbanas que integra o projeto Ocupar, relata que: “Desejamos estudar, compreender o que é uma ocupação e o que é uma invasão. Queremos falar com o prefeito e o secretário de habitação e saber falar, sem precisar de outras pessoas junto”. Desta narrativa nasceu este projeto de formação, que é realizado mensalmente no território da Ocupação Valinhos II em Passo Fundo/RS. Este projeto vem nos conduzindo para fora de nossos domínios, e como destacou Julián Fuks (2019) não sabemos bem para onde vamos, o que temos certeza é de que é uma proposta coletiva de visibilização das mulheres que residem nas ocupações urbanas.

Este artigo descreve este processo. Nos apoiamos na arte, em imagens construídas coletivamente, nas músicas, na literatura e na memória de experiências que serão narradas ao longo deste texto. Estas apresentam as principais referências desta escrita, que não são palavras de autores renomados, mas autoras de uma vida cotidiana que acontece dentro das ocupações urbanas de Passo Fundo e que, na maioria das vezes, fica esquecida e isolada das publicações acadêmicas, distantes das universidades e dos centros urbanos. Neste texto, mais do que apresentar um problema de pesquisa, compartilhamos vivências de uma relação cotidiana no Projeto Ocupar.

Estas mulheres que integram o Ocupar são moradoras das ocupações urbanas de Passo Fundo: Valinhos II; Bela Vista; Zachia; Leão XIII e Vista Alegre. O que existe de semelhante entre as mesmas? Muitas são as pesquisas acadêmicas que expõem as problemáticas e desafios da vida dos sujeitos habitantes das periferias e ocupações do Brasil. Porém, para além do não acesso aos direitos humanos e às políticas públicas é preciso tocar em um ponto que não se observa constantemente: o que vêem os moradores destes locais para além das dificuldades? Por isso, a canção “Comida”, na voz do Titãs e da Elza Soares, percorre este texto que traz como principal questão: O Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta tem fome de quê? Compreendendo aqui a

perspectiva da comida para além do sustento físico, mas de um sustento subjetivo e social. Do que se alimentam as integrantes deste projeto? O que faz com que mensalmente estas mulheres se encontrem nos espaços coletivos das ocupações urbanas? Mais do que responder estas questões, traremos apontamentos para estas perguntas desde uma perspectiva de uma relação cotidiana com mulheres representantes de ocupações urbanas da cidade de Passo Fundo/RS.

A gente não quer só comida:

“Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?”
(ANTUNES; FROMER; BRITO, 1987)

Escrever sobre o que nos ocupa neste momento significa falar sobre o Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta, pressupõe uma escrita experiencial onde precisamos sair de nossos domínios, abandonar certezas e assumir o compromisso coletivo com o direito à moradia. Assim, a canção apresentada acima, dialoga com as necessidades que se visualizam nas ocupações e nos espaços isolados dos centros da cidade. Relacionado a isso, Ermínia Maricato (1996), destaca que a exclusão espacial e ambiental reverbera fortemente na exclusão social, com imensas regiões de pobreza homogeneamente disseminadas pelas cidades, onde o que se observa é a desigualdade econômica dos trabalhadores diante da concentração de riquezas por parte das elites. A partir da mercantilização da terra e o alto valor para se habitar os centros.

É necessário destacar, ainda, a dificuldade de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Pelo fato de que o Estado, por vezes, está mais preocupado em financiar o capital privado, além de investimentos de segunda ordem nos centros urbanos do que em infraestrutura nas periferias, expressando: “Uma política de fachada para uma prática de faz-de-conta em uma cidade de ficção.” (MARICATO, p. 68, 1996). Nesta frase a autora resume como são feitas as políticas urbanas e conseqüentemente o descaso estatal para com os moradores de periferias e ocupações, privando-os de infraestrutura mínima à sobrevivência, sem acesso ao lazer, à saúde, à educação e ao direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001)”.

Outro autor que trata do tema, Henri Lefebvre (2001) que cunhou o termo Direito à cidade, defende que a cidade precisa ser construída a partir da visão daqueles que se veem excluídos dela. Através também, da dimensão artística, das obras de arte, via musicalidade ou via pintura e escultura. O Direito à cidade, destaca o autor, também passa pela semiologia e assim como, os direitos fundamentais (saúde, educação, etc), precisa ser visto como necessário à organização da vida. Assim, possuir Direito a cidade é ter acesso ao teatro, às praças públicas, ao encontro, a música e etc. Bem como, o alimento, a diversão, a arte e o encontro são necessários a vida.

Tendo em vista isto, o Projeto Ocupar concentra a perspectiva do encontro, da arte e do cuidado. O cuidado visa a escuta e a expressão que considera as especificidades e subjetividades presentes nas periferias urbanas onde “se dá com e não para os outros.” (MIRANDA: FÉLIX-SILVA, 2022). Assim como, ocorre na construção dos encontros formativos, que são organizados de forma coletiva com as mulheres integrantes do grupo.

Percebemos que diversas pesquisas importantes destacam aspectos das ocupações urbanas pelo olhar da falta, da necessidade e da fome. O que é de grande valia para reflexão sobre o direito à moradia e a cidade. Porém, cabe salientar o que vem sendo percebido através do Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta, que é o desejo



das moradoras das ocupações de que sejam visibilizadas outras narrativas acerca do morar em ocupações urbanas. “Nós não somos um bando de vagabundos, somos trabalhadores. Saímos de casa às quatro da manhã para trabalhar, queremos ser vistos assim”. Esta fala de uma das integrantes do Ocupar aponta para a possibilidade de ver as ocupações urbanas através da identidade que é produzida pelos moradores deste território, que não diz respeito somente à comida, mas algo que passa pela representação, a identidade de trabalhador, como alguém que deseja acessar à cidade, o lazer e a arte.

Importante destacar que ao falarmos em identidade não nos referimos a ideia de uma identidade fixa e essencialista. Não se trata de pensar a identidade como algo que silencia as diferenças constituintes desse grupo de mulheres, em nome da produção de um mesmo que as unifique e estagne as possibilidades de transformação e invenção de distintos modos de se fazer coletivo. Entendemos a construção da identidade do projeto como ferramenta de discussão e afirmação de uma ética e de uma estética do viver juntos. Ética no sentido desenvolvido por Michel Foucault (1990) como um exercício constante de reflexão sobre nossas práticas e sobre os efeitos que buscamos produzir por meio delas no mundo. Estética, como proposto por esse mesmo autor, como possibilidade de construção e de constante reinvenção dos modos de nos constituirmos sujeitos, para além daqueles que estão instituídos. Inspiradas por esse movimento estético, descrito por Michel Foucault (2009), que nos convida a viver a vida como uma obra de arte, pensamos o processo de construção identitária desse grupo como um exercício de experimentação de outras formas de ser mulher, militante, mãe, amiga, trabalhadora e cidadã.

A gente quer comida, diversão e arte: Construção da representação visual do Ocupar

Neste artigo, pensamos o tema da identidade, desde as ocupações urbanas, através da construção da Logo do Projeto. Sobre isto, o coletivo, destacou o desejo: “Antes que colonizem nossas vivências e nossas lutas, nós queremos criar uma identidade para esse grupo, queremos colocar nas redes sociais o que fazemos, queremos visibilidade. Neste ano vamos investir na divulgação, em tornar nossas vidas, nosso grupo e nossos sonhos visíveis, para que ninguém venha se apropriar disso.” Esta foi a fala de uma das coordenadoras do Projeto Ocupar, ao comentar o que sonhava para ampliação do projeto.

Sabendo a importância deste pedido, e entendendo que “As imagens corporificam concepções culturais coletivas” (NEIVA, p. 14, 1993). Decidimos escutar os desejos dessas mulheres acerca da figura que seria criada. A partir da escuta sobre o desenho que iria simbolizar o Projeto de formação coletivo de mulheres. Assim, uma das integrantes do projeto que é artista, fez algumas anotações de elementos suscitados, em conjunto com os comentários que explicam as referências:

“Mulheres segurando uma enxada, é um símbolo da nossa luta pela terra!”;
“Um broto ou uma mulher grávida, algo que simboliza o nascimento e também, eu acho que uns livros para simbolizar a formação, né?!”;
“As mulheres têm que ter cores variadas representando as pretas e as brancas”;
Cor principal: “vermelho” (unânime).

Outras sugestões, surgiram mais tarde, como por exemplo o símbolo da casa, representando a identidade da ocupação e o direito à moradia. Tentamos manter os elementos mais importantes e simbólicos para o grupo, a partir disso, nasce a imagem que representa o coletivo. O mapa em vermelho da América Latina invertida, foi inspirado na obra de Joaquim Torres Garcias numa tentativa de representação de um movimento decolonial. Processo esse que tem sido vivenciado a partir do projeto, pelas mulheres que lutam contra o sistema que marginaliza a classe trabalhadora e invisibiliza corpos negros e pobres.

Outro item, a silhueta do rosto da trabalhadora, diz respeito a uma mulher negra com um turbante, inspirada em Carolina Maria de Jesus, uma das mais importantes escritoras brasileiras. A mesma já tinha sido citada algumas vezes nos momentos de formação enquanto símbolo de resistência periférica. O broto foi parar na cabeça dessa mulher, como uma semente do conhecimento que germina a partir das vivências e da aprendizagem via oralidade, pois nem todas sabem ler. O livro não encaixou enquanto maneira de retratar esse conhecimento, pois compreende-se que o processo formativo vai além do que se conhece na academia. Ele pode ser verbal, pode ser afetivo, pode germinar de diferentes formas e aproveitando esse símbolo colocamos a letra O inicial da palavra Ocupar.

A simbologia da enxada permaneceu, porque expressa a mulher trabalhadora, que mexe na terra e luta pelo seu espaço, é uma ferramenta que representa essa luta. Desde esses elementos cria-se a identidade visual, construída a partir delas e para elas: as mulheres das ocupações, que lutam pelo direito à moradia e por uma vida digna.

Cabe salientar que é necessário criar novos “modos de ver, olhar e compartilhar” (KOHATSU, p. 29, 2017). A palavra compartilhar é uma das que orienta nossa escrita e

esta identidade visual pois existe uma necessidade de superação do olhar colonizador, apesar de ser desafiador trabalhar com imagens. Torna-se essencial partilhar, produzir diálogo a partir de relações subjetivas vividas coletivamente.

Há, desse modo, que se destacar um pouco do mundo das imagens daquilo oferece aos olhos a resistência e também a beleza, quebrando de alguma forma, a dureza dos dias. Pois assim como o contexto social, o mundo das imagens também é algo que nos cerca e nos constitui, enquanto tal, precisa ser observado nas suas diferentes dinâmicas. Eduardo Neiva (1993), acentua que as imagens são parte da nossa identidade, “a imagem é determinada pela posição presente no olhar”. O autor revela que o olhar do espectador é o que dá sentido à representação que a imagem vai ter, ou seja, é possível dizer que as imagens possuem diferentes dimensões, materiais, temporais e até subjetivas. Eduardo Neiva (1993), também ressalta que as imagens são construídas a partir de uma totalidade cultural coletiva que se configura por si só num documento histórico que produz uma dinâmica social com o tempo e sujeito que a recebe. Cada imagem é mais do que uma configuração sínica, expressa enquanto qualidades materiais. As imagens estruturam historicamente formas e esboço de comportamentos. Da imagem a ação, os vários níveis possíveis da experiência cultural são articulados (NEIVA, p.14, 1993).

Dessa forma, as imagens carregam diferentes significados, perpassando aspectos subjetivos e culturais presentes na figura daquele que a recebe. Tornando-se necessário, deste modo, se atentar para as diferentes subjetividades como forma de compreender a associação que ocorre entre a imagem e sua representação psíquica e social para aquele sujeito.

Desejo, necessidade, vontade

Trazer para este texto a partilha sobre a construção da imagem da representação visual do projeto Ocupar parte do objetivo de pensar que é preciso olhar a cidade através do olhar das moradoras das ocupações urbanas, público que, historicamente vem sendo excluído da possibilidade de reflexão sobre que cidade sonhamos ou que identidade desejamos para os grupos que participamos.

Assim, para este artigo, propomos o questionamento: O projeto Ocupar: mulheres, terra e luta tem fome de quê? Nosso intuito não foi responder esta pergunta, mas por meio do compartilhamento de como foi construída a identidade visual deste coletivo, dizer como foi demarcada a ocupação deste projeto em outros espaços, a partir de sua representação visual. Desse modo, construir uma imagem identitária própria do movimento abre possibilidades de ocupação também da cidade.

Dessa maneira, a partir das divulgações realizadas sobre os encontros do Projeto Ocupar, por meio das redes sociais e grupos de whatsapp, o coletivo vem recebendo convites para participações em outros espaços da cidade, na Universidade através de aulas para a educação superior, projetos de extensão universitários, rodas de conversa com escolas, dentre outros. Em um destes momentos, ao retornar para casa, Josué (que tem doze anos), perguntou para sua mãe se poderia sentar atrás da mesa (referindo ao espaço ocupado por advogados e autoridades que estavam realizando uma fala em um evento no curso de Direito). Sua mãe é integrante da coordenação do Projeto Ocupar e tinha ido nesse evento a convite do coletivo. Por meio dessa narrativa podemos observar a abertura e ocupação de novos lugares dentro da cidade, que permite as moradoras da ocupação se verem refletindo sobre o urbano e ocupando novos espaços dentro dessa rede.



Nesse sentido, Henri Lefebvre (2001) faz uso da análise semiológica para dialogar sobre as formas de subjetividades e subjetivações possíveis numa cidade através do seu conjunto social. O autor destaca que existe uma semiologia urbana e da vida cotidiana que se traduz na forma de significar a cidade e o modo de ver e habitar este espaço. Quando a partir da construção de uma imagem, abre-se possibilidades de adentrar o espaço urbano, há um meio de reivindicar esta cidade através do simbólico, abre visibilidade a aquilo que está excluído, mas que reside ali, nas periferias urbanas. Segundo o autor, a cidade possui uma fala e linguagem própria que refere-se aos espaços, as praças, os vazios, aos encontros e aquilo que se expressa nas conversas, nos gestos, nas roupas e no emprego das palavras por seus habitantes. A cidade também possui, segundo Henri Lefebvre (2001), uma escrita própria que se inscreve e prescreve em seus muros à disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma o emprego do tempo na cidade pelos habitantes desse território.

Esse sistema de significações que contorna o urbano também é utilizado para, através da separação analítica segregar o ser humano, principalmente pela estratégia da globalização de um modo de vida ligado ao consumo (LEFEBVRE, 2001). Dar visibilidade a novas possibilidades de habitar, também incide sobre essa lógica capitalista, como forma de resistência ao que planifica as culturas e os modos de ser e viver. Eis que se torna-se necessário entender que o Direito à vida urbana passa também pelo simbólico, pelo desejo e olhar da classe trabalhadora afastada dos centros. A construção de novas imagens é o começo para reivindicar o direito à cidade, discutir sobre a cidade, os direitos e o habitar torna-se semente de uma organização social que busca uma revolução econômica, planejada para as necessidades sociais, controle democrático do aparelho estatal, e uma revolução cultural (LEFEBVRE, 1968). Isto nos recorda o trecho da música *Etnia*, de Chico Science e Nação Zumbi que faz um jogo de palavras, onde reflete a discussão sobre a imagem e a visibilidade da população periférica para que possamos nos questionar sobre a inserção do povo na arte e nos espaços culturais:



Imagem 3 - Encontro do projeto ocupar. Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

*É o povo na arte
É arte no povo
E não o povo na arte
De quem faz arte com o povo.*

Considerações Finais

“A gente quer saída para qualquer parte”
(ANTUNES; FROMER; BRITO, 1987)

Como observado no texto, garantir o Direito à cidade para população das ocupações passa pela construção simbólica e identitária. Criar possibilidades de reflexão e visualização de populações invisibilizadas é o primeiro passo para a construção de diferentes acessos à cidade. O desejo de ser visto é incorporado a um amplo processo de resistência que passa pela construção de novas formas de habitar os lugares.

Para isso ocorrer, se faz necessário deixar-se afetar, partilhar e construir laços com o outro, para construção de novas possibilidades de vivenciar imagens e ocupar espaços. Existe uma escolha presente na forma de olhar, questionar e evidenciar sujeitos. E a escrita, assim como a imagem pode ser afetiva, expressiva e artesanal, torna-se necessário romper com a lógica academicista, branca e elitista (RODRIGUES; SILVA, 2021). E para isso destaca-se novas possibilidades de experienciar e olhar o mundo através de representações construídas a partir das vivências do Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta, onde as mulheres podem refletir e ocupar a semiótica da cidade através da construção de imagens, como forma de acessar os espaços que são privados e privativos da existência periférica.

Citando Julián Fuks (2019), encerramos este artigo reforçando o quanto o projeto Ocupar vem nos conduzindo para fora de nossos domínios, e como destacou o autor, não sabemos bem para onde vamos, o que temos certeza é de que é uma proposta coletiva de visibilização das mulheres que residem nas ocupações urbanas na busca pelo direito à vida, ao lazer, a arte e a cidade.

Referências

ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITO, Sergio. (1987). *Comida*. Intérprete: Titãs. In: Titãs. Jesus não tem dentes no país dos banguelas Rio de Janeiro: WEA. 1 disco sonoro (LP). Lado A, faixa 2.

FOUCAULT, Michel. (1990). Qu'est-ce que la critique? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 84(2), pp. 35-63.

FOUCAULT, Michel. (2009). *Le courage de la vérité, Le gouvernement de soi et des autres II: cours au Collège de France, 1983- 1984*. Paris: Seuil/Gallimard.

KOHATSU, Lineu Norio. (2017). Notas sobre o uso de imagens visuais nas pesquisas em psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(1), pp. 23-36.

LEFEBVRE, Henri. (2001). **O Direito à Cidade**. Nota de tradução: Rubens Eduardo Frias; São Paulo: Centauro.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Editora, Editora Hucitec, 1996 ; Original de, Universidade de Michigan ; Digitalizado, 6 nov. 2007 ; ISBN, 8527103516, 9788527103510. Acesso em: 16 de out. 2023

MIRANDA, Deivison Warlla; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. As Subjetividades Periféricas e os Impasses para a Descolonização da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p.1-12, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/c9dvXwsycCnM6ddCWNTCgTB/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 29 mai. 2023

NEIVA, Eduardo. *Imagem, história e semiótica*. Anais do Museu Paulista: História E Cultura Material, 1(1), 11-29, São Paulo, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100002>> Acesso em: 29 mai. 2023.

RODRIGUES, Luciana.; SILVA, Aline, Kelly. (2021). Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na academia. In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Correa. *Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas*. Porto Alegre: Rede Unida.

MULHERES E CRIANÇAS REFUGIADAS

Um problema crescente e dramático

*REFUGEE WOMEN AND CHILDREN
A growing and dramatic problem*

James Miyamoto¹ e José Ripper Kós²

Resumo

Ao final de 2022, estimava-se que houvesse 108,4 milhões de refugiados no mundo, vítimas de perseguição, conflito e violência. Dentre esse grupo, cerca de 55 milhões são mulheres. Igualmente dramático é perceber que aproximadamente 40% desse total, ou seja, 43,3 milhões, são crianças e adolescentes, muitos deles desacompanhados de suas famílias. Atualmente, uma em cada 80 pessoas no mundo é um refugiado. O objetivo principal da pesquisa é contextualizar a situação das mulheres e crianças refugiadas, que se encontram desprotegidas e frequentemente submetidas a fortes privações e opressões longe de seus locais de origem. Essas situações envolvem pobreza, medo, desamparo e desesperança, em vidas que, dentre outras agressões, são submetidas a estupros, casamentos precoces, abandono de incapaz e fome. A metodologia aplicada envolve revisão bibliográfica, através do cruzamento de informações provenientes de relatórios de instituições especializadas no tema dos refugiados, com ênfase em violência contra mulheres e crianças, além de artigos publicados em periódicos e livros desenvolvidos por pesquisadores reconhecidos.

Palavras-chave: pessoas deslocadas, migração forçada, vulnerabilidade social, violência de gênero.

Abstract

At the end of 2022, it was estimated that there were 108.4 million refugees in the world, victims of persecution, conflict and violence. Of this universe, around 55 million are women. Equally dramatic is realizing that around 40% of this total group, that is, 43.3 million are children and adolescents, many unaccompanied by their families. Today, one in every 80 people in the world is a refugee. The main objective of this research is to contextualize the situation of refugee women and children, unprotected and often subjected to severe deprivation and oppression far from their homelands. These situations involve poverty, fear, helplessness and hopelessness, in lives that, among other forms of violence, are subjected to rape, early marriages, abandonment of the incapable and hunger. The methodology applied involves a bibliographical review, through the crossing of information from reports from institutions specializing in the topic of refugees, with an emphasis on violence against women and children, as well as articles published in journals and books developed by recognized researchers.

Keywords: displaced people, forced migration, social vulnerability, gender violence.

¹ Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. Mestrado no Departamento de Arquitetura, Faculdade de Engenharia, Nagoya University, 1992. Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental, PEAMB/UERJ, 2010. Doutorado em Urbanismo, PROURB-FAU/UFRJ, 2006. Pós-doutorado em Urbanismo, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019.

² Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. Mestrado em Arquitetura na School of Architecture, Tulane University, EUA, 1992, PhD pelo Department of Architecture and Building Science da University of Strathclyde, Reino Unido, 2003, e Pós-Doutorado no Sustainable Building Research Centre, University of Wollongong, Austrália, 2014.

Introdução

Estimulado pela chamada da revista PIXO para sua 28ª edição, cuja temática é “OKUPAS”, o presente trabalho trata de “desocupação”: substantivo feminino. ato ou efeito de desocupar(-se). 1. saída de um lugar que se estava ocupando, em que se estava instalado, segundo definição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2001). O artigo descreve o tema dos refugiados, com foco particular nas mulheres e crianças. Grupos humanos desamparados que são obrigados a desocupar suas terras, esquecer suas origens e migrar para recantos nem sempre mais seguros ou aprazíveis. Uma solução dramática para pessoas inocentes, em situação de ameaça e opressão.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao final de 2022, havia 108,4 milhões de refugiados no mundo, vítimas de “perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbam seriamente a ordem pública” (UNHCR, 2023, p. 2). Deste contingente, estima-se que 43,3 milhões, aproximadamente 40%, sejam crianças e adolescentes. Estima-se também que 51% deste universo sejam mulheres e meninas (UNHCR, 2023, p.16). Além do forte crescimento do número de refugiados ano após ano, atribui-se o expressivo aumento de 3% do número de mulheres em condição de refugiadas em relação ao ano anterior (2021) à invasão da Ucrânia pela Rússia. Estima-se que entre aqueles forçados a deixar a Ucrânia, muito possivelmente, cerca de 59 a 64% são mulheres e meninas. Esta guerra provocou uma das mais intensas ondas de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Entre 24 de fevereiro de 2022 e o final de 2022, 11,6 milhões de ucranianos fugiram de seus assentamentos nativos (UNHCR, 2023).

O mesmo relatório (UNHCR, 2023) revela que desta população total de refugiados, 62,5 milhões eram pessoas em situação de refúgio em seus próprios países. Tecnicamente, são chamadas de “Pessoas Deslocadas Internamente” (PDI) – em tradução simplificada do original *Internally Displaced People* (IDP). Em números semelhantes, Chloe Sydney e Alesia O’Connor (2022, p.4) se referem a 59,1 milhões de PDI em todo o mundo. Grande parte desta população não tem suas necessidades básicas supridas em relação à moradia, saúde, educação, alimentação e água potável. Para se visualizar esta brutal evolução do número de refugiados, deve-se citar uma outra pesquisa realizada anteriormente, no ano de 2018, pela *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC, 2020), em 50 países (em relação aos quais há disponibilidade de dados), em que se constata que havia aproximadamente 41 milhões de PDI no mundo. O estudo destaca que nestes números não foram contabilizados refugiados vitimados por desastres e pressões climáticas. De acordo com esta pesquisa, cerca de 21 milhões eram mulheres e meninas: “[h]avia pelo menos 2,6 milhões de meninas PDI com menos de cinco anos de idade; 4,6 milhões entre cinco e 14 anos; 3,9 milhões entre 15 e 24; 7,9 milhões entre 25 e 59 e 1,7 milhões de mulheres com mais de 60 anos” (IDMC, 2020, p.5).

O objetivo primário desta pesquisa é apresentar uma forma relativamente pouco debatida de violência: aquela relacionada a mulheres e crianças refugiadas. Dentre os objetivos específicos, busca-se contextualizar este grupo, desprotegido e frequentemente submetido a fortes privações e opressões longe de suas terras natais. Pretende-se alertar para as vulnerabilidades de suas vidas, através da descrição de situações que envolvem pobreza, medo e desesperança. A relevância da pesquisa reside na oportunidade de se destacar como um número fortemente crescente de mulheres e crianças vive em situação de refúgio, seja em países estrangeiros ou em seus próprios países (PDI). A metodologia de pesquisa envolve uma revisão literária e busca cruzar informações principalmente contidas em relatórios da Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e *Internal Displacement Monitoring*

Centre (IDMC), dentre outras organizações multilaterais, com pesquisas prospectadas em artigos em livros e em periódicos, desenvolvidas por pesquisadores especializados no tema dos refugiados. O trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito do Laboratório de Ecologia Urbana (PROURB-FAU-UFRJ).

O tema discutido nesta investigação encontra identidade em diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no que concerne, principalmente, à: Erradicação da Pobreza (ODS-1); Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS-02); Igualdade de Gênero (ODS-05); Redução das Desigualdades (ODS-10) e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS-16). O trabalho pretende despertar o interesse para este grave problema, de caráter essencialmente multidisciplinar, que precisa ser enfrentado com espírito humanitário e político.

Um crescente drama internacional

No dia 14 de dezembro de 1950, a *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR) – conhecida em português como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – foi criada por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este organismo multilateral, fundamentado nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), elaborou a “Convenção Relativa ao Status de Refugiados” em 1951, aprimorada por meio de um Protocolo em 1967, que estabelece a definição de “refugiados”:

[são pessoas], fora de seu país de nacionalidade ou residência habitual, que devido ao temor fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou por possuir opinião política, não pode ou não está disposto a valer-se da proteção daquele país; ou que, em consequência de tais acontecimentos, não possa ou não deseje regressar a ele (UNHCR, 1967, p.14).

Frequentemente, as migrações ocorrem entre países paupérrimos (MIYAMOTO, 2023), contudo, em geral, os grupos migrantes enfrentam uma pobreza multidimensional ainda mais severa do que as comunidades que os acolhem. Para um refugiado, o deslocamento implica em deixar para trás uma vida rica em nuances afetivas, materiais, familiares, econômicas e profissionais, entre outros aspectos. Como afirma Miyamoto (2023), “a migração forçada rumo a outra região ou país não é algo trivial. São desterritorializações que desfazem laços, memórias, identidades, desejos e bens”. Em uma pesquisa realizada com refugiadas sírias na ilha de Kos, Grécia, Freedman (2016, p. 21) identificou um sentimento generalizado de desalento: “‘Sinto-me como se tivesse perdido minha casa para sempre’, disse uma mulher síria, ecoando os sentimentos de muitas outras”.

Além da insegurança inerente ao deslocamento, que muitas vezes ocorre de forma precária em barcos superlotados e frágeis, veículos terrestres em condições deploráveis e longas caminhadas em desertos áridos, os refugiados enfrentam a privação de alimentos e água. Esta exaustiva jornada representa uma séria ameaça às suas vidas, resultando na perda de muitas delas.

Petra Molnar (2021), da Universidade de York, descreve a emergência humanitária dos refugiados que ocorre no paradisíaco Mar Egeu. No mesmo local onde turistas afortunados desfrutam, imigrantes, desesperados em sua fuga das patrulhas marítimas, enfrentam o afogamento. A guarda costeira, por meio da “interceptação no mar”, impede que os refugiados - geralmente sírios - após uma escala na Turquia, adentrem

o território grego e solicitem asilo diplomático. Aqueles que conseguem chegar ao solo do país são levados para um campo de refugiados em Samos - uma instalação com cercas de arame farpado e rigorosa vigilância eletrônica, capaz de abrigar 3.000 pessoas e que custou 38 milhões de euros.

Em junho de 2023, houve uma demonstração de falta de compaixão humana que expôs a maneira contraditória com que as autoridades lidam com a questão dos refugiados. Um barco pesqueiro com centenas de homens, mulheres e crianças afundou diante da Guarda Costeira da Grécia, que não tomou providências, argumentando que “não pode abordar um barco que não esteja envolvido em contrabando ou algum outro crime em águas internacionais” (HOROWITZ *et al.*, 2023). O desastre que resultou na perda de centenas de vidas pareceu criminalmente suspeito: “a decisão de não intervir levantou preocupações de que um alinhamento de interesses entre contrabandistas pagos para chegar à Itália e autoridades gregas que preferem que os migrantes sejam um problema da Itália levou a uma catástrofe evitável” (HOROWITZ *et al.*, 2023). Um vídeo de 11 de abril de 2023 parece corroborar essa negligência com vidas. Ele mostra a Guarda Costeira da Grécia abandonando refugiados, incluindo crianças, à própria sorte em um barco inflável (<https://www.nytimes.com/2023/05/19/world/europe/greece-migrants-abandoned.html>). Somente no primeiro semestre de 2023, estima-se que dos cerca de 90.605 refugiados, 11.600 eram crianças - ou seja, 16,7% do total. Elas atravessaram o Mar Mediterrâneo, vindo do Norte da África com o objetivo de chegar à Europa. Segundo a UNICEF (2023), a maioria das crianças parte da Líbia e da Tunísia, após terem realizado viagens perigosas a partir de países da África e do Oriente Médio. Dessas, 289 perderam a vida entre janeiro e junho de 2023. Isso significa que, em média, 11 crianças morreram a cada semana nessa situação (UNICEF, 2023). Cerca de 71% das crianças estavam desacompanhadas, sujeitas a grandes riscos de violência, exploração e abuso. Como mencionado anteriormente, as mulheres desacompanhadas sofrem diferentes formas de abuso. Segundo a UNICEF (2023), “as meninas que viajam sozinhas são especialmente propensas a sofrer violência antes, durante e depois das suas viagens”. Desde 2018, a UNICEF estima que 1.500 crianças morreram nesta travessia. De acordo com um documento publicado em 2022 sobre crianças refugiadas e migrantes que chegaram à Bulgária, Chipre, Grécia, Itália, Malta e Espanha em 2021, das 24.147 crianças e adolescentes, cerca de 71%, ou seja, 17.185 indivíduos, migraram desacompanhadas (UNHCR *et al.*, 2022).

Traficantes e contrabandistas representam uma ameaça particular para as mulheres refugiadas. Como relata Freedman (2016):

[a]s mulheres que viajam sozinhas ou apenas com crianças são particularmente vulneráveis a ataques, e durante minhas entrevistas houve vários relatos de mulheres que foram estupradas ou agredidas sexualmente em suas viagens. (...). Várias (...) mulheres entrevistadas falaram sobre a violência que sofreram nas mãos de contrabandistas, incluindo violência sexual e também a pressão para praticar relações sexuais em troca do valor da passagem, quando não possuíam dinheiro suficiente para pagar pela viagem (p. 21).

As mulheres, ao se estabelecerem em novos locais, geralmente enfrentam desafios mais árduos do que os homens na busca por meios de subsistência, emprego, moradia, segurança, além do acesso a serviços de saúde e educação. Sua condição de imigrante limita as oportunidades, devido à ausência de fatores como integração e apoio da comunidade local, documentação adequada, treinamento profissional, nível de escolaridade suficiente, proficiência em idioma estrangeiro, entre uma série de obstáculos. Esses fatores resultam em discriminações culturais, comportamentais e sociais, que se manifestam em formas de violência contra grupos como mulheres,

crianças e idosos, minorias étnicas, comunidade LGBTQI e pessoas com deficiência. Como é amplamente conhecido, “os desequilíbrios de gênero no emprego, especialmente no que se refere a rendimentos, são uma experiência universal para as mulheres. No entanto, as mulheres refugiadas enfrentam barreiras adicionais de natureza regulatória, administrativa e discriminatória” (KABIR; KLUGMAN, 2019, p.11), conforme destacado na publicação intitulada “*Unlocking refugee women’s potential*” – em tradução livre, “Desenvolvendo o potencial das mulheres refugiadas”. De acordo com o mesmo documento, refugiadas, assim como outras mulheres migrantes, muitas vezes se encontram em setores que exigem baixa especialização, sendo subvalorizadas e remuneradas de maneira insuficiente, frequentemente em empregos informais, como serviços domésticos. A falta de apoio financeiro institucional é notavelmente evidente:

quando as mulheres trabalham como empregadas domésticas, são muitas vezes forçadas a trancar os filhos nos seus pequenos apartamentos e a deixá-los sozinhos durante todo o dia. Incapazes de levar os filhos à escola ou de buscá-los, muitas mulheres são forçadas a escolher entre ganhar a vida ou educar os filhos (CAMPBELL e DUPLAT, 2010, p. 4).

Os baixos níveis educacionais das refugiadas dificultam a integração, a ascensão social e a promoção da igualdade de gênero. Essa situação é exacerbada pela origem dos refugiados, que em sua maioria vêm de países subdesenvolvidos, e os desafios são agravados pelo desamparo social nos países que os recebem. Para ilustrar, em 2022, os 15 principais países de origem dos refugiados foram, em ordem: Síria, Ucrânia, Afeganistão, Sudão do Sul, Myanmar, República Democrática do Congo, Sudão, Somália, República Centro-Africana, Eritreia, Nigéria, Burundi, Iraque, Ruanda e Venezuela (STATISTA, 2022). Atualmente, os países que mais abrigam refugiados são Turquia, República Islâmica do Irã, Colômbia, Alemanha e Paquistão (UNHCR, 2023).

Em um estudo conduzido por Dryden-Peterson (2010, p.10), foi constatado que entre os refugiados, um quarto não tem acesso à educação primária e dois terços não têm acesso à educação secundária. Além disso, doadores e agências resistem a apoiar o ensino superior, argumentando que isso beneficiaria apenas uma pequena elite. A autora destaca que, de acordo com a “Convenção Relativa ao Status de Refugiados” (1951), os Estados signatários deveriam conceder aos refugiados o mesmo tratamento dado aos cidadãos nativos em relação à educação primária (DRYDEN-PETERSON, 2010, p. 12). No entanto, isso muitas vezes não acontece na prática.

Outros dados que ilustram a situação são os seguintes: em uma pesquisa realizada em 2017, mais de um quarto das crianças que migraram para a Itália pela rota mediterrânea central nunca frequentou uma instituição de ensino. Da mesma forma, entre as crianças que migraram do Afeganistão e Iraque pela rota mediterrânea oriental e chegaram a países como Sérvia, Grécia, República da Macedônia do Norte, Hungria e Bulgária, aproximadamente um terço nunca esteve em uma escola (UNHCR *et al.*, 2019, p. 3). Isso demonstra que muitas crianças, mesmo estando na Europa, não têm acesso à educação. Poucos países, como Bélgica, Bulgária, Finlândia, Itália, Holanda, Espanha e Suécia, aceitam explicitamente estudantes sem documentação em escolas de ensino fundamental (UNHCR *et al.*, 2019, p. 4). No entanto, fatores como barreiras linguísticas, a necessidade de mudanças frequentes de residência devido à instabilidade econômica e social, distância das escolas, custos com materiais e transporte escolar, falta de compreensão das informações escolares por parte dos estudantes e suas famílias, falta de apoio psicossocial, preconceito e discriminação, entre outros, podem limitar as oportunidades educacionais - e, por conseguinte, as oportunidades profissionais - para crianças que se deslocaram com famílias que

abandonaram quase todos os seus bens materiais e imateriais ou, em casos mais graves, para aquelas que chegaram completamente sozinhas em busca de uma nova territorialidade (UNHCR *et al.*, 2019, p. 7). A educação para crianças refugiadas deveria ser vista como ‘o caminho mais seguro para recuperar um sentido de propósito e dignidade após o trauma do deslocamento. É - ou pelo menos deveria ser - o caminho para os mercados de trabalho e a independência econômica, marcando o fim de meses, ou às vezes anos, de dependência de outros’ (UNHCR, 2019, p. 5). Dryden-Peterson oferece outra contribuição para o reconhecimento do papel da educação para pessoas que muitas vezes passam grande parte de sua infância e juventude como refugiadas:

cada vez mais, e mais ainda nas economias baseadas no conhecimento, a segurança futura está menos ligada à terra, e a política do ACNUR começou a refletir uma segunda possível solução duradoura de integração local no país de asilo. Esta mudança de pensamento e de política inclui a oferta de educação, que é muitas vezes vista como estando no lado do desenvolvimento como uma continuidade entre a ajuda humanitária e a ajuda ao desenvolvimento (DRYDEN-PETERSON, 2010, p. 12).

Algumas pesquisas relatam uma ocorrência relativamente maior de casamentos de indivíduos muito jovens, principalmente meninas, em situações extremas como em conflitos, deslocamentos forçados e insegurança alimentar (MELNIKAS *et al.*, 2020; MOURTADA *et al.*, 2017). Em estudo realizado em 2017, estimam-se que entre 37,3% das adolescentes sírias refugiadas no Líbano, com até 17 anos, já foram ou são casadas (UNFPA *et al.*, 2017). Em outra pesquisa comparativa desenvolvida por Melnikas *et al.* (2020), ainda sob este tema, conclui que há mais casamentos de meninas entre os Rohingya que se refugiaram em Bangladesh do que no universo daquelas que permaneceram em seu país natal Myanmar. Muitas delas se casam precocemente, ainda adolescentes ou mesmo crianças, dentre outras razões, como forma de suposta (ou ilusória) proteção de psicopatas (estupradores), traficantes de pessoas ou grupos paramilitares. São atitudes que frequentemente resultam da combinação de desespero, ingenuidade, religião e contingências sociais ou econômicas. Muitas vezes, como se sabe, um parente próximo ou o próprio cônjuge é o agressor doméstico. Lamentavelmente, este é um fato recorrente, aliás, entre quaisquer grupos sociais humanos.

Manifestações sindêmicas (SINGER, 1996) – em linhas gerais, situações que envolvem comorbidades sociais, - fazem-se presentes, ao se verificarem que há a incidência de mais casos de “doenças sexualmente transmissíveis, incluindo AIDS, particularmente quando a diferença de idade entre a menina e o cônjuge é significativa” (MOURTADA *et al.*, 2017, p. 53). Há ainda outros dados perniciosos, como a grande incidência de mortes de mães e recém-nascidos e a interrupção dos estudos pelas jovens depois de se tornarem mães: “apesar da ocorrência afetar ambos os sexos, as meninas normalmente são mais afetadas que os meninos” (MOURTADA *et al.*, 2017, p. 53).

De volta ao tema da educação, justificada pela pertinência do tema inclusive neste contexto específico, a persistência (ou continuidade) no estudo pode ser um relevante caminho para a independência social e econômica das meninas. Os casamentos em idades precoces, nestes casos, tendem a diminuir. Além disso, evidentemente, novas oportunidades profissionais se abrirão com perspectivas de desejável integração social e objetivos pessoais mais promissores que poderão se refletir em maior qualidade de vida e melhor equilíbrio de gênero. Os organismos multilaterais como a própria UNHCR e UNICEF devem (ou deveriam) estar comprometidos em acolher e oferecer condições para a qualificação escolar das crianças e jovens refugiados, em sentido exatamente oposto ao que é normalmente corrente nos assentamentos de refugiados. Hoje,

gerações inteiras são relegadas a um esquecimento que não as integra socialmente, nem tampouco as prepara para o futuro.

Em muitos países da África e Oriente Médio, a prática da mutilação genital feminina (MGF) é corrente. A UNHCR (2009, p. 5) “considera a prática uma forma de violência de gênero que causa danos graves, tanto mentais quanto físicos”. Segundo pesquisa realizada em 2004 com refugiadas da Somália que vivem na Etiópia oriental, 42,4% das meninas até 12 anos haviam sido mutiladas genitalmente: “[o] corte do clitóris (64%) e o estreitamento da abertura vaginal através da sutura (36%) foram as duas formas comuns de MGF relatadas pelas entrevistadas” (MITIKE e DERESSA, 2009, p. 7). O pouco interesse por assunto tão importante parece ter explicação na prioridade dada aos temas da comida, abrigo e saúde em contextos humanitários: “A MGF é uma prática profundamente enraizada perpetuada por normas e tradições culturais que podem transcender fronteiras, como evidenciado pela persistência da prática mesmo após o refúgio” (ELNAKIB e METZLER, 2022, p. 10). Entretanto, é importante ressaltar que meninas ou mulheres que não desejarem sofrer uma prática desta natureza, ou seja, uma MGF, podem solicitar a condição de refugiada, por se tratar de violação dos direitos humanos. O problema é que, por questão cultural ou receio de punição, poucas se insurgem contra esta forma de violência.

Pessoas deslocadas internamente (PDI): refugiadas internas

Em 1998, foi aprovado o *Guiding Principles on Internal Displacement* no âmbito da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Trata-se do reconhecimento da gravidade deste problema que na época afetava, diretamente, 25 milhões de pessoas:

[s]epara famílias, corta laços sociais e culturais, destrói relações laborais estruturadas, perturba oportunidades educativas, nega acesso a necessidades vitais como alimentação, abrigo e medicamentos, e expõe pessoas inocentes a atos de violência como ataques a campos, desaparecimentos e violações (United Nations [UN], 1998, p. 2).

De acordo com dados coletados em 2018 pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (*Internal Displacement Monitoring Centre* [IDMC], 2020) em 50 países onde havia disponibilidade de dados, existiam pelo menos 41 milhões de Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) no mundo devido a conflitos políticos, civis, religiosos, preconceitos e outros fatores que resultam em violência e deslocamento. Vale ressaltar que esses números não incluem os refugiados afetados por desastres naturais e pressões climáticas, que sofrem diretamente com a escassez de água e alimentos.

Um aspecto crucial dessa pesquisa é a identificação de que entre essas pessoas, cerca de 21 milhões eram mulheres e meninas: “[h]avia pelo menos 2,6 milhões de meninas PDI com menos de cinco anos de idade; 4,6 milhões entre cinco e 14 anos; 3,9 milhões entre 15 e 24; 7,9 milhões entre 25 e 59 e 1,7 milhão de mulheres com mais de 60 anos” (IDMC, 2020, p. 5). Em 2018, nove países tinham mais de um milhão de mulheres e meninas em situação de deslocamento interno, incluindo Síria, Colômbia, República Democrática do Congo, Somália, Afeganistão, Iêmen, Nigéria, Etiópia e Sudão. Esses países são em grande parte subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com sérias disparidades socioeconômicas e recursos limitados para apoio social. Uma pesquisa realizada no Iraque com PDI revelou que cerca de um terço dessas pessoas estava sujeito a violência de gênero (SYDNEY e O’CONNOR, 2022, p. 7).

No entanto, é importante destacar que esse número tem crescido de forma acentuada nos últimos anos. Enquanto em 2018 havia 41 milhões de PDI, como mencionado anteriormente, estimava-se que ao final de 2022 esse número havia aumentado para 71,1 milhões em todo o mundo (IDMC, 2023). Para termos uma ideia, a população global cresce em torno de 1% ao ano. No entanto, o número de refugiados aumenta a uma taxa anual de aproximadamente 10%. Por outro lado, a população de PDI tem crescido a uma taxa impressionante de 20% ao ano. A invasão da Ucrânia pela Rússia contribuiu significativamente para esse aumento, resultando em cerca de 16,9 milhões de novos PDI. Aproximadamente 75% de todos os PDI do mundo residem em apenas 10 países: Síria, Afeganistão, República Democrática do Congo, Ucrânia, Colômbia, Etiópia, Iêmen, Nigéria, Somália e Sudão (IDMC, 2023).

A necessidade de focar na situação dos PDI é crucial para ilustrar que as mulheres e crianças refugiadas não estão seguras nem mesmo em seus próprios países. Pelo contrário, muitas vezes estão expostas a condições de violência semelhantes àquelas enfrentadas por aqueles que buscam refúgio em outros países:

PDI (...) não evoca automaticamente qualquer imagem identificável de angústia. Não transmite o fato de que, em muitos casos, estas pessoas são as mais destituídas dentre os desfavorecidos, as mais expostas à fome, às doenças e aos abusos por parte dos governos e dos movimentos rebeldes, as populações com as taxas de mortalidade mais elevadas registradas entre todos aqueles que os humanitários procuram ajudar. Ou que são, na sua esmagadora maioria, mulheres e crianças, os mais vulneráveis dos vulneráveis (WEISS e KORN, 2006, p. 15).

A situação do Haiti é extremamente preocupante e merece destaque. Como a primeira nação independente do Caribe e da América Latina, o país tem enfrentado uma série de crises ao longo do tempo, incluindo crises políticas, surtos de doenças, catástrofes naturais e violência. Infelizmente, esses eventos têm afetado principalmente as mulheres e crianças.

Em 2010, um devastador terremoto atingiu a capital, Port-au-Prince, resultando na trágica perda de 220.000 vidas, deixando 300.000 feridos e 1,5 milhão de pessoas desabrigadas. Além disso, a destruição da principal fonte econômica, a agricultura, levou a uma significativa migração para áreas urbanas. A situação atual é ainda mais grave, com um alarmante tráfico de armas em curso e uma classe política enraizada com características ditatoriais.

A história do país remonta aos tempos dos grupos armados que orbitavam em torno do ditador François “Papa Doc” Duvalier (1957-1971), e desde então, os grupos paramilitares, ou seja, as gangues, assumiram o controle de grande parte da região metropolitana da capital em 2021. No mesmo ano, o assassinato do Presidente Jovenel Moïse foi seguido por um novo terremoto, cujo epicentro ocorreu a 13 km do sudeste de Petit-Trou de Nippes, resultando na destruição de mais de 115.000 residências, na perda de 2.246 vidas e no deslocamento de centenas de milhares de pessoas (IOM, 2022).

Ao final de 2022, devido ao acúmulo desses problemas, o Haiti contava com aproximadamente 106.000 PDI, um contingente cinco vezes maior do que no ano anterior. Estima-se que em Port-au-Prince, pelo menos 1,5 milhão de pessoas estejam sob o controle ou influência dessas gangues, que frequentemente se envolvem em rivalidades violentas. Infelizmente, a violência sexual é usada como uma demonstração de poder. Há relatos de sequestros de mulheres, que são submetidas a abusos sexuais

e espancamentos, seguidos de pedidos de resgate para sua libertação. Diante da extrema miséria, angústia e da falta de suporte econômico e humanitário, muitas famílias se veem encorajadas a permitir que as mais jovens se envolvam em relações sexuais com esses milicianos em troca de alimentos, água potável e uma ilusória sensação de “proteção”. A situação no Haiti é um apelo urgente por intervenção humanitária e apoio internacional:

[p]elo menos um terço das mulheres em todo o mundo são vítimas de Violência Baseada em Gênero (VBG) e das consequências que esta acarreta para a saúde e o desenvolvimento. No Caribe, o Haiti apresenta elevados níveis de VBG, em particular relacionados com as preocupantes taxas de incidência de violência doméstica. A violência física afeta 29% das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos no país. Em 45% dos casos, o ato de violência é perpetrado pelo parceiro íntimo (MacPHAIL *et al.*, 2023, para. 1).

O clima de impunidade e a falência institucional do Estado favorece diversas inseguranças como a alimentar, patrimonial e pessoal: “[n]este contexto, as unidades policiais especializadas não têm sido capazes de enfrentar de forma significativa os crimes sexuais envolvendo elementos de gangues devido a desafios estruturais, como a insuficiência de recursos e a falta de sensibilidade [às questões de] gênero” (United Nations Integrated Office for Haiti [BINUH] & Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2022). O caso do Haiti é representativo dos PDI. Cidadãos que não encontram paz em seu próprio país e que não veem futuro para suas comunidades e suas famílias. Um tipo de refugiado, em geral, pouco conhecido, mas que merece ser estudado e, mais importante, tratado com dignidade pelas instituições mundiais competentes.

Como vivem as mulheres e crianças refugiadas

A pesquisa de Miyamoto (2023) destacou que muitos refugiados são dispersos em assentamentos precários, seja em países pobres como Uganda, Sudão, Etiópia e Camarões; em países em desenvolvimento como Colômbia e Turquia; ou em países desenvolvidos como Espanha, Itália, Suécia e Alemanha. Além disso, alguns são agrupados em guetos, que geralmente concentram pessoas por afinidade étnica. Um estudo de 2014 constatou que, naquela época, dos 59,2 milhões de refugiados no mundo (UNHCR, 2020), apenas 17 milhões viviam em campos de refugiados (SIEGFRIED, 2014).

As desigualdades econômicas são uma questão tradicionalmente presente nesse contexto, e os compromissos familiares e domésticos amplificam os problemas, especialmente para as mulheres. Uma pesquisa realizada em 2014 com mulheres sírias, que eram chefes de família e haviam se refugiado na Jordânia, Líbano e Egito, revelou uma ampla gama de desafios relacionados a habitação, alimentação, saúde, emprego e segurança financeira, além de mudanças nos papéis familiares, isolamento e violência sexual e de gênero (UNHCR, 2014).

A Primavera Árabe, que teve início em 2010 e se estendeu até 2011, foi o catalisador para a fuga de milhares de pessoas, inicialmente da Tunísia, Egito e Líbia, e posteriormente da Síria em 2011. Esse evento teve um impacto significativo na dinâmica dos refugiados na região:

[q]uaisquer que fossem as circunstâncias, todas as mulheres entrevistadas tiveram de navegar num novo ambiente desconhecido

e muitas vezes enervante. A maioria enfrentou uma luta diária para encontrar dinheiro suficiente para pagar o aluguel, comprar alimentos e itens básicos ou ter acesso a serviços como cuidados de saúde. Suas histórias eram muitas vezes comoventes: mães tendo que passar horas levando seus filhos doentes ao hospital para tratamento; as mães não têm escolha senão deixar os filhos trabalhar ou deixá-los sozinhos para encontrar uma maneira de ganhar dinheiro (UNHCR, 2014, p. 10).

Os relatos das mulheres sírias estão permeados de preocupação com o bem-estar de seus filhos. Muitas delas mencionam as responsabilidades assumidas por seus filhos, como buscar empregos, realizar tarefas e adotar uma postura protetora como adultos. As meninas também são forçadas a assumir responsabilidades adicionais, como cuidar dos irmãos e realizar mais tarefas domésticas (UNHCR, 2014, p. 12).

No caso das mulheres sírias chefes de família refugiadas no Líbano, a maioria delas relata receber vales-alimentação do Programa Mundial de Alimentos (WFP), e apenas dois terços afirmam ter comida suficiente. No entanto, um terço delas não possui esse suporte. Esse grupo depende principalmente de doações de instituições e de ajuda ocasional de amigos ou parentes. Mesmo para aqueles que são considerados “mais afortunados” por receberem ajuda assistencial, sabem que os vales-alimentação são suficientes apenas para compras muito básicas. Isso significa que não têm a capacidade de adquirir uma variedade de produtos, como frutas e proteínas, e naturalmente estão preocupadas com a saúde de seus filhos. Sem alternativas, muitas vezes precisam vender os vales-alimentação para comprar remédios e materiais de limpeza (UNHCR, 2014, p. 18).

Um estudo conduzido pelo Banco Mundial contextualiza e relativiza a correlação específica entre gênero e pobreza entre os refugiados. A pesquisa observa uma variação entre os países analisados (Etiópia, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão) que impede uma afirmação categórica sobre se há mais homens ou mulheres chefes de família enfrentando pobreza multidimensional (ADMASU *et al.*, 2021). No entanto, em uma perspectiva global e considerando diferentes realidades sociais e econômicas, algumas variáveis impactam diretamente (e quase exclusivamente) as mulheres, tornando suas vidas mais complexas. Isso inclui a jornada dupla de trabalho, envolvendo tanto o cuidado familiar quanto a profissão, além da condição civil solitária de muitas mulheres consideradas chefes de família, muitas vezes devido a serem “viúvas, divorciadas, separadas ou solteiras” (ADMASU *et al.*, p. 4). É importante notar que em muitos países, o trabalho não remunerado em casa, envolvendo o cuidado de filhos e idosos, além das tarefas domésticas, geralmente realizado por mulheres, não é reconhecido como contribuição ao casamento. Vale ressaltar também que “não existe país no mundo em que os homens dediquem a mesma quantidade de tempo ao trabalho não remunerado que as mulheres” (ALBRECHT *et al.*, 2021, p. 40). Em casos de divórcio, a menor oportunidade de participação em atividades remuneradas durante o casamento - o que naturalmente resulta em menor aquisição de ativos - prejudica as mulheres (ALMODÓVAR-RETEGUIS, 2019). Isso significa que, além de enfrentarem dificuldades para criar uma reserva financeira ou adquirir propriedades, elas muitas vezes não têm um ativo que possa ser usado como garantia imobiliária:

[s]em poderem comprar ou alugar uma casa, elas podem acabar vivendo em acampamentos ou assentamentos informais onde poucas oportunidades de subsistência estão disponíveis. O deslocamento interno pode ter um impacto duradouro na capacidade das mulheres de acessar e manter meios de subsistência (IDMC, 2020, p. 13).

O isolamento da estrutura familiar e comunitária expõe as mulheres refugiadas, mais uma vez, aos oportunistas relacionados ao tráfico de pessoas. A falta de suporte social, comunitário, pessoal ou legal, insegurança alimentar, falta de oportunidade de trabalho (ADMASU *et al.*, 2021), por exemplo, pode levar a situações dramáticas: “A perda de oportunidades de subsistência associada a o deslocamento também é uma fonte de insegurança para mulheres e meninas. Elas podem ser forçadas a se envolver em relações por sexo para sobreviver, com maiores riscos de violência e abuso” (IDMC, 2020, p. 14), inclusive acarretando uma incontornável e insolúvel discriminação associada ao “sexo comercial”.

Discussão

A maior parte dos refugiados reside em áreas urbanas, em condições precárias e temporárias. Essa precariedade não é restrita a países de baixa renda; mesmo em países como a Itália, foi constatado que em cidades ao norte do país, como Ventimiglia, Como, Gorizia e Bolzano, existem dezenas de assentamentos não-oficiais onde os refugiados enfrentam a falta de acesso a necessidades básicas. Em 2017, foram registrados 183.681 refugiados e solicitantes de asilo na Itália, muitos dos quais ocupavam prédios abandonados ou ocupados (53%), viviam ao ar livre (28%), em barracas (9%), barracos (4%) e contêineres (2%). Essa situação ocorreu em várias partes do país, especialmente na região do Lazio, seguida de Puglia, Sicília, Calábria e Piemonte (Médecins Sans Frontières [MSF], 2018, p. 37).

A pesquisa “Mulheres Solitárias”, que foi realizada com refugiadas sírias em diversas localidades de diferentes países (Jordânia, Líbano e Egito), revelou uma diversidade de tipos de abrigo, todos caracterizados pela falta de segurança e proteção:

[n]o campo de Za’atari, na Jordânia, as refugiadas residem em tendas e trailers, enquanto no Líbano algumas vivem em abrigos coletivos e barracos informais. Há apartamentos e casas também, mas muitos estão em más condições. Algumas refugiadas descobrem que a sua nova casa é uma garagem úmida, outras descobrem que estão num quarto sem luz ou longe dos serviços mais básicos. Muitas vezes, as mulheres e os seus filhos são forçados a viver em condições precárias e [em instalações] superlotadas, sem condições básicas (UNHCR, 2014, p. 15).

Moradia representa um desafio significativo para os refugiados, como tem sido frequentemente destacado. Independentemente de gênero ou idade, muitos optam por viver fora dos campos de refugiados, mesmo que isso implique em ter que arcar com despesas de aluguel. Existem explicações compreensíveis para essa escolha, apesar dos custos relativamente elevados associados a viver fora dos campos de refugiados:

[a]s prolongadas permanências no campo, sem perspectivas claras, levam a uma perda de identidade e independência. Nenhuma qualificação profissional e educacional é oferecida e há forte baixa autoestima humana. Um assistencialismo precário leva ao desperdício da capacidade humana [e] solapa a dignidade (MIYAMOTO, 2023, p. 8).

Além disso, os campos de refugiados são intrinsecamente frágeis e instáveis, sendo frequentemente alvo de críticas, mesmo quando suas instalações atendem aos parâmetros estudados e planejados. Duas publicações predominam no planejamento de campos de refugiados: *Camp site planning minimum standards* (UNHCR, 2019a) e o

The Sphere Handbook: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response (SPHERE ASSOCIATION, 2018), sendo este último consideravelmente mais abrangente. Ambos estabelecem padrões quantitativos e qualitativos para atender a causas humanitárias e necessidades básicas.

Os critérios e dados referenciais da UNHCR (2019a) para campos de refugiados estabelecem uma média mínima de 30m² por pessoa, abrangendo áreas para vias, caminhos pedonais, instalações educacionais, saneamento, segurança, administração, armazenamento de água, pontos de distribuição, mercados, armazenamento de itens de socorro e, claro, espaços para abrigos. Além disso, são previstos 15 m² para áreas livres, incluindo hortas. Estas são referências emergenciais destinadas a proporcionar uma certa qualidade de vida para populações fragilizadas. No entanto, compreende-se que as desigualdades que afetam a viabilidade em relação a densidades, quantidades, distâncias, proporções, entre outros, são críticas.

Kennedy (2005), por sua vez, questiona as proporções sugeridas por ambas as organizações, levando em conta as dinâmicas sociais e demográficas. Segundo ele, um assentamento planejado para cerca de 20.000 pessoas deveria ter entre 100% a 150% a mais de área do que a proporção estipulada pela UNHCR (2019a). Em suas pesquisas, várias incongruências foram identificadas entre os parâmetros estabelecidos nos manuais de emergência da UNHCR e da Sphere Association e a realidade do dia a dia, sugerindo que uma revisão das informações e dados publicados seja necessária. Kennedy (2005) também propõe uma hierarquia de diferentes espaços interligados e a realização de projetos participativos que reflitam, na maior medida possível, os desejos da comunidade local.

A vida nos campos de refugiados impõe uma condição peculiar. Uma temporalidade indefinida que mina as esperanças: “[os] campos de refugiados estabelecem uma espécie de quarentena social diante dos riscos humanitários e geopolíticos” (AGIER, 2008, p.61). Em Lesbos, em 2018, observou-se um aumento nas tentativas de suicídio entre crianças, em meio ao clima de tensão causado pela violência, confinamento e falta de perspectivas (MSF, 2018). É um isolamento social em meio a uma crise, sem a promessa de um fim à vista. Não há progresso social, pois a falta de liberdade, a negligência na educação das gerações de refugiados e a ausência de oportunidades de integração social transformam a vida em um exercício de resignação. Dessa forma, reforça-se a visão de que mulheres e crianças são uma parte especialmente vulnerável dos refugiados. As crianças perdem uma fase única da infância, com a ameaça de uma vida sem diversidade e sonhos.

Na fase de conclusão desse artigo, o grupo fundamentalista teocrático palestino, não democrático, Hamas, - um acrônimo em árabe de *Harakat Al-Muqawama Al-Islamiyya*, em tradução livre “Movimento de Resistência Islâmica”, - que controla a Faixa de Gaza, iniciou, em 07 de outubro de 2023, o mais violento ataque à Israel dos últimos tempos. Mais de mil israelenses morreram e outros três mil ficaram feridos e centenas tornaram-se reféns (WI, 2023). Em 12 de outubro de 2023, o Ministro da Saúde da Palestina, Mai Alkaila, informou que, desde que Israel revidou o ataque do Hamas, pelo menos 1.537 palestinos, incluindo 500 crianças e 267 mulheres, haviam sido mortas, além de 6.612 pessoas feridas (MAGRAMO *et al.*, 2023). No mesmo dia, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (em inglês, *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, OCHA) estimava que 338.000 pessoas estavam desabrigadas, das quais 218.000 são PDI que se encontravam refugiadas em escolas. No dia seguinte, levadas de palestinos do norte da Faixa de Gaza, da ordem de grandeza de um milhão de pessoas, fugiram para o sul do território sitiado, diante da ameaça das forças militares de Israel em invadir as terras controladas pelo Hamas. A esperança é a transposição da fronteira de Gaza com o

Egito, através da cidade palestina de Rafah. O bloqueio de Israel ao acesso à água, eletricidade, combustível e alimentos em Gaza, base indispensável à sobrevivência, impactará a todos, principalmente a população civil. Mesmo o ingresso de grupos humanitários vem sendo limitado. Há um clima de calamidade, com uma multidão de pessoas desabrigadas, mortas, reféns e muitas escondidas em *bunkers*. Enquanto líderes internacionais, organismos multilaterais, imprensa e segmentos políticos e culturais, dentre outros, discutem o termo “terrorismo”, o sofrimento de mulheres e crianças indefesas é apresentado pelos dois lados, Hamas e Israel, como forma de expor a culpa do inimigo.

É fundamental o entendimento de que o Direito Internacional Humanitário distingue combatentes e civis, de forma a proteger e proibir o uso de meios e instrumentos que sejam particularmente cruéis aos civis. Populações inocentes, que incluem mulheres, crianças e idosos, não podem estar submetidas às barbáries relacionadas a conflitos militares de quaisquer ordens, interesses ou extensões. Ao contrário, toda a população civil deve ser assistida, principalmente por organismos multilaterais, nas situações que ameacem suas vidas e dignidades, como tem sido debatido e alertado nas pesquisas mais recentes do Laboratório de Ecologia Urbana (PROURB-FAU-UFRJ).

Considerações finais

Apenas estabelecer parâmetros de proporção ou dimensão não é suficiente para garantir uma melhor qualidade de vida nos campos de refugiados, embora sejam referências fundamentais. A atmosfera coletiva desses assentamentos não apenas cria uma sensação de falta de liberdade, mas, o que é ainda mais prejudicial, leva à perda de perspectiva de um futuro, algo essencial para o bem-estar. De fato, pode-se argumentar que isso reflete a mesma falta de perspectiva enfrentada por aqueles que vivem fora dos campos de refugiados.

Problemas como a falta de apoio humanitário, que resultam em fome, habitação precária, desemprego, interrupção da educação, violência e desespero pessoal, são comuns a ambos os grupos. No entanto, não se pode esquecer de um terceiro grupo: as Pessoas Deslocadas Internamente (PDI), que enfrentam problemas semelhantes, mas no contexto doméstico de seus próprios países. Entre todos esses grupos, as mulheres e as crianças são as mais vulneráveis, especialmente em contextos de violência, opressão, exploração e desamparo, como foi evidenciado ao longo deste trabalho.

Como temos visto, abordar os problemas dos refugiados envolve uma abordagem multidisciplinar em diferentes níveis: individual, comunitário e internacional. A integração social nos territórios de acolhimento deve ser realizada com cuidado e atenção. É uma tarefa complexa, pois os locais que recebem os refugiados muitas vezes enfrentam suas próprias carências sociais e econômicas. Uma ação coletiva envolvendo países desenvolvidos, organizações do terceiro setor, agências multilaterais e setor privado pode ser o caminho desejável para enfrentar esse problema junto à sociedade civil e às estruturas institucionais que acolhem os refugiados.

A questão dos refugiados representa uma condição que reflete as muitas lacunas e desafios de um mundo que lida de forma cínica com desigualdades, discriminações, conflitos culturais e negligências sociais relacionadas a gênero, classe, etnia, religião e outras categorias.

Como visto, atualmente, há 108,4 milhões de refugiados no mundo, sendo que deste universo aproximadamente 51% são mulheres e crianças. A forte violência e desamparo sofrido particularmente por esse segmento merece um sinal de alerta. Há o agravante de que é um problema crescente. Ações concretas precisam ser tomadas de forma a acolher pessoas que estão abandonadas a própria sorte. A falta de perspectiva de vida leva-as, - indistintamente, mulheres ou meninas, - à prostituição na busca do mínimo para viver, ao casamento em idade infantil ou na puberdade, à interrupção dos estudos dos jovens e, em muitos casos, ao desespero do suicídio. A falta de integração social nos países que os recebem expõe fortemente os refugiados à violência física e moral. No caso das mulheres e crianças refugiadas, isso acontece de forma ainda mais gritante.

O problema é dramaticamente crescente e, até aqui, de difícil solução a curto e médio prazo. O artigo destaca que a crescente evolução da violência e a situação de desamparo dos refugiados merecem um sinal de alerta. Como visto, a guerra Hamas/Israel, assim como a invasão da Ucrânia pela Rússia, o colapso da Síria, a violência no Haiti, a fome na Etiópia, a crise no Afeganistão, dentre tantas situações, é mais um exemplo de conflito que levará a mais uma onda de refugiados e, inevitavelmente, ao brutal derramamento de sangue de muitos inocentes.

Referências

ADMASU, Yeshwas et al. *A multi-country analysis of multidimensional poverty in contexts of forced displacement. Policy research working paper 9826*, Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/492181635479693932/pdf/A-Multi-Country-Analysis-of-Multidimensional-Poverty-in-Contexts-of-Forced-Displacement.pdf> . Acesso em: 08 set. 2023.

AGIER, Michel. *The refugee experience today*. Cambridge: Polity Press, 2008.

ALBRECHT, Clara; PÉREZ, Maria Hofbauer; STITTENEDER, Tanja. *The integration challenges of female refugees and migrants: where do we stand? CESifo Forum*, vol.22, p.39-46, 02/2021.

ALMODÓVAR-RETEGUIS, Nayda L. *Where in the world do women still face legal barriers to own and administer assets?*, World Bank Blogs. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/where-world-do-women-still-face-legal-barriers-own-and-administer-assets#:~:text=For%20example%2C%20in%20South%20Asia,rights%20for%20sons%20and%20daughters>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BINUH – United Nations Integrated Office in Haiti; OHCHR – Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. *Sexual violence in Port-au-Prince: a weapon used by gangs to instill fear*, 2022. Disponível em: <https://haiti.un.org/en/203684-sexual-violence-port-au-prince-weapon-used-gangs-instill-fear> . Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 1.973, 01 de agosto de 1996*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm . Acesso em: 01 jul. 2023.

DRYDEN-PETERSON, Sarah. *The politics of higher education for refugees in a global movement for primary education*. *Refuge*, vol. 27, no. 2, p.10-18, 2010. Disponível em: <https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/issue/view/1973> . Acesso em: 09 set. 2023.

ELNAKIB, Shatha; METZLER, Janna. *A scoping review of FGM in humanitarian settings: an overlooked phenomenon with lifelong consequences. Conflict and health*, no. 16, artigo 49, p.1-12, 2022. <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00479-5>

FREEDMAN, Jane. *Sexual and gender-based violence against refugee women: a hidden aspect of the refugee "crisis. Reproductive health matters*, vol. 24, no. 47, p.18-26, 2016.

HOROWITZ, Jason; STEVIS-GRIDNEFF, Matina; KITSANTONIS, Niki. *Greek coast guard under scrutiny for response to migrant mass drowning*. New York: The New York Times, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/06/19/world/europe/greece-migrants-ship-sinking.html> . Acesso em: 23 ago. 2023.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. *Women and girls in internal displacement*. IDMC, 2020. Disponível em: <https://www.humanitarianlibrary.org/sites/default/files/2021/04/202003-twice-invisible-internally-displaced-women.pdf> . Acesso em: 02 jul. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2016.05.003>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre; NRC - Norwegian Refugee Council. *Grid 2023 – Internal displacement and food security*. Geneva: IDMC, 2023. Disponível em: https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC_GRID_2023_Global_Report_on_Internal_Displacement_LR.pdf . Acesso em: 13 set. 2023.

IDRIS, Iffat. *Effectiveness of various refugee settlement approaches*. University of Birmingham, 2017. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/13363/223%20Effectiveness%20of%20Various%20Refugee%20Settlement%20Approaches.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 08 set. 2023.

IOM – International Organization for Migration. *Displacement Tracking Matrix. Internal displacement report. Displaced population in host communities as of 31 august 2022*, 2022. Disponível em: https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd1461/files/reports/IOM%20DTM_Baseline_HC_Update_01.09.2022_EN_20221021.pdf . Acesso em: 08 out. 2023.

KABIR, Raiyan; KLUGMAN, Jeni. *Unlocking refugee women's potential*, GIWPS; IRC, 2019. Disponível em: <https://giwps.georgetown.edu/wp-content/uploads/2019/07/Unlocking-Refugee-Womens-Potential.pdf> . Acesso em 02 set. 2023.

KENNEDY, Jim. *Challenging camp design guidelines. Forced Migration Review*, Vol. 23, 2005, p. 46-47. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/europe/kennedy.pdf> . Acesso em: 06 set. 2023.

MACPHAIL, Bruce et al. *How to promote gender-based violence prevention and services in Haiti. World Bank Blogs*, 2023. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/how-promote-gender-based-violence-prevention-and-services-haiti> . Acesso em: 13 set. 2023.

MEDECINS SANS FRONTIERES. *Self-harm and attempted suicides increasing for child refugees in Lesbos*, MSF, 2018. Disponível em: <https://www.msf.org/child-refugees-lesbos-are-increasingly-self-harming-and-attempting-suicide> . Acesso em 08 set. 2023.

MELNIKAS, Andrea. *Child marriage practices among the Rohingya in Bangladesh. Conflict and health*, vol. 28, 14, p.1-12, 2020. <https://doi.org/10.1186/s13031-020-00274-0> Acesso em: 19 jul. 2023.

MITIKE, Getnet; DERESSA, Wakgari. *Prevalence and associated factors of female genital mutilation among Somali refugees in eastern Ethiopia: a cross-sectional study. BMC Public Health*, no. 9, artigo 264, 2009. Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-9-264> . Acesso em: 26 jul. 2009.

MIYAMOTO, James. *Refugiados: (re)territorialidade e perspectivas. Oculum Ensaios*, [S. l.], v. 20, p. 1–19, 2023. DOI: 10.24220/2318-0919v20e2023a5255. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/5255>. Acesso em: 06 set. 2023.

MOLNAR, Petra. *Inside new refugee camp like a 'prison': Greece and other countries prioritize surveillance over human rights. The Conversation*, 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/inside-new-refugee-camp-like-a-prison-greece-and-other-countries-prioritize-surveillance-over-human-rights-168354> . Acesso em: 17 ago. 2023.

MOURTADA, Rima; SCHLECHT, Jennifer; DeJONG, Jocelyn. *A qualitative study exploring child marriage practices among Syrian conflict-affected populations in Lebanon. Conflict and health*, vol. 11, 6, p.55-65, 2017. DOI 10.1186/s13031-017-0131-z . Acesso em: 19 jul. 2023.

REFUGEES INTERNATIONAL. *Somali refugees: protecting their rights in cities*, Washington D.C.: *Refugees International*, [4], p.1-4, 2010. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/4c2c3fcc2.pdf> . Acesso em: 02 set. 2023.

STATISTA. *Ranking of the major source countries of refugees as of 2022*, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272999/refugees-by-source-country/> . Acesso em: 09 set. 2023.

SIEGFRIED, K. *Alternatives to refugee camps: can policy become practice? The New Humanitarian*, 2014. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2014/10/07/alternatives-refugee-camps-can-policy-become-practice>. Acesso em: 07 set. 2023.

SINGER, Merrill. *A dose of drugs, a touch of violence, a case of AIDS: conceptualizing the SAVA syndemic. Free Inquiry – Gangs, Drugs & Violence*, vol. 24, no. 2, nov./1996, p.99-110.

SYDNEY, Chloe; O'CONNOR, Alesia. *Displacemente severity: Assessing the severity of displacement situations: data gaps and ways forward*. IDMC-Internal Displacement Monitoring Centre: 2022. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/publications/assessing-the-severity-of-displacement-situations-data-gaps-and-ways-forward> . Acesso em 05 out. 2023.

UN-United Nations. *Human rights, mass exoduses and displaced persons*. New York: UN, 1998.

UNFPA-United Nations Population Fund; AUB-American University of Beirut; SAWA for Development and Aid. *The prevalence of early marriage and key determinants among Syrian refugee girls/women*. Beirut, 2016. Disponível em: <https://lebanon.unfpa.org/en/publications/prevalence-early-marriage-and-its-key-determinants-among-syrian-refugee-girlswomen> . Acesso em: 19 jul. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Convention and Protocol relating to the status of refugees*. UNHCR, 1966. Disponível em: <https://www.unhcr.org/3b66c2aa10> . Acesso em: 22 out. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Guidance note on refugee claims relating to female genital mutilation*. Genebra: UNHCR, 2009. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/4a0c28492.pdf> . Acesso em: 26 jul. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Woman Alone. The fight for survival by Syria's refugee women*. Genebra: UNHCR, 2014. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/53be84aa4.pdf> . Acesso em: 07 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Camp strategy guidance (planned settlements)*. In: UNHCR Emergency Handbook, UNHCR, 4ªed., 2015. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/36256/camp-strategy-guidance-planned-settlements> . Acesso em: 08 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Camp planning standard (planned settlements)*. In: UNHCR Emergency Handbook, UNHCR, 4ªed., 2015a. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/45582/camp-planning-standards-planned-settlements> . Acesso em: 08 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees; UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund; IOM - International Organization for Migration. *Access to education for refugee and migrant children in Europe*. UNHCR; UNICEF; IOM, p.1-16, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/neu/wp-content/uploads/sites/15/2019/09/Access-to-education-europe-19.pdf> . Acesso em: 07 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Stepping up. Refugee education*, UNHCR, p.1-56, 2019b. Disponível em: <https://www.unhcr.org/steppingup/wp-content/uploads/sites/76/2019/09/Education-Report-2019-Final-web-9.pdf> . Acesso em: 25 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Global Trends: forced displacement in 2019*. [S.l.]: UNHCR, UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf> . Acesso em: 15 out. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees; UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund; IOM - International Organization for Migration. *Refugee and migrant children in Europe accompanied, unaccompanied and separated*. Overview of trends: January to December 2021, 2022. Disponível em <https://data.unhcr.org/en/documents/details/94351> . Acesso em: 09 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Global Trends. Forced displacement in 2022*, UNHCR, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022> . Acesso em: 02 out. 2023.

UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund. *Eleven children die every week attempting to cross the Central Mediterranean Sea migration route*. New York: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/eca/press-releases/eleven-children-die-every-week-attempting-cross-central-mediterranean-sea-migration> . Acesso em: 23 set. 2023.

WEISS, Thomas; KORN, David. *Conceptualization and its consequences*. New York: Routledge, 2006.

WHO - World Health Organization. *Violence against women prevalence estimates, 2018*. WHO, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/james/Downloads/WHO-SRH-21.6-eng.pdf> . Acesso em: 01 jul. 2023.

WORLD BANK. *Women, business and the law 2022*, Washington D.C.: World Bank, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/36945> . Acesso em: 20 ago. 2023.

MASCULINIDADES DISSIDENTES NA MÚSICA POP MAINSTREAM¹

DISSIDENT MASCULINITIES IN MAINSTREAM POP MUSIC

Vinícios Nalin²

Resumo

Este artigo propõe uma discussão acerca da masculinidade hegemônica, que oprime o acesso das corporeidades dissidentes na cena mainstream da música pop global e, de forma oposta, como o surgimento de representações LGBTQIAP+ apontam uma utopia de virada contracultural na ocupação de espaços que não são cotidianamente possíveis à essas corporeidades. Aborda-se centralmente o estudo do corpo preto-gay-queer do cantor Lil Nas X, que possui um percurso que rompe barreiras dessa masculinidade hegemônica constantemente firmada na música pop estadunidense. Discutimos a espacialidade pela ótica simbólica constituída a partir de Henri Lefebvre, compreendendo além do espaço físico, o corpo dissidente como produtor de espaços e gestos capazes de promover ocupação de determinados lugares de poder. Por fim, entende-se que a ocupação de espaços dissidentes percorre, primeiramente, a produção de espaços através do coletivo e da reivindicação atravessada as corporeidades marginalizadas, já que essas se estabelecem espacialmente diante de muitas lutas.

Palavras-chave: corpo queer, espaço de representação, música pop, LGBTQIAP+.

Abstract

This article proposes a discussion about hegemonic masculinity, which oppresses the access of dissident corporeality in the mainstream scene of global pop music and, conversely, how the emergence of LGBTQIAP+ representations points to a utopia of a countercultural turn in the occupation of spaces that are not everyday possible for these bodies. The study of the body is centrally addressed black-gay-queer by singer Lil Nas X, who has a journey that breaks barriers of this hegemonic masculinity constantly established in American pop music. We discuss spatiality from the symbolic perspective established from Henri Lefebvre, understanding beyond physical space, the dissident body as a producer of spaces and gestures capable of promoting the occupation of certain places of power. Finally, it is understood that the occupation of dissident spaces involves, firstly, the production of spaces through the collective and the claim across marginalized corporeality, as these are spatially established in the face of many struggles.

Keywords: queer body, representational space, pop music, LGBTQIAP+.

Introdução

A música pop sempre teve presença efetiva em meio a comunidade LGBTQIA+ global. A estética, as sonoridades e todo o contexto visual performático sempre fizeram, e continuam fazendo, parte do cotidiano dessa tribo. Grande parte dessa presença se dá pela proximidade das divas pop ao movimento em busca dos direitos à comunidade LGBTQIA+, a exemplo de Madonna, como uma das grandes pioneiras da inserção desta luta ao cenário *mainstream* (AMARAL; GOVARI, 2021). Do mesmo modo, também a cantora Lady Gaga, que sempre abordou as subversões de gêneros em seus videocliques musicais e turnês (PINTO, 2013), trouxe a década de 2010 a presença *queer* em destaque ao *mainstream*.

Embora essa presença seja visualmente percebida, com a subcultura do *Ballroom* sendo difundida por Madonna em seu videoclipe *Vogue* (WARNER RECORDS, 1990) ou com Elton John fazendo imenso sucesso comercial com suas performances que subvertiam dicotomias de gênero, a presença de corpos dissidentes nas paradas de sucesso e na mídia ainda era pontual e teve um grande hiato, principalmente entre as décadas de 2000-2010. Estes, foram anos de representação indireta, tida especialmente pela presença das divas pop e dos temas que essas se propuseram a discutir em suas artes.

No entanto, recentemente, em 2018, Montero Lamar Hill, artisticamente conhecido como Lil Nas X, surgiu no cenário musical com a explosiva *'Old Town Road'* (COLUMBIA RECORDS, 2018), canção essa que, em um sucesso majestoso, mantido por seus diversos *remixes* e por sua avassaladora recepção pelo público, tornou-se a música a permanecer mais tempo no topo das paradas norte americanas³. Apesar de todo esse sucesso, o artista não agradava a todos, principalmente por ser um homem negro, cantando *country*, um gênero musical popularmente conhecido por sua grande predominância branca (N'THANDA, 2020), embora tenha tido apoio de Billy Ray Cyrus, considerado uma lenda do *country*, e que participou do *remix* mais veiculado da canção⁴.

Não bastasse, a seguir, durante o grande sucesso de seu *lead single*, Lil Nas X se assume gay para seu público através de sua canção *'C7osure (You Like)'*, presente em seu primeiro EP⁵, *'7'*, sendo ainda mais alvo de críticas por parte dos conservadores norte-americanos. Na canção ele apresenta: "Falando a verdade, eu quero e preciso/ Me libertar, usar meu tempo para ser livre" (*C7osure (You Like)*, 2019, tradução nossa), pontuando a importância a qual ele estava se estabelecendo naquele momento enquanto falar de sua homossexualidade para seu público, embora o próprio tenha *'debochado'* disso em seu *twitter* (2019) "pensei que fosse óbvio"⁶.

Embora em seu EP de estreia o artista tenha demonstrado sua grande e irreverente estética e versatilidade, a mídia e grande parte do público ainda o encaixavam em categorias *rap* e *hip-hop*, o que não seria demérito salvo não fosse uma forma de segregar corpos negros a categorias consideradas negras pelas premiações e paradas musicais, isolando-os fora do *pop*. Da mesma maneira (e de certo modo em outra perspectiva), com relação ao rap, Lil Nas X não possui grande abertura para

1 Este artigo é uma versão ampliada do trabalho publicado nos anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/87619> Acesso em 12 jan. 2024.

2 Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/intercampi Chapecó-Erechim). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOChapecó). Email para contato: vininalin45@gmail.com

3 Disponível em: <https://www.billboard.com/articles/columns/chart-beat/8524235/lil-nas-x-old-town-road-longest-number-one-hot-100> Acesso em: set. 2021.

4 Disponível em: <https://open.spotify.com/track/2YpeDb67231RjR0MgVLzsG?si=aa0d17e118354dea> Acesso em: set. 2021.

5 Do inglês, *Extended Play*. Consiste em uma gravação musical que é considerada curta demais para ser uma única música e curta demais para ser considerada um álbum completo.

6 Disponível em: <https://twitter.com/LilNasX/status/1145470707150860289?s=20> Acesso em: set. 2021.

colaborações, chegando a ser questionado pela falta de homens negros em seu recente lançado álbum Montero (COLUMBIA RECORDS, 2021), questão a qual ele mesmo respondeu em seu *twitter*: “talvez eles não queiram trabalhar comigo” (2021)⁷.

Com uma jornada semelhante, o artista britânico Sam Smith, que no início de sua carreira foi amplamente abraçado pelo público por conta de suas músicas sobre seus sentimentos e relações conturbadas, teve um impacto de gigantesco em sua carreira quando decidiu destacar mais afincamente sua sexualidade e corporeidade em sua arte. Em 2022, o artista, juntamente a Kim Petras, lançam ‘*Unholy*’ (CAPITAL RECORDS UK, 2022). Com a repercussão do videoclipe da canção⁸, no qual Sam expressa seu gênero pelas suas roupas e coreografias, o corpo do artista é alvo de ataques de ódio e comentários extremamente gordofóbicos e homofóbicos, pondo sua arte em julgamento por ser expressiva e autêntica o suficiente para representá-lo.

Tais questões apresentadas, abrem nossa discussão acerca das masculinidades hegemônicas, que centralizam de modo discursivo e institucional corpos dominantes no campo sociocultural (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Discutimos também, a ausência de masculinidades dissidentes no cenário *pop mainstream*, as quais vêm sendo rompidas com a presença de *drags* e demais corpos *queers* que se fazem presentes, mesmo que de maneira subversiva (VECCHIA; FERREIRINHO, 2020), ocupando um espaço de direito e que vem sendo reivindicado por muitos anos.

Desta forma, este trabalho busca refletir como as masculinidades dissidentes surgem e se estabelecem ocupando seu espaço de direito na música *pop mainstream*, influenciando uma geração a qual constantemente vive conectada e consome essas mídias diariamente. Para isso, será discutida de forma crítica, a trajetória de Lil Nas X, como campo utópico de uma representação e ocupação que possibilita um horizonte de possibilidades de visibilidade a corpos discordantes da masculinidade viril-macho, atribuída diante de seu sucesso comercial e da forma com que o artista vem ocupando seu espaço físico, bem como o simbólico, com sua presença nas paradas e listas musicais.

Desconstrução da masculinidade ‘tóxica’ e a presença dissidente

A compreensão de masculinidade envolve o conjunto de atribuições associadas ao comportamento de meninos e homens pela sociedade. Essas atribuições, sobretudo, compreendem aspectos de virilidade e dominação, permeando por demais características que constituem as noções de “homem-macho” ou “Homem com H maiúsculo” (BARBOSA, 1998). Deste modo, termos como ‘masculinidade frágil’ corriqueiramente surgem no vocabulário popular para demarcar homens que, de certo modo, possuem medo de expressar fragilidades e emoções, além de muitas vezes o próprio autocuidado.

Para Connell e Messerschmidt (2013), as masculinidades e feminilidades são construídas socialmente, trazendo de maneira simbólica suas definições binárias de masculino-feminino, traçados em um ideal imaginado e socialmente esperado. Nesta perspectiva, podemos observar que não necessariamente fala-se simplesmente em homem e mulher, mas sim sobre o gênero e sua performatividade (BUTLER, 2013), ao qual não há abertura para dissidências do que é binário, marginalizando performatividades não-binárias, que subvertem os padrões cis-heteronormativos da

7 Disponível em: <https://twitter.com/LilNasX/status/1433154903975677952?s=20> Acesso em: set. 2021.

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uq9gPalzbe8> Acesso em: out. 2023.

sociedade.

Sobre as masculinidades, Januário (2016, p. 126) nos acrescenta que, em sua especificidade, as masculinidades marginalizadas:

[...] incluíram todos os indivíduos do sexo masculino que não se encaixavam nas normas da masculinidade hegemônica (CONNELL, 2005; Kimmel, 1997; Vale de Almeida, 2000). A marginalidade relaciona-se com as relações de poder que a masculinidade hegemônica exerce sobre as demais masculinidades. Esta forma de masculinidade está discriminada devido à condição subordinada de classe social ou etnia. A marginalização é produzida nos grupos explorados ou oprimidos que podem compartilhar muitas das características da masculinidade hegemônica, mas que são socialmente desautorizados.

Essa percepção nos proporciona a relação ao resgate do decorrer dos anos 60, onde os movimentos ativistas, de rua e contraculturais buscavam a “transformação pessoal pela autolibertação, o resgate da utopia e a realização de uma revolução com base em um novo estilo de vida” (MESQUITA, 2008, p. 88). Assim vemos a abordagem aqui referente a Lil Nas X e sua presença discordante dos demais corpos que fazem sucesso na atualidade, como um representante atual desse resgate utópico, baseado em sua performance e dissidência. O artista em questão é um homem preto-gay-queer que, esteticamente apresenta-se assim, sem máscaras sobre sua imagem⁹. Logo, assim como para Galeano (1994) a utopia seria uma linha no horizonte que nos mantém em movimento em busca de alcançá-la, Lil Nas X representa o percurso em busca dessa linha para seu público, que almeja pela libertação e pelo rompimento de amarras hegemônicas. A maneira como o artista vem conduzindo sua carreira, de modo mais específico nos anos de 2020 e 2021, reforça a sua importância para o cenário *mainstream*, que dificilmente se abre para esses artistas.

Ao longo das últimas décadas, tivemos grandes exemplares da difícil recepção de corpos e identidades dissidentes no *mainstream* podem ser lembrados. Rupert Everett, ator *hollywoodiano*, se assumiu na década de 1980 e diz ter tido sua carreira prejudicada, sendo negado em diversos trabalhos por sua sexualidade¹⁰. Rock Hudson, astro dos anos 50, teve sua sexualidade escondida até seus dias finais (1985). Por se tratar de um galã, queridinho do público feminino, Rock teve sua vida privada sempre mantida longe de holofotes e chegou a se casar com sua secretária para afastar-se dos rumores da época, que não abria espaço para homossexuais¹¹. O caso de Rock Hudson nos permite um paralelo aos atores das telenovelas brasileiras que são enaltecidos pelo público feminino como galãs, de modo que diversos também ocultaram sua sexualidade por anos, como forma de não perderem possíveis trabalhos, podemos listar alguns que romperam essa barreira com o público: Carmo Dalla Vecchia, Marco Pigossi, Miguel Falabella, Reynaldo Gianecchini, Marco Nanini.

9 É importante destacar que não há obrigação nenhuma em artistas se assumirem LGBTQ+, embora isso potencialize seu contato com o público de identificação, entende-se a possibilidade de esse movimento acarretar em um ‘declínio’ comercial, onde determinados grupos de pessoas podem passar a atacar sua imagem pela discordância de sua sexualidade, reproduzindo uma heteronormatividade compulsiva.

10 Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/fui-barrado-por-ser-gay-revela-rupert-everett-sobre-hollywood> Acesso em: 22 abr. 2022.

11 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-amor-proibido-entre-rock-hudson-queridinho-de-hollywood-e-lee-garlington.phtml> Acesso em: 22 abr. 2022.

O contexto dos cenários *mainstream* e *underground*, bem como as maneiras as quais estes constituem as representações midiáticas da cultura pop, permeiam muito sobre o título de não comercial *versus* comercial em massa (AMARAL; GOVARI, 2021), que disporiam então sobre o que seria autêntico e o que é facilmente vendível¹²— características que atualmente passaram a se entrelaçar até certo ponto, com a ascensão das plataformas de streaming, onde o público realmente escolhe o que deseja ouvir e pelo desenvolvimento de produções audiovisuais LGBTs (destaca-se *Pose* (Fox 2018-2021), *Veneno* (HBO Max, 2020), *RuPaul's Drag Race* (VH1, 2009-presente) e *Legendary* (HBO Max, 2019-presente), que possuem grande importância para a visibilidade midiática de corpos, desejos e performatividades dissidentes.

Logo, o acesso de artistas dissidentes no *mainstream* aponta uma grande contribuição para a subversão¹³ das normatividades performáticas atribuídas pelos longos anos nas paradas de sucesso, deixando de ser uma corporeidade unicamente *underground* e passando a exercer influência direta naquilo que está sendo consumido globalmente. É necessário observar as contribuições dos papéis de grandes divas, principalmente da música, na construção dessas discussões de gênero. Para Pinto (2013), o discurso imagético/narrativo erótico e subversivo construído por Lady Gaga em sua videografia apoiaram a cultura LGBT no cenário musical, onde “por meio da cultura da mídia, explorando todas as temáticas abordadas acima, visando um colapso no sistema dicotômico de gêneros, que faz parte da corrente dominante” (PINTO, 2013, p. 2639).

Conforme Halberstam (2011), cabe-nos ainda refletir o que se entende convencionalmente por sucesso, e se esse, por ventura, estaria disposto ao alcance e a ser constituído de corporeidades dissidentes. Diante de sua discussão, a autora defende o fracasso pode oferecer maneiras mais criativas e surpreendentes de estar no mundo (Halberstam, 2011). Assim, torna-se possível que o sucesso venha do encontro e da união das tribos dissidentes, como modo de operacionalizar coletivamente a condução artística e desenvolver estratégias e novos meios de ocupar espaços através desses encontros afetivos e identitários (MAFFESOLI, 1996, 1998). Dessa forma, a associação de corpos em aliança permite “conformar um lugar para a mutação do corpo abjeto em sua representação estética e ética de dissidência” (SARDÁ VIEIRA, 2020, p. 147), que possibilitam a externalização de suas presenças.

Adiante, não seria possível ausentar a negritude de Lil Nas X como um dos grandes pontos de discordância frente sua não aceitação no *pop mainstream*. Em sua canção *Industry Baby* (COLUMBIA RECORDS, 2021) o artista expõe “Sou um cara do pop como o Bieber, Eu não tr*po com v*rias, sou uma *queer*” (tradução nossa)¹⁴. Quanto a essa questão racial inserida na marginalização de homens negros homossexuais, Bibiano (2020, p. 100) acrescenta ainda que:

[...] a marginalização do homem negro homossexual, dentre o ‘espectro’ da negritude, é produzida discursivamente nessas relações e está inscrita no contexto de invisibilidade dado na circulação desses discursos sobre a negritude que invalidam sua experiência e embargam a possibilidade de narrar-se como sujeito negro.

12 A ideia de que *underground* seja algo não comercial e pouco vendável, se estabelece através do modo como esse espaço cultural se conforma no cenário artístico, uma vez que sua apropriação pelo contexto *mainstream* é o único modo de sair dos espaços marginalizados. Desta forma, o cenário *underground* é direcionado a grupos específicos que não se contextualizam nos contornos da massificação hegemônica.

13 Para além de sua definição linguística enquanto ato ou efeito de derrubar, destruir, arruinar, ou mesmo de ser uma perversão moral, a subversão aqui é compreendida como como um ato político e como um contraponto à cultura cis-heteronormativa hegemônica.

14 Destaca-se aqui que Justin Bieber é um artista branco, canadense, que faz grande sucesso na música pop, em especial nas paradas norte americanas.

Esse movimento de marginalização ao homem negro, na indústria da música, percorre de forma muito explícita dentro da música *pop*, onde negros são vistos, como já mencionado, como rappers, a exemplo do cantor norte americano The Weeknd que, em 2020, teve um dos maiores destaques na indústria musical atual e foi totalmente ignorado nas indicações ao *Grammy Awards*¹⁵. O homem negro homossexual, por sua vez, é subordinado também pela dominação cis-heteronormativa (JANUÁRIO, 2016). Tão logo, isso passa a incluir a segregação em seu próprio nicho, uma vez que há também uma reprodução da homofobia sob corpos pretos, tratados muitas vezes como desejos sexuais, sendo a estes exigida a masculinidade viril e estereotipada (RODRIGUES, 2020).

Desta forma, o rompimento cultural exercido por Lil Nas X com o lançamento de seu álbum ‘*MONTERO*’ (2021), exerce uma disputa pela representação de seu corpo e identidade *queer* no espaço pré-estabelecido hegemonicamente como o qual ele não deveria estar, nem mesmo tratando seu corpo como o *locus* de seu exercício de poder e dominação¹⁶ (JANUÁRIO, 2016). Partimos então desta interlocução do corpo dissidente para compreendermos a ocupação dessas corporeidades diante de um espaço simbólico e, tão importante quanto, na produção de espaços contraculturais dispostos de apropriação e territorialização por tribos dissidentes.

Espaços de representação: o físico e o simbólico

O espaço social é constituído por uma diversidade de objetos, englobando os naturais (precedentes aos eventos e intervenções humanas) e os sociais (edificações, vias e redes que possibilitam o tráfego e troca de coisas e informações). Porém, estes objetos não são somente coisas e materiais, abarcando também as relações (GIL FILHO, 1999). De acordo com Gil Filho (1999, p. 111), “a história do espaço não se limita ao estudo de momentos específicos como a formação, o estabelecimento, declínio e dissolução de determinada ordem. Precisa também relacionar aspectos globais com aspectos particulares de sociedades e instituições”. Logo, nossa percepção diante à existência se estrutura por meio dos eventos que nos rodeiam e ao tempo em que estamos. Assim, o espaço é vivo e mutável pelas ações sociais, pelas mudanças temporais e comportamentais, sendo o espaço existencial “um espaço vivenciado e multissensorial saturado e estruturado por memórias e intenções” (PALLASMAA, 2018, p. 20).

Ao olhar dessas abordagens, nos aprofundamos nos escritos do filósofo Henri Lefebvre e sua contribuição à ciência geográfica, pela lente da reflexão à espacialidade. Lefebvre (2013) discute a espacialidade como algo vivo, “o espaço da imaginação e do simbólico dentro de uma existência material. É o espaço de usuários e habitantes, onde se aprofunda a busca por novas possibilidades de realidade espacial” (LEFEBVRE, 2013, p. 15, tradução nossa). Segundo Matias (2016), isso é tido enquanto algo que constitui a materialidade de modo simbólico, percebido pelos movimentos e pelas transformações, expresso pela performatividade e pela expressão da vida cotidiana. A obra de Lefebvre (2013) discorre em sua teoria sobre a Tríade Espacial (composta pelas instâncias do espaço concebido-percebido-vivido), considerando então o espaço

15 O *Grammy Awards*, cerimônia de premiação da Academia de Gravação, é a maior premiação musical global, reconhecendo trabalhos de excelência e conquistas da arte musical. O evento já se envolveu em diversas polêmicas, especialmente se tratando de casos de racismo por não reconhecer trabalhos de artistas negros em categorias principais e *pop*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2021/03/09/media/grammys-diversity/index.html> Acesso em set. 2021.

16 Utiliza-se o termo ‘dominação’ como forma de relacionar a performatividade de Lil Nas X com sua arte, a maneira como o artista vem se expressando e respondendo às críticas e ataques aos quais vem recebendo, exerce dominação de sua própria atuação.

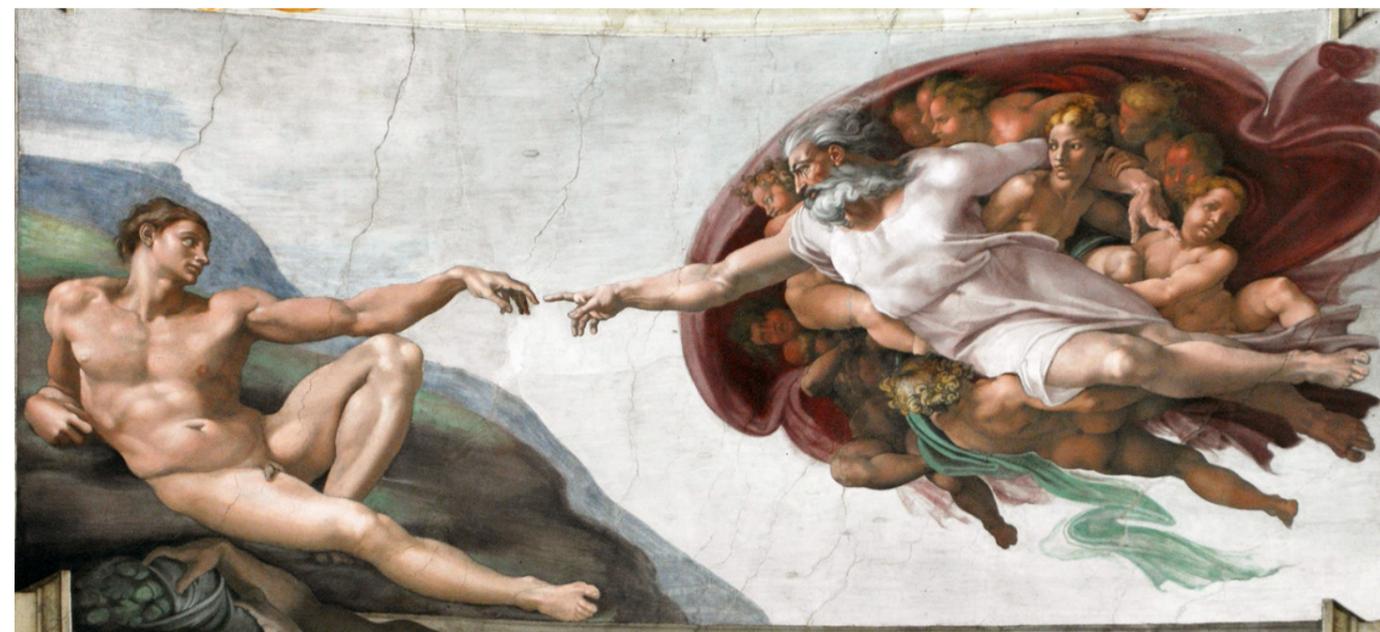


como um produto social. Para Matias (2013, p. 163):

[...] o espaço vivido é aquele onde as transformações, os conflitos e as revoluções acontecem; onde se pratica e se nega o percebido. Em outras palavras, na cotidianidade do espaço vivido é que as pessoas podem ou não adotar certas práticas. É neste sentido que negar se submeter aos efeitos de uma propaganda e fugir de determinadas tentativas de normatividade são exemplos de como – até pela negação – o percebido influi no concebido [...].

Segundo Lefebvre (2013), o espaço compreende as articulações da realidade de modo que transcendem o espaço material, permitindo que sejam agregados valores simbólicos a sua concepção. Assim, em nossa leitura espacial percorremos pelo conceito do espaço de representação *queer*, derivada das concepções acerca dos espaços de representação, em seu sentido mais amplo, observando as espacialidades reivindicadas por corporeidades dissidentes, como a do cenário de sucesso da indústria musical, discutido nesse artigo. Lefebvre (2013) discute a importância da articulação do espaço vivido em sua relação corpórea, pela qual há direta ligação a subversão e clandestinidade espacial:

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação, e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso, há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de se produzir, por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e também produz esse espaço. Esta é uma relação verdadeiramente notável: o corpo com as energias à sua disposição, o corpo vivo, cria ou produz o seu próprio espaço; em contrapartida, as leis do espaço, que significa dizer as leis de diferenciação no espaço, também governam o corpo vivo e a utilização de suas energias (LEFEBVRE, 2013, p. 218, tradução nossa).



Essas atribuições compreendem o espaço como um elemento estratégico para fomentar discussão política contra diferentes formas de opressão e marginalização. Edward Soja (2010), discute a espacialidade atravessada à dimensão do Terceiro Espaço e conversa diretamente com a instância do espaço vivido de Lefebvre (2013), uma vez que ambas compreendem o mundo por um viés além do físico, trazendo o imaginado e o simbólico para se pensar a realidade enquanto um produto de ações sociais, sendo que “trata-se então de um espaço não apenas das simultaneidades, mas um espaço de possibilidades infinitas e o espaço das lutas sociais (SOJA, 2010)”. Para o autor, a relação simbólica incorporada no entendimento da espacialidade percorre por uma dimensão política, e essa deve ser incorporada na emancipação em prol da significação e melhoria do contexto espacial mundial (SOJA, 2010).

Tão logo, é exercida a reivindicação por espaços que acentuem suas diferenças sociais e culturais, que se movem em resistência à homogeneização e à alienação cotidiana. Segundo Cortés (2008), todas as noções espaciais contraditórias, sobretudo as que competem a espaços caracterizados por elementos de opressão, buscam desafiar os padrões acerca de função, estrutura e arquitetura, além de [significarem] “instrumentos de subversão política e transgressão cultural fundamentais para entender as propostas atuais mais críticas, especialmente as que discutem a hegemonia masculina (a dominação de sexo/gênero) e a vida familiar hetero[cis]normativa na estruturação e configuração dos espaços na cidade” (CORTÉS, 2008, p. 28). Para Silva, Ornat e Junior (2019, p. 74), frente a busca pelo direito de ocupar os espaços hegemônicos é experienciada “uma imaginação do espaço como dinâmico e como uma esfera-chave para explorar as relações de poder” que vem assim a implicar na “compreensão de como o espaço é apropriado e usado por pessoas, cujas marcas corporais, gestuais e comportamentais não podem ser facilmente encobertas”.

Portanto, a espacialidade vivida, compreendida pelo seu contexto simbólico, permite que as práticas sociais dissidentes existam em um âmbito além do concebido pela heterocisnormatividade, articulado pela comunidade e pela criação de espacialidades e ocupação/reivindicação de direitos. Segundo Gallego Campos (2009, p. 77), “o espaço de representação se estrutura a partir de ritos (liturgia das cerimônias) e símbolos, (monumentos) se tornando locus de novos valores”. Logo, a leitura dos espaços de representação ocorre de modo essencialmente simbólico, resignificando o espaço material, do cotidiano, possibilitando perspectivas de representação a serem

Figura 3 - Capa do álbum "Montero" de Lil Nas X (2021). Fonte: reprodução/instagram @lilnasx.



abordadas, considerando o campo representativo de cada prática social.

Welcome to MONTERO: o espaço criado

querido montero de 14 anos,
[...] eu escrevi uma música com nosso nome nela. é sobre um cara que conheci no verão passado. sei que prometemos nunca revelar publicamente, sei que prometemos nunca ser "aquele" tipo de gay, sei que prometemos morrer com o segredo, mas isso abrirá portas para que muitas outras pessoas queer simplesmente existam. veja que isso é muito assustador para mim, as pessoas vão ficar com raiva, elas vão dizer que estou forçando uma agenda. mas a verdade é, eu estou. a agenda para fazer as pessoas ficarem longe da vida de outras pessoas e pararem de ditar quem devem estar. enviando amor do futuro para você (tradução nossa)¹⁷.

A citação apresentada foi retirada do perfil do Instagram do cantor Lil Nas X, pelo qual o artista promovia e buscava conectar seu público ao lançamento da primeira música de seu álbum, MONTERO. Nesse álbum, o artista aborda como temáticas principais suas vulnerabilidades e sua sexualidade, tratando ambos de modo liricamente sensível e esteticamente subversivo, agregando em sua narrativa estética elementos da música pop e da arte. Com essa expressividade artística, o cantor passa a reivindicar seu espaço na cena *mainstream* da música pop, ao mesmo que cria seu próprio espaço simbólico.

O início oficial da jornada deste lançamento é demarcado pela divulgação da capa da primeira música do seu álbum, *Montero (Call Me By Your Name)* (figura 1) em março de 2021¹⁸, fazendo uma referência estética a obra de arte "A Criação de Adão", de

17 Carta de divulgação ao lançamento de Montero (2021). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CM3i2ReIcKk/> Acesso em: set/2021.

18 A música já havia sido previamente divulgada com um trecho disponibilizado em seu twitter em jul. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/LilNasX/status/1281311946810068992?s=20> Acesso em: set/2021.



Figura 4 - Contracapa do álbum "Montero" de Lil Nas X (2021). Fonte: reprodução/instagram @lilnasx.

Michelangelo (figura 2), que possui relação direta à igreja católica, tendo sido pintada no teto da Capela Sistina entre os anos de 1508 e 1510, retratando uma das cenas mais proféticas e representativas da masculinidade cristã, a literal criação de Adão. A referência, substituindo os corpos da figura de Deus e Adão (brancos) por si próprio (preto e gay), despido e com uma flecha fazendo referência ao cupido do amor (essa imagem se relaciona com a narrativa da canção, que discorre sobre uma paixão entre Lil Nas X e outro homem), fez com que o artista se tornasse alvo de religiosos e religiosas, até mesmo de parlamentares – brancos – norte americanos¹⁹⁻²⁰. O uso de figuras religiosas delinea a subversão simbólica criada pelo artista neste álbum, uma vez que essas imagens são utilizadas como meios discursivos para cercear a subjetividade de corporeidades dissidentes, retirando a possibilidade de reconhecimento de tribos queers nesses contextos e, portanto, sendo tomada pelo artista em sua re-criação de Adão.

Tratando-se de seu álbum, o artista traz uma estética com fortes influências *Camp*, principalmente em seu encarte (figuras 3 e 4), buscando dialogar com o público dissidente e expor sua interpretação artística de um mundo sem aprisionamentos²¹. A estética *Camp* engloba as noções de comportamento/atitude ou interpretação que tendem ao exagero, também vistas como algo exagerado e podendo flertar com o cafona e brega. Assim, o uso do artista parte da realidade e flerta com o surrealismo, como forma de criar um mundo de possibilidades para si e para quem ele acaba por representar.

19 Disponível em: <https://observatoriodemusica.uol.com.br/noticia/senadora-americana-ataca-lil-nas-x-apos-rappe-r-combinar-feat-com-teletubbies> Acesso em set. 2021.

20 Disponível em: <https://brasil.eipais.com/cultura/2021-04-09/o-rapper-queer-de-21-anos-que-desafiou-a-extrema-direita-norte-americana-para-chegar-ao-topo-das-paradas-de-sucesso.html> Acesso em set. 2021.

21 "Na vida escondemos partes de nós mesmos, que não queremos que o mundo veja, trancamos longe, às negamos, as banimos, mas aqui não, bem-vindo a MONTERO" recita Lil Nas X no prólogo de seu clipe "MONTERO (Call Me By Your Name)" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6swmTBVI83k> Acesso em: set. 2021.



Figuras 5, 6 e 7 - Lil Nas X no red carpet dos eventos (da esquerda para direita) BET Awards 2021, VMAs 2021 e Met Gala 2021. Fonte: Vogue/Getty Images (2021).

Nesse tocante, o contato e a forma de abordagem de Lil Nas X com seu público também são um ponto de conexão que se estabelece de maneira muito íntima, seja pelas redes sociais com compartilhamentos e interações, ou mesmo em performances musicais, como a realizada no VMAs 2021²². Na performance que o artista fez no evento, ele expressa sua performatividade de maneira liberta e representa muito a dissidência que o acompanha, com uma apresentação ousada e afiada para questionar a ordem hegemônica. Isso está intrínseco nas suas vestimentas e também na condução nada normativa pela qual abordou a dança e a interação com o palco, criando um espaço orgiástico naquele instante.

Um importante âmbito de destaque na carreira de Lil Nas X têm sido suas aparições em eventos e sua expressão estética nesses espaços (figuras 5, 6 e 7). Assim como outros artistas que vem dialogando cada vez mais sobre a desconstrução de roupas com gênero, negando e rompendo a frágil noção de ‘roupa feminina e masculina’ (cabe destacar, brevemente, Billy Porter, Ezra Miller e Jaloo, como artistas que o acompanham nessa disputa), o artista se apresenta de maneira política situando-se no campo da performatividade de gêneros, fazendo de seu corpo uma teatralidade discursiva que utiliza da imagem como subjetivação e tece-as sobre um corpo-texto (Silva, 2020). A presença marcante do artista em eventos de gala arraigadas de sua subversão reforçam a multiplicidade de interações das relações de poder entre o espaço hegemônico e sua presença dissidente. Para Silva, Ornat e Junior (2019, p.66)

[...] as representações do espaço são espaços concebidos pela lógica ligada às relações dominantes de modos de produção e à ‘ordem’ que essas relações impõem e, portanto, ao conhecimento formal e aos signos e códigos racionais, como é o caso do saber moderno relacionado aos projetos urbanísticos e a cartografia formal. Já os espaços de representação, incorporam simbolismos complexos, codificados ou não, ligados à clandestinidade e à vida social furtiva.

A ideia que se constrói de um texto-corpo (SANTOS, 2018), que se inscreve na espacialidade e marca sua presença, vai de encontro a compreensão de que corpos

também são espaço. Assim, ocupar um espaço transita, antes de tudo, na condição de sujeito corporificado como um produtor se sua espacialidade, pelo ato simbólico e pela representação. Silva, Ornat e Junior (2019, p. 70) defendem que “os corpos são produtores de espaço quando reinventam e se apropriam da vida, rompendo com a lógica do ‘espaço abstrato’ constituindo o que ele [Lefebvre] chama de ‘espaço diferencial’”, assim esse corpo é produtor da diferença por meio da imaginação, de gestos e práticas que fazem frente a força da abstração e da homogeneidade espacial.

Considerações finais

Assim como vivemos em um mundo altamente midiático, onde performances de corpos hegemônicas ocupam as telas, buscamos encontrar nossa representação enquanto seres que transitam pelo espaço e que consomem essas mídias. Buscamos através deste artigo, refletir a necessidade de corporeidades dissidentes e subjetivas ocuparem o espaço midiático do pop *mainstream*, uma vez que esse reflete social e espacialmente no modo como as corporeidades semelhantes se espelham e encontram possibilidades de visualizar-se ocupando espaços de poder, assim como esse da música, seja em outras artes ou mesmo em outros âmbitos da sociedade, política e demais grupos.

O espaço enquanto um produto social, constitui-se, para além de sua materialidade, dos elementos simbólicos e das corporeidades que produzem as relações no mesmo. Portanto, ao observarmos como as masculinidades dissidentes surgem e se estabelecem ocupando seu espaço de direito na música pop *mainstream*, percebemos o fortalecimento que essa presença causa, não somente no cenário musical, mas na comunidade LGBTQIAP+ como um todo. O reconhecimento no outro possibilita a projeção de sua própria presença naquele espaço corporificado, assim, o corpo-espaço dissidente inscreve sua história e gera o aparecimento de novas ramificações diante do contexto hegemônico.

É importante salientarmos a forma efêmera pela qual a indústria musical funciona na atualidade, havendo mudanças drásticas no cenário *mainstream* e possibilitando que novos nomes ascendam na mídia, enquanto outros sejam colocados de lado. Assim, se faz necessária a vigilância constante na presença e representação dissidente nas paradas de sucesso e até mesmo em nosso consumo. O policiamento das ‘preferências’ artísticas pessoais (diversas vezes induzida pela própria indústria) também faz parte dessa manutenção das espacialidades conquistadas, e vão além de aspectos clubistas ou de ‘cotas’, caracterizando a formação e consciência de uma classe/tribo marginalizada.

Muito além de assumir sua homossexualidade, Lil Nas X proporciona com seu álbum MONTERO (e com sua trajetória artística) a abertura de espaço para corpos dissidentes ao sucesso do *mainstream*. Embora tais representações já tenham existido em outros momentos, a atualidade (assim como cada período em que nos inserimos) carece de corporeidades e de espaços simbólicos que subvertam padrões hegemônicos através de sua arte. Para o rapper Kid Cudi, em artigo para a ‘Time 100’²³ (2021) “ter um homem gay no hip-hop, fazendo suas coisas, quebrando recordes é ótimo para nós e para a excelência negra” acrescentando ainda que, para ele, na medida que o artista não possui medo em deixar as pessoas desconfortáveis expressa seu caráter “rock ‘n’ roll”.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0RiU2APCzN4> Acesso em: set. 2021.

²³ Lista anual da revista Time, que traz as pessoas mais influentes do ano. Disponível em: <https://time.com/collection/100-most-influential-people-2021/> Acesso em: set. 2021.

Portanto, o espaço que o artista conquistou, seja com o sucesso comercial que seu álbum vem fazendo, a recepção crítica das mídias especializadas²⁴, as colaborações que ele conseguiu inserir em seu trabalho²⁵ e o apoio e reconhecimento que vem recebendo de artistas já consolidados, demonstra a perspectiva de uma virada para esses corpos dissidentes, um olhar para esses que por muitos são tratados como nichos (ou como referências para demais trabalhos acessarem o sucesso – não considerando-o como uma necessidade – *mainstream*), impossibilitados de avançar ao estrelato ou ter um reconhecimento para além de suas esferas tribais.

Referências

AMARAL, Adriana R.; GOVARI, Caroline. *Dos fluxos midiáticos entre o mainstream e o underground: os encontros e desencontros de Madonna e as subculturas*. Líbero, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1213/1225> Acesso em: set/2021.

BARBOSA, Maria José S.; Chorar, verbo transitivo. *cadernos pagu*, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634637> Acesso em: jan/2024.

BIBIANO, Matheus. *Masculinidades negras em disputa: Autenticidade racial e política de respeitabilidade na representação da homossexualidade negra masculina*. Periódicos, Bahia, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/35671/21727> Acesso em: set/2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 2013.

CUDI, Kid. The 100 Most Influential People of 2021: Artists - Lil Nas X. *TIME*, 15 set. 2021. Disponível em: <https://time.com/collection/100-most-influential-people-2021/6095928/lil-nas-x-artist/> Acesso em: set/2021.

GALEANO, E. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1994.

GALLEGO CAMPOS, Fernando R. *Uma geografia do futebol amador: espaços de representação do futebol amazonense a partir do “peladão”*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2009.

HALBERSTAM, Judith. *The queer art of failure*. Durham and London: Duke University Press, 2011.

JANUÁRIO, Soraya B. *Masculinidades em (re) construção: gênero, corpo e publicidade*. Covilhã: LabCom.IFP, 2016.

²⁴ A recepção crítica pode ser avaliada a partir do site *metacritic* que reúne as avaliações das maiores e mais respeitadas revistas de música do mundo, fazendo a atribuição de uma nota para o álbum e reunindo todas as avaliações que o mesmo teve em seu lançamento. As avaliações referentes ao MONTERO encontram-se disponíveis em: <https://www.metacritic.com/music/montero/lil-nas-x>. Acesso em: set. 2021.

²⁵ Seu álbum contou com colaborações de grandes nomes da música como Elton John, Miley Cyrus, Megan Thee Stallion, Doja Cat e Jack Harlow.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MESQUITA, André L. *Insurgências poéticas: Arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*. São Paulo, USP, 2008.

N'THANDA, Oghan. O racismo na música country e como isso afetou Old Town Road de Lil Nas X. *Estilo Black*, São Paulo, 05 jul. 2020. Disponível em: <https://www.estiloblack.com.br/2020/05/o-racismo-na-musica-country-e-como-isso.html> Acesso em: set/2021.

PINTO, R. M. L. *Subversão, performance e mainstream: a representação de gêneros nos vídeos de Lady Gaga*. IV Encontro Nacional de Estudos da Imagem/ I Encontro Internacional de Estudos da Imagem Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Rafael%20Mendonca%20Lisita%20Pinto.pdf> Acesso em: set/2021.

RODRIGUES, Walter H. de S. Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano: Um estudo acerca da objetificação do corpo do homem negro. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/download/9281/6949>. Acesso em: jan/2024.

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. *Perceber o (in)visível: dimensões sensíveis de um corpo na arquitetura*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 135 p.

SARDÁ VIEIRA, Marcos. Corpos dissidentes em associação e reconhecimento. *RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, Sevilla, 2020. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/relies/article/view/4952> Acesso em: jan/2024.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, [S.l.], v. 3, n. 41, p. 63-77, jul. 2019. ISSN 2176-5774. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6404>. Acesso em: out/2021.

SILVA, Robson G. Corpo, masculinidade, moda e biopolítica: apontamentos para uma genealogia da saia. *Periódicos*, Bahia, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/35693/21733> Acesso em: set/2021.

SOJA, Edward W. Tercer espacio: extendiendo el alcance de la imaginación geográfica. In: BENACH, Nuria; ALBET, Abel (Org.) *Edward W. Soja: la perspectiva postmoderna de un geógrafo radical*. Barcelona: Icaria Editorial, 2010. P. 181-209. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112011000100011 Acesso em: jan/2024.

VECCHIA, L. C. D.; FERREIRINHO, G. C. O que é necessário para ser uma Drag Queen de sucesso? Negociações performáticas e estéticas entre corpos desviantes e o público mainstream. *Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3925> Acesso em: set/2021.

OCUPAÇÃO URBANA

Uma experiência de resistência coletiva movidada pelo *afecto*

URBAN SQUATTING
An experience of collective resistance fueled by affect

Bárbara de Bárbara Hypolito¹

Resumo

A reflexão proposta neste artigo aborda o fenômeno das ocupações urbanas como formas de resistência às políticas neoliberais e à lógica capitalista de produção de espaços e de propriedades de forma desigual nas cidades. A presença das ocupas, nesse contexto de contemporaneidade, evidencia a necessidade de uma forma de fazer política que parte da base social e busca a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões sobre suas próprias vidas e cidades. Seus agentes operam micropolíticas ativas ao se apropriarem dos espaços da cidade para expressar suas demandas sociais e urbanas, reativando arquiteturas e territórios abandonados, deflagrando a miséria e o problema habitacional no Brasil. Seus ocupantes são corpos políticos que apostam na coletividade e nos *afectos* produzidos no encontro entre multiplicidades, diferenças e singularidades para afirmar outros modos possíveis de se viver em sociedade, fazer política, usar e produzir o território urbano.

Palavras-chave: ocupação urbana, reativação, território urbano, coletividade.

Abstract

The reflection proposed in this article addresses the phenomenon of urban squatting as forms of resistance to neoliberal policies and the capitalist logic of producing spaces and properties in an unequal way in cities. The presence of urban squattings in this contemporary context highlights the need for a form of politics that starts from the social base and seeks the effective participation of citizens in decision-making about their own lives and cities. Their agents operate active micropolitics by appropriating the spaces of the city to express their social and urban demands, reactivating abandoned architectures and territories, and exposing the misery and housing problem in Brazil. They are political bodies that bet on collectivity and the affects produced in the encounter between multiplicity, difference and singularity to affirm other possible ways of living in society, doing politics, using, and producing urban territory.

Keywords: urban squatting, reactivation, urban territory, collectivity.

Introdução

Este artigo investe numa reflexão acerca do fenômeno das ocupações urbanas, especialmente no contexto brasileiro, de forma ampla. O material é fruto da pesquisa, de caráter investigativo e cartográfico, desenvolvida a partir de 2017 no doutorado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), que discute algumas relações possíveis entre corpos em coletivos, ações micropolíticas ativas de ruptura e produção de modos de subjetivação anti-capitalísticos no contexto de produção capitalística e neoliberal do território urbano. A tese faz uma defesa à insurgência de uma cidade da diferença² produzida por *afectos* e processos de territorialização através da presença das ocupações urbanas no território formal das cidades.

O termo ocupação pode expressar tanto a posse ou o estabelecimento de/em um lugar, espaço e território, quanto a realização de uma atividade. De todas as formas indica uma prática de territorialização de movimento dos territórios formais e pré-estabelecidos, implica uma ação corpórea em um espaço-tempo, quer seja contínua ou temporária, dinâmica ou estacionária, coletiva ou individual. Ocupações urbanas se referem às distintas formas de ocupar a cidade, às táticas de apropriação de seus espaços e arquiteturas, designando desvios ou obediências.

Quando obedientes ou “ocupações disciplinadas” (RESENDE; ROCHA, 2019) podem ser expressas pelas práticas que, mesmo ao promoverem usos diferenciados nos espaços da cidade, seguem a ordem obedecendo a organização e o monitoramento dos agentes de gestão e controle sobre o território urbano. São os eventos culturais, gastronômicos, religiosos, comemorativos, feiras e atividades artísticas, alguns trabalhadores informais e ambulantes, entre outros, que promovem usos atípicos no território e podem até mesmo operar processos de territorialização temporários, movimentando o território estabelecido, mas são autorizados para tal. Portanto, dependem de autorização antecipada para a realização das atividades. No caso de feiras e eventos gratuitos, fazem uso do espaço público estabelecendo certos zoneamentos, promovem a integração, agregam públicos variados e, por vezes, são atividades que se prestam a visitas turísticas e de fomento à economia e à cultura local. Quando são eventos pagos e delimitados, criam setorizações que dividem o espaço comum, público, conformando-o em espaço privado, exclusivo aos pagantes, através de barreiras físicas e seguranças. Nesses casos, operam um tipo de hierarquização sobre o território ocupado que seleciona a permissão ou o impedimento ao acesso.

Ocupações “desviantes” (RESENDE; ROCHA, 2019) se referem às formas de ocupar os espaços da cidade que tentam escapar das normativas e do controle espacial promovidos pela lógica neoliberal capitalista e suas agências de poder. Seus agentes mobilizam coletivos e movimentos sociais que, através de usos e eventos urbanos inesperados e transgressores, promovem táticas de apropriação autênticas sobre o território conformado. Na promoção de situações urbanas inventivas acionam as tensões sociais denunciando as desigualdades sociais, a política, o déficit habitacional, o desemprego, a fome, as diversas formas de violência social e as precárias condições de vida urbana. Seus atores não aceitam passivamente as formas aprisionadoras

² A ideia da insurgência de uma cidade da diferença por meio da presença das ocupações urbanas se refere à forma como o modo de ocupação e as ações empreendidas pelas ocupas, no contexto da cidade formal, fazem ver outras possibilidades de produzir e compartilhar o território urbano. A cidade da diferença se relaciona à promoção da cidade como um espaço inclusivo, possível de experimentação e de criação de novas formas de vida, onde as diferenças e as singularidades convivem e são respeitadas. E onde o território urbano é compreendido como um arranjo dinâmico e processual, nunca acabado, mas um campo rico e potente em constante disputa e por meio do qual também se espacializam lutas e subjetividades emancipadoras e libertárias que necessitam ser consideradas nas práticas do fazer urbano.

¹ Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPEL, 2015) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB/UFPEL, 2012).

hegemônicas, que tanto definem territórios quanto subjetividades e modos de ser e, por meio de práticas espaciais desviantes operam pequenas rupturas movimentando o território e os consensos estabelecidos. O modo como constituem seus agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 2012[1980]) engendra multiplicidades de vozes, corpos e subjetividades singulares enunciando outras formas de produção, de interação e de leitura do/com o território urbano. E, ao desencadear usos e modos de apropriação outros, desestabilizando o território hierarquizado e conformado, espacializam suas lutas sobre o território urbano e por meio dele, acionando processos de territorialização e modos de subjetivação contra-hegemônicos.

Com iniciativas sociais afins, ao ocupar os espaços da cidade, seja a rua, os largos, os viadutos públicos, as praças, os terrenos vazios e/ou os edifícios ociosos, seus agentes se fazem da tomada dos territórios da cidade como um meio de luta e protesto. Através de uma espacialização que se faz coletiva, em grandes ou pequenas multidões, potencializam suas vozes a fim de dar visibilidade ao que lhes é comum, suas demandas sociais e urbanas frente à macropolítica³, à sociedade civil e seus governantes. São corpos políticos, afetados e movidos pelo desejo comum de justiça social, democracia e direitos igualitários à cidade e às políticas públicas de todas as ordens. Corpos que, dispostos aos conflitos que sabem que acionam e enfrentam, apostam na coletividade e nos *afectos* (ESPINOZA, 2007[1677]) produzidos no encontro entre multiplicidades, diferenças e singularidades para afirmar outros modos possíveis de se viver em sociedade e de usar e produzir as cidades, frente à racionalidade e às desigualdades impostas pelo vigente regime neoliberal “colonial-racializante-capitalista”, em sua versão contemporânea financeirizada e globalitária (ROLNIK, 2018, p. 29).

Tal como acontece na ocupação temporária de praças e espaços públicos, a ação - de maior permanência - dos posseiros em terras ociosas, nos assentamentos informais e na tomada de edifícios abandonados simbolizam não apenas uma forma coletiva de resistência baseada no compartilhamento coletivo, mas de ação política marcada por processos de territorialização que prefiguram modos de vida e subjetividades contra o regime exploratório capitalista e neoliberal.

A prática engendrada pela ocupação de arquiteturas ociosas da cidade manifesta uma forma única de ação, e protesto, que se desdobra no debate acerca da possibilidade de outros modos de organizar a sociedade, de planejar o espaço urbano e de desafiar uma das principais instituições da sociedade capitalista, a propriedade privada. Evidentemente que, uma ocupação definida simplesmente como “morar ou usar uma habitação sem o consentimento do proprietário – ocorre em diversas circunstâncias [...] e, mesmo que ocorra com a intenção de uso a longo prazo, não é necessariamente transformadora das relações sociais” (PRUIJT, 2013, p. 2). Muitas formas de ocupação, como a dos moradores em situação de rua que ocupam e fazem da rua e dos espaços

³ A macropolítica e a micropolítica são duas dimensões importantes com relação ao modo de formação e organização social, de gestão e fazer político. Elas coexistentes na sociedade e estão sempre em tensão, visto que se referem também às formas de relações de poder e à produção de subjetividade. A macropolítica aponta, especialmente, às grandes estruturas e instituições que organizam a sociedade de forma ampla, como o Estado, o capital, a religião e a família. A macropolítica é responsável pela produção de subjetividades normativas, ou seja, ela indica uma forma de ser, pensar, agir e se relacionar com o mundo que segue os padrões, os valores e as normas hegemônicas; que tenta controlar e homogeneizar modos de vida e subjetividades. A micropolítica, por outro lado, trata das relações cotidianas, que se estabelecem uns com os outros, no fazer e agir do dia-a-dia, uma construção singular que valoriza as coletividades, os conflitos e as diferenças. A micropolítica se refere ao campo das intensidades, dos afetos, das multiplicidades e das singularidades, conformando espaços e relações capazes de potencializar a criação de novas formas de ser, viver e se relacionar com o mundo e com os outros. É na dimensão da micropolítica, segundo Rolnik (2018), que está a potência para a criação de novas subjetividades, mais libertadoras e emancipatórias, contra as estruturas de poder dominantes.

vazios da cidade seus lugares de morada, não estão vinculados, a priori, à movimentos sociais transformadores.

O que difere uma ocupação urbana, com relação aos seus aspectos revolucionários e micropolíticos, são, por exemplo, as operações sociopolíticas e culturais em que seus agentes se aderem e se engajam através dos movimentos sociais e radicais mais amplos aos quais fazem parte. O caráter transformador e de ação micropolítica ativa (ROLNIK, 2018) passa a se dar no engajamento pela construção de redes com outros movimentos urbanos, ambientais, culturais, políticos e/ou sociais, a partir das quais ganham força coletiva para as exigências frente ao Estado e seus agentes macropolíticos. Também se refere ao caráter micropolítico ativo o campo de forças que as ocupações movem através do modo como se organizam e a forma como desenvolvem suas atividades cotidianas de vida e luta, baseadas na relação comunitária e coletiva, empreendendo fazeres, produzindo eventos, acontecimentos e relações, onde o *afecto* é um dos instrumentos para o bem viver, o trato com os conflitos e as diferenças. Assim como, a forma como propõem uma descolonização dos saberes e fazeres impostos, a partir da ativação de políticas do desejo (ROLNIK, 2018) – que engendram modos de subjetivação - emancipadoras e mobilizadoras, afirmando seus diferentes modos de vida em desafio às normas e às instituições vigentes.

As ocupações urbanas às quais esse artigo debruça uma pequena análise correspondem a iniciativas do corpo social, em especial dos sem-terra e dos sem-teto, em ocupar terrenos e edificações vazios ou abandonados na cidade, constituindo espaços coletivos de moradia. A forma como se apropriam das arquiteturas ociosas reativando seus territórios e sua função social passam a ser entendidos como processos de territorialização (DELEUZE, GUATTARI, 1997[1980]; HAESBAERT, 2019) na cidade onde prevalecem a cultura popular, a produção de saberes locais e a experiência do convívio entre diferentes, através da vida cotidiana fortificada por eventos, debates e união. E, assim, seus agentes e moradores protagonizam a criação coletiva de uma realidade mais justa e digna, sob um teto. Suas ações não se restringem às benfeitorias executadas nas edificações, ou às atividades “familiares” desenvolvidas em conjunto no interior das moradias, mas se estendem às diversas práticas coletivas que desenvolvem com a vizinhança, aos eventos com as comunidades, às atividades e feiras de economia criativa, aos cursos de formação e profissionalização, entre outros. Dessa maneira, os moradores das ocupas⁴ fazem mais do que apenas morar, eles qualificam os espaços ocupados, reativam a função social da propriedade, potencializam o debate habitacional no país, criam redes de discussão e apoio, participam na construção de políticas públicas e criam alternativas contra as políticas de exclusão e desigualdade, a fim de garantir o direito e o acesso a uma cidade possível para todos.

Durante o processo de doutoramento, investiu-se numa cartografia que mapeou algumas ocupações urbanas⁵ pelas cidades por onde a pesquisadora passou, especialmente Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) e Pelotas (RS). Os encontros estabelecidos com os espaços e os agentes das ocupas, em conjunto com uma longa pesquisa em diversas fontes (bibliográfica, audiovisual, palestras, seminários, conferências e entrevistas) indicaram que, apesar dos diferentes contextos urbanos em que se inserem e das inúmeras diferenças entre si (com relação ao tipo de habitação, à peculiaridade das

⁴ A escrita utilizará o termo 'ocupas' como sinônimo às ocupações urbanas que fazem dos espaços ocupados na cidade lugares de moradia coletiva.

⁵ São exemplos das ocupações urbanas com as quais a cartografia estabeleceu encontros: em Porto Alegre/RS – Assentamento 20 de Novembro, Centro de Referência Afro-indígena Baronesa, Ocupação Kaliça, Casa de Referência Mulheres Mirabal, Ksa Rosa e o Assentamento Urbano Utopia e Luta; em São Paulo/SP - Ocupação 9 de Julho; e em Pelotas/RS - Okupa 171 e a Ocupação Kilombo Urbano Canto de Conexão.

temáticas sociais específicas envolvidas em cada ocupa, ao modo de gerir os espaços, entre outros aspectos), há proximidades acerca do modo como as ocupas operam *sobre e no* território urbano, como se organizam em coletividades, o que fazem ver acerca da cidade formal e neoliberal, e como acionam modos de subjetivação contra hegemônicos nessa contemporaneidade.

O principal traço comum evidenciado entre elas é o da luta em coletividade por moradia digna, pelo direito de uso e acesso à cidade, pelo reconhecimento das ações sociais que desempenham, dos seus diferentes modos de viver, da contribuição na construção do território urbano e da luta por políticas públicas inclusivas e igualitárias.

Verificou-se também que, apesar de, à primeira vista, o fenômeno das ocupas no Brasil possa ser relacionado à problemática urbana das grandes cidades, atentando à história e refletindo sobre as ligações que estabelecem com outros movimentos sociais e suas dimensões internacionais, percebe-se que não se trata de um fenômeno tão marginal e local. Impulsionados pela falta de acesso à moradia adequada e pela articulação com movimentos nacionais e internacionais de luta pela terra e pela moradia, em pequenas e médias cidades as ocupações de imóveis e terrenos ociosos também se alastram.

Assim que, no Brasil, o movimento empreendido pelos grupos e coletivos envolvidos nas ocupas tem engendrado uma luta, através da ocupação de espaços e arquiteturas abandonadas nas cidades, por direitos sociais historicamente negados à população marginalizada. Uma forma de luta urbana que reúne pessoas de várias origens e classes sociais e que vislumbra reverter a exclusão social, a participação efetiva na gestão dos espaços urbanos, a igualdade de direitos e a construção de novas formas de viver e conviver nas cidades por meio da produção de territórios urbanos inclusivos. Tal movimento fomenta o debate sobre a reestruturação dos arranjos de propriedade e de produção do território urbano nas cidades. E, por meio de um engajamento coletivo, buscam mecanismos alternativos para garantir que o exercício de direitos das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social sejam respeitados, como o direito à moradia, à saúde, à educação, à segurança e à participação na vida política.

Num geral, as ocupas ocorrem por iniciativas espontâneas de pequenos grupos ou por meio de movimentos sociais organizados de luta pela moradia e melhores condições de vida, que ganharam força no Brasil, especialmente, a partir dos anos 80. Os movimentos sociais impulsionados pelos trabalhadores organizados, pós-ditadura, fomentaram o surgimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores - 1980) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - 1984) que travaram diversas lutas e debates políticos acerca dos direitos dos trabalhadores, do direito à terra e dos movimentos sociais urbanos, como o caso da moradia. A experiência do movimento de ativismo político e social desenvolvido pelo MST - em sua forma de organização na luta por reforma agrária através de ocupações de espaços públicos e as dinâmicas nos acampamentos - contribuiu para o surgimento do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - 1997).

Como um desdobramento do MST, o MTST através de grandes ocupações de terrenos ociosos, em diversas cidades do país, tem buscado, nesses 27 anos de atuação, criar uma integração entre a luta pelo direito à moradia e a luta por infraestrutura e serviços às periferias urbanas (BOULOS, 2012), e é, ainda hoje, o maior movimento organizado de luta pela moradia no Brasil. No entanto, por suas táticas de combate ao capital imobiliário – e seus fortes agentes de poder - e ao Estado, o movimento sofre violenta repressão, o que resulta na falta de diálogo ou de concessões com o governo e despejos forçados de milhares de famílias assentadas ilegalmente.

Em 2007, surge a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos numa iniciativa de reunir diversos movimentos populares de luta por direitos sociais e reforma urbana da América Latina. A frente tem mobilizado diversas ações, jornadas de discussão e atos públicos junto com associações comunitárias contra a precarização da vida urbana e os despejos, reivindicando políticas públicas para a habitação popular.

A partir de 2013 e as manifestações daquele Junho, que encenaram uma “contestação muito clara do modos operandi excludente da política urbana brasileira, [...] que jamais ofereceu qualidade urbanística para todos” (ROLNIK, R. 2022), se desencadeou uma série de ocupações pelo país, especialmente nas capitais, pressionando o poder público e disputando o território com o mercado imobiliário através de um processo de organização comunitária, coletiva e popular. Como uma resposta à lógica segregadora de produzir cidade imposta pelo capital e seus agentes de dominação, a proposta de resistência coletiva movida pelas Ocupas aponta para uma forma de uso e de organização do território pautados em interesses comuns a uma maioria da população e comumente desassistida pelas políticas públicas. São, pois, movimentos sociais que protagonizam, e autogestionam, projetos coletivos de reforma ou de requalificação de imóveis abandonados e ociosos possibilitando a habitabilidade e/ou a construção de casas e espaços de convivência em terrenos vazios.

A pesquisa indicou que a experiência de uma ocupação parte primeiro de uma ação de desobediência civil e social. Coletivamente, desobedecem à passividade social e difusa e à obediência voluntária, promovendo transformações contra o conformismo generalizado, a submissão e os consensos estabelecidos por meio da transgressão e da resistência que, por vezes, também se manifesta pela rebelião e pelo conflito. Desobedecer no sentido de dar forma a uma própria liberdade, de obedecer a si próprio, como “uma declaração de humanidade” (GROS, 2018, p. 9). Assim, desobedecem aos territórios conformados da cidade desviando de seus usos prévios. Ocupam a cidade forjando espaços coletivos libertários onde diferentes vidas, práticas de contracultura e de ação política convivem, ativismos e militâncias dialogam e, através de uma rede de encontros e relações de cooperação constitutivas, fortes laços de solidariedade são construídos. No processo, o espaço ocupado passa a ser utilizado como um espaço experimental de auto-organização, de gestão cooperativa e de empoderamento coletivo. E ainda, como espaços de afirmação de arranjos de vida coletiva possíveis frente ao modelo sócio urbano que tanto rege quanto produz as diferentes formas de marginalização, desigualdade e exclusão social nos territórios das cidades.

Coletivamente também ganham força nas ações de mobilização, no enfrentamento com as máquinas de poder do Estado e das elites, nas ações de despejo e realocações, nas negociações e nas conquistas, por vezes, adquiridas. Ao se unirem a outros movimentos e coletivos compartilham experiências e criam outras formas de relações sociais, políticas e afetivas. Nesse intercâmbio, a luta urbana e o direito à moradia se misturam a outras lutas e movimentos sociais de gênero, raça, estudantil, ecológico, feminista, indígena, entre outros. O MNPR (Movimento Nacional da População de Rua) e o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) são exemplos dos diversos movimentos sociais e políticos de luta por direitos e inclusão sociais no país que visam barrar as políticas de austeridade e exclusão, pressionando os governantes por reformas estruturais, tais como, a tributária, a urbana e a agrária.

As ações empreendidas pelas ocupas evidenciam a necessidade de uma forma de fazer política que parte da base social e busca a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões sobre suas próprias vidas e cidades. Elas se caracterizam por uma abordagem local, que parte da realidade imediata e dos problemas concretos vividos pelas pessoas no seu cotidiano, buscando soluções alternativas para suas necessidades. Um tipo de ação política que se preocupa, acima de tudo, com as

necessidades e os direitos das pessoas e que visa garantir a igualdade entre todos.

Trata-se de uma luta que se faz *sobre e a partir do* território urbano, evidenciando seu caráter processual. O território, assim como a realidade, não é algo dado, concreto e estático, ele se faz continuamente por processos de [des][re]territorializações, num agenciamento territorial de corpos, subjetividades, espaços, ações, materialidades e discursos, em constante disputa e negociação entre diferentes agentes e relações de poder. Nesse sentido, o território passa a ser compreendido como “produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 [1980], p. 105), e cujas funções exercidas nele se territorializam na medida em que são agenciadas, se organizam e tomam forma. Um território não é representação, mas produção, um agenciamento de processos políticos, éticos e estéticos. Tratando sobre o território urbano, das cidades, fica evidente o seu processo coletivo de produção e reinvenção. Segundo Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade é um direito comum que não diz respeito “à liberdade individual de acesso a recursos urbanos”, mas ao “exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização”. Nesse sentido, pode-se dizer que as ocupas sejam formas espacializadas de luta urbana, resultantes de processos de territorialização. E, que, ao tomarem o território, movimentando-o, desafiam as estruturas estabelecidas afirmando a coexistência das diferenças e contribuindo na produção do território urbano.

Ao criarem espacialidades e promoverem processos de territorialização as ocupas movimentam forças que ajudam a movimentar e reinterpretar os territórios instituídos, produzindo novas realidades e novos modos de subjetivação. A micropolítica empreendida pelas ocupas visa a construção de uma realidade de inclusão, autonomia e cidadania, que se manifesta no protagonismo dos ocupantes ao empreenderem suas atividades cotidianas, como o cuidado do espaço, o cuidado com o outro, a criação de projetos sociais, eventos e acontecimentos. Estas ações visam criar e fortalecer os laços de comunidade, promovendo, assim, um modo de morar, cuidar e existir que respeita e valoriza a diversidade. Nesse sentido, a micropolítica urbana operada pelas ocupas contribui na construção de um contexto social de maior igualdade, solidariedade e justiça social possibilitando um terreno fértil à composição de subjetividades mais libertárias.

Por meio de um modo diferente de conviver, de usar e habitar os espaços urbanos que as ocupas empreendem, seus agentes intentam transformar o ambiente urbano e recriar suas experiências na e com a cidade, desenvolvendo outras formas de viver e interagir com o território urbano que vão além do ato de resistência, mas criam possibilidades de [re]existir em meio à conjuntura social, política e econômica brasileira. Elas questionam a lógica capitalista de produção de espaços e de propriedades de forma desigual, expressando uma forma singular de resistência às políticas neoliberais de desregulamentação e privatização, que resultam em exclusão social e aumento das desigualdades. E, assim, confrontam o sistema vigente da cidade formal, contradizendo os códigos e as leis impostos pela racionalidade neoliberal e financeirizada que impera no contexto atual da produção urbana. São, pois, um desafio ao sistema neoliberal vigente.

A relação entre as ocupas e o direito à moradia no contexto brasileiro é complexa e multifacetada. A falta de moradia acessível e adequada coloca milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade e de isolamento social, que passam a buscar soluções alternativas para tentar suprir suas carências. Nesse contexto, as ocupas surgem como uma resposta possível às populações pobres no enfrentamento à falta de políticas públicas de habitação eficazes e à falta de acesso ao mercado imobiliário. No entanto,

a ocupação de áreas urbanas sem autorização pública é considerada uma ação ilegal⁶, o que deixa seus ocupantes sujeitos a despejos forçados e a violências de todos os tipos por parte das autoridades.

O direito à moradia expressa um direito à vida

O Direito à moradia adequada se tornou um direito humano universal e fundamental para a vida a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷ (DUDH) organizada pela ONU em 1948, e vai além do direito a um teto. O direito à moradia se refere ao direito em residir em um local com condições de ocupação estável seja urbana ou rural, sem ameaças de remoção; com acesso a serviços e bens públicos e infraestrutura elétrica, hidrossanitária e coleta de lixo; com acesso a serviços de saúde, escolas, creches, lazer e transporte público; em moradias com custo acessível mediante a concessão de subsídios ou a condições de financiamento compatíveis com o nível de renda das famílias; com condições adequadas ao fim habitacional (dimensões compatíveis à família, isento de riscos estruturais, climáticos e outras ameaças à saúde); e construídas com materiais, estruturas e disposição espacial que viabilizem a expressão da identidade cultural e a diversidade dos seus habitantes.

O artigo 25, parágrafo 1º do DUDH diz que: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.” Apesar de serem direitos humanos universais, ainda são os principais desafios urbanos enfrentado em diversas partes do mundo, a garantia do básico e do fundamental à vida.

Na Constituição Brasileira (BRASIL, 2016), segundo o artigo 6º, todo cidadão tem direito à moradia digna, e isso é de responsabilidade do Estado, através de subsídios ou de forma gratuita. No entanto, o mercado habitacional, historicamente elitizado no país, segue a lógica capitalista neoliberal que transforma tudo em mercadoria⁸ independente da realidade das demandas sociais locais, e vê na moradia um excelente objeto de valor de troca, para o capital, os donos de terras, os especuladores imobiliários e as grandes construtoras. Se conforma um quadro de mercantilização do direito habitacional onde alguns segmentos sociais, classes alta e média, encontram créditos e financiamentos compatíveis às suas realidades enquanto às classes mais pobres restam os aluguéis, os loteamentos clandestinos e as ocupações informais nas periferias ou nas sobras do tecido urbano das cidades.

6 A ilegalidade das ocupações discorre sobre o fato de violarem o direito à propriedade privada (artigo 5, inciso XXII) e o direito ao meio ambiente (artigo 225), da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

7 DUDH - Fonte disponível em: <<https://www.unicef.org>> Acesso em set/2020.

8 A transformação dos direitos civis em mercadoria também ocorre noutros campos como os da educação e da saúde, serviços públicos que, por lei, deveriam ser garantidos, mas cujos recursos federais são cada vez mais reduzidos por cortes e emendas constitucionais que alteram a Constituição. Em 2016, durante o governo federal de Michel Temer, foi aprovada a PEC 241 (Câmara de Deputados) e a Emenda Constitucional n.º 95 que culminou com a alteração da Constituição a fim de instituir um Novo Regime Fiscal. A Emenda congelou os gastos públicos em educação, saúde e assistência social por 20 anos, como forma de tentar reduzir as despesas públicas e evitar o aumento da dívida pública do país. Essa medida político-econômica afeta diretamente a população de baixa renda, além de contribuir para o colapso sanitário enfrentado pelo SUS e pelas instituições de ensino público durante a pandemia. Serviços públicos cada vez mais sucateados abrindo espaço às privatizações – planos de saúde, instituições de ensino privadas – que favorece as classes mais ricas, aprofunda a concentração de renda e as desigualdades sociais.

E assim, o Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de Índia, África e México. O quadro do problema do déficit habitacional⁹ se refere tanto à população sem casa quanto àquela que vive em domicílios em situação de inadequação com relação à estrutura, oferecimento de serviços, coleta e infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto), coabitação e domicílios com elevado custo de aluguel (correspondente a mais de 30% da renda familiar). Em 2021, o relatório¹⁰ desenvolvido pela Fundação João Pinheiro divulgou que o déficit habitacional no Brasil era de 5,876 milhões de moradias (8% dos domicílios do país) e cerca de 24,8 milhões de residências (18,6% dos domicílios do país) apresentavam algum tipo de inadequação. Isso quer dizer que aproximadamente 1/5 da população (cerca de 45 milhões de pessoas) vive em condições precárias de moradia. A porcentagem da população negra e parda e as mulheres responsáveis pelo domicílio, correspondem ao maior número de pessoas atingidas pelo déficit habitacional no Brasil, segundo o relatório. Os dados coletados não englobaram o período da pandemia, ou seja, já estão desatualizados, no entanto, o quadro não apresenta melhoras e se reflete também na maioria dos países da América Latina e Caribe há décadas.

Apesar de existirem algumas iniciativas em andamento que visam garantir o acesso à moradia adequada para as famílias brasileiras, o direito à moradia ainda não é plenamente assegurado. Entre elas, estão programas de reforma e urbanização de favelas, programas de crédito habitacional¹¹ e políticas de regularização fundiária. Tais iniciativas poderiam reduzir o número de ocupações urbanas ilegais e garantir o acesso à habitação adequada para os milhares de sem teto no país. No entanto, as medidas são ineficientes, pois não conseguem atender à demanda existente em virtude do crescente empobrecimento da população; dos milhares de desabrigados anualmente por catástrofes naturais ou pela impossibilidade de arcar com aluguéis; a teórica falta de recursos públicos e a dificuldade de acesso a crédito para financiar a compra de imóveis. Fatores e números que só tendem a crescer pelos impactos gerados com a crise da pandemia do Covid-19 (2019-2021). Além disso, as leis de zoneamento e a burocracia envolvida nos processos de aquisição de terrenos também contribuem para a ineficácia dos programas. Em suma, morar e viver de forma digna parece, pois, um privilégio de poucos no Brasil.

Aproximadamente 45 milhões de brasileiros, ou seja, um quinto da população vive em condições de precariedade relativas a 'inadequações habitacionais. As inadequações se referem à inexistência de banheiro exclusivo da casa/família, paredes de fechamento externo erguidas com materiais não duráveis, excessivo adensamento de moradores, ausência de documentação de propriedade e excessivo ônus com aluguel¹². Sobre a população desabrigada, os últimos levantamentos realizados pelo IPEA¹³ indicam

9 Os dados utilizados aqui sobre o déficit habitacional no Brasil foram coletados das seguintes fontes: Fundação João Pinheiro (Fonte disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>); IBGE (Fonte disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>); IPEA (Fonte disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>) e Habitat para Humanidade Brasil (Fonte disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br/>> Acesso em jan/2021).

10 Cartilha "DEFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORADIAS NO BRASIL: Principais resultados para o período de 2016 a 2019". Fonte disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenD RYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>> Acesso em jan/2021.

11 Alguns dos programas de habitação para pessoas de baixa renda no Brasil mais conhecidos são: Programa Minha Casa Minha Vida, Programa de Habitação de Interesse Social, Programa de Habitação Popular, Programa Nacional de Habitação Rural, Programa de Habitação para o Trabalhador, Programa de Habitação para a Juventude, Aluguel Social, entre outros. Estes programas fornecem financiamentos, subsídios, construção de novas moradias e melhorias das áreas já existentes.

12 Os dados se referem à pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE em 2020, baseada em dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019. Fonte disponível em: <<https://rehabitare.direito.ufmg.br/?p=3195>> Acesso em dez/2021.

13 Fonte disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457->

cerca de 281 mil pessoas em situação de rua, no ano de 2022. Outro dado importante é sobre o número de famílias ameaçadas de despejo no ano de 2022, que superou 230 mil atingindo mais de 1 milhão de pessoas, na maioria mulheres negras (60%). Os principais motivos para as ordens de despejo, segundo o Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia Despejo Zero¹⁴, são: reintegração de posse/violação da posse ou propriedade do autor do processo, impacto de obras públicas e por se encontrarem em área de proteção ambiental.

Soma-se aos aspectos relativos ao déficit habitacional e à inadequação das moradias brasileiras o adensamento excessivo, tanto no interior das residências quanto na distribuição das edificações nos lotes em que se encontram, especialmente nas favelas e vilas localizadas em áreas periféricas das grandes e médias cidades. São áreas comumente carentes de serviços básicos, equipamentos e infraestrutura urbana, e o adensamento excessivo além de acarretar sobrecarga da infraestrutura, quando existente, resulta em pouca ventilação no interior dos imóveis, insalubridade e falta de privacidade. A situação de insegurança jurídica é outro fator que dificulta a melhoria das condições de vida e das residências, sem a titularidade formal de suas moradias os moradores não têm acesso a financiamentos para reformas ou à venda de seus imóveis, forçando-os a realizar as adequações necessárias com seus próprios e escassos recursos. A fim de acomodar o crescimento familiar, são comuns os improvisos construtivos, que nem sempre atendem aos padrões de habitabilidade, tais como: a ampliação vertical com a construção de andares adicionais sobre a estrutura existente, utilizando os materiais disponíveis no local como tijolos, madeira ou metal; a divisão dos espaços internos, onde uma única unidade habitacional é dividida em compartimentos menores para criar espaços individuais aos membros da família, por meio de paredes ou divisórias improvisadas; a construção de anexos nos terrenos adjacentes à moradia original; a ocupação de espaços compartilhados como quintais ou áreas comuns adaptados e divididos para criar novos ambientes; e o uso multifuncional dos espaços, por exemplo, uma sala de estar que pode ser utilizada como quarto à noite.

O adensamento populacional exacerbado, combinado com a inadequação de moradias, contribui para o déficit habitacional no Brasil e reflete a realidade de desigualdade socioespacial profunda em que o país se encontra. À medida em que a população cresce e empobrece, e a demanda por moradias aumenta, muitas famílias se veem obrigadas a viver em espaços superlotados, precários e insalubres. Isso quando conseguem "morar". Segundo o Habitat Brasil¹⁵ mais de 30 milhões de pessoas (em torno de 6 milhões de famílias) não têm casa para morar no Brasil, isso equivale à 14,2% da população, dessas, 87% vivem no meio urbano. As cidades brasileiras contam com uma das maiores taxas de desigualdade social do mundo, com o valor do m² mais caro da América Latina e onde cerca de 50 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza¹⁶. São milhões de brasileiros vivendo em moradias em condições

populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil> Acesso em mar/2023.

14 Fonte disponível em: <<https://mapa.despejozero.org.br/>> Acesso em mar/2023.

15 Habitat para a Humanidade Brasil é uma organização global não governamental, sem fins lucrativos, que tem como causa a promoção da moradia como um direito humano fundamental. Atua no Brasil há 25 anos, já desenvolveu projetos em 11 estados e possibilitou moradia para mais de 87 mil pessoas. Em 2016 foi eleita como uma das 100 Melhores ONGs do Brasil. As informações apresentadas na matéria têm dados da Fundação João Pinheiro 2015 (MG); Estudo "Demanda Futura por Moradia" - Universidade Federal Fluminense/Secretaria Nacional de Habitação; PNAD 2015; Ministério da Saúde; e IBGE (Censo Demográfico de 2010). Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br/impacto/nossa-cao/>> Acesso em: set/2022.

16 O último estudo "Mapa da Nova Pobreza" - desenvolvido pelo FGV Social (da Fundação Getúlio Vargas), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - anunciou que o número de pessoas em situação de pobreza atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021 (29,6% da população total do país). Destes, 17,9 milhões (8,4% da população) estavam em situação de extrema pobreza. Fonte disponível em: <<https://>

precárias para a sobrevivência feitas com materiais não duráveis e/ou improvisados (8% dos domicílios brasileiros); casas construídas em áreas de risco ou dividindo um pequeno espaço com um número excessivo de pessoas. A pesquisa estima que cerca de 34 milhões de moradias (49,2%) não têm acesso ao saneamento básico, e outras 9,6 milhões de casas – em torno de 48 milhões de brasileiros - não têm acesso à água potável. A situação tende a se agravar em virtude da aprovação, em 2020, do Novo marco do Saneamento que estimula as parcerias público-privadas e a privatização deste direito humano, dificultando ainda mais o acesso à água e ao saneamento.

Um paradoxo, visto que, outro dado importante que a pesquisa revelou é a de que existe no país cerca de 6,5 milhões de imóveis vagos em áreas urbanas, do total, 87% estão em condições de serem ocupados. “Ao contrário do que parece, não faltam casas no Brasil. Há mais casas do que famílias para morar nelas” (BOULOS, 2012, p.16). Ao compararmos o número de famílias desabrigadas (6 milhões) com o número de domicílios desocupados (6,5 milhões de unidades), levantados pelo Habitat, é possível supor que o estoque de imóveis vagos poderia ser capaz de solucionar o déficit habitacional no país, praticamente sem a construção de novas unidades.

O levantamento realizado em 2015 pelo Movimento Nacional de População em Situação de Rua (RS) averiguou que a capital Porto Alegre, por exemplo, contava com cerca de 48 mil imóveis abandonados, destes, 6 mil eram edificações públicas: “As pessoas dormem nas calçadas e as pombas dentro do prédio”¹⁷. Ou seja, “[...] a habitação em si não tem problema é um simples objeto, produzido pelo trabalho humano. Quer dizer, o problema habitacional é na verdade um problema social e sua origem está nas relações sociais do atual modo de produção” (TONIN; PERES, 2015, p. 3).

Nas relações capitalistas de produção, o acesso à habitação é questão fundamental para a sobrevivência da classe trabalhadora, visto que, a capacidade de manter um lugar para viver é essencial para a sua existência material. No entanto, essa necessidade básica também é utilizada como uma forma de manter a exploração da classe trabalhadora. A falta de acesso adequado à habitação pode tornar os trabalhadores mais vulneráveis à exploração e dominação pela classe capitalista, que tanto detém o controle dos meios de produção quanto exercem poder sobre a habitação e o mercado imobiliário. Em outras palavras, a habitação é um elemento crucial das relações de poder entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, afetando tanto a sobrevivência quanto a exploração daquela. Nesse sentido, a luta por moradia adequada é uma questão central na luta pela justiça social e na transformação das relações sociais e econômicas em uma direção mais equitativa.

O acesso à moradia adequada é peça fundamental à sobrevivência e à dignidade da população, e ainda, para a construção de uma sociedade um tanto menos desigual. Isso implica a garantia de abrigo, segurança, conforto, privacidade e acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento, eletricidade, transporte e etc.; que proporcionam um ambiente favorável ao desenvolvimento pessoal, ao convívio familiar e à participação na comunidade. No entanto, apesar de ser um direito teoricamente garantido por lei, na prática ele é um direito de poucos.

portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais> Acesso em: jan/2023.

17 Comentário de Veridiana Machado, integrante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (RS), durante audiência pública virtual realizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados do RS (CLP) em 07/06/2021. Fonte disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/da-falta-de-informacao-a-violencia-cotidiana-como-sobrevive-a-populacao-em-situacao-de-rua-na-pandemia>> Acesso em: out/2021.

Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito

A falta de moradia é uma expressão da desigualdade social e econômica, do “fracasso social” como alerta Judith Butler (2018, p. 27): “[...] ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa”. Muitas são as causas da carência de moradia no Brasil (ROLNIK, R., 2015) incluindo a pobreza extrema, a falta de moradias de interesse social, a especulação no mercado de terra e imóveis, a migração urbana forçada por conflitos, os desastres naturais e os despejos (muitas vezes incentivados pelos grandes projetos imobiliários ou de desenvolvimento urbano).

O modo como o setor habitacional foi dominado pelas finanças nas últimas décadas, impacta diretamente o direito à moradia nas cidades. A especulação imobiliária, a falta de investimento em habitação social e a falta de regulação adequada do mercado imobiliário têm contribuído para a gentrificação¹⁸ urbana, o aumento dos valores de imóveis e aluguéis e a precarização das condições de vida das famílias de baixa renda. Assim que, milhares de famílias são condicionadas a situações de vida cada vez mais precarizadas, necessitando, muitas vezes, viver em assentamentos informais, favelas e/ou áreas de risco sem acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana adequada. Tais fatores desencadeiam o aumento da periferização e da segregação geográfica e social, da insalubridade e do adensamento excessivo de domicílios em zonas das cidades.

Trata-se de um modelo de gestão urbana que concentra no setor imobiliário grandes agentes de poder. Eles estão presentes tanto nas formulações da legislação urbanística quanto na influência que exercem nas câmaras e conselhos municipais, por parte de seus representantes, junto à sociedade civil (ROLNIK, R. 2015). Assim que, a produção do espaço urbano no país segue a lógica do modelo hegemônico de um mundo dominado pelos ideais do individualismo, pela desigualdade econômica e social, pela crise política, pela concentração do capital e do poder na mão de poucos, pela privatização de espaços públicos e áreas florestais, pela especulação imobiliária e pelo abandono de milhares de edificações pelas cidades. Um modelo excludente e predatório, onde a desconstrução da habitação como um bem social e sua transformação em mercadoria são marcas do longo processo de urbanização do Brasil, que urbanizou sem urbanidade (RIBEIRO, 1995) e onde a autoconstrução em zonas periféricas e as ocupações se tornam alternativas de sobrevivência.

Essa lógica de produção socioespacial brasileira de “incongruência histórica” (RIBEIRO, 1995) se expressa no hibridismo entre formas urbanas e práticas sociais reprodutoras dos padrões de consumo e de exclusão. A tendência comum da implantação de modelos internacionais na arquitetura e no espaço urbano das cidades brasileiras, espelhados em países europeus e norte-americanos, reduzem a possibilidade inventiva de criar soluções locais para as demandas urbanas próprias da nossa sociedade. E como, em geral, os projetos não investem planos eficazes de avaliação pré e pós-ocupação, acabam por criar lugares pasteurizados sem vínculos com a diversidade das expressões culturais nacionais e às potências de desenvolvimento locais. Um tipo

18 A gentrificação é um processo em que áreas urbanas antes habitadas por populações de baixa renda e classes trabalhadoras são transformadas em áreas valorizadas, frequentemente através da reabilitação de edifícios antigos ou pela construção de novos edifícios. Esse processo muitas vezes leva à expulsão das comunidades locais, visto que, não conseguem mais pagar os aluguéis, arcar com os preços dos imóveis ou sustentar o modo de vida local hierarquizado, sendo forçadas a se mudar para áreas urbanas menos valorizadas e mais distantes das áreas centrais da cidade. O processo também desencadeia a perda de identidade cultural e comunitária.

de “urbanização genérica” (RIBEIRO, 2006, p.25) que tem marcado a produção do espaço urbano na América Latina. Na tentativa de espelhar realidades bem-sucedidas, tais práticas acabam por criar zonas cada vez mais segmentadas nas cidades. Não é possível transferir qualidades e/ou materialidades urbanas de um continente a outro sem que haja prejuízos na concretização de soluções aos problemas urbanos locais (ROCHA; et al., 2017).

Frente ao “esgotamento da versão periférica do modelo fordista de desenvolvimento” (RIBEIRO, 2006, p. 24) somado à política neoliberal e suas orientações que, dentre outros aspectos, promovem a recuada da responsabilidade por parte do Estado na implementação de políticas urbanas amplas e inclusivas, a conjuntura é de crise societária (RIBEIRO, 2006). Tal crise “corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária” (RIBEIRO, 2006, p. 24). Sociedades carentes de um projeto de civilização e de urbanidade que veem múltiplas formas de violência tomarem corpo junto à financeirização urbana, à monetarização das relações sociais e à exacerbação do consumismo, da propriedade privada, do individualismo, do medo, da xenofobia e da indiferença social.

Nenhuma novidade, numa sociedade brasileira que desde sua fundação convive com privilégios destinados a poucos enquanto a grande massa de classes populares (especialmente formados por negros, mulheres, indígenas e imigrantes) luta pela sobrevivência diária. No entanto, cabe ressaltar a relação entre a crise societária e o contexto urbano, ou seja, a forma como a crise social e a desigualdade se espacializam no território das cidades e empobrecem as possibilidades de experiência urbana. Decorrente da “financeirização da economia urbana, da monetarização de todas as relações sociais e da ênfase, quase exclusiva, em intervenções na materialidade” das cidades (RIBEIRO, 2006, p. 24), muito dos recursos públicos são investidos especialmente no embelezamento e na qualificação da infraestrutura de partes da urbe destinadas aos segmentos privilegiados da sociedade, em detrimento de outras periféricas.

A crise societária e a crise da urbanidade são problemas interconectados que têm afetado o Brasil desde os primórdios do processo de urbanização e da formação social do país. A urbanidade refere-se à qualidade do espaço urbano e da vida urbana, incluindo questões como acesso a serviços básicos, qualidade de moradia, mobilidade e segurança pública. A crise da urbanidade se manifesta em problemas como a falta de infraestrutura adequada nas cidades, o crescimento desordenado, a violência urbana e a degradação ambiental. A crise societária diz respeito aos conflitos e desigualdades sociais que se manifestam em questões como pobreza, exclusão social, desigualdade de gênero, racismo e intolerância religiosa. Esses conflitos muitas vezes se refletem no espaço urbano, gerando disputas territoriais e violência. Na atualidade, essas crises se retroalimentam e caminham juntas, intensificando os conflitos sociais e territoriais. A concentração de renda e a falta de políticas públicas efetivas têm contribuído para agravar a crise societária, enquanto a expansão urbana sem planejamento adequado tem piorado a crise da urbanidade. As comunidades pobres são as mais afetadas, vivendo em condições precárias, sofrendo com as diversas formas de violência urbana e social, e que veem seus direitos constitucionais cada vez menos exercidos. Algumas evidências dessa condição na atualidade se expressam na intensificação dos conflitos sociais e territoriais, visto que:

[...] a crise societária torna a experiência da urbanidade ainda mais inacessível, fantasmagórica e escassa. Carros blindados, aparelhos de vigilância, aumento da população carcerária, expansão da segurança privada, grupos de extermínio, corrupção policial, sobrecarga de imagens alienadas e alienantes, lutas territoriais do tráfico de drogas, domínio das áreas populares por milícias e “donos do pedaço” e, como resultado, a desvalorização da vida transformaram os direitos humanos, mais do que nunca, em fundamento ético de qualquer projeto político que vise a melhoria das condições urbanas de vida. É necessário defender o direito à vida digna para todos, por mais numerosos que sejam, resistindo à influência exercida por discursos que não disfarçam a sua inspiração [...] (RIBEIRO, 2006, p. 25).

Para enfrentar tais crises, seria necessário um conjunto de políticas públicas que promovessem a inclusão social, a redução das desigualdades, o planejamento urbano adequado e a promoção da qualidade de vida nas cidades. Isso inclui investimentos em infraestrutura, habitação, transporte público, saneamento básico, segurança pública, educação e base alimentar, além de medidas de combate à exclusão social e à discriminação.

Mas, apesar de o modelo neoliberal e de financeirização penetrar nas cidades, nas políticas urbanas e habitacionais, capturando e colonizando os espaços urbanos e as formas de se viver, não se trata de um processo sem batalhas, visto que, diversas formas de resistência e enfrentamento também emergem. Especialmente desde o período de recessão econômica dos anos 80, eclodiram pelo país diversos movimentos sociais urbanos “na ânsia por propostas institucionais democráticas e a ampliação de instrumentos de poder público sobre o uso do solo e maiores garantias de participação social das condições materiais [e decisões] da vida urbana” (RIBEIRO, 1995, p. 566). Na busca por uma nova cultura política de direitos os movimentos sociais têm se organizado em associações comunitárias ou institucionais, ONGs e partidos políticos a fim de estabelecer representatividade dos interesses populares frente ao Estado. A atuação desses movimentos organizados, que reúne lutas urbanas e lutas que têm origem em outros espaços, mas que ocorrem no urbano, denuncia os mecanismos e dispositivos de controle, de privatização e especulação da terra urbana, a defasagem dos serviços públicos e os despejos de ocupações, reivindicando equipamentos urbanos, direito à saúde, educação, saneamento e transporte, pelo bem-estar coletivo.

Frente à crise urbana e societária um outro fenômeno se evidencia, em especial nas áreas centrais das cidades brasileiras, o aumento do número de prédios abandonados se alastra. Um fenômeno possivelmente fomentado pelas questões indicadas anteriormente e, ainda, pela falta de fiscalização municipal, pelo alto custo investido em reformas de prédios históricos e inventariados, pelo desinteresse por parte dos proprietários privados ou públicos, pela especulação imobiliária e pela falta de políticas públicas eficientes na direção de uma reforma urbana e habitacional. E, assim, no Brasil há *tanta gente sem casa e tanta casa sem gente!*¹⁹

A maioria dos imóveis e dos terrenos ociosos desocupados no país são propriedades ou do Estado ou de um pequeno grupo de grandes capitalistas que também atuam com força política nas decisões urbanas do país. Sem qualquer função social, tais imóveis e terrenos se tornam objetos de interesse e uso da especulação imobiliária e, assim,

19 Frase, sem autoria identificada, comumente pichada nas paredes e muros das Ocupas, que expressa a realidade do déficit habitacional do Brasil.

“em nome do direito à propriedade de alguns poucos, se nega o direito à moradia de milhões” (BOULOS, 2012, p. 17).

O desinteresse do poder público em oferecer usos a prédios e imóveis ociosos nas cidades ilustra o entendimento da terra como mercadoria (HARVEY, 2012; MARICATO, 2000; ARANTES, 2009) ou ativo financeiro, ao invés de um bem comum usado em benefício da população. A lógica que orienta essa prática segue a lógica de valorização do capital e que tem moldado as cidades sob as orientações do mercado, com vistas ao lucro e à competição na escala global. Isso implica a predominância dos interesses econômicos na forma como o espaço urbano é organizado e utilizado, em detrimento do bem-estar social, da inclusão, do direito à moradia e do direito de acesso comum à cidade. Nesse contexto, a propriedade privada desempenha papel fundamental, visto que, envolve o direito exclusivo de uma pessoa ou entidade sobre determinado bem ou recurso, incluindo terrenos ou edifícios. Tal noção, combinada com a lógica de mercantilização do espaço urbano (MARICATO, 2000; ROLNIK, R. 2015) contribui para sua valorização econômica e para a especulação imobiliária, onde a terra e as propriedades são mercadorias que podem gerar lucro.

Tal dinâmica resulta na manutenção de imóveis vazios, sem qualquer função social ou ambiental, na expectativa de valorização e outros fins especulativos. E, mesmo que essa lógica de abandono da propriedade gere desperdício dos recursos e das infraestruturas urbanas existentes - degradação do espaço urbano, aumento da insegurança e exclusão social, acúmulo de dívidas pela inadimplência de impostos (IPTU, Taxa de coleta de resíduos sólidos), e diversos impactos negativos na paisagem e na qualidade urbana - os proprietários seguem respaldados pelo direito à propriedade privada previstos na Constituição Brasileira.

Na maioria das vezes, os imóveis são deixados ociosos porque sua utilização não é considerada rentável o suficiente aos proprietários ou investidores. Também são milhares de imóveis ociosos aguardando a venda ou o aluguel, mas, por falta de manutenção, vão se degradando ao longo dos anos. O abandono das edificações gera prejuízos tanto ao patrimônio material da sociedade quanto para os proprietários e para o poder público. Prédios, terrenos e imóveis fechados e sem uso são locais possíveis de se tornarem depósitos de lixo, de invasões e depredações, de infestação de pragas e deterioração, gerando um alto custo para a sociedade em termos de segurança pública, qualidade e manutenção da cidade. A falta de uso dos imóveis também contribui para o aumento da exclusão social e o esvaziamento de áreas urbanas, levando a um aumento no custo dos serviços públicos e na pressão, ou adensamento, sobre outras áreas já desenvolvidas nas cidades.

Segundo os artigos 5 e 170 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), toda propriedade tem que cumprir uma função social, seja moradia, produção ou qualquer outro uso que beneficie a sociedade. Terrenos e edificações vazios não cumprem essa função social, assim que, “por mais estranho que pareça ao discurso dominante, ocupar uma terra que não tenha função social é fazer cumprir a lei” (BOULOS, 2012, p. 46). Ou seja, ocupar é um direito, de reivindicar o direito à moradia e exigir o cumprimento da função social da propriedade privada.

Tanta casa sem gente e tanta gente sem casa: Por que não ocupar?

Vítimas do processo de crescimento urbano sem um planejamento eficaz, do poder do capital imobiliário e da especulação na produção de cidades, milhões de famílias são excluídas das políticas habitacionais e sociais no país, sem direito igualitário ao consumo de produtos e de aquisição da casa própria. Os elevados valores dos imóveis

e dos aluguéis e a falha dos programas habitacionais no atendimento à demanda dos mais pobres – que constitui a maioria da população brasileira – criam, como vimos, um quadro onde ocupar deixa de ser uma escolha, mas uma necessidade para milhares de brasileiros.

Nesse sentido, as Ocupas podem ser vistas como formas de resistência às condições urbanas e de reivindicação do direito ao uso da cidade e à moradia num contexto de desigualdade, exclusão social, histórico déficit habitacional e abandono. Elas se fazem por ações de enfrentamento materializadas na apropriação de edificações abandonadas, aplicando o direito à moradia e à cidade, em contraponto ao modelo hegemônico e neoliberal de produção urbana. A crise urbana brasileira - marcada pela periferização, pela privatização, pelo vínculo do capital imobiliário ao financeiro, pelo fomento à propriedade privada e aos loteamentos fechados e pela ineficiência do Estado na execução de uma reforma urbana e habitacional - é terreno fértil para o desenvolvimento de ações micropolíticas ativas (ROLNIK, 2018) de disputa pelo território urbano, como as transformações movidas por grupos ao se apropriarem e reativarem territórios ociosos na cidade. Pode-se dizer, inclusive, que a prática das Ocupas seja um exemplo de alternativa na construção de uma política habitacional de interesse social (HIS) efetiva no Brasil. Seus moradores intentam viver a cidade através de outros paradigmas que diferem da ideia dos modelos da cidade mercadoria e de seu consumo exacerbado. Os agentes das Ocupas vivem em coletivos, compartilham espaços e ações, compartilham vidas.

O debate em torno da questão da moradia e da habitação de interesse social engloba mais do que o direito a um teto. São fatores básicos também os aspectos relativos ao grau de habitabilidade, de segurança sobre a posse da propriedade, de disponibilidade de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos públicos, e cujos valores sejam proporcionais à realidade da população pobre. Assim como, o direito à possibilidade de qualidade das relações sociais e da construção de vínculos entre os moradores das comunidades. Ou seja, uma casa é mais do que sua materialidade, ela é como a base mínima para a construção da sociabilidade, da cultura e da liberdade.

No caso das Ocupas, seus moradores criam vínculos com os territórios ocupados, constroem histórias e memórias, transformam coletivamente locais inabitáveis em moradias e desenvolvem laços de confiança entre si. Trata-se de uma disposição em viver junto, de construir e manter uma coletividade. São comuns, também, as cozinhas comunitárias, as refeições compartilhadas, a divisão de tarefas e as redes de cuidado que “refazem os laços sociais rompidos no cotidiano individualizado” (SIMÕES, 2017, p. 103). Sob um teto os moradores fortificam seus laços sociais e as condições de enfrentamento contra os regimes de exclusão.

Dentre os objetivos que fomentam algumas ações das ocupas está o desejo de chamar a atenção da população e do Estado para os problemas sociais e habitacionais acarretados, principalmente, pela ausência de políticas públicas eficientes e de planejamento no combate à problemática da habitação. O alto custo social que geram a prioridade do direito individual à propriedade privada, a especulação imobiliária e o abandono de terrenos e prédios públicos ou privados são pautas recorrentes. No entanto, o caráter da ilegalidade das ocupações e a forma como questionam as estruturas de poder e seus agentes de dominação e controle são motivos capazes de colocar os movimentos sob risco de repressão. A condição de ilegalidade em ocupar um espaço abandonado é priorizada pelos agentes de poder mesmo quando não há um projeto de uso para os imóveis ou terrenos, por parte dos proprietários ou do Estado, com o fim de restituir sua função social. Portanto, é comum que após as desocupações os espaços permaneçam em estado de abandono. Por vezes são reocupados, noutras são lacrados, aguardando investidores imobiliários, e em outras, desmanchados.

Os atos de violência militar, apoiados pelo Estado, são comuns tanto em manifestações de rua de simples protesto, quanto nos movimentos de ocupação de imóveis e acampamentos urbanos em terras sem uso. Nesses últimos, as estratégias repressivas se materializam em despejos forçados e violentos. Na maioria das vezes, os despejos são realizados sem um planejamento de realocação para as famílias desalojadas, o que acarreta milhares de pessoas, no caso do Brasil, sem casa para morar. Por vezes, os ocupantes veem suas casas serem destruídas junto com as memórias afetivas e os móveis que não foram capazes de retirar, por diferentes motivos, sem que possam ao menos negociar. Na condição de desamparo, tanto do Estado quanto da possibilidade de abrigo em amigos ou familiares, os desabrigados não têm outra solução além de investirem na ocupação em outro lugar da cidade, reocupar o local do despejo ou passar a viver na rua.

Noutras vezes, a negociação é possível através da regularização dos assentamentos informais junto às prefeituras municipais, da conquista de auxílios como o aluguel social ou, ainda, no deslocamento das populações para loteamentos formais através de benefícios financeiros para a obtenção da casa própria. Este último caso é o verificado através de programas de habitação como o PMCMV que, não tem conseguido atender a histórica demanda da falta de habitação da população carente (menos de 3 salários-mínimos). No deslocamento de famílias para outras áreas da cidade também é comum certa resistência dos moradores em função da necessidade de se desfazerem dos vínculos comunitários e afetivos construídos em seus assentamentos anteriores, e/ou em função da localização das novas moradias em zonas comumente afastadas das áreas centrais das cidades. A questão da localização é um dos principais argumentos de resistência, pois, ao se afastarem do centro passam a depender do transporte público para o acesso aos locais de trabalho, serviços, escolas, saúde e outras oportunidades. Como é o caso dos trabalhadores informais - catadores de materiais recicláveis, ambulantes e camelôs - que necessitam das áreas centrais das cidades, com maior fluxo de pessoas, para realização de suas atividades.

A insistente retirada das pessoas de suas ocupações clandestinas, sem regularização, e o processo de criminalização que muitas vezes é acionado, tem como pano de fundo a lógica neoliberal de utilização desses espaços urbanos, da terra urbana, para fins lucrativos e para a especulação imobiliária. Mas, a crise financeira em que o mundo se encontra, criou uma situação paradoxal onde cada vez aumenta mais o número de pessoas sem moradia adequada ao passo que um número expressivo de imóveis e terrenos ficam vagos esperando melhores rendimentos ou no aguardo de sua venda. O mercado e os sistemas jurídico e político tanto favorecem os proprietários desses imóveis, mesmo quando suas propriedades não exercem qualquer função social e, por vezes, são abandonadas, quanto estigmatizam aqueles que, na luta por abrigo, ocupam os lugares ociosos na cidade. A desenfreada falta de moradia em contraposição com a produção de espaços vazios nas cidades são marcas fortes da sociedade contemporânea, e deixam visível quem são os principais agentes de poder - mercado e Estado - na produção do território urbano. No modelo dominante neoliberal, o direito à propriedade privada é essencial para a acumulação de capital, nesse sentido, romper com a lógica baseada na propriedade privada da urbanização capitalista coloca em pauta a luta pela elaboração adequada de direitos civis.

O movimento empreendido pelas ocupas, nesse sentido, desafia a lógica do mercado neoliberal financeirizada e de produção do território urbano excludente. Pode-se dizer que são como uma resposta lógica: milhares de sem-teto x milhares de espaços vazios = ocupar. Ao ocupar movimentam o território formal dado acionando processos de territorialização, movimentando o território, reinterpretando os espaços e reativando suas funções sociais. Um movimento que aciona corpos políticos, através da ocupação dos espaços ociosos da cidade e do enfrentamento com o inimigo (estatal e

social), dispostos a intervir na produção e na renovação urbana, por um processo de redistribuição e ajuste espacial, e que não deixa de ser uma forma de política urbana e habitacional.

Por vezes, a ocupação pode ser uma solução individual, mas, quando agenciam coletividades e movimentos sociais passam a funcionar como agenciamentos coletivos de enunciação (GUATTARI, ROLNIK, 2011), com potência em desenvolver práticas de organização não-hierárquicas, autogeridas e coparticipativas. Por meio das ações que empreendem, enunciam outros modos de viver nas cidades e de produzir o urbano, potencializando os saberes populares, produzindo cultura e reivindicando o protagonismo de seus lugares na cidade. Nesses casos, além de utilizarem os espaços ocupados para residências coletivas, também os transformam em lugares de encontro que integram atividades políticas, produtivas e contraculturais (que fogem aos circuitos culturais comerciais) fortalecendo a atuação dos movimentos sociais locais. Seus agentes (ocupantes e ativistas) costumam se engajar em campanhas de protesto de causas pontuais e de movimentos sociais mais amplos, lutando contra todas as formas de precariedades e desigualdades, como a fome, o racismo, o neofascismo, a xenofobia, a misoginia, a homofobia, as repressões estatais, a militarização, a especulação urbana e as políticas de privatização (educação, saúde, serviços públicos e espaço urbano).

Evidentemente que, enquanto manifestações complexas e diversificadas, as ocupações diferem entre si, tanto com relação às motivações e objetivos para além da moradia, quanto na multiplicidade de formas como se organizam e impactam os contextos urbanos em que se inserem. Elas variam também com relação à escala, podem ocorrer em uma edificação térrea de poucos cômodos ou em um edifício em altura, por exemplo. Algumas são legitimadas pela comunidade e contam com o apoio popular, se fortificam no envolvimento com movimentos sociais e outras organizações. Outras se fazem silenciosas, quase invisíveis. O contexto sociocultural e geográfico em que se insere cada ocupação também influencia suas dinâmicas, motivações e desafios. As pessoas envolvidas, as demandas de seus agentes, a organização dos espaços, as atividades que desenvolvem e as formas de mobilização que acionam são singulares à cada situação. E cada configuração também acarretará em desafios e problemas específicos, assim como, na busca de soluções próprias para enfrentá-los.

No entanto, a rede de comunicação entre as ocupações costuma ser uma ferramenta de apoio. A troca de experiências colabora na organização e na coordenação das ocupas, na construção de suas pautas e agendas, potencializando a noção de uma rede de corpos presentes e ativos que falam por si mesmos, ao invés de serem representados por outros. O agenciamento e o diálogo entre os movimentos contribuem no sentido de que seus agentes se veem como parte de um movimento maior, mesmo que seus desafios sejam enfrentados na dimensão do cotidiano local. Em rede com outros movimentos nacionais e internacionais garantem visibilidade às suas lutas locais e possibilidade de compartilhamento das experiências, das conquistas e das dificuldades. Num agenciamento entre as demandas pessoais, as possibilidades dos contextos locais e as redes dos movimentos sociais que tecem conexões, as ocupas concebem formas inovadoras de ação política, luta urbana e tomada de decisões alicerçadas na coletividade e no bem comum dos envolvidos em cada situação.

Portanto, sem direitos assegurados e a fim de garantir o uso e a manutenção de seus espaços de moradia nos imóveis ocupados, os agentes das ocupações enfrentam as leis e os mecanismos de controle urbano, político e social cotidianamente. Não por acreditarem na justiça, mas por resistência, por insistência. E, assim, seguem enfrentando a racionalidade da lógica neoliberal e suas instituições, pelas brechas vão criando fissuras no sistema dominante, através de uma luta diária pela existência

de suas vidas, pelo reconhecimento e pela permanência de seus *modos Ocupa* de viver, se relacionar e fazer cidade. Um processo cansativo, por vezes, em virtude do enfrentamento cotidiano com as estratégias empregadas pelos aparelhos de poder Estatais e seus dispositivos de captura das multiplicidades²⁰, materializadas nas ameaças e nos despejos, na indiferença e na passividade do corpo social frente às suas lutas.

Um processo que, por vezes, desgasta as forças de ação dos movimentos e de seus corpos agentes, enfraquecendo suas potências criadoras e inventivas. Mas, como “máquinas de guerra”²¹ (DELEUZE; GUATTARI, 2012 [1980]) movidos pelo desejo criador, se abrem às experiências provocadas pelos encontros e pelos agenciamentos com outros corpos, as redes e as conexões que tecem, reforcando suas potências de ação coletiva. Seus corpos agentes se instauram em máquinas desejan²², revolucionárias, criando mecanismos para desviar dos aparelhos que tentam capturar seus fluxos, suas liberdades e suas forças criadoras; construindo maneiras de escapar das limitações e das imposições normativas. Entendendo que “o que define precisamente as máquinas desejan²² é o seu poder de conexão ao infinito, em todos os sentidos e em todas as direções” (DELEUZE; GUATTARI, 2004[1972], p. 514).

Fazendo jus à proposta delineada por Guattari de que “se não se montar uma máquina revolucionária capaz de se fazer cargo do desejo e dos fenômenos de desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias” (DELEUZE, 1992, p. 29), os agentes das ocupas, organizados em coletivos e coletividades em centenas de cidades pelo país, por meio de seus corpos desejan²² acionam pequenas revoluções urbanas, engendrando a criação de um contexto urbano possível à coexistência entre o formal e o informal, o individual e o coletivo. Desobedecem às regras, ocupam os abandonos, reativam seus territórios, inventam modos de habitar, forjam subjetividades libertárias e coproduzem a cidade.

É nesse sentido que este artigo afirma que as ocupações urbanas são experiências de resistências coletivas movidas pelo *afecto*, compreendendo *afecto* – a partir da teoria espinosista - como a variação de potência de ser e agir produzida no encontro entre

20 Pode-se compreender as multiplicidades como conjuntos de singularidades e pluralidades, em contraponto à ideia de identidade e unidade (o uno = n). A multiplicidade (n-1) é um dos conceitos-chave na obra de Deleuze e Guattari, especialmente em “O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia” (DELEUZE; GUATTARI, 2004 [1972]). Uma ferramenta filosófica utilizada para desnaturalizar e desestabilizar estruturas e relações estabelecidas, abrindo para a possibilidade da experimentação de outras formas de compreender e viver no mundo, valorizando a diversidade, a complexidade e a criatividade inerentes à vida e ao pensamento. Os autores destacam a diversidade e a heterogeneidade, desafiando as noções fixas de identidade e unidade. A multiplicidade pode ser entendida como um processo contínuo de devir e transformação, onde as conexões e as diferenças se entrelaçam podendo gerar novas formas e novas possibilidades de organização social, de configurações subjetivas, de resistência e transformação política e social.

21 O conceito de “máquinas de guerra”, é utilizado por Deleuze e Guattari (2012[1980]) para descrever uma abordagem de resistência e luta que difere das estratégias militares convencionais e das estruturas do Estado. São formas amplas e nômades de ação e de organização social que se opõem às instituições estatais e aos sistemas de controle, criando fissuras nas organizações da máquina estatal (sedentária), abalando suas estruturas. Móveis e adaptáveis, elas buscam as linhas de fuga não para destruir, mas para escapar das formas homogeneizantes de captura dos aparelhos de Estado.

22 O conceito de “máquinas desejan²²”, em Deleuze e Guattari, se refere às formas pelas quais os desejos individuais e coletivos se articulam e produzem movimento e transformação. Máquinas não no sentido mecânico, mas redes complexas de interações e fluxos de desejo, um agenciamento, um sistema de relações. Desejan²² se refere à dimensão pulsional e afetiva do ser humano, capaz de criar novas conexões e rearranjos através das interações sociais. A ideia de máquina desejan²² enfatiza a natureza relacional, fluida e coletiva dos desejos, em constante processo de transformação e interação com o mundo, e que através de redes de *afectos* e conexões podem criar novas formas de subjetividade e ação.

os corpos com outros corpos, ideias, espaços, etc. Contrariando a lógica dos discursos dominantes, cuja ideologia prega os modelos de vida individualistas onde cada um está por si, a experiência de ação coletiva visibilizada nos processos de territorialização das Ocupas indicam a potência em contar uns com os outros e de produzir novas realidades alterando os *afectos* tristes gerados pelo abandono, pela insegurança e pelo medo, que enfraquecem suas potências de ação, em *afectos* alegres da coragem, da cooperação e do amor, impulsionando o aumento da potência de agir dos corpos e acionando a criação de um devir cidade mais inclusiva. Por meio da ocupação coletiva fazem valer o direito de acesso à moradia e promovem a reativação de territórios ociosos na cidade lhes devolvendo a função social da propriedade. E, por meio das atividades sociais e culturais que desenvolvem nesses espaços, promovem novos encontros, estimulam a criação de vínculos comunitários, compartilham vidas e territórios, por meio de uma ação micropolítica e revolucionária.

Quando se organizam pela lógica da horizontalidade e da autogestão, seus agentes investem nas decisões em conjunto, pelo bem comum dos ocupantes, enfrentando as contradições e as dificuldades de maneira a criar alternativas de uso e gestão dos espaços a fim de possibilitar uma convivência coletiva entre vidas singulares, desenvolvendo estratégias para lidar com suas diferenças e dar seguimento aos projetos desenvolvidos.

À medida em que se modifica a experiência no nível dos *afectos* forja-se a possibilidade da constituição de novas subjetividades, mais libertárias. E, no caso da experiência das Ocupas, tal feito se dá por e através de um processo de territorialização contra hegemônico, desobediente às normas da cidade formal e mercantilizada. Assim, são exemplos de movimentos de coletivos que territorializam lutas sociais e singularidades, forjando subjetividades emancipadoras e de compartilhamento do território urbano.

Considerações Finais

Expressão da insatisfação social com as políticas neoliberais e com a lógica capitalista desigual de produção dos espaços urbanos, a pesquisa indicou que as ocupas se apresentam, nesse contexto, como formas de resistência e de protesto que buscam afirmar modos contra-hegemônicos de vida e de produção urbana. Nessa contemporaneidade, se manifestam como processos de territorialização, reativando arquiteturas e territórios abandonados nas cidades que vão além de simples formas de garantir a moradia há milhares de sem-tetos no Brasil, mas acionam coletividades que, ao se deslocarem do lugar de excluídos sociais e criando alternativas às suas demandas urbanas, operam micropolíticas ativas criando espaços de liberdade, sociabilidade e solidariedade. Por um direito à cidade mais igualitário, afirmam a autogestão, a cooperação e a horizontalidade como formas de fazer política que parte da base social e busca a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões sobre suas próprias vidas e cidades. Também evidenciam que a construção de outros mundos e realidades são possíveis, a partir da ação coletiva e desobediente.

Seus agentes se apropriam dos espaços ociosos da cidade, reativando suas funções sociais e, em conjunto com movimentos sociais mais amplos, deflagram suas necessidades sociais e urbanas, os incluídos e os excluídos sociais, a cidade mercadoria, a especulação urbana, o déficit habitacional, o individualismo, o racismo, a xenofobia e as diversas formas de violência e exploração sofridas há séculos pelos grupos subalternos.

As cidades, sob a prática das políticas neoliberais que hegemoniza seus valores de consumo e de defesa da propriedade privada, se tornam cada vez mais desiguais,

segregadas e fragmentadas, e onde o próprio território urbano se estabelece enquanto um objeto de consumo e mercadoria. As fortificações, os modos de controle e vigilância por todos os lados, a privatização dos espaços públicos, a periferização e a desigualdade exacerbada de acesso à cidade acirram os conflitos e a disputa pelo território urbano. O direito de todos à cidade e à moradia, apesar de serem direitos constitucionais, se encontram nas mãos de poucos, o que faz emergir movimentos sociais urbanos que, por meio da tomada do território, pretendem garantir seus direitos à vida e à sobrevivência.

Trata-se de uma forma de luta política que se encontra à margem da ordem vigente dos sistemas institucionais, mas que indicam uma consciência política e contestatória, onde também se exercem relações de poder, no entanto, no sentido de um exercício político emancipatório e de resistência, contra as formas de dominação e de controle hegemônicas. Assim operam as ocupações urbanas que, através da ação direta contra as repressões do Estado e do capital, apostam nos *afectos* e no enfrentamento com os conflitos produzidos no encontro entre multiplicidades, diferenças e singularidades para afirmar seus modos únicos de produzir e usar a cidade.

O caráter anticapitalista e libertário das ocupas promove, ainda, um campo de ação no nível do cotidiano, que empreende coletividades, participação e união capazes de potencializar a produção de modos de subjetivação também mais libertários e emancipadores. Não mais corpos sujeitados aos *afectos* tristes do medo e da sensação de abandono, mas corpos que, unidos em coletividades, fortificam suas capacidades de agir e de enfrentar o mundo a partir da construção de espaços de moradia e convivência onde seus saberes e fazeres populares podem ser valorizados e reativados. Trata-se de uma disputa física e simbólica do território, visto que, a conquista de um lugar para morar também implica a possibilidade de uma transformação de seus modos de viver, trabalhar e se relacionar. Os espaços das ocupas também promovem espaços de compartilhamento, de produção artística e cultural, de formação e socialização. Assim, o território se abre e se expande a outras comunidades e movimentos sociais através de oficinas, debates, hortas comunitárias, atividades de lazer, de gastronomia, de apoio, assistência e de formação política.

Enquanto ação direta contra as operações capitalistas manifestas na lógica de especulação e consumo do mercado habitacional, que hipervaloriza certas zonas das cidades em detrimento do abandono de outras, o movimento empreendido pelas ocupas também deflagram, sob o lema *tanta casa sem gente e tanta gente sem casa*, que ocupar o estoque de imóveis vazios nas cidades é uma alternativa bastante coerente frente à desigual distribuição de riquezas e espaços no contexto urbano. Visto que, o direito à cidade não trata apenas de seu uso, mas também da possibilidade de produzi-la e transformá-la por seus diferentes agentes, e isso implica engajamento e luta, corporal, urbana e cotidiana.

Referências

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). 5ª ed. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: maio/2021.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5*. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012 [1980].
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Édipo*. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvin, 2004 [1972].
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997 [1980].
- ESPINOZA, Benedictus de. *Ética*. trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007 [1677].
- GROS, Frédéric. *Desobedecer*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica – Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1986].
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.
- PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: *SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles*. Nova York: Autonomedia, 2013. p. 17-60.
- RESENDE, Lorena Mai; ROCHA, Eduardo. *Ocupações urbanas desviantes e disciplinadas na linha de fronteira Brasil-Uruguay*. In: Anais XXI ENPOS, UFPEL, 2019.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanização sem urbanidade: Um cenário de incertezas*. Ensaios FEE. Porto Alegre. p. 556-590. 1995.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação*. OSAL, Observatorio Social de América Latina. Año VII no. 21 sep-dic 2006. p. 23-32.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; ALLEMAND, Débora Souto; HYPOLITO, Bárbara de Bárbara; TOMIELLO, Fernanda. *Cross-Cult: Desenho Urbano/Urban Design – Pelotas/RS e Oxford/UK*. Pelotas: UFPel, 2017.

ROLNIK, Raquel. *Entrevista para a TV Boitempo: Brasil em disputa: desafios da questão urbana | Raquel Rolnik*, em 29 de set. de 2022. Fonte disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsY2WlYfksW&ab_channel=TVBoitempo>. Acesso em maio/2023.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. *Esfemas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo. n-1 edições, 2018.

SIMÕES, Guilherme. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. Org. Guilherme Simões, Marcos Campos, Rud Rafael. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

TONIN, Vitor Hugo; PERES, Lino F. Bragança. *O déficit habitacional nos países dependentes: análise a partir da categoria de superexploração da força de trabalho*. In: ANAIS XVI ENANPUR, Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ST7 – Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana. Belo Horizonte, 18 a 22 de maio de 2015. ISSN: 1984-8781/2015.

Documentos eletrônicos:

<https://rehabitare.direito.ufmg.br/?p=3195>. Acesso em: dez/2021.

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: mar/2023.

<https://mapa.despejozero.org.br/>. Acesso em: mar/2023.

<https://www.unicef.org>. Acesso em: set/2020.

<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso: em jan/2021.

<https://www.ibge.gov.br>. Acesso: em jan/2021.

<http://www.ipea.gov.br>. Acesso: em jan/2021.

<https://habitatbrasil.org.br>. Acesso: em jan/2021.

<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>. Acesso em: jan/2021.

<https://habitatbrasil.org.br/impacto/nossa-cao/>. Acesso em: set/2022.

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/da-falta-de-informacao-a-violencia-cotidiana-como-sobrevive-a-populacao-em-situacao-de-rua-na-pandemia>. Acesso em: out/2021.

<https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>. Acesso em: jan/2023.

DO ÓCIO À O.C.A. Um relato sobre a Ocupação Coletiva de Arteiros

*FROM IDLE TO O.C.A.
A report on Ocupação Coletiva de Arteiros*

Ana Luisa Panarelli Costa¹ e Caroline Leal Bonilha²

Resumo

O presente artigo se baseou no registro e reflexão acerca da experiência do coletivo O.C.A. (Ocupação Coletiva de Arteiros), que ocupou um dos muitos casarões históricos abandonados na cidade de Pelotas. Levantei como hipótese a possibilidade de ressignificar a herança histórica e cultural em um patrimônio público ocioso, a partir da reativação do espaço pelo coletivo de arte independente, que direcionou suas ações para as principais problemáticas contemporâneas. Em busca de subverter as lógicas capitalistas do ambiente urbano e criar outras formas de habitar o espaço, o coletivo gerou uma vivência artística como ferramenta de transformação cotidiana e como possibilidade de interconexão entre as pessoas.

Palavras-chave: ocupação artística, contracultura, ressignificação histórica, resistência urbana.

Abstract

This study was based on the register and reflection about the experience of O.C.A. collective (Ocupação Coletiva de Arteiros), which occupied one of the many abandoned historic buildings in the Pelotas city. I hypothesized the possibility of create a new meaning to historical and cultural legacy in a public heritage building, based on the renew of the space by the independent art collective, which directed its actions towards the main contemporary problems. In order to subvert the capitalist logics of the urban environment and to create other ways of inhabiting the place, the collective provided an artistic experience as a tool for everyday transformation and as a possibility for interconnection between people.

Keywords: artistic occupation, contraculture, historical resignification, urban resistance.

No vazio cabe o infinito

A cidade é um lugar de disputa territorial, de negligência e marginalização de uma parcela grande da população segundo a lógica capitalista do ambiente urbano, a necessidade de transformação urbana é crescente e urgente. Conforme afirma David Harvey (2014) o processo de avanço do capitalismo, movido pelo acúmulo de capital, levou a expansão desordenada das cidades, independente de seus impactos sociais, ambientais e políticos. O autor, em diálogo com o conceito de “Direito à cidade” de Henri Lefebvre, defende que o direito à cidade está além do direito de acesso a recursos urbanos, incorpora ao conceito o direito de reinventar a cidade a partir dos nossos desejos. Ainda segundo Harvey (2014, p. 20) “o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado.”. Se apropriar do vazio da cidade, pode transformar a maneira de se relacionar com o meio, com o outro e com nós mesmos. Assim como a palavra vazio diz sobre o nada, também diz sobre as infinitas possibilidades, o vazio pode ser tanto um lugar de invisibilidade que oculta o objetivo de gerar lucro e reforçar estruturas históricas, quanto um lugar de experimentação, para imaginar e praticar visando um mundo diferente. A apropriação do vazio da cidade através de perspectivas críticas, criativas e reflexivas gera espaço fértil para germinar formas de resistência contra a força de desertificação do neoliberalismo.

Diversas iniciativas de ocupação agem no espaço das cidades por meio de diferentes vertentes, que vão de acordo com as necessidades locais e com a vontade dos grupos. Na América do Sul, várias dessas iniciativas se aproximam, há um intercâmbio cultural entre os países através de viajantes e nômades, que compartilham estratégias de ocupação e manifestação, ainda que cada grupo as aplique de acordo com suas singularidades. São exemplos de práticas em comum o chamado “faça você mesmo”³, as *squat*⁴, os centros culturais, a permacultura, entre outros, que estão presentes em formas de organização com vieses anarquistas, ecológicos, antirracista/patriarcal/capitalista.

Um dos exemplos da expansão desordenada da cidade, muito presente no ambiente urbano, são os casarões históricos. De acordo com Marina Waisman (1990), os patrimônios históricos podem ser compreendidos através de pelo menos dois sentidos, que são opostos entre si, de um lado aquele que prioriza o valor de consumo e de outro o valor de uso. O primeiro valoriza aspectos superficiais e visualmente atraentes do patrimônio, com a prioridade de estabelecer relações de uso comercial, no qual contribui para “criar uma falsa identidade” e emprega o uso do patrimônio desarticulado do contexto da população, que frequentemente é excluída desses espaços. Já o segundo, está associado justamente ao uso pela população, que atribui valores a partir da identificação e apropriação do espaço, de acordo com a função e memória social para determinado grupo, sujeito a transformações necessárias que agreguem sentido na contemporaneidade.

A seguir, iremos peregrinar pelo passado do coletivo de ocupação O.C.A. (Ocupação Coletiva de Arteiros), que, a partir de práticas artísticas e de ação direta, reativou um casarão histórico abandonado na zona portuária de Pelotas, faz parte de uma das mais importantes encruzilhadas da região e é margeado pelo canal São Gonçalo. Durante o percurso deste texto, não realizei uma divisão necessariamente cronológica dos anos, mas sim de acordo com a demarcação das características de cada período. Por isso,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes na Universidade Federal de Pelotas (PPGArtes/UFPel) na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano. Licenciada em Artes Visuais (UFPel).

² Doutora em Educação Ambiental (UFRG). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel). Licenciada em Artes Visuais (UFPel) e Ciências Sociais (UFPel). Professora da área de Arte e Cultura (UFPel).

³ Cultura apropriada por anarquistas e movimentos anticonsumistas, no final da década de 1970. É uma forma de princípio ou ética, que questiona o suposto monopólio das técnicas por especialistas e estimula pessoas não-especializadas a aprender a fazer.

⁴ É o ato de ocupar espaços abandonados ou desocupados, como terras, favelas, casas, centros sociais, jardins ou locais de protesto.

cada título é representado por um cômodo, que se comunica simbolicamente com os principais momentos vividos durante a ocupação. Todos os relatos colocados são parte das entrevistas que realizei com Bruna, Sarah e Carole, que participaram da ocupação, além de percepções pessoais sobre a experiência que vivenciei, primeiramente frequentando o espaço e posteriormente como integrante do coletivo, de 2017 em diante. A “Porta de entrada (2014)” narra o início da ocupação, em seguida “A cozinha (2015 - 2016)” conta sobre a fundamentação das ideias e desenvolvimento de práticas, até chegar “A sala escura (2017 - 2018)” que relata o que se mostrou mais emergente e, por fim, a “Porta de saída (2019 - 2024)”, que descreve o fim do coletivo e um novo recomeço.

A união entre a necessidade de criar um espaço artístico independente, com a vontade de intervir no espaço urbano, despertou uma forma diferente de ocupar a cidade, gerou questionamentos sobre a lógica civilizatória e proporcionou práticas libertárias coletivas. As vivências ultrapassaram o ato fundamental de habitar, o cotidiano provocou questionamentos sobre a reprodução inconsciente de hábitos na cidade, possibilitou a autopercepção e autocrítica dentro das esferas do consumismo, das reproduções de opressão e do individualismo. Transformou o dia a dia em uma ampla oportunidade de colocar a ideia em prática, em ação direta. O coletivo de ocupação se formou a partir da vontade de fundir a vida e a arte, experienciar a arte como vida e a vida como arte, de revitalizar um patrimônio cultural público, ser um lugar de encontro entre experiências artísticas, políticas e de múltiplos saberes. Com base nos princípios de autonomia, autogestão e apoio mútuo, gerou um espaço de fluxo intenso e diverso, tanto de pessoas quanto de práticas. As funções do cotidiano se estabeleceram com o passar do tempo, são alguns exemplos de práticas o “recicle” de alimentos, a realização de oficinas, encontros, grupos de estudo, a manutenção do local, o cuidado com a horta coletiva, a elaboração de projetos e a produção de eventos.

A casa se tornou um espaço aberto a proposições, que giravam em torno de propostas multiartística e transdisciplinares, onde aconteceram inúmeras atividades, como *varietés*⁵, laboratório de performance, exercícios circenses, rodas de conversa, grupos de estudo, cinema, herbário, treinos de capoeira, oficinas de cerâmica, construção de instrumentos, teatro, marcenaria, musicalização, entre outras. Abrigou dois projetos de longa duração: o Coletivo Ateliê Livre Judith Bacci (serigrafia) e o Multiversidade Autogestionária de Aprendizagens Livres (grupo de estudos), além de ter formado uma biblioteca libertária. Também foram desenvolvidas as pesquisas acadêmicas relacionadas à experiência na casa “Contaminações entre prática artística e docência: a construção de uma metodologia viva” de Paula Wiener Reisser, “Desobediência Urbana - estratégias, práticas e táticas urbanômades” de Rogério Nunes Marques e “O.C.A. Ocupação Coletiva de Arteirxs: 3 anos de atividade e resistência” de Maurício Ploenals.

Porta de entrada (2014)

Preservar o prédio degradar seus valores. Criar lugares que faltam em casas que existem em vão. Destituir aqueles que herdaram fortunas com exploração. Sair da correnteza letárgica das cidades. Praticar ideias. Habitar o fluxo de interações e criações. Romper as fronteiras imaginárias do conhecimento. Transmutar o corpo e os seus desejos. Recuperar o sentido básico da compreensão de que não estamos acima da natureza, somos parte dela. Todos esses pensamentos guiaram as vontades

⁵ *Varieté* é um tipo de evento com apresentações artísticas variadas, que geralmente é caracterizado por apresentações teatrais e circenses, com teor crítico e que estabelece uma relação com o público.



Figura 1- Abertura da casa, 2014. Fonte: <https://www.facebook.com/ocupacaoarteirxsOCA/photos/338146199704186>

do coletivo, em maior ou menor grau, era desafiador para qualquer um enfrentar os processos de desconstrução e construção, as dúvidas eram muito mais frequentes que as respostas. Ocupar um prédio histórico era estar em contínuo contato com o passado, buscar consciência no presente e agir imaginando outro futuro, essa linha do tempo parecia não ser tão bem dividida.

A porta de entrada narra brevemente sobre o contexto histórico de edificação da casa, mas com enfoque no início da ocupação, que se deu em torno de um século após sua construção. A fotografia da fachada do casarão registrou o momento em que a porta foi aberta para sediar o que viria a ser o coletivo O.C.A. (Figura 1). A posição geográfica privilegiada do município, sob o ponto de vista das atividades comerciais, possibilitou um grande desenvolvimento econômico por meio das charqueadas, o que fez a cidade ter uma das maiores rendas do Brasil e posteriormente viabilizou a instalação de polos industriais, entre o século XIX e XX (KNUTH, 2013). Estima-se que o casarão ocupado foi construído no contexto de urbanização da cidade, aproximadamente no final século XIX, devido ao desenvolvimento da zona portuária e às características de sua construção. No contexto de transição para o século XX, de acordo com Gutierrez (1999), a mão-de-obra chegava ao fim do regime escravista, a cidade passou pelo processo de urbanização com a inserção de saneamento básico, pavimentação, transporte coletivo de bondes, instalação de luz, praças e parques. O aparente progresso da infraestrutura urbana esconde o fato de que os trabalhadores recém-libertos do regime de trabalho escravista, na verdade tinham mais chances de morrer que os ainda escravizados, os africanos livres contabilizaram o maior número de mortes na Santa Casa. Ainda de acordo com Gutierrez (1999), a população nativa praticamente não teve atendimento hospitalar, esses dados demonstram que a construção do Novo Mundo trazia benefícios apenas para os europeus e seus descendentes.

O prédio que hoje pertence à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), abrigou diversas atividades ao longo de seus mais de cem anos. O que acessamos de informação sobre seu uso, segundo a população local, é que em algum momento foi moradia familiar e em outro foi um bordel. Já segundo registros mais recentes,

funcionou uma casa noturna chamada Neptuno (KNUTH, 2013), posteriormente foi conhecida como Bataclã, quando foi uma das casas de estudante provisória da UFPel (OTERO, 2015) e logo após ficou em desuso. Contudo, essas funções são parte da história recente do casarão, há uma grande lacuna no tempo sobre seu funcionamento e sobre a motivação de sua construção. Durante o final do século XX, aconteceram mudanças econômicas que levaram ao processo de desindustrialização portuária. Por isso, a universidade adquiriu, em 1990, os prédios e estruturas industriais que estavam abandonados, como forma de reativação do espaço urbano. Desde então, a rotina dos universitários na região vem alterando a dinâmica territorial, não apenas do bairro, mas também da cidade (KNUTH, 2013).

No período que antecedeu a ocupação, a casa era um dos vários depósitos da UFPel e encontravam-se sinais de deterioração do tempo. O patrimônio histórico ocioso representa simbolicamente a forma como lidamos com a própria história: por meio de uma memória esquecida e fragmentada.

Em 2014, estudantes da UFPel solicitaram as chaves do prédio, sem grandes expectativas, apenas para realização de oficinas em uma semana que foi muito movimentada culturalmente, com os eventos do “Porto das Artes” promovido pela UFPel e o “3º Pelotas Jazz Festival”, com grandes nomes da música brasileira. Segundo Sarah e Carole, que estavam presentes nesse primeiro momento, a O.C.A. surgiu como uma extensão do evento da universidade, propondo oficinas de bufão, palhaçaria, teatro, entre outras, inicialmente mais voltadas para as artes cênicas. Inspirados por esse momento de efervescência artística que estava acontecendo na cidade, algo que se tornou cada vez mais raro, se depararam com a potência desperdiçada daquele lugar vazio e ocuparam a fim de movimentar culturalmente a comunidade. Aquilo que inicialmente seria uma semana de oficinas, transformou-se em cinco anos de ocupação multiartística, onde passaram mais de cem pessoas, de diferentes cidades e países, com atividades diárias e propostas transdisciplinares.

Considero outros dois acontecimentos anteriores como propulsores da formação do coletivo. Primeiramente as manifestações de 2013, a nível nacional, que começaram com a iniciativa do Movimento Passe Livre, o qual suscitou discussões sobre as restrições de acesso à cidade para grande parte da população, devido ao aumento da tarifa de ônibus e com isso difundiu o conceito de “direito à cidade” (LIMA, 2018). Apesar de não ter uma influência direta, a proporção que esses movimentos tomaram encorajou a manifestação popular de diversas formas. Foi um momento em que percebemos a força da ação coletiva, mesmo sem prever as consequências dessas manifestações para o país. O segundo acontecimento foi o “Ocupa tablado” em 2014, a nível regional, no qual estudantes dos cursos de teatro e dança da UFPel ocuparam o prédio a fim de exigir melhorias estruturais. Durante essa ocupação, em que estavam presentes pessoas que viriam a se tornar os primeiros membros da O.C.A., foram propostas experiências de atividades de acordo com seus interesses. Assim promoveram eventos, apresentações e oficinas diariamente, passaram pela experiência de ocupar um espaço em que se aprendia e ensinava simultaneamente, experimentaram as potências de si, do coletivo e do espaço no cotidiano.

O fim do “Ocupa tablado” gerou a falta de um espaço de propostas livres, um lugar para vivenciar a arte no dia a dia, em que era possível dar sentido ao aprendizado e conectar diretamente a teoria e a prática. Ao entrarem na casa, os estudantes se depararam com um imóvel sem utilidade, onde encontraram palco, camarim, um longo tapete vermelho e cômodos amplos, localizado próximo ao Centro de Artes da UFPel. Uma estrutura cheia de possibilidades, que pertence a toda população, trancada, corroída pelo tempo e pelo descaso.



Figura 2 - Aniversário de 1 ano da OCA, 2015. Fonte: <https://www.facebook.com/ocupacaarteirxsOCA/photos/461730424012429/>

Desde o começo, o espaço manteve as atividades abertas a propostas, que foram se diversificando com o passar do tempo e envolvendo cada vez mais pessoas. Uma das marcas dessa época era a intensa presença de crianças, principalmente dos bairros do entorno, que se atraíam pelas atividades. Outra característica, também muito marcante desde o princípio, foi a relação com artistas de rua, desde grafiteiras e grafiteiros, pixadores e pixadoras, até com os chamados por nós de “viajeiros”. Os “viajeiros” eram andarilhos geralmente latino-americanos, que tinham como fonte de renda e modo de vida os chamados “mangueiros”, que significa, entre outras coisas, arte independente que acontece nos lugares mais movimentados da cidade e pede em troca uma contribuição espontânea. Essa prática foi incorporada por várias pessoas que transitaram pela casa, por ser uma forma de fonte de renda em que é possível desenvolver práticas artísticas, contato direto com a cidade e as pessoas, na qual não é necessário se submeter a um patrocinador ou ao mercado da arte. Entre os “mangueiros” mais comuns estavam as práticas circenses nos semáforos, a música de rua, confecção e exposição em feiras de produtos naturais, artes gráficas, zines, artesanato, tudo aquilo que segue a ideia de “faça você mesmo”.

A cozinha (2015 - 2016)

Lugar da casa comumente reservado à alimentação, a cozinha é o cômodo onde as pessoas se reúnem para o preparo da refeição, que propicia um espaço de compartilhamento. É nela que fazemos uma mistura de elementos que nutrem e sustentam um corpo. Nesse momento, ocorreu o processo de digestão das ideias que deu base e sustentação para o corpo coletivo, foi quando se corporificaram práticas, hábitos e estratégias a partir dos contatos gerados principalmente entre alguns “viajeiros” e okupas anarco-punks (Figura 2).

As práticas e ideais se estabeleceram de forma mais consistente nesse momento, com as atividades como oficinas, encontros, debates, mantendo a porta aberta para



as proposições externas, reuniões para divisão de tarefas, organização de eventos, manutenção da casa, elaboração de projetos e o “recicle” de alimentos. A cozinha costumava ser um dos lugares que mais concentrava funções e conseqüentemente pessoas, foram nesses dois anos que o movimento de pessoas na casa foi mais intenso. Era posicionada no andar de baixo, próximo a porta de entrada que ficava em frente à rua e passava a maior parte do tempo aberta, então era a cozinha o fluxo de interação. Por ali passavam todos os tipos de pessoas, crianças da região, trabalhadores em suas pausas, estudantes, peregrinos, curiosos, entusiastas do movimento e pessoas com os mais diversos problemas em busca de algum auxílio. Outra função do cotidiano, ligada à cozinha, ao tempo e a troca entre as pessoas, era buscar lenha para alimentar as chamas do fogão a lenha. Lembro de um sentimento amplamente compartilhado de que existia um vórtex temporal na cozinha, era muito difícil sair dela. A cozinha era o ponto de encontro.

Ali os “recicles”, que eram nossa principal fonte de alimento, chegavam sempre em bicicletas com caixas de feira no bagageiro, para passarem pelo processo de limpeza, onde eram selecionadas as partes do alimento que seriam consumidas das partes que iriam para a composteira. O “recicle” de alimentos era realizado no final do expediente de alguns restaurantes da cidade e no fim das feiras. Essa prática, muito comum entre ocupações, baseia-se em reaproveitar as “sobras” de comida que iriam ser descartadas, ainda que seus valores nutricionais não tenham se alterado, já que há mais lucro com o desperdício do que com o reaproveitamento, segundo a lógica capitalista de consumo (MARQUES, 2018). Esta é uma alternativa viável dentro de centros urbanos, em que não há lugar suficiente para o plantio de alimentos de subsistência, um ato que visa não financiar a indústria alimentícia e agir contra o desperdício. Mesmo sem espaço suficiente para uma grande plantação, a praça pública em frente ao prédio foi ressignificada pelo coletivo ao criar uma horta comunitária, que contou com a colaboração de moradores do bairro e resistiu até o último ano de ocupação (Figura 3).

Era no mínimo curioso ver que uma ação tão primária, como a de plantar alimentos, incomodava tanto os órgãos públicos da cidade. Todos os anos, no período que

antecedia o carnaval, funcionários da prefeitura retiravam as plantas e estruturas construídas pelo coletivo. A horta revitalizou a praça, mesmo com o esforço para anular essa iniciativa, passávamos o resto do ano recriando-a, com a compostagem dos alimentos, cuidado e plantio, troca de saberes, principalmente com as pessoas mais velhas do bairro, além de constantes manutenções e a retirada do lixo do local.

A autonomia, autogestão e apoio mútuo aqui se consolidaram como fundamentos da organização coletiva, baseados em alimentar-se de restos, habitar o abandono, incitar uma arte insubmissa e subversiva, compartilhar em meio a crescente segregação. Essas ideias são parte dos pilares do anarquismo, amplamente discutidos por diversos teóricos reconhecidos. Conforme a autora Fernandes (2016), que sistematizou esses conceitos a partir de importantes pensadores, a autogestão para Kropotkin significa um modelo de gestão em que a tomada de decisões e o controle devem ser feitos de forma horizontal pelo coletivo, já o apoio mútuo de acordo com Proudhon baseia-se na autonomia, solidariedade e eliminação da autoridade.

Apesar de os principais nomes do pensamento anarquista terem influenciado a filosofia do nosso coletivo, as nossas fontes principais para forma com que nos organizamos partiram de referências mais próximas à nossa realidade. Para Vergara (2013), a autonomia está diretamente relacionada à libertação individual e coletiva, que só pode ser atingida em um espaço sem autoridade, o apoio mútuo é a cooperação entre indivíduos de uma organização e a autogestão se dá através da auto-organização dos indivíduos dentro da comunidade. Os três conceitos estão interligados e não existem isolados sem perder o sentido abordado aqui. A autora do trabalho citado fez parte da convivência da Okupa 171, que ficava próxima à O.C.A. e foi uma das principais referências para a forma como nosso coletivo se organizou.

A autonomia, em nosso contexto, foi o processo de indivíduos que reivindicaram a libertação do corpo e das normas sociais, que tem como padrão a naturalização imposta de corpos brancos, heterossexuais, cisgêneros e normativos e a conseqüente marginalização a tudo que foge à essa norma. Tal oposição feita à uma ideologia que é tão normalizada desde o nascimento, entranhado na história do nosso país desde a colonização, não poderia passar por transformações e descobertas sem questionamentos individuais e coletivos, que levaram a conflitos e autopercepções. Um dos acontecimentos expoentes mais relevantes sobre esse debate, foi a performance em repúdio a violência contra mulher, no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFPel, realizada por mulheres cisgênero e dissidentes de gênero, em que estavam presentes membros do coletivo O.C.A., no final de 2015. A manifestação aconteceu na semana em que foram vazadas imagens de um grupo do *Whatsapp*, do qual tinha como membros homens de dentro da instituição, que compartilhavam fotos sexualizadas de mulheres dos cursos de humanas, sem o consentimento delas. O ocorrido causou grande indignação e repulsa, que foi o estopim das múltiplas violências vividas e dificilmente levaria a outro lugar que não ao de um ato combativo, no qual encontrou na linguagem performática a potência de difusão e expurgo através do choque. O ato teve uma grande repercussão nacional e em praticamente todas as notícias foram divulgadas desinformação, que nem ao menos citaram o que levou a manifestação a acontecer, a aversão à nudez e aos atos simbólicos foi muito maior do que à violência em si. Algumas pessoas presentes nesse ato foram até mesmo perseguidas nas ruas e nas redes sociais. Na semana seguinte foi feita uma *varieté* na O.C.A. que, segundo Sarah, foi um evento artisticamente potente e bem organizado, no qual as pessoas presentes na performance estavam unidas pela reverberação e intensidade desta. Entretanto, homens que faziam parte da convivência do espaço perseguiram insistentemente mulheres que participaram da performance, o que foi uma das violências vividas no nosso próprio meio.



Foi um período de assimilação das múltiplas opressões causadas pela misoginia em nossas vidas, em que muitas de nós nomeamos as violências de gênero que vivemos ao longo da vida, o que resultou em uma ação direta organizada contra o abuso. A união de mulheres cis, pessoas trans e das “bixas”⁶ contra os abusos, violências e opressões, para criar espaços em que não nos sentíssemos em constante alerta de perigo, ficou conhecido entre nós por “racha macho”, alguns efeitos desse movimento foram importantes, mas também teve suas próprias problemáticas. Organizações muito semelhantes aconteceram nas ocupações universitárias de 2016, como pude presenciar nas ocupações da UFPel, da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Belo Horizonte (UFMG). Mais tarde, esse movimento evoluiu para um questionamento cada vez mais presente sobre os papéis de gênero e suas reproduções, a normatividade da sexualidade, os privilégios de classe e da branquitude. Já a experiência autogestionária criada no espaço, aconteceu em diferentes campos de ação, com características próprias, sempre relativo à busca por emancipação da estrutura estatal e ao boicote dos principais pilares do capitalismo. Tal busca por uma vida e modos de fazer arte independente, encontrou a autogestão como ferramenta para praticar a ideia, ligada a modos de elaborar processos políticos, econômicos e de ensino-aprendizagem.

Para Bahia (2020), a arte sempre estabeleceu ao longo da história, ao menos desde a Idade Média, vínculo estreito com o poder vigente, na qual esteve associada anteriormente a igreja, sucessivamente a aristocracia, a burguesia, até chegar a sua atual relação com corporações. O vínculo de longa data entre arte e instituições de poder, segundo a autora, atualmente está interligado ao Estado, à mídia e ao mercado, que atuam ativamente para definição de valores, daquilo que é considerado arte e de quem irá ser reconhecido como artista. De acordo com Bahia, até o século passado os artistas tinham duas opções: poderiam sujeitar o fazer artístico as vontades dos

⁶ Bixa é um termo de cunho pejorativo, apropriado pela comunidade LGBT+ como forma de resignificação e autoafirmação. Comumente se refere a homens cisgênero afeminados ou dissidentes de gênero.

patrocinadores ou assumir um posicionamento marginal. Contudo, atualmente o mercado se apropria das questões entendidas como “marginais” e gera um processo de espetacularização, esvaziamento e mercantilização da arte.

O capitalismo neoliberal, que se apropria das diversas pautas sociais e “marginais”, frequentemente utiliza expressões artísticas como recurso para a construção de uma falsa imagem de conscientização social e ambiental, o que não ameaça necessariamente as estruturas de poder e mascara a raiz dos problemas. Este pensamento não tem um valor moral, tendo em vista que os artistas ainda dependem do financiamento de instituições já que há uma grande dificuldade de se manter enquanto artista independente no Brasil. Mas ainda assim, legítima a necessidade de existência da arte independente, que tem a liberdade de se expressar desvinculado das instituições e do mercado. Por isso o nosso interesse na produção artística da contracultura, nas mídias independentes, na construção de uma economia circular e nas discussões políticas que podem construir modos anticapitalistas de viver no meio urbano.

A gestão econômica do espaço se dava de diferentes formas, como os “mangueios” individuais e coletivos para o caixa da casa, com uma contribuição semanal para produtos básicos que não era possível conseguir através dos “recicles”. Já a verba feita a partir dos eventos, era direcionada às constantes necessidades de manutenção do prédio, como construção de mezaninos, reparo da fiação elétrica, conserto do telhado, entre outras, geralmente auxiliado por quem tinha conhecimento prévio.

A preocupação com a nossa responsabilidade sobre o meio ambiente em uma vida urbana, levou a criação do banheiro seco, horta comunitária, os encontros “Herbário” sobre plantas medicinais e a abordagem sobre as pautas indígenas desde o início da ocupação. De acordo com Bruna, outra prática presente era a de repensar a relação com vidas não humanas, no espaço não se cozinhava carne e três animais foram resgatados da rua: Morcega, Hermes (ambos gatos) e Pelúcifer (cachorro). O hábito do cuidado com os animais que estavam em estado de vulnerabilidade, gerado pelas condições de imposição da vida humana sob qualquer outra, reforçava o pensamento antiespecista, esses animais eram membros do coletivo e traziam outra vida para o espaço.

Durante esses anos, a presença das crianças no espaço continuou sendo muito demarcada, como as práticas também se baseavam em lidar com as demandas externas que atravessavam o lugar, surgia a necessidade de criar atividades que não tinham na região. Um dos motivos de manter a porta sempre aberta, além de receber propostas já materializadas, era justamente perceber o porquê o espaço era procurado, para fazer existir o lugar que faltava (Figura 4).

As *varietés* foram, sem dúvida, uma das características mais singulares do espaço durante todos os anos. Era um evento não apenas de confraternização, mas de manifestação cultural, no qual as pessoas de dentro ou de fora do coletivo se dispunham a exteriorizar tudo o que carregavam. O dia de *varieté*, era o dia de esticar o longo tapete vermelho, que sugestivamente já estava no espaço antes da ocupação, o ambiente burlesco e de cabaré, junto as performances viscerais, com influências circense, da cultura *freak* e do pornoterrorismo, geraram muitas vezes um estado de alteração da consciência generalizado.

Entre as atividades desenvolvidas ao longo desses anos estavam o MaLoCA Lab., a construção de um parklet, o Laboratório de desobediência Urbana, exposições coletivas, shows, apresentações teatrais e performáticas, grupos de estudo, rodas de conversa e as *varietés*.



A sala escura (2017 - 2018)

A sala escura era o cômodo onde aconteciam as apresentações mais intimistas, um lugar com ótima acústica e paredes negras, criava profundidade para as apresentações, propiciava uma imersão intensa e ficou marcado principalmente por suas apresentações performáticas, teatrais e instalações artísticas (Figura 5).

Tal conjunto de características tornavam o espaço um ambiente oportuno para momentos de catarse coletiva, em que emergiram manifestações que rasgavam o silêncio, que expunham necessidades. Esse foi um período de evidenciar tudo aquilo que incomodava e violentava nossas vidas, decorrente do processo de expurgo que se deu desde 2015. É no escuro que se revela o oculto, o invisível e o invisibilizado. A ação de exposição foi conflituosa, mas necessária para enxergar os problemas, aquilo que nos impedia de avançar no dia a dia, que desmobilizava o coletivo. Essa fase principiou o fim, junto ao golpe sofrido por Dilma Rousseff, os movimentos autônomos, que já passavam por inúmeros obstáculos, entram em um grande declínio.

Foi nesse momento que me integrei de fato ao coletivo e mantive o vínculo até se findar, seria desonestidade falar da minha experiência e não tentar relatar a densidade que era estar ali. Por se localizar na região portuária, regiões estas que geralmente são conhecidas por seus conflitos, a casa é carregada de uma história difícil não sentir. Mesmo que esse não seja um dado factual, são incontáveis o número de pessoas que falavam sobre a sua “energia” histórica, muitas inclusive não frequentavam o espaço, talvez por superstição infundada ou talvez por realmente existir algo que a rápida experiência humana não consegue comprovar. Com ou sem crenças, esse era um sentimento compartilhado, até por quem escolhia estar ali. Por ser algo de ordem tão subjetiva, as palavras parecem sempre ser insuficientes para explicar a experiência. Além de uma ou outra história da aparição de uma mulher, que aparentemente habitava a casa em outro plano (quem sabe outro período da história), a casa em si fazia muitos sons, obviamente por ser antiga e com chão de madeira, mas parecia ter vida própria.

Devido ao fato de ser grande e sempre cheia de gente, ficar só era uma experiência rara, que exigia sagacidade, se propagava uma sensação de que ficar só não era possível. Ela parecia uma casa monstro, Sarah associa ao Castelo-rá-tim-bum, sempre desconfiei que de alguma forma ela entrava em sincronia com as apresentações e desencadeava uma série de estranhas coincidências, mesmo que parte considerável de mim não acredite em nada disso. Era como uma forma de habitar uma linha atemporal, que um pequeno desvio da racionalidade proporcionava uma experiência de epifania quase extracorpórea. Além de muitas vezes ter presenciado momentos de eventos em que as apresentações, principalmente performáticas, levaram a um estado quase que de transe coletivo. Óbvio que a maioria destes fenômenos poderia ter uma explicação mais racional, mas a intenção aqui não é a de explicar essas experiências e sim registrar esse fenômeno.

Costumava dizer que Pelotas é uma cidade amaldiçoada com razão, um grande *brick* a céu aberto, uma cidade museológica, cheia de orgulho dos seus casarões e estátuas em homenagem aos exploradores, uma cidade presa em seu passado promissor que acabou tendo um futuro corroído por mofo. Mas que carrega uma beleza decadente, uma cultura afro-brasileira muito viva, uma fauna e flora muito peculiares, onde podemos observar a passagem do tempo além da contagem de números do relógio, mas também pela cor das folhas e dos fins de tarde. A maioria dos estudantes que vêm de outras regiões do país, modifica profundamente a vida dos que já estavam na cidade e não conhecem suas várias camadas, porque interagem com uma parte da cidade limitada aos prédios da universidade. As relações criadas na O.C.A. me permitiram interagir com o entorno e com a comunidade local de muitas outras formas, o que aconteceu com a maioria dos estudantes que frequentavam o espaço.

As práticas e organizações dos anos anteriores foram mantidas, mas passaram por várias transformações já que o coletivo não tinha membros fixos e, em sua maioria, era formado por universitários que eram originários de outros municípios, por isso havia uma certa fluidez à medida das necessidades e vontades em comum. O fluxo de pessoas agregava diferentes ideias, mas tornava tudo muito impermanente, trouxe a dificuldade de estabelecer prioridades coletivas e a ordem de princípios básicos. As oficinas, encontros e projetos abertos à comunidade continuaram, mas passaram por alterações na medida em que seguiam as proposições de quem estava presente.

No ano de 2017 a casa sediou o Projeto Multiversidade Autogestionária de Aprendizagens Livres da UFPel, que teve como proposta a criação de grupos de estudo sobre educação libertária, como uma prática autônoma de aprendizagem por um viés da educação anarquista. O coletivo mobilizou neste mesmo ano, a formação de uma biblioteca libertária por meio do projeto citado, que contou com a doação de livros, zines, revistas e catálogos. Como forma de ativação, foram feitos grupos de estudos sobre assuntos variados, mas com foco em temas como gênero, sexualidade, classe e raça, a partir de referências não eurocêtricas, já que essas pautas foram se mostrando cada vez mais emergentes durante esses anos, tanto local quanto nacionalmente.

Desde o princípio houve uma grande vinculação das nossas propostas com a educação libertária, o dia a dia envolvia concepções que talvez se aproximem da transdisciplinaridade, na qual os processos de ensino-aprendizagem eram indissociáveis do nosso cotidiano. Sob a perspectiva que visava a quebra da lógica de transmissão de conteúdo e de hierarquia entre professor e aluno, em prol da valorização de saberes múltiplos associados à própria vida. Apesar de alguns momentos serem reservados para o estudo, troca de experiências e informações, estávamos inseridos o tempo inteiro na relação de aprender e ensinar algo novo, não havia distinção entre prática e teoria, figuras de autoridade ou desvalorização de áreas específicas do conhecimento.

Muitos de nós éramos estudantes de licenciatura, portanto sentíamos vontade de pensar as problemáticas presentes em sistemas tradicionais de ensino, tivemos ali a oportunidade de testar outras formas de compartilhar conhecimento e experiências.

O modelo industrial de produção do final do século XIX serviu de base para a organização curricular da escola, que separa as áreas do conhecimento em disciplinas. Essa forma fragmentada de organização do conhecimento, também teve forte influência de Descartes, que entendia a natureza através de um caráter dualista de divisão entre a mente e matéria, como se existissem isolados um ao outro. Tal fragmentação atrapalha o processo de aprendizagem, gera frustração nos estudantes que não conseguem criar sentido no aprendizado, já que os conteúdos não se conectam entre si (COCCO, et al. 2013) e nem com suas vidas. O método tecnicista de separar os campos do conhecimento, de desmembrar a mente e o corpo, desconectam os estudantes da vontade de aprender, essa estrutura é pensada para formar seres domesticáveis e submissos, apenas para exercer funções de maneira mecânica dentro do mercado de trabalho. Esse sistema de ensino forma seres acrílicos, eternamente dependentes da lógica de consumo que caminha em direção oposta à autonomia.

O fato de não termos um espaço de criação livre, dos cursos da universidade estarem em prédios separados e de o ensino superior ser voltado para saberes hiperespecializados, nos despertaram a necessidade de criar espaço para convergir os conhecimentos. Grande parte dos integrantes do coletivo eram de áreas artísticas, como teatro, artes visuais, dança, música e cinema, mas a relação de saberes criada no espaço sempre levou em consideração as mais amplas complexidades dos modos de ser enquanto indivíduo e enquanto coletivo. Os conhecimentos trabalhados dentro das salas de aula, ali tomavam vida em uma permuta constante, juntamente com a convivência com pessoas que não pertenciam a universidade, de diferentes idades e variadas situações. Cada um que passava pelo espaço trazia consigo as suas perspectivas e histórias, suas ideias e conhecimentos empíricos. A configuração do espaço em si era efêmera, estava sempre em transformação de acordo com as vontades e propostas artísticas, como mezaninos, ateliês, biblioteca, ambiente de estudos e ensaios. Outra problemática da divisão dos conhecimentos é que muitas vezes são exigidas, durante o exercício da profissão docente, o conhecimento de outras práticas artísticas, que não são trabalhadas durante a graduação, para as pessoas que passaram pelas experiências da O.C.A. esse repertório foi criado, de acordo com a permuta entre as áreas.

Uma das principais singularidades dessa experiência, conforme afirma Bruna, era a de criar um cotidiano alternativo ao imposto, que propiciava um ambiente lúdico, inspirava a imaginação e a criatividade, músicas espontâneas preenchiam os momentos de lazer e o próprio cotidiano, vivemos tempos de intensa criação artística. A rotina de atividades e o contato com diferentes pessoas estimulava a construção de outro ritmo na cidade e práticas artísticas mais relacionadas com a vida. A própria posição da O.C.A. em uma grande encruzilhada, sempre cheia de oferendas, assemelha-se simbolicamente ao que ela se tornou: o ponto de encontro, uma união dos conhecimentos.

Uma questão muito marcante para o intercâmbio político e cultural latino-americano que acontecia, era o fluxo de zines que chegavam no espaço, se multiplicavam e se difundiam. Os zines muitas vezes influenciaram as formas de organização, ajudaram a pensar estratégias, criaram momentos de compartilhamento que agregaram muito as concepções de identidade de gênero, diversidade sexual, ideias anarquistas, sustentáveis e o combate ao racismo, machismo e homofobia.

O lugar de experimentar o novo também é um lugar de autoexposição e vulnerabilidade, há sofrimento na metamorfose, ainda mais quando a história é repleta de atrocidades.

Quanto maior o fardo histórico que se carrega, maior o desafio de transfiguração, de necessidade de destruição e desconstrução, como parte que principia a construção e criação. Como o passado não abandona o presente, todos carregamos nossa bagagem cultural, que foi construída também junto a valores coloniais e capitalistas, mesmo que lutando cotidianamente para inventar algo que muitas vezes é difícil de nomear, que exige uma fusão entre imaginação e prática, ainda estamos sujeitos a reprodução de opressão. A esse respeito, acredito ser importante cometer novos erros, porque isso pressupõem o aprendizado e a autopercepção de que esses valores culturais estão presentes, até mesmo nos lugares que se propõe a práticas libertárias. Por maior que seja a disposição de se rever e se reinventar, seja individual ou coletivamente, as contradições estão sempre presentes, reconhecê-las é indispensável na busca constante de uma consciência social e histórica.

Nós enfrentamos nossos próprios desafios, em que a maior dificuldade era habitar o experimento e não saber qual caminho era o certo, nem ao menos se tal caminho existe. Havia uma grande dificuldade de envolver as pessoas em oficinas semanais, como não contavam nota ou presença tudo dependia da vontade individual daqueles que frequentavam, o que tornava a presença impermanente, isso causava um problema de continuidade nos assuntos. Talvez esse problema esteja relacionado a maneira que aprendemos a aprender, pela lógica da obrigatoriedade. Como um lugar de aprendizado e desconstrução, acabava vindo a superfície problemas estruturais que a sociedade tenta soterrar, como o racismo e o machismo, algo que está presente em todos os lugares, inclusive nas escolas. Os docentes, durante o exercício da profissão, também terão que lidar com reproduções de opressão e violência social, em que não estão preparados, apesar de discussões acerca desses temas surgirem durante a graduação, não há elaboração de práticas. No nosso espaço, tais práticas surgiram para tentar conviver, transformar e desconstruir, a medida que cada um se propunha.

Grande parte das crianças que estavam presentes no início da ocupação, nesse momento de 2017 e 2018, já haviam se tornado adolescentes ou pré-adolescentes, aqueles integrantes do coletivo que ficaram desde então as viram crescer. Como a casa estava sempre aberta, atraía aqueles que em algum momento vagavam pelas ruas e por algum motivo paravam ali, o que trouxe algumas relações incríveis para nossa vida, mas outras extremamente conflituosas. A relação com algumas das crianças, que anteriormente acontecia através das oficinas ou para compartilhar comida, começou a se tornar uma situação que envolvia ameaças, desrespeito com o espaço e conosco, vimos algumas delas entrarem para o crime e para prostituição. O contexto social permeado pela falta de política pública para populações marginalizadas, tornou nosso espaço ora um lugar de refúgio e acolhimento, ora um lugar a ser atacado, o que é comum acontecer com ocupações que não controlam o fluxo de pessoas. Essa situação nos trazia reflexões acerca das realidades contrastantes, de conflitos internos sobre privilégios e das diferenças de acesso, já que a maioria de nós era branco e universitário. As circunstâncias evidenciaram a necessidade de atividades, centros culturais e esportivos para crianças e adolescentes da região, além da percepção de como reverbera no presente o histórico escravocrata da cidade. A maioria dos estudantes que passaram pelo coletivo não eram naturais de Pelotas, talvez esse seja um dos motivos que levou ao conflito. Quando casas culturais se abrem à comunidade, é importante que pessoas da própria comunidade estejam inseridas na organização dos eventos e gestão do espaço, apenas pessoas que são ambientadas com o local entendem suas demandas mais profundas, além de terem uma outra relação com a vizinhança. Acabamos nos colocando em um trabalho que se assemelha a assistência social, que é extremamente complexo, não tínhamos preparo nenhum para tal.

Ainda assim, uma outra criança, filha de um trabalhador dos arredores, cresceu dentro da O.C.A. e tivemos o privilégio de acompanhar seu crescimento, de transformar e



sermos transformados. O convívio com a diversidade de identidade de gênero, no contexto dessa criança, se tornou algo naturalizado, era impressionante ver a inteligência e sensibilidade que uma criança pode desenvolver com a convivência. Essa criança esteve presente diariamente no espaço, após a escola, entre seus 6 e 11 anos, era um membro fundamental para nós, participou de diversas atividades e estava sempre construindo algum brinquedo com nossos milhares de materiais aleatórios, foi uma convivência profundamente afetiva. Uma mulher frequentou o espaço por alguns meses junto a seu filho, ela estava desempregada e nos procurava em busca de apoio, inicialmente por não ter o que comer e costumávamos dividir nosso “recicle” com ambos. Um dia ela foi despejada da casa em que morava, e já passava por todas as dificuldades que uma mulher negra, mãe e solteira vivem. Nós a acolhemos, ensinamos como, quando e onde fazer os “recicles”, que poderiam ser a fonte de refeição daquele núcleo familiar. Eu me aproximei muito dela através das trocas de vivências, ela esteve presente em grupos de estudo sobre gênero contribuindo com reflexões sobre sua realidade e estava sempre lendo os livros da biblioteca, e de seu filho que criamos uma relação principalmente através do jogo de xadrez, aprendi muito com ambos. Mais tarde ela conseguiu uma casa e se aproximou cada vez mais dos movimentos de ocupação.

Muitas vezes nos envolvemos com os problemas pessoais de quem buscava alguma forma de ajuda, era extremamente difícil lidar com os contextos e suas complexidades. Lidar com essas demandas sociais, com a graduação e com os problemas pessoais era um dos maiores desafios, que trouxe crises muito profundas, principalmente para integrantes não-homens, já que eles geralmente escolhiam não se afetar. Uma certa ideia rondava o espaço de que deveríamos estar sempre abertos à comunidade, com o tempo percebemos que essa era uma forma de romantização dos princípios de comunidade e coletividade, que fazia a linha entre o coletivo e o individual se perder.

As reuniões semanais que tratavam de assuntos de ordem prática, acabavam expondo cada vez mais a reprodução dos papéis de gênero, no qual se dava às micro pressões que sobrecarregavam, principalmente as mulheres cis e dissidentes de gênero, no

trabalho doméstico e nos conflitos de ordem relacional. Tivemos que desenvolver estratégias como fechar as portas e controlar o fluxo de pessoas, até mesmo para os “viajeiros”, já que receber muita gente desorganizou o coletivo. A inconstância dos membros dificultou a continuidade de hábitos e práticas associadas aos nossos princípios ideológicos, a falta de estratégias mais consistentes foi um dos motivos que fez com que a ocupação chegasse ao fim, em 2019. A partir de então, só entravam pessoas de fora quando tinha alguma atividade determinada, na transição entre esses dois anos a ocupação passou a aceitar apenas mulheres cis e dissidentes de gênero.

Em 2018 o espaço foi gerido por poucas pessoas, quase todos eram membros novos, que mantinham contato com a ocupação, mas que não viveram ali anteriormente. Uma das principais atividades desenvolvidas foi a criação do projeto Ateliê Livre Judith Bacci, de serigrafia. A presença de duas pessoas dissidentes e afro indígenas, responsáveis por grande parte da movida deste ano, trouxeram questões ainda mais demarcadas sobre a normatividade e os privilégios, debates e embates inevitáveis, que atingiram todas as pessoas do coletivo, principalmente as cisgêneras, brancas e heterossexuais. O que revelou muito sobre as limitações do movimento anarcopunk de okupas, que ainda é resistente a se voltar para questões de gênero, sexualidade e raça, como afirma Bruna.

Outro acontecimento que modificou nosso cotidiano e das pessoas do bairro foi a reabertura das atividades portuárias, realizada pela empresa Sagres, responsável pelo transporte de madeiras de eucalipto, matéria-prima da produção de celulose. A empresa trouxe, sob o pretexto de desenvolvimento econômico, inúmeros impactos ambientais e sociais que, com o transporte diário por meio de caminhões com toneladas de madeira, afetaram diretamente a vida dos moradores e as estruturas das casas antigas (que são a maioria) do bairro. O que vem gerando o chamado de revitalização da região do porto, mas também um processo de gentrificação. Essa empresa inclusive passou a patrocinar grande parte dos movimentos culturais da cidade. Desde o começo da sua ativação, ouvíamos em todos os momentos do dia o barulho dos braços de ferro realocando um imenso número de troncos, o que parecia ser a quantidade de uma floresta morta por dia. O trabalho nunca parava, do momento de acordar até o momento de dormir, o som das máquinas invadia todos os lugares da casa e até nossos sonhos.

Porta de saída (2019 – 2024)

A porta de saída narra sobre o fim da ocupação, sua autodissolução. O lugar que um dia abriu passagem para a metamorfose do corpo, do espaço e da história, agora encerra sua caminhada para fechar o ciclo e vir a ser outra porta de entrada, com novas aberturas (Figura 6).

A onda de movimentos que tomaram as ruas em 2013, que ocuparam escolas e universidades em 2016, em 2019 recaiu. Desde a ascensão de Michel Temer até a posse de Jair Bolsonaro, tornou-se cada vez mais difícil viver no país em que sobreviver é um privilégio. A reintegração de posse não foi o nosso caso, mas foi uma onda generalizada de medo, em que as necessidades mais básicas e a falta de esperança tomaram o lugar dos movimentos coletivos. No caso de Pelotas, essa realidade também teve um contexto próprio, o chamado Pacto pela Paz. Promovido pela prefeitura, aumentou a repressão policial em nome da redução da criminalidade, que perseguiu principalmente jovens periféricos e estudantes da UFPel, na paz promovida por autoridades governamentais, está quase sempre implícito como método a violência, para defender a paz dos patrões. O medo é um projeto político.



No ano de 2019, a casa passou a ficar sem moradores, sobraram apenas quatro pessoas das formações antigas do coletivo, o que não era um número suficiente para manter o espaço ativo. Isso fez com que a casa começasse a entrar em rápido estágio de deterioração, já que ela precisava de manutenções quase que diária para manter suas estruturas. Por isso, poucas atividades aconteceram no espaço, entre elas estavam ensaios de grupos da dança e do teatro, algumas apresentações teatrais e performáticas, alguns encontros, oficinas e sua última *variété*, que não por acaso foi nomeada “Reviravolta da Revolta: preparades para o fim”. O fim de fato chegou, tanto o fim do coletivo quanto o fim das aglomerações devido a pandemia de COVID-19. Essa última *variété* contou com um público não muito numeroso, já que muitas pessoas deixaram de ir por receio de agressão policial, que se tornou comum em eventos universitários. Ainda assim, foi um dos melhores eventos do espaço, com público e atrações majoritariamente diversos.

A fotografia do salão do segundo andar registrou uma das atividades deste ano, a oficina de Lambe-lambe ministrada por Marianne Simões (Figura 7).

O momento que atravessamos neste período, foi entendido por nós como um estágio de transição, o futuro da casa era completamente incerto, nosso maior receio era de que voltasse a ser abandonada. No final do ano, surgiu a proposta do NUGEN (Núcleo de Gênero e Diversidade) da UFPel, para reformar a casa e transformá-la em um centro de vivências culturais da UFPel. Com pautas voltadas à diversidade sexual e de gênero, começou a ser ativada no ano de 2022, por meio de diversos coletivos da cidade com projetos de ação afirmativa direcionados para a comunidade.

As reformas começaram em 2020, o nosso coletivo com poucos integrantes e com a ajuda de alguns amigos, precisou organizar mais de cinco anos de história, com um grande número de obras artísticas, mobília e objetos que haviam sido produzidos ao longo do tempo. Além da dificuldade que essa tarefa exigia por si só, a pandemia foi uma grande barreira para acessar a casa, não tínhamos como nos deslocar com frequência suficiente para acompanhar a reforma. Como parte dos protocolos da

instituição, que segue um modelo padrão, a reforma fez com que praticamente todo nosso acervo se perdesse, descaracterizando o que construímos até então, restou apenas uma pequena pilha de livros e zines.

Cabe salientar a existência de uma estética que acompanha as ocupações, especialmente aquelas em prédios históricos, onde estão muito presentes os lambes, pixos, murais e grafites, artes urbanas em geral, que preenchem o espaço com expressões artísticas, frases de cunho libertário e de incentivo à organização do espaço. Estas são características que permitem a percepção dos fundamentos de um movimento ao observar suas paredes, que incentivam as singularidades, subjetividades e o sentimento de pertencimento. Já as características visuais que ligam os prédios institucionais, são as cores geralmente branca ou cinza de suas paredes, a disposição de salas isoladas, os banheiros masculinos e femininos, a padronização das construções extingue as singularidades e seus contextos. A semelhança entre as escolas e presídios, por exemplo, tem a função de propagar relações hierarquizadas e militarizadas que reforçam a domesticação, tornando os indivíduos mais fáceis de controlar, como aborda Foucault (1987).

Refleti muito sobre como esses modelos institucionais atravessam as histórias e reduzem a diversidade a uma única forma. Contudo, o próprio NUGEN também não teve controle da situação pelo mesmo motivo que nós. A COVID-19 e o isolamento social pandêmico foram os motivos que de fato impediram a preservação da memória no nosso contexto. Por fim, foi institucionalizado, mas continua sendo o espaço que falta dentro da universidade, um espaço aberto a proposições artísticas e culturais, que buscam práticas focadas nas necessidades de populações marginalizadas, que também tem seu espaço negado dentro da cidade. A casa está criando outra forma de autonomia, com a convergência das experiências de coletivos relevantes dentro dos movimentos feminista, negro, indígena e LGBTQ+ da cidade. Desde então aconteceram atividades como a Feira de Mulheres Empreendedoras Negras e Indígenas (FeMENI), a I Mostra Pelotas LGBTQ, a casa também sediou durante cinco dias o “Fundo – Festival Internacional de Performances”, por meio do projeto de pesquisa Estudo sobre a profundidade, vinculado à UFPel.

Além disso o coletivo O.C.A. está ocupando o espaço hoje sob uma nova formação, com o nome de RetOCA, que traz consigo ideias, práticas e memórias do antigo coletivo, mas com uma forma de ação mais pontual, como a *Variété* “Ressuscitah: o recomeço do fim” (2022) e a *Variété* em desenvolvimento “Varietoca: edição Retoca” aprovado pelo Pró-cultura de Pelotas. Assim a história segue sendo ressignificada mais uma vez.

Referências

BAHIA, Dora Longo. Por uma arte revolucionária e independente. *Aurora – revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.13, n.38, p. 94-108, 2020.

COCCO, Izabel Rubin et al. A Fragmentação Disciplinar sob a Ótica das Quatro Áreas de Conhecimento. In: ENCONTRO DE DEBATES SOBRE O ENSINO DE QUÍMICA, 33., Ijuí, 2013. Anais 33º EDEQ. Ijuí: Edeq, 2013.

FERNANDES, Carla P.P.G. *Apoio mútuo, coletivismo e autogestão no processo de gerenciamento de projetos em organizações de software e serviços de tecnologia de informação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 288 p.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas [1777-1888]*. 1999. Tese (Doutorado em História do Brasil) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KNUTH, Franco Goulart. *Os conflitos de uso da zona portuária de Pelotas e uma proposta de estrutura de negociação na perspectiva do gerenciamento costeiro integrado*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande.

LIMA, Juliana Domingos de. *50 anos de 'O Direito à Cidade'. E como o conceito ganha novos contornos*. Nexo, 20 mai. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/20/50-anos-de-%E2%80%98O-Direito-%C3%A0-Cidade%E2%80%99.-E-como-o-conceito-ganha-novos-contornos> Acesso em: 25 de mai de 2022.

MARQUES, Rogério Nunes. *Desobediência Urbana - estratégias, práticas e táticas urbanômades. Zona urbana / região de interesse estratégico urbanômade na cidade de Pelotas (RS)*. *Revista Arte ConTexto*, v.5, n.14, 2018.

OTERO, Júlia. *Alunos da UFPel emitem nota e dizem que casa do estudante tem larvas na caixa d'água*. Gauchazh, Pelotas, 04 mai. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/alunos-da-ufpel-emitem-nota-e-dizem-que-casa-de-estudante-tem-larvas-na-caixa-dagua-cj5vy1f9w10wixbj0e8cfvu2r.html> Acesso em: 05 de jan. de 2024..

VERGARA, Camile Tejada. *Arte, Contracultura e Nomadismo: O corpo em movimento contra a autoridade*. 2013. Monografia (Bacharelado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas.

WAISMAN, Marina. *El interior de la historia. Historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos*. Bogotá: Escala, 1990.

RODAS DE RIMA E A BATALHA PELO DIREITO À CIDADE A Batalha da Estação ¹

*RAP CIRCLES
AND THE BATTLE FOR THE RIGHT TO THE CITY
The Estação Battle*

Maurício Rossini dos Santos²

Resumo

A cidade apresenta-se a partir de seus conflitos cristalizados no espaço. Se forma e se transforma a partir das disputas travadas por diferentes agentes no espaço social. O presente trabalho tem como objeto de estudo a Batalha da Estação, manifestação cultural que se desenvolve no largo da estação férrea da cidade de Caxias do Sul, reivindicando o seu direito à ocupação do espaço público através da arte. O objetivo é analisar a relação entre uma manifestação cultural da juventude e a luta pelo direito à cidade. Para essa tarefa foi utilizada revisão bibliográfica, observação participante e conversas com o coletivo que organiza a batalha a fim de buscarmos compreender como a ocupação temporária do espaço público por uma batalha de rima ensaia, a partir da colagem de fragmentos de territorialidades em uma espacialidade rimada, outros caminhos em direção ao direito à cidade.

Palavras-chave: hip hop, direito à cidade, relatos, território.

Abstract

The city presents itself through its conflicts, crystallized in space. It takes shape and transforms through the disputes fought by different agents in the social space. The present work focuses on the study object, the 'Batalha da Estação', a cultural manifestation that takes place in the square of the train station in the city of Caxias do Sul, claiming its right to occupy public space through art. The objective is to analyze the relationship between a cultural manifestation of the youth and the struggle for the right to the city. For this task, bibliographic review, participant observation, and conversations with the collective that organizes the battle were employed to comprehend how the temporary occupation of public space by a rap battle rehearses, through the collaging of territorial fragments into a rhymed spatiality, alternative paths toward the right to the city.

Keywords: hip hop, right to the city, report, territory.

¹ Esse texto trata-se de uma colagem, em diversos sentidos. Originalmente escrito em 2021 — para a disciplina Sociologia Urbana, Atores Sociais e Internacionalização das Cidades, do PPGS da UFRGS — o texto recebe novos fragmentos, frutos das conversas com a organização da Batalha da Estação. Também quem escreve o texto possui novas camadas, algumas outras referências e vivências. Da mesma forma, o texto surge do entrecruzamento entre um sujeito que pesquisa, mas também realiza a Batalha da Estação, é um exercício do que recomenda Paulo Freire — para a prática docente, mas que nos serve para qualquer prática de ação direta —, a prática crítica, “implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre fazer” (FREIRE, 2002, p. 43). É a tentativa de compor com esses diversos fragmentos passados e presentes que resulta no texto que o leitor a tem em mãos.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia — POSGea-UFRGS.

Uma introdução

A cidade, assim como uma colagem, é uma reunião de fragmentos. Pradilla-Cobos (2002), em *La ciudad capitalista em el patrón neoliberal de acumulación*, afirma que o desenvolvimento capitalista — essa máquina que produz cidades desiguais — se dá de maneiras diferentes, conforme as combinações no tempo e no espaço. Sendo assim, também os impactos dos vetores globais sobre os locais se dão de maneira distinta a depender das combinações espaço-temporais no espaço social, como uma colagem produzida por diversas/os autoras/es. Da mesma forma, cada fragmento do espaço, produto e produtor das relações sociais, afeta as vidas que o animam de formas diferentes. Milton Santos (2017, p. 313) diz que, “[...] a globalização faz também descobrir a corporeidade” e, ainda que o capital global dedique esforços em constantes tentativas de homogeneização do espaço edificado — a fim de facilitar seus fluxos —, processos de resignificação do espaço se criam, e transformam, no cotidiano, denunciando a falsa ideia de consenso — marca do planejamento hegemônico — a partir de uma desobediência dos usos preestabelecidos.

É uma profunda ironia, como nos diz Tuan (2005), que a cidade possa parecer um lugar assustador. Construída para ordenar a aparentemente caótica natureza, a cidade pode converter-se em um ambiente físico desorientador. Mesmo que cada rua e cada edificação tenha sido produto de reflexão e planejamento, o resultado final pode parecer labiríntico e desordenado. Portanto, nossas reflexões devem partir, não apenas de uma escala global, pensando o mundo em sua complexidade, observando os diversos lugares e territórios que o compõem, mas também — e talvez, primeiramente — partir do olhar de quem habita essas espacialidades, para, aí sim, olharmos para o todo, que é construído cotidianamente nessa dialética relação entre os seres humanos e os lugares (NOGUEIRA, 2014, p. 24).

Nogueira nos propõe um olhar do cotidiano para o mundo, e por entender que, “[os lugares] podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo” (SANTOS, 2017, p. 314), nos parece importante a reflexão sobre manifestações que se desenvolvem nos espaços urbanos desafiando a lógica da produção do espaço, ocupando e subvertendo os usos para os quais foram projetados. As batalhas de MCs³, manifestação que interessa a este breve estudo, são um fenômeno urbano, em geral, de livre acesso ao público — geralmente realizados em praças, parques, centros comunitários de bairros —, portanto, não se tornam produto — do ponto de vista mercantil da arte —, são obra, seu valor é, em essência, valor de uso e não possuem valor de troca (MARX, 1988). Em uma realidade material onde o valor de uso é, constantemente, subordinado ao valor de troca e em tempos onde a própria cidade, que abriga essas manifestações, é transformada em mercadoria, “lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 21), torna-se importante que se reflita sobre práticas que tensionam essa lógica em busca de outros significados para a vida urbana, desafiando a “ordem” posta.

Os projetos urbanos contemporâneos são pautados por uma estratégia “homogeneizadora, espetacular, consensual” — ainda que sob uma ideia de consenso, em geral, falsa —, uma estratégia que tende a negar os conflitos, buscando transformar “espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo”, como que em imagens publicitárias (JACQUES, 2010, p. 108). É importante observarmos, porém, que existe sempre uma “outra cidade” ou “outras cidades” (JACQUES, 2010,

³ Mestre de Cerimônia, trata-se de um dos quatro elementos do hip hop e pode ser entendido tanto como a pessoa responsável por conduzir o evento, quanto o-a cantor-a de rap (rhythm and poetry, ou ritmo e poesia).

p.109) que se autoconstróem, por meio da sobreposição de territorialidades, de paisagens pautadas pelo dissenso e que são constantemente invisibilizadas pelas estratégias de marketing urbano que constroem imagens pacificadas, consensuais — cidades essas que resistem, coexistindo por trás das imagens espetaculares das cidades contemporâneas, “consensualizadas”, muitas vezes apropriando-se de seu substrato espacial material nesse exercício de resistir.

Ainda que essas imagens do falso consenso, das quais nos fala Jacques, tentem, elas não conseguem apagar as “outras cidades” opacas, no sentido de Milton Santos, mas intensas e cheias de vida que “se insinua[m] nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada”. Jacques (2010) defende que é a partir das experiências não planejadas, que subvertem a funcionalidade dos espaços públicos — públicos no sentido do acesso, ainda que privados —, ou seja, nos usos conflituosos e dissensuais do espaço (JACQUES, 2010 p. 109-110), ou das delinquências que nos fala Certeau (1996), que cotidianamente se forjam possibilidades de resistência às formas consensuais de se produzir cidades.

As batalhas de rap combinam a “mobilidade contestadora” da ideia de delinquência de Certeau (1996) e a profanação dos tempos do capital pelos lentos de Milton Santos (2017). E é a partir dessa ideia de contestação e de profanação do espaço-tempo do capital que buscaremos evidenciar como essa territorialidade autoconstruída a partir do encontro entre as periferias da cidade de Caxias do Sul, no centro da cidade, compõe colagens — feitas ombro a ombro e a várias mãos e vozes —, sobrepondo territorialidades, que apresentam uma sócio-espacialidade outra, que mira a autonomia, a profanação. Refletindo, a partir da leitura de textos produzidos pelo fenômeno e da conversa com a organização por trás desse processo de *micro-resistência* (JACQUES, 2010) sobre como contribuem, ou podem contribuir para a reivindicação do direito à cidade, uma vez que, conceitos e teorias se tornam mais adequados a partir da *práxis*. O que se propõe é pensar a partir de uma batalha em específico, a Batalha da Estação, que se realiza mensalmente na cidade de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, quais contribuições esses *praticantes ordinários* (CERTEAU, 1996) podem trazer ao debate urbano e de que forma as suas vivências — que partem do corpo, da dimensão do espaço vivido —, ao sentir, caminhar, relatar e profanar o sacro planejamento urbano hegemônico, criando espaço para que os *muitos outros* (PORTELA, 2007) possam ser percebidos, possibilitam outras espacialidades serem vividas e a outras visões de planejamento povoar o debate público sobre o espaço urbano.

Uma vez que a cidade neoliberal, geralmente, pensada e projetada de dentro de gabinetes e escritórios, planejada em pranchetas e a partir de um espaço planejado, reproduz projetos urbanos que não dialogam com o espaço material e vivido. É momento de reestabelecermos relações com as pessoas que habitam os lugares para sua melhor compreensão, ou corremos o risco de pensar a sociedade apartada do lugar, a-espacializada, e um lugar sem pessoas, onde as relações entre os lugares não são, senão e apenas, técnicas (NOGUEIRA, 2014, p. 40). A Batalha da Estação, como celebração da cultura *hip hop*, compõe uma canção que canta seus lugares. O presente trabalho tem por objetivo ouvi-la, para entender que contribuições ela tem a dar na luta por direito à cidade.

Para isso, utilizamos a observação participante — aqui, mais como uma participação observante⁴ —, conversas com os sujeitos que dão vida ao fenômeno estudado, muitas dessas ocorridas no dia a dia, e que alimentaram a necessidade da escrita deste trabalho, e ainda, mais especificamente, relatos orais, sem um roteiro pré-estabelecido, com a organização da Batalha da Estação feitas online, através do aplicativo *discord*, o que possibilitou a captação do áudio dessas conversas para registro e elaboração do trabalho. A utilização de conversas — e não entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas — permite uma análise mais sensível do fenômeno, tratando as/os sujeitas/os da prática como elementos chave de uma metodologia que se dispõe a construir ombro a ombro as respostas para os questionamentos que se colocam, permitindo-nos, inclusive, formular novas perguntas que possibilitem uma melhor compreensão do fenômeno pelos meus pares da academia e da rua. Pois:

[...] uma conversa pode manter as dúvidas até o final, porém cada vez mais precisas, mais elaboradas, mais inteligentes... por isso uma conversa pode manter as diferenças até o final, porém cada vez mais afinadas, mais sensíveis, mais conscientes de si mesmas... por isso uma conversa não termina, simplesmente se interrompe... e muda para outra coisa (LARROSA, 2003, p. 213)

Assim, as conversas possibilitadas pelo trabalho não objetivaram buscar respostas a problemas de pesquisa preestabelecidos unicamente, mas sim, e talvez mais importante, afiar os questionamentos, complexificar o olhar para o fenômeno. A revisão e interpretação desses encontros de ideias utilizou-se da lente de uma “Geografia Libertária” (SOUZA, 2017), ou, de uma “anarquia epistêmica” (SUERTEGARAY, 2005). Atrélendo, como Coelho, “um sentido de filosofia ao que se entende por metodologia”, sem descolar a vida, o cotidiano, desta breve pesquisa, como que um pesquisador que pesquisa fora do horário de trabalho (COELHO, 2009, p. 40). Trata-se de uma tarefa difícil, descolar vida e pesquisa, um tanto mais em se tratando de um tema que compõe o sujeito pesquisador, sequer me darei o trabalho de tentar. Se “quem tem poder, se apodera” e quem não tem ocupa, as canções compostas na roda de rimas podem apontar as necessidades dos territórios de cada sujeita/o que se dispõe a rimar, dando pistas a planejadores/as urbanos/as sobre como aproximar os conceitos da realidade vivida, ocupando, por sua vez, não apenas a espacialidade estabelecida, mas também o ideário conceitual do debate sobre o direito à cidade.

Sobre direito à cidade

Como menciona Lefebvre (2001, p. 7) já na apresentação de *O direito à cidade*, “[...] a sociedade urbana se forma enquanto se procura”. David Harvey, ao resgatar a visão de Henri Lefebvre, menciona que a Paris que deu origem ao ensaio *Le droit à la ville* (*O direito à cidade*) passava por uma crise existencial. De um lado, uma cidade antiga que não podia permanecer como estava, de outro, uma cidade nova que “[...] parecia demasiado horrível, sem alma e vazia para se contemplar” (HARVEY, 2014, p. 10). Podemos pensar uma aproximação — guardadas as devidas proporções — entre a Paris da década de 1960 e a Caxias do Sul das décadas de 2010 e 2020, uma

4 Aqui me denuncio, o pesquisador que assina este texto também faz parte do coletivo que organiza a batalha estudada. Como Wacquant (2002) em *Corpo e Alma*, fazer parte do coletivo organizador da Batalha da Estação me permitiu reflexões foram construídas sem a necessidade de anunciar o trabalho de pesquisa. E assim como ele, a participação se dá de forma tão ativa quanto a observação. Dessa forma, algumas reflexões surgem a partir da observação do comportamento, da postura, natural das/os sujeitas/os em seu lugar e não da “(re)apresentação teatralizada e altamente codificada” (WACQUANT, 2002, p. 23) que uma entrevista conduz a/o sujeita/o a produzir de si mesma/o.

cidade que aos poucos dilui a sua identidade para atender aos novos fluxos do capital. A precarização das condições de trabalho se alia à nova linguagem arquitetônica e à flexibilização da legislação urbanística que atende aos interesses do mercado imobiliário⁵, agudizam esse processo.

Souza, ao resgatar o conceito de espaço social na introdução de *Por uma geografia libertária*, retorna à fórmula que traduz o substrato espacial material, faceta do espaço social — onde a reivindicação de direito à cidade se dá — como “produto da transformação da natureza pelo trabalho”. Em seguida, dispara: “por que somente pelo trabalho?” É inegável que em qualquer sociedade — não apenas sob o capitalismo, que tem suas bases em um imaginário econômico produtivista —, o trabalho media a relação entre “sociedade” e “natureza” a partir da produção dos bens que irão atender às necessidades humanas (SOUZA, 2017, p. 37). Porém, como afirma Lefebvre, o ser humano tem a necessidade também de acumular e gastar energias, e mesmo de desperdiçá-las. Necessidade de ouvir e ver, de tocar, de sentir, e a necessidade de agrupar essas percepções num “mundo”. Junto a essas, somam-se necessidades específicas, que não objetivam satisfazer os equipamentos culturais e comerciais que levam em consideração, com maior ou menor parcimônia, os/as urbanistas. Lefebvre fala aqui “da necessidade de uma atividade criadora, de obra” — que não se encerra em produtos ou bens materiais de consumo —, “necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

Podemos, portanto, pensar que outras atividades também são, se não produtoras, capazes de transformar o espaço social — ainda que não de maneira definitiva —, em geral, atividades que desafiam a “ordem” posta por quem detêm o poder de planejar e produzir o espaço — alguns exemplos poderiam ilustrar essas práticas: greves, manifestações políticas e artísticas, festas, celebrações e/ou rituais, atentados contra o espaço produzido, entre outras. Se numa lógica capitalista, “a natureza como espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos, e ocupada globalmente”, é destruída como a conhecemos e reestruturada a partir das exigências do capital (LEFEBVRE, 2008, p. 54), por outro lado, práticas não heterônomas e que se colocam não apartadas da natureza, ou do espaço social, podem modificar essa lógica ressignificando nossa relação com o natural — ainda que o capitalismo, através da captura do lúdico, imponha sua própria racionalidade.

Assim, falar de direito à cidade também é falar sobre territorialidade, uma vez que a formação e transformação dos territórios define quem tem direitos, e a quem, nesse espaço. Certeau, ao pensar sobre o conceito de lugar — que, de alguma forma, se aproxima da ideia de territorialidade de autores como Haesbaert — o define como um espaço de relatos, que é atravessado pelos corpos, mas também os atravessa, e a partir das práticas cotidianas não apenas “escrevem” — Certeau equipara a cidade a um texto — a cidade, mas, ao “ler” o que “escrevem”, “reescrevem” a si (CERTEAU, 1996). Ao citar Bourdieu, Wacquant (2002, p. 12) dirá que, “aprendemos pelo corpo” e por isso, “a ordem social inscreve-se no corpo por meio desse confronto permanente, mais ou menos dramático, mas que sempre abre um grande espaço para a afetividade”. É nesse confronto pelo simbólico, pelos afetos que os territórios se formam e/ou transformam — modificando, com isso, as relações de poder —, esses tensionamentos que expõem recortam e colam diversos fragmentos, apresentam alternativas, ainda que momentâneas, aos territórios normativos, altamente utilitários, calcados única e exclusivamente na funcionalidade. A partir dessas territorialidades que se apresentam

⁵ Me refiro aqui ao novo Plano diretor da cidade aprovado em 2019, na câmara de vereadores, e a recém aprovada lei “Esse Terreno é Meu”, versão municipal da lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre regularização fundiária.

e se fundem como uma colagem, um retrato momentâneo do que poderíamos ser, também se abrem alternativas para a organização e a luta pelo direito à cidade.

Lefebvre nos diz que “a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências” e a partir dessa afirmação indaga:

Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? (LEFEBVRE, 2001, p. 110).

Mia Couto (2011, p. 13) em *E se Obama fosse africano*, afirma que “[...] critérios hoje dominantes desvalorizam palavra e pensamento em nome do lucro fácil e imediato”. Se pensarmos as práticas que “escrevem” a cidade, perceberemos que o planejamento hegemônico “em nome do lucro fácil e imediato”, submete as cidades a espaços *standardizados*, ignorando as diferentes espacialidades e possibilidades narrativas, as histórias e as formas de viver (SIGNORI e SANTOS, 2022). Ou seja, subordina o valor de uso ao valor de troca, tornando esses espaços “bem sucedidos”, sobre os quais nos fala Lefebvre, desfavoráveis à felicidade. Portanto, as tentativas de subverter a “ordem” dominante, a partir dos espaços de *micro-resistência*, são formas de atender a exigência colocada pelo texto de Henri Lefebvre — *Le droit à la ville* — mencionada por Harvey em *Cidades rebeldes*,

Esse direito, afirmava ele (Lefebvre), era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), é a eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p. 11)

Assim sendo, Harvey também dirá que o direito à cidade, portanto, é não só o direito de acesso, seja ele individual ou coletivo, aos recursos que a cidade compreende, mas — e principalmente — “[...] um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos”. E tal direito só pode ser exercido a partir do exercício de um poder coletivo (HARVEY, 2014, p. 28). Assim, reivindicar o direito à cidade, nos termos de Harvey, é “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p.30). É essencial que a produção espacial não mais vise o crescimento econômico apenas pelo crescimento, segundo Lefebvre, “[...] ideologia “economista” que acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a superexploração, o domínio do econômico (aliás fracassado, só por esse fato) em proveito do Estado”. Ele menciona um crescimento harmonioso e conceitos virtualmente mais poderosos de desenvolvimento, um desenvolvimento que se pautou no bem-estar de todos, ou “no interesse geral” (LEFEBVRE, 2001, p. 124).

Castoriadis, por sua vez, defenderá a ideia de autonomia. Destaco, como Souza (2017, p. 311), ao se referir ao projeto de autonomia defendido por Castoriadis que, “não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma — e *vice-versa*”. Tal autonomia coletiva, “se fundamenta em instituições que permitam, justamente, que venham a existir indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade — e que animem e defendam essas instituições”. Ou, “educados para amar a própria liberdade e a dos outros” (CASTORIADIS, 1975,

citado por SOUZA, 2017, p. 312). Lefebvre em *O direito à cidade*, afirma que somente o proletariado pode “renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo” (LEFEBVRE, 2001, p. 140), portanto, a capacidade de revolução da realidade material em que nos encontramos estaria nas mãos do proletariado. Por outro lado, o mesmo Lefebvre afirma que, imersa na alienação, “a classe operária não tem espontaneamente o sentido da obra”, e a tradição artística e filosófica seria depositária de tal sentido (LEFEBVRE, 2001, p. 140). Ou, em outras palavras, o proletariado não seria capaz de dar conta da “totalidade” e por isso teria dificuldades em compreender que o seu “ser” o incumbiria de uma “tarefa histórica”. O “sentido da obra”, “ele receberia de fora: a saber, da “Filosofia” (SOUZA, 2017, p. 263).

Souza desfere essa crítica a Lefebvre — após reconhecer a importância de seu trabalho — para resgatar o entendimento de Bookchin que, a propósito de uma espacialidade libertária sugere que, ainda que uma tensão entre o “setorial” e o “espacial” possa sempre subsistir, é o vetor espacial, mais amplo, que teria o papel de subordinar, em última instância, o setorial, e não o contrário (SOUZA, 2017, p. 283), ainda mais se pensarmos a desarticulação crescente do mundo do trabalho a partir do que chamam de “modernização” das relações trabalhistas. Sendo assim, a autonomia sobre a qual nos fala Castoriadis se daria a partir da organização espacial das lutas — o que não nos permite ignorar suas dinâmicas “setoriais”. A cidade, e podemos pensar o espaço de maneira geral, é um organismo vivo, onde cada impacto individual, ou cada série de impactos individuais que atua sobre seus elementos fundadores modificando-os, se modifica. É, portanto, de grande relevância que sejamos capazes de observar os movimentos antagônicos ao que parece ser o movimento “natural” da produção contemporânea do espaço. Em uma realidade onde, aparentemente, tudo se transforma em produto — inclusive os próprios sujeitos — analisar manifestações que não se produzizam pode nos devolver a capacidade criativa de imaginar outros mundos possíveis. É com esses olhos que refletiremos na próxima seção deste texto sobre a Batalha da Estação, sua forma de territorializar-se e o que isso nos diz sobre direito à cidade.

A treta é sobre território: a Batalha da Estação

O palco para o surgimento do *Hip Hop* enquanto manifestação ou movimento é o *Bronx* — *Borough* de Nova York — dos anos 1970. Os guetos da cidade eram o pano de fundo para os conflitos entre gangues de jovens no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nesse período o crime era a principal fonte de renda dos jovens e as gangues eram uma alternativa para a sobrevivência nas ruas. As ruas vinham se tornando campos de guerra e a violência, fruto das disputas de território pelos grupos, davam a tônica das dinâmicas espaciais no distrito e nos diversos guetos da cidade, principalmente na parte sul do *Bronx*. Em meio a isso, a heroína aprofundou o cenário de degradação, intensificado pelo envolvimento de policiais e políticos para o sustento da máquina do tráfico de drogas. Esse “surto” de heroína tem relação direta com a desarticulação dos movimentos de luta pelos direitos civis. Integrantes do *Black Panther Party* apontam o sucesso desse plano na desarticulação do partido e de outros movimentos⁶.

⁶ Algumas das informações desse parágrafo, e do seguinte tem base em um texto do Monge. Monge é MC, ativista e pesquisador autônomo da cultura Hip Hop, o texto foi publicado em 2017 e seu título é *Griot Urbano*. Série 01: introdução ao *Hip Hop*. Disponível em, http://www.mediafire.com/file/3122ex539v99nfd/Griot_Urbano_-_Introduc%25CC%25A7a%25CC%2583o_ao_Hip_Hop_-_%2523VVARTV.pdf/file (acessado em 15/06/2023).

Contrariando as expectativas, a gangue *Ghetto Brothers* propôs uma reunião entre os líderes de gangue do *Bronx* para selar um tratado de paz entre elas. Em 7 de dezembro de 1971 no *Boys Club*, situado na *Hoe Avenue*, bairro do *Bronx*, é selado um tratado de paz entre a maior parte das gangues da região. Esse tratado de paz se soma a várias ações culturais promovidas pela *Ghetto Brothers*, que também era uma banda de *funk/soul*, essas ações permitiram que os jovens do *Bronx* pudessem voltar a circular fora dos seus guetos. Essas festas, promovidas pela *Ghetto Brothers*, abriram caminho para o surgimento do *Hip Hop*. As gangues se tornaram *crews*⁷ e a violência — que, devido a diversos outros fatores, não se extingue por completo — passa a ter como alternativa de disputa territorial as batalhas entre *break dancers*, *DJ's*, grafiteiras/os e MC's.

Dentro desse contexto, surgem as batalhas de *rap*. Nas bases instrumentais tocadas a partir dos *breaks* das músicas — em geral de *funk* —, fragmentos colados por dois toca discos ligados em sequência, MC's colam uma palavra na outra produzindo rimas instantâneas e efêmeras — poesias que, naquele momento, pertencem à roda — na intenção de se consagrar o-a melhor rimador-a da ocasião. Essas sessões de rima, esses encontros, continuam sendo um hábito dentro do movimento *Hip Hop* e existem edições em diversas cidades do mundo. Na atualidade, elas não servem somente como uma disputa entre rivais, mas também como ferramenta de promoção do movimento *Hip Hop*, como celebração de uma cultura. É um espaço onde os/as sujeitos/as do movimento podem se encontrar, trocar experiências, é onde MC's podem encontrar *beatmakers*⁸ para a produção de suas músicas. Também é um espaço que propicia o surgimento de outras batalhas ou eventos em outros lugares.

Caxias do Sul tem algumas batalhas já consolidadas no cenário que em rede com outras batalhas do estado criam possibilidade de enviar MC's para batalhas nacionais — que, em geral, abrem vagas para que os estados da federação encaminhem seus representantes. Uma delas é o nosso objeto de estudo, a Batalha da Estação. A Batalha da Estação se realiza no Largo da Estação Férrea, na cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul. A Estação é marco do desenvolvimento — essa palavra que, como diz Antônio Bispo dos Santos (2023), desconecta e é o contrário do *envolvimento* que acontece durante uma batalha de rimas — da cidade: é por onde se escoava a produção do município, desenvolvendo o comércio da região, que já era expressivo (GIRON et al. 2010) — Caxias do Sul é considerada o segundo maior polo da produção metal mecânica do país —, e ao mesmo tempo abriga parte significativa da vida noturna da cidade.

O espaço se tornava palco, anualmente, de um dos maiores festivais de *blues* da América Latina⁹ — importante destacar aqui que o festival é financiado, também, através de leis de incentivo à cultura e, com investimento público, se apropria da rua que atravessa o largo da estação e privatiza por alguns dias o espaço público urbano. O evento, assim como as casas noturnas da região praticam valores de entrada inacessíveis para as camadas populares da cidade, sendo, portanto, frequentado por sua pequena burguesia. O *blues*, vertente musical criada pela negritude estadunidense se torna produto para o lazer de quem pode pagar pelo acesso a uma via pública,

⁷ Nome dado aos grupos de *Hip Hop*, que podiam ou não contar com os quatro elementos — *graffiti*, *break dancers*, *DJ's* e MC's. Existiram e existem *crews* que se reúnem em torno de apenas um elemento, por exemplo, os Meia de Lã (*graffiti/pixo*), a Desencantes (antiga *crew* de *DJ's*). Em Caxias do Sul podemos citar, por exemplo, a NNF (não noie na fuga — *graffiti*), a OPC (os prego *crew* — *graffiti*) e a Essência *crew* (*break dance*). E existem *crews* que reúnem os quatro elementos originais da cultura, como é o caso da *Back Spin Crew*.

⁸ Produtores musicais que se dedicam a produção de bases instrumentais.

⁹ Ver em, <https://mdbf.com.br/> (acessado em 22/06/2023).

excluindo, a partir dos valores praticados, milhares de jovens negros·as desse espaço. A juventude que não dispõe de recursos para frequentar esses espaços se reúne, então, pelas ruas do entorno desses eventos, que se tornam palco para o lazer de quem não pode pagar ingresso — pequenas rodas de rima, de violão ou de conversas, alteram o sentido de lugar das ruas da estação férrea durante a noite e a madrugada. Sendo assim, a Batalha da Estação, realizada no último domingo do mês¹⁰, modifica a “ordem” espacial daquele território. Durante as noites de final de semana a polícia e a guarda municipal da cidade se fazem presente para defender as classes mais abastadas de possíveis violências, já nas tardes do último domingo do mês esses mesmos agentes de repressão do estado fazem sua ronda para advertir os·as participantes e organizadores·as — de um evento gratuito, ou seja, de acesso público — de que estão sendo observados o tempo todo. Se durante as noites do final de semana é preciso pagar pelo lazer e pela arte, no último domingo do mês a arte é exposta na rua e o acesso é livre. Ilustrando a afirmação de Souza de que,

Para cada “ordem” sócio-espacial aparecerá, mais cedo ou mais tarde, ao menos em uma sociedade injusta e heterônoma, um contraprojeto (ou vários contraprojetos concorrentes) que proporá ou pressuporá, explícita ou implicitamente, novas estruturas socioespaciais, para agasalhar novas relações sociais (SOUZA, 2017, p. 38).

“Ordem” e “desordem” são ideias carregadas de subjetividade. Para aqueles que ordenam, ou os que assimilam seu discurso, a “ordem” sócio-espacial hegemônica é a boa “ordem”, enquanto a “desordem”, ainda que formada a partir de reivindicações legítimas e justas, por desafiar o que está posto, tende a ser vista como problemática ou até mesmo patológica. Porém, ao subverter o planejamento promovido pelo Estado — fortemente ordenador —, os movimentos emancipatórios, principalmente os que têm na autonomia e na autogestão as diretrizes de suas lutas, desafiam a ideia de “ordem” hegemônica, mostrando na prática que “da aparente ou temporária “desordem” pode, precisamente, surgir uma nova “ordem” (ou novas “ordens”), menos injusta, desigual e assimétrica” (SOUZA, 2016, p. 39). A Batalha da Estação, portanto, subverte não apenas o uso, uma vez que utiliza a marquise de um prédio abandonado pelo estado como palco e a rua como plateia — espaço pensado para o trânsito, seja de pessoas ou de veículos, e não para a permanência —, mas também a identidade espacial, modificando o território, ou a territorialidade, ainda que por um curto espaço de tempo.

[...] ali na estação férrea desde a época que a gente começou a fazer a batalha, sempre foi um lugar onde teve várias casas noturnas, vários bares, eventos, festival de *blues*, festival de música de rua. Não desmerecendo nenhum desses eventos, sabe? Mas tipo, sempre foi coisas que aconteceram lá, foram coisas de pessoas que tinham grana, coisas que tinham que pagar para entrar, coisas que tinham preço caro, tipo mesmo que tu pudesse entrar, tu não conseguia consumir nada, porque realmente não fazia parte da vida daquelas pessoas que frequentavam a batalha, sabe? Então a gente quis ocupar esse espaço, na contramão do que já tava colocado ali, sabe? (CAMPOS, 2021, citado por PADILHA, 2021, p. 24)¹¹.

10 Periodicidade escolhida por se tratar do dia de passe livre no transporte coletivo da cidade, como na música de Da Guedes “muito aperto, só os muito louco. Banzo de graça, ó! Que sufoco. Sei que é nós na fita, o coletivo hoje do povo, lá de cima desce o morro, vem lotado, é bicho solto”.

11 Mariana Campos é parte da primeira leva de organizadores·as da Batalha da Estação. Esse trecho de entrevista foi retirado do Trabalho de Conclusão de Curso de Tiago Demétrio Vieira Padilha para o curso de Licenciatura em História, defendido no ano de 2021 — ou Nego *Boy*, seu nome de MC —, hoje historiador e também *cria* da Batalha da Estação.

A Batalha profana a espacialidade, dá novo significado ao espaço. Segundo Agamben (2007, p. 65), “se consagrar era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar por sua vez, significa restituí-las ao livre uso dos homens” — e mulheres. Jacques, fala que os projetos contemporâneos de cidade são pautados por uma falsa ideia de consenso, que tenta, embora não consiga por completo, através da homogeneização e da padronização apagar outras formas de se viver a cidade, de apagar as outras territorialidades existentes, mas essas “outras cidades” se reúnem para celebrar a diferença, insinuando-se “nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada”. São experiências não planejadas — pelo sagrado planejamento urbano —, como a Batalha da Estação — e outras tantas —, que subvertem a funcionalidade dos espaços públicos — ou privados de acesso público — ou seja, nos usos conflituosos e dissensuais do espaço (JACQUES, 2010, p. 109 – 110), ou nas delinquências de Michel de Certeau (1996) que cotidianamente se forjam possibilidades de resistência às formas “consensuais” de se produzir cidade.

[...] tu acaba criando aquele sentimento de pertencimento, né, daquelas pessoas a esse lugar. Por mais que, tipo, a maioria do público e dos artistas, eles não façam parte do centro — como tu pontuou ali no começo, né —, eles vêm dos bairros pro centro pra fazer parte do evento, eu acho que, essa movimentação, eles saírem do bairro pra vim, tipo, pra uma área central que faz parte ali, né, onde mora a burguesia, a classe média alta e tudo mais, um lugar que rejeita essas pessoas, que não quer ver elas ali, eu acho que o maior significado que tem é esse, cara, no sentido assim de, tipo, não só político assim, mas também da questão cultural, sabe? da ocupação” (SILVA, 2023 em conversa com o autor)¹².

Por ter um coletivo organizador que não tolera discurso de ódio — em muitas batalhas o foco dos·as MC’s é ironizar seu·ua adversário·a, o que acaba dando espaço para a propagação de discriminações de toda ordem —, as narrativas e discursos transformados em rimas improvisadas denotam a identidade do·a rimador·a. Os bairros periféricos, ou que se encontram nas franjas do centro, são trazidos à centralidade a partir da colagem de fragmentos de frases rimadas e ritmadas, das batidas, da corporeidade dos sujeitos praticantes da roda de rima. O·a MC canta recortes de seu lugar, da sua identidade, canta uma vivência estranha ao substrato espacial que dá palco à celebração criando ali um novo todo possível, uma colagem de elementos que, naquele momento, dá outro sentido ao espaço. Santos afirma que, “por serem ‘diferentes’, os pobres [...]”, ou os homens e mulheres lentas, “[...] abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes”. Interessante pensarmos, aqui, esse presente como presente no debate público sobre a cidade, uma vez que, os pobres, de quem fala Milton Santos, sempre estiveram presentes, seja nas áreas luminosas, seja nas áreas opacas das cidades. E “é a partir disso que eles reavaliam a tecnosfera e a psicofera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva” (SANTOS, 2017, p. 326).

Só pelo fato da galera aqui no centro fazer a ocupação do espaço urbano, independente se bate polícia, se não bate polícia, que que o morador vai achar, sabe, eu acho que só pelo simples fato da galera chegar ali, participar do evento como artista, como público, fazer essa junção de galera de diferentes partes da cidade, eu já vejo isso com

12 William Pereira da Silva — conhecido também como Bob — faz parte do coletivo que organiza a Batalha da Estação em Caxias do Sul.

um significado político, social e cultural muito importante. Porque isso aí acaba sendo, assim, de uma maneira mais objetiva possível, uma arte acontecendo na rua, uma contracultura acontecendo na rua. E não tem né, passa ano e vem ano, a galera continua fazendo isso, né [...] (SILVA, 2023 em conversa com o autor)

Ainda segundo Santos, “é na esfera comunicacional” e, portanto, nos lugares e territórios do cotidiano que, diferente das classes abastadas, os corpos lentos são intensamente ativos (SANTOS, 2017, p. 326). E esse cotidiano é o cotidiano cantado nas batalhas como a Batalha da Estação, fragmentos de uma cotidianidade que aparece como o que Certeau (1996) chamou de *relatos*, o espaço que é atravessado pelos — e atravessa os — corpos. Se, como Milton Santos nos diz, *comunicar* “etimologicamente significa pôr em comum” (LABORIT 1987, p. 38, citado por SANTOS, 2017, p. 316), talvez as batalhas de rima, ou os *slam's*¹³ sejam ferramenta para se pôr em comum as realidades vividas. São espaços criados a partir da ação direta, com pouco, por vezes nenhum, recurso material: por muito tempo as batidas eram fruto de *beatbox*¹⁴, e hoje em dia os equipamentos são partilhados com outras batalhas da cidade, bem como por outros/as sujeitos/as que integram a cultura. São espaços onde os conflitos territoriais de seus lugares podem ser partilhados, onde a partir da ação de escutar, de cantar, de dançar, da troca, surgem reflexões para que uma outra realidade se construa. Trata-se de um evento cotidiano que se apropria, transformando, de uma cultura global, ou globalizada — fruto da diáspora africana — criando versões locais desse fenômeno — afinal, o rap estadunidense se mistura com o samba, o *break dance* com a capoeira, o grafite¹⁵ cada vez mais assimila elementos da cultura originária e do cordel nordestino, por exemplo. Se “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS 2017, p. 314), a Batalha da Estação se engaja a criar o mundo, uma vez por mês — ou mais, em atividades de formação como cine debates e oficinas sobre a cultura *Hip Hop*.

É toda uma... *orra*, né... toda uma rede de pessoas que acabam existindo, coexistindo e muitas vezes colaborando junto, né. Isso é muito da hora (SILVA, 2023 em conversa com o autor)

[...] são várias realidades, mas todo mundo ali, daí, depois de um certo momento, enquanto tá na batalha, eu acho que até nem se enxerga tanto enquanto diferente, mas acaba se enxergando como igual, porque tá todo mundo ali, tipo, pela mesma parada, por ouvir uma rima, ou por mandar uma rima. E daí tu vai olhar um cara do teu lado mandando uma rima boa, tu que faz, tipo, já olha e pensa, bá, que da hora. Então, tipo, eu acho que une o sentimento de vivenciar a parada. Eu acho que isso que é o da hora que a batalha faz e eu acho que é de suma importância, porque, queira ou não queira, pro *hip hop*, é um trabalho de base sendo feito [...] (XAVIER, 2023 em conversa com o autor)¹⁶.

Ou seja, esse relato do Chapa, denota que, a partir de diversas territorialidades, trazidas à Estação na bagagem das/os jovens — e uns e outras já não tão jovens — se forma uma territorialidade própria dessa roda de rima, que passa a existir no momento

13 Competições de poesia.

14 Prática de produzir batidas a partir de sons percussivos com a boca.

15 Me refiro ao elemento *graffiti* como grafite, por entender que o encontro do hip hop com a arte brasileira transmuta o *graffiti* em algo nosso, em grafite, essa outra coisa, que mistura a arte de povos originários de latinoamérica, xilogravura e artes regionais tipicamente desenvolvidas ao sul do mapa.

16 Wiliam Xavier — ou *Chapahall* — é o único membro fundador que ainda faz parte do coletivo que organiza a Batalha da Estação.

em que as pessoas se somam à celebração e que se encerra ao final do encontro para voltar a se construir no mês seguinte, depois de diluída na *psiqué* e nos espaços cotidianos das/os sujeitas/os no período entre uma roda e outra.

Importante observar que, pelos esforços de conscientização da organização da batalha junto a outras/os agentes do *Hip Hop* do local¹⁷, se forma no ano de 2021 o *Fórum Hip Hop de Caxias do Sul*. Esse espaço se dedica a propor ações e atividades de promoção da cultura, a formação de novas/os produtoras/es culturais para atender as/aos artistas do movimento, bem como se tornar um ambiente de organização para pressionar o município por políticas públicas na área da cultura e da assistência social. O fórum tem sido uma importante ferramenta na democratização do acesso de novas/os artistas aos tradicionais eventos de *Hip Hop* promovidos pelo poder público. Por fim, a Batalha da Estação segue resistindo, apesar de sua pausa durante a pandemia da COVID-19, a organização voltou a ocupar o espaço urbano, reivindicar seu direito à obra, e, portanto, à cidade, a partir do mês de março de 2022, no “mesmo horário e lugar de sempre”, como diz o MC *Chapahall*.

[...] eu acho o seguinte, *Pesk*, eu acho que, tipo, a batalha, desde o começo, ela tenta fazer esse rascunho aí, essa ideia do que a gente gostaria da cidade, porque, tipo assim, o que acontece, como a batalha começou no último domingo do mês... foi escolhido esse dia pelo passe livre. E por que pelo passe livre? Por causa que, tipo, o passe livre era o dia que as pessoas podiam sair dos bairros. Então, tipo, o nosso primeiro ponto que a gente levanta, enquanto batalha, é isso, é dizer assim: galera, temos que ocupar a cidade, tá ligado? Então a gente vai fazer a batalha no último domingo do mês pra que vocês saiam do bairro e venham pro centro. Mesmo que vocês não tenham motivo pra vim, que vocês venham, pelo menos para curtir a batalha, tá ligado? (XAVIER, 2023 em conversa com o autor)

No momento em que escrevo essas linhas relembramos — após dez anos — o que ficou vulgarmente conhecido como as jornadas de junho de 2013. Digo vulgarmente porque é sabido — por quem esteve envolvido ou por quem observou com proximidade e sensibilidade suficientes — que o que veio a se tornar a jornada de manifestações daquele mês, foi fermentado algum tempo antes por movimentos sociais — ou sócio-espaciais — que reuniam as suas reivindicações em torno do passe livre — que é, ou pelo menos deveria ser, pauta central quando se discute o acesso e o direito à cidade. De alguma forma, a Batalha da Estação — fundada em 2014 — espelha essas lutas, à sua maneira reivindica o acesso à cidade produzindo uma colagem de diversos mundos em um, onde o papel que serve de base para a sobreposição de histórias feitas através do somatório de rima e batida é a Estação Férrea e a cola, por sua vez, é o passe livre do último domingo do mês. Em Caxias do Sul a cola acabou, mas a Batalha resiste, na intenção de resgatar e ampliar esse *grude*.

[...] a gente está exercendo nosso direito de ocupar o centro da cidade, enquanto eles querem que a gente se mantenha isolado, nos bairros, porque, justamente, os bairros são bem distantes do centro. O nosso recorte é esse, é trazer as pessoas pro centro pra dizer: oh, mano, é nós, a cidade é nossa, nós curte essa cultura aí e nós quer vivenciar essa parada aqui, não é em outro lugar, é aqui [...] (XAVIER, 2023 em conversa com o autor)¹⁸.

17 A Fluência, casa *Hip Hop*, algumas/uns MC's mais antigas/os na cena, a bailarina Jéssica Viganó e a grafiteira Fernanda Rieta.

18 A abordagem satírica sobre a questão do passe livre pode ser verificada nos cartazes de divulgação da



Figura 1- Registro da Batalha da Estação de abril de 2019 (acervo da Batalha).

Considerações finais

Conforme nos fala Souza (2016), não basta, para compreendermos e elucidarmos o espaço, que nos engajemos na compreensão e elucidação do espaço, é preciso interesse profundo, e não apenas superficial pelas relações sociais. É preciso interessar-se pela sociedade concreta, sociedade em que as dinâmicas sociais e espaço, ainda que não se confundam, são indissociáveis. Dessa forma, refletir sobre manifestações que tem o espaço, fortemente vinculado a sua existência e — como dito anteriormente — que resistem ao processo de mercantilização do espaço, da arte e — por que não? — dos sujeitos, nos parece algo importante a se fazer ao pensar alternativas para realidade posta. Pois, como afirma Coelho (2009), não nos é possível imaginar uma cidade onde todos os trajetos estejam definidos, ou onde todos os atalhos encontrem-se plenamente mapeados.

Sidarta Ribeiro (2020), em *live do Boletim do fim do Mundo*, aponta que, por contradição, a sociedade sob o capitalismo — que tem em muitas das invenções que garantiram o seu desenvolvimento o sonho como um oráculo probabilístico — expurga o sonho do ambiente social, e relaciona a esse fenômeno a nossa falta de capacidade para imaginar, tanto a consequência de nossos atos enquanto humanidade, quanto possibilidades de imaginar saídas para um sistema sócio-espacial outro (SIGNORI e SANTOS, 2022). A reunião de jovens em um espaço público sem autorização para tal, com energia elétrica cedida por uma vizinha de uma edificação abandonada, para

cantar suas realidades e vivências, suas identidades, desafiando a “ordem” posta, tem um quê de sonho. Trata-se de um grupo majoritariamente periférico que profana o espaço de uma elite urbana, que toma para si o espaço de lazer da pequena burguesia da cidade. Que ocupa a espacialidade alheia com o sonho de outras territorialidades.

Podemos pensar, portanto, as batalhas de *rap* como espaços de *autodefesa* (DORLIN, 2020), espaços onde a juventude se aproxima por seus afetos, o que cria um ambiente de cuidado entre os praticantes dessa espacialidade. Observar essas *micro-resistências* que se imprimem no espaço, ocupando-o, subvertendo-o a partir do relato e da profanação do uso espacial, reivindicando o seu direito à cidade, nos ajuda a perceber alguns problemas nos projetos urbanísticos e de cidade pensados a partir do Estado e do mercado, que em busca de uma padronização que visa o lucro extremado, negam as subjetividades e as construções simbólico-culturais dos muitos outros que experienciam, formam e transformam o espaço social urbano. Por fim, nos parece importante entender as relações e, no nosso caso as tensões, sociais que se desenvolvem no espaço a partir do que Wacquant (2002) chamou de observação participante, ombro a ombro com as pessoas que habitam os lugares e territórios, ou estaremos fadados a análises deslocadas da realidade material, dos lugares e territórios que a compõem. “Somos olvidados, não somos vistos, somos abandonados” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 178), mas r-existiremos, nem que seja através da força na construção de nossos territórios.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, vol. I – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

COELHO, Gustavo. *piXação: arte e pedagogia como crime*. 2009. 365 f. Dissertação (Mestrado em Educação — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? : e outras interinvenções*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Rivelino Fogaça do (org.). *Caxias Centenária*. Caxias do Sul: Educ, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Batalha da Estação, para isso ver: <https://www.instagram.com/p/CroHLjYLZLJ/> (acessado em 29/06/2023).

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPOCIDADE: debates, ações e articulações*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2010. p.106-119.

LARROSA, Jorge. A arte da Conversa. In: SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 1ª ed. São Paulo: Centauro, 2001

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução de Margarida de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. Manaus: Edua, 2014.

PORTELA, Thais de Bhathumchinda. *O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público contemporâneo*. 2007. 319 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em publicação: *Los desafíos de las emancipaciones en um contexto militarizado*. Ceceña, Ana Esther. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. Pg. 151-197, ISBN: 987-1183-34-8.

PRADILLA-COBOS, Emilio. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 16, n. 31, p. 37-60, jun 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. EdUSP, 2017.

SIGNORI, Luiza e SANTOS, Maurício Rossini dos. SE O CEMITÉRIO NÃO EXISTISSE, TUDO SERIA O BAIRRO. O(s) territórios e a imaginação. Revista PIXO. Pelotas, v. 6, n. 23: *CIDADANIA & TERRITÓRIO II (primavera)*. p.138-150.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais para a pesquisa sócio-espacial*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma Geografia Libertária*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. Notas sobre a Epistemologia da Geografia. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis, n. 12. 2005. Disponível em: <<https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>>.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

OS JORNAIS PIORAM PORQUE
VENDEM MENOS OU VENDEM
MENOS PORQUE PIORAM?

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS

A sede da CUFA-RS em Pelotas

Bruna Silva Rodrigues¹

Fundada em 1999, a Central Única das Favelas surgiu com o objetivo de discutir o movimento do *Hip Hop* no Brasil e hoje, com mais de 20 anos de história, promove atividades nas áreas da educação, esporte, lazer, cultura e cidadania, além de difundir a conscientização e o empoderamento social dos moradores da periferia, por meio de capacitação e outras atividades, que oferecem, através do conhecimento, novas perspectivas (ATHAÍDE, 2012).

A CUFA chegou à cidade de Pelotas entre os anos de 2006 e 2007, ocupando espaços de outras organizações (escolas, igrejas, etc.) para a realização das suas atividades, devido à falta de um espaço próprio. Hoje, a CUFA conta com uma pequena sede, onde funciona uma biblioteca comunitária, mas que ainda, considerando o limitado espaço, não comporta todas as atividades realizadas pela instituição.

Construído em 2009 pelo Governo do Estado, através do Programa de Prevenção à Violência, o Centro de Referência da Juventude, ou “Ginásio do Navegantes”, como é chamado pelos moradores, tornou-se o principal alvo de ocupação da CUFA. Composto por uma quadra poliesportiva e salas de oficinas, o objetivo — inatingido — do projeto era que a prefeitura, juntamente com as instituições do bairro, criassem um cronograma de atividades para manter aquele espaço em funcionamento diariamente. A falta de organização e de comprometimento da prefeitura, fez com que o espaço passasse a maior parte do tempo fechado, favorecendo o início das invasões, depredações e roubos, que contribuíram para que o ginásio se tornasse o ambiente violento e hostil que é hoje, descumprindo totalmente com seu objetivo inicial.

O presente trabalho² tem como objetivo propor um espaço capaz de acomodar todas as ações desenvolvidas pela CUFA, bem como a revitalização do “Ginásio do Navegantes”, com a intenção de retomar o seu propósito inicial, além de assegurar o sentido de pertencimento por parte dos moradores, considerando que o ginásio já faz parte da identidade do local.

O quarteirão onde o ginásio está localizado é composto por áreas institucionais e se destaca por sua dimensão em relação ao entorno: quadras estreitas, uniformes e densas. Inicialmente, o objetivo era ocupar e intervir exclusivamente na área do ginásio, mas pensando nessa densidade, urge a criação de um respiro urbano, justificando, então, a iniciativa de ocupar todo o quarteirão, mantendo as edificações, intervindo nas áreas livre e ociosas, rompendo com as barreiras e conectando todos esses espaços. O programa de necessidades foi definido através da conversa com o coordenador da CUFA-RS de Pelotas³ e foi dividido em módulos de acordo com as características das

atividades realizadas, com o objetivo de que estes possam funcionar independentes uns dos outros, buscando evitar espaços ociosos, atrair e aproximar os passantes das atividades, considerando que o projeto proporciona uma nova possibilidade de percurso aos moradores da região. Todos os módulos estão interligados por uma estrutura metálica, que além de cumprir com sua função estrutural, cria uma unidade entre espaços construídos e abertos, possibilitando também uma maior flexibilidade, facilitando a criação de novos ambientes, fixos ou temporários.

Referências

ATHAÍDE, Celso. *CUFA 10 anos fazendo do nosso jeito*. Disponível em: <<http://cufa.org.br/cufa-10-anos/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

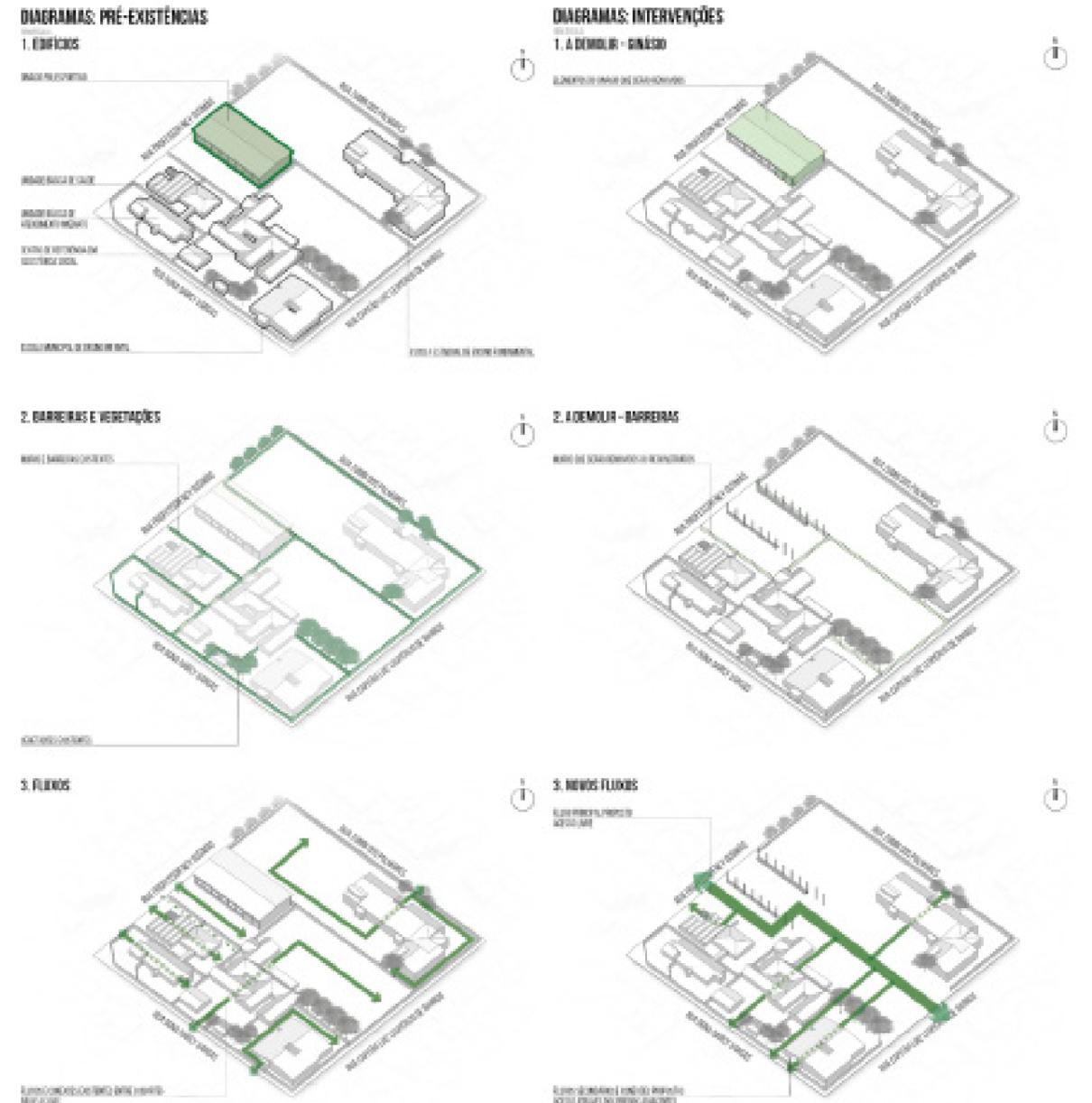
¹ Arquiteta e Urbanista graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

² O trabalho intitulado “A Sede da CUFA-RS em Pelotas”, apresentado aqui de forma resumida, foi realizado em 2023, durante o Trabalho Final de Graduação (TFG) a título de conclusão do curso, sob orientação do professor Eduardo Rocha. Em breve, o projeto completo estará disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tfgonline/>.

³ Todas as informações a respeito da atuação da CUFA em Pelotas foram obtidas através de uma conversa com o coordenador da CUFA-RS de Pelotas, Sandro Mesquita, realizada no dia 17 de agosto de 2022.



Figura 1 - Localização da atual sede da CUFA e da área de intervenção do projeto. Fonte: Google Earth, edição da autora, 2022. Figura 2 - Levantamento fotográfico da atual sede da CUFA. Fonte: da autora, 2022. Figura 3 - Levantamento fotográfico do Centro de Referência da Juventude, ou "Ginásio do Navegantes". Fonte: da autora, 2022. Figura 4 - Diagramas mostrando as pré-existências e as intervenções propostas. Sem escala. Fonte: da autora, 2023. Figura 5 - Vista da área de projeto através da Rua Professor Ney Gusmão, onde está localizado o Ginásio. Fonte: da autora, 2022.



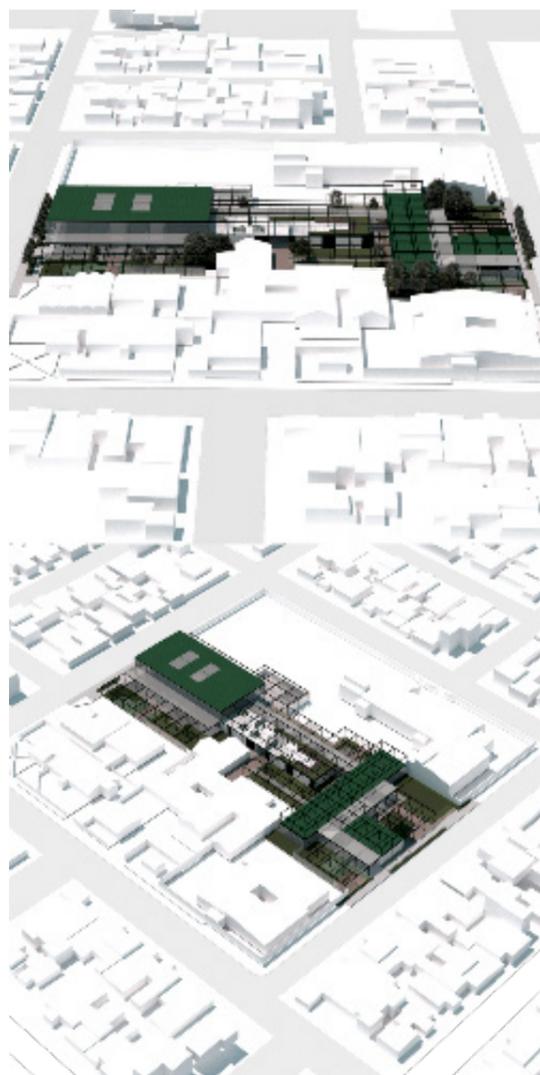
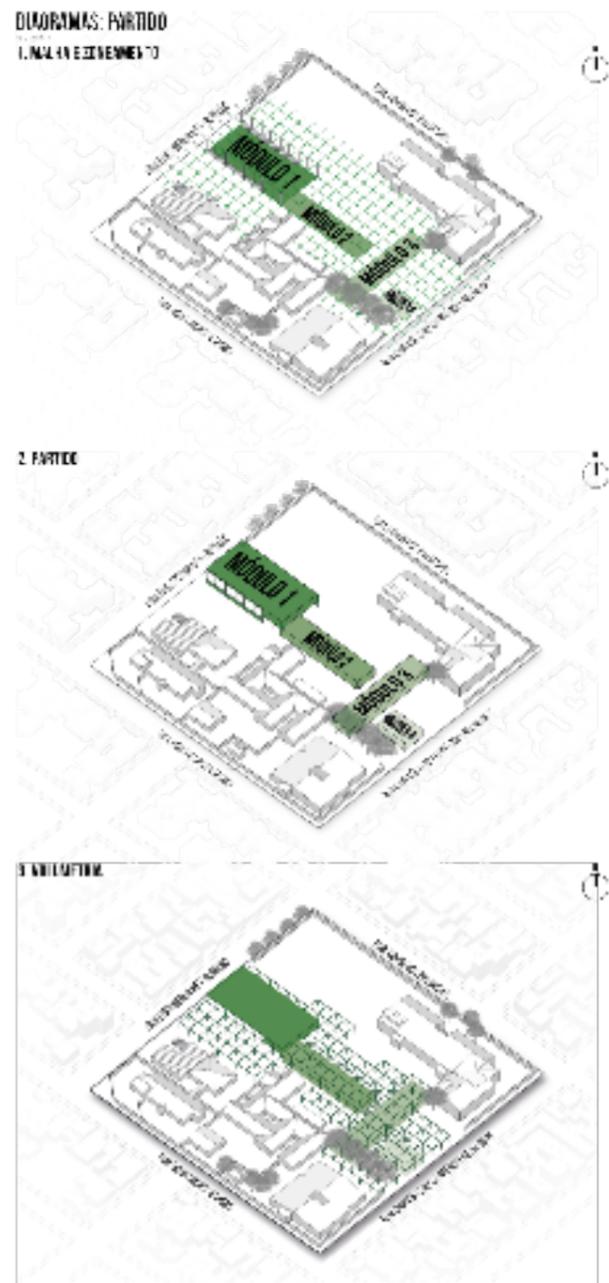
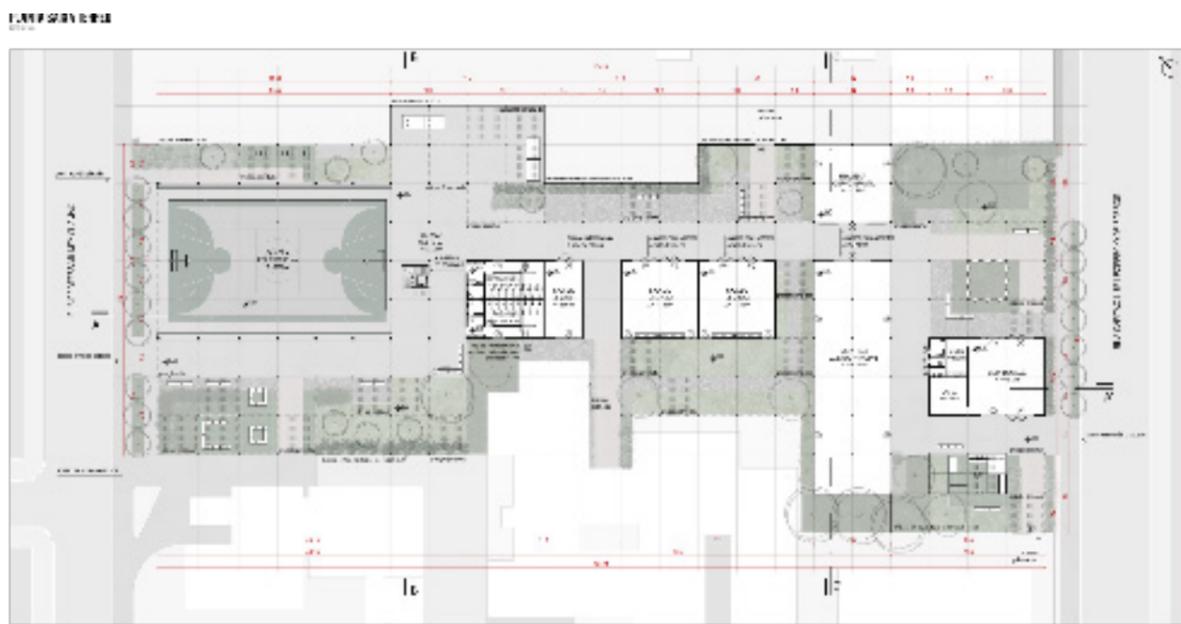
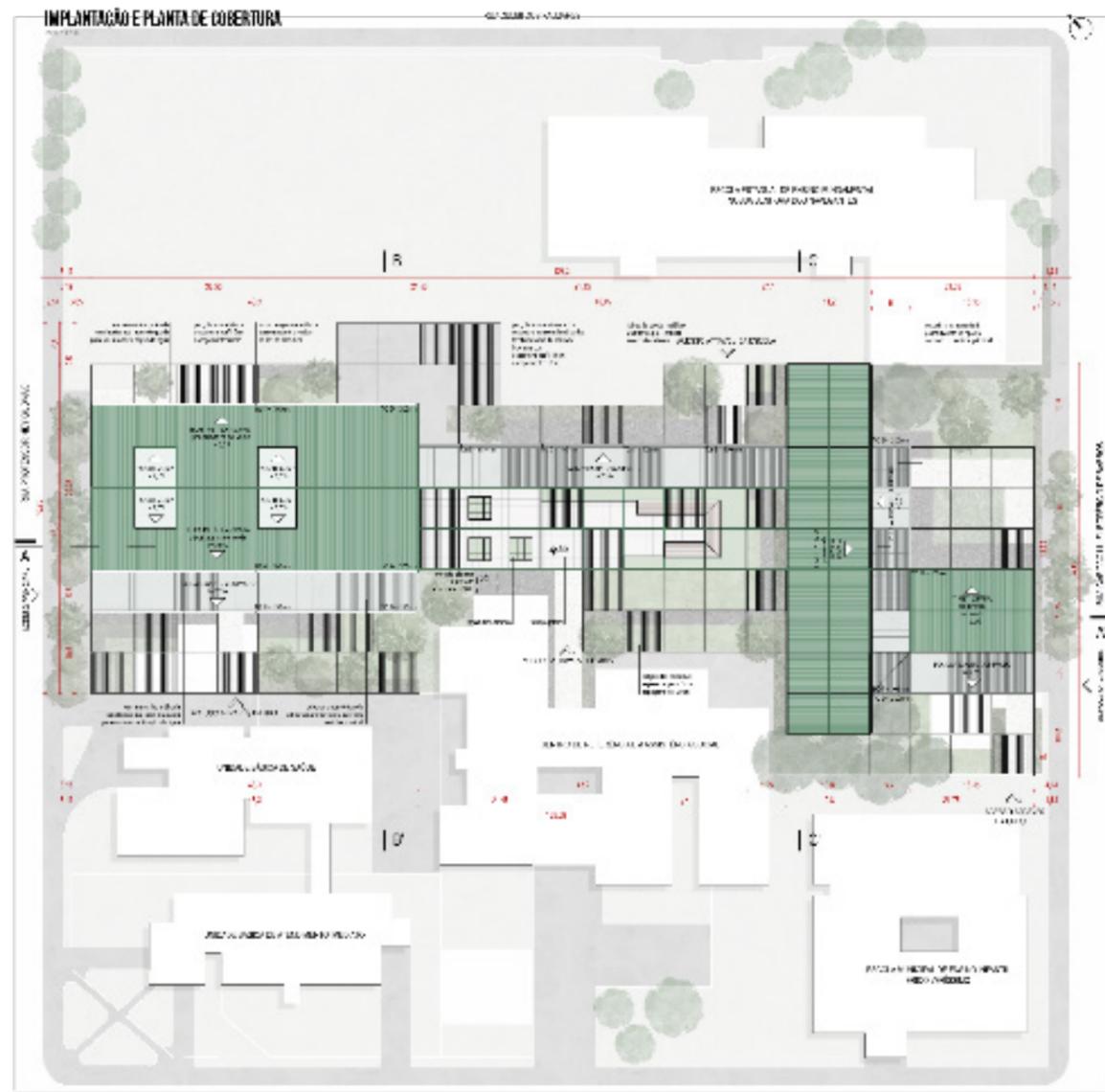
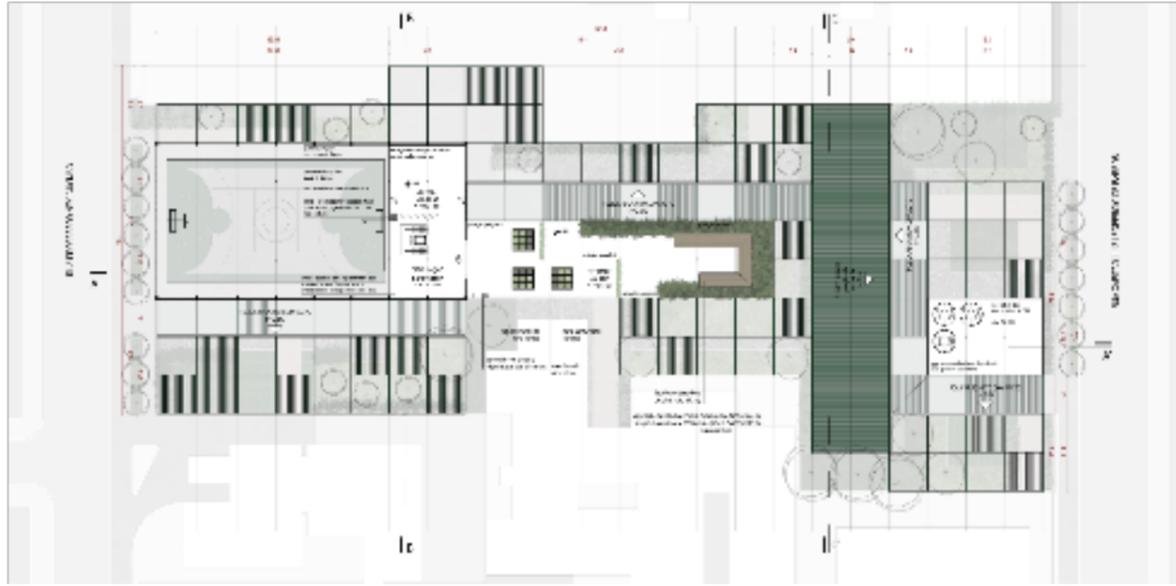


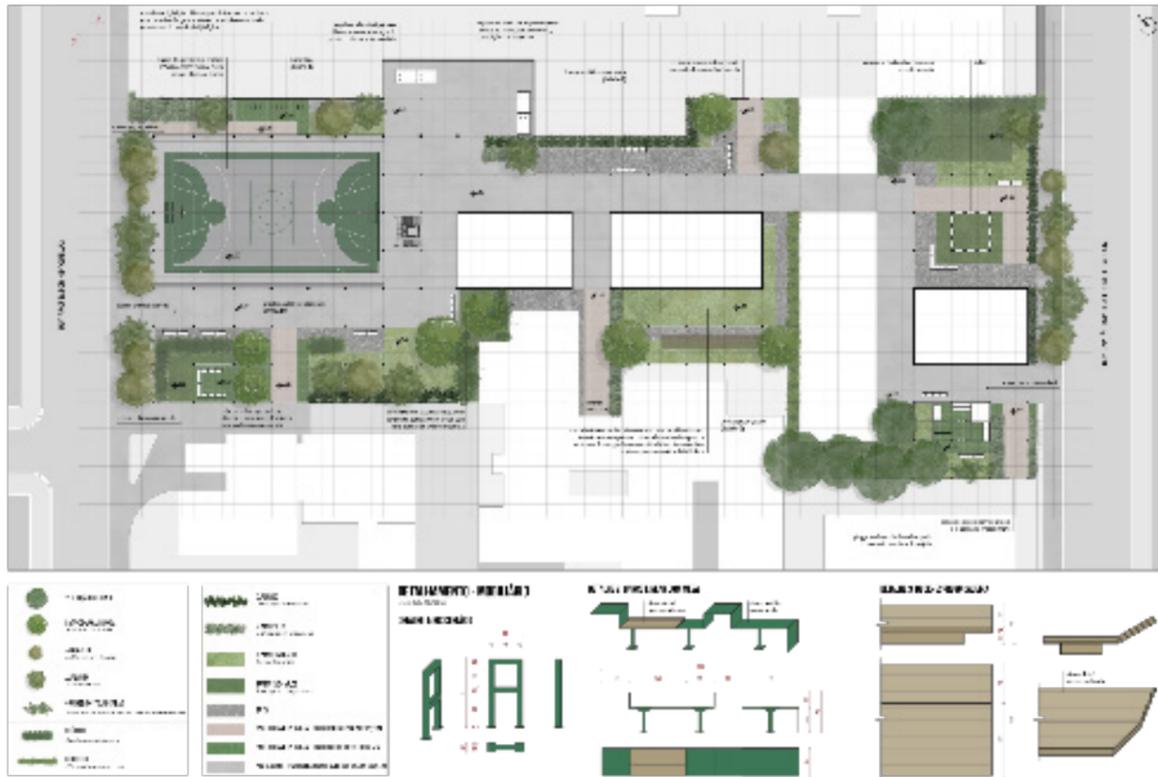
Figura 6 - Diagramas mostrando o zoneamento, o partido e a volumetria do projeto. Fonte: da autora, 2023. Figura 7 - Vistas aéreas mostrando a volumetria inserida no entorno. Fonte: da autora, 2023. Figura 8 - Vista da área de projeto através da Rua Capitão Luiz Leopoldo de Barros, onde está localizado o prédio do CRAS. Fonte: da autora, 2022. Figura 9 - Planta de implantação e cobertura. Fonte: da autora, 2023. Figura 10 - Planta baixa do pavimento térreo. Sem escala. Fonte: da autora, 2023.



PLANTA MOBILIÁRIO (MÓDULO 1)



PLANTA PAISAGISMO



MÓDULO 1 E 2

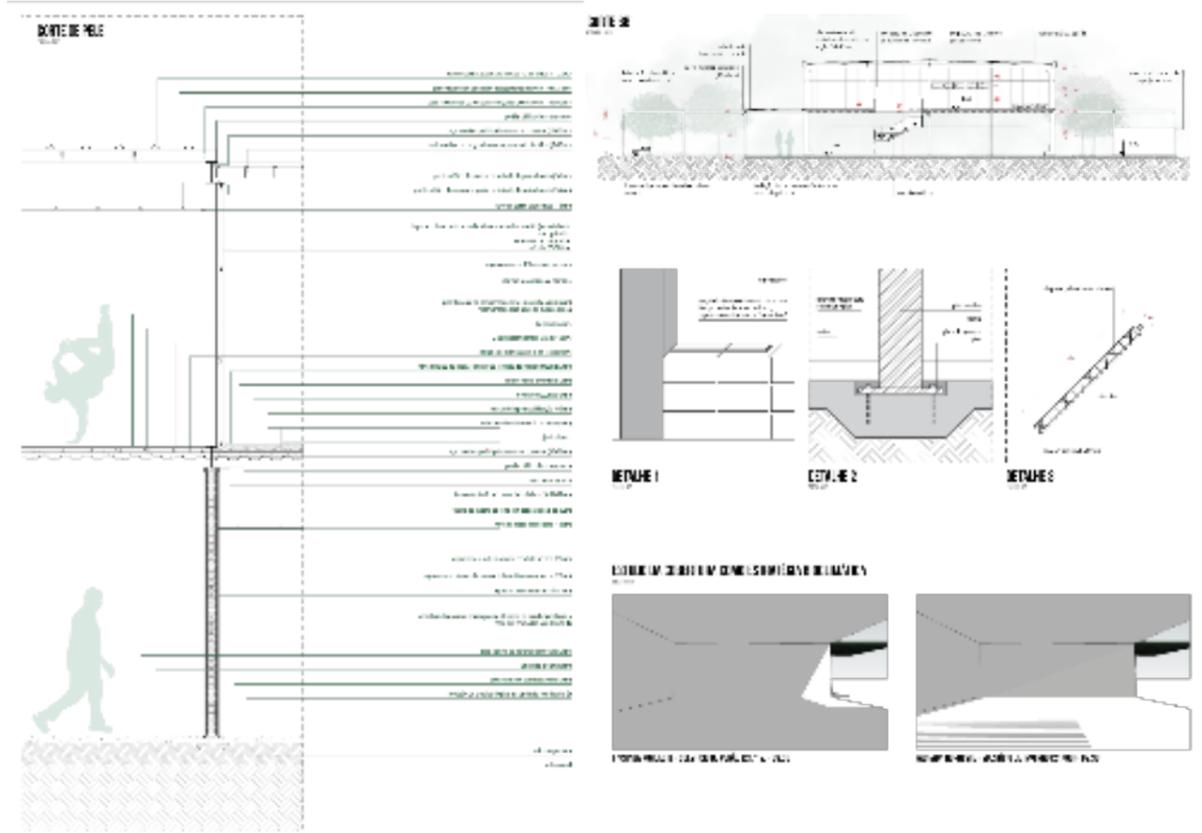
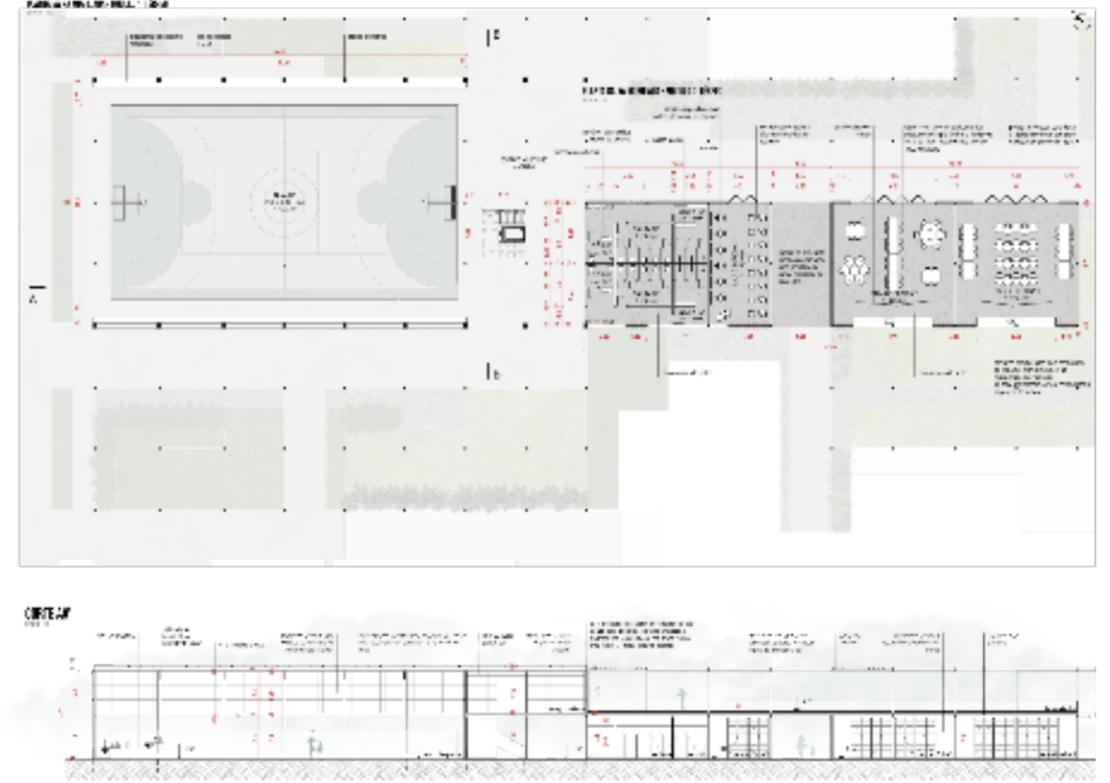


Figura 11 - Planta baixa do segundo pavimento. Sem escala. Fonte: da autora, 2023. Figura 12 - Planta de paisagem e detalhamento do mobiliário externo. Sem escala. Fonte: da autora, 2023. Figura 13 - Planta baixa mobiliada, cortes e detalhamentos dos módulos 1 e 2. Sem escala. Fonte: da autora, 2023.

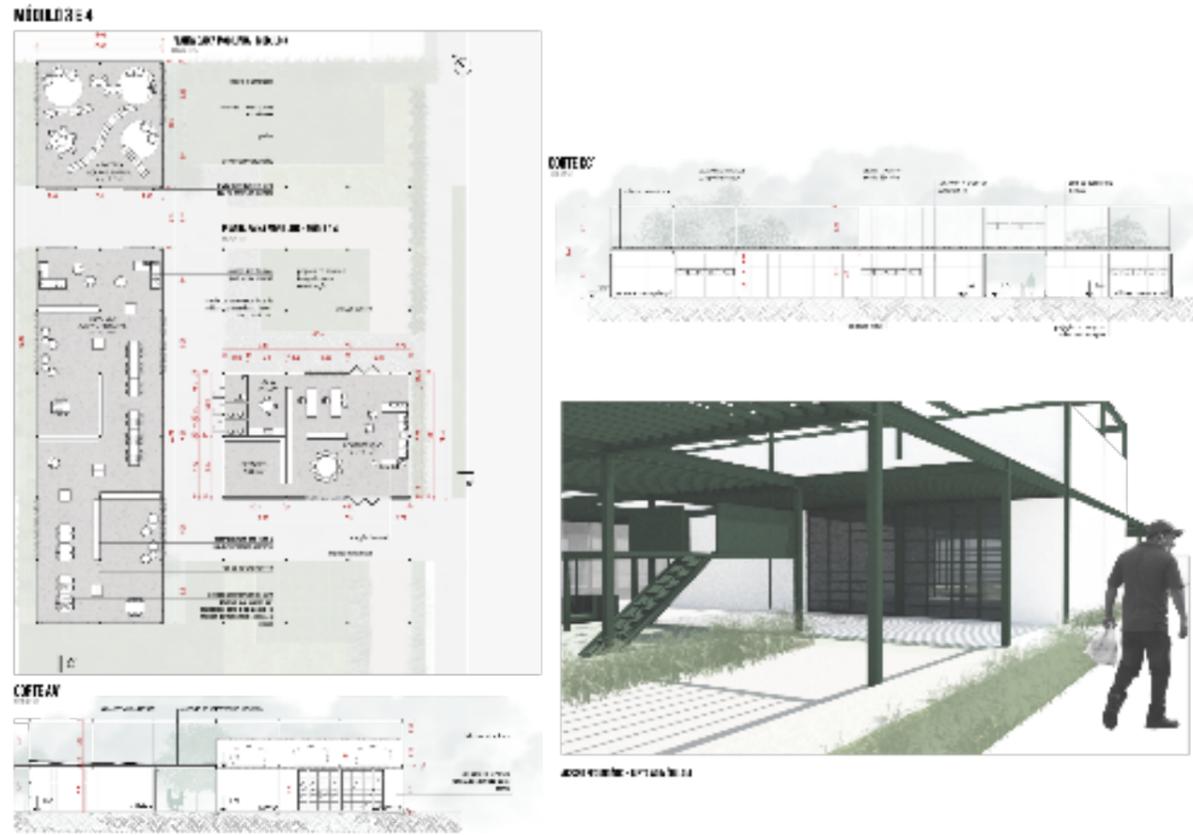


Figura 14 - Planta baixa mobiliada e cortes dos módulos 3 e 4. Sem escada. Fonte: da autora, 2023.

Figura 15 - Perspectivas diversas ilustrando o projeto. Fonte: da autora, 2023.

Qualquer semelhança
com a realidade
é mera coincidência

parede branca

eu-para-mim-mesmo

o-outro-para-mim

eu-para-o-outro

Liberto
2011
2011

CARTAZES DO GRUPO PORO

*Brígida Campbell¹, Marcelo Terça-Nada²
e Eduardo Rocha³*

O Grupo PORO⁴, composto pelos artistas Brígida Campbell e Marcelo Terça-Nada, tem sido uma presença vibrante na cena artística de diversas cidades brasileiras, desde 2002. Renomados por suas intervenções urbanas e ações efêmeras, o duo utiliza elementos simples e cotidianos encontrados nas ruas, como faixas, cartazes, panfletos e placas de sinalização, para criar obras que provocam reflexões poéticas e críticas sobre os desafios urbanos.

O Grupo PORO é um importante representante da arte urbana contemporânea brasileira. Seus trabalhos são reconhecidos nacional e internacionalmente por sua originalidade, impacto social e relevância crítica.

Na PIXO 28 - Okupas o Grupo PORO ilustra as capas com imagens do seu trabalho: "Por outras práticas e espacialidades (2010)", que é composto por uma série de 13 cartazes lambe-lambe, impressos em serigrafia e com dimensões de 100x70cm, que nos convidam a uma jornada visual pelas paisagens e realidades de diferentes cidades. Os cartazes podem ser baixados em PDF gratuitamente, com a possibilidade de impressão e compartilhamento pelo mundo, desde que para fins não comerciais⁵.

¹ Artista e professora do curso de Artes Visuais da EBA-UFMG. Tem doutorado em Artes pela ECA-USP (2018) e mestrado pela EBA UFMG (2007). É colaboradora do EXA - Experimental de Arte, em Belo Horizonte.

² Artista e pesquisador. Atua nas relações entre cidade, escrita, fotografia e intervenção urbana. Mestrando em Teoria e História da Arte no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFBA Integrante do grupo de pesquisa Urbanidades. Integrante do grupo PORO.

³ Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio Cultural e Arquiteto e Urbanista. Pesquisador e professor na UFPel. Editor chefe da PIXO.

⁴ Ver mais em: <https://poro.redezero.org/>

⁵ Ver mais em: <https://poro.redezero.org/cartazes/outras-praticas-e-espacialidades/>



OUTRA CASA FOI DEMOLIDA:

- Não tem problema, era uma casa velha
- Vai ser um lindo prédio novo
- Preservar a memória é coisa do passado
- Ponto para a especulação imobiliária
- BH, cidade em demolição

OUTRA CASA FOI DEMOLIDA:

- Não tem problema, era uma casa velha
- Vai ser um lindo prédio novo
- Preservar a memória é coisa do passado
- Ponto para a especulação imobiliária
- BH, cidade em demolição

COZINHAR É UM ATO REVOLUCIONÁRIO

COZINHAR É UM ATO REVOLUCIONÁRIO

3209-0505

HOW

**OS JORNAIS PIORAM PORQUE
VENDEM MENOS OU VENDEM
MENOS PORQUE PIORAM?**



**Qualquer semelhança
com a realidade
é mera coincidência**

eu-para-mim-mesmo
o-outro-para-mim
eu-para-o-outro

SUJEITOS QUE OCUPAM

Alexia de Araujo Rodrigues¹

A cidade pode ser encarada de diversas formas e dependendo de quem está observando, ela se apresenta muito hostil. Sujeitos que ocupam é a união de seis colagens estruturadas a partir de fotografias que registraram a realidade da Ocupação da Paz, localizada no bairro Belmonte, no município de Volta Redonda.

Volta Redonda é uma cidade no Interior do Estado do Rio de Janeiro que nasce no ano de 1941, com a instalação da CSN² e possuía o objetivo impulsionar o desenvolvimento industrial do Brasil. No ano de 1993 a Companhia foi privatizada e junto com ela, diversos ativos localizados em todo espaço urbano. Este fator foi determinante no crescimento do núcleo e intensifica o problema de terras existente no município. A privatização dos ativos imobiliários como residenciais, clubes de lazer, edifícios comerciais, além da indústria, resulta em diversos espaços que não cumprem sua função social, enquanto isso, pessoas em situação de vulnerabilidade lutam para construir e pertencer um lugar, até então, esquecido.

Os sujeitos que ocupam apresentados nas imagens, mostram por meio da silhueta a exclusão, eles não existem. Eles não estão no centro, não estão nas periferias, eles não estão. Os sujeitos que ocupam o município são apagados pela indústria e ignorados o poder público. O que resta da cidade para eles, ainda não é cidade. No ano de 2021 os moradores da Ocupação da Paz ocuparam a praça Sávio Gama, local onde também está situada a prefeitura municipal de Volta Redonda, após um ato agressivo de reintegração de posse no local em que estavam se estabelecendo.

Referências

CSN (Brasil). *Quem somos*. In: *CSN (Brasil)*. Histórico. [S. l.]: Grupo CSN, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/historico/>. Acesso em: 30 set. 2023.

GLOBO (Brasil). *Operação para reintegração de posse é realizada no Sul do Rio: Determinação judicial autorizou a ação, em terreno privado de 66 hectares no limite entre Barra Mansa e Volta Redonda. Parte das famílias retiradas participou de protesto durante a tarde*. TV Rio Sul, Volta Redonda, 27 maio 2021. Fique por dentro, p. 1-1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/05/27/operacao-de-reintegracao-de-posse-e-realizada-no-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2023.

¹ Arquiteta e Urbanista formada pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB/FERP), estudante de pós – graduação em Planejamento Municipal e Urbanismo, Plano Diretor e Regularização Fundiária Municipal pela universidade Unypública, graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e servidora pública do município de Volta Redonda, Rio de Janeiro.

² Companhia Siderúrgica Nacional, Usina Presidente Vargas, situada na cidade de Volta Redonda e fundada no dia 09 de abril de 1941 pelo então presidente Getúlio Vargas.

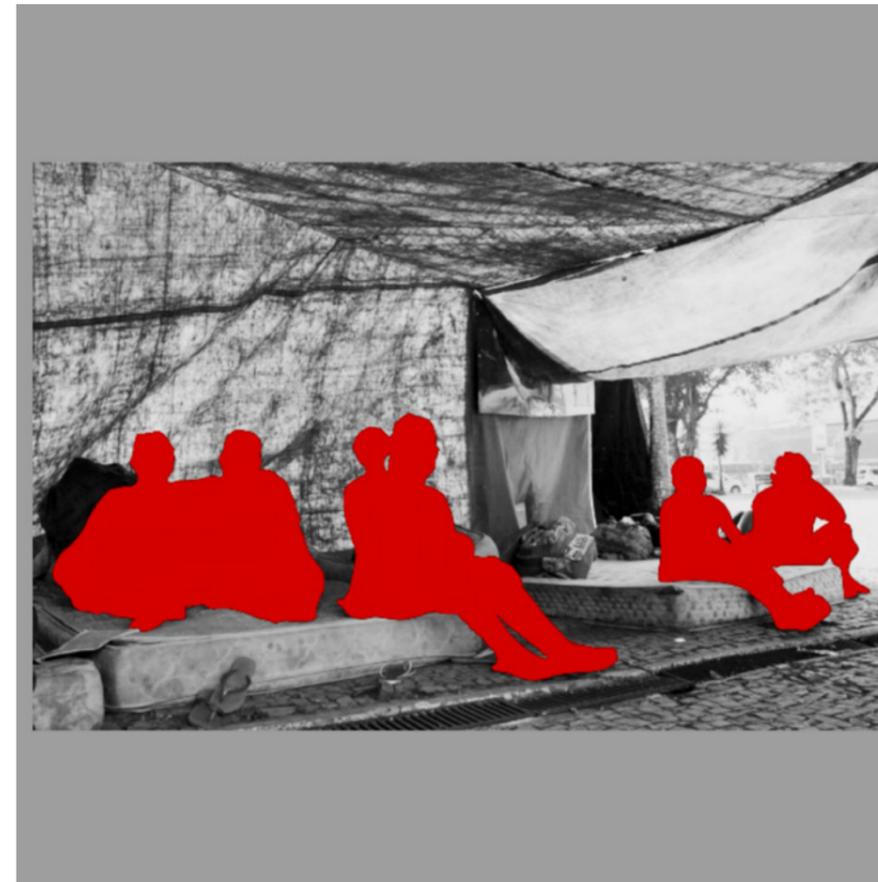


Imagem 3 – Mulheres que Ocupam, colagem digital, 2023. Imagem 4 – Homens que Ocupam, colagem digital, 2023.



Imagem 5 - Famílias que Ocupam, colagem digital, 2023. Imagem 6 – Crianças que Ocupam, colagem digital, 2023.

CORPO CATADOR

Lucas Pamio¹ e Nilson Ghirardello²

Ator vital na paisagem urbana, é um reflexo da complexidade das cidades contemporâneas, que enquanto se dedica à coleta de material reciclável, esse corpo desempenha um papel duplo: contribui para a organização do descarte e busca seu sustento na venda do material coletado. Nessa dança ritualística contemporânea, percorrem as ruas, com olhar atento gesticulam e se locomovem em busca de materialidades plásticas. São autores e consumidores de suas próprias corpografias. Cada jornada representa uma busca pela sobrevivência e, ao mesmo tempo, uma contribuição para a construção de cidades mais organizadas. São, de fato, os artistas urbanos da reciclagem, moldando suas vidas em meio a (caoti)cidade.

Esse personagem visto, porém comumente ignorado, apresenta-se como mais um “braço” do corpo-máquina, conceito apresentado por Ribeiro (2000), trata-se do corpo-catador, figura popular no meio urbano, que tem a missão de coletar o que, erroneamente, acreditamos não mais ter valor.

Referência

RIBEIRO, Ana Clara Torres – 2000 – “Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia” in *Revista Brasileira de Educação Médica*, V. 24, N.1., jan./abr.

¹ Lucas Silva Pamio (@lucasspamio) é formado em Arquitetura e Urbanismo, especialista em Planejamento Urbano e Políticas Públicas e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNESP – Bauru/SP. E-mail: lucas.s.pamio@unesp.br

² Nilson Ghirardello é Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Prof. Associado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na UNESP – Bauru/SP. E-mail: nilson.ghirardello@unesp.br

Figura 1 – Miscelânea de registros fotográficos de observação. Movimentação de um corpo-catador na região central da cidade de São Paulo. Produzido pelo autor, 2022.



EM BREVE

Otávio Gigante Viana¹

Em breve é um registro audiovisual de um território em transformação. Um terreno público onde havia uma praça é cercado por um muro de placas pré-moldadas de concreto onde estão pregados anúncios do fabricante do muro e de um futuro ponto de coleta de resíduos sólidos da Prefeitura Municipal de Pelotas. O terreno é localizado na região do Centro, na divisa entre as microrregiões Caieira e Porto. O entorno é caracterizado pela presença de residências unifamiliares, prestação de serviços automobilísticos, um conjunto habitacional, edifícios da administração pública municipal e um terminal logístico de transporte de cargas pesadas.

A narrativa é composta por planos gerais de ambientação, sem movimento de câmera, do quarteirão onde a praça cercada está localizada. Estes estão alternados por recortes de um plano sequência onde o percurso da câmera atravessa as barreiras físicas impostas ao corpo do transeunte. O vídeo foi capturado com câmera de celular com sistema Android e a montagem foi feita no aplicativo Adobe Premiere Rush, gratuito para dispositivos móveis.

Link do vídeo: <https://youtu.be/jeeG9YPe1iY>



¹ Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU/UFPel.

Figura 1 – Miscelânea de registros fotográficos de observação. Movimentação de um corpo-cattador na região central da cidade de São Paulo. Produzido pelo autor, 2022.



SARAH DOMINGUES (in memoriam) **Depoimento em homenagem à arquiteta e urbanista¹**

Luana Pavan Detoni²

1.

Eu sou a professora Luana, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Sarah Domingues, estudante de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Quero destacar que nós contávamos com o apoio da professora Heleniza Ávila Campos (vinculada ao departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, minha coorientadora no doutorado que realizo no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS, quem me apresentou a Sarah, uma vez que tinha sido convidada para orientá-la, mas em missão fora do país achou através de mim um modo de seguir apoiando a orientação) e do professor Fernando Dornelles (vinculado ao Instituto de Pesquisas Hidráulicas – IPH/UFRGS, com quem Sarah havia cursado uma disciplina eletiva específica no tema de desastres de origem hídrica e saneamento ambiental, e desde então o tinha como referência e apoio para pensar nos problemas e soluções das recorrentes inundações).

Heleniza e Fernando são os coorientadores do TCC.

Muitos daqui que conheceram a Sarah devem compreender essencialmente, além das explicações, porque formamos um time de orientadores. A Sarah sabia muito bem trabalhar em rede, conectar as pessoas, e para os seus desejos de mudar o mundo só um coletivo para ajudar nas tantas causas.

Como podem imaginar, foram muitos desafios e aprendizados nesse processo.

2.

Nesse último mês, li e reli as nossas conversas, escutei nossos áudios... sorri e chorei ao escutar a voz da Sarah. Passei a imaginar e até mesmo a entender melhor as reações dela diante de algumas coisas.

E quanta força e generosidade ela tinha. Eu gostaria que a vida dela tivesse sido mais fácil, mais longa, mas ela encontrou muita gente boa e sem dúvida viveu intensamente.

E se hoje estou aqui fazendo essa fala foi pelo apoio das amigas da Sarah: Bárbara, Helena e Amanda. Gurias, vocês nem imaginam o quanto me fortaleceram e me

¹ A leitura desse depoimento foi realizada no Auditório da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 23 de fevereiro de 2024, durante as homenagens que marcaram um mês do brutal assassinado da jovem estudante Sarah Domingues.

² Atualmente, professora substituta no departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Arquiteta e Urbanista pela UFPel. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU/UFPel. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no PROPUR/UFRGS. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade, do GPTerra – Grupo de Pesquisa Território, Região e Rede Urbana e da Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades. Desenvolve pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em cidades pequenas.

fortalecem. É lindo perceber a presença de vocês na memória que tenho da Sarah e encontrar um pouco da presença da Sarah em vocês. Obrigada!

3.

Conheci a Sarah no início desse semestre, que termina hoje. Foi tão pouco tempo, mas tão intenso. É difícil medir o tempo. A falta, a saudade, faz parecer que nesse último mês já se passaram vários, por outro lado o tempo não passa quando vejo os vazios na minha agenda dos horários marcados para orientação, o dia da entrega, a semana prevista para apresentação.

Sim, eu me envolvi por completo com esse tão sonhado TCC.

E que honra ter partilhado de tantas ideias e ideais com a Sarah. Agora o trabalho de luto é mais árduo, eu sei, mas os ganhos do aprendizado também foram, são e serão. Acho mesmo que fui agraciada por experienciar essa orientação.

4.

E o que é o TCC do curso de arquitetura e urbanismo?

Falo especialmente para os amigos e camaradas que conheceram um pouco desse universo através da Sarah, mas que gostariam saber mais.

O Trabalho de Conclusão de Curso corresponde à última etapa do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e pré-requisito para ser diplomada.

Muitas vezes é difícil entender o porquê é tão importante o TCC, sobretudo nesse curso, então eu falo um pouco enquanto uma professora de arquitetura e urbanismo em formação, que trabalhou em quatro diferentes instituições e participou como banca avaliadora em outras. Reforço que não falo especificamente da minha experiência pela instituição UFRGS.

O momento do TCC marca a primeira, muitas vezes, a única possibilidade de escolha e autonomia do estudante para aplicar o conhecimento construído ao longo do curso. Esse momento também é de muito aprendizado.

Se eu pudesse destacar somente uma habilidade essencial aos arquitetos e urbanistas apontaria a pesquisa. Porque estamos sempre precisando estudar, a cada projeto ou plano é um novo desafio. Pesquisamos as leis, os territórios, as sociedades, os recursos e condicionantes ambientais, entre outras tantas coisas. Então somamos todos conhecimentos para convergir na proposição. Intervimos na especialidade, na materialidade e organização do espaço, o espaço e o tempo são como nossas matérias primas. E comunicamos tudo isso graficamente, ou seja, narramos as propostas principalmente através de desenhos, desenhos técnicos, maquetes, imagens, mapas e para isso vamos desbravando vários softwares ou programas.

5.

E o TCC da Sarah? Nossa, aqui eu tenho muita coisa para contar.

A Sarah iniciou a construção do seu TCC pela problemática. E aqui recorro a escrita da Sarah, em suas palavras:

As comunidades localizadas em áreas de inundação sofrem com a intensificação recente dos fenômenos ambientais, **consequentes das catástrofes econômicas de um sistema que prioriza o lucro em relação a vida e a preservação do meio ambiente**, revestidas de catástrofes ambientais e climáticas, que desabrigam grande parte da população de baixa renda, periférica e ribeirinha em todo o Brasil.

Desta problemática desacatam-se dois temas importantes e muito interligados, as comunidades de baixa renda e as condições de espaços de vulnerabilidade ambiental, principalmente através de inundações.

Esse contexto norteou a busca do território para desenvolver sua pesquisa. Em São Paulo, ela conhecia um território que enfrentava esses problemas, eu não me lembro ao certo, mas era algum lugar que ela havia experienciado através das vivências com sua mãe.

No entanto, Sarah escolheu o território da Ilha das Flores, que também enfrentava esses problemas, devido sua proximidade, pois morando em Porto Alegre poderia buscar informações *in loco*. Se não me engano ela já conhecia o local. Ela realizou um levantamento ainda na fase de especulação do que iria propor para o TCC, fotografias e entrevistas, levaram ela a entender que a manutenção da população naquele território era fundamental, apesar das condições ambientais. Um conflito de difícil resolução como ela gostava de trabalhar.

A proximidade da Ilha com o centro de Porto Alegre, dada pela ligação com a BR 116, proporcionava as principais atividades econômica da população, sobretudo a que morava nessa área próxima à estrada, que trabalhava no comércio informal e como catadores no centro.

E a pesca?

E as possibilidades de geração de renda para população?

E o risco de vida da população frente as inundações?

E porque outra parcela podia habitar lá em casarões sem nenhum ônus?

E as diretrizes de preservação ambiental do Arquipélago do Delta do Jacuí?

6.

Nesse momento, eu entro na vida da Sarah. Convenhamos, ela estava numa ebulição de questionamentos, fato que demonstrava estar no estágio final do processo de formação.

Inteligentíssima, sempre querendo saber mais, excelente estudante. Logo ela entendeu que podia contar comigo na organização do processo, era tanta coisa e pouco tempo. E conseguimos trabalhar muito bem juntas.

Chamamos muitos para nos ajudar, Geisa com as shapes de Porto Alegre, Amanda para revisão dos textos, Vini digitalizou alguns materiais, digitou tabelas, deve ter mais gente envolvida.

Que alegria esse processo!

7.

Conforme a Sarah pesquisava, mais ela queria dar visibilidade à Ilha das Flores.

Indignada com a falta de dados, ela costumava apontar que esse espaço sempre aparecia “em branco”, estando à margem dos mapeamentos de Porto Alegre. Então, ela passou a desejar que uma pesquisa rápida na internet sobre a ilha não levasse àquele filme, que segundo ela nem era de lá.

Aqui ela nos deixa mais uma missão: a de compartilhar sua produção.

Mesmo com toda a dificuldade de encontrar informações, a Sarah elaborou uma pesquisa e uma caracterização muito consistente do território com base em imagens de satélite, reportagens e em estudo documental e bibliográfico.

8.

Podemos dividir o TCC de arquitetura e urbanismo em duas etapas: a primeira de pesquisa e a segunda de propostas.

A partir de uma excelente pesquisa, na etapa propositiva do TCC, a Sarah apresentou uma fundamentação teórica e técnico-legal alinhada com o diagnóstico dos problemas e potencialidades da área de intervenção. Esse material foi apresentado em dezembro no painel intermediário, com o título: *Proposta de Plano para Gestão de Ocupações Vulneráveis em Território de Conservação Ambiental – Ilha das Flores, Porto Alegre/RS*.

A proposição do TCC da Sarah tinha como objetivo a construção de um Plano Urbanístico para a Ilha das Flores, com alternativas de gestão e ações, para um território de ocupações vulneráveis em Área de Proteção Permanente, de Proteção Ambiental e de Unidade de Conservação, buscando gerir os riscos iminentes a esta população, como promover a devida regularização fundiária, assim como conservar este ambiente natural.

As propostas estavam maduras, factíveis e utópicas como deve ser um bom plano urbanístico.

9.

Em resumo, estavam organizadas em três etapas, com objetivos específicos e metas:

A curto prazo apresentava um plano para gestão de risco, devido às recorrentes inundações algo precisava ser feito o quanto antes. Assim, propunha um manual com diretrizes construtivas; protocolos de emergência; e um equipamento comunitário, que pudesse acolher os pertences da população em casos de evacuação das casas.

A médio prazo propunha a regularização fundiária com uma ocupação rarefeita de urbanização. Para isso adotamos o modelo do Termo Territorial Coletivo (TTC). Sarah gostou da ideia, sobretudo da gestão coletiva do território, mas tinha várias ressalvas. Estávamos estudando esse material juntas e ela muito atenta logo achou exatamente o ponto frágil desse modelo de regularização fundiária, que era a isenção do Estado, por se tratar de um território único, mesmo que coletivo/comunitário. Refletimos que diante das possibilidades e limitações do modelo, acrescentaríamos na proposta o fomento de editais como o de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) entre outros.

A longo prazo, para conservação ambiental dessa área protegida, propunha um plano urbano e ambiental específico, com diretrizes e instrumentos de gestão, fiscalização e revisão periódica, a fim de minimizar os impactos das inundações; também criava alternativas para geração de renda com base na agroecologia.

Particularmente foi um processo de muito aprendizado, e de muita alegria, por ver a Sarah se apropriando do seu conhecimento da sua potência como arquiteta e urbanista. Após o painel intermediário ela estava radiante, sensação de missão quase cumprida. Animada tirou uns dias para merecido descanso, retomamos os trabalhos no início do ano, já na fase final de implementação – comunicação e graficação das propostas.

Nesse meio tempo, ela fez um convite muito bonito, organizando uma vaquinha, para trazer os seus para a banca final. Na mensagem me marcou que esse sonho não era apenas dela, mas de toda sua família. Aqui mais uma missão, seus familiares merecem esse diploma.

Acredito que no fundo ela estava confiante e feliz com o seu processo, mesmo que para nós que éramos o seu apoio falasse dos seus medos.

10.

Me conforta lembrar com alegria do nosso encontro, foi uma honra poder ter caminhado ao lado da Sarah nesses últimos meses, não ter deixado de dizer o quanto ela era capaz e o quanto eu estava feliz com o processo de orientação.

Passei os últimos dias buscando estratégias para seguir em frente, o chamado trabalho de luto. A principal estratégia que encontrei tem sido honrar a existência da Sarah, seguindo os meus sonhos. Assim eu sigo, por acreditar que o afeto é revolucionário; que o processo de ensino-aprendizagem pode ser mais humano, horizontal e afetivo; e que arquitetura e urbanismo deve ser pra todos.

Pensei em citar muitas outras pessoas nesse momento. Mas não poderia deixar de me dirigir aos colegas de TCC da Sarah. Parabênzinhos a vocês por seguirem honrando os seus próprios sonhos, desse modo, vocês também honram a existência dela. Desejo que vocês vibrem e comemorem muito essa conquista da diplomação com os seus amores, amigos, familiares, colegas e professores.

Assim, pela alegria, Sarah continuará presente, agora e sempre³.

Obrigada a todos pela atenção.

³ As homenagens seguiram e seguirão, pois como disse seu camarada: a vida da Sarah não era só o TCC. E nesse sentido, é muito importante registrar o nome da arquiteta e urbanista Sarah Domingues nessa chamada temática da Pixo. Dentre tantas lutas, Sarah somou forças à Ocupação Lanceiros Negros e à Casa de Referência Mulheres Mirabal (Ver mais em: Jornal A Verdade, nº 286, fevereiro de 2024).



Imagem : Do Instagram do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DAFA/UFRGS).
Fonte: https://www.instagram.com/data_ufrgs/.



ISSN 2526-7310



**PLANTE NOVAS
ÁRVORES NA SUA RUA**



**PLANTE NOVAS
ÁRVORES NA SUA RUA**